Mala Direta Postal
360013024-3 DR/PR
Imprensa Oficial
CORREIOS

Diário da JUSTIÇA Paraná

Edição Digitalizada nº 6544 | Curitiba, Quinta-feira, 22 de Janeiro de 2004 | Ano XLIX | 72 páginas

Sumário

Poder Judiciário Estadual

Tribunal de Justiça

Atos Da Presidência .....
Secretaria .....
Departamento da Magistratura 03
Departamento Administrativo .....
Departamento Econômico e Financeiro .....
Departamento do Patrimônio 03
Departamento de Informática .....
Departamento de Engenharia e Arquitetura .....
Departamento de Serviços Gerais .....
Departamento Judiciário
Câmaras Cíveis .....
Câmaras Criminais .....
Seção de Preparo .....
Seção de Distribuição .....
Corregedoria da Justiça 03
Conselho da Magistratura 03
Escola da Magistratura .....
Comissão Int. Conc. Promoções .....
Sistemas de Juizados Especiais Cíveis e Criminais .....

Tribunal de Alçada

Atos da Presidência .....
Secretaria .....
Departamento Administrativo .....
Departamento Econômico e Financeiro .....
Processo Cível 03
Processo Crime 04
Serviço de Preparo .....
Seção de Distribuiçao .....
Divisão de Registros e Informações .....
Comissão Interna de Concursos e Promoções .....

Comarca da Capital

Cível .....
Crime 06
Fazenda Pública .....
Familia .....
Delitos de Trânsito .....
Execuções Penais 06
Tribunal do Júri .....
Infância e Juventude .....
Registro Publico e Acidentes de Trabalho .....
Precatórias - Cíveis/Criminais .....
Auditoria da Justiça Militar .....
Central de Inquéritos .....
Central de Penas Alternativas .....
Juizados Especiais - Civeis/Criminais .....
Tribunal Regional Eleitoral do Paraná .....
Concursos .....

Comarcas do Interior

Cível .....
Crime 07
Juizados Especiais 07
Concursos 12

Ministério Público do Estado do Paraná

Conselho Superior do Ministério Público 12
Corregedoria Geral do Ministério Público .....

Poder Judiciário Federal

Ordem dos Advogados do Brasil .....
Justiça Eleitoral 21
Ministério Público Eleitoral .....
Justiça do Trabalho 22
Ministério Público do Trabalho .....
Justiça Militar .....
Justiça Federal 27

Editais Judiciais

Capital 58
Interior 58
Diversos .....

PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça

PABX - (41) 350-2000 | Relação dos aparelhos de Fac-Símile instalados no centro de protocolo judiciário estadual e arquivo geral do Tribunal de Justiça do Estado: 254-7222 • 254-8977 • 353-5383 • 254-4063. SITE **www.tj.pr.gov.br**

Des. Oto Luiz Sponholz
Presidente

Des. José Antônio Vidal Coelho
Vice - Presidente

Des. Roberto Pacheco Rocha
Corregedor-Geral da Justiça

Dr. Nei Roberto Guimarães
Secretário

Relação dos órgãos julgadores do Tribunal de Justiça, seus desembargadores, dia da semana e local das sessões.

1ª CÂMARA CÍVEL
Des. Troiano Netto – Presidente
Des. Ulysses Lopes
Des. Waldomiro Namur
Des. Sérgio Rodrigues
— Sala "Des. Costa Barros" –
3ªs-feiras do mês - 13:30 horas

2ª CÂMARA CÍVEL
Des. Antônio Lopes de Noronha – Presidente
Des. Luiz Cézar de Oliveira
Des. Bonejos Demchuk
Des. Hirosê Zeni
— Sala "Des. Costa Barros" –
4ªs-feiras do mês - 13:30 horas

3ª CÂMARA CÍVEL
Des Nério Spessato Ferreira - Presidente
Desª. Regina Afonso Portes
Des. Ruy Fernando de Oliveira
Des. Leonardo Lustosa
— Sala "Des. Isaías Bevilacqua" –
3ªs-feiras do mês - 13:30 horas

4ª CÂMARA CÍVEL
Des. Ângelo Zattar – Presidente
Des. Wanderlei Resende
Des. Octávio Valeixo
Des. Dilmar Kessler
— Sala "Des. Isaías Bevilacqua" –
4ªs-feiras do mês - 13:30 horas.

5ª CÂMARA CÍVEL
Des. Antônio Gomes da Silva – Presidente
Des. Domingos Ramina
Des. Clayton Camargo
Des. Fernando Vidal de Oliveira
— Sala "Des. Lauro Lopes" –
3ªs-feiras do mês - 13:30 horas

6ª CÂMARA CÍVEL
Des. Sidney Mora - Presidente
Des. Milani de Moura
Des. Eraclés Messias
Des. Airvaldo Stela Alves
— Sala "Des. Lauro Lopes" –
4ªs-feiras do mês - 13:30 horas.

7ª CÂMARA CÍVEL
Des. Accácio Cambi - Presidente
Des. Mendonça de Anunciação
Des. Mário Rau
Desª Denise Martins Arruda — Sala Nova
3ªs-feiras do mês - 13:30 horas

8ª CÂMARA CÍVEL
Des. Ivan Bortoleto - Presidente
Des. Celso Rotoli de Macedo
Des. Campos Marques
Des. Munir Karam
— Sala Nova
4ªs-feiras do mês - 13:30 horas

I GRUPO DE CÂMARAS CÍVEIS
Des. Troiano Netto - Presidente
Des. Ulysses Lopes
Des. Antônio Lopes de Noronha
Des. Luiz Cézar de Oliveira
Des. Bonejos Demchuk
Des. Hirosê Zeni
Des. Waldomiro Namur
Des. Sérgio Rodrigues
— Sala "Des. Clotário Portugal" –
Primeira e Terceira 5ªs-feiras
do mês - 13:30 horas.

II GRUPO DE CÂMARAS CÍVEIS
Des. Ângelo Zattar – Presidente
Des. Wanderlei Resende
Des. Octávio Valeixo
Des. Dilmar Kessler
Des. Nério Spessato Ferreira
Desª Regina Afonso Portes
Des. Ruy Fernando de Oliveira
Des. Leonardo Lustosa
— Sala "Des. Clotário Portugal" –
Segunda e Quarta
5ªs-feiras do mês -
13:30 horas.

III GRUPO DE CÂMARAS CÍVEIS
Des. Antônio Gomes da Silva - Presidente
Des. Sideney Mora
Des. Milani de Moura
Des. Domingos Ramina
Des. Eraclés Messias
Des. Airvaldo Stela Alves
Des. Clayton Camargo
Des. Fernando Vidal de Oliveira
— Sala "Des. Lauro Lopes" –
Primeira e Terceira
5ªs-feiras do mês - 13:30 horas.

IV GRUPO DE CÂMARAS CÍVEIS
Des. Accácio Cambi - Presidente
Des. Ivan Bortoleto
Des. Celso Rotoli de Macedo
Des. Mendonça de Anunciação
Des. Campos Marques
Des. Mário Rau
Desª Denise Martins Arruda
Des. Munir Karam
— Sala "Des. Lauro Lopes" –
Segunda e Quarta
5ªs-feiras do mês - 13:30 horas

1ª CÂMARA CRIMINAL
Des. Darcy Nasser de Melo - Presidente
Des. Tadeu Costa
Des. Moacir Guimarães
Des. Clotário Portugal Neto
— Sala Des. "Costa Barros" –
5ªs-feiras do mês - 13:30 horas.

2ª CÂMARA CRIMINAL
Des. Gil Trotta Telles – Presidente
Des. Carlos Hoffmann
Des. Telmo Cherem
Des. Jesus Sarrão
— Sala "Des. Isaías Bevilacqua" –
5ªs-feiras do mês - 13:30 horas.

GRUPO DE CÂMARAS CRIMINAIS
Des. Darcy Nasser de Melo – Presidente
Des. Tadeu Costa
Des. Gil Trotta Telles
Des. Moacir Guimarães
Des. Clotário Portugal Neto
Des. Carlos Hoffmann
Des. Telmo Cherem
Des. Jesus Sarrão
— Sala "Des. Clotário Portugal" –
Primeira e Terceira
4ªs-feiras do mês -
13:30 horas.

CONSELHO DA MAGISTRATURA
Des. Oto Luiz Sponholz - Presidente
Des. J. Vidal Coelho -Vice-Presidente
Des. Pacheco Rocha - Corregedor-Geral
Desª Regina Afonso Portes
Des. Campos Marques
Des. Milani de Moura
Des. Clayton Camargo
Des. Fernando Vidal de Oliveira
— Sala "Des. Isaías Bevilacqua" –
3ªs-feiras do mês que antecederem
Sessão Administrativa do Órgão Especial - 08:30 horas

ÓRGÃO ESPECIAL
Des. Oto Luiz Sponholz - Presidente
Des. Troiano Netto
Des. Darcy Nasser de Melo
Des. Tadeu Costa
Des. Accácio Cambi
Des. Pacheco Rocha
Des. Gil Trotta Telles
Des. Moacir Guimarães
Des. Ulysses Lopes
Des. Clotário Portugal Neto
Des. J. Vidal Coelho
Des. Telmo Cherem
Des. Ângelo Zattar
Des. Antônio Gomes da Silva
Des. Jesus Sarrão
Des. Wanderlei Resende
Des. Antônio Lopes de Noronha
Des. Octávio Valeixo
Des. Sidney Mora
Des. Dilmar Kessler
Des. Nério Spessato Ferreira
Des. Ruy Fernando de Oliveira
Des. Carlos Hoffmann
Des. Leonardo Lustosa
Des. Luiz Cézar de Oliveira

Sala "Des. Clotário Portugal" – Primeira e Terceira
6ªs-feiras do mês - Sessão Contenciosa – 08:30 horas.
– Segunda e Quarta 6ªs-feiras do mês
– Sessão Administrativa – 08:30 horas

TRIBUNAL PLENO
Des. Oto Luiz Sponholz - Presidente
Des. Troiano Netto
Des. Darcy Nasser de Melo
Des. Tadeu Costa
Des. Accácio Cambi
Des. Pacheco Rocha
Des. Gil Trotta Telles
Des. Moacir Guimarães
Des. Ulysses Lopes
Des. Clotário Portugal Neto
Des. J. Vidal Coelho
Des. Carlos Hoffmann
Des. Telmo Cherem
Des. Ângelo Zattar
Des. Antônio Gomes da Silva
Des. Jesus Sarrão
Des. Wanderlei Resende
Des. Antônio Lopes de Noronha
Des. Octávio Valeixo
Des. Sidney Mora
Des. Dilmar Kessler
Des. Nério Spessato Ferreira
Desª Regina Afonso Portes
Des. Ruy Fernando de Oliveira
Des. Leonardo Lustosa
Des. Luiz Cézar de Oliveira
Des. Bonejos Demchuk
Des. Ivan Bortoleto
Des. Celso Rotoli de Macedo
Des. Mendonça de Anunciação
Des. Campos Marques
Des. Hirosê Zeni
Des. Milani de Moura
Des. Mário Rau
Desª Denise Martins Arruda
Des. Domingos Ramina
Des. Eraclés Messias
Des. Munir Karam
Des. Waldomiro Namur
Des. Sérgio Rodrigues
Des. Airvaldo Stela Alves
Des. Clayton Camargo
Des. Fernando Vidal de Oliveira
Sala "Des. Clotário Portugal" –
Sessões realizadas mediante convocação.

Tribunal de Alçada

PABX: - (41) 3017-2525 FAX: Departamento Judiciário: 3017-2916 / 30172918

Juiz Josué Duarte Medeiros
Presidente

Juiz Manassés de Albuquerque
Vice-presidente

Bel. Alcibiades de Almeida Faria Neto
Secretário

COMPOSIÇÃO DAS SESSÕES DE JULGAMENTO
PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL ISOLADA E EM COMPOSIÇÃO INTEGRAL
Juiz Ronald Schulman – **Presidente**
Juiz Paulo Roberto Hapner
Juiz Arquelau Araújo Ribas
Juiz Marcos de Luca Fanchin
Cargo Vago
Sala "Des. Aúrélio Feijó"
Terças-feiras

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL ISOLADA E EM COMPOSIÇÃO INTEGRAL
Juiz Marco Antonio de Moraes Leite – Presidente
Juiz Rosene Arão de Cristo Pereira
Juiz Toshiharu Yokomizo
Juiz José Maurício Pinto de Almeida
Juiz Silvio Vericundo Fernandes Dias
"Sala Des. Haroldo da Costa Pinto"
Quartas-feiras

TERCEIRA CÂMARA CÍVEL ISOLADA E EM COMPOSIÇÃO INTEGRAL
Juiz Rogério Coelho – **Presidente**
Juiz Noeval de Quadros
Juiz Hamilton Mussi Corrêa
Juiz Hayton Lee Swain Filho
Juiz Jurandyr Souza Júnior
Sala "Des. José Pacheco Júnior"
Terças-feiras

QUARTA CÂMARA CÍVEL ISOLADA E EM COMPOSIÇÃO INTEGRAL
Juíza Dulce Maria Cecconi – Presidente
Juiz Ruy Cunha Sobrinho
Juiz Mendes Silva
Juiz Costa Barros
Juiz Valter Ressel
Sala "Des. José Pacheco Júnior"
Quartas-feiras

QUINTA CÂMARA CÍVEL ISOLADA E EM COMPOSIÇÃO INTEGRAL
Juiz Arno Knoerr – Presidente
Juiz Edson Vidal Pinto
Juiz José Simões Teixeira
Juiz Gladernir Vidal Antunes Panizzi
Cargo Vago
Sala "Des. Luiz Viel"
Quartas-feiras

SEXTA CÂMARA CÍVEL ISOLADA E EM COMPOSIÇÃO INTEGRAL
Juiz Carvilio da Silveira Filho – Presidente
Juíza Anny Mary Kuss
Juiz Paulo Habith
Juiz Miguel Kfouri Neto
Cargo Vago
Sala "Des. Luiz Viel" - Terças-feiras

SÉTIMA CÂMARA CÍVEL ISOLADA E EM COMPOSIÇÃO INTEGRAL
Juiz Miguel Pessoa - Presidente
Juiz Prestes Mattar
Juiz Antonio Martelozzo
Juiz Lauro Laertes de Oliveira
Juiz Eugênio Achille Grandinetti
Sala "Des. Aurélio Feijó" - Quartas-feiras

OITAVA CÂMARA CÍVEL ISOLADA E EM COMPOSIÇÃO INTEGRAL
Juíza Rosana Fachin - Presidente
Juiz Antenor Demeterco Junior
Juiz Paulo Roberto Vasconcelos
Juiz Dimas Ortêncio de Melo
Juiz Hélio Henrique Lopes Fernandes Lima
Sala "Des. Haroldo da Costa Pinto"
Terças-feiras

NONA CÂMARA CÍVEL ISOLADA E EM COMPOSIÇÃO INTEGRAL
Juiz Antonio Renato Strapasson - Presidente
Juiz Luiz Lopes
Juiz Nilson Mizuta
Juiz Wilde Pugliese
Juiz José Augusto Gomes Aniceto
Juiz Luiz Sérgio Neiva de Lima Vieira
Sala "Des. Francisco da Cunha Pereira"
Terças-feiras

DÉCIMA CÂMARA CÍVEL ISOLADA E EM COMPOSIÇÃO INTEGRAL
Juiz Edvino Bochnia - Presidente
Juiz Macedo Pacheco
Juiz Lauri Caetano da Silva
Juiz Guido Döbeli
Juiz Carlos Mansur Arida
Cargo Vago
Sala "Des. Francisco da Cunha Pereira"
Quintas-feiras

PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL ISOLADA
Juiz Cunha Ribas - Presidente
Juiz Waldemir Luiz da Rocha
Juiz Marques Cury
Juiz Rogério Kanayama
Sala "Des. Haroldo da Costa Pinto"
Quintas - Feiras

SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL ISOLADA
Juiz Rafael Augusto Cassetari – Presidente
Juiz Ronald Juarez Moro
Juiz Luiz Zarpelon
Juiz João Kopytowski
Sala "Des. José Pacheco Júnior"
Quintas - Feiras

TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL ISOLADA
Juiz Eduardo Fagundes – Presidente
Juíza Maria José Teixeira
Juíz Jorge Wagih Massad
Juiza Sônia Regina de Castro
Sala "Des. Luiz Viel"
Quintas-feiras

QUARTA CÂMARA CRIMINAL ISOLADA
Juiz Lídio J. R. de Macedo - Presidente
Juiz Lauro Augusto Fabrício de Melo
Juiz Tufi Maron Filho
Juiz Marcus Vinícius de Lacerda Costa
Sala "Des. Aurélio Feijó"
Quintas - Feiras

GRUPOS DE CÂMARAS CRIMINAIS
Sala "Des. Alceste Ribas de Macedo"

1º GRUPO - 1ª E 3ª CÂMARAS CRIMINAIS
1ª E 3ª Quartas-feiras

Juiz Cunha Ribas – Presidente
Juiz Waldemir Luiz da Rocha
Juiz Eduardo Lino Bueno Fagundes
Juiz Marques Cury
Juíza Maria José Teixeira
Juiz Jorge Massad
Juíza Sônia Regina de Castro
Juiz Rogério Kanayama
Sala "Des. Francisco da Cunha Pereira"

2º GRUPO - 2ª E 4ª CÂMARAS CRIMINAIS
2ª E 4ª Quartas - Feiras
Juiz Rafael Augusto Cassetari - Presidente
Juiz Lídio José Rotoli de Macedo
Juiz Lauro Augusto Fabrício de Melo
Juiz Tufi Maron Filho
Juiz Marcus Vinícius de Lacerda Costa
Juiz Ronald Juarez Moro
Juiz Luiz Zarpelon
Juiz João Kopytowski
Sala "Des. Francisco da Cunha Pereira"

O TRIBUNAL PLENO E O ORGÃO ESPECIAL FUNCIONARÃO MEDIANTE CONVOCAÇÃO DO PRESIDENTE.
Horario regimental para início das sessões ordinárias: 13h30min.
Sala "Des. Alceste Ribas de Macedo"

AS CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS E O GRUPO DE CÂMARAS CRIMINAIS REUNIDAS, FUNCIONARÃO MEDIANTE CONVOCAÇÃO DOS RESPECTIVOS PRESIDENTES, ÀS SEGUNDAS-FEIRAS.
Sala "Des. Alceste Ribas de Macedo"

Diário da JUSTIÇA Paraná

Imprensa Oficial

Departamento de Imprensa Oficial do Estado (DIOE)

Diretor - Presidente
João Carlos de Almeida Formighieri

Diretor Administrativo-Financeiro
Ailtom Fucilini Quintana

Rua dos Funcionários 1645 - Cabral
CEP 80035 050
Caixa Postal nº 1182
CEP 80001 970
Informações PABX 313-3200

Telefones

Setor	Telefones		Fax
Assinaturas	313-3207	313-3234	313-3236
Biblioteca	313-3252	313-3285	
Faturamento e Cobrança	313-3242	313-3243	313-3295
Orçamentos Gráficos	313-3206	313-3222	313-3208
Venda de Materiais	313-3265		
Publicações-Diário Oficial e Com. Ind. e Serviços	313-3213	313-3219	313-3276
Publicações-Diário da Justiça	313-3214	313-3217	313-3215

Tabela de Preços

Publicações
Centímetro (1) da Coluna 18,00

Envio de matérias: **www.dioe.pr.gov.br**

Números Avulsos
Diário da Justiça

Sem Remessa Postal 2,50
Com Remessa Postal 5,00

Assinaturas Diário da Justiça

Sem remessa postal

Semestral ..... Balcão/Malote 225,00
Anual ..... Balcão/Malote 375,00

Com remessa postal

Semestral 400,00
Anual 732,00

Tribunal de Justiça

Departamento da Magistratura

PORTARIA Nº **0096-D.M.**

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, EM EXERCÍCIO, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e tendo em vista o contido no protocolado sob nº 198.652/2003, resolve

D E S I G N A R

os magistrados abaixo nominados, para:

	Magistrado	Discriminação
a)	FABIANO RODRIGO DE SOUZA, Juiz Substituto da 57ª Seção Judiciária, com sede na Comarca de Santo Antonio da Platina	1) atuar nos autos de AÇÃO DE COBRANÇA nº 167/2003, em que figura como reclamante Inditec – Índices Técnico Processo Ltda. ME e reclamado José Maria Possidente - ME, em trâmite pela Comarca de Siqueira Campos, em virtude da suspeição manifestada pelo Juiz Substituto da respectiva Seção Judiciária, Dr. James Byron Weschenfelder Bordignon
		2) atuar nos autos de ARRESTO nº 341/2003, em que é requerente José Maria Possidente e requerido Antônio Carlos de Carvalho, em trâmite pela Comarca de Siqueira Campos, em virtude da suspeição manifestada pelo Juiz Substituto da respectiva Seção Judiciária, Dr. James Byron Weschenfelder Bordignon, bem como das Doutoras Melissa de Azevedo Olivas, da Comarca de Joaquim Távora e Suzana Massako Hirama Loreto de Oliveira, da Comarca de Tomazina
	Magistrado	Discriminação
b)	HORÁCIO RIBAS TEIXEIRA, Juiz de Direito Substituto da Comarca de Curitiba	atuar nos autos de EXECUÇÃO nº 24.192, 24.246, 24.248, 24.250, 24.252 e 24.254, requerida por Pedro Tocafundo e outros contra Colégio Nossa Senhora Medianeira, em trâmite pela 3ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Concordatas da mesma comarca, em virtude da suspeição da Juíza de Direito Substituta designada, Drª Elizabeth de Fátima Nogueira Calmon de Passos, durante o período de férias forenses alusivas ao mês de janeiro de 2004

Curitiba, 16 de janeiro de 2004.
J. VIDAL COELHO
Presidente, em exercício

PORTARIA Nº **0097-D.M.**

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, EM EXERCÍCIO, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, nos termos da Instrução nº 04/97 - C.G.J., que disciplina o Projeto "Paraná Sentença em Dia - Mutirão", com o objetivo de proporcionar tempestiva prestação jurisdicional nas Varas e Comarcas do Estado e tendo em vista o contido no protocolado sob nº 208/2004, resolve

D E S I G N A R

o Doutor JOSÉ RICARDO ALVAREZ VIANNA, Juiz de Direito Substituto da 17ª Seção Judiciária da Comarca de Londrina, para, pelo prazo de 60 (sessenta) dias a partir de 02/01/2004, proferir sentença nos 15 (quinze) feitos infra relacionados, em trâmite pela 2ª Vara Cível da Comarca de Londrina:

	Autos	Natureza	Requerente(s)	Requerido (s)
01	469/99	Processo Ordinário	Aparecido Delfino da Silva e outro	Banco do Brasil S/A e Outro
02	528/97	Execução Título Extrajudicial	Banco Bandeirantes S/A	Raul Pedro Dal Col Filho e outro
03	720/00	Embargos a Execução	Raul Pedro Dal Col Filho E Outro	Banco Bandeirantes S/A
04	583/97	Rescisão Contratual	Raul Pedro Dal Col Filho	Banco Bandeirantes S/A
05	275/98	Monitoria	Banco do Estado do Paraná S/A.	Valmor Chiamulera
06	499/99	Declaratória	Urbano Correio dos Santos e outros	Instituto Agronômico do Paraná
07	453/01	Cautelar Inominada	Jose Cicero da Rocha	Panamericano Prestadora de Serviços s/c. Ltda.
08	203/00	Rescisão Contrato	Masuyoshi Ueno	Patrícia Rosa Egídio e Outro
09	761/98	Monitoria	Unibanco - União de Bancos Brasileiros S/A.	João Massami Sassaki
10	157/00	Cautelar Incidental	João Massami Sassaki	UNIBANCO – União De Bancos Brasileiros S/A
11	719/00	Anulaçao De Contr.De Comp.Ven	Aparecido Anastacio Da Silva	Mavillar - Construtora E Incorporadora Ltda.

	Autos	Natureza	Requerente(s)	Requerido (s)
12	77/01	Anulatoria c/c revisao contr.	Aparecido Anastacio Da Silva	MAVILLAR - Construtora E Incorporadora Ltda.
13	836/99	Declaratoria C/C Cobrança	Sindicato Dos Servidores Municipais De Londrina	PAVILON - Serviço de Pavimentação De Londrina
14	741/00	Embargos A Execução	Brazilio De Araujo Neto	Banco Bamerindus Do Brasil S/A
15	454/00	Execução Título Extrajudicial	Banco Bamerindus do Brasil S/A	Brazilio de Araújo Neto

Curitiba, 16 de janeiro de 2004.
J. VIDAL COELHO
Presidente, em exercício

PORTARIA Nº **0098-D.M.**

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, EM EXERCÍCIO, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e tendo em vista o contido no protocolado sob nº 198.671/2003, resolve

A U T O R I Z A R

a Doutora JULIA MARIA TESSEROLI, Juíza Substituta da 47ª Seção Judiciária, com sede na Comarca de Colombo, a deslocar-se, às quintas-feiras, a partir de 02 de fevereiro do ano em curso e até o mês de junho fluente, inclusive, para, sem prejuízo de suas demais atribuições, auxiliar o Juízo da Comarca de Almirante Tamandaré.

Curitiba, 16 de janeiro de 2004.

J. VIDAL COELHO
Presidente, em exercício

Departamento do Patrimônio

DESPACHOS DO PRESIDENTE
DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO

RELAÇÃO Nº 03/2004

PROTOCOLO Nº: 123.007/2000.
INTERESSADO: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ.
DESPACHO: I - Tendo em vista o contido no presente expediente, notadamente na informação nº 743/2003, da Assessoria Jurídica do Departamento do Patrimônio, AUTORIZO a prorrogação do contrato firmado com a empresa CORREIA MANSANI & CIA LTDA., que tem por objeto a concessão de uso do espaço destinado a abrigar a cantina do Fórum da Comarca de Ponta Grossa, neste Estado, pelo prazo de 12 (doze) meses, contados a partir de 1º de janeiro de 2004 até 31 de dezembro do mesmo ano; II – Ao Departamento Econômico e Financeiro para emissão da nota de empenho; III – Publique-se. Em 16 de janeiro de 2004

RELAÇÃO Nº 004/2004

PROTOCOLO Nº: 146.170/2002. INTERESSADO: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ.
DESPACHO: I – Tendo em vista o contido no presente protocolado, notadamente na informação nº 758/2003 da Assessoria Jurídica do Departamento do Patrimônio, AUTORIZO a prorrogação do contrato firmado com a empresa I.M.D. DODO CANTINA, que tem por objeto a exploração dos serviços de cantina no Fórum da Comarca de Apucarana, para viger até 31 de dezembro de 2004, com fulcro no artigo 57, inciso II, da Lei nº 8.666/1993; II – Comunique-se; III – Publique-se. Em 16 de janeiro de 2004.

Corregedoria da Justiça

ORDEM DE SERVIÇO Nº 01/2004

O Excelentíssimo Senhor Desembargador **ROBERTO PACHECO ROCHA**, Corregedor-Geral da Justiça do Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inc. III, do artigo 20, do Regimento Interno do Tribunal de Justiça e item 1.13.1 do Código de Normas,

RESOLVE

1. Determinar a realização de Correição Geral Ordinária nas seguintes Comarcas:

MARÇO			
Dia	Comarca	Última Correição	Período
15	Catanduvas	Junho/2001	01/01/2001 a 27/02/2004
16	Guaraniaçu	Março/2000	01/01/2000 a 27/02/2004
17	Laranjeiras do Sul	Abril/2001	01/01/2001 a 27/02/2004
18	Laranjeiras do Sul	Abril/2001	01/01/2001 a 27/02/2004
19	Cantagalo	Setembro/1999	01/01/1999 a 27/02/2004

2. Recomendar aos Doutores Juízes de Direito das aludidas comarcas que orientem os servidores, notários e registradores na elaboração dos relatórios e anexos exigidos no capítulo 1, seção 13, do Código de Normas, bem como seja oficiado à sub-seção da Ordem dos Advogados do Brasil, dando ciência da Correição-Geral Ordinária (CN 1.13.3).

Publique-se.
Cumpra-se.
Curitiba, 19 de janeiro de 2004.

Des. ROBERTO PACHECO ROCHA,
Corregedor-Geral da Justiça

PLANTÃO JUDICIÁRIO

ESCALA SEMANAL DO PLANTÃO JUDICIÁRIO para atender os casos de "habeas-corpus", de pedidos urgentes de prisão preventiva, de arbitramento e prestação de fiança, de liberdade provisória, de busca e apreensão domiciliar, de prisão temporária, bem como conhecimento de prisão em flagrante, desde que tais matérias não se encontrem sob a competência preventa de algumas das Varas Criminais, de internação provisória e de comunicação de apreensão em flagrante de adolescente infrator, bem como os constantes do Provimento nº 05/99 (Plantão Judiciário Cível), nos moldes do seu art. 2º, "in verbis":

"Será da competência do Plantão Judiciário Cível da comarca de Curitiba, a apreciação das seguintes matérias, reputadas urgentes, em que a parte tenha encontrado a impossibilidade objetiva de deduzir a pretensão durante o expediente normal de trabalho e desde que visem a evitar o perecimento do direito postulado até o final do Plantão:

a) medidas cautelares e liminares cíveis; e
b) providências em geral, decorrentes da jurisdição daFamília e Infância e Juventude;"

SEMANA DE PLANTÃO - Início - 26/01/04 (17:00 horas) ..... Término - 02/02/04 (17:00 horas)

DR. MAURO BLEY PEDREIRA JÚNIOR

ATENDIMENTO:

Das 8:30 às 17:00 horas, nos dias em que houver expediente forense, o atendimento será feito na **CENTRAL DE INQUÉRITOS**, localizada no andar térreo do prédio do Fórum Criminal, na Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 672, fone 323-6767.

Das 17:00 às 8:30 horas do dia seguinte e, ainda, nos dias em que não houver expediente forense, o atendimento será feito pelo Serviço de Plantão Judiciário, que funciona junto à **CENTRAL DE INQUÉRITOS.**

Divisão do Conselho da Magistratura

DIVISÃO DE APOIO AO CONSELHO DA MAGISTRATURA

Relação nº 01/2004

PUBLICAÇÃO DE DECISÃO

01 - DECISÃO PROFERIDA PELO EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR **ROBERTO PACHECO ROCHA,** CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA, RELATOR NOS AUTOS DE PROCESO ADMINISTRATIVO Nº **0000.2772-3.**
ACUSADO: **L.M.A.F.**
ADVOGADO: RONALDO ANTONIO BOTELHO.
"Conforme já foi consignado no pronunciamento de f. 188, a decisão que aplicou a pena de suspensão ao acusado transitou em julgado no dia 10 de junho de 1994 (f. 169) e, sem qualquer motivo aparente, tal reprimenda não foi cumprida integralmente, porquanto não há anotação a respeito da efetiva suspensão do serventuário no Juízo da 1ª Vara da Infância e da Juventude e muito menos nos assentamentos da Divisão Administrativa deste Tribunal (f. 194/195). A única anotação constante dos autos refere-se ao não recebimento dos vencimentos do serventuário nos meses de agosto e setembro de 1994 (f. 170). Entretanto, decorridos mais de oito anos do trânsito em julgado, cessou para a Administração Pública, em razão da prescrição, o direito de executar o restante da sanção. Com efeito, a partir daquele momento, surgiu para a Administração Pública uma pretensão punitiva concreta e teve início o prazo para o exercício da pretensão executória, que constitui, a rigor, o terceiro momento do *ius puniendi*. No entanto, sendo a punibilidade requisito da aplicação da pena, uma vez extinta, não há que se falar em fato punível, apesar de não desaparecerem os efeitos da sanção aplicada. Exemplificando, o serventuário pratica determinado ilícito administrativo que prescreve em dois anos. Ocorrida a prescrição (que é causa extintiva da punibilidade), a Administração Pública não pode processá-lo porque desapareceu a pretensão punitiva. Mas, a extinção da pretensão executória tem efeitos distintos em razão da prescrição. Nesse caso, a condenação persiste na vida do serventuário para efeito da reincidência e o que se extingue é só o direito de se executar a pena (terceiro momento do *ius puniendi*). Ademais, a prescrição da pretensão executória ocorre após o trânsito em julgado da sentença para ambas as partes (art. 110 do CP). Seu prazo começa a fluir, entretanto, da data do trânsito em julgado para a acusação (art. 110, § 1º, do CP) e regula-se pela pena concretizada na decisão. No caso, como a pena de suspensão transitou em julgado em 10 de junho de 1996, a prescrição da execução da pena, que no caso é de dois anos (art. 301, inc. I, da Lei 6174/70), já foi alcançada. Desta forma, de ofício, declaro a prescrição da pretensão executória da pena, fixada na decisão de f. 162/164, subsistindo os seus efeitos secundários. Anote-se na fica funcional e arquive-se. Curitiba, 08 de janeiro de 2004. (a) **Des. Roberto Pacheco Rocha,** Corregedor-Geral da Justiça".
Curitiba, 19 de janeiro de 2004.

DIVISÃO DE APOIO AO CONSELHO DA MAGISTRATURA

Relação nº 01/2004

PUBLICAÇÃO DE DESPACHO

01 - DESPACHO PROFERIDO PELO EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR **ROBERTO PACHECO ROCHA,** CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA, RELATOR NOS AUTOS DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº **2003.210-6.**
ACUSADO: **P.P.P.**
ADVOGADO: **RENI FERNANDES MACIEL.**
"Intime-se o defensor do acusado para que, em cinco (5) dias, esclareça se ainda tem interesse na inquirição das testemunhas arroladas na petição de f. 566/567 sob os números 3, 4, 7, 9 e 14, em caso positivo, explicitar objetivamente quais os fatos que pretende provar com esse ato. Adverte-se que a ausência de manifestação implicará na presunção de desistência quanto ao referido pedido. Curitiba, 6 de janeiro de 2004. (a) **Des. Roberto Pacheco Rocha**, Corregedor-Geral da Justiça.".

02 - DESPACHO PROFERIDO PELO EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR **OSVALDO NALLIM DUARTE,** JUIZ DE DIREITO AUXILIAR DA CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA, NOS AUTOS DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº **2003.254-8.**
ACUSADO: **I.R.**
ADVOGADOS: **VICTOR ALBERTO AZI BOMFIM MARINS, GRACIELA IURK MARINS, VICTOR ALEXANDRE BOMFIM MARINS e LUIZ ROBERTO AHRENS.**
"Designo a inquirição das testemunhas (f. 221) para o dia 11.02.04, às 14 horas. Cumpram-se as diligências necessárias. Curitiba, 14 de janeiro de 2004. (a) **Dr**. **Osvaldo Nallim Duarte,** Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça".

Curitiba, 19 de janeiro de 2004.

DIVISÃO DE APOIO AO CONSELHO DA MAGISTRATURA

Relação nº **01/2004**

PUBLICAÇÃO DE VISTA

Processo Administrativo nº 2002.413-1/1.
Acusado: **C.E.A.E.**.
Advogado: **OSMANN DE OLIVEIRA**.

"Vista à defesa, por 10 (dez) dias, para suas razões finais, na forma do art. 291, §12º, do Regimento Interno do Tribunal de Justiça. Int. Curitiba, 18 de dezembro de 2003. (a) Des. Roberto Pacheco Rocha - Corregedor-Geral da Justiça".

Curitiba, 19 de janeiro de 2004.

Tribunal de Alçada

Divisão de Processo Cível

II Divisão Cível
Oitava Câmara Cível
Emitido em: 19/01/2004

Relação No. 2004.00063 de Publicação (Analítica)

ÍNDICE DE PUBLICAÇÃO

Advogado	Ordem	Processo
Alceu Conceição Machado Filho	007	0252409-0
Aldaci Do Carmo Capaverde	005	0252329-7
Andre Luiz Bonat Cordeiro	007	0252409-0
André Luiz Calvo	003	0252321-1
Antonio Augusto Ferreira Porto	007	0252409-0
Armando De Souza Santana Junior	002	0252318-4
Beatriz Schiebler	005	0252329-7
Clóvis José Gugelmin Distéfano	001	0251977-9
Cornelio Afonso Capaverde	005	0252329-7
Denise Moraes Novicki	001	0251977-9
Emuanela Catafesta	002	0252318-4
Fabiano Binhara	003	0252321-1
Fernando Augusto Sperb	007	0252409-0
Jair Antonio Wiebelling	004	0252328-0
Jander Luís Catarin	005	0252329-7
Jorge Gomes Rosa Neto	006	0252332-4
Jose Francisco Pereira	004	0252328-0
Júlio César Dalmolin	004	0252328-0
Kátia Naomi Yamada	008	0252454-5
Luis Oscar Six Botton	007	0252409-0
Luiz Fernando Brusamolin	003	0252321-1
Márcia L. Gund	004	0252328-0
Márcia Regina Da Silva	008	0252454-5
Olívio Horácio Rodrigues Ferraz	005	0252329-7
	006	0252332-4
Paulo Roberto Bonafini	008	0252454-5
Renato Galvão Carrilho	006	0252332-4
Renê José Stupak	002	0252318-4
Ricardo Luiz De Oliveira	006	0252332-4
Robson Fernando Santos	007	0252409-0
Ronaldo Gomes Neves	008	0252454-5
Silvio Binhara	003	0252321-1
Telismara Aparecida D. Klimiont	002	0252318-4
Thaís Helena Alves Rossa	006	0252332-4

Despachos Presidente

001. 0251977-9 Agravo de Instrumento

Protocolo: 2004/2657. Matéria: Execução. Comarca: São Mateus do Sul. Vara: Vara Cível. Ação Originária: 200300000579 Embargos de Terceiro. Autos Complementares: 200100000616 Execução de Título Extrajudicial. Agravante: Nádia Flaresso. Agravante: Pauline Flaresso. Agravante: Frederico Flaresso Neto. Adv.: Clóvis José Gugelmin Distéfano. Agravado: Silvestre Sulte. Adv.: Denise Moraes Novicki. Órgão Julgador: Oitava Câmara Cível. Relator: Juiz Rosana Fachin. Despacho:
Vistos.
Trata-se de agravo , por instrumento, com pedido de efeito suspensivo, interposto por NÁDIA FLORESSO, PAULINE FLORESSO, FREDERICO FLORESCO NETO (menores, representados por sua mãe LUCICLÉIA DE FÁTIMA RECLINSKI VIEIRA), que impugnaram parcialmente decisão (fls. 14) proferida pela MMª Juíza de Direito da Vara Cível da Comarca de São Mateus do Sul, na ação de embargos de terceiro que opuseram em face de SILVESTRE SULTE.
Não se configuram, todavia, os requistos indispensáveis para aplicação do disposto no artigo 527, III, do Código de Processo Civil.
A decisão que deferiu apenas parcialmente a medida buscada, em caráter liminar, pelos autores da ação de embargos de terceiro, ora recorrentes, encontra-se devidamente fundamentada em aspectos probatórios apontados pela MM. Juíza 'a quo', e não se revela flagrantemente ilegal e tampouco teratológica, pois encontra respaldo nas normas consubstanciadas nos artigos 1.203,1.033,IV, e 1.997, do Código de Processo Civil.
As alegações dos agravantes, de que a sociedade não se extinguiu e continua em regular funcionamento, e de que o valor do aluguel não pode ser reduzido, porque se reveste de caráter alimentar, re-

ferem-se à matéria de índole probatória e deverão ser avaliadas quando do julgamento do mérito do presente recurso.
Observe-se, ainda, que a quantia de R$ 127,82 (cento e vinte e sete reais e oitenta e dois centavos), cujo desconto foi determinado na decisão recorrida, diz respeito à pensão mensal fixada em favor do ora recorrido, em ação por indenização de acidente de trânsito com sentença transitada em julgado, em face de execução (fls. 71/72, 76/80).
Ante o exposto, denego o efeito suspensivo.
Publique-se.
Curitiba, 13 de janeiro de 2004.
JOSUÉ D. DUARTE MEDEIROS
Presidente.

Despachos Presidente

002. 0252318-4 Agravo de Instrumento

Protocolo: 2004/4108. Matéria: Execução. Comarca: Curitiba. Vara: 7a Vara Cível. Ação Originária: 200000001090 Execução de Título Extrajudicial. Agravante: Banco Bamerindus do Brasil S/a. Adv.: Armando de Souza Santana Junior. Adv.: Emuanela Catafesta. Agravado: Francisco Gremski. Adv.: Renê José Stupak. Adv.: Telismara Aparecida Diniz Klimiont. Agravado: Rogério Baumel. Órgão Julgador: Oitava Câmara Cível. Relator: Juiz Dimas Ortêncio de Melo. Despacho:
Vistos.
A decisão impugnada foi proferida em causa que não tem curso nas férias forenses.
Assim, inexistindo matéria urgente a justificar imediato pronunciamento desta Presidência (artigo 24, inciso XXV, do Regimento Interno desta Corte, e 68, da Lei Complementar nº 35/79), determino a devolução dos autos à Divisão Cível e, findas as férias forenses, sua remessa ao ilustre Juiz relator.
Publique-se.
Curitiba, 14 de janeiro de 2004.
JOSUÉ D. DUARTE MEDEIROS
Presidente
Agravo de Instrumento nº 251.427-4 - fls.2

Despachos Presidente

003. 0252321-1 Agravo de Instrumento

Protocolo: 2003/198306. Matéria: Execução. Comarca: Curitiba. Vara: 3a Vara Cível. Ação Originária: 200300001096 Obrigação de Fazer. Agravante: Cidadela S/a. Adv.: Luiz Fernando Brusamolin. Adv.: André Luiz Calvo. Agravado: Otávio Tupinambá Rodrigues. Agravado: Elizabeth Cordeiro Rodrigues. Agravado: Daniele Cordeiro Rodrigues. Adv.: Silvio Binhara. Adv.: Fabiano Binhara. Órgão Julgador: Oitava Câmara Cível. Relator: Juiz Antenor Demeterco Junior. Despacho:
Vistos.
A decisão impugnada foi proferida em causa que não tem curso nas férias forenses e inexistindo matéria urgente a justificar imediato pronunciamento desta Presidência (artigo 24, inciso XXV, do Regimento Interno desta Corte, e 68, da Lei Complementar nº 35/79), determino a devolução dos autos à Divisão Cível, com posterior remessa ao eminente Juiz relator.
Publique-se.

Despachos Presidente

004. 0252328-0 Agravo de Instrumento

Protocolo: 2004/4142. Matéria: Execução. Comarca: Maringá. Vara: 3a Vara Cível. Ação Originária: 9500000674 Execução de Título Extrajudicial. Agravante: Flávio Antonio Furlan. Adv.: Júlio César Dalmolin. Adv.: Jair Antonio Wiebelling. Adv.: Márcia L. Gund. Agravado: Banco Noroeste S/a. Adv.: Jose Francisco Pereira. Órgão Julgador: Oitava Câmara Cível. Relator: Juiz Antenor Demeterco Junior. Despacho:
Vistos.
A decisão impugnada foi proferida em causa que não tem curso nas férias forenses.
Assim, inexistindo matéria urgente a justificar imediato pronunciamento desta Presidência (artigo 24, inciso XXV, do Regimento Interno desta Corte, e 68, da Lei Complementar nº 35/79), determino a devolução dos autos à Divisão Cível e, findas as férias forenses, sua remessa ao ilustre Juiz relator.
Publique-se.
Curitiba, 15 de janeiro de 2004.
JOSUÉ D. DUARTE MEDEIROS
Presidente
Agravo de Instrumento nº 251.427-4 - fls.2

Despachos Presidente

005. 0252329-7 Agravo de Instrumento

Protocolo: 2004/4178. Matéria: Execução. Comarca: Curitiba. Vara: 17a Vara Cível. Ação Originária: 200100000853 Revisão de Contrato. Agravante: Hsbc Bank Brasil S/a - Banco Múltiplo. Adv.: Jander Luís Catarin. Adv.: Olívio Horácio Rodrigues Ferraz. Adv.: Beatriz Schiebler. Agravado: Maria Ines Bedani Palhares. Agravado: Luiz Carlos Palhares. Adv.: Aldaci do Carmo Capaverde. Adv.: Cornelio Afonso Capaverde. Órgão Julgador: Oitava Câmara Cível. Relator: Juiz Antenor Demeterco Junior. Despacho:
Vistos.
A decisão impugnada foi proferida em causa que não tem curso nas férias.
Assim, inexistindo matéria urgente a justificar imediato pronunciamento desta Presidência (artigo 24, inciso XXV , do Regimento Interno desta Corte e 68 da Lei Complementar nº 35/79), determino a devolução dos autos à Divisão Cível e, findas as féria forenses , sua remessa ao ilustre Juiz Relator.
Publique-se.
Curitiba, 15 de janeiro de 2004.
JOSUÉ D. DUARTE MEDEIROS
Presidente.

Despachos Presidente

006. 0252332-4 Agravo de Instrumento
Protocolo: 2004/4175. Matéria: Execução. Comarca: Curitiba. Vara: 13a Vara Cível. Ação Originária: 200000029052 Revisão de Contrato. Agravante: Hsbc Bank Brasil S/a - Banco Múltiplo. Adv.: Jorge Gomes Rosa Neto. Adv.: Thaís Helena Alves Rossa. Adv.: Olívio Horácio Rodrigues Ferraz. Agravado: Neusa Aparecida Palmieri. Agravado: Pedro Luiz França Mantovani. Adv.: Ricardo Luiz de Oliveira. Adv.: Renato Galvão Carrilho. Órgão Julgador: Oitava Câmara Cível. Relator: Juiz Antenor Demeterco Junior. Despacho:

Vistos.
A decisão impugnada foi proferida em causa que não tem curso nas férias forenses.
Assim, inexistindo matéria urgente a justificar imediato pronunciamento desta Presidência (artigo 24, inciso XXV, do Regimento Interno desta Corte, e 68, da Lei Complementar nº 35/79), determino a devolução dos autos à Divisão Cível e, findas as férias forenses, sua remessa ao ilustre Juiz relator.
Publique-se.
Curitiba, 15 de janeiro de 2004.
JOSUÉ D. DUARTE MEDEIROS
Presidente
Agravo de Instrumento nº 251.427-4 - fls.2

Despachos Presidente

007. 0252409-0 Agravo de Instrumento

Protocolo: 2004/4507. Matéria: Execução. Comarca: Curitiba. Vara: 4a Vara Cível. Ação Originária: 200200001151 Revisão de Contrato. Agravante: Banco Bamerindus do Brasil S/a - Em Liquidação Extrajudicial. Adv.: Luis Oscar Six Botton. Adv.: Robson Fernando Santos. Adv.: Antonio Augusto Ferreira Porto. Agravado: Iguassu Rent A Car Ltda e Outros. Adv.: Alceu Conceição Machado Filho. Adv.: Fernando Augusto Sperb. Adv.: Andre Luiz Bonat Cordeiro. Órgão Julgador: Oitava Câmara Cível. Relator: Juiz Antenor Demeterco Junior. Despacho:
Vistos.
A decisão impugnada foi proferida em causa que não tem curso nas férias forenses.
Assim, inexistindo matéria urgente a justificar imediato pronunciamento desta Presidência (artigo 24, inciso XXV, do Regimento Interno desta Corte, e 68, da Lei Complementar nº 35/79), determino a devolução dos autos à Divisão Cível e, findas as férias forenses, sua remessa ao ilustre Juiz relator.
Publique-se.
Curitiba, 15 de janeiro de 2004.
JOSUÉ D. DUARTE MEDEIROS
Presidente
Agravo de Instrumento nº 251.427-4 - fls.2

Despachos Presidente

008. 0252454-5 Agravo de Instrumento

Protocolo: 2004/4181. Matéria: Execução. Comarca: Londrina. Vara: 7a Vara Cível. Ação Originária: 200300001101 Medida Cautelar. Agravante: Empreluz Construções Ltda. Adv.: Ronaldo Gomes Neves. Adv.: Kátia Naomi Yamada. Agravado: Realluz Comércio de Materiais Elétricos Ltda. Adv.: Paulo Roberto Bonafini. Adv.: Márcia Regina da Silva. Órgão Julgador: Oitava Câmara Cível. Relator: Juiz Antenor Demeterco Junior. Despacho:
Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento, com pedido de efeito suspensivo, interposto por Empreluz Construções Ltda., buscando a reforma de decisão proferida pelo digno Juiz da 7ª Vara Cível de Londrina, na ação cautelar de arresto proposta por Realuz Comércio de Materiais Elétricos Ltda.
Nesta decisão (fls. 55/56), o magistrado deferiu liminarmente o arresto sobre crédito da agravante junto à Copel - Companhia Paranaense de Energia, no valor de R$ 22.219,63, sob o seguinte fundamento:
"Pela análise da inicial, já consignada, em cotejo com os documentos que a instruem, verificam-se presentes os requisitos exigidos para o deferimento da medida: o 'fumus boni iuris', resta evidente diante das cártulas constantes das fls. 14/17, que se constitui em título executivo extrajudicial, apto a embasar processo judicial; o 'periculum in mora', está demonstrado haja vista indícios de insolvência do devedor, notadamente pelos documentos de fls. 18/28, indicando uma série de obrigações não adimplidas."
A subsistência do arresto ficou condicionada à prestação de caução pelo agravado.
Recebo o recurso para processamento e, sem prejuízo do exame de mérito a ser oportunamente realizado, considero plausíveis os motivos pelos quais o julgador 'a quo' houve por bem deferir a liminar.
Verifica-se que o magistrado, ao exarar a decisão hostilizada, analisou todos os requisitos do artigo 813 do Código de Processo Civil, e concluiu pela existência de indícios veementes de insolvência da empresa agravante - em especial por contar com diversos títulos protestados, que, juntos, somam valores consideráveis. Fez a agravada, outrossim, prova literal da existência de dívida líquida e certa.
Além disso, da atenta leitura da argumentação exposta pela agravante, verifica-se que esta em nenhum momento aponta a existência de outros bens, que possam indicar que não se encontra em estado de insolvência.
Diante do exposto, denego o pretendido efeito suspensivo a este recurso.
Publique-se.
Curitiba, 16 de janeiro de 2.004.
JOSUÉ D. DUARTE MEDEIROS
Presidente

I Divisão Cível
Décima Câmara Cível
Emitido em: 19/01/2004

Relação No. 2004.00087 de Publicação (Analítica)

ÍNDICE DE PUBLICAÇÃO

Advogado	Ordem	Processo
Andrezza Maria Beltoni	001	0252219-6
Andréa Cordeiro Dos Santos	001	0252219-6
Carmen Gloria Arriagada Berrios	001	0252219-6
Fernanda Blasio Perez	002	0252223-0
Heber Gomes Da Silva	002	0252223-0
Heber Marcelo Gomes Da Silva	002	0252223-0
Liliane Christina Da S. Zaponi	002	0252223-0
Maria Amélia Cassiana M. Vianna	001	0252219-6
Sani Cristina Guimarães	002	0252223-0

Despachos Presidente

001. 0252219-6 Agravo de Instrumento

Protocolo: 2004/3729. Matéria: Demais cíveis. Comarca: Curitiba. Vara: 15a Vara Cível. Ação Originária: 200300001433 Revisão de Contrato. Agravante: Losango Promotora de Vendas Ltda. Adv.: Carmen Gloria Arriagada Berrios. Adv.: Maria Amélia Cassiana Mastrorosa Vianna. Agravado: Clarice Aparecida Neves. Adv.: Andrezza Maria Beltoni. Adv.: Andréa Cordeiro dos Santos. Órgão Julgador: Décima Câmara Cível. Relator: Juiz Macedo Pacheco. Despacho:
Vistos.
No presente recurso, a agravante LOSANGO PROMOTORA DE VENDAS LTDA. não postula a aplicação do disposto no artigo 527, inciso III, do Código de Processo Civil.
Assim, inexistindo matéria urgente a justificar imediato pronunciamento desta Presidência (artigo 24, XXV, do Regimento Interno desta Corte, e 68, da Lei Complementar nº 35/79), determino a devolução dos autos à Divisão Cível e, findas as férias forenses, sua remessa ao ilustre Juiz relator.
Publique-se.
Curitiba, 14 de janeiro de 2004.
JOSUÉ D. DUARTE MEDEIROS
Presidente

Despachos Presidente

002. 0252223-0 Agravo de Instrumento

Protocolo: 2004/3712. Matéria: Demais cíveis. Comarca: Maringá. Vara: 1a Vara Cível. Ação Originária: 200300000484 Ação Ordinária. Agravante: Serasa S/a. Adv.: Fernanda Blasio Perez. Adv.: Sani Cristina Guimarães. Agravado: Jair Passarela. Adv.: Heber Marcelo Gomes da Silva. Adv.: Heber Gomes da Silva. Adv.: Liliane Christina da Silva Zaponi. Órgão Julgador: Décima Câmara Cível. Relator: Juiz Edvino Bochnia. Despacho:
Vistos.
A decisão impugnada foi proferida em causa que não tem curso nas férias forenses.
Assim, inexistindo matéria urgente a justificar imediato pronunciamento desta Presidência (artigo 24, inciso XXV, do Regimento Interno desta Corte, e 68, da Lei Complementar nº 35/79), determino a devolução dos autos à Divisão Cível e, findas as férias forenses, sua remessa ao ilustre Juiz relator.
Publique-se.
Curitiba, 13 de janeiro de 2004.
JOSUÉ D. DUARTE MEDEIROS
Presidente
Agravo de Instrumento nº 251.427-4 - fls.2

Divisão de Processo Crime

Divisão Criminal
Segunda Câmara Criminal
Emitido em: 19/01/2004

Relação No. 2004.00086 de Publicação (Analítica)

ÍNDICE DE PUBLICAÇÃO

Advogado	Ordem	Processo
Aribert João Rannow	004	0252323-5
Deise Grapiglia	002	0252260-3
Eledir Helena Passos	001	0251160-4
Nelmon Jose Silva Junior	007	0252370-4
Nilton Ribeiro De Souza	006	0252361-5
Pedro Ivo Machado	009	0252471-6
Tania Mara Podgurski	008	0252373-5
Vera Dias Gomes	005	0252342-0
Vitor Hugo Scartezini	003	0252271-6

Despachos Presidente

001. 0251160-4 Habeas Corpus

Protocolo: 2003/196579. Matéria: Criminal. Comarca: Curitiba. Vara: 11a Vara Criminal. Ação Originária: 200300108761 Ação Penal. Autos Complementares: 200300107897 Pedido de Liberdade Provisória. Impetrante: Bel. Eledir Helena Passos. Paciente: Aline Valente da Costa Réu Preso. Adv.: Eledir Helena Passos. Impetrado: Juiz de Direito da Décima Primeira Vara Criminal da Comarca de Curitiba. Órgão Julgador: Segunda Câmara Criminal. Relator: Juiz Ronald Juarez Moro. Relator Convocado: Juiz Convocado Renato Naves Barcellos. Despacho:
1. Cuidam os autos de habeas corpus, com pedido liminar, impetrado pela advogada Eledir Helena Passos em favor de ALINE VALENTE DA COSTA, ao argumento de que esta sofre constrangimento ilegal ao seu direito de locomoção, por parte do douto Juízo de Direito da 11ª Vara Criminal da Comarca de Cascavel.
A paciente foi presa em flagrante e posteriormente denunciada pelo suposto cometimento do crime previsto no art. 157, § 2º, II, do Código Penal, tendo havido pedido de liberdade provisória, que foi indeferido pela douta autoridade impetrada.
Alega a impetrante, em síntese, o excesso de prazo na formação da culpa.
2. Solicitadas, as informações vieram prestadas às fls. 51/52.
3. Em análise liminar, não se verifica situação excepcional de patente ilegalidade, pois, ao que consta das informações prestadas pelo Juízo impetrado, trata-se de crime no qual há pluralidade de réus, justificando-se, pelo princípio da razoabilidade, a justa extrapolação do prazo estipulado pela legislação processual penal.
Ademais, conforme o teor do informativo de fls. 51/52, o interrogatório da paciente já deve ter ocorrido, estando provavelmente designada a data para audiência de oitiva de testemunhas de acusação, momento em que se considera finda a instrução criminal.
Assim, indefiro a liminar pleiteada.
4. Dê-se vista dos autos à douta Procuradoria Geral de Justiça.
Curitiba, 14 de janeiro de 2004.
DUARTE MEDEIROS
Presidente
Habeas Corpus nº 251.450-3 - fls. 2

Despachos Presidente

002. 0252260-3 Habeas Corpus

Protocolo: 2004/3234. Matéria: Criminal. Comarca: Cascavel. Vara: 2a Vara Criminal. Ação Originária: 200300028990 Ação Penal. Autos Complementares: 200300028990 Inquerito Policial. Impetrante: Bel. Deise Grapiglia. Paciente: Jurandir José de Souza Réu Preso. Adv.: Deise Grapiglia. Impetrado: Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Cascavel. Órgão Julgador: Segunda Câmara Criminal. Relator: Juiz Rafael Augusto Cassetari. Despacho:
1.Cuidam os autos de habeas corpus, com pedido liminar, impetrado pelo advogada Deise Grapiglia em favor de JURANDIR JOSÉ DE SOUZA, argumentando que este sofre constrangimento ilegal, por parte do douto Juízo da Segunda Vara Criminal da Comarca de Cascavel, em razão de excesso de prazo para a formação da culpa.
2.Em análise liminar do feito, não vislumbro o excesso de prazo alegado. Conforme entendimento desta Corte, o prazo para a conclusão da instrução nos delitos de tóxico que seguem o rito da Lei nº 10.409/02 é de 101 dias, contado em dobro (202 dias) quando se tratar de crime previsto nos artigos 12,13 e 14 da Lei 6.368/76, de acordo com o art. 35, parágrafo único, da Lei Antitóxica (redação dada pela Lei nº 8.072/90).
Assim sendo, indefiro a liminar pleiteada.
3.Oficie-se à autoridade apontada como coatora para que preste informações circunstanciadas. Autorizo, desde logo, a Chefia da Divisão Criminal desta Corte a assinar o ofício.
4.Após, dê-se vista dos autos à douta Procuradoria Geral de Justiça.
Curitiba, 14 de janeiro de 2004.
DUARTE MEDEIROS
Presidente

Despachos Presidente

003. 0252271-6 Habeas Corpus

Protocolo: 2004/2816. Matéria: Criminal. Comarca: Laranjeiras do Sul. Vara: Vara Criminal. Ação Originária: 200300000067 Ação Penal. Autos Complementares: 200300000400 Inquerito Policial. Impetrante: Bel. Vitor Hugo Scartezini. Paciente: Vilson Valdecir Pedroso da Silva Réu Preso. Adv.: Vitor Hugo Scartezini. Impetrado: Juiz de Direito da Vara Criminal de Laranjeiras do Sul. Órgão Julgador: Segunda Câmara Criminal. Relator: Juiz João Kopytowski. Despacho:
1. Cuidam os autos de habeas corpus, com pedido liminar, impetrado pelo advogado Vitor Hugo Scartezini em favor de VILSON VALDECIR PEDROSO DA SILVA e ADAIR ZEFERIDO DA SILVA, ao argumento de que estes sofrem constrangimento ilegal por parte do douto Juízo da Vara Criminal da Comarca de Laranjeiras do Sul, por excesso de prazo para a formação da culpa.
Os pacientes foram presos em flagrante e posteriormente denunciados pelo suposto cometimento dos crimes previstos nos arts. 12, caput, e 14 da Lei 6.368/76, na forma do art. 69 do Código Penal.
Argumenta o impetrante, além do excesso de prazo, que a prisão dos pacientes é desnecessária, pois inexistem os requisitos da prisão preventiva.
2. Em análise liminar do feito, não vislumbro o excesso de prazo alegado. Conforme entendimento desta Corte, o prazo para a conclusão da instrução nos delitos de tóxico que seguem o rito da Lei nº 10.409/02 é de 101 dias, contado em dobro (202 dias) quando se tratar de crime previsto nos artigos 12, 13 e 14 da Lei 6.368/76, de acordo com o art. 35, parágrafo único, da Lei Antitóxica (redação dada pela Lei nº 8.072/90). Por outro lado, extrai-se, do conteúdo dos autos, que o excesso alegado encontra-se superado pelo término da instrução criminal, pois já foram ouvidas as testemunhas arroladas na denúncia (Súmula 52 do STJ).
Quanto à inexistência dos requisitos da preventiva, verifica-se que os pacientes estão presos em virtude de prisão em flagrante, não estando a custódia embasada nos pressupostos do art. 312 do Código de Processo Penal, haja vista que não há indício nos autos de que tenha sido indeferido pedido de liberdade provisória por tais fundamentos.
3. Assim, indefiro a liminar pleiteada.
4. Oficie-se à douta autoridade impetrada para que preste as informações que julgar necessárias.
5.Após prestadas as informações, dê-se vista dos autos à douta

Procuradoria Geral de Justiça.
Curitiba, 14 de janeiro de 2004.
DUARTE MEDEIROS
Presidente
Habeas Corpus nº 251.550-8 - fls. 2

Despachos Presidente

004. 0252323-5 Habeas Corpus

Protocolo: 2004/3978. Matéria: Criminal. Comarca: Curitiba. Vara: 1a Vara Criminal. Ação Originária: 200300106513 Pedido de Liberdade Provisória. Autos Complementares: 200300106513 Inquerito Policial. Autos Complementares: 200300000008 Ação Penal. Impetrante: Bel. Aribert João Rannow. Paciente: Marcelo Brasilio Rosa Réu Preso. Adv.: Aribert João Rannow. Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Curitiba. Órgão Julgador: Segunda Câmara Criminal. Relator: Juiz Ronald Juarez Moro. Relator Convocado: Juiz Convocado Renato Naves Barcellos. Despacho:
1.Cuidam os autos de habeas corpus, com pedido liminar, impetrado pelo advogado Aribert João Rannow em favor de MARCELO BRASILIO ROSA, réu preso pela prática, em tese, do crime previsto no art. 155, §4º, inciso III, combinado com o art. 14, inciso II, do Código Penal, alegando que este sofre constrangimento ilegal por parte do douto juízo da Primeira Vara Criminal desta Capital.
Sustenta o impetrante, que o paciente não usou de chave mixa para adentrar ao veículo, conforme consta do auto de prisão em flagrante, não podendo, desta forma, incidir a qualificadora para o crime de roubo. Alega ainda, que com a procedência parcial da denúncia o regime de cumprimento de pena seria o aberto, não havendo assim, a necessidade de manutenção de sua prisão.
2.Não cumpre alegar pela via estreita do habeas corpus matéria fática, a ser analisada no curso da ação penal. Ainda, não há como se determinar, nesta fase processual, qual será o regime inicial de cumprimento de pena.
Assim sendo, por não vislumbrar ilegalidade, denego a liminar pleiteada.
3.Baixem os autos para que a autoridade impetrada preste informações circunstanciadas a respeito do feito.
4.Após, dê-se vista dos autos à douta Procuradoria Geral de Justiça.
Curitiba, 15 de janeiro de 2004.
DUARTE MEDEIROS
Presidente
Habeas Corpus nº 237.932-8 - fls. 2

Despachos Presidente

005. 0252342-0 Habeas Corpus

Protocolo: 2004/4070. Matéria: Criminal. Comarca: Curitiba. Vara: 1a Vara Criminal. Ação Originária: 200300111177 Ação Penal. Autos Complementares: 200300111177 Inquerito Policial. Impetrante: Bel. Vera Dias Gomes. Paciente: Inaldo Lima Silva Réu Preso. Paciente: Luciano Soares Réu Preso. Paciente: Fabio Gonçalves da Pinho Réu Preso. Adv.: Vera Dias Gomes. Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Curitiba. Órgão Julgador: Segunda Câmara Criminal. Relator: Juiz Luiz Zarpelon. Despacho:
1. Cuidam os autos de habeas corpus, com pedido liminar, impetrado pela advogada Vera Dias Gomes em favor de INALDO LIMA SILVA, LUCIANO SOARES e FÁBIO GONÇALVES DA PINHO, ao argumento de que estes sofrem constrangimento ilegal ao seu direito de locomoção por parte do douto Juízo da Primeira Vara Criminal desta Capital, por excesso de prazo para a formação da culpa.
Os pacientes foram presos em flagrante e posteriormente denunciados pelo suposto cometimento do crime previsto no art. 157, § 2º, I, II, c.c. art. 14, II, ambos do Código Penal.
2. Em análise liminar do feito, não vislumbro situação excepcional de patente ilegalidade, pois, diante da complexidade do feito, no qual há pluralidade de réus, justifica-se, pelo princípio da razoabilidade, a extrapolação do prazo processual. Por outro lado, dos documentos que instruem os autos extrai-se que a instrução criminal está prestes a se findar, tendo em vista que a audiência de testemunhas de acusação já foi designada para 26/01/2004.
Assim, indefiro a liminar pleiteada.
3. Encaminhem-se os autos à douta autoridade impetrada para que preste as informações que julgar necessárias.
4.Após prestadas as informações, dê-se vista dos autos à douta Procuradoria Geral de Justiça.
Curitiba, 15 de janeiro de 2004.
DUARTE MEDEIROS
Presidente
Habeas Corpus nº 251.550-8 - fls. 2

Despachos Presidente

006. 0252361-5 Habeas Corpus

Protocolo: 2004/4221. Matéria: Criminal. Comarca: São José dos Pinhais. Vara: 1a Vara Criminal. Ação Originária: 200300013763 Ação Penal. Autos Complementares: 225200000005 Pedido de Relaxamento de Prisão. Autos Complementares: 200300000306 Inquerito Policial. Impetrante: Bel. Nilton Ribeiro de Souza. Paciente: Claudemir de Jesus Réu Preso. Adv.: Nilton Ribeiro de Souza. Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de São José dos Pinhais. Órgão Julgador: Segunda Câmara Criminal. Relator: Juiz João Kopytowski. Despacho:
1.Cuidam os autos de habeas corpus, com pedido liminar, impetrado pelo advogado Nilton Ribeiro de Souza em favor de CLAUDEMIR DE JESUS, réu preso pela prática, em tese, do crime previsto no artigo 12 da lei 6.368/76, alegando que este sofre constrangimento ilegal por parte do douto juízo da Primeira Vara Criminal da Comarca de São José dos Pinhais.
Sustenta o impetrante, excesso de prazo na instrução criminal, pois já está preso há mais de 250 dias, sendo que a denúncia ainda não foi recebida.
2.Da análise dos documentos juntados, verifica-se que o excesso de prazo decorre de circunstância causada pela própria defesa ao requerer a realização do exame toxicológico, conforme pedido constante das fls. 55. Em tais casos, o entendimento jurisprudencial enseja a aplicação do princípio da razoabilidade, recomendando, portanto, a continuidade da prisão,
Assim sendo, denego a liminar pleiteada.
3.Oficie-se à autoridade impetrada para que preste as informações circunstanciadas relativas ao andamento do feito. Autorizo, desde logo, a Chefia da Divisão Criminal desta Corte a assinar o ofício.
4.Após, dê-se vista dos autos à douta Procuradoria Geral de Justiça.
Curitiba, 15 de janeiro de 2004.
DUARTE MEDEIROS
Presidente
Habeas Corpus nº 237.932-8 - fls. 2

Despachos Presidente

007. 0252370-4 Habeas Corpus

Protocolo: 2004/4356. Matéria: Criminal. Comarca: Curitiba. Vara: Central de Inquéritos. Ação Originária: 200300101058 Pedido de Prisão Temporária/preventiva. Autos Complementares: 200300120710 Inquerito Policial. Autos Complementares: 200200021486 Pedido de Prisão Temporária/preventiva. Autos Complementares: 18179 Comunicação de Prisão em Flagrante. Impetrante: Bel. Nelmon José Silva Júnior. Paciente: Edson Mafra Lopes Réu Preso. Adv.: Nelmon Jose Silva Junior. Impetrado: Juiz de Direito da Central de Inquéritos da Comarca de Curitiba. Órgão Julgador: Segunda Câmara Criminal. Relator: Juiz Ronald Juarez Moro. Relator Convocado: Juiz Convocado Renato Naves Barcellos. Despacho:
1. Cuidam-se de autos de habeas corpus, com pedido liminar, impetrado por Nelmon J. Silva Jr. em favor de EDSON MAFRA LOPES, ao argumento de que este sofre constrangimento ilegal ao seu direito de locomoção por parte do douto Juízo da Central de Inquéritos desta Capital.
2. Argumenta o impetrante que inexistem os requisitos da prisão preventiva.
3. A inicial deste pedido de habeas corpus não está devidamente instruída, não restando comprovada a efetiva existência do apontado constrangimento ilegal.
Sendo assim, deixo de conceder a liminar pleiteada.
4. Encaminhem-se os autos à douta autoridade impetrada, para que preste as devidas informações, como também para que envie fotocópia das principais peças do feito em que figura o paciente Edson Mafra Lopes.
5. Após prestadas as informações, dê-se vista à douta Procuradoria Geral de Justiça.
Curitiba, 15 de janeiro de 2004.
DUARTE MEDEIROS
Presidente
Habeas Corpus nº 237.134-2 - fls. 2

Despachos Presidente

008. 0252373-5 Habeas Corpus

Protocolo: 2004/4378. Matéria: Criminal. Comarca: Curitiba. Vara: Central de Inquéritos. Ação Originária: 200400002353 Pedido de Relaxamento de Prisão. Autos Complementares: 200400000042 Comunicação de Prisão em Flagrante. Impetrante: Bel. Tânia Mara Podgurski. Paciente: Márcio Ribeiro de Lima Réu Preso. Adv.: Tania Mara Podgurski. Impetrado: Juiz de Direito da Central de Inquéritos da Comarca de Curitiba. Órgão Julgador: Segunda Câmara Criminal. Relator: Juiz Rafael Augusto Cassetari. Despacho:
1. Cuidam os autos de habeas corpus, com pedido liminar, impetrado pela advogada Tânia Mara Podgurski em favor de MARCIO RIBEIRO DE LIMA, ao argumento de que este sofre constrangimento ilegal ao seu direito de locomoção, por parte do douto Juízo de Direito da Central de Inquéritos desta Capital.
O paciente foi preso em flagrante pelo suposto cometimento do crime previsto no art. 16 da Lei 10.826/03. Houve pedido de liberdade provisória, que foi indeferido pela douta autoridade coatora.
Alega a impetrante, em síntese, que não existem motivos para a manutenção da prisão do paciente, tendo em vista que este é primário, possui bons antecedentes e trabalho honesto. Requer, assim, a concessão liminar da ordem, para que seja expedido o competente alvará de soltura.
2. Não vislumbro situação excepcional de patente ilegalidade, tendo em vista que, em análise liminar, não se pode deixar de considerar o art. 21 da Lei 10.826/03, que estabelece a insuscetibilidade de liberdade provisória do crime pelo qual é investigado o paciente.
Assim, indefiro a liminar pleiteada.
4. Encaminhem-se os autos à autoridade apontada como coatora, para que preste informações circunstanciadas a respeito do feito.
5. Após, dê-se vista dos autos à douta Procuradoria Geral de Justiça.
Curitiba, 15 de janeiro de 2004.
DUARTE MEDEIROS
Presidente
HABEAS CORPUS Nº 252.373-5, DE CURITIBA
- CENTRAL DE INQUÉRITOS

Despachos Presidente

009. 0252471-6 Habeas Corpus

Protocolo: 2004/4724. Matéria: Criminal. Comarca: Guaratuba. Vara: Vara Criminal. Ação Originária: 200300000149 Ação Penal. Autos Complementares: 200300001480 Pedido de Liberdade Provisória. Impetrante: Bel. Pedro Ivo Machado. Paciente: Aramis Cândido de Castro Réu Preso. Adv.: Pedro Ivo Machado. Impetrado: Juiz de Direito da Vara Criminal da Comarca de Guaratuba. Órgão Julgador: Segunda Câmara Criminal. Relator: Juiz Rafael Augusto Cassetari. Despacho:
1. Cuidam os autos de habeas corpus impetrado pelo advogado Pedro Ivo Machado em favor de ARAMIS CÂNDIDO DE CASTRO, ao argumento, em resenha, que este sofre constrangimento ilegal ao seu direito de locomoção, por parte do douto Juízo de Direito da Comarca de Guaratuba, em razão de inexistência de justa causa e excesso de prazo na formação da culpa.
2. Não há formulação de pedido liminar.
3. Oficie-se, com a devida urgência, à eminente autoridade apontada como coatora para que preste as informações circunstanciadas. Autorizo, desde logo, a Chefia da Divisão Criminal desta Corte a assinar o ofício.
4. Com as informações, dê-se vista à douta Procuradoria Geral de Justiça.
5. Oportunamente, ao eminente Juiz Relator.
Curitiba, 15 de janeiro de 2004.
DUARTE MEDEIROS
Presidente
Habeas Corpus nº 237.134-2 - fls. 2

Divisão Criminal
Segunda Câmara Criminal
Emitido em: 19/01/2004

Relação No. 2004.00088 de Publicação (Analítica)

ÍNDICE DE PUBLICAÇÃO

Advogado	Ordem	Processo

Despachos Presidente

001. 0251867-8 Habeas Corpus

Protocolo: 2004/2085. Matéria: Criminal. Comarca: Curitiba. Vara: 2a Vara Criminal. Ação Originária: 9200002730 Ação Penal. Impetrante: Jucilio da Silva Réu Preso. Impetrado: Juiz de Direito da Segunda Vara Criminal da Comarca de Curitiba. Órgão Julgador: Segunda Câmara Criminal. Relator: Juiz Luiz Zarpelon. Despacho:
1.Cuidam os autos de habeas corpus impetrado por JUCILIO DA SILVA em seu próprio favor, ao argumento de que sofre constrangimento ilegal ao seu direito de locomoção, por parte do douto Juízo de Direito da Segunda Vara Criminal desta Capital.
Relata que foi condenado à pena de 1 ano e 6 meses de reclusão por infração ao art. 171, caput, c/c art. 29, ambos do Código Penal. Aduz, todavia, que ocorreu a prescrição da pretensão punitiva, na modalidade retroativa, uma vez que entre a data do fato e a data em que foi proferida a sentença condenatória decorreram 4 anos, 2 meses e 6 dias.
2. O feito não possui pedido liminar.
Assim, baixem os autos à douta autoridade impetrada, para que preste as informações que julgar necessárias.
3. Após prestadas as informações, dê-se vista à douta Procuradoria Geral de Justiça.
Curitiba, 08 de janeiro de 2004.
MANASSÉS DE ALBUQUERQUE
Presidente em exercício
Habeas Corpus nº 237.134-2 - fls. 2

Divisão Criminal
Terceira Câmara Criminal
Emitido em: 19/01/2004

Relação No. 2004.00089 de Publicação (Analítica)

ÍNDICE DE PUBLICAÇÃO

Advogado	Ordem	Processo
Rosiane Máximo Dos Santos	001	0252343-7

Despachos Presidente

001. 0252343-7 Habeas Corpus

Protocolo: 2004/4061. Matéria: Criminal. Comarca: Guaíra. Vara: Vara Criminal. Ação Originária: 200300000067 Ação Penal. Autos Complementares: 200300000045 Ação Penal. Impetrante: Bel. Rosiane Máximo dos Santos. Paciente: Daniel Siqueira Duarte Réu Preso. Adv.: Rosiane Máximo dos Santos. Impetrado: Juiz de Direito da Vara Criminal da Comarca de Guaíra. Órgão Julgador: Terceira Câmara Criminal. Relator: Juiz Sônia Regina de Castro. Despacho:
1.Cuidam os autos de habeas corpus, com pedido liminar, impetrado pela advogada Rosiane Máximo dos Santos em favor de DANIEL SIQUEIRA LEITE, ao argumento de que este sofre constrangimento ilegal ao seu direito de locomoção, por parte do douto Juízo de Direito da Vara Criminal de Guaíra.
O paciente foi denunciado e posteriormente condenado pelo suposto cometimento do crime previsto no art. 12, caput, e 18, III, da Lei 6.368/76, tendo estado preso cautelarmente durante o processo.
Argumenta a impetrante, de acordo com o art. 2º, § 2º, da Lei 8.072, que o paciente possui o direito de apelar em liberdade, uma vez que é primário e tem bons antecedentes. Requer, assim, a concessão liminar da ordem para que o paciente possa apelar em liberdade.
2.A alegação formulada neste pedido, em princípio, não caracteriza situação excepcional de patente ilegalidade, pois, conforme consignado na sentença condenatória, o paciente esteve preso durante a instrução criminal. Sendo assim, não aparenta ilegalidade o entendimento que impediu o paciente de apelar da sentença em liberdade, pois "Não se concede o direito de apelar em liberdade a réu que permaneceu preso durante toda a instrução do processo, pois a manutenção na prisão constitui-se em um dos efeitos da respectiva condenação" (STJ, HC 23956, rel. Min. Gilson Dipp, DJ 16/06/2003, p. 356).
3. Diante disso, indefiro o pedido liminar.
4. Oficie-se à douta autoridade impetrada, para que preste as devidas informações, ficando o Chefe da Divisão Criminal autorizado a subscrever o respectivo expediente.
5. Após, dê-se vista dos autos à douta Procuradoria Geral de Justiça.
Curitiba, 15 de janeiro de 2004.
DUARTE MEDEIROS
Presidente
Habeas Corpus nº 237.134-2 - fls. 2

Divisão Criminal
Quarta Câmara Criminal
Emitido em: 19/01/2004

Relação No. 2004.00091 de Publicação (Analítica)

ÍNDICE DE PUBLICAÇÃO

Advogado	Ordem	Processo
Edson Aparecido Stadler	003	0252275-4
Francisco Lopes	004	0252368-4
Paulo Sergio Piasecki	002	0251888-7
Vitor Hugo Scartezini	001	0251290-7

Despachos Presidente

001. 0251290-7 Habeas Corpus

Protocolo: 2003/197810. Matéria: Criminal. Comarca: Cascavel. Vara: 2a Vara Criminal. Ação Originária: 200300035902 Pedido de Liberdade Provisória. Impetrante: Bel. Vitor Hugo Scartezini. Paciente: Luiz Alberto Simsen Réu Preso. Adv.: Vitor Hugo Scartezini. Impetrado: Juiz de Direito da Segunda Vara Criminal da Comarca de Cascavel. Órgão Julgador: Quarta Câmara Criminal. Relator: Juiz Lidio J. R. de Macedo. Despacho:
1. Cuidam os autos de habeas corpus, com pedido liminar, impetrado pelo advogado Vitor Hugo Scartezini em favor de LUIZ ALBERTO SIMSEN, ao argumento de que este sofre constrangimento ilegal ao seu direito de locomoção, por parte do douto Juízo de Direito da Segunda Vara Criminal da Comarca de Cascavel.
O paciente foi preso em flagrante e posteriormente denunciado pelo suposto cometimento do crime previsto no art. 180, caput, do Código Penal. Houve pedido de liberdade provisória, que foi indeferido pela douta autoridade coatora.
Alega o impetrante, em síntese, a inexistência dos pressupostos autorizadores da prisão preventiva.
2. Em análise liminar, observa-se que a decisão que indeferiu o pedido de liberdade provisória está devidamente fundamentada, esclarecendo a necessidade da manutenção da segregação do paciente em razão da garantia da ordem pública. Ademais, não se pode olvidar que sua conduta social pretérita é de todo reprovável, pautada, inclusive, pela anterior decretação de sua prisão pelo Juízo de Foz do Iguaçu, conforme atesta o informativo de fls. 22/23.
Não vislumbro, portanto, situação excepcional de patente ilegalidade, razão pela qual indefiro a liminar pleiteada.
3. Dê-se vista dos autos à douta Procuradoria Geral de Justiça.
Curitiba, 14 de janeiro de 2004.
DUARTE MEDEIROS
Presidente

Despachos Presidente

002. 0251888-7 Habeas Corpus

Protocolo: 2004/2269. Matéria: Criminal. Comarca: Campina Grande do Sul. Vara: Vara Criminal. Ação Originária: 200300000110 Ação Penal. Autos Complementares: 200300000498 Pedido de Liberdade Provisória. Autos Complementares: 200300000472 Inquerito Policial. Impetrante: Juscelino Pereira Réu Preso. Adv.: Paulo Sergio Piasecki. Impetrado: Juiz de Direito da Vara Criminal da Comarca de Campina Grande do Sul. Órgão Julgador: Quarta Câmara Criminal. Relator: Juiz Lidio J. R. de Macedo. Despacho:
1. Cuidam os autos de habeas corpus, com pedido de liminar, impetrado pelo advogado Paulo Sérgio Piasecki, em favor de JUSCELINO PEREIRA, ao argumento, em resenha, que este sofre constrangimento ilegal ao seu direito de locomoção, por parte do douto Juízo de Direito da Vara Criminal da Comarca de Campina Grande do Sul, em razão de indeferimento de pedido de revogação de prisão preventiva e ou liberdade provisória e por excesso de prazo para o ato do interrogatório.
Alega, em síntese, que foi preso por força de decreto preventivo em data de 24/11/03 e que responde processo por receptação qualificada (combustível). Salientando a ausência de fundamentação do despacho que decretou a preventiva, assevera que os demais acusados já foram liberados através de pedido de liberdade provisória e que não persiste mais a necessidade de sua segregação, tendo em vista possuir todas as condições pessoais favoráveis para que possa responder em liberdade a ação penal.
2. Para a análise da liminar, entendo necessários ulteriores esclarecimentos a respeito do atual andamento do feito.
3. Oficie-se, com a devida urgência, à eminente autoridade apontada como coatora para que preste as informações circunstanciadas, especialmente em relação à liberdade provisória concedida aos demais denunciados. Autorizo, desde logo, a Chefia da Divisão Criminal desta Corte a assinar o respectivo expediente.
Curitiba, 09 de janeiro de 2004.
MANASSÉS DE ALBUQUERQUE
Presidente em exercício

Despachos Presidente

003. 0252275-4 Habeas Corpus

Protocolo: 2004/3939. Matéria: Criminal. Comarca: Curitiba. Vara: 3a Vara Criminal. Ação Originária: 200300131860 Ação Penal. Autos Complementares: 200300131860 Inquerito Policial. Impetrante: Bel. Edson Aparecido Stadler. Paciente: Dirceu Veloso Réu Preso. Adv.: Edson Aparecido Stadler. Impetrado: Juiz de Direito da 3ª Vara Criminal da Comarca de Curitiba. Órgão Julgador: Quarta Câmara Criminal. Relator: Juiz Marcus Vinicius de Lacerda Costa. Despacho:

1Cuidam os autos de habeas corpus, com pedido liminar, impetrado pelo advogado Edson Aparecido Stadler em favor de DIRCEU VELOSO, alegando que este sofre constrangimento ilegal por parte do douto juízo da Terceira Vara Criminal desta Capital.
O paciente foi preso em flagrante delito pelo suposto cometimento dos crimes previstos no artigo 12 e 14 da Lei 6.368/76. Argumenta-se, em síntese, a ausência de fundamentos para a manutenção da prisão do paciente.
2.Não se extrai dos autos que a ilegalidade ora apontada tenha sido apreciada pelo douto juízo impetrado, uma vez que não há notícia de que o paciente tenha requerido o relaxamento da sua prisão em flagrante. Portanto, não vislumbro o patente constrangimento ilegal, razão pela qual denego o pedido liminar.
3.Baixem os autos a fim de que a autoridade apontada como coatora preste informações circunstanciadas.
4.Após, dê-se vista dos autos à douta Procuradoria Geral de Justiça.
Curitiba, 14 de janeiro de 2004.
DUARTE MEDEIROS
Presidente
HABEAS CORPUS N° 252.275-4:

Despachos Presidente

004. 0252368-4 Habeas Corpus

Protocolo: 2004/4168. Matéria: Criminal. Comarca: Cambé. Vara: Vara Criminal. Ação Originária: 200200000002 Ação Penal. Autos Complementares: 200300000164 Inquerito Policial. Impetrante: Bel. Francisco Lopes. Paciente: Mizael Pedro Rodrigues Réu Preso. Paciente: Airton Alberto da Silva Réu Preso. Adv.: Francisco Lopes. Impetrado: Juiz de Direito da Vara Criminal da Comarca de Cambé. Órgão Julgador: Quarta Câmara Criminal. Relator: Juiz Tufi Maron Filho. Despacho:
1. Cuidam os autos de habeas corpus, com pedido liminar, impetrado pelo advogado Francisco Lopes em favor de MIZAEL PEDRO RODRIGUES, ao argumento de que este sofre constrangimento ilegal ao seu direito de locomoção por parte do douto Juízo da Vara Criminal da Comarca de Cambé, por excesso de prazo para a formação da culpa.
O paciente foi denunciado pelo suposto cometimento do crime previsto no art. 157, § 2º, I, II e V, e § 3º, do Código Penal, tendo sido decretada a sua prisão temporária, que, após, foi convertida em prisão preventiva.
2. Em análise liminar do feito, não vislumbro situação excepcional de patente ilegalidade, pois, diante da complexidade do feito, no qual há pluralidade de réus, justifica-se, pelo princípio da razoabilidade, a extrapolação do prazo processual. Por outro lado, dos documentos que instruem os autos, extrai-se que o excesso de prazo alegado encontra-se praticamente superado, pois o término da fase de formação da culpa depende da oitiva de algumas testemunhas de acusação (Súmula 52 do STJ).
3. Assim, indefiro a liminar pleiteada.
4. Oficie-se à douta autoridade impetrada para que preste as informações que julgar necessárias, ficando o Chefe da Divisão Criminal autorizado a subscrever o respectivo expediente..
5.Após prestadas as informações, dê-se vista dos autos à douta Procuradoria Geral de Justiça.
Curitiba, 15 de janeiro de 2004.
DUARTE MEDEIROS
Presidente
Habeas Corpus nº 251.550-8 - fls. 2

Comarca da Capital

Crime

10ª Vara Criminal

COMARCA DE CURITIBA
DECIMA VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DR. D'ARTAGNAN SERPA SA

INTIMACAO DOS ADVOGADOS -
RELACAO NR. 003/2004

01 ACAO PENAL NRO.: 1993.0002405-1
REU: ANTONIA APARECIDA SOUSA,JOVINA FERREIRA DE MORAIS,DEBORAH CRISTINA DE MORAIS,LIAMAR SILVEIRA POERSCH,ADRIANO ADVINCULA AGUIAR, MARCIO JOSE RUTES,ELISABETE TEREZINHA CAVALI.
ADV: ELIEZER CASTRO DE QUEIROZ, AUGUSTINHO DA SILVA,CESAR ZERBINI,LUIZ ALBERTO LESCHKAU, WASHINGTON YAMANE.
OBJETO: CIENCIA DA SENTENCA PROLATADA EM 22/09/2003, QUE DECLAROU EXTINTA A PENA POR PRESCRICAO

02 ACAO PENAL NRO.: 1996.0006228-5
REU: CLAUDIO MISAEL DE CASTRO SILVA.
ADV: IRANI FERREIRA RIBEIRO.
OBJETO: MANIFESTAR-SE QUERENDO NA FASE DO ART.499 DO CPP

03 ACAO PENAL NRO.: 1997.0002641-8
REU: ELIO LUZ BARROS PEREIRA,JAIR TEIXEIRA, SERGIO MEDEIROS.
ADV: JOSE CARLOS CLAUDINO DA SILVA.
OBJETO: MANIFESTAR-SE QUERENDO NA FASE DO ART. 499 DO CPP.

04 ACAO PENAL NRO.: 1997.0003963-3
REU: ANTONIO CARLOS CORREIA MARTINS,MARCIO EDMUNDO DA SILVA CHAVES.
ADV: ELISANGELA SPONHOLZ DE SOUZA.
OBJETO: MANIFESTAR-SE QUERENDO NA FASE DO ART. 499 DO CPP.

05 ACAO PENAL NRO.: 1997.0003980-3
REU: MERCILIO CESAR CASAGRANDE FILHO,INES DA SILVA KAZMIERCZAK.
ADV: ZANDAIRA DA SILVA.
OBJETO: SENTENCA PROLATADA NA DATA DE 22/09/03 EXINTA A PUNIBILIDADE.

06 ACAO PENAL NRO.: 1997.0004063-1
REU: JOSE EMILIO RODRIGUES DE FRANCA,MANOEL VALMIR SANTANA.
ADV: DEAN FABIO BUENO DE ALMEIDA.
OBJETO: MANIFESTAR-SE QUERENDO NA FASE DO ART. 499 DO CPP.

07 ACAO PENAL NRO.: 1998.0003677-6
REU: JOSE APARECIDO PASSOS,NIVALDO FERREIRA DE MORAIS.
ADV: MARIA ALICE ROSS LEITE MACEDO, YARA FLORES LOPES STROPPA.
OBJETO: MANIFESTAREM-SE QUERENDO NA FASE DO ART. 499 DO CPP.

08 ACAO PENAL NRO.: 1998.0008891-1
REU: REGINALDO DE FREITAS PEDROSO.
ADV: JORGE MIGUEL PILOTTO NETO.
OBJETO: MANIFESTAR-SE QUERENDO NA FASE DO ART. 499 DO CPP

09 ACAO PENAL NRO.: 1999.0001565-7
REU: MARCIO CESAR SCHRAMM.
ADV: DIRCE ELANE PENTEADO.
OBJETO: ART. 499 DO CPP.

10 ACAO PENAL NRO.: 2000.0003165-8
REU: SILVIO NAME.
ADV: DELIVAR TADEU DE MATTOS.
OBJETO: MANIFESTAR-SE NA FAZSE DO ART. 405 DO CPP. E INTIMACAO DE NOVA C.PREC. A BRASILIA/DV.

11 ACAO PENAL NRO.: 2000.0004821-6
REU: HUGO SERGIO DE MESQUITA GAMBETTI.
ADV: AUGUSTO PASTUCH DE ALMEIDA, CAIO AUGUSTO MIRANDA RAMOS.
OBJETO: MANIFESTAREM-SE NA FASE DO ART. 499 DO CPP.

12 ACAO PENAL NRO.: 2000.0005800-9
REU: VALCIR CUNHA.
ADV: DEBORA MARIA C. DE ALBUQUERQUE.
OBJETO: FORNECER O PARADEIRO DO REU, SOB PENA DE REGRESSAO DO REGIME.

13 ACAO PENAL NRO.: 2001.0008248-3
REU: LUIZ CARLOS DE ARRUDA.
ADV: CASSIANO RICARDO MEDEIROS MOLIN.
OBJETO: MANIFESTAR-SE QUERENDO NA FASE DO ART. 499 DO CPP.

14 ACAO PENAL NRO.: 2001.0010124-0
REU: DIONEI DE SOUZA.
ADV: CARLOS ALBERTO O. CASAGRANDE.
OBJETO: MANIFESTAR-SE QUERENDO NA FASE DO ART. 499 DO CPP

15 ACAO PENAL NRO.: 2002.0000955-9
REU: LUIZ CARLOS DE ALMEIDA,JOSE MARIA DO NASCIMENTO.
ADV: DALVA FERREIRA CAMARGO.
OBJETO: MANIFESTAR-SE QUERENDO NA FASE DO ART. 499 DO CPP.

16 ACAO PENAL NRO.: 2003.0007466-2
REU: EMERSON PAULO BALBERG.
ADV: JISLAINE NEULS ALVES PRUDENTE.
OBJETO: DEFESA PREVIA

17 ACAO PENAL NRO.: 2003.0009846-4
REU: CRISTIANO GOLDRINE DE OLIVEIRA.
ADV: RAFAEL DRIESSEN OAB/PR.26.188.
OBJETO: APRESENTAR AS RAZOES DO RECURSO.

18 ACAO PENAL NRO.: 2003.0010943-1
REU: FRANCISCO ALVES DA SILVA.
ADV: FRANCISCO AFFONSO DE CAMARGO BELTRAO OAB/PR.17.582.
OBJETO: MANIFESTAR-SE SOBRE O ROL DE TESTEMUNHAS EM 03 DIAS

19 ACAO PENAL NRO.: 2003.0011396-0
REU: EDUARDO AHMAD,EDER FIUZA.
ADV: FRANCISCO AFONSO DE CAMARGO BELTRAO OAB/PR.17.582-PETER AMARO DE SOUZA OAB/PR 16.456.
OBJETO: AUDIENCIA DE TESTEMUNHAS ARROLADAS PELA DEFESA DESIGNADA PARA O DIA 16/02/2004 AS 13:30 HORAS.

20 ACAO PENAL NRO.: 2003.0011961-5
REU: ALEX JONE DE ALMEIDA.
ADV: WILSON MATTOS OAB/PR.9.554.
OBJETO: APRESSNTAR DEFESA PREVIA DO REU OU PARA QUE A DEFESA DIGA EXPRESSAMENTE SE PRETENDE ARROLAR TESTEMUNHAS ABONATORIAS NO PRAZO DE 03 DIAS

21 ACAO PENAL NRO.: 2003.0012296-9
REU: JOAO ANTONIO GONCALVES.
ADV: FRANCISCO AFFONSO DE CARMARGO BELTRAO OAB/PR.18.463.
OBJETO: AUDIENCIA DE TESTEMUNHAS DE ACUSACAO DESIGNADA PARA O DIA 09/02/2004 AS 16:00 HORAS E EXPEDICAO DE CARTA PRECATORIA PARA AS COAMRCAS DE COLOMBO/PR E SAO JOSAE DOS PINHAIS/PR PARA QUE AS TESTEMUNHAS GISELE LOPES E NELSON BECKI FERREIRA COMPARECAM NESTE JUIZ

COMARCA DE CURITIBA
DECIMA VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DR. D'ARTAGNAN SERPA SA
INTIMACAO DOS ADVOGADOS -
RELACAO NR. 003/2004

INDICE DE PUBLICACAO

ADVOGADO	ORDEM	PROCESSO
AUGUSTINHO DA SILVA	01	1993.0002405-1
AUGUSTO PASTUCH DE ALMEIDA	11	2000.0004821-6
CAIO AUGUSTO MIRANDA RAMOS	11	2000.0004821-6
CARLOS ALBERTO O. CASAGRANDE	14	2001.0010124-0
CASSIANO RICARDO MEDEIROS MOLIN	13	2001.0008248-3
CESAR ZERBINI	01	1993.0002405-1
DALVA FERREIRA CAMARGO	15	2002.0000955-9
DEAN FABIO BUENO DE ALMEIDA	06	1997.0004063-1
DEBORA MARIA C. DE ALBUQUERQUE	12	2000.0005800-9
DELIVAR TADEU DE MATTOS	10	2000.0003165-8
DIRCE ELANE PENTEADO	09	1999.0001565-7
ELIEZER CASTRO DE QUEIROZ	01	1993.0002405-1
ELISANGELA SPONHOLZ DE SOUZA	04	1997.0003963-3
FRANCISCO AFFONSO DE CAMARGO BELTRAO OAB/PR.1	18	2003.0010943-1
FRANCISCO AFFONSO DE CARMARGO BELTRAO OAB/PR.	21	2003.0012296-9
FRANCISCO AFONSO DE CAMARGO BELTRAO OAB/PR.17	19	2003.0011396-0
IRANI FERREIRA RIBEIRO	02	1996.0006228-5
JISLAINE NEULS ALVES PRUDENTE	16	2003.0007466-2
JORGE MIGUEL PILOTTO NETO	08	1998.0008891-1
JOSE CARLOS CLAUDINO DA SILVA	03	1997.0002641-8
LUIZ ALBERTO LESCHKAU	01	1993.0002405-1
MARIA ALICE ROSS LEITE MACEDO	07	1998.0003677-6
RAFAEL DRIESSEN OAB/PR.26.188	17	2003.0009846-4
WASHINGTON YAMANE	01	1993.0002405-1
WILSON MATTOS OAB/PR.9.554	20	2003.0011961-5
YARA FLORES LOPES STROPPA	07	1998.0003677-6
ZANDAIRA DA SILVA	05	1997.0003980-3

2ª Vara de Execuções Penais

JUIZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE EXECUÇÕES PENAIS

COMARCA DE CURITIBA - PARANÁ

RELAÇÃO PARA INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO NR: 01/04
CADASTRO: 95.314
SENTENCIADO(A): WILSON APARECIDO SANCHES
FILIAÇÃO: Valdecir Aparecido Sanches e Aparecida Chiuzili Sanches
BENEFICIO: LIVRAMENTO CONDICIONAL – 220/03
ADVOGADO(A) DR(A): MARCELO LUPOLI GUISSONI
OBJETO: Por decisão datada aos 09/01/04, foi DENEGADO o pedido acima mencionado.

CADASTRO: 122.802
SENTENCIADO(A): DANIEL RODRIGUES DE OLIVEIRA
FILIAÇÃO: Otacílio Rodrigues de Oliveira e Maria de Almeida
BENEFICIO: REGIME SEMI-ABERTO 1679/03
ADVOGADO(A) DR(A): JACKSON HASS GOMES
OBJETO Por decisão datada aos 09/01/04, foi DENEGADO o pedido acima mencionado.

CADASTRO: 110.977
SENTENCIADO(A): ODAIR VALENTIM CAETANO
FILIAÇÃO: Genivaldo Valentim Caetano e Noeli Maciel Caetano
BENEFÍCIO: REGIME SEMI-ABERTO-648/03
ADVOGADO (A) DR(A): EDGAR STOSKI DE ALBUQUERQUE
OBJETO: Por decisão datada aos 09/01/04, foi DENEGADO o pedido acima mencionado.

CADASTRO: 26.460
SENTENCIADO (A): JOSE CARLOS DE MORAES II
FILIAÇÃO: Delfino de Moraes e Maria Amélia de Moraes
BENEFÍCIO: REGIME ABERTO-1298/02
ADVOGADO (A) DR(A): DÉBORA M. CÉSAR DE ALBUQUERQUE
OBJETO: Por decisão datada de 09/01/04, foi DENEGADO o pedido acima mencionado.

CADASTRO: 117.522
SENTENCIADO (A): SILVIO CASTRO PEREIRA
FILIAÇÃO: Sergio Castro Pereira e Olinda Rosa Santos Pereira
BENEFÍCIO: REGIME SEMI-ABERTO 434/03
ADVOGADO (A) DRA: ANTONIO NEIVA DE MACEDO FILHO
OBJETO: Por decisão datada de 08/01/04, foi CONCEDIDO o pedido acima mencionado.

CADASTRO: 69.984
SENTENCIADO (A): SANTOS NUNES DE FARIAS
FILIAÇÃO: Aparicido Nunes de Farias e Josefa Lima de Farias
BENEFÍCIO: LIVRAMENTO CONDICIONAL – 287/03
ADVOGADO (A) DR(A): LAUREDSON DOS SANTOS
OBJETO: Por decisão datada de 08/01/04, foi INDEFERIDO o pedido acima mencionado.

CADASTRO: 106.977
SENTENCIADO (A): LEONARDO FREDERICO RODRIGUES HEIDEMANN
FILIAÇÃO: Antonio Bernardo Heidemann e Nelida Rodrigues Sampaio Heidemann
BENEFÍCIO: INDULTO-190/02
ADVOGADO (A) DR(A): DIVALMIRO OLEGÁRIO MAIA PEREIRA
OBJETO: Por decisão datada de 06/01/04, foi DENEGADO o pedido acima mencionado.

CADASTRO: 108.871
SENTENCIADO (A): ELCIO ROBERTO DOS SANTOS
FILIAÇÃO: Luiz Augusto dos Santos e Maria Aparecida dos Santos
BENEFÍCIO: UNIFICAÇÃO DE PENA-16/03
ADVOGADO (A) DR(A): NELSON SCARPIN JUNIOR
OBJETO: Juntar aos autos, no prazo de cinco dias, cópia da denúncia, sentença e acórdão, das ações penais referidas na inicial.

CADASTRO: 121.060
SENTENCIADO (A): ADÃO MARIANO DE LIMA
FILIAÇÃO: João Mariano de Lima e Maria Ribeiro Tibes
BENEFÍCIO: LIVRAMENTO CONDICIONAL-1089/03
ADVOGADO (A) DR(A): ÉCLAIR TAVARES TESSEROLI
OBJETO: Juntar aos autos, no prazo de cinco dias, reiterando a intimação nr. 32/03, certidão de antecedentes expedida pelo Distribuidor desta Capital.

CADASTRO: 125.299
SENTENCIADO (A): DANIEL CÉSAR FELICIANO DA SILVA
FILIAÇÃO: Cícero Feliciano da Silva e Maria da Gloria Bernardo
BENEFÍCIO: DETRAÇÃO DE PENA-05/03
ADVOGADO (A) DR(A): JUSSARA ROSA FLORES
OBJETO: Instruir o feito, no prazo de cinco dias, com atestado que esclareça a permanência e o comportamento carcerário do mesmo, no período de 25/08/01 a 11/12/01.

CADASTRO: 125.299
SENTENCIADO (A): DANIEL CÉSAR FELICIANO DA SILVA
FILIAÇÃO: Cícero Feliciano da Silva e Maria da Gloria Bernardo
BENEFÍCIO: DETRAÇÃO DE PENA-07/03
ADVOGADO (A) DR(A): JUSSARA ROSA FLORES
OBJETO: Instruir o feito, no prazo de cinco dias, com atestado que esclareça a permanência e o comportamento carcerário do mesmo, no período de 29/05/1992 a 01/10/1992.

CADASTRO: 119.555
SENTENCIADO (A): ANTONIO CARLOS ALVES DOS SANTOS
FILIAÇÃO: e Venilda Eloi Alves dos Santos
BENEFÍCIO: REGIME SEMI-ABERTO-1375/03
ADVOGADO (A) DR(A): GILMAR DA ROSA GARCIA
OBJETO: Juntar aos autos, no prazo de cinco dias, reiterando os termos do edital nr. 31/03, o instrumento procuratório.

CADASTRO: 120.615
SENTENCIADO(A): NOELI ALEXANDRA ESCHER
FILIAÇÃO: Osvino Artur Escher e Clementina Escher
BENEFICIO: REMIÇÃO DE PENA-1027/03
ADVOGADO(A) DR(A): SERGIO DOS SANTOS SILVEIRA
OBJETO: Juntar aos autos, no prazo de cinco dias, atestado mencionando o numero de dias trabalhados.

CADASTRO: 58.132
SENTENCIADO (A): MARIO GARCIA DA ROSA
FILIAÇÃO: Vicente Garcia da Rosa e Maria Godoi da Rosa
BENEFÍCIO: COMUTAÇÃO DE PENA-737/03
ADVOGADO (A) DR(A): ÉCLAIR TAVARES TESSEROLI e/ou MARICY PORTUGAL WERNECK
OBJETO:Juntar aos autos, no prazo de cinco dias, cópias das sentenças condenatórias cujas penas pretendem ver comutadas..

CADASTRO: 89.778
SENTENCIADO (A): ALCEU LUIZ ALVES DE LIMA
FILIAÇÃO: João Alves de Lima e Benedita de Lima
BENEFÍCIO: REGIME SEMI-ABERTO-1851/03
ADVOGADO (A) DR(A): SONIA REGINA SANTOS SILVEIRA
OBJETO: Este Juízo determinou, para que, no prazo de cinco dias, junte-se aos autos, certidão de antecedentes do Distribuidor Criminal desta Capital e comprovante de permanência e conduta carcerária relativo a todo período de prisão.

CADASTRO: 114.417
SENTENCIADO (A): GILBERTO PEITRUKA
FILIAÇÃO: Ercílio Peitruka e Esmeralda Portela Peitruka
BENEFÍCIO: REGIME ABERTO-1368/03
ADVOGADO (A) DR(A): MARISA F. COLACO PROENCA
OBJETO: Este Juízo determinou, para que, no prazo de cinco dias, junte-se aos autos, certidão de antecedentes expedida pelo Distribuidor Criminal desta Capital e proposta de emprego ou dar atendimento à portaria nr. 30/00, deste Juízo.

CADASTRO: 128.770
SENTENCIADO (A): ERICO AUGUSTO DA SILVA
FILIAÇÃO: Juscelino Augusto da Silva e Vilma Travasso da Silva
BENEFÍCIO: REGIME ABERTO-1369/03
ADVOGADO (A) DR(A): ANTONIO NEIVA DE MACEDO FILHO
OBJETO: Este Juízo determinou, para que, no prazo de cinco dias, junte-se aos autos, certidão de antecedentes expedida pelo Distribuidor Criminal desta Capital, comportamento da permanência e conduta carcerária, relativo a todo período de prisão.

SEGUNDA VARA DE EXECUÇÕES PENAIS

COMARCA DE CURITIBA - ESTADO DO PARANÁ

RELAÇÃO PARA INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS Nº 02/2004 - DC

CADASTRO: 104.864
SENTENCIADO: JAIR MAURICIO VIEIRA
FILIAÇÃO: Jose Vieira e Maria de Lourdes Vieira
ADVOGADO: NIVALDO MORAN
OBJETO: RATIFIQUE OU APRESENTE NOVA JUSTIFICATIVA NOS AUTOS DE REGIME ABERTO NO. 813/2002, BEM COMO JUNTE INSTRUMENTO PROCURATÓRIO, NO PRAZO DE 05(CINCO) DIAS.

Comarcas do Interior

Crime

Guarapuava

COMARCA DE GUARAPUAVA, PR.
2ª VARA CRIMINAL
JUIZ SUBSTITUTO DR. WILLIAM DA COSTA

RELAÇÃO n. 03/04

ADVOGADOS:
Antonio Lídio (3)
Francisco A. Siqueira Martins (2)
Omar Cassiano dos Santos (4)
Rodrigo Bettega Ressetti (5)
Samuel Ferreira Xalão (1)

1. - pedido de liberdade provisória n. 2003.820-4. Réu: Valdemir da Silva. Por decisão proferida aos 13.01.2004 foi INDEFERIDO o pedido de concessão de liberdade provisória formulado pelo réu Valdemir da Silva. Advogado Samuel Ferreira Xalão.

2. - pedido de liberdade provisória n. 2004.71-0. Réu: Antonio Vitor Martins. Por decisão proferida aos 13.01.2004 foi DEFERIDO o pedido de concessão de liberdade provisória formulado pelo réu Antonio Vitor Martins. Advogado Francisco A. Siqueira Martins.

3. - processo-crime n. 2003.383-0. Réus: Gilson Jose Martins dos Santos e Jose Bento dos Santos. Vista dos autos para os fins do art. 406 do CPP. Advogado Antonio Lídio.

4. - pedido de liberdade provisória n. 2004.45-0. Réu: Gilson Jose Martins dos Santos. Por decisão proferida aos 15.01.2004 foi INDEFERIDO o pedido de concessão de liberdade provisória formulado pelo réu Gilson Jose Martins dos Santos. Advogado Omar Cassiano dos Santos.

5. - pedido de liberdade provisória n. 2003.818-2. Réu: Osmar dos Santos. Por decisão proferida aos 15.01.2004 foi INDEFERIDO o pedido de concessão de liberdade provisória formulado pelo réu Osmar dos Santos. Advogado Rodrigo Bettega Ressetti.

Londrina

COMARCA DE LONDRINA - PARANÁ.
CARTÓRIO DA 4ª VARA CRIMINAL
RELAÇÃO DE INTIMAÇÃO nº. 11/2003
Dra.CARLA PEDALINO – JUÍZA DE DIREITO
REGINALDO ARCEBISPO DE SÁ - ESCRIVÃO

INDICE DE PUBLICAÇÃO

ADVOGADO	ORDEM	PROCESSO
ADRIANE SANTOS SELLA	001	140/02-I.J.
ERNESTO BOND CUNH	004	127/98
JOÃO DOS SANTOS GOMES FILHO	002	191/03-N.J.
MARCO ANTONIO DIAS L.CASTRO	001	140/02-I.J.
MARIO CESAR O. NEVES	003	261/02
RENATO CARVALHO FARAH	005	027/99
RODRIGO BRUM	001	140/02-I.J.
SEBASTIÃO DOMINGUES DA LUZ	006	21/01
WALTER GASTALDI	005	027/99

001- INTERPELAÇÃO JUDICIAL nº. 140/02 – Requerente: LUIZ HENRIQUE ALVES DE ABARCA E MESSAS CARLOS HENRIQUE ALVES DE ABARCA E MESSAS
"Intime-se a parte promovente para manifestar-se sobre a cota Ministerial de fls. 23 verso, em cinco(05) dias." (Certidão de fls.23vº: Tratando-se de procedimento de esfera privada, requer o Ministério Público sejam abertas vistas ao interpelante para que forneça novo endereço do interpelado ou manifeste seu interesse no prosseguimento do feito). Adv. Dr.MARCO ANTONIO DIAS LIMA CASTRO, OAB nº.13.665, Dra. ADRIANE SANTOS SELLA –OAB nº.20.234, e Dr. RODRIGO BRUM –OAB nº.25.920.

002- NOTIFICAÇÃO JUDICIAL nº. 191/03- Requerente CÂMARA MUNICIPAL DE LONDRINA.
"Manifeste-se a parte requerente sobre fls. 09/10, em cinco(05) dias." Adv. Dr. JOÃO DOS SANTOS GOMES FILHO –OAB nº.16.214

003- PROCESSO CRIME nº. 261/02- MINISTÉRIO PÚBLICO X JOSÉ FAUSTINO DE SOUZA.
"Manifestem-se as partes sobre a oportunidade do art. 499, do CPP. Int." Adv. Dr. MARIO CÉSAR DE OLIVEIRA NEVES – OAB nº.22.448.

004- PROCESSO CRIME nº. 127/98- MINISTÉRIO PÚBLICO X ELVIS BERTOLINO.
"Depreque-se à Comarca de São Jerônimo da Serra/Pr a oitiva da testemunha arrolada pela acusação, JONATHAN DIAS, com prazo de 40 (quarenta) dias." Adv. Dr. ERNESTO BOND CUNH –OAB nº.3.679.

005 – PROCESSO CRIME nº. 27/99 – MINISTÉRIO PÚBLICO X VALDIR ALVES DE BRITO e JORGE PEREIRA.
"...2-Intime-se o defensor do réu Valdir para manifestar-se sobre a certidão de fls. 175, anverso. Intime-se pelo Diário da Justiça. Prazo três dias." Adv. Dr. WALTER GASTALDI –OAB nº. 1828, Dr. RENATO CARVALHO FARAH –OAB nº. 22.007

006 – PROCESSO CRIME nº. 21/2001 – MINISTÉRIO PÚBLICO X HELIO MOREIRA CESAR.
"Para no prazo de Lei, apresentar defesa prévia." Adv. Dr. SEBASTIÃO DOMINGUES DA LUZ – OAB nº.5.021

COMARCA DE LONDRINA - PARANÁ.
CARTÓRIO DA 4ª VARA CRIMINAL
RELAÇÃO DE INTIMAÇÃO nº. 01/2004
Dr. RODRIGO AFONSO BRESSAN – JUIZ DE DIREITO DESIGNADO
REGINALDO ARCEBISPO DE SÁ - ESCRIVÃO

INDICE DE PUBLICAÇÃO

ADVOGADO	ORDEM	PROCESSO
CARLOS ALBERTO P. AZEVEDO	001	173/01-P.
GUSTAVO LESSA	002	196/00-P.
JOSÉ ROMEU DO AMARO FILHO	003	80/02-P.
KELY CARDOSO DESIDERIONI	004	129/85-PC.
	005	105/84-Inq.
LUIZ FERNANDO BEGNINI	006	79/96-PC.
007	149/97-PC.	
LUIZ TAVANARO GAYA	008	143/00-PC.
MARCELO AUGUSTUS VIEIRA	009	171/92-PC.
MARCELO FERNANDES SISTI GARCIA	010	69/01-P.Pv.
MARCO ANTONIO BUSTO DE SOUZA	011	240/03-C.P.J.
	012	151/95-PC.
MAURO VIOTTO	013	259/03-N.J.
PAULO SERGIO RODRIGUES	014	311/01-PC.
RONALDO G. NEVES	015	179/00-Inq.P.
SEBASTIÃO DOMINGUES DA LUZ	016	148/93-PC.
SILVANA PEDROSO	017	244/03-P.Vis.
SILVIA BENADUCE CASELLA	018	184/02-PC.
SHEILA M.M. A. ANGELO	019	75/03-H.C.
TANIA T. I. PTSILOS	020	149/02-I.P.

001. PEDIDO –173/01 – TV-CIDADE – "Proceder à devolução dos autos no prazo de 48:00 horas." Adv. Dr. CARLOS ALBERTO P.AZEVEDO.

002 – PEDIDO –196/00 – ONDA-PROVEDOR SERVIÇOS S/A – "Proceder à devolução dos autos no prazo de 48:00 horas." Adv. Dr. GUSTAVO LESSA.

003- PEDIDO -080/02- MAURO ANTONIO CANDARELLI - "Proceder à devolução dos autos no prazo de 48:00 horas." Adv. Dr. JOSÉ ROMEU DO AMARO FILHO.

004 – PROCESSO CRIME –129/85 – ANTONIO ZANIM - "Proceder à devolução dos autos no prazo de 48:00 horas." Adv. Dra. KELY CARDOSO DESIDERIONE.

005 – INQUÉRITO - 105/84 – JOÃO DOS SANTOS MOURA - "Proceder à devolução dos autos no prazo de 48:00 horas." Adv. Dr. KELLY CARDOSO DESIDERIONE.

006 – PROCESSO CRIME – 79/96 – SOLANGE PAULINO DA SILVA - "Proceder à devolução dos autos no prazo de 48:00 horas." Adv. Dr. LUIZ FERNANDO BEGNINI.

007 – PROCESSO CRIME - 149/97 – CLAUDINO AVELINO - "Proceder à devolução dos autos no prazo de 48:00 horas." Adv. Dr. LUIZ FERNANDO BEGNINI.

008 – PROCESSO CRIME – 143/00 – ALEX MOTA DOS SANTOS - "Proceder à devolução dos autos no prazo de 48:00 horas." Adv. Dr. LUIZ TAVANARO GAYA.

009 – PROCESSO CRIME – 171/92 – LUIZ SALVADOR RAMOS - "Proceder à devolução dos autos no prazo de 48:00 horas." Adv. Dr. MARCELO AUGUSTUS VIEIRA.

010 – PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS – 69/91 – MÔNICA FERNANDES SISTI GARCIA - "Proceder à devolução dos autos no prazo de 48:00 horas." Adv. Dr. MARCELO FERNANDES SISTI GARCIA.

011 - CAUTELAR PREPARATÓRIA DE JUSTIFICATIVA – 240/03 – JORGE MACRI - "Proceder à devolução dos autos no prazo de 48:00 horas." Adv. Dr. MARCO ANTONIO BUSTO DE SOUZA.

012 – PROCESSO CRIME – 151/95 – LUIZ CABRAL DE OLIVEIRA E OUTRO - "Proceder à devolução dos autos no prazo de 48:00 horas." Adv. Dr. MARCO ANTONIO BUSTO DE SOUZA.

013 – NOTIFICAÇÃO JUDICIAL – 259/03 – EDUARDO MARTINS COSTA - "Proceder à devolução dos autos no prazo de 48:00 horas." Adv. Dr. MAURO VIOTTO.

014 – PROCESSO CRIME – 311/01 – MARCIO VESPASIANO - "Proceder à devolução dos autos no prazo de 48:00 horas." Adv. Dr. PAULO SERGIO RODRIGUES.

015 - INQUÉRITO POLICIAL – 179/00 – A APURAR - "Proceder à devolução dos autos no prazo de 48:00 horas." Adv. Dr. RONALDO G. NEVES.

016 - PROCESSO CRIME - 148/93 – JOSÉ CLAUDIO EGIDIO E OUTRO - "Proceder à devolução dos autos no prazo de 48:00 horas." Adv. Dr. SEBASTIÃO DOMINGUES DA LUZ.

017 - PREPARATÓRIA VISTORIA E BUSCA E APREENSÃO – 244/03 – LECASA DESIGN –IND.MÓVEIS E DEC. - "Proceder à devolução dos autos no prazo de 48:00 horas." Adva. Dra. SILVANA PEDROSO.

018 – PROCESSO CRIME – 184/02 – ADENILSON LOPES DE SOUZA - "Proceder à devolução dos autos no prazo de 48:00 horas." – Adv. Dra. SILVIA BENADUCE CASELLA.

019 - HABEAS CORPUS - 75/03 – WALDOMIRO GUSMÃO - "Proceder à devolução dos autos no prazo de 48:00 horas." Adv. Dra. SHEILA M.M.A. ANGELO.

020 - INQUÉRITO POLICIAL – 149/02 - "Proceder à devolução dos autos no prazo de 48:00 horas." Adv. Dra. TANIA T. I. PTSILOS.

Maringá

JUÍZO DE DIREITO DA SEGUNDA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE MARINGÁ – PR
JUIZ: DRA. MÔNICA FLEITH LEMUCH
RELAÇÃO: nº 01/04

ADVOGADOS
Alexandre Modesto de Oliveira - 003
Eliane Regina dos Santos - 001
José Carlos Ragiotto - 003
Rui Santo Basso – 002
Sérgio de Silva Lima - 004

001.Carta Precatória nº 13/04 – Otávio Henrique Monteiro e Audiência Inquirição Testemunha de Defesa, dia 12.03.2004, às 14:30 horas
Advogada: Eliane Regina dos Santos

002.Carta Precatória 14/04 – Marcelo Anselmi Solinski
Audiência Admonitória, dia 27.02.2004, às 9:30 hs.
Advogado: Rui Santo Basso.

003.Carta Precatória nº 15/04 – Cláudio Adriano dos Santos Azevedo e Nelson Cristiano Martins Rios
Audiência Inquirição Testemunha de Acusação, dia 12.03.2004, às 15:15 hs.
Advogados: José Carlos Ragiotto e Alexandre Modesto de Oliveira

004.Ação Penal nº 127/03 – Márcio André Castilho da Silva. Devolver os autos em 3 dias, sob pena de comunicação a OAB.
Advogado: Sérgio da Silva Lima.

Palotina

JUÍZO DE DIREITO DA VARA CRIMINAL E ANEXOS.
COMARCA DE PALOTINA - PARANÁ
Maria Lúcia Freitas de Oliveira – Escrivã

RELAÇÃO N.º 01/2004

JUÍZA SUBSTITUTA: Drª. RAFAELA ZARPELON

Dr. REGINALDO L.S. SCHISLER	01
Dr. AUGUSTO FÉLIX RIBAS	02
Dr. ALEXANDRE BRAGA RIBEIRO	03
Dr. APARECIDO DA SILVA MARTINS	04
Dr. FELÍCIO MELOCRA	05

1) - PROCESSO CRIMINAL – 35/99-B – OSMAR MARQUES CAMARGO. – "O prazo para interposição do recurso (05 dias – artigo 593, I do CPP) deve ser computado na forma do artigo 798, § 1º do mesmo Código, iniciando-se portanto, no dia 27 de junho (sexta-feira) e encerrando-se no dia 1º de julho (segunda-feira), razão pela qual o recurso é intepestivo, estando correta a certidão de fls.268. ante ao exposto, nego seguimento ao recurso". Adv. Dr. Reginaldo L.S. Schisler. OAB/PR 29.294.

2) - PROCESSO CRIMINAL – 17/98 – CRISTIANO RICHARDT – Parte final da r. sentença de fl.99. "Tendo em vista a certidão de fl. 90, dando conta do cumprimento das condições impostas quando da suspensão do processo (fls.42/43), declaro extinta a punibilidade do réu nestes autos, com arrimo no artigo 89, § 5º, da Lei 9099/95". Adv. Dr. Augusto Félix Ribas. OAB/PR 26.872.

3) - PROCESSO CRIMINAL – 12/98 – EDSON RUYS NARDI – "Em virtude do término da instrução criminal, no prazo legal cumpra-se o disposto no art.499 do CPP". Adv. Dr. Alexandre Braga Ribeiro. OAB/PR 21.813.

4) - PROCESSO CRIMINAL – 28/2003 – CARLOS ALEXANDRE DOS SANTOS – " Às partes para que apresentem suas derradeiras, no prazo legal, na forma do art.499 do CPP". Adv. Dr. Aparecido da Silva Martins.

5) - PROCESSO CRIMINAL – 20/2001 – HERIEVÉRSON ROGÉRIO PINS e FLÁVIO ALBERTO SALAZAR DA SILVEIRA JÚNIOR – "Intime-se o defensor do acusado Herieverson, para que, no prazo de cinco (05) dias, manifeste-se sobre as testemunhas Marcela Farias, Valdeci Pins e Janaína Pins, as quais não foram intimadas (certidão de fls.172 verso), advertindo-o de que em caso de inércia entender-se-à que houve desistência da inquirição das mesmas" . Adv. Dr. Felício Melocra. OAB/PR 26.138.

Santa Helena

CARTÓRIO CRIMINAL DE SANTA HELENA-PR
RELAÇÃO Nº 04/04
JUIZ DE DIREITO: DR. GUSTAVO GERMANO FRANCISCO ARGUELLA
RELAÇÃO DE ADVOGADOS INTIMADOS
DR. MARCELO MARCOS CARDOSO - 01

01-PROCESSO CRIME Nº 10/03. RÉU: ALTAIR KRONE. Intime-se o defensor do réu para a audiência de justificação designada para o dia 23 de janeiro de 2004, às 15:00 horas. DR. MARCELO MARCOS CARDOSO.

Sertanópolis

COMARCA DE SERTANÓPOLIS - ESTADO DO PARANÁ
ÚNICA VARA CRIMINAL
JUIZ: DR. FERNANDO MOREIRA SIMÕES JÚNIOR.
RELAÇÃO N.º 01/04

ÍNDICE DE PUBLICAÇÃO

ADVOGADO	ORDEM	PROCESSO
MÔNICA CARVELO MONTANS ZAMARIAN	01	48/03

01 –CARTA PRECATÓRIA- 48/03- Vara Federal Criminal de Londrina-PR. Zilda Rita da Silva Melhado e outros. Redesignado o dia 11 de fevereiro de 2004, às 14:00 horas, neste Juízo, para audiência de inquirição da testemunha faltosa Cassia Cristina Gotardo Oliveira, arrolada pelo Ministério Público Federal. Adv. Drª . Mônica Carvelo Montans Zamarian.

Juizados Especiais

Campo Largo

COMARCA DE CAMPO LARGO
JUIZADO ESPECIAL CIVEL
RUA BENEDITO SOARES PINTO, 2006 – centro
JUIZA SUPERVISOR: JOSLAINE GURMINI NOGUEIRA
Relação n.º 06/04

Relação de advogados a serem intimados através da relação 06/04

Vitório Karan
Paulo Rodrigo Ferreira Pinto
Moacir Alvez Capucho
Maria Ângela Choma
Luciano Morais e Silva
Alexandre Zolet
Cláudio Xavier Petrick,
Álvaro Luiz da Silveira Schreiner
Karlla Maria Martini
Aurelio Ferreira Galvão.
Paulo Eduardo Breve
César Akiro Nakachima
Gustavo Henrique Brito dos Santos
Leonardo Kovara Boaretto
Marcio Augusto Verboski
Claudia Mara Gruber

Autos 735/02 0 Claudia Regina Dibas X Cosme Elisio dos Santos – Por sentença datada de 18/11/03 – Julgado procedente o pedido inicial para condenar o reclamado ao pagamento do valor de R$ 2.900,00 devidamente corrigidos monetariamente, desde a data da citação do requerido.Advogado: Paulo Rodrigo Ferreira Pinto X Vitório Karan

Autos 840/02 – Dalva Pascutti Momam X Banco Santander " Por sentença datada de 07/11/03Julgado extinto o feito, sem julgamento do mérito. Advogados:César Akihiro Nakachima, Gustavo Henrique Brito dos Sanbtos, Leonardo Kovara Verboski, Claudia Mara Gruber

Autos 541/01 – Arina da Pieade da Costa Sabim Por sentença datada de 02/12/03 – Conhecido os embargos de declaração, e quanto ao mérito, Julgado-os procedentes, para que a contradição de fls. 22 seja sanada, julgando o feito sem julgamento do mérito por inépcia da inicial, fulcrado no artigo 267, inciso I do CPC. Advogado: Paulo Eduardo Breve

Autos95/03 – Nilson Luiz dos Santos X Dirceia Castanho, João Carlos Tracz : Por sentença datada de 12/12/03, Homologado acordo celebrado em audiencia realizada em 11/11/03. Advogado: Raphael Marcondes Karan

Autos 940/02- Aparecida Rosa da Silva Solak X Banco do Brasil S/A - Por sentença datada de 324/11/03 que foi homologada em 28/11/03– Julgado parcialmente procedente o pedido inicial para condenar o requerido a indenizar a requerente pela importância de R$ 2.500,00 corrigidos monetariamente e acrescidos de juros legais desde a citação. Advogados: Karlla Maria Martini Xaurelio Ferreira Galvão.

Autos 464/03 – Raphael Mrcondes Karan X Eduardo Cheva Cequinel, Geovane Cheva, Celso Cequinel, Maria A C Cecinel. Por sentença datada de 25/11/03, julgado procedente o pedido inicial, para condenar os requeridos ao pagamento de R$ 1.890,00 com multa moratória de 2%, juos moratórios de 1% ao mês e correção montaria pelo IGPM, desde 28 de fevereiro de 2002, e por fim o valor de R$ 500,00 com multa moratória de 2%, juros moratórios de 1% ao mês e correção monetária pelo IGPM desde 1.º de dezembro de 2.002. Advogado: Raphael Marcondes Karan

Autos 412/99 – Marilda da Conceição do Pillar X Odicio Divino Tristão – Por sentença datada de 03/12/03 – julgado extinto o Processo. Determinado o desentranhamento dos autos de Execução de n.º 357/92, com encaminhamento ao Juízo Cível local. Advogados:Moacir Alves Capucho, Maria Ângela Choma (Def.Publ)

Autos 57/02 – Kelen Cristina de Castro X Magma Consultoria e Treinamento em Informática e Unibanco. Por sentença datada de 17/11/03, homologada em 28/11/03 foi julgado parcialmente procedente o pedido inicial par condenar o requerido a indenizar o requerente pela impostância de R$ 1500,00 corrigidos monetariamente, acrescidos de juros legais (6% ao ano) desde 02/01/2002, data do evento danoso. Advogados: Luciano Morais e Silva, Alexandre Zolet X Cláudio Xavier Petrick, Álvaro Luiz da Silveira Schreiner

PODER JUDICIARIO – COMARCA DE CAMPO LARGO
JUIZADO ESPECIAL CIVEL
Secretária: RAQUEL SALOMÉ CECHN
Endereço: Rua Rui Barbosa, 1812 –B.Aparecida
(E- mail) rscechin@terra.com.br
JUIZA SUPERVISORA; JOSLAINE GURMINI NOGUEIRA
Relação n.º 07/2004

Relação de advogados a serem intimados através da relação 07/2004

Pedro Ângelo Andreassa
Flavia Lucia Moscal de Britto Mazur
Charles Miguel dos Santos Tavares
João Batista Athanásio
Raphael Marcondes Karan
Karlla Maria Martini
Heitor Otavio de Jesus Lopes
Heloisa Helena Benato
Andréa Ricetti Bueno Fusculim
Daniel Moreno Portella
Elis Raquel Sai Fraga
Darlene Costa Neizer
Antonio Waldemar Sávio
Marcos Puppi Rachinski
Cláudio Xavier Petryk
Rodrigo Ferreira
Álvaro Luiz da Silveira
Claudia Lucia R Mercê
Vera Lucia S Magalhães
Geraldo Mocellin
Dirceu A Zanlorenzi
Maricleia R Santos
Mauro Soviersoski Tatara

Autos 568/02 – Davi Antonio Gonçalves X Sanepar – Companhia de Saneamento do Paraná. Por sentença datada de 06/11/03 que foi homologada na mesma data, julgado parcialmente procedente o pedido, condenando a reclamada, Sanepar – Companhia de Saneamento do Paraná, a pagar ao autor, Sr. David Antonio Gonçalves, a importância de R$4.000,00 com correção desde 06/08/2000 e juros monetários a partir da citação. Advogados: Pedro Ângelo Andreassa X Flavia Lucia Moscal de Britto Mazur

Autos n.º238/99- Moacir Costa X Macir Moises Colodel.- Audiência de conciliação dia 17/02/2004, às 13:30 horas. Advogados: Maricleia R Santos X Maricleia R Santos.

Autos 44/02 – Eduardo Kosinski, Terezinha S Kosinski, Mario Jose Kosinski. Audiência de conciliação dia 17/02/2004, às 14:30 horas. Advogado: Marcos Puppi Rachinski

Autos 332/00 Aparecido Gonçalves . Por sentença datada de 17/11/03, julgado extinto o processo, sem julgamento de mérito. Advogado. Dirceu A Zanlorenzi.

Autos 261/03 – Maria Zilá Ferreira Maia X COCEL – Companhia Campolarguense de Energia Elétrica. Por sentença datada de 27/11/03, homologado acordo e julgado extinto o processo, com julgamento de mérito. Advogado: Raphael Marcondes Karan

Autos 218/99 – Bernadete Gogola Nalepa, Adriano Antonio Gogola X Nei de Oliveira Becker. Por sentença datada de 17/11/03 julgado extinto o processo, sem julgamento de mérito. Advogados: Vera Lucia S Magalhães X Geraldo Mocellin

Autos 366/03 João Adir Ceccato X Edson Luiz Baum e Andréia Lucia de Ávila Baum. Por sentença datada de 09/12/03 – julgado extinto o feito sem julgamento de mérito. Advogada: Claudia Lucia R Mercê.

Autos n.º856/02 – Maria do Rocio de Abreu Hansein Mehert X Unibanco (antigo Banco Nacional) . Por sentença datada de 03/11/03, que foi homologada em 10/11/03 Julgado procedente o pedido inicial, para condenar o requerido a indenizar a requerente pela importância de R$ 8.000,00 corrigidos monetariamente e acrescidos de juros legais dede 18/10/2002, data da constituição em mora, fls. 24 e 25. Advogados: Elis Raquel Sari Fraga, Antonio Waldemar Sávio, Darlene Costa Neizer X Cláudio Xavier Petryk, Rodrigo Ferreira, Álvaro Luiz da Silveira SchreinerMiguel Antonio Slowik

Autos nº149/03 – DEP Acessórios para Veículos Ltda X Bodo Aníbal Hermann. Por sentença datada de 28/11/03, julgado parcialmente procedente o pedido inicial, para condenar o requerido ao pagamento de R$ 324,00, corrigidos monetariamente a partir da data do vencimento das promissórias, bem como a juros de mora no percentual de 0,5% ao mês, contados a partir da data da citação. Advogado: Daniel Moreno Portella.

Autos n.º02/03 – Antonio Alcioni Araújo Junior X Juliano Zella Rossa : Por sentença datada de 09/12/03 – julgado procedente o pedido inicial para condenar o requerido no pagamento da quantia de R$ 2.100,00, corrigidos monetariamente da emissão do cheque corrigidos pelo INPC, bem como a incidência de juros de mora arbitrados em 0,5% ao mês corrigidos a partir da citação. Advogado: Raphael Mrcondes Karan.

Autos 521/02 – Joelcia Mria de Oliveira Cordeiro X Administração e Corretagem de Seguros S/C. Por sentença datada de 16/12/03 Homologado a decisão de fls. 56/57. Advogados Heloisa Helena Benato X Andréa Ricetti Bueno Fusculim

Autos 573/98 – Jose Vilmar Moras X Jair Rodrigues Flávio. Por sentença datada de 16/12/03 e diante da impossibilidade de localização do requerido, declarado extinto o feito, sem julgamento do mérito. Advogado: Heitor Otavio de Jesus Lopes

Autos 526/02 – Joelcia Mara de Oliveira Cordeiro X RBN Administrção e Corretagem de Seguros S/C.

Autos 548/99 – Agostinho Mazzon X Ernani Kochinski.Por sentença datada de 17/11/03, julgado extinto o processo, sem julgamento de mérito. Autorizado o desentranhamento da nota promissória, mediante juntada de fotocópia nos autos. Advogado: Heitor Otavio de Jesus Lopes

Autos 178/03 – Hirton Jorge Junior X Valdecir Rodrigues de Araújo – Por sentença datada de 15/12/03 julgado procedente o pedido inicial para determinar a transferência do veiculo VW Passat Pointer GT gasolina, ano 1983/1984, placa AAG 8722, cor azul e Renavan 52147066-8 para o nome do Sr Valdecir Rodrigues de Araújo, bem como para que todos os encargos do reverido veículo e multas contados do dia 01/10/2001, sejam passados para o reclamado. Intime-se o reclamado para no prazo de 10 dias transferir o veiculo para o seu nome. Advogado: Karlla Mria Matini

Autos 920/02 – Isidoro Karachenski X Claudemir Luiz Toaldo : Por sentença datada de 15/12/03 julgado procedente o pedido inicial, condenando o reclamado, no pagamento do valor de R$ 1.218,00, devidamente corrigidos monetariamente, incidindo juros de mora arbitrado em 0,5% ao mês corrigidos desde a data da emissão dos cheques de nºs 1832 e 1833. Advogado: Raphael Marcondes Karan

Autos 533/03 – Jorge Martin Malca Alfaro X Uniodonto : Por sentença datada de 27/11/03 – julgado procedendo o pedido inicial, condenando a Uniodonto de Curitiba –Cooperativa Odontológica, no pagamento do valor de R$4.800,00, devidamente corrigidos monetariamente, incidindo juros de mora arbitrados em 0,5% ao mês corrigidos desde a data da citação. Advogado:Charles Miguel dos Santos Tavares.

Autos 697/01 – Devair Aparecido Farias X Verônica Valio e Vicente Valio.Por sentença datada de 15/12/03, julgado parcialmente procedente o pedido inicial, apenas para determinar que os reclamados devolvam em Juízo os materiais do reclamante, no prazo de 05 dias.Advogado:João Batista Athanásio

Foz do Iguaçu

COMARCA DE FOZ DO IGUAÇU
SECRETARIA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RELAÇÃO Nº 002/2004

Advogados:

Anadir Rute dos Santos	06
Amanda Gimenes de Castro Cutinho	13
Ademar Martins Montoro	21
Antonio de Souza Pedroso	23
Andréia Ricci Silva Carvalho	37
Carlos Alexandre Cavallari Silva	04
Cássio Luiz Gomes Machado	10
Carlos Henrique Rocha	14,32
Cidnei Mendes karpinski	33
Carlos Augusto Crema	35
Deoclécio Barreto Machado	41
Dener Paulo Martini	35
Denise A. Comar Nakamura	36
Emerson Ricardo Galicioli	28,40
Elvio Legnani	28
Erivaldo Carvalho Lucena	11
Evangelista da Silva Santos	03
Egídio Fernando Arguello Junior	09,26
Eduardo Ribeiro Neto	19
Filomena Cecília Duarte	15,30
Indianara Alves de Quadros	27
Julio César Rocha Kuster Berutti	39
João Jorge Ziemann	33
Janyto Bomfim	01,02,24
João Augusto Martins Filho	05,41
Jose dos Passos Oliveira dos Santos	10
Jéferson Fosqueira	20
Mônica Ribeiro Tavares	07
Mauricio Machado Fernandes	08
Márcia M. C. Hauptmann	12
Márcia Dizarsz	22
Márcia Regina Verner	34,36
Marcelo Szadkoski	17
Marcos Vinicius Afornalli	34
Marta Dias França	38
Pedro Orides Di Domenico	16
Rosana de David	40
Sirlene de Aguirre Vargas	25,29,31
Sandra Fagundes	39
Vitor Hugo Nachtygal	04
Yara Sueli Lang	18

INTIMAÇÃO DE SENTENÇA PROFERIDA PELO MM. JUIZ DE DIREITO SUPERVISOR DR. MARCOS ANTONIO FRASON.

01 RECLAMAÇÃO Autos nº 782/02 - Antonio Valentim da Costa e Elemar Inácio Schleicher X Sandra Maria Dutra e Valmor da Costa – " (...)Via de conseqüência, julgo parcialmente procedentes os processos (782/2002 e 783/2002), com supedâneo no art. 269, I, para condenar, solidariamente, ambos os reclamados a pagar em favor dos reclamantes a importância de R$ 3.400,00 (três mil e quatrocentos reais) acrescidos de juros moratórios de 6% ao ano e correção monetária desde a citação(...)". - Advogados: Fabiana Nantes Giacomini e Paulo Sergio da Silva Dias.

02 RECLAMAÇÃO - Autos nº 1271/02 – Carlos Roberto Alberton X Factoring Fronteira Ltda – "(...) Via de Conseqüência, julgo improcedente a Reclamação(...)". – Advogados: Marco Aurélio Fagundes e Reginaldo Palazzo.

03 RECLAMAÇÃO - Autos nº 137/03 - Gilmar Fernandes de Oliveira X Telemar Empresa de Telecomunicações – "(...) Por estes motivos, julgo com base no artigo 186 do novo código civil procedente a presente reclamação para condenar o reclamado a pagar ao reclamante indenização por danos morais no valor aceitável de R$ 4.000,00 (Quatro Mil Reais) com juros desde o evento danoso e correção desde o ajuizamento, valor este obtido considerando-se a dimensão da reclamada. Dr. Marcelo Rodrigues de Almeida. Juiz Leigo. Homologo a decisão do Juiz Leigo com fundamento no art. 40 da Lei 9.099/95. Foz do Iguaçu, 18/12/03. Dr. Marcos Antonio Frason. Juiz de Direito Supervisor. – Advogados: Arialba do Rocio Cordeiro Freire e Carlos Sergio Schimmelpfeng.

04 EMBARGOS DE TERCEIRO - Autos nº 1769/03 apenso aos autos nº 761/02 - DI 1000 Internet Ltda X Vera Lucia Ronsani – "(...) Diante do exposto, julgo improcedentes os embargos de terceiro (...)" – Advogado: Arnaldo Ferreira Muller.

05 RECLAMAÇÃO - Autos nº 623/03 - Elizete Fiusa dos Santos X Fininvest S/A Administradora de Cartões de Credito – "(...) Ante o exposto, conheço os embargos de declaração opostos, e no mérito julgo improcedente, para, nos termos da fundamentação supra, sanar a omissão verificada na sentença, fazendo constar da parte dispositiva que inexistiu nos autos qualquer dano material à reclamante. Dr. Marcelo Rodrigues de Almeida. Juiz Leigo." Homologo a decisão do Juiz Leigo com fundamento no art. 40 da Lei nº 9.099/95. Foz do Iguaçu, 11/12/03. Dr. Marcos Antonio Frason. Juiz de Direito Supervisor. - Advogados: Cleverton Lordani e Rosana de David.

06 RECLAMAÇÃO - Autos nº 1314/03 - Gilmar Florendio dos Santos X Empresa Brasileira de Telecomuniações – "(...) Em tempo, julgo improcedente os pedidos formulados nas letras "e", "f" e "g" da exordial, pois entendo, data máxima vênia, que as ações indenizatórias, hoje tão voga nos meios forenses, não pode se constituir em meio de enriquecimento de uma parte em detrimento da outra, ou como captação de lucro.(...)" Dr. Marcelo Rodrigues de Almeida . Juiz Leigo. Homologo a decisão do Juiz Leigo com fundamento no art. 40 da Lei nº 9.099/95. Foz do Iguaçu, 15/12/03. Dr. Marcos Antonio Frason. Juiz de Direito Supervisor. - Advogadas: Amanda Gimenes de Castro Coutinho e Karen Loize Holler.

07 RECLAMAÇÃO - Autos nº 1696/03 - Janyto Oliveira Sobral do Bomfim X Manoel Jose Pinheiro Ferreira – "(...) Via de Conseqüência, julgo procedente o pedido e condeno a parte demanda Janyto Oliveira Sobral do Bomfim a pagar a importância de R$ 1.000,00 (hum mil reais), acrescidos de correção monetária e juros de mora a partir da citação (...)" . Drª Cristiane Santos Leite. Juiz de Direito Designado - Advogado: Janyto Bomfim.

08 EXECUÇÃO Autos nº 1521/02 - Álvaro Tymus Martinez X Jose Cavalcante Alves – "(...) Desta exposição, julgo improcedentes os embargos, e condeno e embargante ao pagamento das custas processuais (...)". – Advogado: Marco Aurélio de Oliveira Almeida.

09 RECLAMAÇÃO - Autos nº 164/02 - Valdete Ramos da Costa X Imobiliária Compasso Ltda – " (...) Via de conseqüência, julgo improcedente a reclamação (...)". - Advogado: Marco Aurélio de Oliveira Almeida.

10 RECLAMAÇÃO - Autos nº 196/03 – Antero Pereira Gomes X Jmr Empreendimentos Imobiliários Ltda e Imobiliária Aurora Ltda – " (...) Ante todo exposto, julgo parcialmente procedente a reclamação para condenar as reclamadas no pagamento dos valores até então pagos pelo reclamante conforme se comprovam os documentos que instruem a inicial abatidos 10% a titulo de taxa de administração no valor de R$ 104,00 (cento e quatro reais) 02% a titulo de multa no valor de R$ (vinte reais e oitenta centavos) e 06% a titulo de taxa de corretagem no valor de R$62,40 (sessenta e dois reais e quarenta centavos), perfazendo um total de R$ 187,20 (cento e oitenta e sete reais e vinte centavos) a serem abatidos do total das parcelas pagas tudo devidamente corrigido desde o ajuizamento do pedido com juros de 1,0% ao mês a partir da citação, e o faço com fundamento no art. 269, inc. I do CPC. Dr. Benigno Cavalcante. Homologo a decisão do Juiz Leigo com fundamento no art. 40 da Lei nº 9.099/95. Foz do Iguaçu, 05/12/03. Dr. Marcos Antonio Frason. Juiz de Direito Supervisor. – Advogados: Dener Paulo Martini e Jose Marcelo Nicoletti Teixeira.

11 RECLAMAÇÃO - Autos nº 196/03 - Antero Pereira Gomes X Jmr Empreendimentos Imobiliários Ltda e Imbiliaria Aurora Ltda – Intimação do procurador do recorrido para que querendo apresente contra-razões de recurso no prazo legal – Advogado: Dener Paulo Martini

12 RECLAMAÇÃO - Autos nº 209/03 - Jose Martins Pereira X Industria e comercio de frios Laticínio cataratas e Ivanir Jose da Rocha – "(...) Diante do exposto, julgo improcedente a pretensão inicial e o faço com fundamento no art. 269, inc. I do CPC. Benigno Cavalcante. Juiz Leigo. Homologo a decisão do Juiz Leigo com fundamento no art. 40 da Lei nº 9.099/95. Foz do Iguaçu, 05/12/03.Dr. Marcos Antonio Frason. Juiz de Direito Supervisor." – Advogados: Erivaldo Carvalho Lucena e Marcia Regina Werner.

13 RECLAMAÇÃO - Autos nº 1640/03 – Luciano Hipólito da Silva X Com e Imp. E Exp. De Aparelhos Telefônicos Ltda – "(...) Via de conseqüência, julgo procedente o pedido e condeno a parte demanda comercio, importação e exportação de aparelhos Telefônicos Ltda a pagar ao reclamante as seguintes verbas: Dano Material: R$ 300,00 (trezentos reais) com correção monetária a partir da data do desembolso (06.08.2003-f.10) e juros de mora a partir da citação. Danos morais puros: R$ 3.000,00 (três mil reais), com juros legais e correção monetária a contar desta decisão(...)". – Advogado: Aquile Ardele.

14 RECLAMAÇÃO - Autos nº 1232/03 - Lauri Ricardo Buscato X Comércio de Gêneros Alimentícios Gusta Ltda – " (...) Via de conseqüência, julgo procedente o pedido e condeno a parte demanda comercio de gêneros alimentícios Gusta Ltda a pagar a importância de R$ 5.960,70 (cinco mil novecentos e sessenta reais e setenta centavos), acrescidos de correção monetária e juros de mora a partir da data da citação. (...)". – Advogado: Jean Carlo Canesso.

15 RECLAMAÇÃO - Autos nº 1711/03 - Mohamad Bachir Elghandour X Ricardo Alberto Kennedy – "(...) Via de Conseqüência, julgo procedente o pedido e condeno a parte demanda Ricardo Alberto Kennedy a pagar a importância de R$ 1.356,95 (Um mil trezentos e cinqüenta e seis reais e noventa e cinco centavos), acrescidos de correção monetária e juros desde a citação. (...)" - Advogado: Cassio Luiz Gomes Machado.

16 RECLAMAÇÃO - Autos nº 1532/03 - Valderval de Oliveira X Rádio 97 FM – "(...) Via de conseqüência, julgo em parte procedente o pedido e condeno a parte demanda a pagar a título de danos morais a importância de R$ 3.000,00 (três mil reais), acrescidos de correção monetária e juros de mora a partir da citação. (...)" – Advogado: Rafael Savaris Ghellere.

17 RECLAMAÇÃO - Autos nº 1406/03 – Marlene Ferreira X Luciana da S. Lima – "(...) Ante todo exposto, julgo procedente o pedido, condenado o (s) reclamado (s) a R$ 127,69 (cento e vinte e sete reais e sessenta e nove centavos) acrescida de correção monetária desde o ajuizamento e juros de mora a partir da citação.(...)" – Advogado: Mirian Saiomara Araújo Krause.

18 RECLAMAÇÃO - Autos nº 1600/03 – Cirene Aparecida Schimanki Lewerentz X Solange Rodrigues Aleixo – "(...) Ante exposto, julgo procedente o pedido, e condeno o(s) reclamado (s) a R$ 144,32 (cento e quarenta e quatro reais e trinta e dois centavos) acrescida de correção monetária desde o ajuizamento e juros de mora a partir da citação.(...)" – Advogada: Sirlene de Aguirre Vargas.

19 RECLAMAÇÃO - Autos nº 1597/03 – Cirene Aparecida S. Lewerentz X Janete Gonçalves Duarte – "(...) Ante exposto, julgo procedente o pedido, condenado o (s) reclamado (s) a R$ 135,33 (cento e trinta e cinco reais e trinta e três centavos) acrescida de correção monetária desde o ajuizamento e juros da mora a partir da data da citação. (...)".
– Advogada: Sirlene de Aguirre Vargas.

20 RECLAMAÇÃO - Autos nº 1599/03 - Cirene Aparecida S. Lewerentz X Marcia Aparecida Feldaus – "(...) Ante exposto, julgo procedente o pedido, condenado o (s) reclamado (s) a R$ 100,00 (cem reais) acrescida de correção monetária desde o ajuizamento e juros da mora a partir da data da citação. (...)" - Advogada: Sirlene de Aguirre Vargas.

21 RECLAMAÇÃO - Autos nº 1558/03 - Gerson Firmino do Nascimento X Casemiro Dawgan – **"(...) Via de conseqüência, julgo procedente o pedido e condeno a parte demanda Dobrandino Gustavo da Silva a pagar a importância de R$ 4.561,79 (quatro mil quinhentos e sessenta e um reais e setenta e nove centavos), acrescidos de correção monetária a partir do ajuizamento e juros de mora a partir da data da citação. (...)" – Advogada: Mirian Saiomara Araújo Krause.**

22 RECLAMAÇÃO - Autos nº 398/03 - Danilo Maciel dos Santos X Ahnad Mahmoud Jomaa e Sul América Cia Seguros S/A – "(...) Ante o exposto julgo procedente em parte a pretensão inicial para condenar o reclamado Ahnad Mahmoud Jomaa a indenizar o reclamante, pelos danos materiais, no valor de R$ 385,60 (trezentos e oitenta e cinco reais e sessenta centavos) corrigidos monetariamente desde o ajuizamento do pedido com juros de 1,0% ao mês a partir da citação, e o faço com fundamento no art. 269, inc. I do CPC. Julgo extinto o processo em relação a reclamada Sul América Cia Nacional de Seguros, e o faço com fundamento no art. 267, inc. VI do CPC. – Advogados : Marco Aurélio de Oliveira Almeida e Adriano Jose de oliveira.

Toledo

Sistema de Juizados Especiais Civeis e Criminais
TURMA RECURSAL ÚNICA - Relação de Publicação
Nº : 001/2004

0012003.0000318-0/1 - Recurso Extraordinario Cível
COMARCA.....: TOLEDO
JUIZ RELATOR.....:
RECORRENTE.....:EDITORA CRT VIVER & VIVER LTDA
ZIELKE CORRETORA DE SEGUROS
ADVOGADO.....:DIRCE INES FINKLER DE CAMARGO
RECORRIDO.....:TURMA RECURSAL ÚNICA DOS JUIZADOS ESPECIAIS
Vista ao recorrido para Contra-Razões - prazo 15 dias.

0022003.0000382-5/1 - Recurso Extraordinario Cível
COMARCA.....: TOLEDO
JUIZ RELATOR.....:
RECORRENTE.....:EDITORA CRT VIVER & VIVER LTDA
ZIELKE DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA
ADVOGADO.....:DIRCE INES FINKLER DE CAMARGO
RECORRIDO.....:TURMA RECURSAL ÚNICA DOS JUIZADOS ESPECIAIS
Vista ao recorrido para Contra-Razões - prazo 15 dias.

0032003.0000404-1/1 - Recurso Extraordinario Cível
COMARCA.....: TOLEDO
JUIZ RELATOR.....:
RECORRENTE.....:EDITORA CRT VIVER & VIVER LTDA
ZIELKE DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA
ADVOGADO.....:DIRCE INES FINKLER DE CAMARGO
RECORRIDO.....:TURMA RECURSAL ÚNICA DOS JUIZADOS ESPECIAIS
Vista ao recorrido para Contra-Razões - prazo 15 dias.

004 2003.0000493-8/0 - Recurso de Apelação
COMARCA.....: ROLÂNDIA
JUIZ RELATOR.....:VITOR ROBERTO SILVA
APELANTE.....:PAULO AUGUSTO FARINA
ADVOGADO.....:JOSE CARLOS FARINA
APELADO.....: ELISEU DE PAULA
ADVOGADO.....:ALEXANDRE HAULY CAMARGO
Face a ordem emanada do Egrégio Supremo Tribunal Federal, aguarde-se o julgamento do habeas corpus. Diligências necessárias.

0052003.0000820-6/1 - Recurso Extraordinario Cível
COMARCA.....: CORBÉLIA
JUIZ RELATOR.....:
RECORRENTE.....: ELIO BORECK
ADVOGADO.....:LAERCION ANTONIO WRUBEL
RECORRIDO.....:ITOR RENADO WEISSHEIMER
ADVOGADO.....:CARMELA MANFROI TISSIANI
Vista ao recorrido para Contra-Razões - prazo 15 dias.

006 2003.0000936-8/0 - Recurso Inominado
COMARCA.....: UMUARAMA
JUIZ RELATOR.....:VITOR ROBERTO SILVA
RECORRENTE.....:GERALDO APARECIDO FRANCISQUINI
MARIA APARECIDA DOS SANTOS FRANCISQUINI
ADVOGADO.....: RONALDO CAMILO
RECORRIDO.....: BANCO ITAÚ S.A.
ADVOGADO.....:ANTONIO CARLOS GABRIEL

007 2003.0000936-8/0 - Recurso Inominado
COMARCA.....: UMUARAMA
JUIZ RELATOR.....:VITOR ROBERTO SILVA
RECORRENTE.....:GERALDO APARECIDO FRANCISQUINI
MARIA APARECIDA DOS SANTOS FRANCISQUINI
ADVOGADO.....: RONALDO CAMILO
RECORRIDO.....: BANCO ITAÚ S.A.
ADVOGADO.....:ANTONIO CARLOS GABRIEL
Considerando o entendimento pacificado pelo Superior Tribunal de Justiça no sentido de ser possível regularizar a representação processual nas vias ordinárias, intime-se o advogado dos recorrentes a subscrever as razões recursais, no prazo de 10 (dez) dias, sob as penas da lei. Intime-se as demais deligências necessárias.

0082003.0000978-5/1 - Recurso Especial Cível
COMARCA.....:SÃO JOSÉ DOS PINHAIS
JUIZ RELATOR.....:
RECORRENTE.....:POLO MODAS MAGAZINE LTDA
ADVOGADO.....:CARLOS ARAUZ FILHO
RECORRIDO.....:ANGELA APARECIDA PEREIRA
ADVOGADO.....: NIVALDO MORAN
Vista ao recorrido para contra-razões - prazo 15 dias

0092003.0001059-4/1 - Recurso Especial Cível
COMARCA.....:FRANCISCO BELTRÃO
JUIZ RELATOR.....:
RECORRENTE.....: GILMAR DAL PRA
SANDRA MARA DOS SANTOS DAL PRA
ADVOGADO.....:LUIZ ANTONIO DE SOUZA
MARIA INES DE MORAIS OLIVEIRA
RECORRIDO.....:JOAILSON PEGORARO
ADVOGADO.....: MARLEY TREVISAN
EDUARDO RAFAEL SABADIN
Vista ao recorrido para Contra-Razões - prazo 15 dias.

0102003.0001178-4/0 - Agravo de Instrumento Cível
COMARCA.....: LONDRINA
JUIZ RELATOR.....:EDGARD FERNANDO BARBOSA
RECORRENTE.....: IRINEU GODOY
ADVOGADO.....:MARIO ROCHA FILHO
NELSON GALBIATTI LOPES PARRON
RECORRIDO.....:EVERALDO DA SILVA SOUZA
ADVOGADO.....:SILVIO TAKAHARU OYAMA
Vistos.
1. Trata-se de recurso de agravo de instrumento interposto por IRINEU GODOY, visando a atribuição de efeito suspensivo ao recurso inominado nº 2003.1311-6/0, nos autos de ação de cobrança cumulada com lucros cessantes ajuizada por EDVALDO DA SILVA SOUZA.
2. O recurso não comporta conhecimento.
Consoante o art. 522 do Código de Processo Civil, das decisões interlocutórias cabe recurso de agravo, no prazo de dez dias, retido nos autos ou por instrumento.
Todavia, referido recurso não é cabível nos Juizados Especiais, nos quais as demandas precisam ser rapidamente solucionadas, inclusive processando-se durante as férias forenses, com simplicidade em sua tramitação, informalidade nos seus atos e menor onerosidade aos litigantes.
Assim, a possibilidade de interposição do recurso de agravo de instrumento seria incompatível com a celeridade processual prevista no art. 2º da Lei 9.099/95, in verbis:
"O processo orientar-se-á pelos critérios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, buscando, sempre que possível, a conciliação ou a transação."
Veja-se, a propósito, o seguinte precedente jurisprudencial:
"PROCESSO CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO PREVISTO NO ART. 522 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. NÃO CABIMENTO EM SEDE JUIZADO ESPECIAL.
A Lei 9.099/95 não contemplou o recurso de agravo de instrumento previsto no art. 522 do Código de Processo Civil, contra decisões interlocutórias proferidas em sede de juizado especial cível. Portanto, não conheço do agravo interposto."
(TJDF - Agravo de Instrumento 20000760000314, Acórdão 134184, 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, rel. Juiz João Timóteo de Oliveira, julg.: 05/12/00, public.: 22/02/01 - grifou-se).
Sendo assim, nego seguimento ao recurso, visto que manifestamente inadmissível.

3. Intimem-se.

Curitiba, 05 de dezembro de 2003.

EDGARD FERNANDO BARBOSA
Juiz Relator

0112003.0001180-0/0 - Habeas Corpus Criminal
COMARCA.....: ASTORGA
JUIZ RELATOR.....:EDGARD FERNANDO BARBOSA
IMPETRANTE.....:MINISTÉRIO PÚBLICO
PACIENTE.....:ANA MARIA VIDAL VIEIRA
IMPETRADO.....:JUIZ DE DIREITO DESIGNADO
Vistos.
O presente mandamus, iniciado pelo diligente órgão do Ministério Público da Comarca de origem, teve por objeto o relaxamento de prisão da paciente ANA MARIA VIDAL VIEIRA, por entendê-la ilegal, prisão esta decorrente do Auto de Prisão em Flagrante Delito (fls.15/17) motivado por ameaça e porte ilegal de arma branca, figurando como vítimas o insigne Juiz de Direito da Vara Criminal da Comarca de Astorga e ainda determinado funcionário do Fórum.
Após análise da questão, recusou-se o deferimento da tutela liminar, tendo sido requeridas maiores informações da autoridade reputada coatora, inclusive quanto ao desenvolvimento mental possivelmente retardado da paciente e seu eventual tratamento.
As informações solicitadas foram prontamente atendidas, tendo, às fls. 52, o representante Ministerial informado: (1) que as vítimas do suposto delito de ameaça renunciaram ao direito de representação, conforme o Termo de Representação juntado às fls. 53 destes autos; (2) que a autoridade impetrada relaxou a prisão da paciente (fls.57), a qual foi colocada em liberdade através de competente Alvará de Soltura; (3) que a paciente foi denunciada pelo aventado delito de porte ilegal de arma branca e que foi determinada, nos respectivos autos, a realização de incidente de insanidade mental na paciente (f. 54-60).
Enviados os autos à douta Procuradoria-Geral de Justiça, esta se pronunciou às fls. 62/64, no sentido de que seja considerada sem objeto esta ação constitucional, tudo conforme os preceitos estabelecidos no CPP, art. 659.
Relatei.
Tendo os presentes autos de 'habeas corpus' retornado com as devidas e criteriosas informações no sentido de que a paciente já se encontra em liberdade, não estando, pois, mais presentes quaisquer indícios de constrangimento ilegal à sua liberdade de locomoção, o presente feito perdeu o seu objeto, precisamente como enunciado pelo ilustre Promotor de Justiça em Segundo Grau, em seu parecer de f. 62-64.
Posto isso
Julgo por prejudicado o presente 'habeas corpus', nos termos da fundamentação supra e retro expendida.
Desnecessária a inclusão deste feito em pauta de julgamento da Turma Recursal Única.
Intimem-se.
Curitiba, 05 de dezembro de 2003.

EDGARD FERNANDO BARBOSA
Juiz Relator

012 2003.0001383-6/0 - Ação Rescisória
COMARCA.....: CURITIBA
JUIZ RELATOR.....:EDGARD FERNANDO BARBOSA
AUTOR.....:CELSITA MARIA GRACIELA DIAZ STETE
ADVOGADO.....:AFONSO CELSO NUNES
RÉU.....: FERNANDO FREIBERGER
ADVOGADO.....:ALEXANDRE MILLEN ZAPPA
Vistos
Trata-se de ação rescisória de acórdão proferido pela colenda Primeira Turma Recursal do Juizado Especial Cível de Curitiba (f. 79-82), que julgou recurso inominado manejado pela ora autora, CELSITA MARIA GRACIELA DIAZ STETE, em face de sentença que lhe condenou ao pagamento de indenização por perdas e danos decorrentes de acidente de veículo em favor do ora réu, FERNANDO FREIBERGER (f. 46).
A ação, que veio instruída com cópia das peças principais dos autos em referência,
foi originariamente distribuída ao egrégio Tribunal de Alçada do Paraná, onde não foi recepcionada, eis que entendeu-se que a competência para o seu julgamento está afeta a esta Turma Recursal, nos termos do douto pronunciamento do insigne Juiz Relator, doutor NILSON MIZUTA, encartado à f. 78-80.
Relatei.
1. Respeitado o posicionamento eleito pela parte autora, é caso de indeferimento da petição inicial.
Consoante dispõe o art. 59 da Lei n. 9.099/95, "Não se admitirá ação rescisória nas causas sujeitas ao procedimento instituído por esta lei".
Do exposto, indefiro liminarmente a petição inicial.
2. Intime-se.
Curitiba, 19 de dezembro de 2003.
EDGARD FERNANDO BARBOSA
Juiz Relator

013 2003.0001414-1/0 - Recurso Inominado
COMARCA.....:SANTO ANTONIO DA PLATINA
JUIZ RELATOR.....:EDGARD FERNANDO BARBOSA
RECORRENTE.....:BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO.....:ANA LUCIA RODRIGUES LIMA
JOAO LUIZ SCARAMELLA FILHO
RECORRIDO.....:ADRIANO MANTOVANI
ADVOGADO.....:ADRIANO MANTOVANI
AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS. COMPROVANTE DE PREPARO INTEMPESTIVO. DESERÇÃO. RECURSO MANIFESTAMENTE INADMISSÍVEL. SEGUIMENTO NEGADO.
O preparo é um dos pressupostos de admissibilidade do recurso. O recurso inominado protocolado, com o preparo intempestivo é, pois, manifestamente inadmissível, devendo o seu seguimento ser negado de plano. LJE, art. 42, § 1º.

Vistos
ADRIANO MANTOVANI manejou contra BRASIL TELECOM S/A ação de reparação de danos, face cobrança indevida de ligações interurbanas e o descumprimento do contratado entre as partes na gratuidade de interurbanos, pleiteando valor indenizatório de R$ 7.421,52.
A ação foi julgada parcialmente procedente pela r. sentença (fls. 85/91), condenando-se a demandada ao pagamento, a título de dano moral, no valor de R$ 1.000,00.
Inconformada, a recorrente BRASIL TELECOM S/A interpõe recurso inominado (fls. 93/97) alegando, em síntese, que cumpriu o que havia pactuado com o recorrido; não houve protesto indevido; e que o recorrido não comprovou fazer 'jus' à indenização por danos morais pleiteada.
O recurso foi contra-arrazoado às fls. 104/107.
É o relatório.

O recurso é tempestivo, porém inadmissível, posto que o preparo está intempestivo.
O recorrente, muito embora tenha instruído o recurso com o comprovante do preparo, não o fez dentro do prazo recursal; desta forma, não cumpriu um dos requisitos extrínsecos de admissibilidade dos recursos, conforme previsto na LJE art. 42, §1º que nos explicita:
"Art. 42, § 1º O preparo será feito, independentemente de intimação, nas 48 (quarenta e oito) horas seguintes á interposição, sob pena de deserção". (Grifou-se)
Assim, o recurso inominado não comporta seguimento, conquanto deserto, cujo requisito deve ser analisado de ofício pelo relator quando de seu conhecimento.
Compulsando-se os autos, às fls.91v, verifica-se que a recorrente foi devidamente intimada através de AR no dia 21 de outubro de 2003. Sendo o "dies a quo" para a interposição de recurso o dia seguinte a esta data, a parte recorrente corretamente apresentou seu recurso no "dies ad quem", ou seja, último dia do prazo, que fora em 31 de outubro de 2003, conforme vislumbramos nas fls. 92/97.
Ocorre, no entanto, que, não obstante o recurso tenha sido protocolado tempestivamente, conforme consta da autenticação presente às fls. 92, o seu preparo só foi efetivado no dia 04 de novembro de 2003 (fls. 101). Portanto, fora do prazo previsto no artigo 42, § 1º da Lei do Juizado Especial, que é 48 (quarenta e oito) horas seguintes a interposição do recurso, sob pena de deserção.
Veja-se, a propósito do tema, as seguintes orientações de THEOTÔNIO NEGRÃO, contida em seu Código de Processo Civil e Legislação Processual em Vigor (São Paulo, Ed. Saraiva, 2002, p. 570 e 641):
"O Tribunal, de ofício, pode não conhecer do recurso se não forem observados os pressupostos de sua admissibilidade (RTJ 172/639)".
"É legítima, sob o ponto de vista constitucional, a atribuição conferida ao relator para arquivar ou negar seguimento a pedido ou recurso intempestivo, incabível ou
improcedente e, ainda, quando contrariar jurisprudência predominante do tribunal ou for evidente a sua incompetência (RSTF, art. 21, § 1º; Lei n. 8.038/90, art. 38), desde que, mediante recurso - agravo regimental - possam as decisões ser submetidas ao controle do colegiado (STF-Pleno: RTJ 139/53)" (Grifou-se).
Logo, o presente recurso inominado não comporta seguimento, por ser manifestamente inadmissível, como também ressaltado por NELSON NERY JÚNIOR e ROSA MARIA ANDRADE NERY, em seu Código de Processo Civil Comentado (São Paulo, Ed. Revista dos Tribunais, 1999, p. 994, 995 e 1071):
"2. Preparo. É um dos requisitos extrínsecos de admissibilidade dos recursos e consiste no pagamento prévio das custas relativas ao processamento do recurso. A ausência ou irregularidade no preparo ocasiona o fenômeno da preclusão, fazendo com que deva ser aplicada ao recorrente a pena de deserção, que impede o conhecimento do recurso. (...). (Grifou-se)"
"Juízo de admissibilidade. Ao relator, na função de juiz preparador de todo e qualquer recurso do sistema processual civil brasileiro, compete o exame do juízo de admissibilidade desse mesmo recurso. Deve verificar se estão presentes os pressupostos de admissibilidade (cabimento, legitimidade recursal, interesse recursal, tempestividade, preparo, regularidade formal, inexistência de fato impeditivo ou extintivo do poder de recorrer). Trata-se de matéria de ordem pública, cabendo ao relator examiná-la de ofício" (Grifou-se).
Na esteira da doutrina supra, destaque-se o seguinte precedente jurisprudencial do Tribunal de Alçada do Paraná:
APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO REGRESSIVA DE REPARAÇÃO DE DANOS. PREPARO INTEMPESTIVO. DESERÇÃO. Efetuado o preparo de forma intempestiva, a deserção recursal é imposta". (Apelação Cível 0143823-9, 7ª Câmara Cível, rel. JUIZ Waldemir Luiz da Rocha, julg.: 03/04/00, public.: 28/04/00 - grifou-se).
Destarte, não se tratando de caso de dispensa de preparo de custas recursais, deverá ser considerado deserto o recurso inominado em análise, pois o preparo se deu posteriormente ao prazo de 48 horas constante na legislação infraconstitucional do Juizado Especial, já sendo uma benesse para a parte recorrente perante o CPC.
Do exposto, não conheço do presente recurso inominado, em face da deserção acima demonstrada e, com base no artigo 557 do Código de Processo Civil, nego-lhe seguimento, por ser manifestamente inadmissível, condenando a parte recorrente no pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios devidos ao patrono do recorrido, os quais fixo em 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação, na forma preconizada no art. 55, da LJE.
Intime-se.

Curitiba, 15 de dezembro de 2003.

EDGARD FERNANDO BARBOSA
Juiz Relator

014 2003.0001442-0/0 - Recurso Inominado
COMARCA.....: CURITIBA
JUIZ RELATOR.....:JUCIMAR NOVOCHADLO
RECORRENTE.....:VIAÇÃO AÉREA SÃO PAULO S.A. - VASP
ADVOGADO.....:CARMEN SILVIA MARCON GARMENDIA DE BORBA
RECORRIDO.....:JOSÉ ANTONIO APARECIDO LOPES
Intime-se a advogada da recorrente para vir, em 48 horas, apor a sua assinatura na petição de recurso.

0152003.0001454-5/0 - Recurso Extraordinario Cível
COMARCA.....: LONDRINA
JUIZ RELATOR.....:
RECORRENTE.....: IRINEU GODOY
ADVOGADO.....:MARIO ROCHA FILHO
NELSON GALBIATTI LOPES PARRON
RECORRIDO.....:EDVALDO DA SILVA SOUZA
ADVOGADO.....:SILVIO TAKAHARU OYAMA
Vista ao recorrido para contra-razões - prazo 15 dias.

016 2003.0001460-9/0 - Recurso Inominado
COMARCA.....: IRATI
JUIZ RELATOR.....:EDGARD FERNANDO BARBOSA
RECORRENTE.....:VICENTE REZENDE NETO
ADVOGADO.....:AFRANIO MAYER FERNANDES DE SOUZA
RECORRIDO.....: JOÃO ALVES PINTO
ADVOGADO.....:ABEL JOSE CORDEIRO JUNIOR
AÇÃO MONITÓRIA. RECURSO INTEMPESTIVO. FALTA DE PREPARO. DESERÇÃO. RECURSO MANIFESTAMENTE INADMISSÍVEL. SEGUIMENTO NEGADO.
A tempestividade do recurso e o seu correlato preparo são pressupostos de admissibilidade do recurso. O recurso inominado protocolado intempestivamente e sem o devido preparo é, pois, manifestamente inadmissível, devendo o seu seguimento ser negado de plano. LJE, art. 42 caput e § 1º.

Vistos
JOÃO ALVES PINTO manejou contra VICENTE REZENTE NETO ação monitória, face empréstimo realizado comprovado por documentos particulares, pleiteando valor atualizado de R$ 2.074,88.
Foram apresentados embargos orais pelo reclamado, em audiência (fls. 13), sendo estes recebidos pelo Juízo 'a quo' e suspensa a eficácia do mandado de pagamento.
A ação foi julgada procedente pela r. sentença (fls. 21), extinguindo os embargos opostos em razão do não comparecimento do embargante à audiência de instrução e julgamento, e, conseqüentemente, constituindo de pleno direito o mandado inicial em título executivo judicial, condenando ainda, o embargante, em face da litigância de má-fé, ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios em 20% sobre o valor da ação.
Inconformado, o recorrente VICENTE REZENDE NETO interpõe recurso inominado (fls. 24) alegando, em síntese, que tendo o Juízo 'a quo' extinguido os embargos pelo não comparecimento do embargante à audiência, não lhe oportunizou o direito constitucional de ampla defesa.
O recurso foi contra-arrazoado às fls. 26/30.

É o relatório.

O recurso não comporta conhecimento, posto que ausentes os requisitos de admissibilidade relativos à tempestividade e falta de preparo.
1. Quanto a Intempestividade
A intimação do recorrente deu-se em 11 de setembro de 2003 (fls. 22), iniciando-se o prazo no dia seguinte (12 de setembro de 2003, 6ª feira útil) e encerrando-se no dia 22 de setembro de 2003 (2ª feira útil), conforme o que dispõe o art. 42 da Lei 9.099/95.
O recorrente, então, maneja recurso inominado às fls. 24, em data de 25 de setembro de 2003.
O art. 42, caput, da Lei 9.099/95 determina que:
"Art. 42. O recurso será interposto no prazo de dez dias, contados da ciência da sentença, por petição escrita, da qual constarão as razões e o pedido do recorrente." (Grifou-se)
O presente recurso inominado foi protocolizado em cartório no dia 25 de setembro de 2003 (fls. 23/24), 3 (três) dias após o encerramento do prazo recursal que findou em 22 de setembro de 2003, portanto faz-se intempestivo.
A Lei dos Juizados Especiais determinou, em seu art. 41, que da sentença caberá recurso para o próprio Juizado, ou seja, ao juiz da causa, e a contagem do prazo se dá a partir da ciência da intimação. Essa é a lição de ROLDÃO OLIVEIRA DE CARVALHO e ALGOMIRO CARVALHO NETO in Juizados Especiais Cíveis e Criminais - Comentários à Lei n.º 9.099, de 26 de setembro de 1995 (Araras - Editora Bestbook, 2002, p.98), a saber:
"O recurso será interposto no prazo de 10 dias, contados da ciência da sentença. Sua interposição se faz por petição escrita dirigida ao Juiz da causa e da qual conste as razões do inconformismo e o pedido para modificação". (Grifou-se)
Inesquecível que, ainda que o juízo recorrido tenha recebido o recurso, estava ele dispensado da análise das condições de sua admissibilidade, as quais devem ser analisadas neste ensejo.
Portanto, é incabível o conhecimento do presente recurso uma vez que, como demonstrado, encontra-se intempestivo.
2. Quanto a Falta de Preparo
O recorrente, em momento algum, fez o devido preparo do presente recurso, conforme demonstra a Certidão de fls. 25; desta forma, não cumpriu um dos requisitos extrínsecos de admissibilidade dos recursos, conforme previsto na LJE art. 42, §1º que nos explicita:
"Art. 42, § 1º O preparo será feito, independentemente de intimação, nas 48 (quarenta e oito) horas seguintes á interposição, sob pena de deserção". (Grifou-se)
Assim, o recurso inominado não comporta seguimento, conquanto deserto, cujo requisito deve ser analisado de ofício pelo relator quando de seu conhecimento.
Veja-se, a propósito do tema, as seguintes orientações de THEOTÔNIO NEGRÃO, contida
em seu Código de Processo Civil e Legislação Processual em Vigor (São Paulo, Ed. Saraiva, 2002, p. 570 e 641):
"O Tribunal, de ofício, pode não conhecer do recurso se não forem observados os pressupostos de sua admissibilidade (RTJ 172/639)".
"É legítima, sob o ponto de vista constitucional, a atribuição conferida ao relator para arquivar ou negar seguimento a pedido ou recurso intempestivo, incabível ou improcedente e, ainda, quando contrariar jurisprudência predominante do tribunal ou for evidente a sua incompetência (RSTF, art. 21, § 1º; Lei n. 8.038/90, art. 38), desde que, mediante recurso - agravo regimental - possam as decisões ser submetidas ao controle do colegiado (STF-Pleno: RTJ 139/53)" (Grifou-se).
Logo, o presente recurso inominado não comporta seguimento, por ser manifestamente inadmissível, como também ressaltado por NELSON NERY JÚNIOR e ROSA MARIA ANDRADE NERY, em seu Código de Processo Civil Comentado (São Paulo, Ed. Revista dos Tribunais, 1999, p. 994, 995 e 1071):
"2. Preparo. É um dos requisitos extrínsecos de admissibilidade dos recursos e consiste no pagamento prévio das custas relativas ao processamento do recurso. A ausência ou irregularidade no preparo ocasiona o fenômeno da preclusão, fazendo com que deva ser aplicada ao recorrente a pena de deserção, que impede o conhecimento do recurso. (...). (Grifou-se)
"Juízo de admissibilidade. Ao relator, na função de juiz preparador de todo e qualquer recurso do sistema processual civil brasileiro, compete o exame do juízo de admissibilidade desse mesmo recurso. Deve verificar se estão presentes os pressupostos de admissibilidade (cabimento, legitimidade recursal, interesse recursal, tempestividade, preparo, regularidade formal, inexistência de fato impeditivo ou extintivo do poder de recorrer). Trata-se de matéria de ordem pública, cabendo ao relator examiná-la de ofício" (Grifou-se).
Destarte, não se tratando de caso de dispensa de preparo de custas recursais, deverá ser considerado deserto o recurso inominado em análise, pois não houve o devido preparo constante na legislação infraconstitucional do Juizado Especial.
Portanto, pela falta de preparo, julgo deserto o presente recurso inominado, e, conseqüentemente, incabível o conhecimento do mesmo.

DISPOSITIVO
Do exposto, não conheço do presente recurso inominado, em face da intempestividade e deserção acima demonstrada, e, com base no artigo 557 do Código de Processo Civil, nego seguimento por manifestamente inadmissível, condenando a parte recorrente no pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios devidos ao patrono do recorrido, os quais fixo em 20% (vinte por cento) sobre o valor da causa, na forma preconizada no art. 55, da LJE.
Intime-se.

Curitiba, 15 de dezembro de 2003.

EDGARD FERNANDO BARBOSA
Juiz Relator

0182003.0001466-0/0 - Mandado de Seguranca Cível
COMARCA.....: CASCAVEL
JUIZ RELATOR.....:VITOR ROBERTO SILVA
IMPETRANTE.....:DUDAMAR COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA
ADVOGADO.....:MARCELO EUSEBIO DE PAULA
EDSON DEMARCH DOS SANTOS
IMPETRADO.....:Juiz Supervisor do Juizado Especial Cível
Presentes os requisitos legais, consedo liminarmente a segurança. De um lado, porque são relevantes os argumentos deduzidos na petição inicial, especialmente porque não se vislumbra, em princípio, diferença de conteúdo entre o documento denominado Aviso de recebimento de (AR) e a correspondência enviada através do "SEED", portanto em ambas se colhe a assinatura da pessoa que recebeu a carta. Por outro, porque porque relutando a impetrante em cumprir a determinação no sentido de ser renovada a citação, o feito poderá ser extinto, o que poderia implicar em danos razoáveis a impetrante. Nessa linha, concedo a liminar, ao efeito de impedir, até final decisão do presente, qualquer consequência de ordem processual por força do não cumprimento da decisão ora atacada. Dê-se ciência à impetrante e à autoridade apontada como coatora do teor da presente decisão. Depois, ouça-se a doutra Procuradoria Geral de Justiça e voltem.

0172003.0001466-0/0 - Mandado de Seguranca Cível
COMARCA.....: CASCAVEL
JUIZ RELATOR.....:VITOR ROBERTO SILVA
IMPETRANTE.....:DUDAMAR COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA
ADVOGADO.....:MARCELO EUSEBIO DE PAULA
EDSON DEMARCH DOS SANTOS
IMPETRADO.....:Juiz Supervisor do Juizado Especial Cível

0192003.0001486-1/0 - Mandado de Seguranca Cível
COMARCA.....: CASCAVEL
JUIZ RELATOR.....:LUIZ CEZAR NICOLAU
IMPETRANTE.....:DUDAMAR COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA
ADVOGADO.....:EDSON DEMARCH DOS SANTOS
MARCELO EUSEBIO DE PAULA
IMPETRADO.....:Juiz Supervisor do Juizado Especial Cível
Mandado de segurança 2003.1486-1/0 - Juizado Cível de Cascavel
Concedo liminar no sentido de obstar a extinção dos processos referidos na inicial, sob o argumento de imprestabilidade na forma da citação, até julgamento da segurança pela Turma.
Oficie-se à digna Juíza comunicando e solicitando informações no prazo legal.
Encaminhem-se, após, os autos à douta Procuradoria.
Intime-se.

0202003.0001487-3/0 - Recurso Especial Cível
COMARCA.....: LONDRINA
JUIZ RELATOR.....:
RECORRENTE.....:ANTONIO JOÃO DE MELO
ADVOGADO.....:HAMILTON ANTONIO DE MELO
RECORRIDO.....:COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA ELÉTRICA
ADVOGADO.....:PAULO CESAR DE HOLANDA GUERRA
DENISE CANOVA
Vista ao recorrido para contra-razões - prazo 15 dias.

021 2003.0001503-9/0 - Recurso Inominado
COMARCA.....:SÃO JOSÉ DOS PINHAIS
JUIZ RELATOR.....:EDGARD FERNANDO BARBOSA
RECORRENTE.....:TELELISTAS (REGIÃO 2) LTDA.
ADVOGADO.....:CHARLES DA SILVA RIBEIRO
ELAINE DA SILVEIRA ASSIS MATOS
RECORRIDO.....:EVANDRO MAFIA CUENCA
ADVOGADO.....:LETICIA MENDES DE OLIVEIRA CUENCA
Vistos, etc.
Tratam os autos de recurso inominado (fls. 50/59) oposto por TELELISTAS (REGIÃO 2) LTDA em face de sentença (fl. 42/44) lançada em Ação de Reparação por Danos Materiais e Morais, que lhe moveu EVANDRO MAFIA CUENCA.
A ação foi julgada parcialmente procedente, condenando a reclamada ao pagamento da importância de 30 salários mínimos ao reclamante. (fl. 44)
A intimação da recorrente deu-se em 07/10/2003 (fls. 49), iniciando-se o prazo no dia seguinte (08/10/2003, 5ª feira útil) e encerrando-se no dia 17/10/2003 (6ª feira útil), conforme o que dispõe o art. 42 da Lei 9.099/95.
A recorrente, então, maneja recurso de apelação às fls. 50/59, em data de 20/10/2003.
Recebido o recurso (fls. 63), foi ele contra-arrazoado (fls. 65/69).
Relatei.
O recurso não comporta conhecimento, posto que ausente o requisito de admissibilidade relativo à tempestividade.
O art. 42, caput, da Lei 9.099/95 determina que:
"Art. 42. O recurso será interposto no prazo de dez dias, contados da ciência da sentença, por petição escrita, da qual constarão as razões e o pedido do recorrente. (grifou-se)
O presente recurso inominado foi protocolizado em cartório no dia 20/10/2003 (fls. 50), após 3 (três) dias do encerramento do prazo recursal que findou em 17/10/2003, portanto faz-se intempestivo.
A Lei dos Juizados Especiais determinou, em seu art. 41, que da sentença caberá recurso para o próprio Juizado, ou seja, ao juiz da causa, e a contagem do prazo se dá a partir da ciência da intimação. Essa é a lição de ROLDÃO OLIVEIRA DE CARVALHO e ALGOMIRO CARVALHO NETO in Juizados Especiais Cíveis e Criminais - Comentários à Lei n.º 9.099, de 26 de setembro de 1995 (Araras - Editora Bestbook, 2002, p.98), a saber:
"O recurso será interposto no prazo de 10 dias, contados da ciência da sentença.
Sua interposição se faz por petição escrita dirigida ao Juiz da causa e da qual conste as razões do inconformismo e o pedido para modificação".
Inesquecível que, ainda que o juízo recorrido tenha recebido o recurso, estava ele dispensado da análise das condições de sua admissibilidade, as quais devem ser analisadas neste ensejo.
Portanto, é incabível o conhecimento do presente recurso uma vez que, como demonstrado, encontra-se intempestivo.
Dispositivo.
Do exposto, não conheço do presente recurso inominado e, de conseqüência, condeno a parte recorrente no pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios devidos ao patrono da recorrida, os quais fixo em 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação, na forma preconizada no art. 55, da LJE.
Intime-se.
Curitiba, 18 de dezembro de 2003.
EDGARD FERNANDO BARBOSA
Juiz Relator

0222003.0001514-1/0 - Recurso Ordinario Civel
COMARCA.....: CURITIBA
JUIZ RELATOR.....:
RECORRENTE.....:CARLOS JOSÉ FRANCO DE SOUZA
ADVOGADO.....:JOSE DO CARMO BADARO
MARCIA SEVERINA BADARO
RECORRIDO.....:VALDEMIR SANTA MARIA
Vista ao recorrido para contra-razões - prazo 15 dias.

0232003.0001534-3/0 - Habeas Corpus Criminal
COMARCA.....: MARINGÁ
JUIZ RELATOR.....:EDGARD FERNANDO BARBOSA
IMPETRANTE/ADVOGADO.:MARCELO KINTZEL GRACIANO
DELIVAR TADEU DE MATTOS
PACIENTE.....:JOSÉ FERNANDES JARDIM JÚNIOR
ANTONIO AILTON BASSO
IMPETRADO.....:JUIZ DE DIREITO DA VARA CRIMINAL
Vistos.
Os pacientes supra nominados objetivam, através dos ilustres advogados impetrantes, a concessão de habeas corpus para o efeito de que seja afirmada a competência da 3ª Vara Criminal da Comarca de Maringá para o processamento da ação penal contra eles instaurada, por supostos delitos de difamação e de injúria, tendo por vítima OSCAR HUNOLD LARA, cujo processo corre perante o Juizado Especial Criminal daquela Comarca, onde foi autuado sob o nº 07/2003.
Sustentam os impetrantes que a decisão do juízo impetrado (3ª Vara Criminal de Maringá), datada de 16/12/2002, remetendo o caso para os Juizados Especiais, não é correta, eis que os fatos aduzidos na mencionada ação correspondem, em tese, ao delito de calúnia, o que projetaria a competência do seu julgamento para a Vara Criminal, onde se lhes seria oportunizada a exceção da verdade, cuja prerrogativa não lhes é conferida no rito dos Juizados Especiais.
Argumentam os impetrantes, ainda, que encontra-se programada para 15/12/2003 a audiência de instrução e julgamento, em virtude do que estão os pacientes sendo compelidos a comparecer àquela solenidade, o que configura constrangimento ilegal, na medida que o aludido processo é nulo, por incompetência do Juízo processante.
A presente ação foi originalmente instaurada perante o egrégio Tribunal de Alçada do Estado do Paraná, que recusou a competência para sua análise, nos termos do r. despacho do eminente Juiz Relator, doutor CUNHA RIBAS (fls. 296-299/TAPR), que determinou a sua remessa para essa Turma Recursal Única.
É o relatório.
2. Data venia, o requerimento dos impetrantes não comporta guarida, sendo caso de indeferimento da petição inicial, senão vejamos:
Primeiramente, destaque-se que os impetrantes não demonstraram que a tese da incompetência dos Juizados Especiais tenha sido submetida ao Juiz da causa e mais, que tal proposição tenha sido rejeitada por aquele Juízo, de forma a legitimar a revisão de tal decisório, na medida em que esse tema pode ser conhecido diretamente pelo órgão jurisdicional processante, porquanto questão de ordem pública, e sem olvidar que não se pode suprimir um grau de jurisdição.
Em segundo lugar, a insurgência dos impetrantes é contra o ato do Juiz da 3a Vara
Criminal de Maringá, que há muito afirmou sua incompetência para o julgamento da ação penal, remetendo o caso para os Juizados Especiais, como pode ser conferido pelo r. despacho de f. 175/TAPR, datado de 16/12/2002, sendo certo que o órgão dos Juizados Especiais acatou essa competência e, inclusive, designou a audiência para a instrução e julgamento, nos termos do r. despacho de f. 249-TAPR, datado de 05/06/2003 e contra o qual não há registro de qualquer recurso por parte dos aqui pacientes.
Por fim, o tema trazido pelo presente writ já foi rejeitado por esta mesma Turma Recursal, nos termos do relatório do julgamento juntado à fl. 281/TAPR, onde pode ser lido que os juízes dela integrantes "Rejeitaram a preliminar de incompetência do Juizado Especial Criminal e no mérito denegaram a ordem impetrada - unânime".
É que, em 22/04/2003, foi distribuído perante esta TRU, o Habeas Corpus Criminal nº 2003.03-0/0 em favor dos ora pacientes, sendo impetrado o mencionado Juízo da 3ª Vara Criminal de Maringá. Tal writ foi proposto com a finalidade do trancar da queixa-crime fundada nos mesmos fatos trazidos por esta ação..
Como se anotou supra, foi negada a pretendida ordem de habeas corpus, nos termos do acórdão reproduzido à f. 282-286/TAPR, não sem antes ser rejeitada a proposição preliminar de incompetência do Juizado Especial, a qual foi eloqüentemente sustentada em plenário pelo ilustre advogado dos então pacientes.
Tal preliminar foi fundamentada nos mesmos argumentos apresentados pelos pacientes na petição inicial deste writ, cuja proposição foi rejeitada em plenário pelos integrantes da TRU, os quais não vislumbraram elementos suficientes para o enquadramento do caso como ação penal fundada em possível crime de calúnia, mas sim, em possíveis delitos de injúria e difamação.
Posto isso, não se vislumbram os requisitos autorizativos do processamento da presente ação, motivo pelo qual, na qualidade de relator e respeitando a douta articulação dos impetrantes, indefiro a petição inicial.
Intimem-se.
Curitiba, 12 de dezembro de 2003.

EDGARD FERNANDO BARBOSA
Juiz Relator

0242003.0001540-7/0 - Recurso Extraordinario Cível
COMARCA.....: MARINGÁ
JUIZ RELATOR.....:
RECORRENTE.....:BANCO SUDAMERIS BRASIL S/A
ADVOGADO.....:LUIZ EDUARDO VOLPATO
FIORI AUGUSTO MINCACHI FAUSTINO
RECORRIDO.....:HELENICE MARIA BELLER FERRI
ADVOGADO.....:LEANDRO CEZAR SACOMAN
SERGIO YOSHIKAZU MIYAMOTO NAVARRETE
Vista ao recorrido para contra-razões - prazo 15 dias.

0252003.0001543-2/0 - Recurso Extraordinario Cível
COMARCA.....: CAMBÉ
JUIZ RELATOR.....:
RECORRENTE.....: MARCOS SANCHES
ADVOGADO.....:MARIO ROCHA FILHO
NELSON GALBIATTI LOPES PARRON
RECORRIDO.....:CLAUDIO ROBERTO DE BRITO
ADVOGADO.....:JOSE AUGUSTO RODRIGUES FORMIGONI
ÁLVARO AUGUSTO COSTA NUNES
Vista ao recorrido para contra-razões - prazo 15 dias.

0262003.0001561-0/0 - Mandado de Seguranca Cível
COMARCA.....: LONDRINA
JUIZ RELATOR.....:LUIZ CEZAR NICOLAU
IMPETRANTE.....:CELSO PONTES DALAN
ADVOGADO.....:FRANCISCO MANOEL DO COUTO FERNANDES
IMPETRADO.....:Juiz Supervisor do Juizado Especial Cível
Mandado de segurança 2003.1561-0/0 - Juizado Cível de Londrina
Não se revela ilegal ou abusiva a decisão que, reconhecendo a conexão das ações, determina a suspensão da indenizatória em que é autor o impetrante, nem existe, com tal procedimento, perigo de dano irreparável ou de difícil reparação a este, razão pela qual fica indeferida a liminar perseguida.
Oficie-se ao digno Juízo comunicando.

Intime-se o litisconsorte para que no prazo de dez dias responda, em querendo, os termos da presente ação.
Vencido esse prazo, com ou sem resposta, encaminhem-se os autos à douta Procuradoria. Int.

027 2003.0001580-0/0 - Recurso Inominado
COMARCA.....: CURITIBA
JUIZ RELATOR.....:VITOR ROBERTO SILVA
RECORRENTE.....:PRESIDENTE AUTOMÓVEIS
ADVOGADO.....:ANDRE PEIXOTO DE SOUZA
CARLOS ALBERTO GUIMARAES AMARAL
RECORRIDO.....:JOSÉ DE JESUS COELHO
ADVOGADO.....:HELENA CRISTINA FERREIRA CARNEIRO
Não houve intimação regular do recorrido para responder ao recurso, já que na intimação certificada em folhas 44 consta apenas os advogados do próprio recorrente. Assim e sem baixa dos autos, renove-se a intimação, constando a advogada que acompanhou o autor na audiência. Diligências necessárias. (intimação para o Recorrido José de Jesus Coelho apresentar contra-razões).

028 2003.0001584-8/0 - Habeas Corpus Cível
COMARCA.....: CURITIBA
JUIZ RELATOR.....:VITOR ROBERTO SILVA
IMPETRANTE/ADVOGADO.:EDUARDO OLIVEIRA AGUSTINHO
PACIENTE.....: HELCIO HRONBERG

AUTORIDADE COATORA: JUIZ SUPERVISOR DO 8.º JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DA COMARCA DE CURITIBA

Vistos etc...

Trata-se de habeas corpus impetrado contra ato do Juiz Supervisor do 8.º Juizado Especial Cível da Comarca de Curitiba, consistente na determinação ao paciente para, tendo em conta a sua condição de leiloeiro público oficial, apresentar, em 24 horas e sob pena de prisão de um a três meses, o bem penhorado nos autos 1999.7854-9 e consistente em "um computador completo, com impressora HP Deskjet, monitor de 14 polegadas, CPU Criative 486".

Para sustentar a existência de constrangimento ilegal, sustentou, em resumo, que o bem em questão foi furtado no dia 09 de junho do corrente, o que importaria em evento de força maior a justificar o descumprimento de seu encargo de depositário. Aludiu, ainda, para as características da prisão do depositário infiel. Finalizou pedindo a concessão da ordem, inclusive liminarmente.

Feito esse breve relato, passo a apreciar o pedido liminar.

Havendo indício razoável de que o bem cuja apresentação é exigida do impetrante foi furtado, se apresenta relevante a argumentação do presente pedido de habeas corpus. Importante frisar que, em princípio, não é exigível outra providência da vítima de furto, bem assim que, até prova em contrário, prevalece, em nosso ordenamento jurídico, a presunção de boa-fé vigente qualquer manifestação ou conduta.

Por outro lado, o próprio teor da decisão evidencia o perigo de dano irreparável.

Nessas condições, concedo liminarmente a ordem para suspender os efeitos do despacho proferido pelo douto juízo do 8.º Juizado Especial Cível de Curitiba e consistente em determinar ao ora impetrante a apresentação do bem penhorado nos autos 1999.7854-9, sob pena de prisão.

Comunique-se essa decisão à autoridade tida por coatora via fax, solicitando-lhe, outrossim, as informações que entender pertinentes.

Após, ouça-se o Ministério Público (Decreto-lei 442/69) e voltem.

Intimem-se e demais diligências necessárias.

0292003.0001620-5/0 - Mandado de Seguranca Cível
COMARCA.....:CORNÉLIO PROCÓPIO
JUIZ RELATOR.....:EDGARD FERNANDO BARBOSA
IMPETRANTE.....:BRADESCO SEGUROS S/A
ADVOGADO.....:ORLANDO ALEXANDRINO
IMPETRADO.....:Juiz Supervisor do Juizado Especial Cível
Vistos. O impetrante maneja o presente remédio constitucional objetivando impedir, inclusive liminarmente, o prosseguimento da ação que lhe movem APARECIDA BATISTA PINHEIRO E OUTROS, perante o Juízo da Comarca de Cornélio Procópio (autos 76/03), cuja ação tem por escopo a cobrança de indenização por acidente de trânsito fundada em apólice de Seguro Obrigatório de Veículo - DPVAT. Aduz o impetrante que aludida ação foi julgada procedente, ou seja, condenando-se-lhe no pagamento da indenização vindicada, porém, que tal decisão foi proferida mediante arbitragem, sem que esse procedimento tenha sido eleito pelas partes e muito embora o respectivo laudo tenha sido homologado pela insigne Juíza Supervisora dos Juizados Especiais da Comarca. O mandamus veio instruído com cópia das peças principais dos autos em referência. Relatei. 1. É caso de deferimento da liminar. O julgamento mediante arbitragem demanda anuência de ambas as partes, nos termos do art. 24 da LJE. No presente caso, ao menos segundo os documentos acostados pelo impetrante, não há qualquer indicativo de que as partes tenham eleito a arbitragem como fórmula para a solução da lide, sendo certo que o julgamento deu-se por laudo arbitral (f. 25-28), o qual, como se anunciou, foi homologado como tal, isto é, como laudo, eis que assim referido na r. sentença de f. 36-37.
Inesquecível que, nos termos do art. 41, da LJE, a sentença homologatória do laudo arbitral não comporta recurso, o que dá ensejo à sua pronta execução. Portanto, evidentes, no caso, a fumaça do bom direito e o perigo da demora, a justificarem a concessão liminar da segurança aqui postulada, embora, não nos termos pretendidos pelo impetrante. Do exposto, defiro liminarmente o sobrestamento - até ulterior deliberação - do processo a que alude o presente writ. 2. Requisitem-se as informações que se fazem necessárias de parte da autoridade impetrada, ficando a Secretária da Turma Recursal autorizada a firmar o correspondente ofício. 3. Promova o impetrante a citação dos interessados, supra nominados, para, querendo, oferecer contestação no prazo de 20 (vinte) dias, considerando tratar-se de Comarca do interior do Estado, cuja deliberação faço com esteio no art. 47, § único, do CPC. 4. Vindo as informações ora solicitadas e superado o prazo para a resposta dos interessados, com ou sem essa resposta, colha-se o parecer da douta Procuradoria-Geral da Justiça. 5. Após, retornem conclusos. 6. Intime-se. Curitiba, 19 de dezembro de 2003. EDGARD FERNANDO BARBOSA, Juiz Relator

0302003.0001631-8/0 - Habeas Corpus Criminal
COMARCA.....:MARECHAL CÂNDIDO RONDON
JUIZ RELATOR.....:JUCIMAR NOVOCHADLO
IMPETRANTE/ADVOGADO.:VANESSA CRISTINA BORGMANN WALDOW
CRISTIANE BRUSCHI
PACIENTE.....: ELEDINA MARIA GEIB
IMPETRADO.....:Juiz Substituto do Juizado Especial Criminal da comarca de I
Vistos. O presente mandamus tem por objeto o relaxamento de prisão da paciente ELEDINA MARIA GEIB decretada em face de procedimento criminal contra si instaurado motivado por porte ilegal de arma branca e desacato a autoridade policial, através de ameaças e palavras de baixo calão. A prisão da paciente decorreu da conversão de restritiva de direitos, consistente em prestação de serviços à comunidade a que se comprometera em face de transação penal, em 30 dias de detenção, eis que não fora cumprida, pela paciente, a obrigação que assumira perante o Juizado Especial Criminal, embora reiteradas intimações para tanto. Aduzem as ilustres advogadas impetrantes que - no caso - apresentava-se inviável a conversão da pena restritiva de direitos em privativa de liberdade, em suma, porque a paciente se trata de pessoa sem antecedentes criminais, que trabalha e sustenta sozinha sua prole, que a Constituição Federal não admite a suscitada conversão de penas, mesmo porque, não foi recebida a denúncia contra a paciente, e que ausentes os requisitos autorizadores de sua custódia cautelar.
A inicial veio acompanhada das principais peças dos autos. Relatei. Respeitada a postulação das impetrantes, não é o caso de deferimento liminar do writ. A r. decisão que decretou 30 dias de detenção para a paciente (cf. f. 24-25), atende a pedido do
Ministério Público que, para tanto, se fundou na reiterada recusa da paciente em cumprir a prestação de serviços a que se comprometera perante a digna autoridade judicial impetrada. Anote-se que não há qualquer notícia de que a paciente tenha oportunamente justificado sua recusa em cumprir os serviços comunitários a que se obrigara por decorrência da transação penal, cuja opção, a propósito, impediu o recebimento da denúncia. Por fim, há que se salientar que o decreto de prisão está fundamentado nas claras disposições do art. 92 da LJE e do art. 44, § 4º, do Código Penal; não se cogitando, pois de ausência de possibilidade jurídica. Ilustrando: "JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL. AUSÊNCIA DE CONTRA-RAZÕES AO RECURSO INTERPOSTO PELO MINISTÉRIO PÚBLICO. APELADO DEVIDAMENTE INTIMADO. DESNECESSIDADE DE NOMEAÇÃO DE DEFENSOR DATIVO AO APELADO PARA APRESENTAÇÃO DAS CONTRA-RAZÕES. MÉRITO: TRANSAÇÃO PENAL. PENA RESTRITIVA DE DIREITOS. NÃO CUMPRIMENTO. CONVERSÃO EM PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE. POSSIBILIDADE. 1. SE O APELADO FOI INTIMADO DA INTERPOSIÇÃO DO RECURSO, A FIM DE QUE PUDESSE OFERECER SUAS CONTRA-RAZÕES E, NO ENTANTO, DEIXOU FLUIR IN ALBIS O PRAZO, SEM FAZÊ-LO, HÁ ENTENDIMENTO NA DOUTRINA, NO SENTIDO DE QUE É INDISPENSÁVEL O OFERECIMENTO DAS CONTRA-RAZÕES PELO DEFENSOR DATIVO, AO RECURSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO QUE PRETENDE CONDENAÇÃO MAIS GRAVOSA DO RÉU. MAS, NA INTERPRETAÇÃO DOS TRIBUNAIS SUPERIORES, O NÃO OFERECIMENTO DE RAZÕES DO RECURSO, DIANTE DO DISPOSTO NO ART. 601 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL, NÃO IMPEDE SEU CONHECIMENTO E JULGAMENTO. POR ANALOGIA, O NÃO OFERECIMENTO DAS CONTRA-RAZÕES, DA MESMA FORMA, NÃO IMPEDE O CONHECIMENTO DO RECURSO, NEM PREJUDICA O APELADO, MÁXIME QUANDO O RECURSO DEVOLVE TODA A MATÉRIA À SEGUNDA INSTÂNCIA. 2. ACEITA E DESCUMPRIDA A TRANSAÇÃO PENAL PELO RÉU, É POSSÍVEL A CONVERSÃO DE PENA RESTRITIVA DE DIREITO EM PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE, NÃO HAVENDO DE SE FALAR EM FALTA DE EXPRESSA PREVISÃO LEGAL. A SE PRESTIGIAR TAL ENTENDIMENTO, HAVERÁ DE SE CHEGAR À INARREDÁVEL E EQUIVOCADA CONCLUSÃO DE QUE A TRANSAÇÃO PENAL É IMPRESTÁVEL E SÓ TEM COMO FINALIDADE PERMITIR AO RÉU LIVRAR-SE DO PROCESSO PENAL E DE SUAS CONSEQÜÊNCIAS, SEM QUE PARA ISTO TENHA QUE CUMPRIR SUA CONTRA-PRESTAÇÃO. 3. RECURSO IMPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA."
(TJDF - Apelação Cível n.º 15199/DF, Acórdão n.º 155194, 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, rel. Des. Arnoldo Camanho de Assis, julg.: 23/10/01, public.: 13/06/02, unânime - grifou-se). Destaque-se, ainda, daquele pretório e Turma, no mesmo sentido, o acórdão n.º 155172, também relatado pelo eminente Des. Arnoldo Camanho de Assis, em sessão de 23/10/01. Posto isso 1. Indefiro a pretendida liminar de habeas corpus, nos termos da fundamentação supra e retro expendida.
Não obstante, admito o processamento da ação, reservando-se uma mais aprofundada análise do seu mérito para o plenário desta Turma Recursal. 2. Comunique-se a autoridade impetrada e solicite-se-lhe as informações que reputar úteis para o julgamento deste mandamus, ficando a Secretária desta Turma Recursal autorizada a firmar o correspondente ofício. 3. Recebidas as informações, colha-se o parecer da douta Procuradoria-Geral de Justiça. 4. Intime-se. Curitiba, 23 de dezembro de 2003.EDGARD FERNANDO BARBOSA Juiz de Direito Substituto em Segundo Grau

0312003.0001631-8/0 - Habeas Corpus Criminal
COMARCA.....:MARECHAL CÂNDIDO RONDON
JUIZ RELATOR.....:JUCIMAR NOVOCHADLO
IMPETRANTE/ADVOGADO.:VANESSA CRISTINA BORGMANN WALDOW
CRISTIANE BRUSCHI
PACIENTE.....: ELEDINA MARIA GEIB
IMPETRADO.....:Juiz Substituto do Juizado Especial Criminal da comarca de I
Visa a presente medida o relaxamento da prisão da paciente ELEDINA MARIA GEIB, em face de que o ilustre magistrado singular, acolhendo pedido do Ministério Público local, converteu a transação penal em pena privativa de liberdade.
Recebo a petição de fls., como pedido de reconsideração.
Verifica-se no caso em tela, à primeira vista, que não foi oportunizado que a paciente apresentasse justificativa plausível, porque não deu cumprimento às condições que lhe foram impostas na transação penal, o que fere princípio constitucional da ampla defesa.
E mais, que as penas dos crimes imputados a ora paciente, a mais grave delas e aplicada no máximo seria de 2 anos, cujo regime inicial de cumprimento seria o aberto.
Portanto, mesmo diante da possibilidade de conversão direta do descumprimento da transação penal em pena restritiva de liberdade, o regime inicial de cumprimento seria o aberto e não o fechado, como ficou reconhecido na decisão singular.
Assim sendo, inobstante a decisão monocrática tenha procurado imprimir o sentido maior de que as sentenças judiciais devem ser cumpridas, em especial nos Juizados Especiais, em face das considerações acima e mais que a paciente já cumpriu
metade do prazo estabelecido, concedo a liminar para o efeito de que a paciente ELEDINA MARIA GEIB, responda em liberdade o processo.
Expeça-se alvará de soltura, imediatamente.

Curitiba, 07 de janeiro de 2004.

Jucimar Novochadlo
Presidente e Relator da T.R.U.

0322003.0001631-8/0 - Habeas Corpus Criminal
COMARCA.....:MARECHAL CÂNDIDO RONDON
JUIZ RELATOR.....:JUCIMAR NOVOCHADLO
IMPETRANTE/ADVOGADO.:VANESSA CRISTINA BORGMANN WALDOW
CRISTIANE BRUSCHI
PACIENTE.....: ELEDINA MARIA GEIB
IMPETRADO.....:Juiz Substituto do Juizado Especial Criminal da comarca de I
Despacho proferido na petição protocolada sob nº 272/2004-(protocolo integrado) - 01/2004 - Protocolo Turma Recursal Única. - AUTUADA COMO MS.2004.15-0.-

Despacho:
1. Recebo a petição inicial como pedido de reconsideração da liminar indeferida, devendo a mesma e os documentos serem juntados aos autos de HC. 1631-8. 2. Cancele -se a distribuição. 3. Decisão em frente. Em, 07 de janeiro de 2004. Jucimar Novochadlo - Juiz Relator.

0332003.0001644-4/0 - Mandado de Seguranca Cível
COMARCA.....: CURITIBA
JUIZ RELATOR.....:EDGARD FERNANDO BARBOSA
IMPETRANTE.....:MÁRIO CÉSAR BUSATTO
ADVOGADO.....: NEUDI FERNANDES
IMPETRADO.....:Juiz Supervisor do Juizado Especial Cível
INTERESSADO.....: NELITO LOPES
ADVOGADO.....:FARAM BOUQUEZAM NETO
Vistos.
1. O presente mandamus, impetrado pelo douto advogado acima mencionado, funda-se em suposto ato de violação de direito do paciente MÁRIO CÉSAR BUSATTO, por força de decisão judicial proferida em ação que cursa perante os Juizados Especiais da Capital, ora em fase de execução, que determinou fosse expedido ofício ao Banco Itaú, "para que o mesmo informe o valor que se encontra bloqueado na conta" (fl. 54 e 56), conta essa de titularidade do paciente.
Aduz o impetrante que a decisão da autoridade judicial impetrada (fl. 54) estaria a violar direito de terceiro, pois além de os valores constritados na referida conta de depósito não pertencerem ao paciente, o montante bloqueado, cerca de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), é muito superior ao valor do título executivo judicial.
À vista desses argumentos, requer o impetrante que, liminarmente, seja concedida a ordem "no sentido de tornar sem efeito o arresto dos valores, e conseqüente desbloqueio da conta poupança sob a qual recaiu o arresto" (fl. 10) e, posteriormente, seja confirmada essa decisão liminar.
É o relatório.
2. Data venia, o requerimento do impetrante não comporta guarida, sendo caso de indeferimento da petição inicial. Eis a razão:
O presente mandamus é dirigido contra decisão judicial que - tão somente - determinou a emissão de ofício ao Banco Itaú para que essa instituição prestasse informações quanto ao valor efetivamente bloqueado junto à conta de poupança bancária mantida pelo paciente, cuja informação se fazia útil para o andamento do processo de execução.
Assim sendo, o writ não preenche os requisitos de admissibilidade, pois não se vislumbra, no referido decisum, qualquer ilegalidade que autorize o manejo do remédio heróico, como reclama o art. 1º da Lei n° 1533/51, que regulamenta o mandado de segurança.
Demais disso, verifica-se que o ofício por meio do qual a autoridade judicial impetrada determinou o bloqueio de valores havidos na conta de depósito então mantida pelo paciente junto ao Banco Itaú (ofício n° 1241/2001 - fl. 34), especifica claramente que a constrição deveria incidir apenas sobre o valor objeto da execução,
cujo valor constou naquele ofício: R$ 2.439,94 (dois mil quatrocentos e trinta e nove reais e noventa e quatro centavos); portanto, se houve irregularidade por ocasião do bloqueio da conta poupança mantida pelo paciente, porque o bloqueio teria ocorrido sobre a totalidade do saldo então havido na aludida conta (R$ 30.000,00), tal fato deve ser atribuído à administração da agência bancária a qual foi dirigida a determinação judicial, e não à autoridade judicial impetrada, que cuidou de determinar o bloqueio de valor absolutamente líquido e certo.
Assim sendo, deve ser reconhecida a ilegitimidade passiva ad causam da autoridade indicada como coatora no presente mandamus, devendo, também por este motivo, ser indeferida a petição inicial, por força do art. 8º da Lei n° 1533/51 ("inicial será desde logo indeferida quando não for o caso de mandado de segurança ou lhe faltar algum dos requisitos desta lei").
No sentido das considerações aqui lançadas, reporta-se à seguinte remissão feita por THEOTONIO NEGRÃO à Lei do Mandado de Segurança :
" Art. 5º: 16.: "Não ocorrendo a hipótese de decisão teratológica ou de flagrante ilegalidade e ausente a perspectiva da irreparabilidade do dano, não se justifica o uso do mandado de segurança em lugar do recurso cabível, previsto na lei processual" (STJ - RT 673/165)".
3. Posto isso, indefiro a petição inicial e julgo extinto o processo, sem apreciação do mérito, nos termos da fundamentação supra expendida, o que faço com esteio no art. 267, incisos I e IV, do CPC, por falta de condições para a ação.
Intime-se.
Curitiba, 30 de dezembro de 2003.
EDGARD FERNANDO BARBOSA
Juiz Relator

0342004.0000016-1/0 - Mandado de Seguranca Cível
COMARCA.....: LONDRINA
JUIZ RELATOR.....:JUCIMAR NOVOCHADLO
IMPETRANTE.....:ROGELLES JÓIAS LTDA.
ADVOGADO.....:ALESSANDRO BRANDALIZE
IMPETRADO.....:JUIZ DE DIREITO SUPERVISOR DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
MANDADO DE SEGURANÇA N.º 2004.16-1/0
IMPETRANTE: ROGELLES JÓIAS LTDA E OUTRO.
IMPETRADO: JUIZ DE DIREITO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE LONDRINA.

Vistos.
1. Pretendem os impetrantes, ROGELLES JÓIAS LTDA E MARIA VANDETE SIQUEIRA MACHADO, a concessão, inclusive liminarmente, de Mandado de Segurança para o fim de ver suspensa a execução de sentença proferida em ação de cobrança, a qual foi julgada procedente e confirmada em grau de recurso.
Em síntese, argumentam os impetrantes que se encontram presentes os requisitos do fumus boni júris e o periculum in mora, pois pretendem a rediscussão da matéria já decidida na reclamação, sendo o mandamus sucedâneo de recurso.
Aduzem, ainda, que a decisão é contraditória à prova dos autos, portanto, passível de modificação quanto ao resultado.
A peça inaugural veio acompanhada de cópia integral dos autos da Reclamação/JEPC.
É o relatório, em síntese.
2. Malgrado as ponderações colacionadas pelo impetrante, o seu requerimento não comporta guarida, sendo caso de indeferimento da petição inicial.
O writ é dirigido contra decisão judicial que comportava recurso, nos termos do preconizado no art. 41 da Lei dos Juizados Especiais (n.º 9.099/95). Não obstante, o impetrante deixou transcorrer in albis o prazo recursal, operando-se o trânsito em julgado da decisão proferida nos aventados autos e, de conseqüência, o prosseguimento do feito mediante a execução da sentença. Prescreve a Lei do Mandado de Segurança (n.º 1.533/51): "Art. 5º. Não se dará mandado de segurança quando se tratar: (...) II - de despacho ou decisão judicial, quando haja recurso previsto nas leis processuais ou possa ser modificado por via de correição". Logo, aplicável, in casu, a regra do art. 8º da Lei do Mandado de Segurança (n.º 1.533/51), que determina que a "inicial será desde logo indeferida quando não for o caso de mandado de segurança ou lhe faltar algum dos requisitos desta lei".
No sentido das considerações aqui lançadas, reporto-me às seguintes remissões de THEOTONIO NEGRÃO à Lei do Mandado de Segurança : "Art. 5º: 15. Súmula 267 do STF: "Não cabe mandado de segurança contra ato judicial passível de recurso ou correição".
" Art. 5º: 16.:. "Não ocorrendo a hipótese de decisão teratológica ou de flagrante ilegalidade e ausente a perspectiva da irreparabilidade do dano, não se justifica o uso do mandado de segurança em lugar do recurso cabível, previsto na lei processual" (STJ - RT 673/165)". Não bastasse este fato, a presente segurança deveria ter sido
ajuizada perante a Egrégia Turma Recursal da Comarca de Londrina, pois nos termos da Resolução nº 01/2003, a mesma ainda continua em funcionamento, pois todos os recursos ainda não foram julgados. Mesmo porque a Turma Recursal Única não é o órgão superior àquela Turma. Por tais fundamentos, não merece processamento o presente mandamus. 3. Posto isso, indefiro a petição inicial, nos termos da fundamentação supra e retro expendida. Intimem-se.
Curitiba, 07 de janeiro de 2004.
Jucimar Novochadlo
Juiz Relator

Sistema de Juizados Especiais Civeis e Criminais
TURMA RECURSAL ÚNICA - Relação de Publicação Nº : 001/2004

ADVOGADO	ORDEM	RECURSO
ABEL JOSE CORDEIRO JUNIOR	016	2003.0001460-9/0
ADRIANO MANTOVANI	013	2003.0001414-1/0
AFONSO CELSO NUNES	012	2003.0001383-6/0
AFRANIO MAYER FERNANDES DE SOUZA	016	2003.0001460-9/0
ALESSANDRO BRANDALIZE	034	2004.0000016-1/0
ALEXANDRE HAULY CAMARGO	004	2003.0000493-8/0
ALEXANDRE MILLEN ZAPPA	012	2003.0001383-6/0
ÁLVARO AUGUSTO COSTA NUNES	025	2003.0001543-2/0
ANA LUCIA RODRIGUES LIMA	013	2003.0001414-1/0
ANDRE PEIXOTO DE SOUZA	027	2003.0001580-0/0
ANTONIO CARLOS GABRIEL	006	2003.0000936-8/0
ANTONIO CARLOS GABRIEL	007	2003.0000936-8/0
CARLOS ALBERTO GUIMARAES AMARAL	027	2003.0001580-0/0
CARLOS ARAUZ FILHO	008	2003.0000978-5/1
CARMELA MANFROI TISSIANI	005	2003.0000820-6/1
CARMEN SILVIA MARCON GARMENDIA DE BORBA	014	2003.0001442-0/0
CHARLES DA SILVA RIBEIRO	021	2003.0001503-9/0
CRISTIANE BRUSCHI	030	2003.0001631-8/0
CRISTIANE BRUSCHI	031	2003.0001631-8/0
CRISTIANE BRUSCHI	032	2003.0001631-8/0
DELIVAR TADEU DE MATTOS	023	2003.0001534-3/0
DENISE CANOVA	020	2003.0001487-3/0
DIRCE INES FINKLER DE CAMARGO	001	2003.0000318-0/1
DIRCE INES FINKLER DE CAMARGO	002	2003.0000382-5/1
DIRCE INES FINKLER DE CAMARGO	003	2003.0000404-1/1
EDSON DEMARCH DOS SANTOS	018	2003.0001466-0/0
EDSON DEMARCH DOS SANTOS	017	2003.0001466-0/0
EDSON DEMARCH DOS SANTOS	019	2003.0001486-1/0
EDUARDO OLIVEIRA AGUSTINHO	028	2003.0001584-8/0
EDUARDO RAFAEL SABADIN	009	2003.0001059-4/1
ELAINE DA SILVEIRA ASSIS MATOS	021	2003.0001503-9/0
FARAM BOUQUEZAM NETO	033	2003.0001644-4/0
FIORI AUGUSTO MINCACHI FAUSTINO	024	2003.0001540-7/0
FRANCISCO MANOEL DO COUTO FERNANDES	026	2003.0001561-0/0
HAMILTON ANTONIO DE MELO	020	2003.0001487-3/0
HELENA CRISTINA FERREIRA CARNEIRO	027	2003.0001580-0/0
JOAO LUIZ SCARAMELLA FILHO	013	2003.0001414-1/0
JOSE AUGUSTO RODRIGUES FORMIGONI	025	2003.0001543-2/0
JOSE CARLOS FARINA	004	2003.0000493-8/0
JOSE DO CARMO BADARO	022	2003.0001514-1/0
LAERCION ANTONIO WRUBEL	005	2003.0000820-6/1
LEANDRO CEZAR SACOMAN	024	2003.0001540-7/0
LETICIA MENDES DE OLIVEIRA CUENCA	021	2003.0001503-9/0
LUIZ ANTONIO DE SOUZA	009	2003.0001059-4/1
LUIZ EDUARDO VOLPATO	024	2003.0001540-7/0
MARCELO EUSEBIO DE PAULA	018	2003.0001466-0/0
MARCELO EUSEBIO DE PAULA	017	2003.0001466-0/0
MARCELO EUSEBIO DE PAULA	019	2003.0001486-1/0
MARCELO KINTZEL GRACIANO	023	2003.0001534-3/0
MARCIA SEVERINA BADARO	022	2003.0001514-1/0
MARIA INES DE MORAIS OLIVEIRA	009	2003.0001059-4/1
MARIO ROCHA FILHO	010	2003.0001178-4/0
MARIO ROCHA FILHO	015	2003.0001454-5/0
MARIO ROCHA FILHO	025	2003.0001543-2/0
MARLEY TREVISAN	009	2003.0001059-4/1
NELSON GALBIATTI LOPES PARRON	010	2003.0001178-4/0
NELSON GALBIATTI LOPES		

PARRON	015	2003.0001454-5/0
NELSON GALBIATTI LOPES PARRON	025	2003.0001543-2/0
NEUDI FERNANDES	033	2003.0001644-4/0
NIVALDO MORAN	008	2003.0000978-5/1
ORLANDO ALEXANDRINO	029	2003.0001620-5/0
PAULO CESAR DE HOLANDA GUERRA	020	2003.0001487-3/0
RONALDO CAMILO	006	2003.0000936-8/0
RONALDO CAMILO	007	2003.0000936-8/0
SERGIO YOSHIKAZU MIYAMOTO NAVARRETE	024	2003.0001540-7/0
SILVIO TAKAHARU OYAMA	010	2003.0001178-4/0
SILVIO TAKAHARU OYAMA	015	2003.0001454-5/0
VANESSA CRISTINA BORGMANN WALDOW	030	2003.0001631-8/0
VANESSA CRISTINA BORGMANN WALDOW	031	2003.0001631-8/0
VANESSA CRISTINA BORGMANN WALDOW	032	2003.0001631-8/0

Concursos

Centenário do Sul

JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE CENTENÁRIO DO SUL – PR
SECRETARIA DA DIREÇÃO DO FORUM

EDITAL

O DOUTOR RICARDO VIANNA DA COSTA E SILVA, MM. JUIZ SUBSTITUTO - DIRETOR DO FÓRUM DESTA COMARCA DE CENTENÁRIO DO SUL – PR, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E NA FORMA DA LEI, FAZ SABER:

A todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por decisão prolatada em 23/12/03 nos autos PRINCIPAIS DE CONCURSO sob nº04/03, foram HOMOLOGADAS as inscrições dos candidatos adiante nominados, inscritos no CONCURSO PARA PROVIMENTO DO CARGO DE OFICIAL DE JUSTIÇA DO QUADRO DE AUXILIARES desta comarca, a saber:

NOME	Nº DOS AUTOS
1. ADEMILSON APARECIDO ORTELAN	143/03
2. ADEMILSON DE OLIVEIRA	136/03
3. ADENILSON LARANJO DE CASTRO	110/03
4. ADIB MOHAMED BAHY	69/03
5. ADRIANO DE SOUZA MARTINS	129/03
6. ADRIANO MAZZO	146/03
7. ALDEMIR RODRIGUES NOVAIS	24/03
8. ALECSANDRA ROSANI RESENDE	111/03
9. ALTEMAR DOS SANTOS NASCIMENTO	219/03
10. ÁLVARO BOTTER	221/03
11. ANA CRISTINA CORSINO	206/03
12. ANA PAULA COLAUTI MOREIRA	92/03
13. ANA RENATA MACCARI	78/03
14. ANDERSON LUIS DE OLIVEIRA	85/03
15. ANDRÉ LUIS DE LÁBIO	145/03
16. ANDRÉ LUIZ ALGODOAL PODESTÁ	53/03
17. ANDRÉA MARIA GONSALES PERSIANI	57/03
18. ANDRÉIA ALVES SILVEIRA	140/03
19. ANTÔNIO BASSO FILHO	11/03
20. ANTÔNIO CARLOS ARROIO	165/03
21. ANTÔNIO DELLA GIUSTINA CARDOSO	12/03
22. ANTÔNIO FILHO DOS SANTOS	114/03
23. ANTÔNIO GABRIEL DOS SANTOS MOREIRA	15/03
24. ANTÔNIO PICCININ	49/03
25. ANTÔNIO SANCHES MARTINS	93/03
26. APARECIDA ALZIR BIONDO	102/03
27. APARECIDA MASSAKO ENOKIDA	192/03
28. APARECIDA PALMEIRA DE JESUS	176/03
29. APARECIDO DOLISETE	155/03
30. ARILDO SCHUENCK	217/03
31. ARILSON ALVES DE ABREU	168/03
32. AUCENIR GOUVEIA	73/03
33. BERNADETE APARECIDA DE ARAÚJO ROCHINSKI	94/03
34. BRAZ VIEIRA	027/03
35. CARLOS AUGUSTO DE CAMARGO PASQUAL	181/03
36. CARLOS CUNHA NETO	142/03
37. CARLOS HENRIQUE CASTOLDI	99/03
38. CARLOS HIROKI HASHIMOTO	130/03
39. CARLOS JOSÉ DA SILVA	17/03
40. CARLOS JOSÉ DORNELAS	216/03
41. CÉLIO DIAS MORATAS	88/03
42. CELMO ADRIANO ROMÃO	35/03
43. CESAR AUGUSTO EZIAS PRADO	16/03
44. CLÁUDIO ROBERTO MENEGATTI	89/03
45. CLAUDIONOR DELLA VALENTINA	213/03
46. CRISTIANI FÁTIMA BUZZO DOS SANTOS MENEGATTI	91/03
47. DANIELLE CRISTINA MARIM	171/03
48. DANNILO GONSALES PERSIANI	58/03
49. DAVI EHMKE	141/03
50. DIESSIKA RAFAELY MARQUES DE FREITAS	80/03
51. DILSON PALMA	30/03
52. EBENEZER SOARES DA SILVA	74/03
53. EDILSON ROBERTO REYNEN	90/03
54. EDINELSON RIBEIRO SILVA	191/03
55. EDSON CASSANHO	200/03
56. EDSON GRELLA	100/03
57. EDSON JAMIL MARCELINO	148/03
58. EDUARDO PASSONI	187/03
59. ELIABE MIRANDA TEODORO JÚNIOR	72/03
60. ELTON RODRIGO SALLA BERG	041/03
61. ELY VIEIRA MARTINS	112/03
62. ÉMERSON MESSIAS ROBERTO	116/03
63. EMÍLIO JOSÉ VENGRUS	71/03
64. ERANI MORI	13/03
65. ÉRIKA EHARA	08/03
66. EVERTON FRATINI	150/03
67. EVERTON KOJO	178/03
68. EVERTON PARMA	21/03
69. FABIANO DE ARAUJO GUERRA	156/03
70. FÁBIO ALEXANDRE BATISTA AYRES	47/03
71. FÁBIO ALEXANDRE DE CARVALHO	180/03
72. FÁBIO ALEXANDRE MACCARI	77/03
73. FERNANDO HENRIQUE BONACHE	43/03
74. FERNANDO LUIZ DA SILVA	083/03
75. FERNNANDO CHAGAS	147/03
76. FLÁVIA HERMELINDA CIAN	64/03
77. FLÁVIO ROGÉRIO GUERREIRO	109/03
78. FRANCISCO COMOGLIO SZEMBER	139/03
79. FRANCISCO FERREIRA DE SOUZA	210/03
80. GERSON DOS SANTOS ANTIVERE	42/03
81. GERSON PEREIRA LACERDA	163/03
82. GILLIAM WELLINGTON GATTO	33/03
83. GISIANE CAMARGOS DE FREITAS	169/03
84. IGOR ZACHARIAS BORGES MONTEIRO	59/03
85. INÊZ GADLER	120/03
86. ISMAEL EGEA VIGO JÚNIOR	95/03
87. ÍTALO ROMANO PEZZINI	115/03
88. ITAMAR JOSÉ DOS SANTOS	186/03
89. IVANTUIR LOPES DA SILVA	48/03
90. IVETE AUGUSTA PEREIRA	175/03
91. JAIME MURARI	09/03
92. JANETI DE CASTRO SARTORI	128/03
93. JEFERSON LUIZ MATIAS	38/03
94. JOANI ROSA DA SILVA	122/03
95. JOÃO CARLOS BELO NETO	37/03
96. JOÃO CARLOS MURARI	10/03
97. JOÃO DOMENICO ADAMCZIK	196/03
98. JOÃO LUIZ DA SILVA	215/03
99. JOÃO MARCOS VIEIRA	26/03
100. JOÃO PAULO DELFINO AGOSTINHO	63/03
101. JOÃO PAULO RODRIGUES DE LIMA	132/03
102. JOÃO TAVARES DE SOUZA	103/03
103. JORGE HENRIQUE BANDINI	84/03
104. JOSÉ ADRIANO DOS SANTOS NUNES	123/03
105. JOSÉ ANTÔNIO IGLECIAS	25/03
106. JOSÉ APARECIDO DOMENEGHETTI	51/03
107. JOSÉ CAMILO	44/03
108. JOSÉ CÍCERO DOS SANTOS	39/03
109. JOSÉ GILSON DA SILVA	125/03
110. JOSÉ RIBAMAR MENDES	34/03
111. JOSÉ SANTINO DA SILVA FILHO	153/03
112. JULIANA FERREIRA LIMA EGGER	61/03
113. JULIANA SANCHES DA SILVA	19/03
114. JÚLIO KANASHIRO	86/03
115. JURANDIR CARLOS ALVES	06/03
116. LAÉRCIO TOMÁZ	119/03
117. LEANDRO ALENCAR MISTRO PICCININ	50/03
118. LEONCIO DA SILVA	45/03
119. LILIANA DE CASTRO IWAMOTO OLIVEIRA	135/03
120. LÍRIO GODINHO DOS SANTOS	23/03
121. LOIRY FERNANDO KWIATKOWSKI GONGORA DA SILVA	182/03
122. LUCIANA DE FÁTIMA SILVA	104/03
123. LUCIANO BUENO DE OLIVEIRA	144/03
124. LUCIANO MENDES	203/03
125. LUIS CLÁUDIO TAVARES	208/03
126. LUIZ ANTÔNIO BARRETO	07/03
127. LUIZ CARLOS CARDOSO MACHADO	46/03
128. LUIZ CARLOS FELIPE	97/03
129. LUIZ CARLOS KOBINSKI CUNHA	62/03
130. MARCEL DOMINGOS RODRIGUES CAPI	212/03
131. MARCEL RODRIGUES DA SILVA	70/03
132. MARCELO VILVERT LIMA	96/03
133. MARCO ANTÔNIO DA COSTA	101/03
134. MARCOS GOMES DE CASTRO	166/03
135. MARCOS JOSÉ ROMANO	76/03
136. MARIA YUKIE KARAKIDA AUGUSTO	133/03
137. MARTA MARIA DOS SANTOS	107/03
138. MAURÍCIO CESAR PROBST	54/03
139. MAURÍCIO FAGUNDES DE SOUZA	108/03
140. MAYSA BATISTA DE OLIVEIRA	158/03
141. MEIRE ZAGO POLETO	131/03
142. MILEINE SAYURI ANAMI	177/03
143. MOACIR BENITES GUNTENDORFEN	31/03
144. NELSON CAZADEI JÚNIOR	197/03
145. NELSON DE FREITAS	87/03
146. NELSON RODRIGUES BORGES JÚNIOR	66/03
147. NEY CARLOS RIBEIRO	179/03
148. NILSON APARECIDO SOARES DA SILVA	202/03
149. NILTA MARIA DE REZENDE	75/03
150. NOROILSON TEIXEIRA	225/03
151. OLGA DOLORES QUEIROGA	98/03
152. OSVALDO SAUGO	113/03
153. OTACÍLIO SEVERIANO FERREIRA	79/03
154. PABLO EDUARDO SOLLER	167/03
155. PATRÍCIA CRISTINA RIGONI	60/03
156. PAULO ADEMIR ZANARDI	222/03
157. PAULO CESAR CLAVISSO	160/03
158. PAULO ROBERTO MOREIRA	172/03
159. PRYSCILLA PODESTÁ ROMERO	20/03
160. REGINALDO ALVES DOS SANTOS	28/03
161. RENE VIRGILIO TUROZI	184/03
162. RENILDES STANGE DE OLIVEIRA DE SOUZA	22/03
163. RICARDO ALEXANDRE PILAR	220/03
164. RICARDO JOSÉ DE ALMEIDA SILVA	124/03
165. RICARDO KOJI YONEMURA	14/03
166. RICARDO TADASHI ENOKIDA	189/03
167. RICHARDSON MARCELO VELOSO VIEIRA	151/03
168. RÓBSON CARLOS PEREIRA DOS SANTOS	162/03
169. RÓBSON FABIANO ARROIO	164/03
170. RÓBSON FUMAGALI	149/03
171. ROGÉRIO ALVES SILVEIRA	154/03
172. ROGÉRIO AUGUSTO SILVA	105/03
173. ROGÉRIO CÂNDIDO SOARES	185/03
174. ROGÉRIO DAMACENO DOS SANTOS	201/03
175. RÔMULO ADRIANO BUSIGNANI	127/03
176. RONALDO CLAUDINO DA SILVA	05/03
177. RONEI FRANCISCO NUNES	157/03
178. ROSÂNGELA APARECIDA CARMONA	174/03
179. ROSEMARI DA SILVA ALVES	194/03
180. ROSILDA SOARES TUROZI DE OLIVEIRA	170/03
181. ROSIMEIRE TUROZI	183/03
182. SAMUEL LEITE	188/03
183. SAMUEL SILVA RIBEIRO	223/03
184. SÉRGIO FERNANDES	152/03
185. SÉRGIO LAUDO BOLOGNINI	204/03
186. SÉRGIO LUIZ FERREIRA DE CARVALHO	218/03
187. SILVIO CESAR DOMINGOS	159/03
188. SILVIO MIYAMOTO	195/03
189. SILVIO ROBERTO ESPILER COLITO	137/03
190. SÔNIA DEYSE FANTIN	199/03
191. SORAIDE SALTI DA SILVA	68/03
192. STÊNIO ANTÔNIO HOMEM DA COSTA	65/03
193. SUELI CASTELUZZI VECHIATTO	18/03
194. TARCÍSIO GALEGO FUSTINONI	106/03
195. TATIANA DIAS JUNCO	205/03
196. THATIANA IWAMOTO GREGÓRIO GOMES	134/03
197. VAGNER TAMBANI	198/03
198. VALDECIR DUDA	121/03
199. VALDEIR DELANHESE	52/03
200. VALDIR GUELSI JÚNIOR	117/03
201. VALDIR SANTOLIN JÚNIOR	118/03
202. VALDIRENE ROLETTO VEYH	29/03
203. VERA LÚCIA DE PAULA XAVIER	67/03
204. VILSON DEMITI	138/03
205. VITERBO HERACLES ASSIS GONZAGA ZANONI	32/03
206. VIVIANE MAYER CHAGAS	126/03
207. WANDERSON COSTA NEGRÃO DE OLIVEIRA	81/03
208. WASHINGTON MASSATOSHI SUZUKI	207/03
209. WELLYNGTON PORTE GUIMARÃES	190/03
210. WILSON LUIZ GIUNTA JÚNIOR	56/03
211. WILSON RICARDO DE SOUZA	211/03
212. ZACARIA PEDRO BERNARDO	40/03

Fica designado o **DIA 27 (vinte e sete)/ março/2004, ÀS 8:00 HORAS, no COLÉGIO PADRE JOSÉ PIRES**, sito à rua Nossa Senhora do Rocio nº 277, nesta cidade e Comarca para realização da **PROVA ESCRITA** do referido CONCURSO**.** Os candidatos deverão comparecer com antecedência mínima de 30(trinta) minutos, munidos de cédula de identificação e caneta esferográfica azul ou preta. A prova escrita do concurso, terá duração de quatro horas, prorrogável a critério da Banca Examinadora antes do início da prova, versará sobre temas programados nas seguintes disciplinas: 1) Direito Civil; 2) Direito Processual Civil; 3) Direito Penal; 4) Direito processual Penal; 5) Direito Administrativo; 6) Direito Constitucional; 7) Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado; 8) Regulamento de Custas; 9) Código de Normas da Corregedoria da Justiça; essa prova de conhecimento consistirá em questões teóricas e práticas.

O presente edital será afixado no local de costume e publicado no Diário da Justiça.

DADO E PASSADO nesta cidade e comarca de Centenário do Sul, Estado do Paraná, aos 29 dias do mês de dezembro de 2003, eu,, Adelice Mara Toledo Rocha Rodrigues Barbosa, Secretária, expedi o presente edital e o subscrevo.

RICARDO VIANNA DA COSTA E SILVA
JUIZ SUBSTITUTO - DIRETOR DO FORUM

Ministério Público

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Protocolo nº 18645/03

AVISO Nº 001/04

Fundamentado no art. 21, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, assinalo o prazo de oito (08) dias aos interessados, para, querendo, impugnar a partir da data desta publicação, promoção de arquivamento dos Autos de Procedimento Administrativo nº 306/2003, oriundo da 8ª Promotoria de Justiça da comarca de Foz de Iguaçu, instaurado para apurar solicitação de atendimento médico pelo serviço do Sistema Único de Saúde à pessoa de L.M. de C. de origem e nacionalidade estrangeira.

Curitiba, 08 de janeiro de 2004.

PROCURADORA DE JUSTIÇA **MIRIAM DE FREITAS SANTOS** CONSELHEIRA RELATORA.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Protocolo nº 18643/03

AVISO Nº 002/04

Fundamentado no art. 21, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, assinalo o prazo de oito (08) dias aos interessados, para, querendo, impugnar a partir da data desta publicação, promoção de arquivamento dos Autos de Procedimento Administrativo nº 164/2002, oriundo da 8ª Promotoria de Justiça da comarca de Foz de Iguaçu, instaurado por força do requerimento da Sra. S.C.O.O., a qual alega estar encontrando dificuldades em conseguir através do Sistema Único de Saúde, medicamentos necessários ao tratamento de sua enfermidade.

Curitiba, 08 de janeiro de 2004.

PROCURADOR DE JUSTIÇA **EDILBERTO DE CAMPOS TROVÃO** CONSELHEIRO RELATOR.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Protocolo nº 18493/03

AVISO Nº 006/04

Fundamentado no art. 21, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, assinalo o prazo de oito (08) dias aos interessados, para, querendo, impugnar a partir da data desta publicação, promoção de arquivamento dos Autos de Procedimento Investigatório Preliminar nº 68/2001, oriundo da 11ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Grossa, instaurado a partir denúncia anônima dando conta da prática de possíveis maus tratos contra a pessoa idosa de C. K..

Curitiba, 08 de janeiro de 2004.

PROCURADOR DE JUSTIÇA **CARLOS ALDIR LOSS** CONSELHEIRO RELATOR.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Protocolo nº 11785/02

AVISO Nº 008/04

Fundamentado no art. 21, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, assinalo o prazo de oito (08) dias aos interessados, para, querendo, impugnar a partir da data desta publicação, promoção de arquivamento dos Autos de Procedimento Administrativo nº 03/2002, oriundo da 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Arapongas, instaurado para averiguar possível contratação irregular de J.B., por parte do Município de Arapongas, no período de 25/11/91 a 18/11/92.

Curitiba, 08 de janeiro de 2004.

PROCURADOR DE JUSTIÇA **EDILBERTO DE CAMPOS TROVÃO** CONSELHEIRO RELATOR.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Protocolo nº 769/03

AVISO Nº 009/04

Fundamentado no art. 21, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, assinalo o prazo de oito (08) dias aos interessados, para, querendo, impugnar a partir da data desta publicação, promoção de arquivamento dos Autos de Inquérito Civil nº 01/1998, oriundo da 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Porecatu, instaurado em razão de notícia sem especificação de origem ou procedência, relatando o suposto cometimento de inúmeras irregularidades pela Chefe do Executivo Municipal na gestão de 1997/2000.

Curitiba, 08 de janeiro de 2004.

PROCURADOR DE JUSTIÇA **FRANCISCO JOSÉ ALBUQUERQUE DE SIQUEIRA BRANCO** CONSELHEIRORELATOR.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Protocolo nº 14975/03

AVISO Nº 013/04

Fundamentado no art. 21, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, assinalo o prazo de oito (08) dias aos interessados, para, querendo, impugnar a partir da data desta publicação, promoção de arquivamento dos Autos de Inquérito Civil nº 16/2003, oriundo da 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Arapongas, instaurado a partir do auto de infração nº 33131, da lavra do Instituto Ambiental do Paraná, por estar o Sr. Narciso Rizzo, dificultando a regeneração natural em área de preservação permanente no Sitio Rancho Tobogan Júnior, localizado no Município de Arapongas.

Curitiba, 08 de janeiro de 2004.

PROCURADOR DE JUSTIÇA **FRANCISCO JOSÉ ALBUQUERQUE DE SIQUEIRA BRANCO** CONSELHEIRO RELATOR.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Protocolo nº 17464/03

AVISO Nº 014/04

Fundamentado no art. 21, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, assinalo o prazo de oito (08) dias aos interessados, para, querendo, impugnar a partir da data desta publicação, promoção de arquivamento dos Autos de Inquérito Civil nº 23/2003, oriundo da 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Arapongas, instaurado a partir do auto de infra-

ção ambiental nº 33060, da lavra do Instituto Ambiental do Paraná, tendo em vista estar a Sra. Jandira Pagliari Castilho, implantando loteamento residencial no lote de terras nº 96, na Vila Triângulo, sem a licença ambiental.

Curitiba, 08 de janeiro de 2004.

PROCURADOR DE JUSTIÇA **EDILBERTO DE CAMPOS TROVÃO** CONSELHEIRO RELATOR.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Protocolo nº 14977/03

AVISO Nº 015/04

Fundamentado no art. 21, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, assinalo o prazo de oito (08) dias aos interessados, para, querendo, impugnar a partir da data desta publicação, promoção de arquivamento dos Autos de Inquérito Civil nº 17/2003, oriundo da 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Arapongas, instaurado a partir do auto de infração ambiental nº 33143, da lavra do Instituto Ambiental do Paraná, por estar o Sr. Bruno Manfrin, dificultando a regeneração natural em área de preservação permanente na Chácara São Francisco, localizado no Município de Arapongas.

Curitiba, 08 de janeiro de 2004.

PROCURADORA DE JUSTIÇA **MIRIAM DE FREITAS SANTOS** CONSELHEIRA RELATORA.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Protocolo nº 17466/03

AVISO Nº 016/04

Fundamentado no art. 21, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, assinalo o prazo de oito (08) dias aos interessados, para, querendo, impugnar a partir da data desta publicação, promoção de arquivamento dos Autos de Inquérito Civil nº 25/2003, oriundo da 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Arapongas, instaurado a partir do auto de infração ambiental nº 24707, da lavra do Instituto Ambiental do Paraná, tendo em vista o funcionamento da empresa AGARRA – Ind. E Comércio de Artefatos de Madeira Ltda., sem o respectivo licenciamento ambiental pelo órgão competente.

Curitiba, 08 de janeiro de 2004.

PROCURADOR DE JUSTIÇA **CARLOS ALDIR LOSS** CONSELHEIRO RELATOR.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Protocolo nº 17439/03

AVISO Nº 020/04

Fundamentado no art. 21, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, assinalo o prazo de oito (08) dias aos interessados, para, querendo, impugnar a partir da data desta publicação, promoção de arquivamento dos Autos de Procedimento Investigatório Preliminar nº 10/1998, oriundo da 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Colombo, instaurado visando apurar possível dano ambiental perpetrado pelo Sr. Dirceu Antônio Baron, pelo desmate de área de preservação permanente, na localidade de Rozeira, Município de Colombo.

Curitiba, 12 de janeiro de 2004.

PROCURADOR DE JUSTIÇA **EDILBERTO DE CAMPOS TROVÃO** CONSELHEIRO RELATOR

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Protocolo nº 17394/03

AVISO Nº 021/04

Fundamentado no art. 21, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, assinalo o prazo de oito (08) dias aos interessados, para, querendo, impugnar a partir da data desta publicação, promoção de arquivamento dos Autos de Procedimento Investigatório Preliminar nº 02/2001, oriundo da 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Paranaguá, instaurado visando apurar a possível criação abusiva em quantidade por parte da Sra. Esmeralda Quadros, de cães e gatos, prejudicando a saúde pública.

Curitiba, 12 de janeiro de 2004.

PROCURADORA DE JUSTIÇA **MIRIAM DE FREITAS SANTOS** CONSELHEIRA RELATORA.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Protocolo nº 17752/03

AVISO Nº 022/04

Fundamentado no art. 21, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, assinalo o prazo de oito (08) dias aos interessados, para, querendo, impugnar a partir da data desta publicação, promoção de arquivamento dos Autos de Procedimento Investigatório Preliminar nº 45/1999, oriundo da 4ª Promotoria de Justiça da comarca de Apucarana, instaurado visando apurar lançamento de produtos altamente poluentes através de tubulação de galerias de águas pluviais no cruzamento de ruas de Apucarana..

Curitiba, 12 de janeiro de 2004.

PROCURADOR DE JUSTIÇA **CARLOS ALDIR LOSS** CONSELHEIRO RELATOR.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Protocolo nº 16431/03

AVISO Nº 026/04

Fundamentado no art. 21, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, assinalo o prazo de oito (08) dias aos interessados, para, querendo, impugnar a partir da data desta publicação, promoção de arquivamento dos Autos de Procedimento Administrativo nº 38/2003, oriundo da 27ª Promotoria de Justiça da comarca de Londrina, instaurado visando apurar a existência de poluição sonora atribuída à Igreja Presbiteriana de Londrina, situada na Rua Maria José Carneiro.

Curitiba, 12 de janeiro de 2004.

PROCURADOR DE JUSTIÇA **FRANCISCO JOSÉ ALBUQUERQUE DE SIQUEIRA BRANCO** CONSELHEIRO RELATOR.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Protocolo nº 16493/03

AVISO Nº 027/04

Fundamentado no art. 21, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, assinalo o prazo de oito (08) dias aos interessados, para, querendo, impugnar a partir da data desta publicação, promoção de arquivamento dos Autos de Procedimento Administrativo nº 60/2002, oriundo da 27ª Promotoria de Justiça da comarca de Londrina, instaurado visando apurar a possível existência de poluição ambiental na extração de areia, sem o devido licenciamento, atribuída à empresa Mineração de Areia Martins Ltda. .

Curitiba, 12 de janeiro de 2004.

PROCURADOR DE JUSTIÇA **EDILBERTO DE CAMPOS TROVÃO** CONSELHEIRO RELATOR.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Protocolo nº 16495/03

AVISO Nº 028/04

Fundamentado no art. 21, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, assinalo o prazo de oito (08) dias aos interessados, para, querendo, impugnar a partir da data desta publicação, promoção de arquivamento dos Autos de Procedimento Administrativo nº 03/2003, oriundo da 27ª Promotoria de Justiça da comarca de Londrina, instaurado visando apurar o impedimento de regeneração de área de preservação permanente, perpetrado pelo Sr. Jomar Muracami, localizada na Chácara Palestra Itália, estrada para Maravilha em Londrina.

Curitiba, 12 de janeiro de 2004.

PROCURADORA DE JUSTIÇA **MIRIAM DE FREITAS SANTOS** CONSELHEIRA RELATORA

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Protocolo nº 17043/03

AVISO Nº 029/04

Fundamentado no art. 21, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, assinalo o prazo de oito (08) dias aos interessados, para, querendo, impugnar a partir da data desta publicação, promoção de arquivamento dos Autos de Procedimento Administrativo nº 02/2003, oriundo da Promotoria de Justiça da comarca de Rio Branco do Sul, instaurado visando apurar a disposição de lixo sólido pelo Município de Itaperuçu, em local inadequado à margem da rodovia do Canelão, com queima e emissão de poluentes atmosféricos.

Curitiba, 12 de janeiro de 2004.

PROCURADOR DE JUSTIÇA **CARLOS ALDIR LOSS** CONSELHEIRO RELATOR

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Protocolo nº 14999/03

AVISO Nº 033/04

Fundamentado no art. 21, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, assinalo o prazo de oito (08) dias aos interessados, para, querendo, impugnar a partir da data desta publicação, promoção de arquivamento dos Autos de Procedimento Administrativo nº 057/2003, oriundo da 3ª Promotoria de Justiça da comarca de Toledo, instaurado visando apurar a supressão de vegetação sem autorização do órgão competente, perpetrado pelo Sr. Moacir Zanchetta, na localidade de Linha Biribas em São Pedro do Iguaçu.

Curitiba, 12 de janeiro de 2004.

PROCURADOR DE JUSTIÇA **FRANCISCO JOSÉ ALBUQUERQUE DE SIQUEIRA BRANCO** CONSELHEIRO RELATOR

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Protocolo nº 15000/03

AVISO Nº 034/04

Fundamentado no art. 21, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, assinalo o prazo de oito (08) dias aos interessados, para, querendo, impugnar a partir da data desta publicação, promoção de arquivamento dos Autos de Procedimento Administrativo nº 059/2003, oriundo da 3ª Promotoria de Justiça da comarca de Toledo, instaurado visando apurar infração ambiental, consistente no impedimento da regeneração natural de vegetação em área de preservação permanente, perpetrado pelo Sr. Jorge Kinjiro Okano, na localidade de Memória no município de Assis Chateaubriand.

Curitiba, 12 de janeiro de 2004.

PROCURADOR DE JUSTIÇA **EDILBERTO DE CAMPOS TROVÃO** CONSELHEIRO RELATOR

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Protocolo nº 15010/03

AVISO Nº 035/04

Fundamentado no art. 21, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, assinalo o prazo de oito (08) dias aos interessados, para, querendo, impugnar a partir da data desta publicação, promoção de arquivamento dos Autos de Procedimento Administrativo nº 041/2003, oriundo da 3ª Promotoria de Justiça da comarca de Toledo, instaurado visando apurar infração ambiental, consistente no impedimento de regeneração de vegetação nativa mediante movimentação de entulhos e restos de construções em área de preservação ambiental, perpetrado pelo Sr. Anévio Rodrigues Michelon

Curitiba, 12 de janeiro de 2004.

PROCURADORA DE JUSTIÇA **MIRIAM DE FREITAS SANTOS** CONSELHEIRA RELATORA

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Protocolo nº 15012/03

AVISO Nº 036/04

Fundamentado no art. 21, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, assinalo o prazo de oito (08) dias aos interessados, para, querendo, impugnar a partir da data desta publicação, promoção de arquivamento dos Autos de Procedimento Administrativo nº 053/2003, oriundo da 3ª Promotoria de Justiça da comarca de Toledo, instaurado visando apurar infração ambiental, consistente na supressão de mata nativa em área de preservação permanente, perpetrado por Claudino Pielke, na localidade denominada Linha União no município de Toledo.

Curitiba, 12 de janeiro de 2004.

PROCURADOR DE JUSTIÇA **CARLOS ALDIR LOSS** CONSELHEIRO RELATOR

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Protocolo nº 11718/03

AVISO Nº 040/04

Fundamentado no art. 21, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, assinalo o prazo de oito (08) dias aos interessados, para, querendo, impugnar a partir da data desta publicação, promoção de arquivamento dos Autos de Procedimento Investigatório Preliminar nº 40/2002, oriundo da 11ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Grossa, instaurado visando apurar a possível irregularidade da empresa Granel Recuperadora de Carretas, pela atividade de Jateamento de areia, no município de Ponta Grossa.

Curitiba, 12 de janeiro de 2004.

PROCURADOR DE JUSTIÇA **FRANCISCO JOSÉ ALBUQUERQUE DE SIQUEIRA BRANCO** CONSELHEIRO RELATOR

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Protocolo nº 13289/03

AVISO Nº 041/04

Fundamentado no art. 21, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, assinalo o prazo de oito (08) dias aos interessados, para, querendo, impugnar a partir da data desta publicação, promoção de arquivamento dos Autos de Procedimento Investigatório Preliminar nº 01/2003, oriundo da 4ª Promotoria de Justiça da comarca de Apucarana, instaurado visando apurar a notícia de que a represa do Clube de Campo Cidade Alta em Apucarana, seria foco de proliferação e transmissão de doenças.

Curitiba, 12 de janeiro de 2004.

PROCURADOR DE JUSTIÇA **EDILBERTO DE CAMPOS TROVÃO** CONSELHEIRO RELATOR

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Protocolo nº 14731/03

AVISO Nº 042/04

Fundamentado no art. 21, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, assinalo o prazo de oito (08) dias aos interessados, para, querendo, impugnar a partir da data desta publicação, promoção de arquivamento dos Autos de Procedimento Administrativo nº 05/2002, oriundo da Promotoria de Justiça da comarca de Mandaguaçu, instaurado visando apurar denúncias efetivadas por populares, acusando o Sr. Clóvis Esgoti, que é proprietário do bar "sem nome", localizado na Rua da Saudade, próximo do nº 500, na cidade de Mandaguaçu, de estar estendendo suas atividades comerciais até altas horas da madrugada, perturbando o sossego e repouso da vizinhança.

Curitiba, 12 de janeiro de 2004.

PROCURADORA DE JUSTIÇA **MIRIAM DE FREITAS SANTOS** CONSELHEIRA RELATORA

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Protocolo nº 14963/03

AVISO Nº 043/04

Fundamentado no art. 21, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, assinalo o prazo de oito (08) dias aos interessados, para, querendo, impugnar a partir da data desta publicação, promoção de arquivamento dos Autos de Procedimento Administrativo nº 38/2003, oriundo da 3ª Promotoria de Justiça da comarca de Toledo, instaurado visando apurar infração ambiental, consistente no corte de árvores nativas em área de preservação ambiental, perpetrado por Ermantio Ritter, na localidade denominada Linha São Francisco no município de São Pedro do Iguaçu.

Curitiba, 12 de janeiro de 2004.

PROCURADOR DE JUSTIÇA **CARLOS ALDIR LOSS** CONSELHEIRO RELATOR

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Protocolo nº 18117/03

AVISO Nº 044/04

Fundamentado no art. 21, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, assinalo o prazo de oito (08) dias aos interessados, para, querendo, impugnar a partir da data desta publicação, promoção de arquivamento dos Autos de Procedimento Administrativo nº 66/2002, oriundo da 8ª Promotoria de Justiça da comarca de Foz do Iguaçu, instaurado visando solucionar problemas causados, em tese, com o idoso Sr. O. G., interno no Lar dos Velhinhos em Foz do Iguaçu.

Curitiba, 12 de janeiro de 2004.

PROCURADOR DE JUSTIÇA **FRANCISCO JOSÉ ALBUQUERQUE DE SIQUEIRA BRANCO** CONSELHEIRO RELATOR

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Protocolo nº 19917/03

AVISO Nº 045/04

Fundamentado no art. 21, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, assinalo o prazo de oito (08) dias aos interessados, para, querendo, impugnar a partir da data desta publicação, promoção de arquivamento dos Autos de Inquérito Civil nº T-013/1996, oriundo da Promotoria de Justiça de Proteção ao Patrimônio Público – área cível – da comarca de Curitiba, instaurado a fim de apurar as possíveis contratações irregulares de servidores pelo Projeto Mega Tudo Limpo, executado pelo Município de Curitiba, sem a prévia aprovação em concurso público.

Curitiba, 12 de janeiro de 2004.

PROCURADORA DE JUSTIÇA **MIRIAM DE FREITAS SANTOS** CONSELHEIRA RELATORA

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Protocolo nº 10134/00

AVISO Nº 588/03

Fundamentado no art. 21, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, assinalo o prazo de oito (08) dias aos interessados, para, querendo, impugnar a partir da data desta publicação, promoção de arquivamento dos Autos de Inquérito Civil nº 04/2001, oriundo da 4ª Promotoria de Justiça

da Comarca de Apucarana, instaurado a fim de apurar o não pagamento por parte do ex-Prefeito Municipal de Apucarana C.R S., do precatório TRT nº 1222/96 em que é exeqüente N.I.de G.G..

Curitiba, 01 de dezembro de 2003.

PROCURADORA DE JUSTIÇA **MIRIAM DE FREITAS SANTOS** CONSELHEIRA RELATORA.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Protocolo nº 13284/03

AVISO Nº 589/03

Fundamentado no art. 21, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, assinalo o prazo de oito (08) dias aos interessados, para, querendo, impugnar a partir da data desta publicação, promoção de arquivamento dos Autos de Procedimento Investigatório Preliminar nº 14/2001, oriundo da 4ª Promotoria de Justiça da Comarca de Apucarana, instaurado a fim de apurar possíveis infrações político-administrativas praticadas pelo ex-Prefeito de Apucarana C.R.S., referentes ao atraso no repasse de verbas, ou repasse em valor inferior ao devido à Câmara Municipal.

Curitiba, 01 de dezembro de 2003.

PROCURADOR DE JUSTIÇA **CARLOS ALDIR LOSS** CONSELHEIRO RELATOR.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Protocolo nº 8031/02

AVISO Nº 590/03

Fundamentado no art. 21, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, assinalo o prazo de oito (08) dias aos interessados, para, querendo, impugnar a partir da data desta publicação, promoção de arquivamento dos Autos de Inquérito Civil nº 06/2000, oriundo da 3ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Mourão, instaurado a fim de apurar eventuais irregularidades na contratação de pessoal junto à Prefeitura Municipal de Farol.

Curitiba, 01 de dezembro de 2003.

PROCURADOR DE JUSTIÇA **REINALDO PRADO** CONSELHEIRO RELATOR.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Protocolo nº 7690/03

AVISO Nº 591/03

Fundamentado no art. 21, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, assinalo o prazo de oito (08) dias aos interessados, para, querendo, impugnar a partir da data desta publicação, promoção de arquivamento dos Autos de Procedimento Investigatório Preliminar nº 22/2003, oriundo da Promotoria de Justiça da Comarca de São Jerônimo da Serra, instaurado a fim de apurar eventuais irregularidades na prestação de contas do convênio firmado entre o Município de São Jerônimo da Serra e a Cohapar na gestão do ex-Prefeito G.P.de M.

Curitiba, 01 de dezembro de 2003.

PROCURADOR DE JUSTIÇA **FRANCISCO JOSÉ ALBUQUERQUE DE SIQUEIRA BRANCO** CONSELHEIRO RELATOR.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Protocolo nº 20305/02

AVISO Nº 592/03

Fundamentado no art. 21, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, assinalo o prazo de oito (08) dias aos interessados, para, querendo, impugnar a partir da data desta publicação, promoção de arquivamento dos Autos de Procedimento Administrativo nº 03/2002, oriundo da 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Paranavaí, instaurado a fim de apurar eventuais irregularidades noticiadas pelo oficio nº 19/2002, praticadas pelo Prefeito D.F.de C.

Curitiba, 01 de dezembro de 2003.

PROCURADOR DE JUSTIÇA **EDILBERTO DE CAMPOS TROVÃO** CONSELHEIRO RELATOR.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Protocolo nº 6719/03

AVISO Nº 593/03

Fundamentado no art. 21, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, assinalo o prazo de oito (08) dias aos interessados, para, querendo, impugnar a partir da data desta publicação, promoção de arquivamento dos Autos de Procedimento Administrativo nº 03/1997, oriundo da Promotoria de Justiça da Comarca de Curiúva, instaurado a fim de apurar possíveis valores pagos irregularmente a título de aposentadoria para Dirceu Rodrigues dos Santos, pelo então Prefeito Municipal de Figueira , Sr. Sérgio Murilo Nalevaiko, eleito para gestão 01/01/93 a 31/12/96.

Curitiba, 03 de dezembro de 2003.

PROCURADOR DE JUSTIÇA **EDILBERTO DE CAMPOS TROVÃO** CONSELHEIRO RELATOR.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Protocolo nº 7622/00

AVISO Nº 594/03

Fundamentado no art. 21, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, assinalo o prazo de oito (08) dias aos interessados, para, querendo, impugnar a partir da data desta publicação, promoção de arquivamento dos Autos de Procedimento Investigatório Preliminar nº 06/2003, oriundo da Promotoria de Justiça da Comarca de São Jerônimo da Serra, instaurado a partir de encaminhamento de documentos pela Vara do Trabalho de Cornélio Procópio, ante a reclamação trabalhista movida por Sebastião Ferreira de Mello contra o Município de Nova Santa Bárbara.

Curitiba, 03 de dezembro de 2003.

PROCURADORA DE JUSTIÇA **MIRIAM DE FREITAS SANTOS** CONSELHEIRA RELATORA.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Protocolo nº 21517/02

AVISO Nº 595/03

Fundamentado no art. 21, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, assinalo o prazo de oito (08) dias aos interessados, para, querendo, impugnar a partir da data desta publicação, promoção de arquivamento dos Autos de Procedimento Administrativo nº 03/2002, oriundo da Promotoria de Justiça da Comarca de Sertanópolis, instaurado em face de reclamatória trabalhista nº 9422/98, em que figura como reclamante o Sr. Amadeu Gaspar Júnior e reclamados Serviço Municipal de Saúde de Sertanópolis e o Município de Sertanópolis.

Curitiba, 03 de dezembro de 2003.

PROCURADOR DE JUSTIÇA **CARLOS ALDIR LOSS** CONSELHEIRO RELATOR.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Protocolo nº 6764/03

AVISO Nº 596/03

Fundamentado no art. 21, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, assinalo o prazo de oito (08) dias aos interessados, para, querendo, impugnar a partir da data desta publicação, promoção de arquivamento dos Autos de Procedimento Investigatório Preliminar nº 31/1996, oriundo da Promotoria de Justiça da Comarca de Londrina, instaurado para verificação sobre a regularidade do contrato de cessão do Estádio Uady Chaiben, firmado entre o Município de Londrina e a Sociedade Esportiva Matsubara.

Curitiba, 03 de dezembro de 2003.

PROCURADOR DE JUSTIÇA **REINALDO PRADO** CONSELHEIRO RELATOR.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Protocolo nº 8119/03

AVISO Nº 597/03

Fundamentado no art. 21, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, assinalo o prazo de oito (08) dias aos interessados, para, querendo, impugnar a partir da data desta publicação, promoção de arquivamento dos Autos de Inquérito Civil nº 03/2001, oriundo da Promotoria de Justiça da Comarca de Nova Fátima, instaurado a fim de averiguar a adequação da aquisição de combustível pela Prefeitura Municipal de Nova Fátima, à Lei 8666/93, durante os anos de 1999, 2000 e 2001.

Curitiba, 03 de dezembro de 2003.

PROCURADOR DE JUSTIÇA **WANDERLEY BATISTA DA SILVA** CONSELHEIRO RELATOR.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Protocolo nº 6715/03

AVISO Nº 598/03

Fundamentado no art. 21, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, assinalo o prazo de oito (08) dias aos interessados, para, querendo, impugnar a partir da data desta publicação, promoção de arquivamento dos Autos de Inquérito Civil nº 03/2001, oriundo da Promotoria de Justiça da Comarca de Curiúva, instaurado para investigar a aplicação dos recursos oriundos do FUNDEF no Município de Sapopema, durante os meses de janeiro a setembro de 2001.

Curitiba, 03 de dezembro de 2003.

PROCURADOR DE JUSTIÇA **DARTAGNAN CADILHE ABILHOA** CONSELHEIRO RELATOR.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Protocolo nº 6721/03

AVISO Nº 599/03

Fundamentado no art. 21, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, assinalo o prazo de oito (08) dias aos interessados, para, querendo, impugnar a partir da data desta publicação, promoção de arquivamento dos Autos de Procedimento Administrativo nº 02/1998, oriundo da Promotoria de Justiça da Comarca de Curiúva, instaurado para investigar se havia irregularidades na contratação dos servidores públicos municipais de Sapopema, durante o período de 05/10/1988 até o ano de 1992.

Curitiba, 03 de dezembro de 2003.

PROCURADOR DE JUSTIÇA **FRANCISCO JOSÉ ALBUQUERQUE DE SIQUEIRA BRANCO** CONSELHEIRO RELATOR.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Protocolo nº 6085/03

AVISO Nº 600/03

Fundamentado no art. 21, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, assinalo o prazo de oito (08) dias aos interessados, para, querendo, impugnar a partir da data desta publicação, promoção de arquivamento dos Autos de Procedimento Administrativo nº 07/2000, oriundo da Promotoria de Justiça da Comarca de Arapoti, instaurado para apurar notícia anônima denunciando possível admissão irregular de servidores na Administração Pública Municipal de Arapoti.

Curitiba, 03 de dezembro de 2003.

PROCURADOR DE JUSTIÇA **EDILBERTO DE CAMPOS TROVÃO** CONSELHEIRO RELATOR.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Protocolo nº 6241/03

AVISO Nº 601/03

Fundamentado no art. 21, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, assinalo o prazo de oito (08) dias aos interessados, para, querendo, impugnar a partir da data desta publicação, promoção de arquivamento dos Autos de Procedimento Investigatório Preliminar nº 21/2000, oriundo da 4ª Promotoria de Justiça da Comarca de Apucarana , instaurado para apurar a prática de eventual irregularidade no pagamento das verbas rescisórias dos funcionários da Prefeitura Municipal de Apucarana.

Curitiba, 03 de dezembro de 2003.

PROCURADORA DE JUSTIÇA **MIRIAM DE FREITAS SANTOS** CONSELHEIRA RELATORA.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Protocolo nº 5776/03

AVISO Nº 602/03

Fundamentado no art. 21, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, assinalo o prazo de oito (08) dias aos interessados, para, querendo, impugnar a partir da data desta publicação, promoção de arquivamento dos Autos de Procedimento Investigatório Preliminar nº 04/1996, oriundo da Promotoria de Justiça da Comarca de Astorga , instaurado para apurar eventuais admissões irregulares de servidores públicos no Município de Flórida no período de 05/10/88 a 23/10/96

Curitiba, 03 de dezembro de 2003.

PROCURADOR DE JUSTIÇA **CARLOS ALDIR LOSS** CONSELHEIRO RELATOR.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Protocolo nº 5775/03

AVISO Nº 603/03

Fundamentado no art. 21, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, assinalo o prazo de oito (08) dias aos interessados, para, querendo, impugnar a partir da data desta publicação, promoção de arquivamento dos Autos de Procedimento Investigatório Preliminar nº 03/1996, oriundo da Promotoria de Justiça da Comarca de Astorga , instaurado para apurar supostas irregularidades na contratação de servidores públicos pelo Município de Santa Fé, no período de 05/10/88 a 23/10/96.

Curitiba, 03 de dezembro de 2003.

PROCURADOR DE JUSTIÇA **REINALDO PRADO** CONSELHEIRO RELATOR.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Protocolo nº 2973/03

AVISO Nº 604/03

Fundamentado no art. 21, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, assinalo o prazo de oito (08) dias aos interessados, para, querendo, impugnar a partir da data desta publicação, promoção de arquivamento dos Autos de Procedimento Investigatório Preliminar nº 04/2002, oriundo da 4ª Promotoria de Justiça da Comarca de Apucarana, instaurado para apurar eventual irregularidade no convênio firmado entre o Município de Apucarana e a Associação do Municípios do Vale do Ivaí, com base no qual, a associação contratou duas advogadas.

Curitiba, 03 de dezembro de 2003.

PROCURADOR DE JUSTIÇA **WANDERLEY BATISTA DA SILVA** CONSELHEIRO RELATOR.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Protocolo nº 5777/03

AVISO Nº 605/03

Fundamentado no art. 21, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, assinalo o prazo de oito (08) dias aos interessados, para, querendo, impugnar a partir da data desta publicação, promoção de arquivamento dos Autos de Procedimento Investigatório Preliminar nº 05/1996, oriundo da Promotoria de Justiça da Comarca de Astorga, instaurado para apurar eventuais irregularidades na admissão de servidores públicos pelo Município de Ângulo, no período de 1988 a 1996.

Curitiba, 03 de dezembro de 2003.

PROCURADOR DE JUSTIÇA **FRANCISCO JOSÉ ALBUQUERQUE DE SIQUEIRA BRANCO** CONSELHEIRO RELATOR.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Protocolo nº 2904/03

AVISO Nº 606/03

Fundamentado no art. 21, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, assinalo o prazo de oito (08) dias aos interessados, para, querendo, impugnar a partir da data desta publicação, promoção de arquivamento dos Autos de Procedimento Investigatório Preliminar nº 56/1999, oriundo da 4ª Promotoria de Justiça da Comarca de Apucarana, instaurado para apurar o destino conferido às verbas públicas destinadas a efetuar pequenas despesas de pronto pagamento, a fim de atender financeiramente famílias carentes e assistidas pela Ação Social da Prefeitura Municipal de Apucarana.

Curitiba, 03 de dezembro de 2003.

PROCURADOR DE JUSTIÇA **EDILBERTO DE CAMPOS TROVÃO** CONSELHEIRO RELATOR.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Protocolo nº 13170/01

AVISO Nº 607/03

Fundamentado no art. 21, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, assinalo o prazo de oito (08) dias aos interessados, para, querendo, impugnar a partir da data desta publicação, promoção de arquivamento dos Autos de Procedimento Investigatório Preliminar nº 09/2001, oriundo da Promotoria de Justiça da Comarca de Jacarezinho, instaurado para apurar irregularidade na percepção de gratificação decorrente de labor extraordinário por parte do servidor público municipal de Jacarezinho, Sr. J.E.R.

Curitiba, 03 de dezembro de 2003.

PROCURADOR DE JUSTIÇA **FRANCISCO JOSÉ ALBUQUERQUE DE SIQUEIRA BRANCO** CONSELHEIRO RELATOR.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Protocolos nºs 11571/99 e 5010/00

AVISO Nº 608/03

Fundamentado no art. 21, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, assinalo o prazo de oito (08) dias aos interessados, para, querendo, impugnar a partir da data desta publicação, promoção de arquivamento dos Autos de Inquérito Civil nºs 77/1999 e 37/2000, oriundos da 4ª Promotoria de Justiça da Comarca de Apucarana, instaurados para apurar possível prática de ato de improbidade administrativa pelo então Superintendente da Autarquia Municipal de Saúde de Apucarana, por ter deixado de pagar em favor da Sra. M.A.M., o precatório de nº 848/96, decorrente de crédito trabalhista.

Curitiba, 05 de dezembro de 2003.

PROCURADOR DE JUSTIÇA **DARTAGNAN CADILHE ABILHOA** CONSELHEIRO RELATOR.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Protocolos nºs 13294/03, 9574/00, 10142/00, 10153/00 e 19797/02.

AVISO Nº 609/03

Fundamentado no art. 21, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, assinalo o prazo de oito (08) dias aos interessados, para, querendo, impugnar a partir da data desta publicação, promoção de arquivamento dos Autos de Procedimento Investigatório Preliminar nº 08/00 e autos de Inquéritos Civis nºs 30/00, 02/01, 03/01 e 16/01, oriundos da 4ª Promotoria de Justiça da Comarca de Apucarana, instaurados para apurar possível prática de ato de improbidade administrativa pelo Prefeito Carlos Roberto Scarpelini na gestão 1997/2000, pelo não pagamento dos precatórios nºs 1738/96, 1863/95, 799/98, 01046/92 e 421/96 de reclamatórias trabalhistas.

Curitiba, 05 de dezembro de 2003.

PROCURADOR DE JUSTIÇA **DARTAGNAN CADILHE ABILHOA** CONSELHEIRO RELATOR.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Protocolos nºs 5458/03, 5455/03, 7040/00, 10143/00, 10136/00, 12901/00 e 12907/00.

AVISO Nº 610/03

Fundamentado no art. 21, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, assinalo o prazo de oito (08) dias aos interessados, para, querendo, impugnar a partir da data desta publicação, promoção de arquivamento dos Autos de Inquéritos Civis nºs 28/00, 29/00, 38/00, 01/01, 05/01, 09/01 e 10/01, oriundos da 4ª Promotoria de Justiça da Comarca de Apucarana, instaurados para apurar possível prática de ato de improbidade administrativa pelo Prefeito Carlos Roberto Scarpelini na gestão 1997/2000, pelo não pagamento dos precatórios nºs 1398/95, 1457/95, 1252/95, 1739/96, 1845/96, 1713/96 e 1718/96 de reclamatórias trabalhistas.

Curitiba, 05 de dezembro de 2003.

PROCURADOR DE JUSTIÇA **WANDERLEY BATISTA DA SILVA** CONSELHEIRO RELATOR.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Protocolo nº 5457/03

AVISO Nº 611/03

Fundamentado no art. 21, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, assinalo o prazo de oito (08) dias aos interessados, para, querendo, impugnar a partir da data desta publicação, promoção de arquivamento dos Autos de Procedimento Investigatório Preliminar nº 26/1999, oriundo da 4ª Promotoria de Justiça da Comarca de Apucarana, instaurado para apurar eventuais irregularidades em face do Município de Apucarana, assumir por liquidação, a Companhia de Desenvolvimento de Apucarana – CODAP.

Curitiba, 05 de dezembro de 2003.

PROCURADORA DE JUSTIÇA **MIRIAM DE FREITAS SANTOS** CONSELHEIRA RELATORA.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Protocolo nº 19796/02

AVISO Nº 612/03

Fundamentado no art. 21, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, assinalo o prazo de oito (08) dias aos interessados, para, querendo, impugnar a partir da data desta publicação, promoção de arquivamento dos Autos de Procedimento Investigatório Preliminar nº 41/1999, oriundo da 4ª Promotoria de Justiça da Comarca de Apucarana, instaurado para apurar a possível contratação irregular de C. V. R. ao serviço público, no Município de Apucarana, através da Associação dos Moradores do Núcleo Habitacional "João Paulo I"

Curitiba, 05 de dezembro de 2003.

PROCURADOR DE JUSTIÇA **CARLOS ALDIR LOSS** CONSELHEIRO RELATOR.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Protocolo nº 5433/03

AVISO Nº 613/03

Fundamentado no art. 21, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, assinalo o prazo de oito (08) dias aos interessados, para, querendo, impugnar a partir da data desta publicação, promoção de arquivamento dos Autos de Procedimento Investigatório Preliminar nº 01/2003, oriundo da Promotoria de Justiça da Comarca de São Jerônimo da Serra, instaurado para apurar a denúncia anônima de que o Delegado de Polícia da comarca de São Jerônimo da Serra, Dr. A. de O., vinha fazendo uso da viatura policial, veículo Gol de placas AHX 1926, para finalidades particulares.

Curitiba, 05 de dezembro de 2003.

PROCURADOR DE JUSTIÇA **REINALDO PRADO** CONSELHEIRO RELATOR.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Protocolo nº 5430/03

AVISO Nº 614/03

Fundamentado no art. 21, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, assinalo o prazo de oito (08) dias aos interessados, para, querendo, impugnar a partir da data desta publicação, promoção de arquivamento dos Autos de Procedimento Administrativo nº 17/2002, oriundo da 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Goioerê, instaurado para apurar a legalidade ou não do recebimento pelo servidor O. M., no período de 25/09/98 a 12/01/99, de proventos de aposentadoria pelo INSS e remuneração como funcionário da Câmara Municipal de Goioerê.

Curitiba, 05 de dezembro de 2003.

PROCURADOR DE JUSTIÇA **WANDERLEY BATISTA DA SILVA** CONSELHEIRO RELATOR.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Protocolo nº 13286/03

AVISO Nº 615/03

Fundamentado no art. 21, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, assinalo o prazo de oito (08) dias aos interessados, para, querendo, impugnar a partir da data desta publicação, promoção de arquivamento dos Autos de Procedimento Investigatório nº 01/2002, oriundo da 4ª Promotoria de Justiça da Comarca de Apucarana, instaurado para apurar eventual irregularidade na contratação pela COHAPAR – Companhia de Habitação do Paraná, da Sra. M.G.R. tendo em vista o contido no ofício nº 61/01, encaminhado pela Vara do Trabalho de Apucarana.

Curitiba, 05 de dezembro de 2003.

PROCURADOR DE JUSTIÇA **DARTAGNAN CADILHE ABILHOA** CONSELHEIRO RELATOR.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Protocolo nº 9986/03

AVISO Nº 616/03

Fundamentado no art. 21, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, assinalo o prazo de oito (08) dias aos interessados, para, querendo, impugnar a partir da data desta publicação, promoção de arquivamento dos Autos de Procedimento Administrativo nº 183/2003, oriundo da Promotoria de Justiça de Proteção ao Patrimônio Público – área cível – da comarca de Curitiba, instaurado para apurar possível admissão irregular pela URBS – Urbanização de Curitiba S/A, do Sr. I.O.de S., sem concurso público.

Curitiba, 05 de dezembro de 2003.

PROCURADOR DE JUSTIÇA **FRANCISCO JOSÉ ALBUQUERQUE DE SIQUEIRA BRANCO** CONSELHEIRO RELATOR.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Protocolo nº 16256/03

AVISO Nº 617/03

Fundamentado no art. 21, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, assinalo o prazo de oito (08) dias aos interessados, para, querendo, impugnar a partir da data desta publicação, promoção de arquivamento dos Autos de Procedimento Administrativo nº 242/2002, oriundo da 8ª Promotoria de Justiça da comarca de Foz do Iguaçu, instaurado para apurar irregularidades na implantação do Curso de Direito na casa escolar União Dinâmica de Faculdades Cataratas, naquela comarca.

Curitiba, 05 de dezembro de 2003.

PROCURADOR DE JUSTIÇA **EDILBERTO DE CAMPOS TROVÃO** CONSELHEIRO RELATOR.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Protocolo nº 19157/03

AVISO Nº 618/03

Fundamentado no art. 21, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, assinalo o prazo de oito (08) dias aos interessados, para, querendo, impugnar a partir da data desta publicação, promoção de arquivamento dos Autos de Inquérito Civil nº 13/03, oriundo da Promotoria de Justiça de Defesa da Saúde do Trabalhador – da comarca de Curitiba, instaurado para apurar as condições do meio ambiente de trabalho dos funcionários da empresa P.B. S/A, estabelecida na BR 116 – Vila Fanny em Curitiba.

Curitiba, 10 de dezembro de 2003.

PROCURADOR DE JUSTIÇA **REINALDO PRADO** CONSELHEIRO RELATOR.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Protocolo nº 4121/03

AVISO Nº 619/03

Fundamentado no art. 21, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, assinalo o prazo de oito (08) dias aos interessados, para, querendo, impugnar a partir da data desta publicação, promoção de arquivamento dos Autos de Inquérito Civil nº 06/1998, oriundo da 14ª Promotoria de Justiça da comarca de Maringá, instaurado para apurar loteamento ilegal, denominado Condomínio Ana Rosa, em área rural, situado próximo ao perímetro urbano do município de Maringá.

Curitiba, 10 de dezembro de 2003.

PROCURADOR DE JUSTIÇA **WANDERLEY BATISTA DA SILVA** CONSELHEIRO RELATOR.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Protocolo nº 6722/03

AVISO Nº 620/03

Fundamentado no art. 21, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, assinalo o prazo de oito (08) dias aos interessados, para, querendo, impugnar a partir da data desta publicação, promoção de arquivamento dos Autos de Procedimento Administrativo nº 01/1997, oriundo da Promotoria de Justiça da comarca de Curiúva, instaurado para apurar supostas irregularidades na aquisição de pneus pela Prefeitura de Curiúva da empresa Pneucam, da cidade de Telêmaco Borba.

Curitiba, 10 de dezembro de 2003.

PROCURADOR DE JUSTIÇA **EDILBERTO DE CAMPOS TROVÃO** CONSELHEIRO RELATOR

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Protocolo nº 5774/03

AVISO Nº 621/03

Fundamentado no art. 21, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, assinalo o prazo de oito (08) dias aos interessados, para, querendo, impugnar a partir da data desta publicação, promoção de arquivamento dos Autos de Procedimento Investigatório Preliminar nº 02/1996, oriundo da Promotoria de Justiça da comarca de Astorga, instaurado para apurar supostas irregularidades na contratação de funcionários pelo Município de Astorga no período de 1988 a 1996.

Curitiba, 10 de dezembro de 2003.

PROCURADOR DE JUSTIÇA **DARTAGNAN CADILHE ABILHOA** CONSELHEIRO RELATOR.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Protocolo nº 5746/03

AVISO Nº 622/03

Fundamentado no art. 21, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, assinalo o prazo de oito (08) dias aos interessados, para, querendo, impugnar a partir da data desta publicação, promoção de arquivamento dos Autos de Inquérito Civil nº 01/1996, oriundo da Promotoria de Justiça da comarca de Astorga, instaurado para apurar eventuais irregularidades na construção da sede da Emater (Empresa Paranaense de Assistência e Extensão Rural) em terreno de propriedade privada, pertencente ao Clube dos Boiadeiros do Município de Astorga.

Curitiba, 10 de dezembro de 2003.

POCURADOR DE JUSTIÇA **FRANCISCO JOSÉ ALBUQUERQUE DE SIQUEIRA BRANCO** CONSELHEIRO RELATOR.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Protocolo nº 17754/03

AVISO Nº 623/03

Fundamentado no art. 21, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, assinalo o prazo de oito (08) dias aos interessados, para, querendo, impugnar a partir da data desta publicação, promoção de arquivamento dos Autos de Procedimento Investigatório nº 29/1998, oriundo da 4ª Promotoria de Justiça da comarca de Apucarana, instaurado para apurar a regularidade da cobrança da Taxa de Vistoria de Incêndio, pelo Corpo de Bombeiros daquele município.

Curitiba, 15 de dezembro de 2003.

PROCURADORA DE JUSTIÇA **MIRIAM DE FREITAS SANTOS** CONSELHEIRA RELATORA.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Protocolo nº 16545/03

AVISO Nº 624/03

Fundamentado no art. 21, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, assinalo o prazo de oito (08) dias aos interessados, para, querendo, impugnar a partir da data desta publicação, promoção de arquivamento dos Autos de Procedimento Investigatório Preliminar nº 03/2000, oriundo da Promotoria de Justiça da comarca de Xambrê, instaurado para apurar a regularidade da cobrança da taxa de conservação de rodovia, pelo município de Xambrê.

Curitiba, 15 de dezembro de 2003.

PROCURADOR DE JUSTIÇA **CARLOS ALDIR LOSS** CONSELHEIRO RELATOR.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Protocolo nº 19474/03

AVISO Nº 625/03

Fundamentado no art. 21, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, assinalo o prazo de oito (08) dias aos interessados, para, querendo, impugnar a partir da data desta publicação, promoção de arquivamento dos Autos de Inquérito Civil nº 202/2003, oriundo da Promotoria de Justiça de Proteção ao Patrimônio Público – área cível – da comarca de Curitiba, instaurado para apurar a possíveis irregularidades relacionadas a Concorrência Pública para alienação de diversos imóveis na cidade de Curitiba, através da COHAB – Companhia de Habitação Popular de Curitiba.

Curitiba, 15 de dezembro de 2003.

PROCURADOR DE JUSTIÇA **REINALDO PRADO** CONSELHEIRO RELATOR.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Protocolo nº 6765/03

AVISO Nº 626/03

Fundamentado no art. 21, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, assinalo o prazo de oito (08) dias aos interessados, para, querendo, impugnar a partir da data desta publicação, promoção de arquivamento dos Autos de Procedimento Investigatório Preliminar nº 36/1996, oriundo da 21ª Promotoria de Justiça da comarca de Londrina, instaurado para apurar a regularidade do convênio entre a Prefeitura Municipal de Londrina e o Kart Clube de Londrina.

Curitiba, 19 de dezembro de 2003.

PROCURADOR DE JUSTIÇA **CARLOS ALDIR LOSS** CONSELHEIRO RELATOR.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Protocolo nº 6718/03

AVISO Nº 627/03

Fundamentado no art. 21, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, assinalo o prazo de oito (08) dias aos interessados, para, querendo, impugnar a partir da data desta publicação, promoção de arquivamento dos Autos de Inquérito Civil nº 03/1999, oriundo da Promotoria de Justiça da comarca de Curiúva, instaurado para apurar a possível oneração de rendas municipais pelo então Prefeito de Curiúva Sr. T.S.O., gestão 1997/2000, sem a respectiva autorização da Câmara Municipal e sem constar em previsão orçamentária.

Curitiba, 19 de dezembro de 2003.

PROCURADORA DE JUSTIÇA **MIRIAM DE FREITAS SANTOS** CONSELHEIRA RELATORA.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Protocolo nº 6716/03

AVISO Nº 628/03

Fundamentado no art. 21, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, assinalo o prazo de oito (08) dias aos interessados, para, querendo, impugnar a partir da data desta publicação, promoção de arquivamento dos Autos de Inquérito Civil nº 24/2002, oriundo da Promotoria de Justiça da comarca de Curiúva, instaurado para apurar a possível contratação irregular do médico E.B.de S. pelo então Prefeito Municipal de Curiúva J.R.B. eleito para a gestão 1993/1996.

Curitiba, 19 de dezembro de 2003.

PROCURADOR DE JUSTIÇA **EDILBERTO DE CAMPOS TROVÃO** CONSELHEIRO RELATOR.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Protocolo nº 13765/02

AVISO Nº 629/03

Fundamentado no art. 21, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, assinalo o prazo de oito (08) dias aos interessados, para, querendo, impugnar a partir da data desta publicação, promoção de arquivamento dos Autos de Procedimento Investigatório Preliminar nº 01/2002, oriundo da Promotoria de Justiça da comarca de Barbosa Ferraz, instaurado para apurar o possível dano ao patrimônio público do Município de Barbosa Ferraz, envolvendo cheque emitido nominalmente à Prefeitura Municipal e que teria sido descontado na

conta de terceiro desconhecido.

Curitiba, 19 de dezembro de 2003.

PROCURADOR DE JUSTIÇA **FRANCISCO JOSÉ ALBUQUERQUE DE SIQUEIRA BRANCO**
CONSELHEIRO RELATOR.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Protocolo nº 19806/02

AVISO Nº 630/03

Fundamentado no art. 21, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, assinalo o prazo de oito (08) dias aos interessados, para, querendo, impugnar a partir da data desta publicação, promoção de arquivamento dos Autos de Inquérito Civil nº 06/2001, oriundo da 4ª Promotoria de Justiça da comarca de Apucarana, instaurado para apurar o suposta irregularidade na contratação de H.C. da F. , pela autarquia Municipal de Saúde de Apucarana.

Curitiba, 19 de dezembro de 2003.

PROCURADOR DE JUSTIÇA **DARTAGNAN CADILHE ABILHOA** CONSELHEIRO RELATOR.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Protocolo nº 19682/03

AVISO Nº 631/03

Fundamentado no art. 21, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, assinalo o prazo de oito (08) dias aos interessados, para, querendo, impugnar a partir da data desta publicação, promoção de arquivamento dos Autos de Procedimento Investigatório Ministerial nº 57/1997, oriundo da Promotoria de Justiça de Proteção à Saúde Pública, instaurado para apurar o cumprimento, por parte de Clínicas e de Hospitais, acerca da divulgação da gratuidade dos serviços prestados pelo SUS e à exposição dos preços de serviços de saúde pelas instituições particulares, não conveniadas ao SUS.

Curitiba, 19 de dezembro de 2003.

PROCURADOR DE JUSTIÇA **WANDERLEY BATISTA DA SILVA** CONSELHEIRO RELATOR.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Protocolo nº 19104/03

AVISO Nº 632/03

Fundamentado no art. 21, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, assinalo o prazo de oito (08) dias aos interessados, para, querendo, impugnar a partir da data desta publicação, promoção de arquivamento dos Autos de Procedimento Administrativo nº 616/2002, oriundo da 8ª Promotoria de Justiça da comarca de Foz do Iguaçu, instaurado para averiguar as condições dos presos da cadeia pública Laudemir Neves

Curitiba, 19 de dezembro de 2003.

PROCURADOR DE JUSTIÇA **REINALDO PRADO**
CONSELHEIRO RELATOR.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Protocolo nº 5300/02

AVISO Nº 633/03

Fundamentado no art. 21, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, assinalo o prazo de oito (08) dias aos interessados, para, querendo, impugnar a partir da data desta publicação, promoção de arquivamento dos Autos de Procedimento Investigatório Preliminar nº 50/1999, oriundo da 4ª Promotoria de Justiça da comarca de Apucarana, instaurado para apurar a regularidade do funcionamento do Shopping Centronorte, referente às normas de segurança.

Curitiba, 22 de dezembro de 2003.

PROCURADOR DE JUSTIÇA **WANDERLEY BATISTA DA SILVA** CONSELHEIRO RELATOR.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Protocolo nº 19812/03

AVISO Nº 635/03

Fundamentado no art. 21, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, assinalo o prazo de oito (08) dias aos interessados, para, querendo, impugnar a partir da data desta publicação, promoção de arquivamento dos Autos de Inquérito Civil nº 135/2000, oriundo da Promotoria de Justiça de Proteção ao Patrimônio Público – área cível – da comarca de Curitiba, instaurado para apurar possíveis irregularidades nas licitações de nºs 1626/99, 1627/99, 1628/99 e 1629/99, feitas pela SANEPAR – Companhia de Saneamento do Paraná, para manutenção de veículos e equipamentos pelo período de um ano.

Curitiba, 22 de dezembro de 2003.

PROCURADOR DE JUSTIÇA **FRANCISCO JOSÉ ALBUQUERQUE DE SIQUEIRA BRANCO**
CONSELHEIRO RELATOR.

EDITAL Nº 001/04

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, no uso das atribuições conferidas pelo art. 19, inciso XXXII, da Lei Complementar Estadual nº 85, de 27 de dezembro de 1999,

TORNA PÚBLICO

o Quadro Geral de Antigüidade dos Membros do Ministério Público do Estado do Paraná, com as alterações ocorridas até o dia 31 de Dezembro de 2003, observando-se a ordem de colocação dos Senhores Procuradores de Justiça, Promotores de Justiça e Promotores Substitutos, de acordo com o art. 104, "caput", e § 1º, da Lei Complementar Estadual nº 85/99, o quanto segue:

QUADRO DE ANTIGÜIDADE DE PROCURADORES DE JUSTIÇA - 31/12/03

ORDEM	NOME	COMARCA	INGRESSO NA CARREIRA	TEMPO DE SERV. PÚBLICO	INGRESSO NO CARGO	TEMPO DE SERV. NO CARGO
001	DANILO DE LIMA	Curitiba	03/05/65	50 a 04 m 11 d	28/02/86	17 a 09 m 19 d
002	DIRCEU CORDEIRO	Curitiba	06/11/69	44 a 01 m 09 d	15/08/90	13 a 04 m 04 d
003	REINALDO PRADO	Curitiba	08/07/70	38 a 03 m 13 d	15/08/90	13 a 04 m 04 d
004	FRANCISCO VERCESI SOBRINHO	Curitiba	08/07/70	44 a 01 m 06 d	08/03/91	12 a 09 m 11 d
005	HÉLIO AIRTON LEWIN	Curitiba	01/07/71	35 a 10 m 16 d	08/03/91	12 a 09 m 11 d
006	MUNIR GAZAL	Curitiba	06/11/69	48 a 10 m 13 d	08/05/91	12 a 07 m 11 d
007	WANDERLEY BATISTA DA SILVA	Curitiba	08/07/70	37 a 07 m 13 d	30/08/91	12 a 03 m 19 d
008	VANDERLEI ANTONIO BONAMIGO	Curitiba	01/07/71	36 a 07 m 18 d	17/03/92	11 a 09 m 02 d
009	CARLOS MASARU KAIMOTO	Curitiba	01/07/71	35 a 05 m 18 d	17/03/92	11 a 09 m 02 d
010	ANTONIO SAUL BENEDETTI MAGGIO	Curitiba	08/07/70	36 a 10 m 18 d	06/11/92	11 a 01 m 13 d
011	MILTON RIQUELME DE MACEDO	Curitiba	28/03/77	32 a 05 m 19 d	12/03/93	10 a 09 m 07 d
012	OLYMPIO DE SÁ SOTTO MAIOR NETO	Curitiba	28/03/77	28 a 04 m 17 d	15/06/93	10 a 06 m 04 d
013	JOSÉ JÚLIO AMARAL CLETO	Curitiba	04/05/72	51 a 07 m 14 d	27/08/93	10 a 03 m 22 d
014	LINEU ORDINI RIGHI	Curitiba	04/05/72	35 a 05 m 15 d	22/10/93	10 a 01 m 27 d
015	DARTAGNAN CADILHE ABILHOA	Curitiba	25/11/74	31 a 10 m 24 d	13/09/94	09 a 03 m 06 d
016	REINALDO ROBSON HONORATO SANTOS	Curitiba	28/09/77	35 a 11 m 01 d	23/09/94	09 a 02 m 26 d
017	JOSÉ DELIBERADOR NETO	Curitiba	02/05/78	28 a 03 m 03 d	19/10/94	09 a 02 m 00 d
018	JOSÉ CLETO NETO	Curitiba	09/12/74	31 a 02 m 10 d	05/12/94	09 a 00 m 14 d
019	SAINT-CLAIR HONORATO SANTOS	Curitiba	02/05/78	31 a 08 m 20 d	08/03/95	08 a 09 m 11 d
020	MILTON JOSE FURTADO	Curitiba	04/04/74	41 a 06 m 18 d	23/03/95	08 a 08 m 26 d
021	PAULO ROBERTO LIMA DOS SANTOS	Curitiba	14/10/76	29 a 10 m 18 d	23/03/95	08 a 08 m 26 d
022	SONIA MARISA TAQUES MERCER	Curitiba	06/11/79	27 a 11 m 13 d	18/05/95	08 a 07 m 01 d
023	JOSÉ ANTONIO PEREIRA DA COSTA	Curitiba	11/09/78	36 a 03 m 25 d	14/06/95	08 a 06 m 05 d
024	LUIZ EDUARDO TRIGO RONCAGLIO	Curitiba	05/01/81	25 a 02 m 28 d	14/06/95	08 a 06 m 05 d
025	FRANCISCO OCTÁVIO DA SILVEIRA FARAJ	Curitiba	05/01/81	24 a 11 m 14 d	14/06/95	08 a 06 m 05 d
026	MAURO ANTONIO FRANCA	Curitiba	06/05/80	25 a 07 m 13 d	14/06/95	08 a 06 m 05 d
027	GILBERTO GIACOIA	Curitiba	05/01/81	25 a 07 m 14 d	14/06/95	08 a 06 m 05 d
028	LUIZ CARLOS LIMA VIANNA	Curitiba	06/11/79	25 a 05 m 13 d	14/06/95	08 a 06 m 05 d
029	SAMIA SAAD GALLOTTI BONAVIDES	Curitiba	06/11/79	27 a 00 m 03 d	14/06/95	08 a 06 m 05 d
030	ROTILDO CHEMIM	Curitiba	06/05/80	30 a 00 m 12 d	19/03/96	07 a 09 m 00 d
031	JOSÉ IVAHY DE OLIVEIRA VIANA	Curitiba	11/09/78	38 a 06 m 17 d	31/03/97	06 a 08 m 19 d
032	JOÃO CARLOS SILVEIRA	Curitiba	14/10/76	28 a 10 m 05 d	13/03/98	05 a 09 m 06 d
033	ERNANI DE SOUZA CUBAS JUNIOR	Curitiba	06/11/79	30 a 03 m 05 d	13/03/98	05 a 09 m 06 d
034	SAULO RAMON FERREIRA	Curitiba	28/03/77	28 a 00 m 21 d	03/04/98	05 a 08 m 16 d
035	LINEU WALTER KIRCHNER	Curitiba	06/05/80	29 a 02 m 18 d	23/04/98	05 a 07 m 26 d
036	MILTON COUTO COSTA	Curitiba	28/03/77	29 a 03 m 27 d	03/11/98	05 a 01 m 16 d
037	ANTONIO CESAR CIOFFI DE MOURA	Curitiba	05/01/81	28 a 05 m 00 d	11/12/98	05 a 00 m 08 d
038	ERVIN FERNANDO ZEIDLER	Curitiba	06/11/79	26 a 01 m 13 d	10/03/99	04 a 09 m 09 d
039	MARCO ANTONIO TEIXEIRA	Curitiba	28/03/77	26 a 08 m 21 d	18/08/99	04 a 04 m 01 d
040	JOSÉ CARLOS DA COSTA COELHO	Curitiba	02/04/79	34 a 02 m 25 d	18/08/99	04 a 04 m 01 d
041	LUIZ CARLOS DA SILVEIRA MAFRA	Curitiba	11/09/78	27 a 09 m 08 d	18/08/99	04 a 04 m 01 d
042	LUIZ R. DE VASCONCELLOS PEDROSO	Curitiba	06/11/69	36 a 06 m 23 d	21/03/00	03 a 08 m 28 d
043	AMÉRICO MACHADO DA LUZ NETO	Curitiba	30/11/81	23 a 00 m 19 d	17/04/00	03 a 08 m 02 d
044	JOSÉ KUMIO KUBOTA	Curitiba	11/09/78	28 a 01 m 08 d	03/10/00	03 a 02 m 16 d
045	VALMOR ANTONIO PADILHA	Curitiba	06/05/80	32 a 05 m 08 d	23/10/00	03 a 01 m 26 d
046	MAURÍLIO BATISTA PALHARES	Curitiba	02/04/79	34 a 01 m 00 d	05/03/01	02 a 09 m 14 d
047	FRANCISCO J. A. DE SIQUEIRA BRANCO	Curitiba	05/01/81	38 a 09 m 05 d	05/03/01	02 a 09 m 14 d
048	JANINA COSTA SAUCEDO	Curitiba	06/11/79	24 a 01 m 13 d	16/03/01	02 a 09 m 03 d
049	LUIZ DO AMARAL	Curitiba	05/01/81	23 a 03 m 14 d	08/10/01	02 a 02 m 11 d
050	LUIZ FRANCISCO FONTOURA	Curitiba	11/09/78	43 a 09 m 12 d	18/04/02	01 a 08 m 01 d
051	JOÃO ZAIONS JÚNIOR	Curitiba	30/11/81	34 a 00 m 26 d	18/04/02	01 a 08 m 01 d
052	JOÃO ANGELO LEONARDI	Curitiba	06/11/79	25 a 03 m 13 d	10/05/02	01 a 07 m 09 d
053	WALTER RIBEIRO DE OLIVEIRA	Curitiba	02/04/79	25 a 08 m 17 d	10/05/02	01 a 07 m 09 d
054	VALÉRIO VANHONI	Curitiba	30/11/81	22 a 06 m 19 d	10/05/02	01 a 07 m 09 d
055	MÁRIO SÉRGIO DE QUADROS PRÉCOMA	Curitiba	30/11/81	23 a 04 m 18 d	10/05/02	01 a 07 m 09 d
056	JORGE GUILHERME MONTENEGRO NETO	Curitiba	30/11/81	22 a 06 m 18 d	28/05/02	01 a 06 m 21 d
057	EDILBERTO DE CAMPOS TROVÃO	Curitiba	30/11/81	23 a 06 m 19 d	14/06/02	01 a 06 m 05 d
058	JOÃO GUALBERTO FONSECA CALDAS	Curitiba	30/11/81	22 a 00 m 19 d	14/06/02	01 a 06 m 05 d
059	LUIZ RENATO SKROCH ANDRETTA	Curitiba	15/06/84	20 a 09 m 04 d	14/06/02	01 a 06 m 05 d
060	NELSON ANTONIO MUGINOSKI	Curitiba	30/11/81	22 a 00 m 19 d	01/07/02	01 a 05 m 18 d
061	RICARDO P. DE ALBUQUERQUE MARANHÃO	Curitiba	15/06/84	24 a 06 m 26 d	01/07/02	01 a 05 m 18 d
062	SÉRGIO LUIZ KUKINA	Curitiba	15/06/84	22 a 00 m 04 d	01/07/02	01 a 05 m 18 d
063	ROBERTO AIRES DE TOLEDO ARRUDA	Curitiba	05/01/81	28 a 04 m 06 d	09/09/02	01 a 03 m 10 d
064	YEDO DE FARIA PINTO NETO	Curitiba	05/01/81	22 a 11 m 14 d	07/10/02	01 a 02 m 12 d
065	LUIZ FERNANDO BELLINETTI	Curitiba	05/01/81	22 a 11 m 14 d	07/10/02	01 a 02 m 12 d
066	ADEMIR FABRÍCIO DE MEIRA	Curitiba	30/11/81	23 a 00 m 18 d	07/10/02	01 a 02 m 12 d
067	LEONEL CUNHA	Curitiba	27/06/85	35 a 02 m 18 d	07/10/02	01 a 02 m 12 d
068	BRUNO SERGIO GALATTI	Curitiba	27/06/85	18 a 05 m 22 d	07/10/02	01 a 02 m 12 d
069	RALPH LUIZ VIDAL SABINO DOS SANTOS	Curitiba	30/11/81	31 a 10 m 00 d	04/11/02	01 a 01 m 15 d
070	ROGÉRIO MOREIRA ORRUTEA	Curitiba	30/11/81	24 a 11 m 23 d	04/11/02	01 a 01 m 15 d
071	ATANAGILDO CORDEIRO AMARAL	Curitiba	30/11/81	24 a 00 m 18 d	04/11/02	01 a 01 m 15 d
072	MIRIAM DE FREITAS SANTOS	Curitiba	30/11/81	23 a 00 m 18 d	04/11/02	01 a 01 m 15 d
073	CARLOS ALDIR LOSS	Curitiba	30/11/81	22 a 10 m 18 d	04/11/02	01 a 01 m 15 d
074	GERALDO DA ROCHA SANTOS	Curitiba	15/06/84	27 a 11 m 07 d	04/11/02	01 a 01 m 15 d
075	CIRO EXPEDITO SCHERAIBER	Curitiba	15/06/84	20 a 06 m 04 d	04/11/02	01 a 01 m 15 d
076	ARION ROLIM PEREIRA	Curitiba	27/06/85	19 a 03 m 22 d	04/11/02	01 a 01 m 15 d
077	DALVA FIGUEIREDO DOS SANTOS RIGONI	Curitiba	27/06/85	18 a 05 m 22 d	05/05/03	00 a 07 m 14 d
078	MARLENE JORDÃO DA MOTTA ARMILIATO	Curitiba	01/07/71	41 a 09 m 08 d	09/06/03	00 a 06 m 10 d

QUADRO DE ANTIGÜIDADE DE PROMOTORES DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA FINAL - 31/12/03

ORDEM	NOME	COMARCA	LOTAÇÃO	INGRESSO NA CARREIRA	TEMPO DE SERV. PÚBLICO	INGRESSO NO CARGO	TEMPO DE SERV. NO CARGO
001	JOÃO CARLOS MADUREIRA	Cascavel	2ª Promotoria	04/05/72	40 a 03 m 27 d	06/05/86	17 a 07 m 25 d
002	CARLOS BACHINSKI	Cascavel	3ª Promotoria	26/09/77	28 a 09 m 05 d	21/08/86	17 a 04 m 10 d
003	OTÁVIO LUIZ TONIN	Maringá	12ª Promotoria	30/11/81	23 a 01 m 00 d	01/04/91	12 a 09 m 07 d
004	MANOEL ILECIR HECKERT	Maringá	13ª Promotoria	06/05/80	40 a 00 m 08 d	12/04/91	12 a 08 m 19 d
005	LEONIR BATISTI	Londrina	23ª Promotoria	30/11/81	24 a 09 m 01 d	15/05/91	12 a 07 m 16 d
006	LEO WEBER SCHILLER	Curitiba	1ª Vara de Execuções Penais	30/11/81	23 a 01 m 02 d	28/06/91	12 a 06 m 03 d
007	WASHINGTON LUIZ SANTOS	Maringá	2ª Promotoria	06/05/80	24 a 03 m 25 d	03/10/91	12 a 02 m 28 d
008	EDSON APARECIDO CEMENSATI	Maringá	8ª Promotoria	27/06/85	18 a 06 m 04 d	14/10/91	12 a 02 m 17 d
009	EMILIA RIBEIRO ARRUDA DE OLIVEIRA	Maringá	9ª Promotoria	27/06/85	18 a 06 m 04 d	30/12/91	12 a 00 m 01 d
010	EDISON DO RÊGO MONTEIRO ROCHA	Curitiba	(Substituto em 2º Grau)	27/06/85	26 a 04 m 06 d	04/03/92	11 a 09 m 27 d
011	JOSÉ CARLOS DANTAS PIMENTEL JÚNIOR	Curitiba	(Substituto em 2º Grau)	27/06/85	19 a 05 m 16 d	07/04/92	11 a 08 m 24 d
012	ALBERTO ELOY ALVES	Curitiba	(Substituto em 2º Grau)	30/11/81	25 a 01 m 01 d	22/04/92	11 a 08 m 09 d
013	PAULO CESAR VIEIRA TAVARES	Londrina	24ª Promotoria	27/06/85	18 a 06 m 04 d	22/04/92	11 a 08 m 09 d
014	CID RAYMUNDO LOYOLA JÚNIOR	Curitiba	19ª Vara Cível	27/06/85	20 a 03 m 28 d	19/05/92	11 a 07 m 12 d
015	ANTÔNIO WINKERT SOUZA	Londrina	2ª Promotoria	27/06/85	26 a 00 m 00 d	04/06/92	11 a 06 m 27 d
016	ELZA KIMIE SANGALE VENDRAMETH	Maringá	14ª Promotoria	24/06/85	19 a 08 m 04 d	01/07/92	11 a 06 m 00 d
017	ALCIDES BITENCOURT NETTO	Curitiba	(Substituto em 2º Grau)	06/11/79	25 a 01 m 25 d	20/11/92	11 a 01 m 11 d
018	SONIA MARIA DE OLIVEIRA HARTMANN	Curitiba	(Substituto em 2º Grau)	27/06/85	32 a 04 m 26 d	20/11/92	11 a 01 m 11 d
019	CID MARCUS VASQUES	Curitiba	(Substituto em 2º Grau)	22/04/86	19 a 09 m 15 d	20/11/92	11 a 01 m 11 d
020	MAÍSA APARECIDA DE ARAUJO RUIZ	Londrina	3ª Promotoria	22/04/86	17 a 08 m 09 d	23/12/92	11 a 00 m 08 d
021	MÁRIO JOSÉ ESBALQUEIRO	Curitiba	(Substituto em 2º Grau)	22/04/86	34 a 01 m 05 d	01/04/93	10 a 09 m 00 d
022	MOACIR GONÇALVES NOGUEIRA NETO	Curitiba	(Substituto em 2º Grau)	22/04/86	17 a 08 m 09 d	01/04/93	10 a 09 m 00 d
023	NEY ROBERTO ZANLORENZI	Curitiba	(Substituto em 2º Grau)	22/04/86	18 a 06 m 17 d	23/04/93	10 a 08 m 08 d
024	RONALDO LUIZ BAGGIO	Curitiba	(Substituto em 2º Grau)	19/03/87	39 a 03 m 05 d	23/04/93	10 a 08 m 08 d
025	FRANCISCO GMYTERCO	Ponta Grossa	4ª Promotoria	27/06/85	18 a 06 m 04 d	11/05/93	10 a 07 m 20 d
026	LUIZ EDUARDO CANTO DE AZEVEDO BUENO	Curitiba	(Substituto em 2º Grau)	30/11/81	22 a 10 m 18 d	28/05/93	10 a 07 m 03 d
027	CHEDE MAMÉDIO BARK	Curitiba	(Substituto em 2º Grau)	27/06/85	19 a 04 m 04 d	28/05/93	10 a 07 m 03 d
028	ADOLFO VAZ DA SILVA JÚNIOR	Curitiba	(Substituto em 2º Grau)	22/04/86	17 a 08 m 09 d	28/05/93	10 a 07 m 03 d
029	ANTÔNIO CARLOS PAULA DA SILVA	Curitiba	(Substituto em 2º Grau)	09/06/86	23 a 11 m 14 d	28/05/93	10 a 07 m 03 d
030	SÉRGIO RENATO SINHORI	Curitiba	(Substituto em 2º Grau)	19/03/87	31 a 00 m 29 d	28/05/93	10 a 07 m 03 d
031	CARLOS ALBERTO BAPTISTA	Ponta Grossa	10ª Promotoria	19/03/87	30 a 05 m 29 d	28/05/93	10 a 07 m 03 d
032	JOÃO RODRIGUES DE ALMEIDA SOBRINHO	Foz do Iguaçu	5ª Promotoria	19/03/87	28 a 03 m 00 d	28/05/93	10 a 07 m 03 d
033	LUIZ ROBERTO MERLIN CLÈVE	Curitiba	(Substituto em 2º Grau)	19/03/87	21 a 06 m 24 d	28/05/93	10 a 07 m 03 d
034	ÂNGELA KHURI MUNHOZ DA ROCHA	Curitiba	(Substituto em 2º Grau)	19/03/87	18 a 01 m 28 d	28/05/93	10 a 07 m 03 d
035	CANDIDO FURTADO MAIA NETO	Foz do Iguaçu	4ª Promotoria	22/04/86	17 a 08 m 09 d	31/05/93	10 a 07 m 01 d
036	MARIA TEREZA UILLE GOMES	Curitiba	1ª Vara Cível	19/03/87	20 a 07 m 16 d	14/09/93	10 a 03 m 17 d
037	VALÉRIA TEIXEIRA DE MEIROZ GRILO	Curitiba	(Substituto em 2º Grau)	13/06/88	15 a 06 m 18 d	15/09/93	10 a 03 m 16 d
038	ANTERO EGÍDIO DA SILVEIRA	Curitiba	2ª Vara de Execuções Penais	13/06/88	15 a 06 m 18 d	20/09/93	10 a 03 m 11 d
039	MARCOS BITTENCOURT FOWLER	Curitiba	4ª Vara Cível	27/06/85	20 a 00 m 01 d	04/10/93	10 a 02 m 27 d
040	CRISTINA MARIA SUTTER CORREIA DA SILVA	Curitiba	(Substituto em 2º Grau)	27/06/85	18 a 06 m 04 d	04/10/93	10 a 02 m 27 d
041	ROSANA BERALDI BEVERVANÇO	Curitiba	(Substituto em 2º Grau)	22/04/86	19 a 11 m 26 d	04/10/93	10 a 02 m 27 d
042	TEREZINHA DE JESUS SOUZA SIGNORINI	Curitiba	(Substituto em 2º Grau)	19/03/87	16 a 11 m 12 d	21/10/93	10 a 02 m 10 d
043	JOÃO HENRIQUE VILELA DA SILVEIRA	Curitiba	6ª Vara Cível	13/06/88	26 a 07 m 09 d	29/11/93	10 a 01 m 02 d
044	ALFREDO NELSON DA SILVA BAKI	Curitiba	2ª Vara de Delitos de Trânsito	13/09/89	14 a 03 m 18 d	01/03/94	09 a 10 m 00 d
045	MÁRIO SÉRGIO DE A. SCHIRMER	Curitiba	8ª Vara Criminal	13/09/89	14 a 09 m 18 d	09/05/94	09 a 07 m 22 d
046	SÓCRATES DA VEIGA FILHO	Ponta Grossa	7ª Promotoria	19/03/87	26 a 04 m 03 d	23/05/94	09 a 07 m 08 d
047	MATEUS EDUARDO S. N. BERTONCINI	Curitiba	16ª Vara Cível	13/06/88	15 a 06 m 18 d	31/05/94	09 a 07 m 01 d
048	ISABEL CLÁUDIA GUERREIRO	Curitiba	3ª Vara da Fazenda Pública,	13/09/89	14 a 03 m 18 d	06/10/94	09 a 02 m 25 d
049	RENAN GABARDO FAVA	Foz do Iguaçu	3ª Promotoria	13/09/89	14 a 03 m 18 d	06/10/94	09 a 02 m 25 d
050	PAULO JOSÉ KESSLER	Curitiba	9ª Vara Criminal	13/09/89	18 a 02 m 00 d	13/10/94	09 a 02 m 18 d
051	MÔNICA LOUISE DE AZEVEDO	Maringá	11ª Promotoria (20ª S. J.)	13/06/90	13 a 06 m 18 d	21/11/94	09 a 01 m 10 d
052	ELHANEI LIBRELOTTO	Maringá	15ª Promotoria	13/06/88	15 a 06 m 18 d	06/03/95	08 a 09 m 25 d
053	ALMIR CIZAURRE FUSCO	Londrina	1ª Promotoria	13/06/88	16 a 02 m 18 d	14/03/95	08 a 09 m 17 d
054	EDSON LUIZ PETERS	Curitiba	2ª Vara Cível	13/09/89	20 a 07 m 00 d	14/03/95	08 a 09 m 17 d
055	REGINALDO ROLIM PEREIRA	Curitiba	(Substituto em 2º Grau)	13/09/89	14 a 09 m 18 d	14/03/95	08 a 09 m 17 d
056	WANDERLEI CARVALHO DA SILVA	Curitiba	(Substituto em 2º Grau)	09/06/86	30 a 09 m 25 d	20/03/95	08 a 09 m 11 d
057	EDVALDO JOSÉ DE LIMA	Londrina	8ª Promotoria	13/06/88	15 a 11 m 20 d	17/04/95	08 a 08 m 14 d
058	MAURO MUSSAK MONTEIRO	Curitiba	(Substituto em 2º Grau)	13/09/89	14 a 03 m 18 d	17/04/95	08 a 08 m 14 d
059	EDINA MARIA DA SILVA DE PAULA	Londrina	10ª Promotoria	27/06/85	19 a 06 m 04 d	27/04/95	08 a 08 m 04 d
060	ALBERTO VELLOZO MACHADO	Curitiba	(Substituto em 2º Grau)	13/06/90	22 a 05 m 21 d	03/05/95	08 a 07 m 28 d
061	JÚLIO VICTOR MILLÉO FILHO	Curitiba	3ª Vara de Delitos de Trânsito	13/06/88	25 a 06 m 10 d	15/05/95	08 a 07 m 16 d
062	MARCELO ALVES DE SOUZA	Curitiba	Vara de Precatórias Criminais	13/06/90	16 a 08 m 14 d	15/05/95	08 a 07 m 16 d
063	JÚLIO CESAR CALDAS	Ponta Grossa	9ª Promotoria	13/06/90	13 a 06 m 18 d	15/05/95	08 a 07 m 16 d
064	WILMA ERICHSEN DE SOTTOMAIOR	Curitiba	Juizado Especial Criminal	13/06/90	15 a 09 m 00 d	24/05/95	08 a 07 m 07 d
065	COLMAR JOSÉ RIBEIRO CAMPOS	Curitiba	3ª Vara Cível	13/06/88	16 a 00 m 18 d	20/06/95	08 a 06 m 11 d
066	MISAEL DUARTE PIMENTA NETO	Curitiba	Vara de Auditoria Militar	13/09/89	25 a 06 m 00 d	20/06/95	08 a 06 m 11 d
067	SILVIO COUTO NETO	Ponta Grossa	6ª Promotoria	13/09/89	14 a 03 m 18 d	20/06/95	08 a 06 m 11 d
068	TADEU ANTONIO WOLLMANN ABRÃO	Curitiba	17ª Vara Cível	13/06/90	13 a 06 m 18 d	20/06/95	08 a 06 m 11 d
069	SYLVIO ROBERTO DE GASPERI KUHLMANN	Curitiba	12ª Vara Cível	13/06/90	13 a 06 m 18 d	20/06/95	08 a 06 m 11 d
070	IVONEI SFOGGIA	Curitiba	14ª Vara Cível	18/12/90	35 a 01 m 29 d	20/06/95	08 a 06 m 11 d
071	ELISABETE KLOSOVISKI	Curitiba	11ª Vara Criminal	13/09/89	18 a 11 m 19 d	04/09/95	08 a 03 m 27 d
072	CLAYTON MARANHÃO	Curitiba	10ª Vara Cível	18/12/90	14 a 03 m 28 d	04/09/95	08 a 03 m 27 d
073	VALCLIR NATALINO DA SILVA	Curitiba	2ª Vara da Fazenda Pública,	13/09/89	17 a 08 m 03 d	25/09/95	08 a 03 m 06 d
074	CELSO JAIR MAINARDI	Curitiba	(Substituto em 2º Grau)	09/05/90	15 a 01 m 22 d	25/09/95	08 a 03 m 06 d
075	VANI ANTÔNIO BUENO	Curitiba	4ª Vara Criminal	13/06/90	36 a 07 m 22 d	25/09/95	08 a 03 m 06 d
076	MARCO ANTÔNIO CORRÊA DE SÁ	Curitiba	Vara de Registros Públicos e	13/06/90	13 a 06 m 18 d	25/09/95	08 a 03 m 06 d
077	PAULO CESAR BUSATO	Ponta Grossa	8ª Promotoria	13/06/90	13 a 06 m 18 d	25/09/95	08 a 03 m 06 d
078	ANTÔNIO CARLOS STAUT NUNES	Curitiba	20ª Vara Cível	13/06/90	13 a 06 m 18 d	25/09/95	08 a 03 m 06 d
079	ROSÂNGELA GASPARI	Curitiba	10ª Vara Criminal	13/06/90	14 a 00 m 18 d	25/09/95	08 a 03 m 06 d
080	FRANCISCO SOARES DIAS FILHO	Londrina	13ª Promotoria	01/12/86	26 a 07 m 10 d	13/10/95	08 a 02 m 18 d
081	LICÍNIO CORRÊA DE SOUZA	Curitiba	2ª Vara Criminal	13/06/90	15 a 07 m 11 d	13/10/95	08 a 02 m 18 d
082	CIBELE CRISTINA FREITAS DE RESENDE	Curitiba	15ª Vara Cível	13/06/90	13 a 06 m 18 d	13/10/95	08 a 02 m 18 d
083	MARÍLIA VIEIRA FREDERICO	Curitiba	2ª Prom. da Infância e Juv.	18/12/90	14 a 08 m 22 d	13/10/95	08 a 02 m 18 d
084	JACQUELINE BATISTI	Curitiba	4ª Vara de Família	18/12/90	13 a 06 m 12 d	13/10/95	08 a 02 m 18 d
085	MARGARETH MARY PANSOLIN FERREIRA	Curitiba	7ª Vara Criminal	18/12/90	13 a 00 m 13 d	13/10/95	08 a 02 m 18 d
086	DAGMAR NUNES GAIO	Curitiba	Juizado Especial Criminal	18/12/90	13 a 00 m 13 d	13/10/95	08 a 02 m 18 d
087	ELIANE MARIA PENTEADO DE CARVALHO	Curitiba	1ª Vara de Delitos de Trânsito	18/12/90	13 a 00 m 13 d	13/10/95	08 a 02 m 18 d
088	ELIEZER GOMES DA SILVA	Curitiba	5ª Vara Criminal	18/12/90	13 a 00 m 13 d	13/10/95	08 a 02 m 18 d
089	CARLA MORETTO MACCARINI	Londrina	6ª Promotoria	03/04/91	12 a 08 m 28 d	13/10/95	08 a 02 m 18 d
090	MICHELE ROCIO MAIA ZARDO	Curitiba	12ª Seção Judiciária	03/04/91	12 a 08 m 28 d	13/10/95	08 a 02 m 18 d
091	CELSO LUIZ PEIXOTO RIBAS	Curitiba	1ª Vara do Tribunal do Júri	23/10/91	12 a 02 m 08 d	13/10/95	08 a 02 m 18 d
092	EDUARDO DE MELLO CHAGAS LIMA	Londrina	4ª Promotoria	23/10/91	12 a 02 m 08 d	13/10/95	08 a 02 m 18 d
093	RAIMUNDO NOGUEIRA SOARES	Londrina	5ª Promotoria	23/10/91	12 a 02 m 08 d	13/10/95	08 a 02 m 18 d
094	JANDERSON C. DE CARVALHO IASSAKA	Londrina	16ª Promotoria	26/11/93	10 a 03 m 03 d	13/10/95	08 a 02 m 18 d
095	HILTON CORTESE CANEPARO	Curitiba	13ª Vara Cível	22/04/86	18 a 00 m 09 d	08/11/95	08 a 01 m 23 d
096	DOMINGOS THADEU RIBEIRO DA FONSECA	Curitiba	1ª Vara de Família	03/04/91	12 a 08 m 28 d	08/11/95	08 a 01 m 23 d
097	JOSÉ APARECIDO DA CRUZ	Maringá	1ª Promotoria	03/04/91	24 a 05 m 13 d	17/04/96	07 a 08 m 14 d
098	MARIA LÚCIA FIGUEIREDO MOREIRA	Curitiba	9ª Vara Cível	03/04/91	12 a 08 m 28 d	05/07/96	07 a 05 m 26 d

099	RAMATIS FÁVERO	Curitiba	3ª Vara Criminal	19/03/87	29 a 02 m 29 d	28/10/96	07 a 02 m 03 d
100	PAULO ROBERTO FAUCZ DA CUNHA	Ponta Grossa	5ª Promotoria	13/06/90	13 a 06 m 18 d	18/11/96	07 a 01 m 13 d
101	LUCIANE MARIA DUDA	Curitiba	Seção Judiciária	23/10/91	12 a 02 m 08 d	18/11/96	07 a 01 m 13 d
102	MURILLO JOSÉ DIGIÁCOMO	Curitiba	21ª Vara Cível	23/10/91	12 a 02 m 08 d	18/11/96	07 a 01 m 13 d
103	FRANCISCO JOSÉ DE SOUZA	Maringá	16ª Promotoria	30/11/81	25 a 01 m 00 d	28/11/96	07 a 01 m 03 d
104	GILDELENA ALVES DA SILVA	Londrina	9ª Promotoria	23/10/91	12 a 02 m 08 d	28/11/96	07 a 01 m 03 d
105	RODRIGO RÈGNIER CHEMIM GUIMARÃES	Curitiba	1ª Vara Criminal	21/08/92	15 a 00 m 17 d	28/11/96	07 a 01 m 03 d
106	WALDIR FRANCO FÉLIX	Curitiba	18ª Vara Cível	21/08/92	11 a 04 m 10 d	28/11/96	07 a 01 m 03 d
107	KRETY TEIXEIRA DOS SANTOS	Maringá	5ª Promotoria	22/04/86	21 a 09 m 10 d	06/12/96	07 a 00 m 25 d
108	GALATÉIA FRIDLUND	Curitiba	5ª Vara Cível	13/06/90	13 a 06 m 18 d	06/12/96	07 a 00 m 25 d
109	LÚCIA INÊS GIACOMITTI ANDRICH	Curitiba	2ª Vara do Tribunal do Júri	13/06/90	13 a 06 m 18 d	06/12/96	07 a 00 m 25 d
110	ROSANE CIT	Curitiba	7ª Vara Cível	18/12/90	15 a 04 m 12 d	06/12/96	07 a 00 m 25 d
111	STELLA MARIS SANT'ANNA F. PINHEIRO	Maringá	3ª Promotoria	23/10/91	12 a 02 m 08 d	06/12/96	07 a 00 m 25 d
112	MARCELLO AUGUSTO CLETO MELLUSO	Curitiba	1ª Prom. da Infância e Juv.	23/10/91	12 a 02 m 08 d	06/12/96	07 a 00 m 25 d
113	DARCY FURQUIM NETO	Curitiba	Juizado Especial Criminal	13/06/90	13 a 06 m 18 d	10/03/97	06 a 09 m 21 d
114	SAMIR BAROUKI	Curitiba	2ª Vara de Família	23/10/91	12 a 08 m 08 d	10/03/97	06 a 09 m 21 d
115	MARIA ESPÉRIA COSTA MOURA	Curitiba	11ª Vara Cível	26/11/93	15 a 02 m 06 d	08/04/97	06 a 08 m 23 d
116	LEONARDO GABARDO FAVA	Foz do Iguaçu	11ª Promotoria	30/04/93	10 a 08 m 01 d	23/04/97	06 a 08 m 08 d
117	VIVIAN PATRÍCIA FORTUNATO	Curitiba	3ª Vara de Família	23/10/91	13 a 05 m 02 d	29/04/97	06 a 08 m 02 d
118	CLAUDIO RUBINO ZUAN ESTEVES	Londrina	20ª Promotoria	20/11/91	12 a 01 m 11 d	29/04/97	06 a 08 m 02 d
119	SERGIO CORREA DE SIQUEIRA	Londrina	17ª Promotoria	23/10/91	12 a 02 m 08 d	27/03/98	05 a 09 m 04 d
120	SOLANGE NOVAES DA SILVA VICENTIN	Londrina	21ª Promotoria	30/04/93	10 a 08 m 01 d	13/04/98	05 a 08 m 18 d
121	MIGUEL JORGE SOGAIAR	Londrina	7ª Promotoria	13/06/88	15 a 08 m 18 d	11/05/98	05 a 07 m 20 d
122	ARMANDO ANTONIO SOBREIRO NETO	Curitiba	1ª Vara da Fazenda Pública,	13/09/89	25 a 01 m 26 d	11/05/98	05 a 07 m 20 d
123	VILMA APARECIDA BONIFÁCIO B. ENCISO	Maringá	4ª Promotoria	23/10/91	12 a 02 m 08 d	11/05/98	05 a 07 m 20 d
124	PAULO OVÍDIO DOS SANTOS LIMA	Curitiba	4ª Seção Judiciária	23/10/91	13 a 04 m 13 d	11/05/98	05 a 07 m 20 d
125	ANA CRISTINA MARTINS BRANDÃO	Curitiba	8ª Vara Cível	26/11/93	15 a 10 m 09 d	11/05/98	05 a 07 m 20 d
126	JOSÉ AMÉRICO PENTEADO DE CARVALHO	Curitiba	6ª Vara Criminal	14/09/94	09 a 03 m 17 d	11/05/98	05 a 07 m 20 d
127	LUIZ FERNANDO FERREIRA DELÁZARI	Curitiba	Seção Judiciária	26/11/93	10 a 01 m 05 d	05/06/98	05 a 06 m 26 d
128	ADAUTO SALVADOR REIS FACCO	Curitiba	Juizado Especial Criminal	13/09/89	19 a 07 m 00 d	12/06/98	05 a 06 m 19 d
129	SÉRGIO LUIZ CORDONI	Curitiba	Vara de Precatórias Cíveis	18/12/90	21 a 09 m 09 d	12/06/98	05 a 06 m 19 d
130	FÁBIO ANDRÉ GUARAGNI	Curitiba	Seção Judiciária	14/09/94	09 a 03 m 17 d	12/06/98	05 a 06 m 19 d
131	LUIZ FRANCISCO BARLETA MARCHIORATTO	Foz do Iguaçu	6ª Promotoria	18/12/90	13 a 00 m 13 d	20/08/98	05 a 04 m 11 d
132	MAURÍCIO KALACHE	Maringá	6ª Promotoria	30/04/93	12 a 10 m 23 d	20/08/98	05 a 04 m 11 d
133	LUCIANE E. C. MELLUSO TEIXEIRA DE FREITAS	Curitiba	1ª Seção Judiciária	26/11/93	10 a 01 m 05 d	28/08/98	05 a 04 m 11 d
134	ROBERTO OURIQUES	Ponta Grossa	13ª Promotoria (VEP)	03/04/91	12 a 08 m 28 d	13/11/98	05 a 01 m 18 d
135	MARCELO BORTOLINI	Foz do Iguaçu	2ª Promotoria	23/10/91	12 a 02 m 08 d	13/11/98	05 a 01 m 18 d
136	WILSON JOSÉ GALHEIRA	Curitiba	8ª Seção Judiciária	26/11/93	10 a 01 m 05 d	13/11/98	05 a 01 m 18 d
137	GUILHERME FREIRE DE BARROS TEIXEIRA	Curitiba	Seção Judiciária	14/09/94	09 a 03 m 17 d	13/11/98	05 a 01 m 18 d
138	LUÍS EDUARDO SILVEIRA DE ALBUQUERQUE	Curitiba	4ª Vara da Fazenda Pública,	18/12/90	14 a 06 m 09 d	18/03/99	04 a 09 m 13 d
139	JOSÉ GERALDO GONÇALVES	Curitiba	Seção Judiciária	26/11/93	10 a 01 m 05 d	18/03/99	04 a 09 m 13 d
140	CÁSSIO ROBERTO CHASTALO	Curitiba	Seção Judiciária	13/06/88	15 a 06 m 18 d	16/04/99	04 a 08 m 15 d
141	HIRMÍNIA DORIGAN DE MATOS DINIZ	Curitiba	Seção Judiciária	26/11/93	10 a 01 m 05 d	16/04/99	04 a 08 m 15 d
142	VALÉRIA SEYR	Maringá	7ª Promotoria	18/12/90	13 a 00 m 13 d	14/05/99	04 a 07 m 17 d
143	DANIELLA SANDRINI BASSI	Curitiba	Seção Judiciária	14/09/94	09 a 03 m 17 d	17/05/99	04 a 07 m 14 d
144	SIOMARA NOGARI	Londrina	15ª Promotoria	18/12/90	13 a 06 m 13 d	08/10/99	04 a 02 m 23 d
145	CARLOS ALBERTO HOHMANN CHOINSKI	Curitiba	Seção Judiciária	21/08/92	11 a 04 m 10 d	08/10/99	04 a 02 m 23 d
146	CLÁUDIA CRISTINA RODRIGUES MARTINS	Curitiba	Seção Judiciária	30/04/93	10 a 08 m 01 d	08/10/99	04 a 02 m 23 d
147	HENRIQUE CESAR ALVES CLETO	Curitiba	Seção Judiciária	26/11/93	10 a 07 m 05 d	08/10/99	04 a 02 m 23 d
148	MARCELO CAMARGO DE ALMEIDA	Foz do Iguaçu	10ª Promotoria	26/11/93	10 a 01 m 05 d	28/10/99	04 a 02 m 03 d
149	LUCIANA RIBEIRO LEPRI MOREIRA	Londrina	11ª Promotoria	13/06/88	15 a 06 m 18 d	31/03/00	03 a 09 m 01 d
150	ROBERTO MOELLMANN G. BARROS	Curitiba	Seção Judiciária	23/10/91	12 a 02 m 08 d	07/04/00	03 a 08 m 24 d
151	LAÍS LETCHACOVSKI	Curitiba	16ª Seção Judiciária	30/04/96	10 a 08 m 01 d	07/04/00	03 a 08 m 24 d
152	MAURO SÉRGIO ROCHA	Curitiba	Seção Judiciária	06/06/95	08 a 06 m 25 d	23/05/00	03 a 07 m 08 d
153	LORIANE ZANIOLO CORREIA	Curitiba	Seção Judiciária	13/06/90	13 a 06 m 18 d	19/06/00	03 a 06 m 12 d
154	MÁRIO LUIZ RAMIDOFF	Curitiba	Seção Judiciária	06/06/95	08 a 06 m 25 d	14/09/00	03 a 03 m 17 d
155	GUILHERME DE A. MARANHÃO SOBRINH O	Curitiba	Seção Judiciária	26/11/93	21 a 03 m 29 d	11/12/00	03 a 00 m 20 d
156	PEDRO CARVALHO SANTOS ASSINGER	Curitiba	Seção Judiciária	09/06/86	18 a 02 m 00 d	19/02/01	02 a 10 m 01 d
157	MARCELO BALZER CORREIA	Curitiba	Seção Judiciária	06/06/95	08 a 06 m 25 d	19/02/01	02 a 10 m 01 d
158	YARA RAQUEL FALEIROS GUARIENTE	Londrina	12ª Promotoria	26/11/93	10 a 01 m 05 d	23/03/01	02 a 09 m 08 d
159	LEILA SCHIMITI VOLTARELLI	Londrina	22ª Promotoria	13/09/89	14 a 03 m 18 d	06/04/01	02 a 08 m 25 d
160	ANGELO MAZZUCCHI SANTANA FERREIRA	Cascavel	9ª Promotoria	23/10/91	12 a 02 m 08 d	18/04/01	02 a 08 m 13 d
161	MÔNICA SAKAMORI	Curitiba	Seção Judiciária	06/06/95	08 a 06 m 25 d	18/04/01	02 a 08 m 13 d
162	TEREZINHA RESENDE CARULA	Curitiba	Seção Judiciária	06/06/95	08 a 06 m 25 d	19/06/01	02 a 06 m 12 d
163	ROBERTSON FONSECA DE AZEVEDO	Maringá	17ª Promotoria	03/04/93	11 a 11 m 22 d	06/07/01	02 a 05 m 25 d
164	CRISTINA CORSO RUARO	Curitiba	3ª Seção Judiciária	14/09/94	09 a 03 m 17 d	14/12/01	02 a 00 m 17 d
165	SALVARI JOSÉ DIAS MANCIO	Curitiba	Seção Judiciária	19/03/87	16 a 09 m 12 d	07/06/02	01 a 06 m 24 d
166	SERGIO AUGUSTO ALTHAUS	Ponta Grossa	1ª Promotoria	26/11/93	10 a 11 m 05 d	14/06/02	01 a 06 m 17 d
167	MÁRCIO TEIXEIRA DOS SANTOS	Curitiba	Seção Judiciária	13/06/90	13 a 06 m 18 d	02/07/02	01 a 05 m 29 d
168	SWAMI MOUGENOT BONFIM DOS REIS	Curitiba	14ª Seção Judiciária	03/04/91	12 a 08 m 28 d	02/07/02	01 a 05 m 29 d
169	PAULO SÉRGIO MARKOWICZ DE LIMA	Curitiba	Seção Judiciária	21/08/92	11 a 10 m 10 d	02/07/02	01 a 05 m 29 d
170	ANDREA VERCESI BERALDI	Curitiba	Seção Judiciária	17/02/94	09 a 10 m 01 d	02/07/02	01 a 05 m 29 d
171	MARCO AURÉLIO OLIVEIRA SÃO LEÃO	Curitiba	Seção Judiciária	14/09/94	09 a 03 m 17 d	02/07/02	01 a 05 m 29 d
172	ELAINE SANCHES	Curitiba	Seção Judiciária	23/10/91	13 a 09 m 12 d	09/07/02	01 a 05 m 22 d
173	DICESAR AUGUSTO KREPSKY	Curitiba	Seção Judiciária	23/10/91	12 a 08 m 08 d	09/07/02	01 a 05 m 22 d
174	LAÉRCIO JANUÁRIO DE ALMEIDA	Maringá	18ª Promotoria	26/11/93	10 a 01 m 05 d	09/07/02	01 a 05 m 22 d
175	EDUARDO DINIZ NETO	Londrina	19ª Promotoria	26/11/93	10 a 01 m 05 d	09/07/02	01 a 05 m 22 d
176	JORGE FERNANDO BARRETO DA COSTA	Londrina	18ª Promotoria	23/10/91	13 a 10 m 12 d	01/08/02	01 a 05 m 00 d
177	FUAD CHAFIC ABI FARAJ	Ponta Grossa	11ª Promotoria (22ª Seção Judiciária)	30/04/93	10 a 08 m 01 d	26/08/02	01 a 04 m 05 d
178	DANUZA NADAL	Curitiba	Seção Judiciária	06/06/95	09 a 11 m 03 d	26/08/02	01 a 04 m 05 d
179	NELSINO MOURA DE OLIVEIRA	Maringá	10ª Promotoria (21ª Seção Judiciária)	06/06/95	08 a 06 m 25 d	26/08/02	01 a 04 m 05 d
180	MARCELA MARINHO RODRIGUES	Curitiba	Seção Judiciária	06/06/95	08 a 06 m 25 d	26/08/02	01 a 04 m 05 d
181	MARLA LURDES DE FREITAS BLANCHET	Curitiba	Seção Judiciária	21/09/95	08 a 03 m 10 d	26/08/02	01 a 04 m 05 d
182	SANDRA REGINA KOCH	Londrina	25ª Promotoria (17ª Seção Judiciária)	26/11/93	13 a 06 m 23 d	16/09/02	01 a 03 m 15 d
183	EDUARDO NAGIB MATNI	Londrina	27ª Promotoria (19ª Seção Judiciária)	26/11/93	10 a 01 m 05 d	16/09/02	01 a 03 m 15 d
184	AURÉLIO JOSÉ AGGIO	Cascavel	4ª Promotoria	17/02/94	13 a 01 m 06 d	07/10/02	01 a 02 m 24 d
185	LUCIANA LINERO	Cascavel	8ª Promotoria	06/06/95	08 a 06 m 25 d	07/10/02	01 a 02 m 24 d
186	JOSÉ LAFAIETI BARBOSA TOURINHO	Maringá	19ª Promotoria	29/06/95	08 a 06 m 02 d	23/10/02	01 a 02 m 08 d
187	MARIONE SOUZA BANDEIRA	Curitiba	Seção Judiciária	30/08/95	12 a 11 m 20 d	29/10/02	01 a 02 m 02 d
188	INÁCIO BERNARDINO DE CARVALHO NETO	Londrina	26ª Promotoria (18ª Seção Judiciária)	21/09/95	08 a 03 m 10 d	04/11/02	01 a 01 m 27 d
189	MAXIMILIANO RIBEIRO DELIBERADOR	Curitiba	2ª Seção Judiciária	31/05/96	11 a 08 m 00 d	04/11/02	01 a 01 m 27 d
190	GISLAINE DE ABREU STADLER	Curitiba	Seção Judiciária	31/05/96	07 a 07 m 01 d	05/11/02	01 a 01 m 26 d
191	SUZANE MARIA C. DO PRADO PATRÍCIO	Ponta Grossa	2ª Promotoria	30/04/93	14 a 11 m 22 d	18/11/02	01 a 01 m 13 d
192	MÔNICA LIEVORE	Curitiba	Seção Judiciária	26/11/93	10 a 01 m 05 d	18/11/02	01 a 01 m 13 d
193	CLÁUDIO FRANCO FÉLIX	Curitiba	Seção Judiciária	31/05/96	07 a 07 m 01 d	18/11/02	01 a 01 m 13 d
194	HUMBERTO EDUARDO PUCINELLI	Curitiba	Seção Judiciária	31/05/96	07 a 07 m 01 d	18/11/02	01 a 01 m 13 d
195	WALBER ALEXANDRE DE SOUZA	Curitiba	Seção Judiciária	31/05/96	07 a 07 m 01 d	16/12/02	01 a 00 m 15 d
196	KARINA ANASTACIO FARIA	Ponta Grossa	12ª Promotoria (23ª S. J.)	22/08/97	07 a 08 m 14 d	16/12/02	01 a 00 m 15 d
197	RUDI RIGO BURKLE	Foz do Iguaçu	13ª Promotoria	22/08/97	06 a 04 m 09 d	16/12/02	01 a 00 m 15 d
198	CARLOS ALBERTO DE ARAUJO COSTA	Curitiba	Seção Judiciária	05/09/95	16 a 09 m 29 d	03/02/03	00 a 10 m 01 d
199	FRANCISCO ZANICOTTI	Curitiba	Seção Judiciária	31/05/96	07 a 07 m 01 d	03/02/03	00 a 10 m 01 d
200	LUCIANO MACHADO DE SOUZA	Cascavel	7ª Promotoria	22/08/97	06 a 04 m 09 d	03/02/03	00 a 10 m 01 d
201	ELISIANE DA SILVA MORAES	Cascavel	6ª Promotoria	22/08/97	06 a 04 m 09 d	03/02/03	00 a 10 m 01 d
202	ALINE BILEK BAHR	Ponta Grossa	14ª Promotoria (S. J.)	22/08/97	06 a 04 m 09 d	03/02/03	00 a 10 m 01 d
203	VERA GUIOMAR MORAIS	Cascavel	5ª Promotoria	26/11/93	10 a 01 m 05 d	05/03/03	00 a 09 m 26 d
204	ARISÂNGELA C. T. VARGAS DA SILVA	Londrina	14ª Promotoria	06/06/95	08 a 06 m 25 d	05/03/03	00 a 09 m 26 d
205	CLÁUDIO SMIRNE DINIZ	Ponta Grossa	3ª Promotoria	22/08/97	06 a 04 m 09 d	05/03/03	00 a 09 m 26 d
206	HONORINO TREMÉA	Cascavel	10ª Promotoria (24ª S. J.)	30/04/93	16 a 06 m 00 d	31/03/03	00 a 09 m 01 d
207	ODONÉ SERRANO JUNIOR	Cascavel	1ª Promotoria	06/06/95	08 a 06 m 25 d	31/03/03	00 a 09 m 01 d
208	MARIA ANGELA CAMARGO KISZKA	Foz do Iguaçu	7ª Promotoria	06/06/95	09 a 06 m 08 d	22/04/03	00 a 08 m 09 d
209	ANDRÉA SIMONE FRIAS	Cascavel	11ª Promotoria	17/10/97	06 a 02 m 14 d	22/04/03	00 a 08 m 09 d
210	WILDE SOARES PUGLIESE	Foz do Iguaçu	12ª Promotoria	22/08/97	06 a 04 m 09 d	05/05/03	00 a 07 m 26 d
211	MAURÍCIO CIRINO DOS SANTOS	Foz do Iguaçu	1ª Promotoria	16/04/99	15 a 03 m 14 d	05/05/03	00 a 07 m 26 d
212	SUSANA BROGLIA FEITOSA DE LACERDA	Foz do Iguaçu	8ª Promotoria (30ª Séc. Jud.)	31/05/96	07 a 07 m 01 d	02/06/03	00 a 06 m 29 d
213	MARCELO PAULO MAGGIO	Foz do Iguaçu	9ª Promotoria	31/05/96	07 a 07 m 01 d	25/08/03	00 a 04 m 06 d

QUADRO DE ANTIGÜIDADE DE PROMOTORES DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA - 31/12/03

ORDEM	NOME	COMARCA	LOTAÇÂO	INGRESSO NA CARREIRA	TEMPO DE SERV. PÚBLICO	INGRESSO NO CARGO	TEMPO DE SERV. NO CARGO
001	CARLITO ANTONIO RUPP	Bela Vista do Paraíso	Promotoria Local	05/01/81	29 a 05 m 10 d	01/07/86	17 a 06 m 00 d
002	ILDEMAR MOREIRA DA CRUZ	Toledo	1ª Promotoria	30/11/81	23 a 01 m 13 d	06/10/86	17 a 02 m 25 d
003	LEONILDO DE SOUZA GROTA	Cambé	1ª Promotoria	06/05/80	25 a 03 m 25 d	09/12/86	17 a 00 m 22 d
004	ÁLVARO LUIZ TORRENS	Campo Largo	2ª Promotoria	30/11/81	22 a 07 m 00 d	19/02/87	16 a 10 m 01 d
005	CARLOS ROBERTO DALCOL	Paranaguá	4ª Promotoria	30/11/81	23 a 09 m 00 d	29/05/89	14 a 07 m 02 d
006	EDMUNDO SIDOLI	Santo Antônio do Sudoeste	Promotoria Local	30/11/81	26 a 09 m 00 d	30/05/89	14 a 07 m 01 d
007	LEONIDAS SILVA NETO	Santo Antônio da Platina	1ª Promotoria	15/06/84	21 a 02 m 19 d	11/09/89	14 a 03 m 20 d
008	PEDRO WALTER TORREZAN	Umuarama	4ª Promotoria	27/06/85	32 a 00 m 04 d	29/03/90	13 a 09 m 02 d
009	MANUEL ESTEVAM DA C. ROMUALDO	Cornélio Procópio	1ª Promotoria	27/06/85	18 a 10 m 04 d	13/11/90	13 a 01 m 18 d
010	PAULO JOSÉ GALLOTTI BONAVIDES	Jacarezinho	1ª Promotoria	13/06/88	15 a 06 m 18 d	08/03/91	12 a 09 m 23 d
011	DIVONZIR JOSÉ BORGES	São José dos Pinhais	1ª Promotoria	13/06/88	37 a 08 m 03 d	15/04/91	12 a 08 m 16 d
012	ROSANA ARAÚJO DE SÁ RIBEIRO PEREIRA	Campo Mourão	1ª Promotoria	13/06/88	15 a 06 m 18 d	03/05/91	12 a 07 m 28 d
013	CLÁUDIA R. DE P. S. R. M. ROCHA	Campo Largo	1ª Promotoria	13/06/88	16 a 00 m 18 d	04/06/91	12 a 06 m 27 d
014	SÉRGIO MIGLIARI SALOMÃO	Apucarana	1ª Promotoria	13/06/88	23 a 00 m 10 d	24/06/91	12 a 06 m 07 d
015	JOÃO BATISTA DE ALMEIDA	Umuarama	3ª Promotoria	13/06/88	32 a 10 m 13 d	28/06/91	12 a 06 m 03 d
016	CARLOS LEPREVOST	São José dos Pinhais	4ª Promotoria	13/06/88	31 a 09 m 16 d	28/06/91	12 a 06 m 03 d
017	JOÃO EDUARDO FONSECA	Cornélio Procópio	2ª Promotoria	13/06/88	15 a 08 m 18 d	19/08/91	12 a 04 m 12 d
018	TIBÉRIO ARAÚJO QUADROS	Irati	Promotoria Local	13/09/89	14 a 03 m 18 d	07/10/91	12 a 02 m 24 d
019	MARIA CECILIA DELISI ROSA PEREIRA	Ibaiti	Promotoria Local	13/09/89	14 a 03 m 18 d	07/05/92	11 a 07 m 24 d
020	MARICLÉIA BÓRIO DA SILVA	Santo Antônio da Platina	2ª Promotoria	27/06/85	18 a 06 m 04 d	28/12/92	11 a 00 m 03 d
021	ELAINE LOPO RODRIGUES GARCIA	Cianorte	3ª Promotoria	19/03/87	16 a 09 m 12 d	25/02/93	10 a 10 m 01 d
022	HIDERALDO JOSÉ REAL	Rolândia	1ª Promotoria	13/09/89	14 a 09 m 18 d	11/06/93	10 a 06 m 20 d
023	LEIDI MARA WZOREK DE SANTANA	Araucária	2ª Promotoria	13/09/89	14 a 03 m 18 d	19/08/93	10 a 04 m 12 d
024	MÁRCIA R. R. M. DOS ANJOS	Apucarana	2ª Promotoria	13/09/89	14 a 03 m 18 d	09/08/94	09 a 04 m 22 d
025	CLEMEN S. DE LARA P. BATISTA GOMES	São José dos Pinhais	3ª Promotoria	23/10/91	15 a 06 m 11 d	26/04/95	08 a 08 m 05 d
026	MARISTÉLA APARECIDA CANHOTO CARULA	Jacarezinho	2ª Promotoria	18/12/90	13 a 11 m 24 d	16/05/95	08 a 07 m 15 d
027	GUSTAVO MARCEL FERNANDES MARINHO	Apucarana	3ª Promotoria	03/04/91	12 a 08 m 28 d	22/05/95	08 a 07 m 09 d
028	VITÓRIO ALVES DA SILVA JUNIOR	Pato Branco	4ª Promotoria	30/04/93	11 a 02 m 01 d	29/06/95	08 a 06 m 02 d
029	CAMILLE MARQUES DIB CRIPA	Francisco Beltrão	3ª Promotoria	13/06/90	13 a 06 m 18 d	28/08/95	08 a 04 m 03 d
030	PAULO ROBERTO ROBLES ESTEBON	Umuarama	2ª Promotoria	23/10/91	12 a 02 m 08 d	28/08/95	08 a 04 m 03 d
031	VERA LUCIA PITTA	Colombo	1ª Promotoria	03/04/91	12 a 08 m 16 d	13/10/95	08 a 02 m 06 d
032	JOELSON LUIS PEREIRA	Cianorte	1ª Promotoria	21/08/92	11 a 03 m 28 d	13/10/95	08 a 02 m 06 d
033	RUI RIQUELME MACEDO	Lapa	Promotoria Local	23/10/91	12 a 01 m 26 d	03/11/95	08 a 01 m 16 d
034	PEDRO IVO ANDRADE	Paranavai	2ª Promotoria	03/04/93	17 a 02 m 17 d	03/11/95	08 a 01 m 16 d
035	RÉVIA APARECIDA PEIXOTO DE PAULA LUNA	Ibiporã	2ª Promotoria	26/11/93	10 a 00 m 23 d	23/11/95	08 a 00 m 26 d
036	DENIS PESTANA	Arapongas	2ª Promotoria	03/04/91	12 a 08 m 16 d	08/05/96	07 a 07 m 11 d
037	DANIELLE GONCALVES THOME VASQUES	Colombo	2ª Promotoria	06/06/95	09 a 03 m 24 d	07/01/97	06 a 11 m 12 d
038	MARCO ANDRE DA SILVA CORREA	Marialva	1ª Promotoria	03/04/91	12 a 08 m 16 d	17/02/97	06 a 09 m 19 d
039	ROSANA M. LONGO DE PAULA SANTOS LIMA	União da Vitória	1ª Promotoria	03/04/91	12 a 08 m 16 d	24/02/97	06 a 09 m 19 d
040	NIVALDO BAZOTI	Nova Esperança	1ª Promotoria	30/04/93	10 a 07 m 19 d	17/03/97	06 a 09 m 02 d
041	CRISTINE ELISABETH L. BONAMIGO	Pato Branco	2ª Promotoria	05/09/95	08 a 03 m 14 d	17/03/97	06 a 09 m 02 d
042	STELLA MARIA FLORES FLORIANI BURDA	Araucária	1ª Promotoria	23/10/91	12 a 01 m 26 d	05/06/97	06 a 06 m 14 d
043	SERGIO ROBERTO MARTINS	Cianorte	2ª Promotoria	26/11/93	10 a 00 m 23 d	01/08/97	06 a 04 m 18 d
044	MARIA APARECIDA MORELI PANGONI	Marialva	2ª Promotoria	14/09/94	09 a 03 m 05 d	01/08/97	06 a 04 m 18 d
045	SUSY MARA OLIVEIRA DE PAULA	Paranavaí	1ª Promotoria	17/02/94	09 a 09 m 19 d	02/12/97	06 a 00 m 17 d
046	MARCIA FRANCINE BROIETTI	Colorado	2ª Promotoria	13/09/89	15 a 01 m 06 d	13/04/98	05 a 08 m 06 d
047	SÍLVIA LUIZA DARIVA	Porecatu	1ª Promotoria	06/06/95	08 a 06 m 13 d	13/04/98	05 a 08 m 06 d
048	VIRGINIA GRACIA PRADO DOMINGUES	Bandeirantes	Promotoria Local	21/08/92	15 a 08 m 01 d	23/04/98	05 a 07 m 26 d
049	CUSTÓDIO APARECIDO PEREIRA	Porecatu	2ª Promotoria	22/12/93	19 a 11 m 13 d	11/05/98	05 a 07 m 08 d
050	MARCIO LUIS BERGANTINI	Paranavaí	4ª Promotoria	06/06/95	08 a 06 m 13 d	11/05/98	05 a 07 m 08 d
051	ADRIANA LINO	Cambé	2ª Promotoria	20/11/91	12 a 00 m 29 d	05/06/98	05 a 06 m 14 d
052	WILLIAM GIL PINHEIRO PINTO	Cruzeiro do Oeste	2ª Promotoria	06/06/95	08 a 06 m 13 d	25/06/98	05 a 05 m 24 d
053	MARCOS ANTONIO DE SOUZA	Umuarama	1ª Promotoria	26/11/93	11 a 08 m 14 d	20/08/98	05 a 03 m 29 d
054	LÍGIA CAMARGO GRASSO	Campo Mourão	4ª Promotoria	14/09/94	09 a 03 m 05 d	20/08/98	05 a 03 m 29 d
055	CYNTHIA M. DE ALMEIDA PIERRI ROSGRIN	Rio Branco do Sul	Promotoria Local	22/08/97	06 a 03 m 27 d	20/08/98	05 a 03 m 29 d
056	DIEGO FERNANDES DOURADO	Almirante Tamandaré	Promotoria Local	31/05/96	07 a 06 m 19 d	09/09/98	05 a 03 m 10 d
057	NAYANI KELLY GARCIA	Peabiru	Promotoria Local	31/05/96	07 a 06 m 19 d	02/10/98	05 a 02 m 17 d
058	RENATO DE LIMA CASTRO	Ibiporã	1ª Promotoria	31/05/96	08 a 10 m 16 d	02/10/98	05 a 02 m 17 d
059	FLÁVIO DE OLIVEIRA SANTOS	Toledo	2ª Promotoria	31/05/96	07 a 06 m 19 d	30/12/98	04 a 11 m 19 d
060	MARCIO PINHEIRO DANTAS MOTTA	Apucarana	4ª Promotoria	31/05/96	07 a 06 m 19 d	25/03/99	04 a 08 m 24 d
061	MARCIA FELIZARDO ROCHA DE PAULI	Paranavaí	5ª Promotoria	29/06/95	08 a 05 m 20 d	12/05/99	04 a 07 m 07 d
062	EDUARDO AUGUSTO CABRINI	Astorga	Promotoria Local	31/05/96	07 a 06 m 19 d	07/05/99	04 a 07 m 12 d
063	ADEMIR RIBEIRO DE SOUZA	União da Vitória	2ª Promotoria	26/11/93	25 a 03 m 16 d	04/06/99	04 a 06 m 15 d
064	GIOVANI FERRI	Toledo	3ª Promotoria	31/05/96	07 a 06 m 19 d	04/06/99	04 a 06 m 15 d
065	MAURO ALCIONE DOBROWOLSKI	Guarapuava	1ª Promotoria	21/08/92	11 a 03 m 28 d	17/06/99	04 a 06 m 02 d
066	FERNANDA NAGL GARCEZ	Toledo	4ª Promotoria	22/08/97	06 a 03 m 27 d	24/06/99	04 a 05 m 25 d
067	LUIS MARCELO M. BERNARDES DA SILVA	Arapongas	1ª Promotoria	29/06/95	11 a 05 m 20 d	28/10/99	04 a 01 m 21 d
068	MARCIA ISABELE GRAF BENINCA	São José dos Pinhais	5ª Promotoria	26/11/93	10 a 00 m 23 d	17/03/00	03 a 09 m 02 d
069	FÁBIO ANDRADES GAMEIRO	Paranavaí	3ª Promotoria	14/09/94	09 a 03 m 05 d	10/05/00	03 a 07 m 09 d
070	SIMONE LUCIA LORENS	Capanema	2ª Promotoria	31/05/96	07 a 06 m 19 d	10/07/00	03 a 05 m 09 d
071	LEONARDO DA SILVA VILHENA	Ivaiporã	2ª Promotoria	22/08/97	06 a 03 m 27 d	25/09/00	03 a 02 m 24 d
072	CLEVERSON LEONARDO TOZATTE	Ivaiporã	1ª Promotoria	23/06/98	07 a 11 m 16 d	09/03/01	02 a 09 m 10 d
073	VANESSA HARMUCH PEREZ ERLICH	Castro	1ª Promotoria	22/08/97	06 a 03 m 27 d	31/05/01	02 a 06 m 19 d
074	SANDRO ALEX HANNICKEL	Colorado	1ª Promotoria	31/05/96	07 a 06 m 19 d	19/06/01	02 a 06 m 00 d
075	MARILÚ SCHNAIDER	Nova Esperança	2ª Promotoria	22/08/97	11 a 08 m 08 d	19/06/01	02 a 06 m 00 d
076	MÁRCIO FERREIRA	Piraquara	2ª Promotoria	14/09/94	09 a 10 m 02 d	31/08/01	02 a 03 m 19 d
077	SANDRES SPONHOLZ	Dois Vizinhos	1ª Promotoria	22/08/97	06 a 03 m 27 d	10/09/01	02 a 03 m 09 d
078	LUCIMARA SALLES FERRO	Rolândia	2ª Promotoria	23/06/98	05 a 11 m 18 d	17/09/01	02 a 03 m 02 d
079	CÁSSIO MATTOS HONORATO	Guarapuava	6ª Promotoria	22/08/97	06 a 03 m 27 d	26/04/02	01 a 07 m 23 d
080	CLÁUDIO CÉSAR CORTESIA	Guarapuava	2ª Promotoria	26/11/93	10 a 00 m 23 d	26/08/02	01 a 03 m 23 d
081	VALÉRIA FÉRES BORGES	Paranaguá	2ª Promotoria	31/05/96	07 a 06 m 19 d	26/08/02	01 a 03 m 23 d
082	SÍLVIA TESSARI FREIRE	Marechal Cândido Rondon	2ª Promotoria	31/05/96	07 a 06 m 19 d	16/09/02	01 a 03 m 03 d
083	CLÁUDIA RODRIGUES DE MORAIS	Palotina	1ª Promotoria	22/08/97	06 a 03 m 27 d	16/09/02	01 a 03 m 03 d
084	MARIA JÚLIA BERRIEL SOARES	Palotina	2ª Promotoria	31/05/96	07 a 06 m 19 d	07/10/02	01 a 02 m 12 d
085	MARCELO BRISO MACHADO	Umuarama	5ª Promotoria	31/05/96	07 a 06 m 19 d	07/10/02	01 a 02 m 12 d
086	CAROLINE SCHAFFKA TEIXEIRA DE SÁ	Castro	2ª Promotoria	22/08/97	06 a 03 m 27 d	07/10/02	01 a 02 m 12 d
087	EDMÁRCIO REAL	Loanda	Promotoria Local	17/10/97	06 a 02 m 02 d	07/10/02	01 a 02 m 12 d
088	ANA SÍLVIA PUOSSO ROMANINI DE MORAES	Laranjeiras do Sul	2ª Promotoria	23/06/98	05 a 05 m 26 d	07/10/02	01 a 02 m 12 d
089	FABIO BRUZAMOLIN LOURENÇO	Assis Chateaubriand	1ª Promotoria	16/04/99	05 a 08 m 27 d	14/10/02	01 a 02 m 05 d
090	ANGELA DOMINGOS CALIXTO DE CARVALHO	Pinhais	Promotoria Local	16/04/99	04 a 08 m 03 d	14/10/02	01 a 02 m 05 d
091	ADRIANA VANESSA RABELO	Palmas	1ª Promotoria	16/04/99	04 a 08 m 03 d	14/10/02	01 a 02 m 05 d
092	ELAINE CRISTINA DE LIMA	Cruzeiro do Oeste	1ª Promotoria	26/11/93	10 a 00 m 23 d	05/11/02	01 a 01 m 14 d
093	EDUARDO ALFREDO DE MELLO S. MONTEIRO	Francisco Beltrão	2ª Promotoria	23/06/98	05 a 05 m 26 d	05/11/02	01 a 01 m 14 d
094	SONIA REGINA DE MELO ROSA	Campo Mourão	5ª Promotoria	26/11/93	10 a 00 m 23 d	02/12/02	01 a 00 m 17 d
095	DENILSON SOARES DE ALMEIDA	Campo Mourão	3ª Promotoria	22/08/97	06 a 03 m 27 d	02/12/02	01 a 00 m 17 d
096	SIMONE MARIA TAVARNARO PEREIRA	Paranaguá	5ª Promotoria	16/04/99	04 a 08 m 03 d	02/12/02	01 a 00 m 17 d
097	WILLIAN LIRA DE SOUZA	Goioerê	2ª Promotoria	16/04/99	04 a 08 m 03 d	02/12/02	01 a 00 m 17 d
098	ANDRÉ GUSTAVO DE CASTRO RIBEIRO	Assaí	1ª Promotoria	22/08/97	06 a 03 m 27 d	16/12/02	01 a 00 m 03 d
099	MARCELO LUIZ BECK	Medianeira	1ª Promotoria	16/04/99	04 a 08 m 03 d	16/12/02	01 a 00 m 03 d
100	RICARDO KOCHINSKI MARCONDES	Guarapuava	4ª Promotoria	22/08/97	06 a 03 m 27 d	03/02/03	00 a 09 m 19 d
101	MÁRCIA SHIZUE NAKAJO	São José dos Pinhais	2ª Promotoria	16/04/99	04 a 08 m 03 d	03/02/03	00 a 09 m 19 d
102	FLAVIA REGINA LEMOS	Piraquara	1ª Promotoria	31/05/96	07 a 06 m 19 d	05/03/03	00 a 09 m 14 d
103	AMARÍLIS FERNANDES PICARELLI	Assaí	2ª Promotoria	16/04/99	04 a 08 m 03 d	05/03/03	00 a 09 m 14 d
104	DORENIDES GUERRA PIRES	Paranaguá	3ª Promotoria	16/04/99	04 a 08 m 03 d	05/03/03	00 a 09 m 14 d
105	ADRIANO ZAMPIERI CALVO	Telêmaco Borba	1ª Promotoria	16/04/99	04 a 08 m 03 d	05/03/03	00 a 09 m 14 d
106	LARISSA HAICK VITORASSI	Capanema	1ª Promotoria	16/04/99	04 a 08 m 03 d	05/03/03	00 a 09 m 14 d
107	MICHELLE RIBEIRO MORRONE	Palmas	2ª Promotoria	16/04/99	04 a 08 m 03 d	05/03/03	00 a 09 m 14 d
108	ANDRÉ MERHEB CALIXTO	Paranaguá	1ª Promotoria	28/05/99	10 a 04 m 22 d	05/03/03	00 a 09 m 14 d
109	KARLA GIOVANNA FREITAS LOURENÇO	Assis Chateaubriand	2ª Promotoria	28/05/99	05 a 08 m 27 d	05/03/03	00 a 09 m 14 d
110	JOÃO MILTON SALLES	Medianeira	2ª Promotoria	28/05/99	04 a 06 m 21 d	05/03/03	00 a 09 m 14 d
111	CRISTIANE PODGURSKI	Pitanga	2ª Promotoria	04/06/99	04 a 06 m 15 d	05/03/03	00 a 09 m 14 d
112	SUSANA MARIA MALUF	Wenceslau Braz	Promotoria Local	16/04/99	04 a 08 m 03 d	07/04/03	00 a 08 m 12 d
113	JULIANA ANDRADE DA CUNHA	Goioerê	1ª Promotoria	17/06/99	04 a 06 m 02 d	07/04/03	00 a 08 m 12 d
114	FABRÍCIO TREVIZAN DE ALMEIDA	Francisco Beltrão	1ª Promotoria	16/04/99	04 a 08 m 03 d	22/04/03	00 a 07 m 27 d
115	ANA PAULA TOMASI	Marechal Cândido Rondon	1ª Promotoria	08/10/99	04 a 02 m 11 d	22/04/03	00 a 07 m 27 d
116	MARIA N. N. DE MAGALHÃES SANTAROSA	Rio Negro	Promotoria Local	05/09/95	09 a 00 m 19 d	19/05/03	00 a 07 m 00 d
117	HELOISE BETTEGA KUNIYOSHI	Guarapuava	5ª Promotoria	02/12/99	04 a 00 m 17 d	19/05/03	00 a 07 m 00 d
118	JULIO RIBEIRO DE CAMPOS NETO	União da Vitória	3ª Promotoria	27/10/00	03 a 01 m 22 d	19/05/03	00 a 07 m 00 d
119	ANA PAULA MARTINS CESCONETTO	Pitanga	1ª Promotoria	27/10/00	03 a 01 m 22 d	19/05/03	00 a 07 m 00 d
120	ROBERTO TONON JUNIOR	Dois Vizinhos	2ª Promotoria	27/10/00	03 a 01 m 22 d	19/05/03	00 a 07 m 00 d
121	LUCIMARA ROCHA ERNLUND	Guarapuava	3ª Promotoria	27/10/00	03 a 01 m 22 d	16/06/03	00 a 06 m 03 d
122	MONICA MACIEL GONÇALVES	Laranjeiras do Sul	1ª Promotoria	31/05/96	07 a 06 m 19 d	01/07/03	00 a 05 m 18 d
123	CLEONICE APARECIDA MARIANO QUINTEIRO	Guaíra	2ª Promotoria	30/08/95	08 a 03 m 19 d	25/08/03	00 a 03 m 24 d
124	GUSTAVO HENRIQUE ROCHA DE MACEDO	Guaíra	1ª Promotoria	27/10/00	03 a 01 m 22 d	25/08/03	00 a 03 m 24 d
125	MÔNICA HELENA DERBLI BAGGIO	Pato Branco	3ª Promotoria	16/04/99	08 a 11 m 22 d	05/09/03	00 a 03 m 14 d
126	SYMARA MOTTER	Pato Branco	1ª Promotoria	27/10/00	03 a 01 m 22 d	05/09/03	00 a 03 m 14 d
127	SÉRGIO RICARDO CEZARO MACHADO	Campo Mourão	2ª Promotoria	28/05/99	04 a 06 m 21 d	13/11/03	00 a 01 m 06 d
128	CARLA CRISTINA CASTNER MARTINS	Telêmaco Borba	2ª Promotoria	20/04/98	05 a 07 m 29 d	13/11/03	00 a 01 m 06 d

QUADRO DE ANTIGÜIDADE DE PROMOTORES DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA INICIAL - 31/12/03

ORDEM	NOME	COMARCA	LOTAÇÂO	INGRESSO NA CARREIRA	TEMPO DE SERV. PÚBLICO	INGRESSO NO CARGO	TEMPO DE SERV. NO CARGO
001	IARA MARQUES DIB	Sengés	Promotoria Local	10/08/63	50 a 10 m 10 d	01/10/68	35 a 03 m 00 d
002	JOSÉ PEREIRA PIO DE ABREU NETO	Altônia	Promotoria Local	13/06/90	13 a 06 m 18 d	15/04/91	12 a 08 m 16 d
003	ROMEU RUTTE	Teixeira Soares	Promotoria Local	18/12/90	24 a 07 m 02 d	15/04/91	12 a 08 m 16 d
004	JOSÉ ROBERTO MANCHINI	Uraí	Promotoria Local	03/04/91	12 a 08 m 28 d	19/08/91	12 a 04 m 12 d
005	MARIA APARECIDA MELLO DA SILVA	Antonina	Promotoria Local	03/04/91	12 a 08 m 28 d	04/09/91	12 a 03 m 27 d
006	LUIZ PAULO ZANETTI	Ribeirão Claro	Promotoria Local	23/10/91	12 a 02 m 08 d	09/03/92	11 a 09 m 22 d

007	OCTACILIO SACERDOTE FILHO	Campina Grande do Sul	Promotoria Local	23/10/91	12 a 08 m 08 d	04/11/92	11 a 01 m 27 d
008	JOSÉ LUIZ LORETO DE OLIVEIRA	Siqueira Campos	Promotoria Local	30/04/93	10 a 08 m 01 d	04/06/93	10 a 06 m 27 d
009	ANGELA MARIA MAILAN ZAMARIAM	Sertanópolis	Promotoria Local	30/04/93	11 a 02 m 01 d	08/10/93	10 a 02 m 23 d
010	JOEL CARLOS BEFFA	Tomazina	Promotoria Local	26/11/93	10 a 03 m 01 d	27/12/93	10 a 00 m 04 d
011	MARCELO PATO CUNHA	Cerro Azul	Promotoria Local	26/11/93	10 a 01 m 05 d	01/03/94	09 a 10 m 00 d
012	NADIR EMILIA DE MELO	Paraíso do Norte	Promotoria Local	26/11/93	10 a 01 m 05 d	14/09/94	09 a 03 m 17 d
013	ANTONIO CARLOS NERVINO	Palmeira	Promotoria Local	17/02/94	09 a 10 m 01 d	31/05/95	08 a 07 m 01 d
014	MARIA SONIA FREIRE GARCIA	Mandaguari	Promotoria Local	26/11/93	10 a 01 m 05 d	14/08/95	08 a 04 m 17 d
015	LUCILIO DE HELD JUNIOR	Guaratuba	Promotoria Local	06/06/95	08 a 06 m 25 d	23/11/95	08 a 01 m 08 d
016	JOEL CARNEIRO DA SILVA FILHO	Bocaiúva do Sul	Promotoria Local	06/06/95	08 a 06 m 25 d	23/11/95	08 a 01 m 08 d
017	FABIA TEIXEIRA FRITEGOTTO	Jaguapitã	Promotoria Local	06/06/95	08 a 06 m 25 d	13/12/95	08 a 00 m 18 d
018	ADÉLIA SOUZA SIMÕES	Arapoti	Promotoria Local	30/08/95	08 a 04 m 01 d	03/01/96	07 a 11 m 28 d
019	MARCOS VINICIUS PESENTI	Jandaia do Sul	Promotoria Local	21/09/95	08 a 03 m 10 d	01/04/96	07 a 09 m 00 d
020	KELE CRISTIANI DIOGO	Ribeirão do Pinhal	Promotoria Local	31/05/96	07 a 07 m 01 d	19/06/96	07 a 06 m 12 d
021	PAULO CONFORTO	Fazenda Rio Grande	Promotoria Local	31/05/96	07 a 07 m 01 d	08/04/97	06 a 08 m 23 d
022	VENANCIO STEFANO FILHO	Matelândia	Promotoria Local	31/05/96	07 a 07 m 01 d	27/06/97	06 a 06 m 04 d
023	TARCILA SANTOS TEIXEIRA	São João do Triunfo	Promotoria Local	31/05/96	07 a 07 m 01 d	13/02/98	05 a 10 m 01 d
024	ALESSANDRA F. DE ARAUJO RIBEIRO	Nova Fátima	Promotoria Local	31/05/96	07 a 07 m 01 d	12/06/98	05 a 06 m 19 d
025	FABIO HIDEKI NAKANISHI	Xambrê	Promotoria Local	22/08/97	06 a 04 m 09 d	09/09/98	05 a 03 m 22 d
026	FERNANDA LACERDA TREVISAN SILVÉRIO	Engenheiro Beltrão	Promotoria Local	22/08/97	06 a 04 m 09 d	02/10/98	05 a 02 m 29 d
027	HAROLDO NOGIRI	São Miguel do Iguaçu	Promotoria Local	22/08/97	06 a 04 m 09 d	02/10/98	05 a 02 m 29 d
028	VILMAR ANTONIO FONSECA	Pérola	Promotoria Local	10/02/98	05 a 11 m 10 d	02/10/98	05 a 02 m 29 d
029	LUIZ CARLOS HALLVÁSS FILHO	Morretes	Promotoria Local	22/08/97	06 a 04 m 09 d	13/11/98	05 a 01 m 18 d
030	MARCEL DE ALEXANDRE COELHO	Cambará	Promotoria Local	22/08/97	06 a 04 m 09 d	13/11/98	05 a 01 m 18 d
031	MARCOS JOSÉ PORTO SOARES	Barbosa Ferraz	Promotoria Local	22/08/97	06 a 03 m 27 d	03/12/98	05 a 00 m 16 d
032	PATRÍCIA CRISTINA SCHMIDT GRILI MACEDO	Primeiro de Maio	Promotoria Local	17/10/97	06 a 02 m 02 d	18/03/99	04 a 09 m 01 d
033	CAROLINA DIAS AIDAR	Matinhos	Promotoria Local	31/05/96	07 a 06 m 19 d	07/05/99	04 a 07 m 12 d
034	JULIANA SOARES DE OLIVEIRA	Santa Mariana	Promotoria Local	22/08/97	06 a 03 m 27 d	07/05/99	04 a 07 m 12 d
035	DANIELLE GARCEZ DA SILVA	Piraí do Sul	Promotoria Local	16/04/99	05 a 08 m 26 d	07/05/99	04 a 07 m 12 d
036	ANA MARIA DE OLIVEIRA SANTOS	Marilândia do Sul	Promotoria Local	23/06/98	05 a 05 m 26 d	27/05/99	04 a 06 m 22 d
037	ALMIR CARREIRO JORGE SANTOS	Joaquim Távora	Promotoria Local	22/08/97	06 a 03 m 27 d	17/09/99	04 a 03 m 02 d
038	IVANA OSTAPIV	Tibagi	Promotoria Local	16/04/99	04 a 08 m 03 d	17/09/99	04 a 03 m 02 d
039	MARIA LUÍZA CORREA DE MELLO	Curiúva	Promotoria Local	16/04/99	04 a 08 m 03 d	08/10/99	04 a 02 m 11 d
040	SIMONE RODRIGUES BORBA	Mandaguaçu	Promotoria Local	16/04/99	04 a 08 m 03 d	23/11/99	04 a 00 m 26 d
041	VERA DE FREITAS MENDONÇA	Mamborê	Promotoria Local	16/04/99	04 a 08 m 03 d	23/11/99	04 a 00 m 26 d
042	MARCELO ADOLFO RODRIGUES	Ipiranga	Promotoria Local	16/04/99	05 a 08 m 27 d	28/08/00	03 a 03 m 21 d
043	RODRIGO OTÁVIO MAZUR CASAGRANDE	Jaguariaíva	Promotoria Local	16/04/99	04 a 08 m 03 d	01/09/00	03 a 03 m 18 d
044	ANDRÉA FABIANA PUSSI BARADEL	Alto Paraná	Promotoria Local	16/04/99	04 a 08 m 03 d	12/09/00	03 a 03 m 07 d
045	SÍLVIO APARECIDO DOS SANTOS	Centenário do Sul	Promotoria Local	16/04/99	04 a 08 m 03 d	06/11/00	03 a 01 m 13 d
046	VILMA LEIKO KATO	Carlópolis	Promotoria Local	28/05/99	04 a 06 m 21 d	25/04/01	02 a 07 m 24 d
047	JOSÉ ROBERTO MOREIRA	Paranacity	Promotoria Local	28/05/99	04 a 06 m 21 d	30/11/01	02 a 00 m 19 d
048	SILVANA CARDOSO LOUREIRO	Rebouças	Promotoria Local	04/06/99	04 a 06 m 15 d	30/11/01	02 a 00 m 19 d
049	RAPHAEL ADALBERTO SOARES	São João do Ivaí	Promotoria Local	04/06/99	04 a 06 m 15 d	14/12/01	02 a 00 m 05 d
050	CLÁUDIA TONETTI BIAZUS	Corbélia	Promotoria Local	17/06/99	06 a 01 m 21 d	05/11/02	01 a 01 m 14 d
051	MARCOS CRISTIANO ANDRADE	Terra Boa	Promotoria Local	17/06/99	04 a 06 m 02 d	05/11/02	01 a 01 m 14 d
052	ÉLCIO SARTORI	Imbituva	Promotoria Local	08/10/99	04 a 02 m 11 d	05/11/02	01 a 01 m 14 d
053	TIAGO DE OLIVEIRA GERARDI	São Jerônimo da Serra	Promotoria Local	16/04/99	04 a 08 m 03 d	02/12/02	01 a 00 m 17 d
054	WALTER SHINJI YUYAMA	Grandes Rios	Promotoria Local	25/10/99	04 a 01 m 24 d	02/12/02	01 a 00 m 17 d
055	SIDNEY MAYNARDES JUNIOR	Nova Londrina	Promotoria Local	17/12/99	11 a 01 m 25 d	02/12/02	01 a 00 m 17 d
056	CRISTIANE APARECIDA RAMOS	Terra Rica	Promotoria Local	17/12/99	04 a 00 m 02 d	02/12/02	01 a 00 m 17 d
057	ALEXANDRE MISAEL SOUZA	Sarandi	Promotoria Local	17/12/99	04 a 00 m 02 d	02/12/02	01 a 00 m 17 d
058	FERNANDA MARIA CAMPANHA MOTTA RIBAS	Faxinal	Promotoria Local	23/12/99	11 a 01 m 19 d	03/02/03	00 a 09 m 19 d
059	MARCO AURÉLIO ROMAGNOLI TAVARES	Coronel Vivida	Promotoria Local	21/02/00	03 a 09 m 19 d	10/03/03	00 a 09 m 09 d
060	CARLOS ROBERTO MORENO	Terra Roxa	Promotoria Local	17/12/99	20 a 04 m 07 d	07/04/03	00 a 08 m 12 d
061	OSVALDO LUIZ SIMIONI	Andirá	Promotoria Local	13/11/00	03 a 01 m 06 d	07/04/03	00 a 08 m 12 d
062	JANAINA BRUEL MARQUES	Prudentópolis	Promotoria Local	13/12/00	06 a 06 m 20 d	07/04/03	00 a 08 m 12 d
063	LEONARDO NOGUEIRA DA SILVA	Manoel Ribas	Promotoria Local	13/12/00	03 a 00 m 06 d	07/04/03	00 a 08 m 12 d
064	BIANCA NASCIMENTO MALACHINI	Mallet	Promotoria Local	13/12/00	03 a 00 m 06 d	07/04/03	00 a 08 m 12 d
065	LUCIANA MARCOS RABELLO	Congonhinhas	Promotoria Local	04/06/01	02 a 06 m 15 d	07/04/03	00 a 08 m 12 d
066	FERNANDA SCHNAIDER	São Mateus do Sul	Promotoria Local	04/06/01	02 a 06 m 15 d	07/04/03	00 a 08 m 12 d
067	MICHELE NADER	Cidade Gaúcha	Promotoria Local	17/01/03	00 a 11 m 02 d	07/04/03	00 a 08 m 12 d
068	ANDRE TIAGO PASTERNAK GLITZ	Capitão Leônidas Marques	Promotoria Local	17/01/03	00 a 11 m 02 d	07/04/03	00 a 08 m 12 d
069	KATIA KRÜGER	Alto Piquiri	Promotoria Local	17/01/03	09 a 01 m 26 d	05/05/03	00 a 07 m 14 d
070	ALESSANDRA SANDRI KLOCK	Santa Helena	Promotoria Local	17/01/03	02 a 04 m 25 d	05/05/03	00 a 07 m 14 d
071	LUIZA HELENA NICKEL	Pinhão	Promotoria Local	17/01/03	00 a 11 m 02 d	05/05/03	00 a 07 m 14 d
072	DANIELLE CRISTINE CAVALI	Ortigueira	Promotoria Local	17/01/03	00 a 11 m 02 d	05/05/03	00 a 07 m 14 d
073	RAQUEL JULIANA FÜLLE	Chopinzinho	Promotoria Local	17/01/03	00 a 11 m 02 d	05/05/03	00 a 07 m 14 d
074	CARLOS EDUARDO AZEVEDO	Palmital	Promotoria Local	17/01/03	00 a 11 m 02 d	02/06/03	00 a 06 m 17 d
075	GUILHERME MARTINS AGOSTINI	Iporã	Promotoria Local	17/01/03	00 a 11 m 02 d	02/06/03	00 a 06 m 17 d
076	JOSÉ CARLOS FARIA DE CASTRO VELLOZO	Ubiratã	Promotoria Local	17/01/03	07 a 02 m 26 d	16/06/03	00 a 06 m 03 d
077	JÂNIO LUIZ PEREIRA	Catanduvas	Promotoria Local	17/01/03	00 a 11 m 02 d	16/06/03	00 a 06 m 03 d
078	FERNANDO DE PAULA XAVIER JUNIOR	Ireteama	Promotoria Local	17/01/03	00 a 11 m 02 d	16/06/03	00 a 06 m 03 d
079	ALEXANDRE RAMALHO DE FARIAS	Cândido de Abreu	Promotoria Local	17/01/03	00 a 11 m 02 d	16/06/03	00 a 06 m 03 d
080	JACSON LUIZ ZILIO	Barracão	Promotoria Local	17/01/03	00 a 11 m 02 d	16/06/03	00 a 06 m 03 d
081	CAROLINE DEMANTOVA FERREIRA	Cantagalo	Promotoria Local	17/01/03	00 a 11 m 02 d	16/06/03	00 a 06 m 03 d
082	ROBERTA WINTER SUGAUARA	Campina da Lagoa	Promotoria Local	03/04/03	00 a 08 m 16 d	05/09/03	00 a 03 m 14 d
083	DANIELA SAVIANI LEMOS	Clevelândia	Promotoria Local	03/04/03	00 a 08 m 16 d	05/09/03	00 a 03 m 14 d
084	CRISTIANE ROSSI	Icaraíma	Promotoria Local	03/04/03	00 a 08 m 16 d	26/09/03	00 a 02 m 23 d
085	ADRIANO MIYOSHI	Santa Isabel do Ivaí	Promotoria Local	03/04/03	00 a 08 m 16 d	26/09/03	00 a 02 m 23 d
086	NEWTON BRAGA DE SAMPAIO JÚNIOR	Formosa do Oeste	Promotoria Local	03/04/03	00 a 08 m 16 d	02/10/03	00 a 02 m 17 d
087	RÓDNEY ANDRÉ CESSEL	Reserva	Promotoria Local	03/04/03	00 a 08 m 16 d	02/10/03	00 a 02 m 17 d
088	ROSSANA OVERCENKO	Quedas do Iguaçu	Promotoria Local	03/05/03	00 a 07 m 16 d	28/10/03	00 a 01 m 21 d
089	RÉGIS ROGÉRIO VICENTE SARTORI	Salto do Lontra	Promotoria Local	09/06/03	00 a 06 m 10 d	28/10/03	00 a 01 m 21 d

QUADRO DE ANTIGÜIDADE DE PROMOTORES SUBSTITUTOS - 31/12/03

ORDEM	NOME	COMARCA	LOTAÇÃO	INGRESSO NA CARREIRA	TEMPO DE SERV. PÚBLICO	INGRESSO NO CARGO	TEMPO DE SERV. NO CARGO
001	THADEU AUGIMERI DE GÓES LIMA	Jacarezinho	43ª Seção Judiciária	13/05/03	00 a 07 m 18 d	13/05/03	00 a 07 m 18 d
002	WILSON TOMÉ TROPIANI	Rolândia	45ª Seção Judiciária	26/05/03	00 a 07 m 05 d	26/05/03	00 a 07 m 05 d
003	JOSILMAR DE SOUZA OLIVEIRA	São José dos Pinhais	46ª Seção Judiciária	26/05/03	00 a 07 m 05 d	26/05/03	00 a 07 m 05 d
004	FELIPE LAMARÃO DE PAULA SOARES	Campo Mourão	25ª Seção Judiciária	09/06/03	00 a 06 m 22 d	09/06/03	00 a 06 m 22 d
005	ANDERSON OSÓRIO RESENDE	Wenceslau Braz	60ª Seção Judiciária	01/08/03	00 a 05 m 00 d	01/08/03	00 a 05 m 00 d
006	SÍLVIA LEME CORRÊA	Campo Largo	37ª Seção Judiciária	01/08/03	00 a 05 m 00 d	01/08/03	00 a 05 m 00 d
007	RICARDO ALESSANDRO DOS SANTOS	Nova Esperança	56ª Seção Judiciária	01/08/03	00 a 05 m 00 d	01/08/03	00 a 05 m 00 d
008	ALEXANDRE GAIO	União da Vitória	49ª Seção Judiciária	01/08/03	00 a 05 m 00 d	01/08/03	00 a 05 m 00 d
009	FABRÍCIO BITTENCOURT DA CRUZ	Castro	52ª Seção Judiciária	01/08/03	00 a 05 m 00 d	01/08/03	00 a 05 m 00 d
010	CAROLINE GUZZI ZUAN ESTEVES	Cornélio Procópio	39ª Seção Judiciária	01/08/03	00 a 05 m 00 d	01/08/03	00 a 05 m 00 d
011	BEATRIZ SPINDLER DE OLIVEIRA LEITE	Irati	53ª Seção Judiciária	01/08/03	00 a 05 m 00 d	01/08/03	00 a 05 m 00 d
012	LUCILA MARIA SALES ARAÚJO DE MACEDO	Paranaguá	33ª Seção Judiciária	01/08/03	00 a 05 m 00 d	01/08/03	00 a 05 m 00 d
013	RICARDO MALEK FREDEGOTO	Bandeirantes	50ª Seção Judiciária	01/08/03	00 a 05 m 00 d	01/08/03	00 a 05 m 00 d
014	MÁRIO AUGUSTO DRAGO DE LUCENA	Cruzeiro do Oeste	40ª Seção Judiciária	01/08/03	00 a 05 m 00 d	01/08/03	00 a 05 m 00 d
015	LUÍS FERNANDO FEITOSA	Bela Vista do Paraíso	51ª Seção Judiciária	01/08/03	00 a 05 m 00 d	01/08/03	00 a 05 m 00 d
016	CLÁUDIO SIMINOVICH	Francisco Beltrão	32ª Seção Judiciária	01/08/03	00 a 05 m 00 d	01/08/03	00 a 05 m 00 d
017	WANDERLEI GONÇALVES CUSTÓDIO	Colombo	47ª Seção Judiciária	01/08/03	00 a 05 m 00 d	01/08/03	00 a 05 m 00 d
018	LEANDRO ANTUNES MEIRELES MACHADO	Santo Antônio da Platina	57ª Seção Judiciária	18/08/03	00 a 04 m 13 d	18/08/03	00 a 04 m 13 d
019	ALEXEY CHOI CARUNCHO	Cianorte	29ª Seção Judiciária	18/08/03	00 a 04 m 13 d	18/08/03	00 a 04 m 13 d
020	ANA PAULA PINA COSTA	Lapa	54ª Seção Judiciária	25/08/03	00 a 04 m 06 d	25/08/03	00 a 04 m 06 d
021	PEDRO PAULO GRUBITS G. DE OLIVEIRA	Toledo	48ª Seção Judiciária	25/08/03	00 a 04 m 06 d	25/08/03	00 a 04 m 06 d
022	ALESSANDRO BETTEGA ALMEIDA	Guarapuava	27ª Seção Judiciária	25/08/03	00 a 04 m 06 d	25/08/03	00 a 04 m 06 d
023	ANTONIO EURIS BOTTON JUNIOR	Paranavaí	34ª Seção Judiciária	26/09/03	00 a 03 m 05 d	26/09/03	00 a 03 m 05 d
024	GEORGIA TAUIL NOBRE	Apucarana	28ª Seção Judiciária	26/09/03	00 a 03 m 05 d	26/09/03	00 a 03 m 05 d
025	ROSANA MIKRUT	Loanda	55ª Seção Judiciária	26/09/03	00 a 03 m 05 d	26/09/03	00 a 03 m 05 d

Curitiba, 05 de Janeiro de 2004

MARIA TEREZA UILLE GOMES
Procuradora-Geral de Justiça

RESOLUÇÃO Nº 2332

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e tendo em vista o contido no protocolo nº 19468/03-PGJ, resolve

C O N C E D E R

ao Promotor de Justiça Doutor JOSÉ AMÉRICO PENTEADO DE CARVALHO 1 (um) dia das férias relativas ao 1º período de 2001, asseguradas pela Resolução nº 1895/00, *tendo em vista a impossibilidade da concessão integral do período, em razão da imperiosa necessidade do serviço,* para ser usufruído em 30 de dezembro do ano em curso.

Curitiba, 17 de dezembro de 2003.

Maria Tereza Uille Gomes
Procuradora-Geral de Justiça

RESOLUÇÃO Nº 2337

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e tendo em vista o contido no protocolo nº 19461/03-PGJ, resolve

C O N C E D E R

à Promotora de Justiça Doutora FLÁVIA REGINA LEMOS 2 (dois) dias das férias relativas ao 2º período de 1996, asseguradas pela Resolução nº 2121/02, *tendo em vista a impossibilidade da concessão integral do período, em razão da imperiosa necessidade do serviço,* para serem usufruídos a partir de 29 de dezembro do ano em curso.

Curitiba, 17 de dezembro de 2003.

Maria Tereza Uille Gomes
Procuradora-Geral de Justiça

RESOLUÇÃO Nº 2365

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e tendo em vista o contido no protocolo nº 19690/03-PGJ, resolve

C O N C E D E R

ao Promotor de Justiça Doutor SANDRO ALEX HANNICKEL 2 (dois) dias das férias relativas ao 1º período de 2001, asseguradas pela Resolução nº 1967/03, *tendo em vista a impossibilidade da concessão integral do período, em razão da imperiosa necessidade do serviço,* para serem usufruídos a partir de 29 de dezembro do ano em curso.

Curitiba, 22 de dezembro de 2003.

Maria Tereza Uille Gomes
Procuradora-Geral de Justiça

RESOLUÇÃO Nº 2366

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e tendo em vista o contido no protocolo nº 19641/03-PGJ, resolve

D E S I G N A R

a Promotora de Justiça Doutora BIANCA NASCIMENTO MALACHINI para compor a Banca Examinadora do Concurso Público destinado ao provimento do cargo de Contador, Partidor, Distribuidor, Depositário Público e Avaliador Judicial, a ser realizado na comarca de MALLET.

Curitiba, 22 de dezembro de 2003.

Maria Tereza Uille Gomes
Procuradora-Geral de Justiça

RESOLUÇÃO Nº 2367

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e tendo em vista o contido no protocolo nº 19936/03-PGJ, resolve

P R O R R O G A R

a validade do contido na Resolução nº 1766/03 por 90 (noventa) dias, a partir de 4 de janeiro de 2004.

Curitiba, 23 de dezembro de 2003.

Maria Tereza Uille Gomes
Procuradora-Geral de Justiça

RESOLUÇÃO Nº 2368

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e tendo em vista o contido no protocolo nº 19699/03-PGJ, resolve

D E S I G N A R

o Promotor de Justiça Doutor JOSÉ ROBERTO MOREIRA para atuar nos Autos de Representação Criminal nº 59/03, em trâmite na comarca de COLORADO, ficando, em conseqüência, revogada a Resolução nº 0586/03.

Curitiba, 23 de dezembro de 2003.

Maria Tereza Uille Gomes
Procuradora-Geral de Justiça

RESOLUÇÃO Nº 2369

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e tendo em vista o contido no protocolo nº 19971/03-PGJ, resolve

D E S I G N A R

o Promotor de Justiça Doutor MISAEL DUARTE PIMENTA NETO para acompanhar o Inquérito Policial Militar instaurado para apurar as circunstâncias em que ocorreu a morte de Luiz Carlos Brodebeck, no dia 18 de dezembro do ano em curso, na comarca de CAMPO LARGO.

Curitiba, 23 de dezembro de 2003.

Maria Tereza Uille Gomes
Procuradora-Geral de Justiça

RESOLUÇÃO Nº 2370

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e tendo em o contido no protocolo nº 19612/03-PGJ, resolve

C A S S A R

1 (um) dia das férias concedidas à Promotora de Justiça Doutora MÔNICA MACIEL GONÇALVES por intermédio da Resolução nº 2161/03, no dia 31 de dezembro do ano em curso, assegurando-lhe o direito de fruição do mesmo para época oportuna, a critério da Procuradoria-Geral de Justiça.

Curitiba, 23 de dezembro de 2003.

Maria Tereza Uille Gomes
Procuradora-Geral de Justiça

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
GABINETE DA PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA

RESOLUÇÃO Nº 2371

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, resolve

D E S I G N A R

a Promotora de Justiça Doutora BIANCA NASCIMENTO MALACHINI para responder pelos serviços do Ministério Público na comarca de MANGUEIRINHA, a partir da data da publicação do Ato nº 336/03 e até 1º de janeiro de 2004.

Curitiba, 23 de dezembro de 2003.

Maria Tereza Uille Gomes
Procuradora-Geral de Justiça

RESOLUÇÃO Nº 2372

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, resolve

C O N C E D E R

ao Procurador de Justiça Doutor ERVIN FERNANDO ZEIDLER 6 (seis) dias das férias relativas ao 1º período de 2004, asseguradas pela Resolução nº 2336/03, para serem usufruídos a partir de 2 de janeiro de 2004.

Curitiba, 23 de dezembro de 2003.

Maria Tereza Uille Gomes
Procuradora-Geral de Justiça

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
GABINETE DA PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA

RESOLUÇÃO Nº 2374

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, resolve

D E S I G N A R

o Promotor Substituto Doutor CLÁUDIO SIMINOVICH para, sem prejuízo das atuais atribuições, responder pelos serviços do Ministério Público na comarca de REALEZA, no período de 22 de dezembro do ano em curso a 1º de janeiro de 2004.

Curitiba, 23 de dezembro de 2003.

Maria Tereza Uille Gomes
Procuradora-Geral de Justiça

RESOLUÇÃO Nº 2375

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e tendo em vista a imperiosa necessidade de serviços, resolve

C A S S A R

15 (quinze) dias das férias relativas ao 1º período de 2004 concedidas ao Promotor de Justiça Doutor JORGE FERNANDO BARRETO DA COSTA, a partir de 2 de janeiro de 2004, assegurando-lhe o direito de fruição dos mesmos para época oportuna, a critério da Procuradoria-Geral de Justiça.

Curitiba, 23 de dezembro de 2003.

Maria Tereza Uille Gomes
Procuradora-Geral de Justiça

RESOLUÇÃO Nº 2376

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, resolve

D E S I G N A R

os Promotores de Justiça abaixo nominados para responderem pelos serviços do Ministério Público no período de 2 a 31 de janeiro de 2004, nas seguintes comarcas, conforme segue:

LONDRINA
Jorge Fernando Barreto da Costa
Promotorias Cíveis;
Promotorias Especializadas;
Juizado Especial Cível;
Promotoria de Investigação Criminal.

Tiago de Oliveira Gerardi
Promotorias de Família;
Promotoria da Infância e Juventude;

Adriano Miyoshi
3ª e 4ª Varas Criminais;
Promotoria de Execução Penal;

Cristiane Rossi
1ª, 2ª e 5ª Varas Criminais;
Juizados Especiais Criminais.

SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, CAMPINA GRANDE DO SUL, FAZENDA RIO GRANDE e PINHAIS
Josilmar de Souza Oliveira
Wilson Tomé Tropiani

COLOMBO, ALMIRANTE TAMANDARÉ, CÊRRO AZUL, RIO BRANCO DO SUL e BOCAIÚVA DO SUL
Wanderlei Gonçalves Custódio
Ana Paula Pina Costa

Curitiba, 23 de dezembro de 2003.

Maria Tereza Uille Gomes
Procuradora-Geral de Justiça

RESOLUÇÃO Nº 2378

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e tendo em vista o contido no protocolo nº 19050/03-PGJ, resolve

D E S I G N A R

o Promotor de Justiça Doutor JÚLIO VICTOR MILLÉO FILHO para atuar nos Autos de Ação Penal nº 94.3150-5, em trâmite na 1ª Vara de Delitos de Trânsito da comarca de CURITIBA.

Curitiba, 30 de dezembro de 2003.

Maria Tereza Uille Gomes
Procuradora-Geral de Justiça

RESOLUÇÃO Nº 2379

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e tendo em vista o contido no protocolo nº 19402/03-PGJ/MPPR, resolve

D E S I G N A R

a Promotora de Justiça Doutora SYMARA MOTTER para atuar nos Autos de Inquérito Policial nº 36/03, em trâmite na comarca de PATO BRANCO, em face do acolhimento da suspeição argüida pelo Doutor VITÓRIO ALVES DA SILVA JÚNIOR.

Curitiba, 30 de dezembro de 2003.

Maria Tereza Uille Gomes
Procuradora-Geral de Justiça

RESOLUÇÃO Nº 2380

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e tendo em vista o contido no protocolo nº 19162/03-PGJ/MPPR, resolve

D E S I G N A R

o Promotor de Justiça Doutor JOEL CARLOS BEFFA para atuar nos Autos de Carta Precatória Cível nº 70/03, em trâmite na comarca de SIQUEIRA CAMPOS, em face do acolhimento do impedimento argüido pelo Doutor JOSÉ LUIZ LORETO DE OLIVEIRA.

Curitiba, 30 de dezembro de 2003.

Maria Tereza Uille Gomes
Procuradora-Geral de Justiça

RESOLUÇÃO Nº 2381

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e tendo em vista o contido no protocolo nº 19037/03-PGJ/MPPR, resolve

D E S I G N A R

o Promotor de Justiça Doutor FABRÍCIO TREVIZAN DE ALMEIDA para atuar nos Autos de Inquérito Policial nº 279/03, em trâmite na comarca de CAPANEMA, em face do acolhimento da suspeição argüida pela Doutora LARISSA HAICK VITORASSI BATISTIN.

Curitiba, 30 de dezembro de 2003.

Maria Tereza Uille Gomes
Procuradora-Geral de Justiça

RESOLUÇÃO Nº 2382

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e tendo em vista o contido nos protocolos números 19150/03, 19090/03, 19091/03 e 19092/03-PGJ, resolve

D E S I G N A R

o Promotor Substituto Doutor THADEU AUGIMERI DE GOES LIMA para atuar nos Autos de Inquéritos Policiais números 86/03, 103/02, 186/03 e 154/03, em trâmite na comarca de JACAREZINHO, em face do acolhimento das suspeições argüidas pela Doutora MARISTÉLA APARECIDA CANHOTO CARULA.

Curitiba, 30 de dezembro de 2003.

Maria Tereza Uille Gomes
Procuradora-Geral de Justiça

RESOLUÇÃO Nº 2386

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e tendo em vista o contido no protocolo nº 19781/03-PGJ, resolve

C O N C E D E R

3 (três) dias de licença à Promotora de Justiça Doutora SUZANE MARIA CARVALHO DO PRADO PATRÍCIO para tratamento de sua saúde, a partir de 17 de dezembro do ano em curso.

Curitiba, 30 de dezembro de 2003.

Maria Tereza Uille Gomes
Procuradora-Geral de Justiça

RESOLUÇÃO Nº 2387

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e tendo em vista o contido no protocolo nº 19638/03-PGJ, resolve

C O N C E D E R

7 (sete) dias de licença à Promotora de Justiça Doutora DAGMAR NUNES GAIO para tratamento de sua saúde, a partir de 17 de dezembro do ano em curso.

Curitiba, 30 de dezembro de 2003.

Maria Tereza Uille Gomes
Procuradora-Geral de Justiça

RESOLUÇÃO Nº 2388

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e tendo em vista o contido no protocolo nº 19735/03-PGJ, resolve

D E S I G N A R

o Promotor de Justiça Doutor ÉLCIO SARTORI para compor a Banca Examinadora do Concurso Público destinado ao provimento do cargo de Oficial de Justiça, a ser realizado na comarca de IMBITUVA.

Curitiba, 30 de dezembro de 2003.

Maria Tereza Uille Gomes
Procuradora-Geral de Justiça

RESOLUÇÃO Nº 2389

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e tendo em vista o contido no protocolo nº 20038/03-PGJ, resolve

I – C O N C E D E R

licença luto ao Promotor de Justiça Doutor EDUARDO DE MELLO CHAGAS LIMA, a partir de 23 de dezembro do ano em curso.

II – D E S I G N A R

a Promotora de Justiça Doutora CARLA MORETTO MACCARINI para, sem prejuízo das atuais atribuições, responder pelos serviços do Ministério Público na 4ª Promotoria de Justiça da comarca de LONDRINA, durante a licença do respectivo titular.

Curitiba, 30 de dezembro de 2003.

Maria Tereza Uille Gomes
Procuradora-Geral de Justiça

RESOLUÇÃO Nº 2390

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e tendo em vista o contido no protocolo nº 20147/03-PGJ, resolve

C O N C E D E R

licença à Promotora de Justiça Doutora MARIA SONIA FREIRE GARCIA para tratamento de saúde em pessoa da família, no dia 18 de dezembro do ano em curso.

Curitiba, 30 de dezembro de 2003.

Maria Tereza Uille Gomes
Procuradora-Geral de Justiça

RESOLUÇÃO Nº 2333

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e tendo em vista o contido no protocolo nº 19462/03-PGJ, resolve

C O N C E D E R

ao Promotor de Justiça Doutor ANDRÉ MERHEB CALIXTO 2 (dois) dias das férias relativas ao 2º período de 2000, asseguradas pela Resolução nº 1734/02, para serem usufruídos a partir de 29 de dezembro do ano em curso.

Curitiba, 17 de dezembro de 2003.

Maria Tereza Uille Gomes
Procuradora-Geral de Justiça

RESOLUÇÃO Nº 2334

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e tendo em vista o contido no protocolo nº 19516/03-PGJ, resolve

C O N C E D E R

ao Promotor de Justiça Doutor MAXIMILIANO RIBEIRO DELIBERADOR 2 (dois) dias das férias relativas ao 1º período de 1997, asseguradas pela Resolução nº 1253/97, *tendo em vista a impossibilidade da concessão integral do período, em razão da imperiosa necessidade do serviço,* para serem usufruídos a partir de 22 de dezembro do ano em curso.

Curitiba, 17 de dezembro de 2003.

Maria Tereza Uille Gomes
Procuradora-Geral de Justiça

RESOLUÇÃO Nº 2335

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e tendo em vista o contido no protocolo nº 19355/03-PGJ, resolve

C O N C E D E R

ao Promotor de Justiça Doutor ANDRÉ GUSTAVO DE CASTRO RIBEIRO 9 (nove) dias das férias relativas ao 2º período de 2000, asseguradas pela Resolução nº 469/02, *tendo em vista a impossibilidade da concessão integral do período, em razão da imperiosa necessidade do serviço,* para serem usufruídos a partir de 24 de dezembro do ano em curso.

Curitiba, 17 de dezembro de 2003.

Maria Tereza Uille Gomes
Procuradora-Geral de Justiça

RESOLUÇÃO Nº 2338

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e tendo em vista o contido no protocolo nº 19596/03-PGJ, resolve

C O N C E D E R

15 (quinze) dias de licença ao Procurador de Justiça Doutor LUIZ CARLOS LIMA VIANNA para tratamento de saúde em pessoa da família, a partir de 17 de dezembro do ano em curso.

Curitiba, 17 de dezembro de 2003.

Maria Tereza Uille Gomes
Procuradora-Geral de Justiça

RESOLUÇÃO Nº 2339

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e tendo em vista o contido no protocolo nº 19600/03-PGJ, resolve

D E S I G N A R

o Promotor de Justiça Doutor RENAN GABARDO FAVA para compor a Banca Examinadora do Concurso Público destinado ao provimento do cargo de Secretário dos Juizados Especiais, a ser realizado na comarca de FOZ DO IGUAÇU.

Curitiba, 17 de dezembro de 2003.

Maria Tereza Uille Gomes
Procuradora-Geral de Justiça

RESOLUÇÃO Nº 2340

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e tendo em vista o contido no protocolo nº 19490/03 – PGJ/MPPR, resolve

D E S I G N A R

o Promotor de Justiça Doutor PEDRO CARVALHO SANTOS ASSINGER para, cumulativamente com o atual Coordenador, responder pela Coordenação da Promotoria de Investigação Criminal da comarca de CURITIBA, no período de 16 a 31 de dezembro do ano em curso.

Curitiba, 17 de dezembro de 2003.

Maria Tereza Uille Gomes
Procuradora-Geral de Justiça

RESOLUÇÃO Nº 2342

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e tendo em vista o contido no protocolo nº 18746/03-PGJ, resolve

A U T O R I Z A R

a Promotora de Justiça Doutora MARIA ESPERIA COSTA MOURA a se afastar do País durante o período de sua licença especial, concedida através da Resolução nº2284/03.

Curitiba, 18 de dezembro de 2003.

Maria Tereza Uille Gomes
Procuradora-Geral de Justiça

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
GABINETE DA PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA

RESOLUÇÃO Nº 2343

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, resolve

D E S I G N A R

a Promotora de Justiça Doutora GISLAINE DE ABREU STADLER para, sem prejuízo de suas atribuições, atuar nos processos relativos a 5ª Vara Criminal da comarca de CURITIBA, no período de 15 a 31 de dezembro do ano em curso.

Curitiba, 18 de dezembro de 2003.

Maria Tereza Uille Gomes
Procuradora-Geral de Justiça

RESOLUÇÃO Nº 2344

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e tendo em vista o contido no protocolo nº 19738/03-PGJ, resolve

C O N C E D E R

à Promotora de Justiça Doutora ALINE BILEK BAHR 2 (dois) dias das férias relativas ao 1º período de 1998, asseguradas pela Resolução nº 800/03, *tendo em vista a impossibilidade da concessão integral do período, em razão da imperiosa necessidade do serviço,* para serem usufruídos a partir de 22 de dezembro do ano em curso.

Curitiba, 18 de dezembro de 2003.

Maria Tereza Uille Gomes
Procuradora-Geral de Justiça

RESOLUÇÃO Nº 2345

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e tendo em vista o contido no protocolo nº 19264/03-PGJ, resolve

C O N C E D E R

à Promotora de Justiça Doutora CYNTHIA MARIA DE ALMEIDA PIERRI 2 (dois) dias das férias relativas ao 2º período de 2000, asseguradas pela Resolução nº 1564/03, *tendo em vista a impossibilidade da concessão integral do período, em razão da imperiosa necessidade do serviço*, para serem usufruídos a partir de 29 de dezembro do ano em curso, ficando, em conseqüência, retificada a Resolução nº 2320/03.

Curitiba, 18 de dezembro de 2003.

Maria Tereza Uille Gomes
Procuradora-Geral de Justiça

RESOLUÇÃO Nº 2346

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e tendo em vista o contido no protocolo nº 19590/03-PGJ, resolve

C O N C E D E R

à Promotora de Justiça Doutora HIRMÍNIA DORIGAN DE MATOS DINIZ 9 (nove) dias das férias relativas ao 1º período

de 1994, asseguradas pela Resolução nº 1718/03, *tendo em vista a impossibilidade da concessão integral do período, em razão da imperiosa necessidade do serviço*, para serem usufruídos a partir de 22 de dezembro do ano em curso.

Curitiba, 18 de dezembro de 2003.

Maria Tereza Uille Gomes
Procuradora-Geral de Justiça

RESOLUÇÃO Nº 2347

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e tendo em vista o contido no protocolo nº 19354/03-PGJ, resolve

C O N C E D E R

ao Promotor de Justiça Doutor DIEGO FERNANDES DOURADO 2 (dois) dias das férias relativas ao 2º período de 1996, asseguradas pela Resolução nº 1479/02, *tendo em vista a impossibilidade da concessão integral do período, em razão da imperiosa necessidade do serviço,* para serem usufruídos a partir de 29 de dezembro do ano em curso.

Curitiba, 18 de dezembro de 2003.

Maria Tereza Uille Gomes
Procuradora-Geral de Justiça

RESOLUÇÃO Nº 2348

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, resolve

C A S S A R

4 (quatro) dias das férias relativas ao 1º período de 2004 das Promotoras de Justiça abaixo nominadas a partir de 2 de janeiro de 2004 e designá-las para atuarem junto ao Juizado Especial – Operação Litoral nas seguintes localidades, conforme segue:

Gislaine de Abreu Stadler	Guaratuba
Jacqueline Batisti	Caiobá
Márcia Isabele Graf Beninca	Ipanema

Curitiba, 18 de dezembro de 2003.

Maria Tereza Uille Gomes
Procuradora-Geral de Justiça

RESOLUÇÃO Nº 2350

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e tendo em vista o contido no protocolo nº 19692/03-PGJ, resolve

C O N C E D E R

ao Promotor de Justiça Doutor LAÉRCIO JANUÁRIO DE ALMEIDA 5 (cinco) dias das férias relativas ao 1º período de 2004, asseguradas pela Resolução nº 2331/03, para serem usufruídos a partir de 2 de janeiro de 2004.

Curitiba, 18 de dezembro de 2003.

Maria Tereza Uille Gomes
Procuradora-Geral de Justiça

RESOLUÇÃO Nº 2351

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e tendo em vista o contido no protocolo nº 19456/03-PGJ, resolve

C O N C E D E R

2 (dois) dias de licença à Promotora de Justiça Doutora SANDRA REGINA KOCH para tratamento de sua saúde, a partir de 15 de dezembro do ano em curso.

Curitiba, 18 de dezembro de 2003.

Maria Tereza Uille Gomes
Procuradora-Geral de Justiça

RESOLUÇÃO Nº 2352

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e tendo em vista o contido no protocolo nº 19611/03-PGJ, resolve

I - C O N C E D E R

ao Promotor de Justiça Doutor WILLIAM LIRA DE SOUZA 2 (dois) dias das férias relativas ao 2º período de 1999, asseguradas pela Resolução nº 2015/03, para serem usufruídos a partir de 29 de dezembro do ano em curso.

II – D E S I G N A R

o Promotor Substituto Doutor MÁRIO AUGUSTO DRAGO DE LUCENA para, sem prejuízo das atuais atribuições, responder pelos serviços do Ministério Público na 2ª Promotoria de Justiça da comarca de GOIOERÊ, durante as férias do respectivo titular.

Curitiba, 18 de dezembro de 2003.

Maria Tereza Uille Gomes
Procuradora-Geral de Justiça

RESOLUÇÃO Nº 2353

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e tendo em vista o contido no protocolo nº 19694/03-PGJ, resolve

C O N C E D E R

ao Procurador de Justiça Doutor JORGE GUILHERME MONTENEGRO NETO 1 (um) dia das férias relativas ao 1º período de 1982, asseguradas pela Resolução nº 1395/98, *tendo em vista a impossibilidade da concessão integral do período, em razão da imperiosa necessidade do serviço,* para ser usufruído em 17 de dezembro do ano em curso.

Curitiba, 18 de dezembro de 2003.

Maria Tereza Uille Gomes
Procuradora-Geral de Justiça

RESOLUÇÃO Nº 2354

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e tendo em vista o contido no protocolo nº 19705/03-PGJ, resolve

I - C O N C E D E R

ao Promotor de Justiça Doutor ROBERTO MOELLMANN GONÇALVES BARROS 2 (dois) dias das férias relativas ao 2º período de 1999, asseguradas pela Resolução nº 1778/03, *tendo em vista a impossibilidade da concessão integral do período, em razão da imperiosa necessidade do serviço,* para serem usufruídos a partir de 29 de dezembro do ano em curso.

II – D E S I G N A R

a Promotora de Justiça Doutora LAÍS LETCHACOVSKI para, sem prejuízo das atuais atribuições, responder pelos serviços do Ministério Público na 2ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Concordatas da comarca de CURITIBA, durante as férias do Promotor de Justiça acima nominado.

Curitiba, 18 de dezembro de 2003.

Maria Tereza Uille Gomes
Procuradora-Geral de Justiça

RESOLUÇÃO Nº 2355

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e tendo em vista o contido no protocolo nº 19697/03-PGJ, resolve

C O N C E D E R

ao Promotor de Justiça Doutor SÉRGIO RICARDO CEZARO MACHADO 2 (dois) dias das férias relativas ao 2º período de 2003, asseguradas pela Resolução nº 1184/03, *tendo em vista a impossibilidade da concessão integral do período, em razão da imperiosa necessidade do serviço,* para serem usufruídos a partir de 29 de dezembro do ano em curso.

Curitiba, 18 de dezembro de 2003.

Maria Tereza Uille Gomes
Procuradora-Geral de Justiça

RESOLUÇÃO Nº 2356

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e tendo em vista o contido no protocolo nº 19609/03-PGJ, resolve

C O N C E D E R

à Promotora de Justiça Doutora LARISSA HAICK VITORASSI 1 (um) dia das férias relativas ao 2º período de 2000, asseguradas pela Resolução nº 814/00, *tendo em vista a impossibilidade da concessão integral do período, em razão da imperiosa necessidade do serviço,* para ser usufruído em 15 de dezembro do ano em curso.

Curitiba, 18 de dezembro de 2003.

Maria Tereza Uille Gomes
Procuradora-Geral de Justiça

RESOLUÇÃO Nº 2357

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e tendo em vista o contido no protocolo nº 19693/03-PGJ, resolve

C O N C E D E R

à Promotora de Justiça Doutora CLEMEN SÍLVIA DE LARA PIRES BATISTA GOMES 2 (dois) dias das férias relativas ao 2º período de 1992, asseguradas pela Resolução nº 2407/02, *tendo em vista a impossibilidade da concessão integral do período, em razão da imperiosa necessidade do serviço,* para serem usufruídos a partir de 29 de dezembro do ano em curso.

Curitiba, 18 de dezembro de 2003.

Maria Tereza Uille Gomes
Procuradora-Geral de Justiça

RESOLUÇÃO Nº 2358

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e tendo em vista o contido no protocolo nº 19614/03-PGJ, resolve

C O N C E D E R

à Promotora de Justiça Doutora MARIA APARECIDA MORELI PANGONI 2 (dois) dias das férias relativas ao 1º período de 1995, asseguradas pela Resolução nº 2396/02, *tendo em vista a impossibilidade da concessão integral do período, em razão da imperiosa necessidade do serviço,* para serem usufruídos a partir de 29 de dezembro do ano em curso.

Curitiba, 18 de dezembro de 2003.

Maria Tereza Uille Gomes
Procuradora-Geral de Justiça

Anote-se a designação cumulativa do Doutor MARCO ANDRÉ DA SILVA CORREIA para fins de substituição automática.

Em 18/12/03.

Danuza Nadal
Assessora do Gabinete da PGJ

RESOLUÇÃO Nº 2359

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e tendo em vista o contido no protocolo nº 19757/03-PGJ, resolve

C O N C E D E R

licença luto ao Promotor de Justiça Doutor EDUARDO DE MELLO CHAGAS LIMA, a partir de 17 de dezembro do ano em curso.

Curitiba, 18 de dezembro de 2003.

Maria Tereza Uille Gomes
Procuradora-Geral de Justiça

RESOLUÇÃO Nº 2360

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e tendo em vista o contido no protocolo nº 19538/03-PGJ, resolve

C O N C E D E R

à Promotora de Justiça Doutora VILMA APARECIDA BONIFÁCIO BENITES ENCISO 2 (dois) dias da licença especial a que faz jus, referente ao período de 23/10/91 a 23/10/96, assegurada pela Resolução nº 1363/03, para serem usufruídos a partir de 22 de dezembro do ano em curso.

Curitiba, 18 de dezembro de 2003.

Maria Tereza Uille Gomes
Procuradora-Geral de Justiça

RESOLUÇÃO Nº 2361

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e tendo em vista o contido no protocolo nº 19869/03-PGJ, resolve

C O N C E D E R

ao Promotor de Justiça Doutor NIVALDO BAZOTI 2 (dois) dias das férias relativas ao 2º período de 2000, asseguradas pela Resolução nº 234/03, *tendo em vista a impossibilidade da concessão integral do período, em razão da imperiosa necessidade do serviço,* para serem usufruídos a partir de 29 de dezembro do ano em curso.

Curitiba, 22 de dezembro de 2003.

Maria Tereza Uille Gomes
Procuradora-Geral de Justiça

RESOLUÇÃO Nº 2362

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e tendo em vista o contido no protocolo nº 19557/03-PGJ, resolve

C O N C E D E R

ao Promotor de Justiça Doutor RENAN GABARDO FAVA 1 (um) dia das férias relativas ao 1º período de 1994, asseguradas pela Resolução nº 132/94, para ser usufruído em 29 de dezembro do ano em curso.

Curitiba, 22 de dezembro de 2003.

Maria Tereza Uille Gomes
Procuradora-Geral de Justiça

RESOLUÇÃO Nº 2363

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e tendo em vista o contido no protocolo nº 19558/03-PGJ, resolve

C O N C E D E R

à Promotora de Justiça Doutora YARA RAQUEL FALEIROS GUARIENTE 13 (treze) dias das férias relativas ao 1º período de 1994, asseguradas pela Resolução nº 990/03, *tendo em vista a impossibilidade da concessão integral do período, em razão da imperiosa necessidade do serviço,* para serem usufruídos a partir de 18 de dezembro do ano em curso.

Curitiba, 22 de dezembro de 2003.

Maria Tereza Uille Gomes
Procuradora-Geral de Justiça

RESOLUÇÃO Nº 2364

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e tendo em vista o contido no protocolo nº 19559/03-PGJ, resolve

C O N C E D E R

à Promotora de Justiça Doutora SUSY MARA OLIVEIRA DE PAULA 3 (três) dias das férias relativas ao 2º período de 1994, asseguradas pela Resolução nº 1864/02, *tendo em vista a impossibilidade da concessão integral do período, em razão da imperiosa necessidade do serviço,* para serem usufruídos a partir de 16 de dezembro do ano em curso.

Curitiba, 22 de dezembro de 2003.

Maria Tereza Uille Gomes
Procuradora-Geral de Justiça

RESOLUÇÃO Nº 2383

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e tendo em vista o contido no protocolo nº 16989/03-PGJ, resolve

D E S I G N A R

o Promotor de Justiça Doutor CÁSSIO ROBERTO CHASTALO para atuar nos Autos de Processo Crime nº 015/03, em trâmite Vara da Auditoria Militar da comarca de CURITIBA,em face do acolhimento da suspeição argüida pelo Doutor MISAEL DUARTE PIMENTA NETO.

Curitiba, 30 de dezembro de 2003.

Maria Tereza Uille Gomes
Procuradora-Geral de Justiça

RESOLUÇÃO Nº 2391

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e tendo em vista o contido no protocolo nº 20057/03-PGJ, resolve

C O N C E D E R

2 (dois) dias de licença à Promotora de Justiça Doutora ELAINE CRISTINA DE LIMA para tratamento de sua saúde, a partir de 22 de dezembro do ano em curso.

Curitiba, 30 de dezembro de 2003.

Maria Tereza Uille Gomes
Procuradora-Geral de Justiça

RESOLUÇÃO Nº 2392

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e tendo em vista o contido no protocolo nº 20053/03-PGJ, resolve

C O N C E D E R

2 (dois) dias de licença à Promotora Substituta Doutora ROSANA MIKRUT para tratamento de sua saúde, a partir de 22 de dezembro do ano em curso.

Curitiba, 30 de dezembro de 2003.

Maria Tereza Uille Gomes
Procuradora-Geral de Justiça

RESOLUÇÃO Nº 2393

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e tendo em vista o contido no protocolo nº 20076/03-PGJ, resolve

D E S I G N A R

o Promotor de Justiça Doutor MISAEL DUARTE PIMENTA NETO para acompanhar o Inquérito Policial Militar instaurado para apurar as circunstâncias em que ocorreu a morte de Edinaldo da Cruz, no dia 20 de dezembro do ano em curso, na comarca de CURITIBA.

Curitiba, 30 de dezembro de 2003.

Maria Tereza Uille Gomes
Procuradora-Geral de Justiça

RESOLUÇÃO Nº 2394

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei

e tendo em vista o contido no protocolo nº 20047/03-PGJ, resolve

D E S I G N A R

a Promotora de Justiça Doutora CRISTIANE APARECIDA RAMOS para compor a Banca Examinadora do Concurso Público destinado ao provimento do cargo de Auxiliar de Cartório, a ser realizado na comarca de TERRA RICA, ficando, em conseqüência, revogada a Resolução nº 113/03.

Curitiba, 30 de dezembro de 2003.

Maria Tereza Uille Gomes
Procuradora-Geral de Justiça

RESOLUÇÃO Nº 2395

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e tendo em vista o contido no protocolo nº 20067/03-PGJ, resolve

C O N C E D E R

à Promotora de Justiça Doutora MÁRCIA FELIZARDO ROCHA DE PAULI 2 (dois) dias das férias relativas ao 2º período de 1995, asseguradas pela Resolução nº 629/03, *tendo em vista a impossibilidade da concessão integral do período, em razão da imperiosa necessidade do serviço,* para serem usufruídos a partir de 29 de dezembro do ano em curso.

Curitiba, 30 de dezembro de 2003.

Maria Tereza Uille Gomes
Procuradora-Geral de Justiça

RESOLUÇÃO Nº 2396

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e tendo em vista o contido no protocolo nº 20095/03-PGJ, resolve

C O N C E D E R

à Promotora de Justiça Doutora SUZANE MARIA CARVALHO DO PRADO PATRÍCIO 1 (um) dia das férias relativas ao 2º período de 1999, asseguradas pela Resolução nº 1783/02, *tendo em vista a impossibilidade da concessão integral do período, em razão da imperiosa necessidade do serviço,* para ser usufruído em 30 de dezembro do ano em curso.

Curitiba, 30 de dezembro de 2003.

Maria Tereza Uille Gomes
Procuradora-Geral de Justiça

RESOLUÇÃO Nº 2397

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e tendo em vista o contido no protocolo nº 20068/03-PGJ, resolve

C O N C E D E R

ao Promotor de Justiça Doutor SÉRGIO CORRÊA DE SIQUEIRA 2 (dois) dias das férias relativas ao 1º período de 1992, asseguradas pela Resolução nº 1851/03, *tendo em vista a impossibilidade da concessão integral do período, em razão da imperiosa necessidade do serviço,* para serem usufruídos a partir de 29 de dezembro do ano em curso.

Curitiba, 30 de dezembro de 2003.

Maria Tereza Uille Gomes
Procuradora-Geral de Justiça

RESOLUÇÃO Nº 2398

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e tendo em vista o contido no protocolo nº 20062/03-PGJ, resolve

C O N C E D E R

ao Promotor de Justiça Doutor MARCOS ANTONIO DE SOUZA 1 (um) dia das férias relativas ao 1º período de 1994, asseguradas pela Resolução nº 2269/03, *tendo em vista a impossibilidade da concessão integral do período, em razão da imperiosa necessidade do serviço,* para ser usufruído em 30 de dezembro do ano em curso.

Curitiba, 30 de dezembro de 2003.

Maria Tereza Uille Gomes
Procuradora-Geral de Justiça

RESOLUÇÃO Nº 2399

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e tendo em vista o contido no protocolo nº 19851/03-PGJ, resolve

C O N C E D E R

ao Promotor de Justiça Doutor MARCOS CRISTIANO ANDRADE 2 (dois) dias das férias relativas ao 2º período de 1999, asseguradas pela Resolução nº 2070/03, *tendo em vista a impossibilidade da concessão integral do período, em razão da imperiosa necessidade do serviço,* para serem usufruídos a partir de 29 de dezembro do ano em curso.

Curitiba, 30 de dezembro de 2003.

Maria Tereza Uille Gomes
Procuradora-Geral de Justiça

RESOLUÇÃO Nº 2400

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e tendo em vista o contido no protocolo nº 19854/03-PGJ, resolve

C O N C E D E R

ao Promotor de Justiça Doutor CLÁUDIO SMIRNE DINIZ 9 (nove) dias das férias relativas ao 1º período de 1998, asseguradas pela Resolução nº 1730/03, *tendo em vista a impossibilidade da concessão integral do período, em razão da imperiosa necessidade do serviço,* para serem usufruídos a partir de 22 de dezembro do ano em curso.

Curitiba, 30 de dezembro de 2003.

Maria Tereza Uille Gomes
Procuradora-Geral de Justiça

RESOLUÇÃO Nº 2401

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e tendo em vista o contido no protocolo nº 20157/03-PGJ, resolve

C O N C E D E R

ao Promotor de Justiça Doutor ADRIANO ZAMPIERI CALVO 2 (dois) dias das férias relativas ao 2º período de 1999, asseguradas pela Resolução nº 652/02, *tendo em vista a impossibilidade da concessão integral do período, em razão da imperiosa necessidade do serviço,* para serem usufruídos a partir de 29 de dezembro do ano em curso.

Curitiba, 30 de dezembro de 2003.

Maria Tereza Uille Gomes
Procuradora-Geral de Justiça

RESOLUÇÃO Nº 2402

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e tendo em vista o contido no protocolo nº 19044/03-PGJ, resolve

C O N C E D E R

ao Promotor de Justiça Doutor SIDNEY MAYNARDES JÚNIOR 5 (cinco) dias das férias relativas ao 1º período de 2000, asseguradas pela Resolução nº 652/02, *tendo em vista a impossibilidade da concessão integral do período, em razão da imperiosa necessidade do serviço,* para serem usufruídos a partir de 2 de fevereiro de 2004.

Curitiba, 30 de dezembro de 2003.

Maria Tereza Uille Gomes
Procuradora-Geral de Justiça

RESOLUÇÃO Nº 2403

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e tendo em vista o contido no protocolo nº 19949/03-PGJ, resolve

C O N C E D E R

à Promotora de Justiça Doutora DANIELLA SANDRINI BASSI 2 (dois) dias das férias relativas ao 2º período de 2002, asseguradas pela Resolução nº 2394/02, *tendo em vista a impossibilidade da concessão integral do período, em razão da imperiosa necessidade do serviço,* para serem usufruídos a partir de 29 de dezembro do ano em curso.

Curitiba, 30 de dezembro de 2003.

Maria Tereza Uille Gomes
Procuradora-Geral de Justiça

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
GABINETE DA PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA

RESOLUÇÃO Nº 2405

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, resolve

D E S I G N A R

o Promotor Substituto Doutor JOSILMAR DE SOUZA OLIVEIRA para, sem prejuízo das atuais atribuições, responder pelos serviços do Ministério Público na comarca de REALEZA, a partir de 2 de fevereiro de 2004 e até que assuma novo titular.

Curitiba, 30 de dezembro de 2003.

Maria Tereza Uille Gomes
Procuradora-Geral de Justiça

RESOLUÇÃO Nº 2406

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e tendo em vista o contido no protocolo nº 20150/03-PGJ, resolve

I - C A S S A R

30 (trinta) dias das férias relativas ao 1º período de 2004, do Promotor de Justiça Doutor LÉO WEBER SCHILLER, assegurando-lhe o direito de fruição dos mesmos para época oportuna, a critério da Procuradoria-Geral de Justiça.

II - C O N C E D E R

ao Promotor de Justiça acima nominado, 30 (trinta) dias das férias relativas ao 2º período de 2001, asseguradas pela Resolução nº 1001/01, para serem usufruídos a partir de 2 de janeiro de 2004.

Curitiba, 30 de dezembro de 2003.

Maria Tereza Uille Gomes
Procuradora-Geral de Justiça

RESOLUÇÃO Nº 2407

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e tendo em vista o contido no protocolo nº 19503/03-PGJ, resolve

D E S I G N A R

o Promotor de Justiça Doutor EDMÁRCIO REAL para atuar nos Autos de Ação Penal nº 27/02, em trâmite na comarca de SANTA ISABEL DO IVAÍ, em face do acolhimento do impedimento argüido pelo Doutor ADRIANO MIYOSHI.

Curitiba, 30 de dezembro de 2003.

Maria Tereza Uille Gomes
Procuradora-Geral de Justiça

RESOLUÇÃO Nº 2408

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e tendo em vista o contido no protocolo nº 19828/03-PGJ, resolve

D E S I G N A R

os Promotores de Justiça Doutores RAMATIS FÁVERO, PEDRO CARVALHO DOS SANTOS ASSINGER, DICESAR AUGUSTO KREPSKY, PAULO SÉRGIO MARKOWICZ DE LIMA, MÔNICA SAKAMORI e MARCELO BALZER CORREIA para oferecerem denúncia nos Autos de Inquérito Policial nº 2002.10233-8, em trâmite na 11ª Vara Criminal da comarca de CURITIBA, bem como acompanharem a respectiva ação penal, se for o caso.

Curitiba, 30 de dezembro de 2003.

Maria Tereza Uille Gomes
Procuradora-Geral de Justiça

RESOLUÇÃO Nº 2409

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e tendo em vista o contido no protocolo nº 14442/03-PGJ e

Considerando a importância institucional do atendimento jurídico e administrativo às pessoas carentes;

Considerando constituir-se em dever funcional básico do Ministério Público velar pela defesa dos interesses juridicamente tutelados da comunidade , e

Considerando, por fim, a necessidade de alargamento do acesso à Justiça, em relação aos hipossuficientes em geral,

R E S O L V E

Alterar a Resolução nº 0697, de 6 de junho de 2000, nos seguintes termos:

§ 1º. Dispensar os Promotores de Justiça que atuam junto às Promotorias de Justiça das Comunidades da comarca de CURITIBA, do Plantão Criminal instituído pela Resolução nº 129/93-PGJ.

§ 2º. A dispensa, objeto do § 1º, não se aplica aos Promotores de Justiça já inseridos na escala de Plantão Criminal da douta Corregedoria-Geral do Ministério Público.

§ 3º. Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Curitiba, 30 de dezembro de 2003.

Maria Tereza Uille Gomes
Procuradora-Geral de Justiça

RESOLUÇÃO Nº 2410

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e tendo em vista o contido no protocolo nº 18751/03-PGJ, resolve

A S S E G U R A R

as férias relativas ao 1º período de 2004 da Promotora de Justiça Doutora VANESSA HARMUCH PEREZ ERLICH, para serem usufruídas em época oportuna, a critério da Procuradoria-Geral de Justiça

Curitiba, 30 de dezembro de 2003.

Maria Tereza Uille Gomes
Procuradora-Geral de Justiça

RESOLUÇÃO Nº 2411

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e tendo em vista o contido no protocolo nº 19391/03-PGJ, resolve

A S S E G U R A R

11 (onze) dias das férias relativas ao 1º período de 2004 da Promotora de Justiça Doutora KARINA ANASTÁCIO FARIA DE MOURA CORDEIRO, para serem usufruídos em época oportuna, a critério da Procuradoria-Geral de Justiça

Curitiba, 30 de dezembro de 2003.

Maria Tereza Uille Gomes
Procuradora-Geral de Justiça

RESOLUÇÃO Nº 2412

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e tendo em vista o contido no protocolo nº 19810/03-PGJ, resolve

A S S E G U R A R

4 (quatro) dias das férias relativas ao 1º período de 2004 da Promotora de Justiça Doutora FÁBIA TEIXEIRA FRITEGOTTO GIMENEZ, para serem usufruídos a partir de 1º de fevereiro de 2004.

Curitiba, 30 de dezembro de 2003.

Maria Tereza Uille Gomes
Procuradora-Geral de Justiça

Poder Judiciário Federal

Justiça Eleitoral

SECRETARIA

SECRETARIA JUDICIÁRIA
COORDENADORIA PROCESSUAL
SEÇÃO DE ACÓRDÃOS

RELAÇÃO Nº 01-A/2004

INTIMAÇÃO

SEGREDO DE JUSTIÇA

Intimação, na forma da lei, do r. Despacho de fls. 28/31, exarado pelo Exmo. Sr. Des. Presidente desta Corte, nos autos abaixo discriminados:

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 85 – CLASSE 8ª
PROCEDÊNCIA: CURITIBA
IMPETRANTE : O . D.
ADVOGADO : NIVALDO MIGLIOZZI
IMPETRADO : T. R. E.

" ...
Diante do exposto, com fundamento no artigo 8º, da Lei 1.533/1951, indefiro a inicial.
Publique-se e intimem-se.
Curitiba, 12 de janeiro de 2004.

(a)Des. MOACIR GUIMARÃES – Presidente"

SECRETARIA DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ EM, 12 DE JANEIRO DE 2004
(a)DR. IVAN GRADOWSKI - DIRETOR GERAL

PORTARIA Nº 270/2003

O DESEMBARGADOR MOACIR GUIMARÃES, PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ,

usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 11, inciso XXVI, do Regimento Interno deste Tribunal, em conformidade com a Resolução nº 410/2002-TRE de 09.05.2002 e considerando o protocolado nº 23.220/2003-TRE,

RESOLVE

DESIGNAR o Doutor LEO HENRIQUE FURTADO ARAUJO, Juiz de Direito da Vara Criminal e Anexos da Comarca de ASSIS CHATEAUBRIAND, para responder pelos serviços da 113ª Zona Eleitoral da mesma Comarca, a partir de 18.12.2003.

PUBLIQUE-SE, ANOTE-SE E CUMPRA-SE.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ, aos 18 de dezembro de 2003.

a-Des. MOACIR GUIMARÃES
Presidente

P O R T A R I A Nº 003/2004

O BACHAREL IVAN GRADOWSKI, DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ,

usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 5º, incisos X e XI, e 78, do Regimento Interno da Secretaria deste Tribunal, e tendo em vista o contido no expediente protocolizado sob nº 221/2004-TRE,

R E S O L V E

D E S I G N A R os servidores adiante nominados, para as substituições especificadas:

- ALESSANDRA ANGINSKI COTOSKI ocupante do cargo de Analista Judiciário – Área de Atividade Judiciária, Classe "C", Padrão 15, do Quadro Permanente da Secretaria deste Tribunal, para substituir Fernando José dos Santos como Chefe da Seção de Jurisprudência, durante suas férias, relativas ao exercício de 2004, no período compreendido entre 19 de janeiro a 07 de fevereiro de 2004 e no período de 12 a 21 de julho de 2004;

- ANDRÉ ALEXANDRE DE MADUREIRA E SILVA ocupante do cargo de Analista Judiciário – Área de Atividade Apoio Especializado – Especialidade: Contabilidade, Classe "C", Padrão 15, do Quadro Permanente da Secretaria deste Tribunal, para substituir Valdir Miranda Pinto como Chefe da Seção de Auditoria, durante suas férias, relativas ao exercício de 2004 no período compreendido entre 19 de janeiro a 07 de fevereiro de 2004 e 01 a 10 de março de 2004;

- ANTONIO MARCOS REBELO ocupante do cargo de Técnico Judiciário – Área de Atividade Adminitrativa, Classe "C", Padrão 15, do Quadro Permanente da Secretaria deste Tribunal, para substituir Ivo Procópio como Chefe da Seção de Arquivo, durante suas férias, relativas ao exercício de 2004, no período compreendido entre 12 de janeiro e 10 de fevereiro de 2004;

- CARLOS ALCIDIO EMMEL ocupante do cargo de Analista Judiciário – Área de Atividade Judiciária, Classe "C", Padrão 15, do Quadro Permanente da Secretaria deste Tribunal, e em comissão Coordenador de Produção e Cadastro, para substituir Lorene Márcia Surian como Secretário de Informática, durante suas férias, relativas ao exercício de 2003, no período compreendido entre 07 a 25 de janeiro de 2004;

- DEBORAH JOSEANE DE JESUZ OLIVEIRA ocupante do cargo de Analista Judiciário – Área de Atividade Judiciária, Classe "C", Padrão 15, do Quadro Permanente da Secretaria deste Tribunal, e em comissão Coordenadora de Manutenção e Suporte, para substituir Lorene Marcia Surian como Secretária de Informática, durante suas férias, relativas ao exercício de 2003, no período compreendido entre 26 de janeiro e 05 de fevereiro de 2004;

- CLÁUDIO LUIZ DA SILVA ocupante do cargo de Técnico Judiciário – Área de Atividade Administrativa, Classe "C", Padrão 15, do Quadro Permanente da Secretaria deste Tribunal, e em comissão Chefe da Seção de Desenvolvimento de Sistemas, para substituir Carlos Alcidio Emmel como Coordenador de Produção e Cadastro, durante suas férias, relativas ao exercício de 2004, no período compreendido entre 26 de janeiro e 24 de fevereiro de 2004;

- ENILSE GUIMARÃES JULIÃO DE MIRANDA ocupante do cargo de Técnico Judiciário – Área de Atividade Administrativa, Classe "C", Padrão 15, do Quadro Permanente da Secretaria deste Tribunal, para substituir Matilde Karin Freiberger como Chefe da Seção de Urnas Eletrônicas, durante suas férias, relativas ao exercício de 2003, no período compreendido entre 19 e 28 de janeiro de 2004 e relativas ao exercício de 2004, no período compreendido entre 02 e 11 de março de 2004;

- FERNANDO JOSÉ DOS SANTOS ocupante do cargo de Técnico Judiciário – Área de Atividade Administrativa, Classe "C", Padrão 15, do Quadro Permanente da Secretaria deste Tribunal, e em comissão Chefe da Seção de Jurisprudência, para substituir Leidim Kou como Coordenador de Jurisprudência e Documentação, durante suas férias, relativas ao exercício de 2004, nos períodos compreendido entre 07 e 16 de janeiro de 2004; 11 e 20 de fevereiro de 2004 e 09 a 18 de dezembro de 2004;

- GILSON VALDECIR BUDZINSKI ocupante do cargo de Analista Judiciário – Área de Atividade Apoio Especializado – Especialidade: Medicina, Classe "C", Padrão 15, do Quadro Permanente da Secretaria deste Tribunal, para substituir Rocyr André Visinoni como Diretor da Coordenadoria de Assistência Médico-Social, durante suas férias, relativas ao exercício de 2003, no período compreendido entre 19 a 21 de janeiro de 2004;

- JEANE MICHELA DA SILVA VERÍSSIMO ocupante do cargo de Técnico Judiciário – Área de Atividade Administrativa, Classe "C", Padrão 15, do Quadro Permanente da Secretaria deste Tribunal, para substituir Heloisa Barbosa Mereniuk como Chefe do Cartório da 145ª Zona Eleitoral, durante suas férias, relativas ao exercício de 2004, no período compreendido entre 07 de janeiro e 05 de fevereiro de 2004;

- MARCOS BILOBRAN ocupante do cargo de Técnico Judiciário – Área de Atividade Administrativa, Classe "C", Padrão 15, do Quadro Permanente da Secretaria deste Tribunal, para substituir Marilda Elizabeth Nehls como Chefe da Seção de Manutenção de Equipamentos de Informática, durante suas férias, relativas ao exercício de 2003, no período compreendido entre 12 e 21 de janeiro de 2004 e relativas ao exercício de 2004 nos períodos de 22 a 31 de janeiro de 2004 e 05 a 14 de julho de 2004;

- MARIA DE LOURDES RIBAS ocupante do cargo de Analista Judiciário – Área de Atividade Judiciária, Classe "C", Padrão 15, do Quadro Permanente da Secretaria deste Tribunal, para substituir Dinarte Antonio Bianchi como Chefe do Cartório da 176ª Zona Eleitoral, durante suas férias, relativas ao exercício de 2004, no período compreendido entre 07 de janeiro e 05 de fevereiro de 2004;

- MIRELA LUZ GOMES LANGER ocupante do cargo de Técnico Judiciário – Área de Atividade Apoio Especializado – Especialidade: Programação de Sistemas, Classe "A", Padrão 1, do Quadro Permanente da Secretaria deste Tribunal, para substituir José Eduardo Comiac como Chefe da Seção de Processamento de Dados, durante suas férias, relativas ao exercício de 2003, no período compreendido entre 22 de janeiro e 20 de fevereiro de 2004.

- VALDIR MIRANDA PINTO ocupante do cargo de Analista Judiciário – Área de Atividade Administrativa – Especialidade: Contabilidade, Classe "C", Padrão 15, do Quadro Permanente da Secretaria deste Tribunal, para substituir Sônia Maria dos Santos Prestes como Coordenador de Controle Interno, durante suas férias, relativas ao exercício de 2004, no período compreendido entre 09 e 18 de fevereiro de 2004.

PUBLIQUE-SE, ANOTE-SE E CUMPRA-SE.

SECRETARIA DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ, em 09 de janeiro de 2004.

a.- IVAN GRADOWSKI
Diretor Geral

P O R T A R I A Nº 005/2004

O BACHAREL IVAN GRADOWSKI, DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ,

usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 5º, inciso X e XIX, do Regimento Interno da Secretaria deste Tribunal, e tendo em vista o contido no protocolizado sob nº 199/2004-TRE,

R E S O L V E

D E S I G N A R os servidores SUEMI MAKI, ocupante do cargo de Técnico Judiciário – Área de Atividade Administrativa, Classe "C", Padrão 15, ALISSON ADAMOSKI DO NASCIMENTO, ocupante do cargo de Técnico Judiciário – Área de Atividade Administrativa, Classe "A", Padrão 1, e JOÃO PAULO DE SOUZA CARNEIRO, ocupante do cargo de Técnico Judiciário – Área de Atividade Administrativa, Classe "A", Padrão 1, para sob a presidência da primeira, constituírem COMISSÃO DE INVENTÁRIO ANUAL DO ALMOXARIFADO – Exercício de 2003, a partir da data da publicação.

PUBLIQUE-SE, ANOTE-SE E CUMPRA-SE.

SECRETARIA DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ, em 14 de janeiro de 2004.

IVAN GRADOWSKI
Diretor Geral

P O R T A R I A Nº 006/2004

O BACHAREL IVAN GRADOWSKI, DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ,

usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 5º, inciso X e XIX, do Regimento Interno da Secretaria deste Tribunal, e tendo em vista o contido no protocolizado sob nº 199/2004-TRE,

R E S O L V E

D E S I G N A R os servidores FRANCISCO CARLOS DUARTE, ocupante do cargo de Técnico Judiciário – Área de Atividade Administrativa, Classe "C", Padrão 15, EVANIR DO CARMO CORREIA, ocupante do cargo de Técnico Judiciário – Área de Atividade Administrativa, Classe "C", Padrão 15, FÁBIO TADEU FORBECI DE MORAIS, ocupante do cargo de Técnico Judiciário – Área de Atividade Administrativa, Classe "A", Padrão 1, MAURICÉIA MORO BESBATI, ocupante do cargo de Analista Judiciário – Área de Atividade Judiciária, Classe "C", Padrão 15, e TELMA AMOAY CÉSAR, ocupante do cargo de Analista Judiciário – Área de Atividade Judiciária, Classe "C", Padrão 15, para sob a presidência do primeiro, constituírem COMISSÃO DE INVENTÁRIO ANUAL DE BENS MÓVEIS – Exercício de 2003, a partir da data da publicação.

PUBLIQUE-SE, ANOTE-SE E CUMPRA-SE.

SECRETARIA DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ, em 14 de janeiro de 2004.

IVAN GRADOWSKI
Diretor Geral

PORTARIA Nº 005/2004

O DESEMBARGADOR MOACIR GUIMARÃES, PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ,

usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 89 da Resolução nº 415/2002-TRE de 13.06.2002, de conformidade com o disposto na Resolução nº 282/93-TRE de 15.12.93 e considerando o contido no protocolado sob nº 19573/2003-TRE ,

RESOLVE

I-DISPENSAR a Senhora ROSELI SALETE VIEIRA da função de Chefe de Cartório da 171ª Zona Eleitoral da Comarca de ALMIRANTE TAMANDARÉ, a contar de 01.12.2003; e

II–MANTER a designação "pro tempore" da Senhora ADRIANE DA SILVA SCHEBEUKA para exercer a referida função, a contar da mesma data.

PUBLIQUE-SE, ANOTE-SE E CUMPRA-SE.
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ, aos 08 de janeiro de 2004.

a-Des. MOACIR GUIMARÃES
Presidente

PORTARIA Nº 007/2004

O DESEMBARGADOR MOACIR GUIMARÃES, PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ,

usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 89 da Resolução nº 415/2002-TRE de 13.06.2002, de conformidade com o disposto na Resolução nº 282/93-TRE de 15.12.93 e considerando o contido no protocolado sob nº 23641/2003-TRE ,

RESOLVE

I-DISPENSAR a Senhora ROSANE APARECIDA GONÇALVES da função de Chefe de Cartório da 121ª Zona Eleitoral da Comarca de MARECHAL CÂNDIDO RONDON, a contar de 01.01.2004; e

II-DESIGNAR "pro tempore" a Senhora ALICE ADRIANE FOCKINK para exercer a mesma função, a partir da data da publicação.

PUBLIQUE-SE, ANOTE-SE E CUMPRA-SE.
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ, aos 13 de janeiro de 2004.

a-Des. MOACIR GUIMARÃES
Presidente

Justiça do Trabalho

Varas do Trabalho da Capital

3ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Av.Vicente Machado, 362, 9º piso, Curitiba-PR

EDITAL PARA INTIMAÇÃO DO RÉU,
COM PRAZO DE 20 DIAS:

Autos: 03-RT-2431/2003
Autor: FRANCISCO DE ASSIS CAMARGO
Réus: ISOMED SAÚDE EMPRESARIAL E FAMILIAR LTDA.
CLÍNICA DE CARDIOLOGIA VIDALON LTDA.

A Doutora LISETE VALSECCHI FÁVARO, Juíza do Trabalho Presidente da 3ª Vara do Trabalho de Curitiba - PR, faz saber, a todos quantos virem o presente edital ou dele tiverem conhecimento, que está INTIMANDO os réus acima nomeados, ora em lugar incerto e não sabido, a ficarem cientes de que foi proferida decisão de mérito nos autos supra, cujo inteiro teor encontra-se à disposição dos mesmos, na sede desta Vara para, querendo, dela recorrerem, no prazo de lei.

E, para que chegue ao conhecimento dos interessados é passado o presente edital, que será publicado no Diário Oficial da Justiça do Estado do Paraná e afixado na sede desta Secretaria, no local próprio. 3ª Vara do Trabalho de Curitiba-PR, aos 15 dias do mês de janeiro de 2004. Eu,.....Diretor(a) de Secretaria, subscrevi.

LISETE VALSECCHI FÁVARO
Juíza do Trabalho

R$ 144,00

4ª Vara do Trabalho de Curitiba-PR

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 01/2004
PRAZO DE 20 DIAS.

Processo: 004 RT 11236 / 2003
Autor...: BRUNO DE OLIVEIRA CAPATTI
Réus.....: KOZ EMPREENDIMENTOS DE MARKETING LTDA e outro

O Doutor Rubens Edgard Tiemann, Juiz do Trabalho da 4ª Vara do Trabalho de Curitiba PR, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem ou dele tomarem conhecimento que se está notificando a ré KOZ EMPREENDIMENTOS DE MARKETING LTDA. e os sócios HUGO CARLOS MARIOTTO e CARLA MARIA TIVIROLLI MARIOTTO , atualmente em lugar incerto e não sabido, da propositura da ação supra e para comparecerem à audiência a realizar-se no dia 27.02.2004, às 13h01min, na sala de audiências da 4ª Vara do Trabalho de Curitiba, sita na Av. Vicente Machado, 400, 8º piso, Curitiba-PR, quando poderão apresentar suas respostas, sendo-lhes facultado designar preposto, na forma prevista no § 1º, do art. 843, da CLT.
O inteiro teor da inicial se encontra à disposição, na Secretaria da Vara.
O não comparecimento importará revelia e confissão quanto à matéria de fato.
O presente edital será publicado no Diário Oficial da Justiça do Paraná e afixado em lugar próprio na sede desta Vara.

Curitiba, 19 de janeiro de 2004.

Divino Julian Rubens — Diretor de Secretaria
Edgard Tiemann — Juiz do Trabalho

4ª Vara do Trabalho de Curitiba-PR

EDITAL DE INTIMAÇÃO Nº 02/2004
PRAZO DE 20 DIAS.

Processo: 004 RT 17834 / 2002
Autor...: AUGUSTO RAMOS CAVALHEIRO
Réus.....: JOCLAS ACABAMENTOS NA CONSTRUCAO CIVIL LTDA
TECMOLD FORMAS DE CONCRETO LTDA.

O Doutor Rubens Edgard Tiemann, Juiz do Trabalho da 4ª Vara do Trabalho de Curitiba PR, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem ou dele tomarem conhecimento que se está intimando a ré TECMOLD FORMAS DE CONCRETO LTDA., atualmente em lugar incerto e não sabido, de que foi designado nos autos supra o dia 13.02.2004, às 17h54min, para audiência de julgamento, a realizar-se na 4ª Vara do Trabalho de Curitiba, sita à Av. Vicente Machado, 400, 8º piso - Curitiba-PR.
O presente edital será publicado no Diário Oficial da Justiça do Paraná e afixado em lugar próprio na sede desta Vara.

Curitiba, 19 de janeiro de 2004.

Divino Julian Rubens — Diretor de Secretaria
Edgard Tiemann — Juiz do Trabalho

R$ 324,00 - 1687/2004

8ª VARA DO TRABALHO
AV. VICENTE MACHADO, 362, 6º ANDAR,
CEP 80420-000

EDITAL DE CITAÇÃO PARA PAGAMENTO,
COM PRAZO DE VINTE (20) DIAS

FICAM CIENTES todos quantos o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento, que se está **citando** as executadas e/ou os sócios das executadas a seguir nominadas, ora em local incerto e não sabido, para que paguem, no prazo deste edital ou, querendo, garantam a execução, quanto ao valor atualizado dos débitos indicados nos autos adiante enumerados, bem assim que tomem as demais providências legais que entenderem cabíveis, **sob pena de penhora de bens.**

Autos: RT 4506/2002
Exeqüente: MARIA DIRCE DO AMARANTE
Executado(a): **LIMPTEC SERVIÇOS ESPECIAIS S/C LTDA**
Valor: R$ R$ 16.458,74 A R$ 6.796,79 ATUALIZADOS ATÉ 31/01/2004

Autos: RT 12821/2002
Exeqüente: LUIZ CARLOS DO NASCIMENTO
Executado(a): **ASR CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA**
Valor: R$ R$ 16.458,74 A R$ 2.681,92 ATUALIZADOS ATÉ 31/01/2004

Autos: RT 12686/1997
Exeqüente: VILSON RODRIGO LUCIO
Executado(a): **VARLEI ANTONIO SERRATTO**
ANTONIO FRANCISCO INDREDESAK
Valor: R$ R$ 16.458,74 A R$ 5.193,89 ATUALIZADOS ATÉ 31/01/2004

Autos: RT 15854/2001
Exeqüente: ELIANE DE FATIMA ROSA
Executado(a): **SPORT HOUSE FRANQUIAS LTDA**
Valor: R$ R$ 16.458,74 A R$ 6.069,89 ATUALIZADOS ATÉ 31/01/2004

Autos: RT 14761/1996
Exeqüente: APARECIDO DOMINGOS BARBOSA
Executado(a): **ALEXANDRE ANTONIO CASARA**
Valor: R$ R$ 16.458,74 A R$ 9.121,31 ATUALIZADOS ATÉ 31/01/2004

Autos: RT 19826/2001
Exeqüente: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS
Executado(a): **DIPESCA INDÚSTRIA E COMÉRCIO E PESCADOS LTDA**
Valor: R$ R$ 16.458,74 A R$ 220,17 ATUALIZADOS ATÉ 31/01/2004

Autos: RT 17465/2000
Exeqüente: MEIRE GILVANA MENEGATTI
Executado(a): **RESTAURANTE E LANCHONETE ALASCA LTDA**
BYONG HYUN CHON
Valor: R$ R$ 16.458,74 A R$ 15.253,68 ATUALIZADOS ATÉ 31/01/2004

Autos: RT 16632/1998
Exeqüente: JOCELITO FERREIRA DO NASCIMENTO
Executado(a): **FASTJOB SER. COOP. TRAB. PROFISSIONALIS NÃO LIBERAIS**
Valor: R$ R$ 16.458,74 A R$ 14.849,65 ATUALIZADOS ATÉ 31/01/2004

Autos: RT 26802/2000
Exeqüente: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS
Executado(a): **GALDIANO & CIA LTDA**
Valor: R$ R$ 16.458,74 A R$ 135,49 ATUALIZADOS ATÉ 31/01/2004

O presente edital será publicado no Diário da Justiça do Paraná e afixado em lugar próprio na sede desta 8ª VARA DO TRABALHO, CURITIBA-PR. Eu, Cynthia de Castro Icizuka, digitei.

Curitiba, 13 de janeiro de 2004

BENTO LUIZ DE AZAMBUJA MOREIRA
Juiz do Trabalho

Dalva Bacchi Lemos
Diretora de Secretaria

R$ 432,00

15ª VDT DE CURITIBA
AV VICENTE MACHADO 400 1o 2o. PISO
80420010 CURITIBA
EDITAL DE INTIMAÇÃO No 00008-2004

Ficam os advogados abaixo relacionados intimados para, no prazo indicado, providenciarem e-ou tomarem ciência do que segue descrito nos seguintes processos:

PROCESSO TRT-PR-0015-RT 00178-2000-(30 DIAS)
LOCAL ATUAL: 15ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): MARIA DA LUZ DOS SANTOS
Réu(s): BORN & LOPES LTDA
Advogado(s): NIVALDO MIGLIOZZI PR12902
REGULARIZAR A SUA REPRESENTACAO PROCESSUAL, JUNTANDO A PROCU
RACAO NOS AUTOS.

PROCESSO TRT-PR-0015-RT 00481-1998-(30 DIAS)
LOCAL ATUAL: 15ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): JOSE RAIMUNDO DE PAULA ALVES
Réu(s): MENDES EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA
Advogado(s): MARCELO JOSE CISCATO PR24654
MANIFESTAR-SE SOBRE A CERTIDÃO DE FL. 295.

PROCESSO TRT-PR-0015-RT 00805-2000-(30 DIAS)
LOCAL ATUAL: 15ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): EDISON AUGUSTO COELHO
Réu(s): PERFICOLOR COLORACAO DE ALUMINIO LTDA
MARTIM FRANCISCO AZNAR PEREZ
Advogado(s): GUILHERME PEZZI NETO PR15909
VISTAS DO OFICIO DE FL. 114, DEVENDO MANIFESTAR-SE SOBRE O
PROSSEGUIMENTO DA EXECUCAO.

PROCESSO TRT-PR-0015-CS 00897-2003-(30 DIAS)
LOCAL ATUAL: 15ª VDT DE CURITIBA
REQUERENT(S): LYCIA MARIA BRAGA MOCELIN
Requerido(s): BANCO BAMERINDUS DO BRASIL S-A
BAMERINDUS S-A PARTICIPACOES EMPREENDIMENTOS
HSBC BANK BRASIL S-A BANCO MULTIPLO
Advogado(s): EDUARDO CARLOS POTTUMATI PR18317
APRESENTAR OS DOCUMENTOS REQUERIDOS A FL. 466.

PROCESSO TRT-PR-0015-RT 00944-2000-(30 DIAS)
LOCAL ATUAL: 15ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): GILSON SCHREINER
Réu(s): BRAVO ADM MO MONIT ELETRONICO S-C LTDA(MF)
CONDOMINIO EDIFICIO VERA
Advogado(s): LISSANDRA REGINA RECKZIEGEL PR24727
DIANTE DA AUSENCIA DE ATIVOS FINANCEIROS A SEREM PENHORADOS,
MANIFESTAR-SE SOBRE O PROSSEGUIMENTO DA EXECUCAO.

PROCESSO TRT-PR-0015-RT 00983-2001-(30 DIAS)
LOCAL ATUAL: 15ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): JULIO CESAR DE CARVALHO PEREIRA
Réu(s): NEW LIFE QUIMICA LTDA
Advogado(s): ARNALDO FERREIRA PR7291
MANIFESTAR-SE SOBRE A CERTIDÃO DE FL. 198.

PROCESSO TRT-PR-0015-PS 01655-2003-(30 DIAS)
LOCAL ATUAL: 15ª VDT DE CURITIBA
Reclamant(S): JANETE NEVES DA SILVA
Reclamada(S): CASA DE REPOUSO CURITIBA S-C LTDA
Advogado(s): JOSE LEOCADIO DE CAMARGO PR23931
MANIFESTAR-SE SOBRE A CERTIDÃO DE FL. 90.

PROCESSO TRT-PR-0015-PS 02625-2003-(30 DIAS)
LOCAL ATUAL: 15ª VDT DE CURITIBA
Reclamant(S): KLEBER FERREIRA
Reclamada(S): LEADER ADMINISTRACAO E RECURSOS HUMANOS LTDA
SONAE DISTRIBUIÇÃO BRASIL S-A
Advogado(s): DULCINEA MARQUES PR11297
MANIFESTAR-SE SOBRE A CERTIDÃO DE FL. 46.

PROCESSO TRT-PR-0015-RT 02682-2001-(30 DIAS)
LOCAL ATUAL: 15ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): LUIZ PADILHA
Réu(s): MAXICOOP COOPERATIVA DE TRABALHOS MULTIPLOS
CIDADELA S-A
NOVA ATLANTA LTDA
Advogado(s): IRACEMA GARCIA VAZ PR11445
PARA A 2 EXECUTADA FORNECER A MATRICULA DO IMOVEL, BEM COMO SEU ENDEREÇO COMPLETO.

PROCESSO TRT-PR-0015-RT 02990-1998-(30 DIAS)
LOCAL ATUAL: 15ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): JOSE AUGUSTO DOS SANTOS
Réu(s): ENCOL S-A ENG COM IND(MF)SIND ROLDAO I CASSIMIRO
Advogado(s): ROSSANNA ALVES MOURE PR15835
AUTOS A DISPOSICAO DO AUTOR.

PROCESSO TRT-PR-0015-RT 03106-1997-(30 DIAS)
LOCAL ATUAL: 15ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): ANA MARIA DE SOUZA
Réu(s): EMPASER EMPRESA BRASILEIRA SERVICOS CONSERV LTDA
ARAUTUR TRANSPORTADORA TURISTICA LTDA
Advogado(s): PAULO VALTAIR RIBAS DA CRUZ PR21483B
COMPROVAR NOS AUTOS, AS DILIGENCIAS REALIZADAS NA BUSCA DE
INFORMACOES ACERCA DA INEXISTENCIA DE BENS DE PROPRIEDADE DA
1 EXECUTADA.

PROCESSO TRT-PR-0015-RT 03520-2002-(30 DIAS)
LOCAL ATUAL: 15ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): JOEL VALDINEY GODOI SIGUEL
Réu(s): PARANALIMP DISTRIB PROD LIMPEZA LTDA
Advogado(s): VALERIA CALIANI PR19487
ANTE A AUSENCIA DE RESPOSTA DO JUIZO DA 3 VARA DA FAZENDA PU
BLICA DE FALENCIAS E CONCORDATAS, REQUERER O QUE ENTENDER DE
DIREITO, SOB PENA DE SUSPENSAO DO FEITO.

PROCESSO TRT-PR-0015-CS 03640-2000-(30 DIAS)
LOCAL ATUAL: 15ª VDT DE CURITIBA
REQUERENT(S): AUGUSTO SEGUNDO DOS SANTOS
Requerido(s): EBV EMPRESA BRASILEIRA DE VIGILANCIA LTDA
BANESTADO BANCO DO ESTADO DO PARANA S-A
Advogado(s): MARCELO JOSE CISCATO PR24654
MANIFESTAR-SE SOBRE A CERTIDÃO DE FL. 319.

PROCESSO TRT-PR-0015-PS 03741-2003-(30 DIAS)
LOCAL ATUAL: 15ª VDT DE CURITIBA
Reclamant(S): ELIETE LOPES DOS SANTOS
Reclamada(S): FROTA CURITIBA LTDA
Advogado(s): RAFAEL FADEL BRAZ PR23014
INFORMAR O ATUAL E CORRETO ENDEREÇO DA RECLAMADA.

PROCESSO TRT-PR-0015-RT 03945-2003-(30 DIAS)
LOCAL ATUAL: 15ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): AGNALDO VALENTINO DE SOUZA
Réu(s): EXTRAPISO PRESTADORA DE SERVICOS LTDA
KALL PRESTADORA DE SERVICOS LTDA
Advogado(s): RUBENS DE OLIVEIRA FERRAZ PR12867
INFORMAR O ATUAL E CORRETO ENDEREÇO DAS RECLAMADAS.

PROCESSO TRT-PR-0015-RT 04006-2003-(30 DIAS)
LOCAL ATUAL: 15ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): SUSAN IUBRA DUBENA DE SOUZA (ESPÓLIO)
Réu(s): MARCO ANTONIO FAGUNDES CUNHA
FABIOLA SFAIR
Advogado(s): WLAMYR JORGE DA SILVA STAMATO PR16863
TENDO EM VISTA A CERTIDÃO DE INEXISTENCIA DE DEPENDENTES HA-
BILITADOS JUNTO A PREVIDENCIA SOCIAL, REGULARIZAR A REPRESEN
TACAO PROCESSUAL DE ACORDO COM AS DEMAIS HIPOTESES PREVISTAS
NO ART. 1, DA LEI 6858-80.

PROCESSO TRT-PR-0015-PS 04054-2002-(30 DIAS)
LOCAL ATUAL: 15ª VDT DE CURITIBA
Reclamant(S): MARCELO PADILHA
Reclamada(S): IPANEMA BAR E LANCHONETE
Advogado(s): EDSON MASSARO POSTALLI PR16715
MANIFESTAR-SE SOBRE A CERTIDÃO DE FL. 52.

PROCESSO TRT-PR-0015-RT 04132-1996-(30 DIAS)
LOCAL ATUAL: 15ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): DOUGLAS ISAC ARAUJO
Réu(s): CAFE PARANA LTDA
EDISON MOROZOWSKI
ROGER WOLF PEDROSO
Advogado(s): MARCELO KOVALHUK PR15334
MANIFESTAR-SE SOBRE O PROSSEGUIMENTO DA EXECUCAO, DIANTE DO
TEOR DO OFICIO DE FL. 394.

PROCESSO TRT-PR-0015-PS 04188-2002-(30 DIAS)
LOCAL ATUAL: 15ª VDT DE CURITIBA
Reclamant(S): ANA DE JESUS DE SOUZA
Reclamada(S): MAISON HELIO DOMINGOS COSTURE
Advogado(s): CLAIR DA FLORA MARTINS PR5435B
COMPROVAR QUE A PESSOA INDICADA NA PETIÇÃO DE FL. 30 E REAL-
MENTE SOCIA DO REU.

PROCESSO TRT-PR-0015-RT 04584-1998-(30 DIAS)
LOCAL ATUAL: 15ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): ISABELA ASSIS ANDRADE
Réu(s): SPEEDCYCLE COMÉRCIO DE MOTOS LTDA
Advogado(s): RENATO SERPA SILVERIO PR23142
MANIFESTAR-SE SOBRE O PROSSEGUIMENTO DO FEITO, DEVENDO ATEN-
TAR PARA O FATO DE QUE HA BENS PENHORADOS (CP EM APENSO).

PROCESSO TRT-PR-0015-PS 04600-2001-(30 DIAS)
LOCAL ATUAL: 15ª VDT DE CURITIBA
Reclamant(S): NADIR STEFFENS
Reclamada(S): BIGMASTER EDITORA CULTURAL LTDA
Advogado(s): OSVALDO ANTONIO DO NASCIMENTO BENKENDORF PR19713
MANIFESTAR-SE SOBRE A CERTIDÃO DE FL. 477.

PROCESSO TRT-PR-0015-RT 04809-2002-(30 DIAS)
LOCAL ATUAL: 15ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): PAULO SERGIO MOREIRA
Réu(s): COMÉRCIO DE BEBIDAS V R F LTDA
Advogado(s): NORTON PASSOS WALDRAFF PR18884
INDICAR BENS PASSIVEIS DE PENHORA OU REQUERER O QUE ENTENDER
DE DIREITO, SOB PENA DE ARQUIVAMENTO.

PROCESSO TRT-PR-0015-RT 04973-2003-(30 DIAS)
LOCAL ATUAL: 15ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): APARECIDO ROSA DA CRUZ
Réu(s): AGOROSE COMÉRCIO DE APARAS DE PAPEIS LTDA
Advogado(s): KLAUS PETER KLEIN PR11073
VISTAS DA PETIÇÃO DE FLS. 338 E SEGUINTES.

PROCESSO TRT-PR-0015-PS 05051-2001-(30 DIAS)
LOCAL ATUAL: 15ª VDT DE CURITIBA
Reclamant(S): LUIZ DIAS
Reclamada(S): OSVALDO JOSE DE SOUZA
IGUACU EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA
Advogado(s): ALVARO CARNEIRO DE AZEVEDO PR27120
REQUERER O QUE ENTENDER DE DIREITO, A FIM DE POSSIBILITAR O
PROSSEGUIMENTO DO FEITO.

PROCESSO TRT-PR-0015-RT 05128-1997-(30 DIAS)
LOCAL ATUAL: 15ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): MARILDA CARVALHO DA ROCHA
Réu(s): H NOJIMA & CIA LTDA
HERY JACONI ARAUJO BRAGA
HIROSHI NOJIMA
Advogado(s): CLEUSA SOUZA DA SILVA PR20908
MANIFESTAR-SE SOBRE A CERTIDÃO DE FL. 134.

PROCESSO TRT-PR-0015-RT 05325-1997-(30 DIAS)
LOCAL ATUAL: 15ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): BENEDITO GUARDIANO
Réu(s): SERVIGOL VIGILANCIA S-C LTDA
EMBRAPAT VIGILANCIA S-C LTDA
INDÚSTRIA E COMÉRCIO RETIPAR LTDA
CONSTRUTORA ANDRADE GUTIERREZ S-A
Advogado(s): GENESIO PONTOGLIO PR20686
REQUERER O QUE ENTENDER DE DIREITO EM RELACAO A 1 E 2 RECLA-
MADAS, SOB PENA DE ARQUIVAMENTO.

PROCESSO TRT-PR-0015-RT 05426-1999-(30 DIAS)
LOCAL ATUAL: 15ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): MAX MARIS DOS SANTOS LEITE
Réu(s): REDE FERROVIARIA FEDERAL S-A (EM LIQUIDACAO)
ALL AMERICA LATINA LOGISTICA DO BRASIL S-A
Advogado(s): JULIANO R DE VASCONCELLOS COSTA COUTO DF13802
JOSE ALBERTO COUTO MACIEL DF513
EFETUAR O PAGAMENTO DAS DESPESAS PROCESSUAIS E COMPROVAR O
RECOLHIMENTO PREVIDENCIARIO, CONFORME REQUERIDO A FL. 609.

PROCESSO TRT-PR-0015-RT 05508-2003-(30 DIAS)
LOCAL ATUAL: 15ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): RODERNEI LIMA DOS SANTOS
Réu(s): BRASIL TELECOM S-A
Advogado(s): INDALECIO GOMES NETO PR23465
APRESENTAR OS DOCUMENTOS REQUERIDOS PELO AUTOR ATRAVES DA PE
TICAO DE FLS. 560 E SEGUINTES, SOB AS PENAS DO ART. 359 DO CPC.

PROCESSO TRT-PR-0015-RT 05558-2000-(30 DIAS)
LOCAL ATUAL: 15ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): JOSEANE APARECIDA GONCALVES DA SILVA
Réu(s): ANDERSON COSTA
Advogado(s): GIOVANI SCHLICKMANN PR25264
CIÊNCIA DO DESPACHO DE FL. 58 ITENS I E II (PARA REFORMULAR
O REQUERIMENTO).

PROCESSO TRT-PR-0015-PS 05703-2002-(30 DIAS)
LOCAL ATUAL: 15ª VDT DE CURITIBA
Reclamant(S): LUCIMERI DE SOUZA
Reclamada(S): ACRAM LAR DE MENINOS VIDA NOVA APASEP ASSOCIACAO PARANAENSE DOS SERV PUBLICOS
Advogado(s): UBIRAJARA SCHENFELDER SALLES PR6619
MANIFESTAR-SE SOBRE A CERTIDÃO DE FL. 53.

PROCESSO TRT-PR-0015-RT 05776-2003-(30 DIAS)
LOCAL ATUAL: 15ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): MANOEL LAURENTINO DA PAIXAO
Réu(s): RESTAURANTE PEGADO LTDA (ME)
CHIEN JIE WEN
Advogado(s): NAIRA VIEIRA NETO GASPARIM PR13709
VISTAS DO DOCUMENTO APRESENTADO PELO AUTOR ATRAVES DA PETI-
CAO DE FLS. 104 E SEGUINTES. DEVERA, AINDA, APRESENTAR OS DO
CUMENTOS REQUERIDOS AS FLS. 104 E SEGUINTES, SOB AS PENAS DO
ART. 359 DO CPC.

PROCESSO TRT-PR-0015-RT 05839-2000-(30 DIAS)
LOCAL ATUAL: 15ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): RODRIGO DELATTRE WYZYKOWSKI
Réu(s): TRANSPORTADORA SIMONETTI LTDA
Advogado(s): MARCOS JOSE CHECHELAKY PR16300
MANIFESTAR-SE SOBRE A CERTIDÃO DE FL. 254.

PROCESSO TRT-PR-0015-PS 06019-2001-(30 DIAS)
LOCAL ATUAL: 15ª VDT DE CURITIBA
Reclamant(S): KATIA APARECIDA FRANCO DE SOUZA
Reclamada(S): TRANSTIBA TRANSPORTES LTDA
TRANSPORTADORA RM LTDA
Advogado(s): EMILY KARIME UBA NASSAR PR29259
MANIFESTAR-SE SOBRE AS CERTIDOES DE FLS. 73 E 74.

PROCESSO TRT-PR-0015-CS 06021-1999-(30 DIAS)
LOCAL ATUAL: 15ª VDT DE CURITIBA
REQUERENT(S): VALTER DONIZETE DE SOUZA
Requerido(s): REAL ENCOMENDAS E CARGAS LTDA
Advogado(s): SUZEL CRISTIANE KOIALANSKAS HAMAMOTO PR9500
CIÊNCIA DO DESPACHO DE FL. 300, ITEM 3, QUE INDEFERIU O PEDI
DO DE EXPEDICAO DE NOVO OFICIO. AINDA, COMPARECER A ESTA VA-
RA DO TRABALHO PARA REQUERER O ENCAMINHAMENTO DAS GUIAS DE
RETIRADA PARA SAQUE DO DINHEIRO RELATIVO AS IMPORTANCIAS DE-
POSITADAS NA CAIXA ECONOMICA FEDERAL, SOB PENA DE, NA AUSEN-
CIA DE MANIFESTACAO, PRESUMIR-SE A AUSENCIA DE INTERESSE.

PROCESSO TRT-PR-0015-RT 06091-2003-(30 DIAS)
LOCAL ATUAL: 15ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): JOSE ERALDO ROSSA
Réu(s): BANCO ITAU S-A
BANCO BANESTADO S-A
Advogado(s): ANTONIO CELESTINO TONELOTO PR8761A
APRESENTAREM OS DOCUMENTOS REQUERIDOS PELO AUTOR ATRAVES DA
PETIÇÃO DE FLS. 515 E SEGUINTES, SOB AS PENAS DO ART. 359 DO CPC.

PROCESSO TRT-PR-0015-RT 06273-1998-(30 DIAS)
LOCAL ATUAL: 15ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): NESTOR RODRIGUES
Réu(s): F J CONSTRUCOES CIVIS LTDA
Advogado(s): CLEUSA SOUZA DA SILVA PR20908
INDICAR BENS DA RE PASSIVEIS DE PENHORA.

PROCESSO TRT-PR-0015-RT 06417-2000-(30 DIAS)
LOCAL ATUAL: 15ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): IVAN CARLOS DA SILVA PRADO
Réu(s): HORIZONTE TRABALHO TEMPORARIO LTDA
DENSO DO BRASIL LTDA
Advogado(s): ELIONORA HARUMI TAKESHIRO PR12838
GERSON WISTUBA PR15220
THOMAS FRANCISCO DA ROSA PR24632
HOMOLOGADO O ACORDO ENTRE O AUTOR E A 1 RE. CUSTAS PELA 1 RE
NO IMPORTE DE R$ 3,00, DISPENSADAS. DEVERA A 1 RE DEPOSITAR
OS HONORARIOS CONTABEIS (FLS. 392-393), E COMPROVAR O RECO-
LHIMENTO DAS CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS, SOB PENA DE PROS
SEGUIMENTO DA EXECUCAO, CIRCUNSTANCIA QUE ACARRETARA O SURGI
MENTO DE NOVAS DESPESAS PROCESSUAIS.

PROCESSO TRT-PR-0015-RT 06472-2000-(30 DIAS)
LOCAL ATUAL: 15ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): MARIA DE BRITO VIEIRA
Réu(s): CENTRO MEDICO SANTA ANA S-C LTDA
Advogado(s): ANNELISE MOTTA JOAKINSON PR22396
MANIFESTAR-SE SOBRE O PROSSEGUIMENTO DA EXECUCAO, DIANTE DO
TEOR DAS CERTIDOES CONSTANTES DA CARTA PRECATORIA EM APENSO.

PROCESSO TRT-PR-0015-RT 06581-2003-(30 DIAS)
LOCAL ATUAL: 15ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): JOSE ROBERTO MANTOVANI
Réu(s): SOLIDEZ DISTRIBUIDORA DE AUTO PECAS LTDA
Advogado(s): JOSE ROBERTO CAVALCANTI PR23526
APRESENTAR OS DOCUMENTOS REQUERIDOS PELO AUTOR ATRAVES DA PE
TICAO DE FLS. 30-31, SOB AS PENAS DO ART. 359 DO CPC.

PROCESSO TRT-PR-0015-RT 06597-2003-(30 DIAS)
LOCAL ATUAL: 15ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): RAFAEL PURCOTE
Réu(s): GVT GLOBAL VILLAGE TELECOM LTDA
Advogado(s): ROLAND HASSON PR9120
APRESENTAR OS DOCUMENTOS REQUERIDOS PELO AUTOR AS FLS. 118 E
SEGUINTES.

PROCESSO TRT-PR-0015-PS 06650-2001-(30 DIAS)
LOCAL ATUAL: 15ª VDT DE CURITIBA
Reclamant(S): ANTONIO ADRIANO DUARTE
Reclamada(S): MERCADO CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS LTDA
SANEPAR COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANA
Advogado(s): ANDRE PEREIRA DA SILVA PR22884
COMPROVAR, NOS AUTOS, AS DILIGENCIAS REALIZADAS PARA A OBTEN
CAO DE INFORMACOES ACERCA DA INEXISTENCIA DE BENS DE PROPRIE
DADE DA 1 EXECUTADA.

PROCESSO TRT-PR-0015-RT 07431-2001-(30 DIAS)
LOCAL ATUAL: 15ª VDT DE CURITIBA

Autor(es): MIROSLAVA GAESKI
Réu(s): ELITE SEGUE CORRETAGEM DE SEGUROS LTDA
Advogado(s): RUBENS DE OLIVEIRA FERRAZ PR12867
MANIFESTAR-SE SOBRE A CERTIDÃO DE FL. 123.

PROCESSO TRT-PR-0015-RT 07508-2001-(30 DIAS)
LOCAL ATUAL: 15ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): JOSE FRANCISCO NOGUEIRA
Réu(s): CIDADELA S-A
Advogado(s): SANDRO LUNARD NICOLADELI PR22372
MANIFESTAR-SE SOBRE AS CERTIDOES DE FL. 143 E 152, BEM COMO
DO EXPEDIENTE DE FLS. 149-151.

PROCESSO TRT-PR-0015-RT 07629-2003-(30 DIAS)
LOCAL ATUAL: 15ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): GILMAR ALVES DA SILVA
Réu(s): TROIANO ELETRICIDADE LTDA (ME)
VIMAR TELECOMUNICACOES LTDA
PEGASUS TELECOM S-A
Advogado(s): CRISTIANO JOSE BARATTO PR22343
APRESENTAR A VIA ORIGINAL DO DOCUMENTO DE FL. 32.

PROCESSO TRT-PR-0015-RT 07911-2000-(30 DIAS)
LOCAL ATUAL: 15ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): JUDITE RODRIGUES GOMES
Réu(s): ASPROMAR ASSOC PROTECAO MULHERES DESAMPARADAS
MUNICIPIO DE CURITIBA
Advogado(s): PAULO ROBERTO MAGNABOSCO PR21496
MANIFESTAR-SE SOBRE O PROSSEGUIMENTO DO FEITO, VISTO QUE OS
VALORES A DISPOSICAO DO JUIZO (FLS. 93, 123 E 134), ORIUNDO
DAS PENHORAS REALIZADAS, NAO GARANTEM A EXECUCAO.

PROCESSO TRT-PR-0015-RT 08022-1997-(30 DIAS)
LOCAL ATUAL: 15ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): IVANETE GONCALVES DE MENEZES
Réu(s): TRIAGEM ADM DE SERVICOS TEMPORARIOS LTDA
COPEL CIA PARANAENSE DE ENERGIA
Advogado(s): ALVARO CARNEIRO DE AZEVEDO PR27120
REQUERER O QUE ENTENDER DE DIREITO, VISANDO O PROSSEGUIMENTO
DA EXECUCAO.

PROCESSO TRT-PR-0015-RT 08067-1999-(30 DIAS)
LOCAL ATUAL: 15ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): JOSE BARBIOT
Réu(s): MINERACAO CARLA LTDA
WELLESLY ARTUR BARICHELLO
JOAO PACHECO MARQUES
Advogado(s): TOMAZ DA CONCEICAO PR14568
MANIFESTAR-SE ACERCA DO TEOR DA CERTIDÃO DE FL. 21 DA CARTA
PRECATORIA APENSADA A CONTRACAPA. AINDA, PARA MANIFESTAR-SE
SOBRE A PETIÇÃO DE FL. 184.

PROCESSO TRT-PR-0015-RT 08201-2002-(30 DIAS)
LOCAL ATUAL: 15ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): GISLAINE DA GLORIA GONCALVES SOARES DE LIMA
Réu(s): CIAPLAST IND E COM DE EMBALAGENS PLASTICAS LTDA
Advogado(s): CLAUDIO ROBERTO ANDRADE DE PROENCA PR31416
MANIFESTAR-SE SOBRE A CERTIDÃO DE FL. 60.

16ª VDT DE CURITIBA
AV VICENTE MACHADO 400 1o 1o. PISO
80420010 CURITIBA
EDITAL DE INTIMAÇÃO No 00010-2004

Ficam os advogados abaixo relacionados intimados para, no prazo indicado, providenciarem e-ou tomarem ciência do que segue descrito nos seguintes processos:

PROCESSO TRT-PR-0016-ET 00286-2003-(08 DIAS)
LOCAL ATUAL: 16ª VDT DE CURITIBA
Embargante(s) : MORO EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA
Embargado(s) :: WALNEI YEDNACH
Advogado(s): CARLOS ALBERTO BORRELLI BARBOSA PR20208
TENDO EM VISTA A AUSENCIA DE MANIFESTACAO QUANTO A INTIMAÇÃO
DE FLS. 12, FOI EXTINTO O PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO,
NOS TERMOS DO ART.267, DO CPC. CUSTAS NO IMPORTE DE R$ 10,00
PELA EMBARGANTE, DISPENSADAS.

PROCESSO TRT-PR-0016-RT 00557-2000-(10 DIAS)
LOCAL ATUAL: 16ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): JONAS VALENTIM LIMA
Réu(s): MAISON SERVICOS TECNICOS E PROFISSIONAIS LTDA
SANEPAR COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANA
Advogado(s): ROSEMEIRE ARSELI PR19717
ALBERTO MANENTI PR20617
CARLOS ROBERTO CARDOSO JACINTO PR24674
PROCEDER A ADEQUACAO DOS VALORES DA COMPOSICAO AMIGAVEL NOTI
CIADA AS FLS. 396-397 AS PARCELAS POSTULADAS, INDICANDO, INC
LUSIVE O ITEM DO PEDIDO, SOB PENA DE DETERMINAR-SE O RECOLHI
MENTO DA CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA SOBRE O VALOR TOTAL DO
ACORDO DEVENDO AINDA, NO MESMO PRAZO ORA DEFERIDO, INFORMAR
AO JUIZO SE O VALOR INDICADO AS FLS. 396 DEVERA SER DEVIDAME
NTE CORRIGIDO, A PARTIR DA DATA DA PETIÇÃO INFORMANDO O ACOR
DO, QUANDO DA LIBERACAO DO VALOR EM FAVOR DO EXEQUENTE.

PROCESSO TRT-PR-0016-RT 00581-2001-(10 DIAS)
LOCAL ATUAL: 16ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): VALDIR KORB
Réu(s): DCM INDÚSTRIA COMÉRCIO E SERVICOS LTDA
Advogado(s): ROBERTO ANTONIO REISDORFER PR17222
APRESENTAR O CALCULO DE LIQUIDACAO, INCLUSIVE O VALOR REFERE
NTE AS PARCELAS PREVIDENCIARIAS DE AMBAS AS PARTES.

PROCESSO TRT-PR-0016-RT 01135-1997-(10 DIAS)
LOCAL ATUAL: 16ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): ISAIRA DA LUZ LACERDA
Réu(s): ORBRAM ORG E BRAMBILLA LTDA(M F)SIND DAVID BADUY
MESBLA LOJAS DEPART S-A(MF)S IVAN ALEXANDRINO
Advogado(s): MIRIAN CIPRIANI GOMES PR16759
APRESENTAR SEUS CALCULOS DE LIQUIDACAO, DE FORMA DETALHADA
E ESPECIFICA, INCLUSIVE QUANTO A CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA
INCIDENTE DE AMBAS AS PARTES.

PROCESSO TRT-PR-0016-RT 01456-2002-(08 DIAS)
LOCAL ATUAL: 16ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): JOSE CARLOS DE LIMA
Réu(s): JRC HIDROMECANICA PARANAENSE LTDA(MF)S BRASILIO
Advogado(s): PAULO CESAR HERTT GRANDE PR24270
REJEITADOS OS PEDIDOS FORMULADOS PELO AUTOR EM FACE DO REU.
CONDENADO O AUTOR A INDENIZAR O RÉU PELOS PREJUIZOS SOFRIDOS
ARBITRADOS EM 20 POR CENTO DO VALOR DADO A CAUSA, OU SEJA,
R$ 2879,13 (CPC, ART, 18).

PROCESSO TRT-PR-0016-RT 01574-1998-(08 DIAS)
LOCAL ATUAL: 16ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): RUBENS BEIRA
Réu(s): VIACAO GRACIOSA LTDA
VIACAO MARUMBI LTDA
Advogado(s): ARARIPE SERPA GOMES PEREIRA PR12162
DOMICELA TRYBUS STANCZYK PAIOLA PR14305
ACOLHIDOS OS ARGUMENTOS EXPENDIDOS PELA SRA. CONTADORA E CON
SIDERADOS DEFINITIVAMENTE DELIMITADOS OS VALORES DA PRESENTE
EXECUCAO ATRAVES DOS CALCULOS DE FLS. 969 E SEGUINTES.

PROCESSO TRT-PR-0016-RT 01793-2002-(10 DIAS)
LOCAL ATUAL: 16ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): MARCELO DOS SANTOS
Réu(s): RAMOS CHAVES (FI)
Advogado(s): GILMAR COSTA VAZ PR8631
APRESENTAR SEUS CALCULOS DE LIQUIDACAO, DE FORMA DETALHADA
E ESPECIFICA, INCLUSIVE QUANTO A CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA
INCIDENTE DE AMBAS AS PARTES, BEM COMO APRESENTAR A SUA CTPS
PARA ANOTACAO, CONFORME DETERMINACAO DE FLS. 70.

PROCESSO TRT-PR-0016-RT 02186-2002-(05 DIAS)
LOCAL ATUAL: 16ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): JULIO CEZAR DONEDA
Réu(s): BANCO BANESTADO S-A
Advogado(s): EDIVALDO BRUZAMOLIN SILVA DA ROCHA PR19471
DEFERIDA REABERTURA DE PRAZO A PARTE AUTORA.

PROCESSO TRT-PR-0016-PS 02447-2003-(08 DIAS)
LOCAL ATUAL: 16ª VDT DE CURITIBA
Reclamant(S): JOSE MILTON DOMILTON
Reclamada(S): FAG TELECOMUNICACOES LTDA
F 43 PROJETOS E TELECOMUNICACOES LTDA
Advogado(s): DANIELA BRANDT SANTOS PR26354
TENDO EM VISTA A AUSENCIA DE MANIFESTACAO QUANTO A INTIMAÇÃO
DE FLS. 07, FOI EXTINTO O PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO,
NOS TERMOS DO ART. 267, DO CPC. CUSTAS PELO AUTOR NO IMPORTE
DE R$ 100,80, DISPENSADAS.

PROCESSO TRT-PR-0016-RT 02909-2003-(08 DIAS)
LOCAL ATUAL: 16ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): HENRIK GONCALVES DO PRADO
Réu(s): VELOX RECURSOS HUMANOS LTDA
WSI BRAZIL CENTERS LTDA
Advogado(s): VITAL RIBEIRO DE ALMEIDA FILHO PR18673
CLAUDIA ANDERMAN PR27859
RAFAEL LEONARDO BERNA SANABRIA PR29277
EXTINTO O PROCESSO COM JULGAMENTO DE MÉRITO, NOS TERMOS DO
ART. 269, I DO CPC, RELATIVAMENTE A RECLAMADA VELOX RECURSOS
HUMANOS LTDA; JULGADO PARCIALMENTE PROCEDENTE A PRETENSAO DE
DUZIDA PELO RECLAMANTE EM FACE DA SEGUNDA RE.

PROCESSO TRT-PR-0016-RT 03094-2000-(08 DIAS)
LOCAL ATUAL: 16ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): NILSON APARECIDO DOS SANTOS
Réu(s): PHILIP MORRIS MARKETING S-A
Advogado(s): TOMAZ DA CONCEICAO PR14568
MANOEL HERMANDO BARRETO PR28096A
ACOLHIDOS OS ARGUMENTOS EXPENDIDOS PELO SR. CONTADOR E CONSI
DERADOS DELIMITADOS OS VALORES DA CONTA GERAL SEGUNDO OS CLA
CULOS DE FLS. 703 E SEGUINTES.

PROCESSO TRT-PR-0016-RT 03719-1996-(08 DIAS)
LOCAL ATUAL: 16ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): SILVIA CRISTINA BURLAMAQUI VIEGAS
Réu(s): ADVANCED DEVELOPMENT SYSTEMS INFORMATICA LTDA
HORACIO RODRIGUES TUCUNDUVA NETO
Advogado(s): JEFFERSON AUGUSTO KRAINER PR22474
INDEFERIDA A PRETENSAO DA EXEQUENTE, EIS QUE A ADVANCED DEVE
LOPMENT SYSTEMS INFORMATICA LTDA NAO E PARTE NOS PRESENTES A
UTOS, NAO TENDO PARTICIPADO DO PROCESSO DE CONHECIMENTO, MOM
ENTO PROCESSUAL PARA SE DISCUTIR OU NAO A EXISTENCIA DE GRUP
O ECONOMICO (ENUNCIADO 205 DO E. TST).

PROCESSO TRT-PR-0016-PS 03750-2002-(10 DIAS)
LOCAL ATUAL: 16ª VDT DE CURITIBA
Reclamant(S): ADRIANO YUDI FUKUMITSU
Reclamada(S): IESDE PR INSTITUTO EST SOC DES EDUCACIONAL LTDA
Advogado(s): ALVARO CARNEIRO DE AZEVEDO PR27120
APRESENTAR O CALCULO DE LIQUIDACAO, INCLUSIVE O VALOR REFERE
NTE AS PARCELAS PREVIDENCIARIAS DE AMBAS AS PARTES.

PROCESSO TRT-PR-0016-RT 04204-2003-(08 DIAS)
LOCAL ATUAL: 16ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): OSMAIR ALVES DA COSTA
Réu(s): D BORCATH HOTELARIA LTDA
Advogado(s): CLAUDIA MARIA DE ALMEIDA COSMO PR24878
DENEGADO SEGUIMENTO AO RECURSO ORDINARIO INTERPOSTO PELA PAR
TE AUTORA POR DESERTO.

PROCESSO TRT-PR-0016-RT 04491-2002-(10 DIAS)
LOCAL ATUAL: 16ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): PATRICIA KRETCHMER RIBEIRO
Réu(s): IVONETE CARDOZO DE LIMA (ME)
DIGITAL GRAF LTDA
Advogado(s): JAIR APARECIDO AVANSI PR18727B
APRESENTAR SEUS CALCULOS DE LIQUIDACAO, DE FORMA DETALHADA
E ESPECIFICA, INCLUSIVE QUANTO A CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA
INCIDENTE DE AMBAS AS PARTES,BEM COMO APRESENTAR A SUA CTPS
PARA ANOTACAO, CONFORME DETERMINACAO DE FLS. 160.

PROCESSO TRT-PR-0016-PS 04661-2003-(08 DIAS)
LOCAL ATUAL: 16ª VDT DE CURITIBA
Reclamant(S): JOSE ALIR CARDOSO
Reclamada(S): AMJR CONSULTORIA PROJETOS E OBRAS LTDA
TRANSPETRO PETROBRAS TRANSPORTES SA
Advogado(s): JOSE ANTONIO LEYTON DUCHEN PR19764
TENDO EM VISTA A AUSENCIA DE MANIFESTACAO QUANTO A INTIMAÇÃO
DE FLS. 18-19, EXTINTO O PROCESSO SEM JULGAMENTO DE MÉRITO,
NOS TERMOS DO ART. 267, DO CPC. CUSTAS PELO AUTOR MO IMPORTE
DE R$ 170,00, DISPENSADAS. AUTORIZADO O DESENTRANHAMENTO DOS
DOCUMENTOS JUNTADOS COM A INICIAL, FLS. 08-09, DEVENDO O AUT
OR COMPARECER A SECRETARIA, NO PRAZO ORA DEFERIDO, PARA RETI
RADA DOS MESMOS.

PROCESSO TRT-PR-0016-RT 05689-2000-(10 DIAS)
LOCAL ATUAL: 16ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): JUAREZ ALVES PEREIRA
Réu(s): GLOBAL CONSTRUCAO E MONTAGEM INDÚSTRIAL LTDA
Advogado(s): MARCELO KOVALHUK PR15334
APRESENTAR SEUS CALCULOS DE LIQUIDACAO, DE FORMA DETALHADA
E ESPECIFICA, INCLUSIVE QUANTO A CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA
INCIDENTE DE AMBAS AS PARTES.

PROCESSO TRT-PR-0016-RT 06181-2001-(08 DIAS)
LOCAL ATUAL: 16ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): ZIZA DA CRUZ DE LIMA MARQUES
Réu(s): EMBRASIL EMP BRAS DE LIMPEZA E CONSERVACAO LTDA
BANCO BANESTADO S-A
Advogado(s): CLAUDIO ROBERTO SHIMANOE PR26024
EXTINTO O PROCESSO SEM JULGAMENTO DE MÉRITO, QUANTO AO SEGUN
DO RÉU E ACOLHIDO EM PARTE OS PEDIDOS FORMULADOS PELA RECLAM
ANTE EM FACE DA PRIMEIRA RE.

PROCESSO TRT-PR-0016-RT 06452-2002-(10 DIAS)
LOCAL ATUAL: 16ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): ARNALDO DA SILVA
Réu(s): ROSA MARIA SANTANA (ME)
COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO SUPERMERCADOS PAO DE ACUCAR
Advogado(s): JOSE ANTONIO GARCIA JOAQUIM PR15218A
APRESENTAR SEUS CALCULOS DE LIQUIDACAO, DE FORMA DETALHADA
E ESPECIFICA, INCLUSIVE QUANTO A CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA
INCIDENTE DE AMBAS AS PARTES, BEM COMO JUNTAR SUA CTPS PARA
AS ANOTACOES DETERMINADAS EM SENTENCA.

PROCESSO TRT-PR-0016-RT 07314-2002-(08 DIAS)
LOCAL ATUAL: 16ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): JOSE CARLOS CARDOSO DE AGUIAR
Réu(s): SONAE DISTRIBUIÇÃO BRASIL S-A
Advogado(s): LEO MARCOS PAIOLA PR15629
ACOLHIDOS EM PARTE OS PEDIDOS FORMULADOS PELO RECLAMANTE EM
FACE DA RECLAMADA.

PROCESSO TRT-PR-0016-RT 09819-2001-(10 DIAS)
LOCAL ATUAL: 16ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): ZENI GRACAS XAVIER FRANCA
Réu(s): CASA DA CERVEJA RESTAURANTE E CHOPARIA LTDA
Advogado(s): ANTONIO ROBERTO TAVARNARO PR9999
APRESENTAR SEUS CALCULOS DE LIQUIDACAO, DE FORMA DETALHADA
E ESPECIFICA, INCLUSIVE QUANTO A CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA
INCIDENTE DE AMBAS AS PARTES.

PROCESSO TRT-PR-0016-RT 10297-2002-(08 DIAS)
LOCAL ATUAL: 16ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): MARIA REGINA PAULINO
Réu(s): COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO
Advogado(s): STELA MARLENE SCHWERZ PR18802
CARLOS DELAI PR20237
JULGADA PARCIALMENTE PROCEDENTE A PRETENSAO DEDUZIDA PELA RE
CLAMANTE EM FACE DA RECLAMADA.

PROCESSO TRT-PR-0016-RT 10747-1993-(08 DIAS)
LOCAL ATUAL: 16ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): NILZA DA SILVA TREVISAN
Réu(s): BANCO BCN S-A
CDN LIMPEZA CONSERVACAO E CONSTRUCAO LTDA
JOB CENTER LIMPEZA E CONSERVACAO S-C LTDA
ORBRAM-ORGANIZACAO E BRAMBILLA LTDA-MASSA FALIDA
Advogado(s): MARCOS LUCIO CARNEIRO DE MELLO PR9303
DENEGADO SEGUIMENTO AO AGRAVO DE PETIÇÃO OFERECIDO, UMA VEZ
QUE INCABIVEL NA ATUAL FASE EM QUE SE ENCONTRA O PROCESSO.

PROCESSO TRT-PR-0016-RT 11087-2003-(08 DIAS)
LOCAL ATUAL: 16ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): LUIZ HILCKO
Réu(s): FUNBEP FUNDO DE PENSAO MULTIPATROCINADO
BANCO BANESTADO S-A
BANCO ITAU S-A
Advogado(s): IVAN JOSE SILVEIRA PR20139
INDALECIO GOMES NETO PR23465
EXTINTO O PROCESSO SEM JULGAMENTO DE MÉRITO, NOS TERMOS DO
ART. 267, VIII DO CPC, QUANTO AOS RECLAMANTES ELENCADOS NO T
ERMO DE AUDIENCIA SUPRA REFERIDO.EXTINTO O PROCESSO EM RELA
CAO AO PEDIDO DE DIFERENCAS SALARIAIS RELATIVAS AO REAJUSTE
NORMATIVO 1999-2000. CONTINUA A DEMANDA QUANTO AOS RECLAMANT
ES CIRO SANDRINI, GENY DE MIRANDA, CECILIA DE FREITAS E JOSE
ANGELO GARCIA. MANTIDA A DATA DE 03-08-2004, PARA REALIZACAO
DE AUDIENCIA UNA.

PROCESSO TRT-PR-0016-RT 12067-2003-(08 DIAS)
LOCAL ATUAL: 16ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): RUBENS ARLEI BORCATH
Réu(s): LAMITEX COM E REPRESENTACOES DE COMPENSADOS LTDA
LAMIART COMÉRCIO DE MADEIRAS LTDA
Advogado(s): SANDRO PINHEIRO DE CAMPOS PR26295
TENDO EM VISTA A AUSENCIA DE MANIFESTACAO QUANTO A INTIMAÇÃO
DE FLS. 19-20, FOI EXTINTO O PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MERI
TO, NOS TERMOS DO ART. 267, DO CPC. CUSTAS PELO AUTOR NO IMP
ORTE DE R$ 400,00, DISPENSADAS, FACE A CONCESSAO DO BENEFICI
O DA JUSTICA GRATUITA.

PROCESSO TRT-PR-0016-RT 12543-2002-(08 DIAS)
LOCAL ATUAL: 16ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): MARCOS CRISTOVAO MANSANO
Réu(s): SOCIEDADE RADIO EMISSORA PARANAENSE S-A
Advogado(s): ERNESTO DIAS DOS REIS FILHO PR14755
ROSEMEIRE ARSELI PR19717
ACOLHIDO EM PARTE O PEDIDO FORMULADO PELO RECLAMANTE EM FACE DA RECLAMADA.

PROCESSO TRT-PR-0016-RT 13502-2002-(02 DIAS)
LOCAL ATUAL: 16ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): DALTON LUIZ BILBAO
Réu(s): BRASIL TELECOM S-A
Advogado(s): WILSON RAMOS FILHO PR10285
REGULARIZAR A PETIÇÃO DE FLS. 994-995, UMA VEZ QUE APOCRIFA.

PROCESSO TRT-PR-0016-RT 16911-2001-(08 DIAS)
LOCAL ATUAL: 16ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): JOSE ANTONIO ALVES
Réu(s): SONAE DISTRIBUIÇÃO BRASIL S-A
Advogado(s): LEO MARCOS PAIOLA PR15629
ACOLHIDOS EM PARTE OS PEDIDOS FORMULADOS PELO RECLAMANTE EM
FACE DA RECLAMADA.

PROCESSO TRT-PR-0016-CS 18295-1998-(08 DIAS)
LOCAL ATUAL: 16ª VDT DE CURITIBA
REQUERENT(S): VANDERLEI PEREIRA DE SOUZA
Requerido(s): TIBAGI ENGENHARIA CONSTRUCOES E MINERACAO LTDA
Advogado(s): ILIA DE MOURA E COSTA PR14242
CONTRA-MINUTAR, QUERENDO, AGRAVO DE PETIÇÃO INTERPOSTO.

PROCESSO TRT-PR-0016-RT 18922-2001-(08 DIAS)
LOCAL ATUAL: 16ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): JOELMA LEONARDO DE AZEVEDO
Réu(s): FLORISBELA DE LIMA PASQUINI
JOAO CARLOS PASQUINI
Advogado(s): JOAO MARTINS PR32490
JULGADA PARCIALMENTE PROCEDENTE A PRETENSAO DEDUZIDA PELA RE
CLAMANTE EM FACE DOS RECLAMADOS.

PROCESSO TRT-PR-0016-RT 18941-2002-(08 DIAS)
LOCAL ATUAL: 16ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): VALDIR MARCOS DE ARAUJO
Réu(s): CBCC COMPANHIA BRASILEIRA DE CONTACT CENTER
Advogado(s): WAGNER DE JESUS MAGRINI PR18386
RODRIGO WAGNER PEREIRA BITTENCOURT PR33405A
ACOLHIDO EM PARTE O PEDIDO FORMULADO PELO RECLAMANTE EM FACE
DA RECLAMADA.

PROCESSO TRT-PR-0016-RT 19183-1998-(08 DIAS)
LOCAL ATUAL: 16ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): MISAEL DA SILVA
Réu(s): ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S-A
Advogado(s): SIMONE KOHLER PR14027
ANDRE PEREIRA DA SILVA PR22884
ACOLHIDOS OS ARGUMENTOS EXPENDIDOS PELO SR. CONTADOR E
CONSIDERADOS DELIMITADOS OS VALORES DA PRESENTE
EXECUCAO, SEGUNDO OS CALCULOS DE FLS. 511 E SEGUINTES.

PROCESSO TRT-PR-0016-RT 19219-2001-(08 DIAS)
LOCAL ATUAL: 16ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): MONICA LOUREIRO GIOTTO
Réu(s): ACTION S-A
SCARAB S-A
PAULO DE TARSO MARQUES
Advogado(s): SELMA ELIANA DE PAULA ASSIS PR17761
ZULEIKA LOUREIRO GIOTTO PR21905
ROSIMEIRI GOMES BASILIO PR26627
REJEITADO INTEGRALMENTE O PEDIDO FORMULADO PELA RECLAMANTE
EM FACE DO TERCEIRO REU; ACOLHIDO EM PARTE O PEDIDO FORMULAD
O PELA RECLAMANTE EM FACE DA PRIMEIRA E SEGUNDA RES.

PROCESSO TRT-PR-0016-RT 19302-2001-(08 DIAS)
LOCAL ATUAL: 16ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): JUDITH DE LOURDES BASTIANICK HISAMATSU
Réu(s): BANCO BANESTADO S-A
BANCO ITAU S-A
FUNBEP FUNDO DE PENSAO MULTIPATROCINADO
Advogado(s): GERSON LUIZ GRABOSKI DE LIMA PR15782
INDALECIO GOMES NETO PR23465
ACOLHIDO EM PARTE O PEDIDO FORMULADO POR JUDITH DE LOURES BASTIANICK EM FACE DE BANCO BANESTADO S-A E BANCO ITAU S-A.

PROCESSO TRT-PR-0016-RT 20270-2003
LOCAL ATUAL: 16ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): JANDIRA VITORINO AURELIANO
Réu(s): CONDOR SUPER CENTER LTDA
Advogado(s): DENILSON MESSIAS PINA PR29175
SUSPENSO O PROCESSO PELO PRAZO DE 30 DIAS PARA QUE AS PARTES
COMPARECAM PERANTE A CAMARA DE CONCILIACAO PREVIA E JUNTEM N
OS AUTOS O TERMO RESPECTIVO. A APRESENTACAO DE TERMO DE ACOR
DO PERANTE AQUELA CAMARA RESULTARA NA EXTINÇÃO DESTE PROCESS
O SEM APRECIACAO DO MÉRITO. NO CASO DE JUNTADA DE CERTIDÃO N
EGATIVA DE ACORDO, PERMANECE A AUDIENCIA UNA DESIGNADA PARA
O DIA 07-12-2004, AS 14H30MIN, DEVENDO AS PARTES COMPARECERE
M SOB AS MESMAS COMINACOES ANTERIORMENTE DETERMINADAS.

PROCESSO TRT-PR-0016-RT 22667-2002-(05 DIAS)
LOCAL ATUAL: 16ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): CRISTIANO BARBOSA DOS SANTOS
Réu(s): DORIA CONSTRUCOES CIVIS LTDA
PAULO DINIZ FERREIRA DA LUZ (ME)
Advogado(s): VILSON OSMAR MARTINS JUNIOR PR23864
COMPARECER A SECRETARIA E RETIRAR SUA CTPS APENSADA A CONTRA
CAPA DOS AUTOS EM REFERENCIA, DEVIDAMENTE ANOTADA.

PROCESSO TRT-PR-0016-RT 26763-2000-(08 DIAS)
LOCAL ATUAL: 16ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): BELMIRO GOMES DE OLIVEIRA
Réu(s): IMPRESSORA E PAPELARIA REUNIDAS LTDA
Advogado(s): JOSE NAZARENO GOULART PR10075
HEROLDES BAHR NETO PR23432
CIÊNCIA DO INTEIRO TEOR DO DESPACHO DE FL. 169.

PROCESSO TRT-PR-0016-RT 31640-1998-(08 DIAS)
LOCAL ATUAL: 16ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): CELSO LUIZ DA SILVA SANT'ANNA
Réu(s): PHILIP MORRIS BRASIL S-A
Advogado(s): MANOEL HERMANDO BARRETO PR28096A
DALVA DILMARA RIBAS PR9686
ACOLHIDOS OS ARGUMENTOS EXPENDIDOS PELO SR. CONTADOR E
CONSIDERADOS DELIMITADOS OS VALORES DA CONTA GERAL SEGUNDO OS CALCULOS DE FLS. 775 E SEGUINTES.

18ª VDT DE CURITIBA
AV. VICENTE MACHADO, 400 SOBRELOJA
80420010 CURITIBA
EDITAL DE INTIMAÇÃO No 00013-2004 J182X1310

Ficam os advogados abaixo relacionados intimados para, no prazo indicado, providenciar e-ou tomar ciência do que segue descrito nos seguintes processos:

PROCESSO TRT-PR-0652-RT 00056-2003
LOCAL ATUAL: 18ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): MICHELE BARTH MAGGI
Réu(s): WIZARD ESCOLA DE INGLES LTDA
ROSI MARIA DA CRUZ
Advogado(s): CEZAR EDUARDO PANESSA RUIZ PR27468
Fica V.Sa. intimado de que foi designado o dia 13-02-04, as 14h00,para a realizacao do LEILAO do(s) bem(ns) penhorado(s) nos autos epigrafados, a realizar-se na R.Jacarezinho, 1257, 1o. andar, conj. 104, Curitiba-PR, pelo leiloeiro Oficial, Plinio Barroso de Castro Filho,fone 336-7620. Caso negativo, havera novo LEILAO no dia 27-02-04, as 14h00, ficando V.Sa. ciente, ainda, de que o prazo para quaisquer medidas processuais contra o ato de expropriacao comecara a fluir 05 dias apos a hasta publica, independentemente de nova INTIMAÇÃO.

PROCESSO TRT-PR-0652-RT 00299-2003-(08 DIAS)
LOCAL ATUAL: 18ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): ANTONIO PEREIRA ROCHA
Réu(s): TELENGE TELECOMUNICACOES E ENGENHARIA LTDA
BRASIL TELECOM S-A
Advogado(s): CRISTINA SIMOES LOPES CARUCIO PR14717B
GIOVANI DA SILVA PR18452
Contra-arrazoar, querendo.

PROCESSO TRT-PR-0652-PS 00828-2003-(05 DIAS)
LOCAL ATUAL: 18ª VDT DE CURITIBA
Reclamant(S): AGUINALDO APARECIDO CORNELIO
Reclamada(S): FAURECIA BANCOS PARA AUTOMOVEIS LTDA
Advogado(s): EDSON SANTOS MARTINS PR18448
Retirar valores na CEF-JT. Guia de Retirada Nº 1817-03.

PROCESSO TRT-PR-0652-PS 01233-2003-(05 DIAS)
LOCAL ATUAL: 18ª VDT DE CURITIBA
Reclamant(S): MEG CORREIA DE SA
Reclamada(S): SANTANA CONSERVADORA LTDA
BANCO DO BRASIL S-A
Advogado(s): LUCIANE ROSA KANIGOSKI PR23774
Trazer aos autos a CTPS da autora para que a Secretaria da Vara proceda a baixa com data de 05-12-01, conforme consta da exordial.

PROCESSO TRT-PR-0652-RT 01355-2003-(05 DIAS)
LOCAL ATUAL: 18ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): AGNALDO VANDERLEY VIEIRA
Réu(s): DALKIA BRASIL S-A
SONAE DISTRIBUIÇÃO BRASIL S-A
Advogado(s): LEO MARCOS PAIOLA PR15629
GABRIELA ZICARELLI RODRIGUES MENDES PR25675
CASSIO ARIEL MORO PR32666
Manifestar-se sobre a PETIÇÃO de fl. 277 no prazo sucessivo de 5 dias, a comecar pelo autor.
Autor: devolver os autos ate 27-01-04, impreterivelmente.
1a Re: retirar os autos em 02-02-04, devolver ate 09-02-04.
2a Re: retirar os autos em 16-02-04, devolver ate 26-02-04.

PROCESSO TRT-PR-0652-RT 02582-1999-(10 DIAS)
LOCAL ATUAL: 18ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): MARCELO MIRA TUTUY
Réu(s): MARIA DE JESUS CAMARGO
Advogado(s): RONALDO SCHUBERT PR20824
Requerer o que entender de direito, sob pena de arquivamento provisorio dos autos.

PROCESSO TRT-PR-0652-RT 02716-1997-(05 DIAS)
LOCAL ATUAL: 18ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): IVAN LUIZ SEBBEN
Réu(s): BMC BANCO MERCANTIL DE CREDITO S-A
Advogado(s): MARIVALDO VALQUIRIO A SILVA ROCHA PR13181
FELIX SADY ROMANZINI PR2111
Ciência de que foram delimitados os calculos, conforme conta de fls. 554 e ss. Fixados os honorarios contabeis em R$ 800, 00. Abatendo-se o deposito de fl. 574 da conta geral oportunamente.

PROCESSO TRT-PR-0652-RT 03226-2003-(05 DIAS)
LOCAL ATUAL: 18ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): JURACY MOREIRA DAMAS
Réu(s): VIACAO GRACIOSA LTDA
Advogado(s): GERALDO CEZAR SANTOS BOND PR3418
Ciência de que foi indeferido o pedido de Justica Gratuita, porquanto nao preenchidos os requisitos da Lei 5584, artigo 14 da CLT. Pelo que, devera o autor recolher as custas pro cessuais, em 5 dias, com a devida comprovacao nos autos,sob pena de execucao.

PROCESSO TRT-PR-0652-CS 03843-1999
LOCAL ATUAL: 18ª VDT DE CURITIBA
REQUERENT(S): OLIMPIO RODRIGUES FERREIRA
Requerido(s): ELECTROLUX DO BRASIL S-A
Advogado(s): JAIR APARECIDO AVANSI PR18727B
Ciência de que foi revogado parcialmente o despacho de fl. 166, no que pertine ao deferimento da penhora em dinheiro, com amparo no art. 620 do CPC e OJ 62, SDI-II do C.TST, ha ja vista que houve oferecimento de bens pela executada (fl. 158), bem como a execucao deve prosseguir pela forma menos gravosa a demandada.

PROCESSO TRT-PR-0652-RT 04699-2000-(08 DIAS)
LOCAL ATUAL: 18ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): NEILOR JUNIOR SANTOS
Réu(s): EXTERBRAS COML EXP IMP DE PROD ALIMENTICIOS LTDA
EDITORA TECNOAGRO LTDA
TECNOSEM PROJETOS E SEMENTES S-C LTDA
Advogado(s): DENISE MARTINS AGOSTINI PR17344
Ciência de que o requerimento de fl. 379 foi indeferido e que foi mantido o despacho de fl. 377.

PROCESSO TRT-PR-0652-RT 06075-2001-(05 DIAS)
LOCAL ATUAL: 18ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): JOAO EDUARDO GUIMARAES COSTA
Réu(s): FUNDACAO DE EDUCACAO E CULTURA ESPIRITA PR-SC
Advogado(s): ROGERIO DISTEFANO PR4952
Manifestar-se sobre a PETIÇÃO de fl. 227-230.

PROCESSO TRT-PR-0652-RT 06542-1995-(05 DIAS)
LOCAL ATUAL: 18ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): PEDRO CARLOS DOS SANTOS
Réu(s): TRANSPORTADORA ITAPEMIRIM S-A
Advogado(s): LUIZ FELIPE HAJ MUSSI PR28707
Ciência de que nao foi emitida GR em favor da reclamada, tendo em vista que a RE nao possui PROCURACAO (fls. 267), com
firma reconhecida, estando, portanto, em desconformidade com a IN 21-2002 do C. TST.

PROCESSO TRT-PR-0652-RT 07028-2000-(05 DIAS)
LOCAL ATUAL: 18ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): GERALDO DA PAIXAO DA SILVA
Réu(s): CONSTRUTORA HABITAVEL LTDA
Advogado(s): NORTON PASSOS WALDRAFF PR18884
Fica V. Sa. intimado para os efeitos do art. 884 da CLT.

PROCESSO TRT-PR-0652-RT 07423-2001-(05 DIAS)
LOCAL ATUAL: 18ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): IDAVINA CORDEIRO DA CRUZ
Réu(s): RSH CHINCHILA ITAJACURU LTDA
Advogado(s): JOSE ROBERTO SPINA PR11697
Juntar aos autos a GFIP correspondente a GPS de fls. 11 da CP apensa, em conformidade com o disposto no art. 889-A,da CLT, tendo em vista que a mesma nao apresenta a correta vinculacao aos autos.

PROCESSO TRT-PR-0652-PS 07551-2001-(05 DIAS)
LOCAL ATUAL: 18ª VDT DE CURITIBA
Reclamant(S): AGEU LUCIANO LEAL
Reclamada(S): CONDOMINIO HORIZONTAL JARDIM VICENZA
Advogado(s): ANDRE JULIANO BORNANCIM PR23224
Fica V. Sa. intimado para os efeitos do art. 884 da CLT.

PROCESSO TRT-PR-0652-RT 09329-2003-(10 DIAS)
LOCAL ATUAL: 18ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): JOSE DE OLIVEIRA
Réu(s): SPAIPA S-A INDÚSTRIA BRASILEIRA DE BEBIDAS
Advogado(s): ALCIONE ROBERTO TOSCAN PR16729
Referente a PETIÇÃO protocolada sob o n. 332721, ciência de que o pedido foi indeferido, porquanto o autor ficou ciente atraves de seu procurador.

PROCESSO TRT-PR-0652-RT 09480-2001
LOCAL ATUAL: 18ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): CARLOS ROBERTO DUTRA FUENTES
Réu(s): MARMORARIA AGUA VERDE LTDA
Advogado(s): JOSE FRANCISCO CUNICO BACH PR13467
Contraminutar embargos a execucao, querendo, no prazo legal.

PROCESSO TRT-PR-0652-RT 10036-2003-(05 DIAS)
LOCAL ATUAL: 18ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): WILMAR LEOCADIO DA LUZ
Réu(s): PHILIP MORRIS BRASIL S-A
KRAFT LACTA SUCHARD BRASIL S-A
Advogado(s): HELOISA HELENA VIRMOND PR23650
Ciência de que foi indeferido o pedido de Justica Gratuita, porquanto nao solicitado em momento oportuno, bem como nao atendidos os requisitos da Lei 5584, art. 14 da CLT.
Pelo que, devera o autor recolher as custas processuais, em 5 dias, com a devida comprovacao nos autos, sob pena de exe cucao.

PROCESSO TRT-PR-0652-RT 10879-2000
LOCAL ATUAL: 18ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): MOIZES DE OLIVEIRA BRAZ
Réu(s): H IGLESIAS HOTELARIA LTDA
H IGLESIAS CONSTRUCAO CIVIL LTDA
Advogado(s): MIRIAN CIPRIANI GOMES PR16759
Fica V.Sa. intimado de que foi designado o dia 13-02-04, as 14h00,para a realizacao do LEILAO do(s) bem(ns) penhorado(s) nos autos epigrafados, a realizar-se na R.Jacarezinho, 1257, 1o. andar, conj. 104, Curitiba-PR, pelo leiloeiro Oficial, Plinio Barroso de Castro Filho,fone 336-7620. Caso negativo, havera novo LEILAO no dia 27-02-04, as 14h00, ficando V.Sa. ciente, ainda, de que o prazo para quaisquer medidas processuais contra o ato de expropriacao comecara a fluir 05 dias apos a hasta publica, independentemente de nova INTIMAÇÃO.

PROCESSO TRT-PR-0652-RT 11708-2001
LOCAL ATUAL: 18ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): MIGUEL JOSE ALVES
Réu(s): GRAMINERIOS MINERACAO E TRANSPORTES LTDA
Advogado(s): ALCIR SPERANDIO PR16751
Fica V.Sa. intimado de que foi designado o dia 13-02-04, as 14h00,para a realizacao do LEILAO do(s) bem(ns) penhorado(s) nos autos epigrafados, a realizar-se na R.Jacarezinho, 1257, 1o. andar, conj. 104, Curitiba-PR, pelo leiloeiro Oficial, Plinio Barroso de Castro Filho,fone 336-7620. Caso negativo, havera novo LEILAO no dia 27-02-04, as 14h00, ficando V.Sa. ciente, ainda, de que o prazo para quaisquer medidas processuais contra o ato de expropriacao comecara a fluir 05 dias apos a hasta publica, independentemente de nova INTIMAÇÃO.

PROCESSO TRT-PR-0652-RT 11780-2003
LOCAL ATUAL: 18ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): MARCOS PEREIRA COELHO
Réu(s): CHEMOND JOIAS E PRESENTES LTDA
ALEXANDRE CHEE
EUGENIO CHEE
Advogado(s): IVO HARRY CELLI JUNIOR PR10229
CLAUDIO RIBEIRO MARTINS PR18283
A pericia sera realizada dia 05-02-04, a partir das 09h00, no ENDEREÇO abaixo. V. Sa devera comunicar seu cliente e o assistente tecnico. ENDEREÇO: Rua Ebano Pereira, 11, 12o andar, centro-Curitiba-PR (nas instalacoes da reclamada).

PROCESSO TRT-PR-0652-RT 13193-2003-(05 DIAS)
LOCAL ATUAL: 18ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): REGIANE DO ROCIO ALMEIDA
Réu(s): POLICLINICA SAO MARCOS S-A
Advogado(s): VILSON OSMAR MARTINS JUNIOR PR23864
Referente a PETIÇÃO protocolada sob o n. 340968, ciência de que o pleito foi indeferido, eis que a diligencia compete a parte.

PROCESSO TRT-PR-0652-RT 13201-1996-(05 DIAS)
LOCAL ATUAL: 18ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): JOAO CARLOS DOS SANTOS
Réu(s): TABA S-A EMPREENDIMENTOS
Advogado(s): GELSON BARBIERI PR17510
Fica V. Sa. intimado para os efeitos do art. 884 da CLT.

PROCESSO TRT-PR-0652-RT 13778-2003-(10 DIAS)
LOCAL ATUAL: 18ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): ANTONIO GOMES DOS SANTOS
Réu(s): FUNBEP FUNDACAO BANESTADO DE SEGURIDADE SOCIAL
BANCO BANESTADO S-A
BANCO ITAU S-A
Advogado(s): INDALECIO GOMES NETO PR23465
Deferido o prazo de 10 dias.

PROCESSO TRT-PR-0652-RT 14172-2001
LOCAL ATUAL: 18ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): ROSANGELA DA LUZ MOCELIN PENACHIO
Réu(s): BANCO DO ESTADO DO PARANA S-A
Advogado(s): MOACIR SALMORIA PR18325
JAMES THOMPSON LEMER SP19190
A pericia sera realizada dia 12-02-04, a partir das 14h00, no ENDEREÇO abaixo. V. Sa devera comunicar seu cliente e o assistente tecnico. ENDEREÇO: Rua da Paz, 195, loja IEBMAB-Curitiba-PR.
A reclamada devera ter em maos o prontuario ocupacional do autor onde conste o exame demissional que deu origem ao ASO, bem como o PPRA e o PCMSO onde conste a funcao do autor.
A autora devera buscar junto aos profissionais que lhe prestam-prestaram atend. os seus prontuarios da epoca e atuais.

PROCESSO TRT-PR-0652-RT 14437-2002-(10 DIAS)
LOCAL ATUAL: 18ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): ANGELA BARBOSA KURUNZI
Réu(s): MANOBRAS INSTALACOES ELETRICAS E HIDRAULICAS LTD
NELSON IANK JUNIOR
ELSON IANKE LEITE
ROBERVAL IANKE LEITE
Advogado(s): ARNILDO IVO MAURER PR5580
Ciência de que foi determinada a inclusao dos socios constantes as fls. 31 no polo passivo. Pelo que, devera a autora in formar o atual ENDEREÇO dos mesmos com o fito de cita-los.

PROCESSO TRT-PR-0652-RT 14466-2003
LOCAL ATUAL: 18ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): ALCINDO UENO
Réu(s): FUNBEP FUNDO DE PENSAO MULTIPATROCINADO
BANCO BANESTADO S-A
Advogado(s): INDALECIO GOMES NETO PR23465
ISAIAS ZELA FILHO PR8866
Referente a PETIÇÃO protocolada sob o n. 335672, ciência de que foi designada nova data de audiencia para o dia 04 de maio de 2004, as 14h00min.

PROCESSO TRT-PR-0652-RT 14722-2003-(10 DIAS)

LOCAL ATUAL: 18ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): ALEXANDRE APARECIDO DUTRA
Réu(s): FUNBEP FUNDO DE PENSAO MULTIPATROCINADO
BANCO BANESTADO S-A
BANCO ITAU S-A
Advogado(s): INDALECIO GOMES NETO PR23465
Deferido o prazo de 10 dias.

PROCESSO TRT-PR-0652-RT 15027-2002-(10 DIAS)
LOCAL ATUAL: 18ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): WASHINGTON FIDELIS BARROS DE LARA
Réu(s): SOCIEDADE EQUATORIAL DE COMUNICACOES LTDA
Advogado(s): GLEIDEL BARBOSA LEITE JUNIOR PR17808
Deferida a reabertura de prazo para manifestacao.

PROCESSO TRT-PR-0652-RT 15963-2002-(10 DIAS)
LOCAL ATUAL: 18ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): DINARTE DA ROCHA
Réu(s): VIAPLAN ENGENHARIA LTDA
Advogado(s): PAULO ROBERTO PEREIRA PR21468
CICERO ALESSANDRO GUERIOS PR22782
A pericia sera realizada dia 16-03-04, a partir das 11h00, no ENDEREÇO abaixo. V. Sa devera comunicar seu cliente e o assistente tecnico. ENDEREÇO: IMTEP-Instituto de Medicina do Trabalho, situado na Rua Emiliano Perneta, 297, 21o andar, centro-Curitiba-PR (telefone 041-233-4213).
Deverao as partes providenciarem os documentos solicitados pela Sra. Perita, conforme PETIÇÃO de fl. 193. Outrossim, Ciência de que o julgamento desta ação esta designado para o dia 17-05-04, as 17h35. O prazo recursal fluira na forma da Sumula 197 do TST.

PROCESSO TRT-PR-0652-RT 16197-2002-(05 DIAS)
LOCAL ATUAL: 18ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): SILMERI OBERG DE TORTATO TIBURTIUS
Réu(s): BANCO BANESTADO S-A
BANCO ITAU S-A
Advogado(s): WILSON RAMOS FILHO PR10285
ANTONIO CELESTINO TONELOTO PR8761A
Manifestar-se sobre a PETIÇÃO de fl. 715-717, no prazo sucessivo de 5 dias, a comecar pela autora.
Autora: devolver os autos ate 27-01-04, impreterivelmente.
Reus: retirar os autos em 02-02-04, devolver ate 09-02-04.

PROCESSO TRT-PR-0652-RT 17448-2002-(05 DIAS)
LOCAL ATUAL: 18ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): SOLANGE FORGIARINI
Réu(s): QUEARIS DE ALMEIDA & CIA LTDA
Advogado(s): LUIZ ALBERTO GONCALVES PR8146
Retirar valores na CEF-JT. Guia de Retirada Nº 1799-03.
Obs.: A GR foi emitida em favor da autora, devendo o seu levantamento ser efetuado diretamente pela mesma na CEF.

PROCESSO TRT-PR-0652-RT 18830-2002-(05 DIAS)
LOCAL ATUAL: 18ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): JOCIMARA AMARO DE GODOI
Réu(s): ZOZO SERVICOS DE MAO DE OBRA ESPECIALIZADA LTDA
Advogado(s): MAURO JOSE AUACHE PR17209
Para o cumprimento da determinacao do 1o paragrafo do despacho de fls. 65, trazer aos autos a CTPS da autora.

PROCESSO TRT-PR-0652-RT 21026-2000
LOCAL ATUAL: 18ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): GERALDO VANDERLEI FERREIRA PINTO
Réu(s): INDÚSTRIA DE BEBIDAS ANTARCTICA POLAR S-A
Advogado(s): JOSE NAZARENO GOULART PR10075
Contraminutar embargos a execucao, querendo, no prazo legal.

PROCESSO TRT-PR-0652-RT 21360-2002-(05 DIAS)
LOCAL ATUAL: 18ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): VALDIR SOARES DOS SANTOS
Réu(s): CONCON COMERCIAL LTDA
Advogado(s): MARCO ANTONIO CESAR VILLATORE PR18716
Manifestar-se sobre a PETIÇÃO de fl. 35.

PROCESSO TRT-PR-0652-RT 22373-2000-(05 DIAS)
LOCAL ATUAL: 18ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): MARCELO TOLENTINO
Réu(s): DELTA CURSOS DE COMPUTACAO E COM DE LIVROS LTDA
Advogado(s): LUIZ ALBERTO GONCALVES PR8146
Referente a PETIÇÃO protocolada sob o n. 312588, ciência de que foi mantido o despacho de fl. 173, por seus proprios fundamentos.

PROCESSO TRT-PR-0652-RT 24393-1998
LOCAL ATUAL: 18ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): ANADIR TEREZINHA LEAL CAVALHEIRO
Réu(s): BERTE COMÉRCIO DE FERRO E ACO LTDA
Advogado(s): OTTO JOAO LYRA NETO PR18316
Fica V.Sa. intimado de que foi designado o dia 13-02-04, as 14h00,para a realizacao do LEILAO do(s) bem(ns) penhorado(s) nos autos epigrafados, a realizar-se na R.Jacarezinho, 1257, 1o. andar, conj. 104, Curitiba-PR, pelo leiloeiro Oficial, Plinio Barroso de Castro Filho,fone 336-7620. Caso negativo, havera novo LEILAO no dia 27-02-04, as 14h00, ficando V.Sa. ciente, ainda, de que o prazo para quaisquer medidas processuais contra o ato de expropriacao comecara a fluir 05 dias apos a hasta publica, independentemente de nova INTIMAÇÃO.

PROCESSO TRT-PR-0652-RT 25232-1996-(05 DIAS)
LOCAL ATUAL: 18ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): APARICIO DA SILVA JUNIOR
Réu(s): EQUIPE DISTRIBUIDORA DE MEDIC COM REP LTDA
EQUIPE DISTRIBUIDORA DE PROD FARMACEUTICOS LTDA
Advogado(s): CLEUSA CHIMENTAO PR13232
Providenciar o reconhecimento de firma em seu instrumento de mandato, consoante IN 21-2002 do C.TST.

PROCESSO TRT-PR-0652-RT 28116-1995-(05 DIAS)
LOCAL ATUAL: 18ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): NIVALDO ORATCH
Réu(s): VASCO & MOCELIN LTDA (ME)
LUIZ SILVA VASCO
SANDRA REGINA MOCELIN FLORENCIO
Advogado(s): ANA PAULA BARRANCO SARAIVA DO BRASIL PR20121
Manifestar-se sobre o oficio de fl. 185.

PROCESSO TRT-PR-0652-CS 29630-1999
LOCAL ATUAL: 18ª VDT DE CURITIBA
REQUERENT(S): JOSUE TADEU OTTO
Requerido(s): BANCO HSBC BAMERINDUS S-A
BANCO BAMERINDUS DO BRASIL S-A
Advogado(s): JANE SALVADOR PR22104
Contraminutar embargos a execucao, querendo, no prazo legal.

PROCESSO TRT-PR-0652-RT 37386-1996-(05 DIAS)
LOCAL ATUAL: 18ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): ROQUE RAFAEL DE CARVALHO
Réu(s): YOK EQUIPAMENTOS S-A
Advogado(s): EMERSON JESUS RODRIGUES AVELAR PR15861
Fica V. Sa. intimado para os efeitos do art. 884 da CLT.

Varas do Trabalho do Interior

Campo Mourão

VARA DO TRABALHO DE CAMPO MOURÃO PR
Av. Goioerê, 779 - CAMPO MOURÃO PR - 87303-110

EDITAL DE INTIMAÇÃO

Processo n. RT 353/03

O Doutor ANTONIO MARCOS GARBUIO Juíz do Trabalho da Vara do Trabalho de Campo Mourão/Pr, na forma da lei, F A Z S A B E R, a todos quantos o presente Edital virem ou dele tiverem conhecimento, de que se está INTIMANDO a reclamada LUCIA DE FATIMA PEREIRA MENDES-ME, atualmente em lugar incerto e não sabido, reclamada no processo supra, que tem como reclamante, LUCIANE APARECIDA BENTO, do despacho proferidos nos autos supra: "P/APRESENTAR SEUS CÁLCULOS, QUERENDO, NO PRAZO PRECLUSIVO DE 10 DIAS." -E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, o presente Edital será publicado na Imprensa Oficial do Estado do Paraná e afixado na sede desta Junta, no local de costume. Dado e passado nesta Vara do Trabalho de Campo Mourão PR, aos 16 dias do mês de janeiro de 2004. Eu, Delir Jose Scarsi, digitei e eu, ...Rosiane Pfeng Diretora de Secretaria Substituta, Subcrevi.

ANTONIO MARCOS GARBUIO
Juíz do Trabalho - Substituto
Sera Enviado através de E-Mail

R$ 126,00

Guarapuava

1ª VARA DO TRABALHO DE GUARAPUAVA/PR

EDITAL DE CITAÇÃO À RECLAMADA PARA COMPARECIMENTO À AUDIÊNCIA.
passado na forma abaixo:

O Dr. MAURO CÉSAR SOARES PACHECO - Juiz Titular da 1ª Vara do Trabalho de Guarapuava, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
FAZ SABER, a todos quantos o presente Edital virem ou dele tomarem conhecimento, que pelo presente é citada SEBASTIÃO ALVES DE CAMPOS, ora em local incerto e não sabido, reclamado nos autos de Reclamatória Trabalhista Nº 1478/03, movida por MIGUEL FLORENTINO DA COSTA, da propositura da ação supra e para comparecer a audiência UNA a realizar-se no dia 16/02/2004, as 14h10min. na sala de audiências da 1a. Vara do Trabalho desta cidade, sita na Rua Afonso Botelho, 104 Jd. Trianon, quando poderá apresentar sua resposta (art. 847 da CLT), sendo-lhe facultado designar preposto na forma prevista no art. 843 da CLT, devendo apresentar defesa e oferecer as provas que julgar necessárias, constante de documentos, sob as penas do art. 359 do CPC, bem como testemunhas, estas no máximo de 3 (três), que deverão ser arroladas, devidamente qualificadas, até 15 (quinze) dias antes da audiência, sob pena de virem a ser inquiridas apenas aquelas que se fizerem presentes, tudo nos termos dos artigos 843 a 845 da CLT, c/c 396 do CPC.
O não comparecimento da ré importará em revelia e confissão quanto a matéria de fato (CLT. art. 844, in fine)
E, para que não se alegue ignorância, é passado o presente Edital que devidamente assinado será publicado na Imprensa Oficial do Estado e afixado no local de costume, na sede desta Vara.
Dado e passado nesta 1ª Vara do Trabalho de Guarapuava, Estado do Paraná, aos 20 de janeiro de 2004.
Eu, Maria das Graças de Oliveira, Técnica Judiciária, digitei, e, eu,_____ LUIZ CARLOS CALIXTO, Diretor de Secretaria Substituto, subscrevi.

Dr. MAURO CÉSAR SOARES PACHECO
Juiz do Trabalho

Jacarezinho

VARA DO TRABALHO DE JACAREZINHO – PR
RUA DOM FERNANDO TADDEY, 1636
FONE : (43) 527-1548 CEP 86400 000

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE AUDIENCIA UNA, expedido nos Autos de Reclamação Trabalhista pelo Procedimento Sumaríssimo nº 396/03, em que são partes **KELI CORREA DE MELO**, reclamante, e **YOUNG MIN KANG e JOHNY MIN KANG** , reclamados. O DOUTOR LUZIVALDO LUIZ FERREIRA, Juiz do Trabalho da Vara do Trabalho de Jacarezinho, Estado do Paraná,

FAZ SABER a todos quantos o presente EDITAL virem ou dele tiverem conhecimento, que está notificando **YOUNG MIN KANG**, ora em lugar incerto e não sabido, para ciência de que, em virtude da designação do Juiz Auxiliar desta Vara para atuar em outra Vara do Trabalho no período de 19/01 a 17/02/04, fica a audiência anteriormente marcada p0ara o dia 22 de janeiro ADIADA para o dia **18 DE MARÇO DE 2004, AS 09H10MIN.**
Nesta audiência, deverá apresentar resposta (artigo 847 da CLT), sendo facultado designar preposto na forma prevista no artigo 843 da CLT.
Todas as provas deverão ser produzidas na referida audiência, sendo que as testemunhas, estas no máximo de duas, deverão ser trazidas independentemente de intimação, devendo a parte comprovar, por escrito que foram convidadas, sob pena de ser indeferida a intimação das que deixarem de comparecer.
O não-comparecimento do RECLAMADO à audiência referida importará no julgamento da questão à revelia e na aplicação da pena de confissão quanto à matéria de fato.
E para que chegue ao conhecimento do interessado, faço expedir o presente EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE AUDIÊNCIA UNA, que será publicado na Imprensa Oficial do Estado e afixado na sede desta Vara de Jacarezinho, no local de costume.
Digitado por Cristina de Oliveira Bueno Levatti e subscrito por _____Rafaela Fabbri Cesar Jorge, Diretora de Secretaria Substituta.
Dado e passado nesta cidade de Jacarezinho – PR aos 08 de janeiro de 2004.

LUZIVALDO LUIZ FERREIRA
JUIZ DO TRABALHO

VARA DO TRABALHO DE JACAREZINHO – PR
RUA DOM FERNANDO TADDEY, 1636
FONE : (43) 527-1548 CEP 86400 000

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE AUDIENCIA UNA, expedido nos Autos de Reclamação Trabalhista pelo Procedimento Sumaríssimo nº 395/03, em que são partes: **SILVANA FERREIRA DE SOUZA**, reclamante, e **YOUNG MIN KANG e JHONY MIN KANG** , reclamados. O DOUTOR LUZIVALDO LUIZ FERREIRA, Juiz do Trabalho da Vara do Trabalho de Jacarezinho, Estado do Paraná,

FAZ SABER a todos quantos o presente EDITAL virem ou dele tiverem conhecimento, que está notificando **YOUNG MIN KANG**, ora em lugar incerto e não sabido, para ciência de que, em virtude da designação do Juiz Auxiliar desta Vara para atuar em outra Vara do Trabalho no período de 19/01 a 17/02/04, fica a audiência anteriormente marcada para o dia 22 de janeiro, ADIADA para o dia **18 DE MARÇO DE 2004, AS 09H00MIN.**
Nesta audiência, deverá apresentar resposta (artigo 847 da CLT), sendo facultado designar preposto na forma prevista no artigo 843 da CLT.
Todas as provas deverão ser produzidas na referida audiência, sendo que as testemunhas, estas no máximo de duas, deverão ser trazidas independentemente de intimação, devendo a parte comprovar por escrito que foram convidadas, sob pena de ser indeferida a intimação das que deixarem de comparecer.
O não-comparecimento do RECLAMADO à audiência referida importará no julgamento da questão à revelia e na aplicação da pena de confissão quanto à matéria de fato.
E para que chegue ao conhecimento do interessado, faço expedir o presente EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE AUDIÊNCIA UNA, que será publicado na Imprensa Oficial do Estado e afixado na sede desta Vara de Jacarezinho, no local de costume.
Digitado por Cristina de Oliveira Bueno Levatti e subscrito por _____Rafaela Fabbri Cesar Jorge , Diretora de Secretaria Substituta.
Dado e passado nesta cidade de Jacarezinho – PR aos 08 de janeiro de 2004.

LUZIVALDO LUIZ FERREIRA
JUIZ DO TRABALHO

VARA DO TRABALHO DE JACAREZINHO – PR
RUA DOM FERNANDO TADDEY, 1636
FONE : (43) 527-1548 CEP 86400 000

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE AUDIENCIA UNA, expedido nos Autos de Reclamação Trabalhista pelo Procedimento Sumaríssimo nº 397/03, em que são partes **SIMONE NUNES FERREIRA DA CRUZ**, reclamante, e **YOUNG MIN KANG e JOHNY MIN KANG** , reclamados. O DOUTOR LUZIVALDO LUIZ FERREIRA, Juiz do Trabalho da Vara do Trabalho de Jacarezinho, Estado do Paraná,

FAZ SABER a todos quantos o presente EDITAL virem ou dele tiverem conhecimento, que está notificando **YOUNG MIN KANG**, ora em lugar incerto e não sabido, para ciência de que, em virtude da designação do Juiz Auxiliar desta Vara para atuar em outra Vara do Trabalho no período de 19/01 a 17/02/04, fica a audiência una anteriormente marcada para o dia 22 de janeiro ADIADA para o dia **18 DE MARÇO DE 2004, AS 09H20MIN.**
Nesta audiência, deverá apresentar resposta (artigo 847 da CLT), sendo facultado designar preposto na forma prevista no artigo 843 da CLT.
Todas as provas deverão ser produzidas na referida audiência, sendo que as testemunhas, estas no máximo de duas, deverão ser trazidas independentemente de intimação, devendo a parte comprovar, por escrito que foram convidadas, sob pena de ser indeferida a intimação das que deixarem de comparecer.
O não-comparecimento do RECLAMADO à audiência referida importará no julgamento da questão à revelia e na aplicação da pena de confissão quanto à matéria de fato.
E para que chegue ao conhecimento do interessado, faço expedir o presente EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE AUDIÊNCIA UNA, que será publicado na Imprensa Oficial do Estado e afixado na sede desta Vara de Jacarezinho, no local de costume.
Digitado por Cristina de Oliveira Bueno Levatti e subscrito por _____Rafaela Fabbri Cesar Jorge, Diretora de Secretaria Substituta.
Dado e passado nesta cidade de Jacarezinho – PR aos 08 de janeiro de 2004.

LUZIVALDO LUIZ FERREIRA
JUIZ DO TRABALHO

VARA DO TRABALHO DE JACAREZINHO – PR
RUA DOM FERNANDO TADDEY, 1636
FONE : (43) 527-1548 CEP 86400 000

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE AUDIENCIA UNA, expedido nos Autos de Reclamação Trabalhista pelo Procedimento Sumaríssimo nº 398/03, em que são partes **LEIZI MARIA ALVES**, reclamante, e **YOUNG MIN KANG e JOHNY MIN KANG** , reclamados. O DOUTOR LUZIVALDO LUIZ FERREIRA, Juiz do Trabalho da Vara do Trabalho de Jacarezinho, Estado do Paraná,

FAZ SABER a todos quantos o presente EDITAL virem ou dele tiverem conhecimento, que está notificando **YOUNG MIN KANG**, ora em lugar incerto e não sabido, para ciência de que, em virtude da designação do Juiz Auxiliar desta Vara para atuar em outra Vara do Trabalho no período de 19/01 a 17/02/04, fica a audiência una anteriormente designada para o dia 22 de janeiro ADIADA para o dia **18 DE MARÇO DE 2004, AS 09H30MIN.**
Nesta audiência, deverá apresentar resposta (artigo 847 da CLT), sendo facultado designar preposto na forma prevista no artigo 843 da CLT.
Todas as provas deverão ser produzidas na referida audiência, sendo que as testemunhas, estas no máximo de duas, deverão ser trazidas independentemente de intimação, devendo a parte comprovar, por escrito que foram convidadas, sob pena de ser indeferida a intimação das que deixarem de comparecer.
O não-comparecimento do RECLAMADO à audiência referida importará no julgamento da questão à revelia e na aplicação da pena de confissão quanto à matéria de fato.
E para que chegue ao conhecimento do interessado, faço expedir o presente EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE AUDIÊNCIA UNA, que será publicado na Imprensa Oficial do Estado e afixado na sede desta Vara de Jacarezinho, no local de costume.
Digitado por Cristina de Oliveira Bueno Levatti e subscrito por _____Rafaela Fabbri Cesar Jorge, Diretora de Secretaria Substituta.
Dado e passado nesta cidade de Jacarezinho – PR aos 08 de janeiro de 2004.

LUZIVALDO LUIZ FERREIRA
JUIZ DO TRABALHO

Jaguariaíva

VARA DO TRABALHO DE JAGUARIAÍVA (PR)
Rua Tenente Coronel Joaquim Carneiro, 331
CEP 84200-000 fone: (43) 535-1638

EDITAL
PARA CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DE AUTOS FINDOS

Odete Grasselli, Juíza do Trabalho da Vara do Trabalho de Jaguariaíva, Estado do Paraná, na forma da lei,

FAZ SABER a quantos o presente Edital virem ou dele tomarem conhecimento, que os autos de processos findos, originários dessa Vara do Trabalho, contendo despachos de arquivamento até o mês de dezembro de 1998, serão eliminados nos termos da Lei nº 7.627/87 e das Resoluções Administrativas TRT 9ª Região nºs 91/96 e 109/2000, razão pela qual as partes interessadas têm o prazo de 60 (sessenta) dias, improrrogáveis, contados a partir da publicação do presente Edital no Diário da Justiça do Estado do Paraná, para requerer, às suas expensas, o desentranhamento de documentos ou cópias de peças juntadas nos processos a serem eliminados. O requerimento deve ser dirigido ao Diretor de Secretaria dessa Vara, à rua Ten. Cel. Joaquim Carneiro, 331, Cidade Alta, Jaguariaíva/PR. Terão legitimidade para requerer desentranhamento de documentos as partes e advogados constituídos nos autos ou com procuração especialmente apresentada para tal finalidade.
Dado e passado nesta Vara, aos doze dias do mês de janeiro de dois mil e quatro, eu_____Carlos Enéas Lino da Silva, Diretor de Secretaria, subscrevi.

ODETE GRASSELLI
Juíza do Trabalho

Rolândia

VARA DO TRABALHO DE ROLÂNDIA

EDITAL DE CITAÇÃO DO RECLAMADO, (prazo 20 dias), Expedido nos autos do Processo de Reclamatória Trabalhista PS nº 475/01, entre as partes: CRISTIANA DE SOUZA MAGALHÃES, autora; PAULA & GOMES LTDA, réu.

O Doutor REGINALDO MELHADO, Juiz do Trabalho da Vara de Rolândia-PR, faz saber a todos quanto o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento, que se está citando a executada PAULA & GOMES LTDA, com endereço em lugar incerto e não sabido, a pagar no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a importância de R$ 1.849,17 (um mil, oitocentos e quarenta e nove reais e dezessete centavos), ou garantir a execução, sob pena de penhora, tudo conforme sentença transitada em julgado e da decisão do seguinte teor: "...J. Expeça-se edital de citação a segunda demandada.",... Rolândia, 21 de novembro de 2003.

Valores Devidos	
Principal	R$ 1.050,57
Custas	R$ 26,58
Hon. Do Contador	R$ 258,84
Juros	R$ 213,61
Hon. Advocatícios	R$ 178,49
INSS a recolher	R$ 121,08
TOTAL DA EXECUÇÃO	R$ 1.849,17

Valores atualizados até 30/06/2003.

E, para que chegue ao conhecimento dos interessados e especialmente do Reclamado e seus representantes legais, é passado o presente edital, publicado na Imprensa Oficial e que será afixado no lugar de costume na sede desta Vara à Av Presidente Vargas, 2.270, nesta cidade de Rolândia-PR.

Eu, Márcia de Moura Feitosa Martins, Técnica Judiciária, o digitei e eu, Giliane Chiaratti Maissen, Diretora de Secretaria o Subscrevi.

Rolândia-PR, 07 de janeiro de 2004..

REGINALDO MELHADO
Juiz do Trabalho

R$ 180,00

Tribunal Regional da 9ª Região

RELAÇÃO SRH/SERLEG/SLD Nº 003/2004

Portarias da Presidência do TRT da 9ª Região de 7-1-2004:

Portaria JP nº 3/04 - Art 1º. Constituindo Comissão Permanente de Licitações para o exercício de 2004; **Art. 2º**. Designando os servidores abaixo relacionados para compor a referida comissão:

- **JOVIR MIGUEL CAPELESSO MARINELLO**, Assessor, código TRT 9ª CJ-3, da Assessoria de Licitações, Compras e Contratos, como presidente;
- **ENILCE FRANCISCA ROCHA**, Diretor de Secretaria, código TRT 9ª CJ-3, da Secretaria de Execução Contábil, Orçamentária e Financeira; **NEWTON JÚLIO CÉSAR SERBENA,** Técnico Judiciário Área Judiciária, classe C, padrão 15; **SANDRO ALENCAR FURTADO**, Diretor de Secretaria, código TRT 9ª CJ-3, da Secretaria Administrativa; **JORGE DE LIMA FILHO**, Assessor, código TRT 9ª CJ-3, da Assessoria da Direção-Geral; **BENEDY ANTUNES DE OLIVEIRA**, Diretor de Serviço, código TRT 9ª CJ-2, do Serviço de Engenharia e Arquitetura; **CLÁUDIO GERMANO HUF**, Técnico Judiciário Área Serviços Gerais Especialidade Portaria, classe C, padrão 15; **CRISTIANE POSSEBON MUSSI**, Analista Judiciário Área Judiciária, classe A, padrão 1; **ELADIR PRADOS**, Técnico Judiciário Área Administrativa, classe A, padrão 5; **FLÁVIA CARNEIRO DE ALMEIDA**, Técnico Judiciário Área Judiciária, classe A, padrão 1; **GERSON BASTOS RIBAS**, Analista Judiciário Área Judiciária, classe C, padrão 14; **PAULO CELSO GERVA**, Técnico Judiciário Área Serviços Gerais Especialidade Segurança, classe C, padrão 15; **HILMA MARIA WIELEWSKI**, Diretor de Serviço, código TRT 9ª CJ-2, dos Serviços Gerais; **MÁRCIO RICARDO MIRA**, Técnico Judiciário Área Serviços Gerais Especialidade Segurança e Transporte, classe C, padrão 15; **VALDENIR SCOLARI DE ASSIS**, Técnico Judiciário Área Serviços Gerais Especialidade Segurança e Transporte, classe C, padrão 15; **DANIEL VICENTE THOMAZ**, Diretor de Serviço, código TRT 9ª CJ-2, do Serviço de Processamento de Dados; **CARLOS ALBERTO OBERLAENDER LOPES**, Diretor de Serviço, código TRT 9ª CJ-2, do Serviço de Controle e Suporte; **EMILSON CORADI**, Diretor de Serviço, código TRT 9ª CJ-2, do Serviço de Material e Patrimônio; e **ADILSON MARZALL**, Técnico Judiciário Área Judiciária, classe C, padrão 15, lotado na Assessoria da Direção-Geral, como membros;

Art. 3º. A referida comissão será composta pelo Presidente e mais dois membros, sendo que em caso de impedimento deste, atuarão como Presidente Substituto a servidora **ENILCE FRANCISCA ROCHA** ou o servidor **NEWTON JÚLIO CÉSAR SERBENA**; **Art. 5º**. Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Portaria JP nº 12/04 - designando **ROSEMEIRE DE SOUZA PEREIRA**, Técnico Judiciário Área Administrativa, classe A, padrão 1, para SUBSTITUIR o Diretor de Serviço, código TRT 9ª CJ-2, do Serviço de Distribuição dos Feitos de 1ª Instância de Cascavel, no período de 7 a 21-1-2004, em virtude de impedimento do substituto legal na referida função.

Portaria da Presidência do TRT da 9ª Região de 8-1-2004:

Portaria JP nº 5/04 - O JUIZ-PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO, usando de suas atribuições legais, tendo em vista o ofício SCP/CS nº 312, de 29-10-2003, e ofício SPE nº 104, de 12-12-2003, ambos do TRT da 2ª Região, e com fulcro no art. 84, § 2º, da Lei 8.112/90, R E S O L V E lotar **LENICE CUNHA FREIRE**, servidora do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, ora à disposição deste Tribunal, em exercício provisório, na 11ª Vara do Trabalho de Curitiba, a partir de 5-2-2004, com ônus para o Órgão de origem.

RELAÇÃO SRH/SERLEG/SLD Nº 003/2004 – fl. 2

Portarias da Presidência do TRT da 9ª Região de 12-1-2004:

Portaria JP nº 13/04 - Art 1º. Designando **FLÁVIA CARNEIRO DE ALMEIDA**, Técnico Judiciário Área Judiciária, classe A, padrão 1, lotada na Assessoria de Licitações, Compras e Contratos, para ATUAR como *Pregoeiro* junto a este Tribunal, no Pregão nº 04/2004, referente à manutenção de copiadoras e impressoras Sharp; **Art 2º**. Designando **HILMA MARIA WIELEWSKI**, Diretor de Serviço, código TRT 9ª CJ-2, dos Serviços Gerais; e **PAULO CELSO GERVA**, Técnico Judiciário Área Serviços Gerais Especialidade Segurança, classe C, padrão 15, lotado na Assessoria de Licitações, Compras e Contratos, para comporem a *Equipe de Apoio* ao *Pregoeiro*; **Art. 3º**. Designando **HILMA MARIA WIELEWSKI**, Diretor de Serviço, código TRT 9ª CJ-2, dos Serviços Gerais, para ATUAR como substituto do *Pregoeiro* em seus impedimentos legais; **Art. 4º**. Delegando ao Pregoeiro as atribuições de que trata o art. 8º, inciso III, alíneas "*a*" e "*c*", Anexo I do Decreto nº 3.555/2000; **Art. 5º**. Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Portaria JP nº 14/04 - Art 1º. Designando **PAULO CELSO GERVA**, Técnico Judiciário Área Serviços Gerais Especialidade Segurança, classe C, padrão 15, lotado na Assessoria de Licitações, Compras e Contratos, para ATUAR como *Pregoeiro* junto a este Tribunal, no Pregão nº 03/2004, referente à aquisição de cartuchos para impressora HP e Laser Jet; **Art 2º**. Designando **FLÁVIA CARNEIRO DE ALMEIDA**, Técnico Judiciário Área Judiciária, classe A, padrão 1, lotada na Assessoria de Licitações, Compras e Contratos; e **EMILSON CORADI**, Diretor de Serviço, código TRT 9ª CJ-2, do Serviço de Material e Patrimônio, para comporem a *Equipe de Apoio* ao *Pregoeiro*; **Art. 3º**. Designando **FLÁVIA CARNEIRO DE ALMEIDA**, Técnico Judiciário Área Judiciária, classe A, padrão 1, lotada na Assessoria de Licitações, Compras e Contratos, para ATUAR como substituto do *Pregoeiro* em seus impedimentos legais; **Art. 4º**. Delegando ao Pregoeiro as atribuições de que trata o art. 8º, inciso III, alíneas "*a*" e "*c*", Anexo I do Decreto nº 3.555/2000; **Art. 5º**. Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Portarias da Presidência do TRT da 9ª Região de 13-1-2004:

Portaria JP nº 15/04 - Art. 1º. Instaurando COMISSÃO DE SINDICÂNCIA para apuração das responsabilidades relacionadas com as irregularidades observadas na Vara do Trabalho de Assis Chateaubriand; **Art. 2º**. Designando para compor a Comissão, **DIVINO JULIAN**, Diretor de Secretaria de Vara do Trabalho, código TRT 9ª CJ-3, da 4ª Vara do Trabalho de Curitiba, na qualidade de Presidente; **SANDRO ALENCAR FURTADO**, Diretor de Secretaria, código TRT 9ª CJ-3, da Secretaria Administrativa e **JOVIR MIGUEL CAPELESSO MARINELLO**, Assessor, código TRT 9ª CJ-3, da Assessoria de Licitações, Compras e Contratos, na condição de membros; **Art. 3º**. Fixando o prazo de 30 dias para conclusão dos trabalhos, autorizando a Comissão, desde logo, a praticar todos os atos necessários ao desempenho de suas funções, na forma da legislação pertinente; **Art. 4º**. As unidades vinculadas à Administração deste Tribunal, prestarão a colaboração necessária para o cumprimento das tarefas afetas à Comissão.

RELAÇÃO SRH/SERLEG/SLD Nº 003/2004 – fl. 3

Portaria JP nº 19/04 - autorizando o servidor **JOÃO SOARES MIRANDA**, Diretor de Secretaria, código TRT 9ª CJ-3, da Secretaria de Informática, portador de Carteira Nacional de Habilitação Categoria "C", para, de acordo com o ofício SI nº 003/2004, de 8-1-2004, dirigir veículo oficial, a serviço deste Tribunal.

Portaria JP nº 20/04 - autorizando o servidor **DANIEL VICENTE THOMAZ**, Diretor do Serviço de Processamento de Dados, código TRT 9ª CJ-2, portador de Carteira Nacional de Habilitação Categoria "AB", para, de acordo com o ofício SI nº 003/2004, de 8-1-2004, dirigir veículo oficial, a serviço deste Tribunal.

Curitiba, 19 de janeiro de 2004.

Guaraci Carvalho - Diretor Substituto da SRH

Boletim da Justiça Federal

Varas Federais de Curitiba

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE CURITIBA
VARA FEDERAL DO SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO
Av. Anita Garibaldi, 888, 7º Andar, Ahú, n/Capital

JUIZ FEDERAL MÁRCIO ANTONIO ROCHA
JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO FLÁVIO ANTÔNIO DA CRUZ

BOLETIM DE INTIMAÇÃO N. 0007/2004

No(s) processo(s) abaixo, foi proferido despacho de seguinte teor:
"NOS TERMOS DO ART. 125, INC. IV E 331, CAPUT DO CPC, ESTE ÚLTIMO NA REDAÇÃO OUTORGADA PELA RECENTE LEI Nº 10.404/2002, DESIGNO PARA" - data indicada abaixo - "AUDIÊNCIA PRELIMINAR, A FIM DE TENTAR A SOLUÇÃO AMIGÁVEL DO LITÍGIO, MEDIANTE CONCILIAÇÃO DAS PARTES."

CONSIGNATORIA

96.00.12174-5 - CELSO MENDONCA BONACIN X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF E OUTRO
Adv. : Dr(s). ORLANDO ANZOATEGUI JUNIOR, CIRINEI ASSIS KARNOS, (**FL.216: DIA 09/MARÇO/2004, ÀS 14H)

98.00.01294-0 - VALDIR FERREIRA LIMA E OUTRO X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF E OUTRO
Adv. : Dr(s). JOAO BATISTA VALIM, PAULA SCHMITZ DE SCHMITZ, MAURICIO PIOLI, (**FL. 278: DIA 16/MARÇO/2004, ÀS 16:10H)

98.00.14239-8 - MARINO DI GIUSEPPE X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). ORLANDO ANZOATEGUI JUNIOR, MANOEL DINIZ PAZ NETO, (**FL.180: DIA 09/MARÇO/2004, ÀS 14:30H)

99.00.18746-6 - OSMAIR ANTUNES X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). RENATO GALVAO CARRILLO, GILBERTO MARCHIORO, MARCO ANTONIO FAGUNDES CUNHA, CLAUDIO MARCHIORO, (**FL.396: DIA 16/MARÇO/2004, ÀS 15H)

2000.70.00.030746-6 - ANTONIO CARLOS GONCALVES E OUTRO X COMPANHIA DE HABITACAO POPULAR DE CURITIBA COHAB CT E OUTRO
Adv. : Dr(s). INDIANARA FARIAS DE CAMARGO, LUIZ ANTONIO P SANTIAGO, JOSEMAR VIDAL DE OLIVEIRA, (**FL.176: DIA 09/MARÇO/2004, ÀS 17H)

ACAO ORDINARIA

2001.70.00.010457-2 - VALDICI ANTONIO BARBIEIRO E OUTRO X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). INDIANARA FARIAS DE CAMARGO, MANOEL DINIZ PAZ NETO, (***FL.429: DIA 16/MARÇO/2004, ÀS 17H)

2001.70.00.025578-1 - CRISTINA DE MATTOS BARROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). CRISTINA DE MATTOS BARROS, EVERLY DOMBECK FLORIANI, (** FL. 151: DIA 16/MARÇO/2004, ÀS 14:00H)

2001.70.00.033055-9 - GERALDO RAIMUNDO DE SOUZA SERRA X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). ORLANDO ANZOATEGUI JUNIOR, CLAUDIA LORENA CARRARO VARGAS, (**FL.191: DIA 09/MARÇO/2004, ÀS 15H)

2002.70.00.037158-0 - IVANIR DE OLIVEIRA X CIA DE HABITACAO POPULAR DE CURITIBA- COHAB E OUTRO
Adv. : Dr(s). INDIANARA FARIAS DE CAMARGO, EVERLY DOMBECK FLORIANI, LUIZ ANTONIO P SANTIAGO, JOSEMAR VIDAL DE OLIVEIRA, (**FL.265: DIA 09/MARÇO/2004, ÀS 16:10H)

CONSIGNATORIA

2002.70.00.037591-2 - SERGIO GABRIEL DA SILVA E OUTRO X COMPANHIA DE HABITACAO POPULAR DE CURITIBA - COHAB-CT E OUTRO
Adv. : Dr(s). RENATO GALVAO CARRILLO, LUIZ ANTONIO P SANTIAGO, JOSEMAR VIDAL DE OLIVEIRA, CLAUDIA LORENA CARRARO VARGAS, RICARDO LUIZ DE OLIVEIRA, (**FL.246: DIA 16/MARÇO/2004, ÀS 15:30H)

ACAO ORDINARIA

2002.70.00.039134-6 - ANTONIO JATCZAK FILHO E OUTRO X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). ORLANDO ANZOATEGUI JUNIOR, CIRINEI ASSIS KARNOS, (FL.203: DIA 09/MARÇO/2004, ÀS 15:30H)

No(s) processo(s) abaixo, foi proferido decisão de seguinte teor:
"(...) Indefiro, portanto, a antecipação de tutela, quanto ao pedido de depósito judicial dos encargos mensais, nos valores que a parte entende serem devidos. A parte, querendo, deverá promover o pagamento dos valores que entende serem corretos diretamente na conta do contrato, sem prejuízo de poder postular a restituição do indébito, caso procedente o pedido.
2) Defiro, porém, o pedido de inibição da execução extrajudicial (...).
3) De igual modo, (...) é fato que, estando a dívida sob discussão, não é dado ao agente financeiro incluir o nome do aventado devedor em cadastros restritivos ao crédito (...).
4) Isto posto:
4.1) Intime-se a parte demandada para que se abstenha de promover a execução extrajudicial em razão do contrato discutido no presente; se abestenha de lançar o nome dos autores em cadastros restritivos ao crédito e, na hipótese de já ter lançado, promova o levantamento no prazo de 10(dez) dias, contados da intimação."

ACAO ORDINARIA

2003.70.00.060502-8 - MARCELO LINHARES FREHSE E OUTRO X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). MOYSES GRINBERG, (Fls. 73/74)

CURITIBA, 16 de janeiro de 2004.

JORGE VICENTE SILVA
Diretor da Secretaria da Vara
Federal do Sist. Fin. da Habitação

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE CURITIBA
VARA FEDERAL DO SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO
Av. Anita Garibaldi, 888, 7º Andar, Ahú, n/Capital

JUIZ FEDERAL MÁRCIO ANTONIO ROCHA
JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO FLÁVIO ANTÔNIO DA CRUZ

BOLETIM DE INTIMAÇÃO N. 0008/2004

No(s) processo(s) abaixo, foi proferido despacho de seguinte teor:
"NOS TERMOS DO ART. 125, INC. IV E 331, CAPUT DO CPC, ESTE ÚLTIMO NA REDAÇÃO OUTORGADA PELA RECENTE LEI Nº 10.404/2002, DESIGNO PARA" - data indicada abaixo - "AUDIÊNCIA PRELIMINAR, A FIM DE TENTAR A SOLUÇÃO AMIGÁVEL DO LITÍGIO, MEDIANTE CONCILIAÇÃO DAS PARTES."

CONSIGNATORIA

90.00.03638-0 - RICARDO FEITOSA DE ARAUJO E OUTRO X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). RICARDO FEITOSA DE ARAUJO, FRANCISCO CARLOS PINEDA LOPES, CIRINEI ASSIS KARNOS, (**FL.361: DIA 12/MARÇO/2004, ÀS 15:30H)

ACAO CAUTELAR

94.00.01466-0 - PABLO ANTONIO GODOY MUNOZ E OUTRO X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF E OUTROS
Adv. : Dr(s). WILIAM FERNANDO TADEU FRANCA BORGES, VIVIANE STADLER FAGUNDES, CLOVIS APARECIDO MARTINS, (**FL.313: DIA 11/MARÇO/2004, ÀS 14:30H)

CONSIGNATORIA

97.00.07406-4 - CLODOALDO DALKE E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). JOAO BATISTA VALIM, MANOEL DINIZ PAZ NETO, (**FL.209: DIA 12/MARÇO/2004, ÀS 15H)

ACAO ORDINARIA

97.00.14377-5 - IARA SCHMITZ E OUTRO X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF E OUTRO
Adv. : Dr(s). AFONSO CELSO NUNES, MONICA FERREIRA MELLO BIORA, CIRINEI ASSIS KARNOS, (**FL.296: DIA 12/MARÇO/2004, ÀS 16:10H)

CONSIGNATORIA

98.00.03569-9 - SCHIRLEY TERESINHA PIASKOWSKI E OUTRO X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). ADRIANA MARIA ZANICOSKI KOCHEN, MARCO ANTONIO FAGUNDES CUNHA, EDGAR LUIZ DIAS, CLAUDIA LORENA CARRARO VARGAS, (**FL.153: DIA 12/MARÇO/2004, ÀS 14H)

98.00.05166-0 - DAGMAR DE SOUZA RICARDO DOS SANTOS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). ALMIR LAMIN, EDGAR LUIZ DIAS, (**FL.203: 12/MARÇO/2004, ÀS 14:30H)

98.00.26574-0 - LUIZ ANTONIO DE PAULA E OUTRO X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF E OUTRO
Adv. : Dr(s). ADRIANA MARIA ZANICOSKI KOCHEN, MARCO ANTONIO FAGUNDES CUNHA, CLAUDIA LORENA CARRARO VARGAS, (**FL.249: 11/MARÇO/2004, ÀS 15H)

99.00.11445-0 - MARIA DO CARMO LUCAS ISRAEL E OUTRO X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). ADRIANA MARIA ZANICOSKI KOCHEN, MARCO ANTONIO FAGUNDES CUNHA, RENATO GALVAO CARRILLO, JAIR ROBERTO PIEROTTO, (**FL.142: 11/MARÇO/2004, ÀS 14H)

ACAO ORDINARIA

99.00.14414-7 - ANTONIO CARLOS BASILIO DA SILVA X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). ANTONIO AUGUSTO GONCALVES, ARISTIDES ALVES RODRIGUES FILHO, JAIR ROBERTO PIEROTTO, MANOEL DINIZ PAZ NETO, (**FL.47: DIA 10/MARÇO/2004, ÀS 14H)

99.00.27043-6 - DAMARIZ MAGALI CUJIV X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). MARCO ANTONIO FAGUNDES CUNHA, MANOEL DINIZ PAZ NETO, (**FL.404: DIA 11/MARÇO/2004, ÀS 16:10H)

CONSIGNATORIA

2000.70.00.003190-4 - LUIZ MARIO MORO CONQUE X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). MARCO ANTONIO FAGUNDES CUNHA, ADEMIR FERNANDES CLETO, MANOEL DINIZ PAZ NETO, (**FL.414: DIA 10/MARÇO/2004, ÀS 15H)

2000.70.00.019221-3 - APARECIDO ALVARO DE FREITAS E OUTRO X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). GILBERTOO ADRIANE DA SILVA, PAULA SCHMITZ DE SCHMITZ, CIRINEI ASSIS KARNOS, (**FL.286: DIA 12/MARÇO/2004, ÀS 17H)

EMBARGOS A EXECUCAO

2001.70.00.014835-6 - ADMAR DENES DE ANDRADE E OUTRO X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). LUIZ FERNANDO MARCONDES ALBUQUERQUE, (**FL.134: DIA 11/MARÇO/2004, ÀS 17H)

CONSIGNATORIA

2001.70.00.036870-8 - HENRY MAYRHOFER E OUTRO X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). MARIA ALICE CARNEIRO FIGUEREDO, MANOEL DINIZ PAZ NETO, (**FL.178: DIA 10/MARÇO/2004, ÀS 14:30H)

ACAO ORDINARIA

2003.70.00.009866-0 - TOM JOSEF KARL SCHMIDT E

OUTRO X EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA
Adv. : Dr(s). RICARDO LUIZ DE OLIVEIRA, MANOEL DINIZ PAZ NETO, (**FL.226: DIA 10/MARÇO/2004, ÀS 16:10H)

2003.70.00.047115-2 - THADEU BOCON JUNIOR E OUTRO X EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA
Adv. : Dr(s). RICARDO LUIZ DE OLIVEIRA, EVERLY DOMBECK FLORIANI, (**FL.233: DIA 10/MARÇO/2004, ÀS 17H)

CURITIBA, 16 de janeiro de 2004.

JORGE VICENTE SILVA
Diretor da Secretaria da Vara
Federal do Sist. Fin. da Habitação

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE CURITIBA
VARA FEDERAL DO SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO
Av. Anita Garibaldi, 888, 7º Andar, Ahú, n/Capital

JUIZ FEDERAL MÁRCIO ANTONIO ROCHA
JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO FLÁVIO ANTÔNIO DA CRUZ

BOLETIM DE INTIMAÇÃO N. 0009/2004

No(s) processo(s) abaixo, foi proferido despacho de seguinte teor:
"NOS TERMOS DO ART. 125, INC. IV E 331, CAPUT DO CPC, ESTE ÚLTIMO NA REDAÇÃO OUTORGADA PELA RECENTE LEI Nº 10.404/2002, DESIGNO PARA" - data indicada abaixo - "AUDIÊNCIA PRELIMINAR, A FIM DE TENTAR A SOLUÇÃO AMIGÁVEL DO LITÍGIO, MEDIANTE CONCILIAÇÃO DAS PARTES."

CONSIGNATORIA

90.00.05892-9 - LUIZ HENRIQUE BERLITZ X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF E OUTRO
Adv. : Dr(s). ELIONORA HARUMI TAKESHIRO, FELIPE BALECHE NETO, CLOVIS APARECIDO MARTINS, LUIZ ALBERTO GONCALVES, (**FL.635: DIA 18/MARÇO/2004, ÀS 14:30H)

92.00.01467-4 - JOAO ARISTIDES BATISTA DOS SANTOS E OUTRO X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). JACKSON GLADSTON NICOLODI, ADYR RAITANI JUNIOR, NEY DE OLIVEIRA RODRIGUES, (**FL.105: 17/MARÇO/2004, ÀS 15H)

92.00.07364-6 - RUI CARDOSO LIMA FILHO X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF E OUTROS
Adv. : Dr(s). MARIA ILMA CARUSO GOULART, GILBERTO DOMINGOS DE BRITO, CIRINEI ASSIS KARNOS, (**FL.203: DIA 18/MARÇO/2004, ÀS 15H)

ACAO ORDINARIA

94.00.03121-1 - PABLO ANTONIO GODOY MUNOZ E OUTRO X UNIAO FEDERAL E OUTROS
Adv. : Dr(s). WILIAM FERNANDO TADEU FRANCA BORGES, CIRINEI ASSIS KARNOS, (**FL.267: DIA 18/MARÇO/2004, ÀS 17H)

CONSIGNATORIA

98.00.15456-6 - CESAR AUGUSTO TACLA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). ALEXANDRE BROWN PALMA, CIRINEI ASSIS KARNOS, (**FL.211: DIA 17/MARÇO/2004, ÀS 14:30H)

DECLARATORIA

99.00.13470-2 - SONIA RITA KISTER X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). CARLOS BAYESTORFF JUNIOR, CIRINEI ASSIS KARNOS, (**FL.189: DIA 18/MARÇO/2004, ÀS 16:10H)

ACAO ORDINARIA

2000.70.00.004210-0 - MARCO ANTONIO DOS SANTOS E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). MARIA EMA PACHECO DOS SANTOS, INDIANARA FARIAS DE CAMARGO, MANOEL DINIZ PAZ NETO, (**FL.316: DIA 17/MARÇO/2004, ÀS 14H)

CONSIGNATORIA

2000.70.00.012641-1 - EVANILDA MOREIRA MARTINS E OUTRO X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). ALEXANDRE CHRISTOPH LOBO PACHECO, GILBERTOO ADRIANE DA SILVA, CLAUDIA LORENA CARRARO VARGAS, (**FL.137: DIA 16/MARÇO/2004, ÀS 14:30H)

2000.70.00.018995-0 - FERNANDO FERREIRA DE MORAES X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). CARLOS ALEXANDRE DIAS DA SILVA, CLAUDIA LORENA CARRARO VARGAS, (**FL.366: 18/MARÇO/2004, ÀS 14H)

ACAO ORDINARIA

2001.70.00.002309-2 - HELIO DANIEL RATTES MARQUES RUFFINI E OUTRO X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). LUIR CESCHIN, CIRINEI ASSIS KARNOS, (**FL.222: DIA 17/MARÇO/2004, ÀS 16:10H)

2003.70.00.033144-5 - ROSANE MUGNAINE E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). MARIA ALICE CARNEIRO FIGUEREDO, EVERLY DOMBECK FLORIANI, (**FL.418: 17/MARÇO/2004, ÀS 17H)

Nos autos abaixo-relacionados, foi proferidoo seguinte despacho:
"(...) revela-se medida saneadora a concentração da discussão apenas no bojo de um dos autos, no qual todas as questões necessárias ao deslinde da causa devem ser discutidas. Não há qualquer prejuízo para as partes, porquanto todos os feitos serão, ao final, solucionados. Por outro, a prestação jurisdicional ganhará celeridade, adequando-se à demanda contida existente.
Assim, a tramitação dos presentes se dará unicamente nos autos de Consignatória em apenso, para posterior julgamento simultâneo, evitando-se decisões contraditórias, devendo qualquer pedido referente à presente lide ser empreendida naqueles autos.
A Secretaria deverá juntar as petições unicamente naqueles autos (salvo contestação e impugnação à contestação, se apresentadas). Intimem-se as partes.

ACAO ORDINARIA

98.00.18767-7 - CESAR AUGUSTO TACLA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). ALEXANDRE BROWN PALMA, CIRINEI ASSIS KARNOS, (FL. 143-PRAZO COMUM)

CURITIBA, 19 de janeiro de 2004.

JORGE VICENTE SILVA
Diretor da Secretaria da Vara
Federal do Sist. Fin. da Habitação

SECRETARIA DA PRCTBPR01

Boletim de intimação 001/2004

DESPACHOS E DECISÕES PROFERIDAS PELOS MM. JUIZES DA VARA FEDERAL PREVIDENCIÁRIA E ATOS DE SECRETARIA CONFORME PORTARIA 02/98 E PROVIMENTO 22/99 DA CORREGEDORIA GERAL DO TRF DA 4ª REGIÃO.

No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"DEFIRO O PEDIDO DA FL. 327, CONCEDENDO À PARTE AUTORA 15 DIAS PARA JUNTAR AOS AUTOS AS PROCURAÇÕES ATUALIZADAS DE PAULO OSCAR MULLER E ARY DE SOUZA FONTENELLI.

ACAO ORDINARIA PREVIDENCIARIA

95.00.05337-3 - PAULO OSCAR MULLER E OUTROS X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). SILVIO LUIZ DE COSTA, desp. fl. 328

No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"INTIME-SE O DR. ALBERTINHO POSSAMAI PARA PROMOVER O LEVANTAMENTO DOS VALORES DEPOSITADOS A TÍTULO DE HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA, NO PRAZO DE 30 DIAS, SOB PENA DE DEVOLUÇÃO DOS VALORES À AUTARQUIA.

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

94.00.07135-3 - ARISTIDES OLIVEIRA VINHOLES - ESPOLIO E OUTRO X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). ALBERTINHO POSSAMAI, DESP. FL. 229

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o
seguinte despacho:
"... SOBRE OS ELEMENTOS, MANIFESTE-SE A PARTE AUTORA, CIENTE QUE EVENTUAL CONCORDÂNCIA POSSIBILITARÁ RÁPIDA SOLUÇÃO DO LITÍGIO. INOCORRENDO ANUÊNCIA COM OS VALORES PROPOSTOS, PROMOVA A PARTE AUTORA, QUERENDO, A EXECUÇÃO DO JULGADO, NOS TERMOS DO ART. 730 C/C 604 DO CPC."

ACAO DIVERSA PREVIDENCIARIA

98.00.24662-2 - LOURDES BORTONCELLO GLOBER X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). MARLENE APARECIDA KASCHAROWSKI, DESP. FL. 356

ACAO ORDINARIA

2000.70.00.030024-1 - ODILA BIZZOTO PRODOSSIMO X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). CARMELINDA CARNEIRO, DESP. FL. 274

2001.70.00.002247-6 - ROSMAR JOSE JOAY X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). MARCO ANTONIO ANDRAUS, DESP. FL. 109

2001.70.00.032317-8 - MARIA INES BITTENCOURT AUGUSTO X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). CLAUDIO PISCONTI MACHADO, DESP. FL. 234

2002.70.00.022199-4 - CARLOS EDUARDO CAMARGO NASCIMENTO X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). CELSO GUIMARAES RODRIGUES, DESP. FL. 70

2002.70.00.022567-7 - DAYLI VALERIO X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). CELSO GUIMARAES RODRIGUES, DESP. FL. 62

2002.70.00.023717-5 - JOSE VALDEMIR DA LUZ FERREIRA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). REALINA PEREIRA CHAVES BATISTEL, DESP. FL. 59

2002.70.00.024836-7 - AIRTON BARBOSA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). GENI KOSKUR, DESP. FL. 77

2002.70.00.045626-2 - JOSE AUGUSTO CONSTANZO SILVA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). CARMELINDA CARNEIRO, DESP. FL. 105

2002.70.00.045649-3 - PEDRO REINA MARTINS X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). GRACIELA GONCALVES PARZIANELLO, DESP. FL. 134

2002.70.00.046115-4 - IRENIO FERREIRA DOS SANTOS X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). CARLA FERNANDES ARAÚJO, DESP. FL. 72

2002.70.00.046336-9 - ORLANDO RODRIGUES CORREA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). JOSE DANTAS LOUREIRO NETO, DESP. FL. 59

2002.70.00.047017-9 - VALDENIR DA SILVA FARIA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). FLORIANO TERRA FILHO, DESP. FL. 56

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2002.70.00.047536-0 - MARCOS JENSEN X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). ALOISIO CANSIAN, DESP. FL. 59

2002.70.00.047876-2 - TERESINHA KOVALTCHUK X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). MARINA MANGINI, DESP. FL. 72

ACAO ORDINARIA

2002.70.00.047977-8 - JOAO ARTIGAS FILHO X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). FLORIANO TERRA FILHO, DESP. FL. 58

2002.70.00.048044-6 - JOSE ADEMIR DALPONTE X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). MARINA MANGINI, DESP. FL. 79

2002.70.00.048757-0 - ARIEL JOSE RESSETTI X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). ANTONIO ROBERTO MOURA FERRO JUNIOR, DESP. FL. 53

2002.70.00.049866-9 - JOAO GEORGES MANSOUR X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). LEONI DE OLIVEIRA MOTA, DESP. FL. 55

2002.70.00.067958-5 - GIOVANE FRANCISCO SOBRAL X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). GRACIELA GONCALVES PARZIANELLO, DESP. FL. 132

2002.70.00.068697-8 - MAURILIO GERALDO DA SILVA E OUTRO X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). GENI KOSKUR, DESP. FL. 81

2002.70.00.070637-0 - MARIA CRISTINA CUNHA SMIJTINK X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). MARIA REGINA BARBOSA RODRIGUES TEIXEIRA, DESP. FL. 54

2002.70.00.072095-0 - ANTONIO THADEU IVANOVSKI X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). BERENICE REIS LESSA, DESP. FL. 48

2002.70.00.074026-2 - JOSMAR VOLERTE X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). APARECIDA INGRACIO DA SILVA, DESP. FL. 53

2002.70.00.074144-8 - NELSON GASPARIN X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). LEO ROBERT PADILHA, DESP. FL. 48

2002.70.00.074146-1 - PEDRO EMILIANO DOS SANTOS X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). MARCOS ANTONIO FUGANTI DE OLIVEIRA, DESP. FL. 54

2002.70.00.074226-0 - VALDOMIRO DA SILVA FABIANO X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). FLORIANO TERRA FILHO, DESP. FL. 48

2002.70.00.074478-4 - HELIO PEDRO SOUZA FILHO X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). FLORIANO TERRA FILHO, DESP. FL. 71

2002.70.00.075676-2 - ELOIR MOREIRA RIBEIRO X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). ANA CELESTINA PIRES RODRIGUES, DESP. FL. 110

2002.70.00.076598-2 - GERMANO LOURENCO EHLKE X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). GRACIELA GONCALVES PARZIANELLO, DESP. FL. 62

2003.70.00.002057-9 - ELOI FERREIRA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). PAULO AMBROSIO, DESP. FL. 56

2003.70.00.003857-2 - MARIO WIEZBICKI X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). PAULO AMBROSIO, DESP. FL. 53

2003.70.00.005259-3 - RENE COSTA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). PAULO AMBROSIO, DESP. FL. 54

2003.70.00.005719-0 - EUNICE BAIL NEVES X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). MARIA REGINA BARBOSA RODRIGUES TEIXEIRA, DESP. FL. 49

2003.70.00.006147-8 - PEDRO LUNARDON X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). ROLAND HASSON, DESP. FL. 65

2003.70.00.006156-9 - JULIETA MARIA DOS SANTOS PALMONARI X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). ROLAND HASSON, DESP. FL. 63

2003.70.00.006857-6 - MIGUEL WENSKI SOBRINHO X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). MARIO SERGIO DE ALMEIDA, DESP. FL. 46

2003.70.00.006858-8 - ALDERICO ANTONIO LOPES DA SILVA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). MARIO SERGIO DE ALMEIDA, DESP. FL. 52

2003.70.00.007112-5 - CELESTYN RESLER X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). IDERALDO JOSÉ APPI, DESP. FL. 61

2003.70.00.007509-0 - ALCEU ANTONIO SILVA FRACARO X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). MARIO SERGIO DE ALMEIDA, DESP. FL. 44

2003.70.00.007758-9 - BELMIRO HEIDE NETO X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). FABIANE CRISTINA PAISANI JURQUEVICZ, DESP. FL. 50

2003.70.00.009727-8 - JOSE JOAO NOGUEIRA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). ALVARO DIAS HENRIQUE, DESP. FL. 100

2003.70.00.009918-4 - MILTON LEODORO DE PAIVA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). MARLENE APARECIDA KASCHAROWSKI, DESP. FL. 73

2003.70.00.010075-7 - GRINALDO DOS SANTOS X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). IDERALDO JOSÉ APPI, DESP. FL. 65

2003.70.00.010605-0 - MARIA TAEKA KATO DE OLIVEIRA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). LEONTINA ERNESTA COLPANI, DESP. FL. 65

2003.70.00.011788-5 - RUBENS CROZETA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). JOSE HERIBERTO MICHELETO, DESP. FL. 57

2003.70.00.012249-2 - OSVALDO CARDOSO X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). ALMIR TADEU BOTELHO, DESP. FL. 46

2003.70.00.013589-9 - JOAO MARIA DE MIRANDA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). ALMIR TADEU BOTELHO, DESP. FL. 53

2003.70.00.014107-3 - OSMAR DE ALMEIDA ROCHA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). UGO ULISSES ANTUNES DE OLIVEIRA, DESP. FL. 63

2003.70.00.017667-1 - ARISTIDES LOURENCO BRIDI X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). LEONTINA ERNESTA COLPANI, DESP. FL. 70

2003.70.00.017668-3 - ANTONIO BENEDITO MAZEPA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). LUIZ ADAO MARQUES, DESP. FL. 93

No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"...ASSIM, DETERMINO A DEVOLUÇÃO AO INSS, MEDIANTE GUIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, DO MONTANTE DEPOSITADO EM FAVOR DAS AUTORAS ELENCADAS NO ITEM 3 DESTE DECISÓRIO, PARA POSTERIOR REPASSE DESTA VERBA DIRETAMENTE NAS CONTAS-BENEFÍCIO DAS AUTORAS,...
TENDO EM VISTA A CESSAÇÃO DOS BENEFÍCIOS DAS AUTORAS THEONILHA M. ABREU, TEREZA LOPES DE PAULA, TERVINA MORAIS S. MOREIRA, IZAURA RIBEIRO E TEREZA JOSÉ PROCÓPIO E A NÃO HABILITAÇÃO DE EVENTUAIS SUCESSORES, DEVOLVA-SE AO INSS O VALOR DEPOSITADO EM FAVOR DELAS.
QUANTO À TEREZINHA DA PAZ (ESPÓLIO), ..., DEVENDO PROSSEGUIR A EXECUÇÃO EM RELAÇÃO A ELA.

ACAO ORDINARIA PREVIDENCIARIA

93.00.03531-2 - TEREZA GONCALVES CORREA E OU-

TROS X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). RITA ELIZABETH CAVALIN CAMPELO, DESP. FLS. 425/426

No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"... TENDO EM VISTA A CESSAÇÃO DE SEU BENEFÍCIO (FL. 278) E A NÃO HABILITAÇÃO DE EVENTUAIS SUCESSORES, DEVOLVA-SE AO INSS O VALOR DEPOSITADO EM SEU FAVOR.

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

94.00.03797-0 - OSWALDO WILTON SEILER ROCHA E OUTROS X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). FERNANDO WILSON ROCHA MARANHAO, DESP. FL. 330

No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"CONVERTO O JULGAMENTO EM DILIGÊNCIA PARA DETERMINAR, EM ATENÇÃO AO ART. 398 DO CPC, QUE AS PARTES SE MANIFESTEM SOBRE AS INFORMAÇÕES DE FL. 37 E CÁLCULO DE FL. 38 NO PRAZO DE 5 DIAS.

EMBARGOS A EXECUCAO

2002.70.00.020803-5 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. X ANTONIO CARLOS DE ALMEIDA TELLES
Adv. : Dr(s). LUCIA HELENA FERNANDES STALL, DESP. FL. 39

No processo abaixo foi proferida a seguinte
sentença:
"...PELO EXPOSTO, REJEITO OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.

EMBARGOS A EXECUCAO

2003.70.00.032131-2 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. X ROSELI SCHREIBER
Adv. : Dr(s). MARIA APARECIDA RAMINA, SENT. FL. 91

No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"INTIME-SE A PARTE AUTORA PARA SE MANIFESTAR SOBRE A PETIÇÃO DA FL. 259.

ACAO ORDINARIA

2000.70.00.020014-3 - YOLANDA BINDA MARGULSKI X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). CARMELINDA CARNEIRO, DESP. FL. 258

No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"INTIME-SE A PARTE EXEQUENTE PARA SE MANIFESTAR SOBRE A PETIÇÃO E DOCUMENTOS DAS FLS. 233/236 E NA HIPÓTESE DE CONCORDÂNCIA, DEVERÁ APRESENTAR NOVA PLANILHA DE CÁLCULOS PARA INSTRUIR A EXECUÇÃO. PRAZO: 10 DIAS.

ACAO ORDINARIA PREVIDENCIARIA

98.00.27352-2 - SIRLEI LEMES X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. E OUTRO
Adv. : Dr(s). LUIZ BRESOLIN, DESP. FL. 238

No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"MANIFESTEM-SE AS PARTES.

ACAO ORDINARIA PREVIDENCIARIA

93.00.03533-9 - VENCESLAU DE PAULA SANTOS E OUTROS X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). RITA ELIZABETH CAVALIN CAMPELO, DESP. FL. 209

No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"...TENDO EM VISTA QUE O INSS JÁ JUNTOU AS INFORMAÇÕES FALTANTES NAS PLANILHAS DE REQUISIÇÃO DAS FLS. 1023 E 1032, EXPEÇA-SE REQUISIÇÃO DE PAGAMENTO NOS TERMOS DO DECISÓRIO DA FL. 982, COM POSTERIOR INTIMAÇÃO DAS PARTES.

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

00.00.90407-4 - CESARIO BELLIA E OUTROS X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). SAULO JOSE CARLOS F MARTINS, DESP. FL. 1041

No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"...ASSIM, DETERMINO O PROSSEGUIMENTO DA EXECUÇÃO PELOS CÁLCULOS DA CONTADORIA DA FL. 344, COM A REQUISIÇÃO DE PAGAMENTO, DEVENDO A PARTE EXEQUENTE, NO PRAZO DE 10 DIAS, JUNTAR PLANILHA DE REQUISIÇÃO...

ACAO ORDINARIA PREVIDENCIARIA

00.00.83098-4 - BERNARDO BUBNIAK - ESPOLIO X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). JUCARA LUIZA POLETTO, DESP. FL. 350/351

No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"ABRA-SE VISTA À REQUERENTE POR 5 DIAS SOBRE O VALOR DO BENEFÍCIO DE PENSÃO POR MORTE INFORMADO PELO INSS.

ACAO ORDINARIA

2002.70.00.079455-6 - LINDINALVA ROSA CAVALCANTE X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). CLAUDIA SALLES VILELA VIANNA, DESP. FL. 153

No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"INTIME-SE A PARTE AUTORA PARA FORNECER OS NÚMEROS DOS CPFS DOS EXEQUENTES MENCIONADOS NA CERTIDÃO SUPRA.
FL. 701: COMO A PARTE CREDORA PRETENDE A EXPEDIÇÃO DE RPV EM RELAÇÃO AO CRÉDITO DO EXEQUENTE AGENOR FERREIRA DA COSTA, DEVERÁ JUNTAR PROCURAÇÃO COM PODERES ESPECÍFICOS PARA RENUNCIAR AOS VALORES EXCEDENTES A 60 SALÁRIOS MÍNIMOS...

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

00.00.85026-8 - ABELARDO LOYOLA E SILVA E OUTROS X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). JACKSON SPONHOLZ, DESP. FL. 702

No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"INTIME-SE NOVAMENTE O PROCURADOR DO EXEQUENTE PARA CUMPRIR O ITEM 4 DO DESPACHO DA FL. 64, NO PRAZO DE 10 DIAS.

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2000.70.00.020932-8 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. X MIGUEL PAROL
Adv. : Dr(s). CLAUDIO PISCONTI MACHADO, DESP. FL. 67

No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"JUNTEM-SE CÓPIAS DAS DECISÕES DO TRF, STJ E CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO NOS AUTOS PRINCIPAIS.
APÓS, DESAPENSEM-SE E ARQUIVEM-SE ESTES AUTOS.

EMBARGOS A EXECUCAO

2000.70.00.016148-4 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. X ABELARDO LOYOLA E SILVA E OUTROS
Adv. : Dr(s). JACKSON SPONHOLZ, DESP. FL. 124

No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"COM A RESPOSTA DOS OFÍCIOS, ABRA-SE VISTA ÀS PARTES PARA, NO PRAZO DE 10 DIAS, APRESENTAÇÃO DE ALEGAÇÕES FINAIS, A COMEÇAR PELA PARTE AUTORA.

ACAO ORDINARIA

2001.70.00.028605-4 - JORACI ALVES DOS SANTOS X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). JOSE MARIA MARTINS DO NASCIMENTO, TERMO FL. 78

No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"REINTIME-SE A PARTE AUTORA PARA DAR ANDAMENTO AO FEITO, NO PRAZO DE 5 DIAS.
SALIENTO QUE A CARGA DOS DEMAIS VOLUMES DOS AUTOS É ATO QUE COMPETE À PRÓPRIA PARTE E INDEPENDE DE DEFERIMENTO DO JUÍZO.

ACAO ORDINARIA

2001.70.00.029724-6 - GEOLAR DA ROCHA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). MARLENE APARECIDA KASCHAROWSKI, DESP. FL. 209

No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"DEIXO DE RECEBER A APELAÇÃO DA PARTE AUTORA, ANTE SUA MANIFESTA INTEMPESTIVIDADE.

ACAO ORDINARIA

2001.70.00.035411-4 - ARLINDO PRATEZZI X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). RAQUEL ALBUQUERQUE DE SOUZA LIMA, DESP. FL. 181

No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"INTIME-SE O ADVOGADO DO AUTOR PARA ASSINAR A PETIÇÃO E APRESENTAR CONTRAFÉ. PRAZO DE 10 DIAS.

ACAO ORDINARIA

2001.70.00.011730-0 - ANTONIO AUGUSTO DA CRUZ X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). JOAO SOARES DOS REIS, DESP. FL. 98

No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"INTIME-SE O ADVOGADO DO AUTOR PARA ASSINAR A PETIÇÃO EM 5 DIAS.

ACAO ORDINARIA

2001.70.00.032140-6 - LUIZA REGINA MARTINS CERIZZA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). CLAUDIO PISCONTI MACHADO, DESP. FL. 267

No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"FALE O AUTOR EM 5 DIAS SOBRE A PETIÇÃO DA UNIÃO.

ACAO ORDINARIA

2001.70.00.014272-0 - WILSON MARQUES X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). MARCUS ELY SOARES DOS REIS, DESP. FL. 115

No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"REINTIME-SE A PARTE AUTORA PARA CUMPRIR OS ITENS 3 E 4 DO DESPACHO DA FL. 175, NO PRAZO DE 15 DIAS.

ACAO ORDINARIA

2001.70.00.020453-0 - LIVALDO NETZEL E OUTROS X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). DIRCEU AUGUSTINHO ZANLORENSE, DESP. FL. 177

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"... À PARTE AUTORA PARA MANIFESTAÇÃO EM DEZ DIAS." (SOBRE CONTESTAÇÃO)

ACAO ORDINARIA

2003.70.00.045836-6 - TOSHIHIKO OTA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). JOAO NELSON KINAL, DESP. FL. 20

2003.70.00.048813-9 - CLEIDER BATISTA GOMES X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). FRANCISCO ANTUNES FERREIRA, DESP. FL. 16

2003.70.00.056236-4 - FLUGENCIA LIMA DOS SANTOS COUTINHO X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). OLINTO ROBERTO TERRA, DESP. FL. 19

2003.70.00.058657-5 - MARIO DA SILVA ROCHA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). NELSON RAMOS KUSTER, DESP. FL. 32

2003.70.00.074249-4 - TEREZINHA PAZINI X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). MARCELO KALIL, DESP. FL. 14 VERSO

2003.70.00.074282-2 - JULIETA COSTA MACHADO X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). RONALDO MARTINS, DESP. FL. 12

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"... MANIFESTE-SE A PARTE AUTORA (SOBRE CONTESTAÇÃO), INDICANDO DESDE JÁ AS PROVAS QUE EFETIVAMENTE DESEJA REALIZAR, DECLINANDO QUAIS FATOS JURÍDICOS QUER DEMONSTRAR COM CADA MODALIDADE ESCOLHIDA."

ACAO ORDINARIA

2003.70.00.043807-0 - ANTONIO CARLOS COSTA DE MIRANDA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). MARLY APARECIDA PEREIRA FAGUNDES, DESP. FL. 55

2003.70.00.045696-5 - TEREZA NOGUEIRA CAROLINO X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). TANIA DE SOUZA SOARES, DESP. FL. 31

2003.70.00.046662-4 - JOSAFAT KERETCH X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). ANTONIO CARLOS DA VEIGA, DESP. FL. 29

2003.70.00.048996-0 - HELENA LOPES DE OLIVEIRA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). ALEXANDRE ARALDI GONZALEZ, DESP. FL. 43

2003.70.00.049236-2 - IRENE PANSTEIN X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). CLAUDIO PISCONTI MACHADO, DESP. FL. 60

No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"INTIME-SE A PARTE AUTORA PARA, NO PRAZO DE 10 DIAS, TRAZER PLANILHA DE CÁLCULO CONFORME MODELO PADRÃO CONSTANTE NA RESOLUÇÃO DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, DISPONIBILIZADO NA PÁGINA DESTA SEÇÃO JUDICIÁRIA (www.jfpr.gov.br) E NA SECRETARIA DESTE JUÍZO."

ACAO ORDINARIA

2002.70.00.024272-9 - ANELISE GROPP X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). RUBENS SALGADO VON HARTENTHAL, DESP. FL. 65

2002.70.00.047485-9 - JUVENIL ROBERTO DE BARROS X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). FLORIANO TERRA FILHO, DESP. FL. 65

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2002.70.00.048752-0 - KENITIRO NAGAYAMA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). ANTONIO ROBERTO MOURA FERRO JUNIOR, DESP. FL. 62

ACAO SUMARIA

2002.70.00.048761-1 - MARLENE DA CONCEICAO VALLIM SARTORELLI X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). ANTONIO ROBERTO MOURA FERRO JUNIOR, DESP. FL. 68

ACAO ORDINARIA

2002.70.00.070220-0 - VERA LUCIA ZACARIOSKI DOS SANTOS X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). FLORIANO TERRA FILHO, DESP. FL. 62

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2002.70.00.070230-3 - ARNALDO LEOCADIO LEMOS CARNEIRO X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). FLORIANO TERRA FILHO, DESP. FL. 63

MANDADO DE SEGURANCA

2002.70.00.076080-7 - WANDERLEY JOSE DA SILVA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). FLORIANO TERRA FILHO, DESP. FL. 72

CURITIBA, 14 de janeiro de 2004

MARIA CRISTINA DOS SANTOS SOUZA
DIRETORA DE SECRETARIA EM EXERCÍCIO
VARA FEDERAL PREVIDENCIÁRIA

SECRETARIA DA PRCTBPR01

Boletim de intimação 004/2004

PROCESSOS com carga a advogados, COM PRAZO VENCIDO (Art. 195, 196 e Parágrafo Único do CPC). INTIMAÇÃO PARA DEVOLUÇÃO EM 48 (QUARENTA E OITO) HORAS.

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

00.00.83585-4 - FRANCISCO HEITOR CALLE E OUTROS X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). MAURO LEITNER GUIMARAES

ACAO ORDINARIA PREVIDENCIARIA

89.00.04067-7 - ELIANE DO ROCIO PEREIRA VALLEJO X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). INES SADDOCK E SILVA

90.00.03594-5 - RUBENS FERRREIRA DE LIMA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). INES SADDOCK E SILVA

91.00.00493-6 - PIETRO FALVO X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). INES SADDOCK E SILVA

91.00.16366-0 - ORANDINO CARLINS X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). CARLOS ALBERTO PEREIRA

92.00.09006-0 - ROSELEIA MARIA DA SILVA E OUTROS X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). CLAUDIO PISCONTI MACHADO

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

93.00.00633-9 - TANY MATILDE WEIDNER-ESPOLIO E OUTROS X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). ALEXANDRE KALABAIDE VAZ

93.00.11437-9 - CARLOS JAYME DEMBINSKI E OUTROS X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). ALEXANDRE KALABAIDE VAZ

ACAO ORDINARIA PREVIDENCIARIA

93.00.13417-5 - ELIEZER CORDEIRO CONCEICAO - ESPOLIO E OUTROS X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). ALEXANDRE KALABAIDE VAZ

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

93.00.13422-1 - SILVIO KRUBINIKI-ESPOLIO E OUTROS X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). ALEXANDRE KALABAIDE VAZ

CARTA PRECATORIA PREVIDENCIARIA

94.00.03077-0 - CRISTINA HENRIQUE TAKAFUSI X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). CLAUDIO R ANDRADE DE PROENÇA

ACAO ORDINARIA PREVIDENCIARIA

94.00.08018-2 - JOSE BALBINO DE AMORIM E OUTROS X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). SILVIO LUIZ DE COSTA

95.00.09757-5 - MARIA LEONOR GOES E OUTROS X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). SILVIO LUIZ DE COSTA

96.00.00049-2 - PEDRO KLOSTER SAMPAIO X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). ALEXANDRE KALABAIDE VAZ

97.00.05758-5 - CARLOS ALBERTO ZENI X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). RICARDO ZANATA MIRANDA

MANDADO DE SEGURANCA PREVIDENCIARIO

99.00.09139-6 - ALTIVIR VAZ MARCHIORI X CHEFE DO

POSTO DO SEGURO SOCIAL DO INSS
Adv. : Dr(s). MARIO SERGIO DE ALMEIDA

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2000.70.00.001688-5 - ACLERIA DE LURDES MERLIN ROGALEWSKI X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). JOAQUIM LOPES

2001.70.00.023399-2 - HONORIO IVAN POLETTO E OUTROS X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). MARCELLO TABORDA RIBAS

2001.70.00.026343-1 - MONICA GRECHINSKI FILIPAK X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). AIRTON PASSOS DE SOUZA

2001.70.00.029935-8 - ALCEU PEDROSO X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). ARNALDO FERREIRA

ACAO ORDINARIA

2001.70.00.029996-6 - LAERTES GALVAO LOBO X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). CLAUDIO PISCONTI MACHADO

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2001.70.00.031107-3 - LEONIDAS DE SOUZA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). AIRTON PASSOS DE SOUZA

2001.70.00.033017-1 - NELSON DISSENHA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). ALOISIO CANSIAN

2001.70.00.034982-9 - ANILTON CORVELLO X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). HELOISA HELENA DE O. SOARES

2001.70.00.036610-4 - DERCY ABEGAHYR BECHTLOFF X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). NELIO ANTONIO UZEYKA JUNIOR

2001.70.00.037602-0 - AMABILE MARIA RODRIGUES E OUTROS X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). GERSON LUIZ WENZEL

2001.70.00.037631-6 - ADOLPHO KNOPIK X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). STELLA MARIS DE F BITTENCOURT

2001.70.00.037812-0 - ARI BALUTA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). STELLA MARIS DE F BITTENCOURT

2001.70.00.037945-7 - IRINEU CAMBI X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). MARCO ANTONIO ANDRAUS

2001.70.00.038624-3 - SHENG LI CHING X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). JOSICLER VIEIRA BECKERT MARCONDES

2001.70.00.038625-5 - ADAO MAGALHAES DAS NEVES X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). JOSICLER VIEIRA BECKERT MARCONDES

ACAO ORDINARIA

2001.70.00.038941-4 - BENITO DOS SANTOS PACHECO X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). DEBORA ESPINDOLA NOGUEIRA

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2001.70.00.039359-4 - TEREZA PENKAL GODOY X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). ANTONIO VALMOR JUNKES

ACAO ORDINARIA

2001.70.00.039368-5 - MARIZA COSTA GABARRON X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). CLAUDIO PISCONTI MACHADO

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2001.70.00.040000-8 - CATARINA FERREIRA KUSMA E OUTROS X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). MARCIO GABRIELLI GODOY

2001.70.00.040708-8 - HOLIER BAGGIO X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). SAMIRA DE FATIMA NABBOUH ABREU

2001.70.00.041670-3 - GERALDO JOSE MULLER E OUTROS X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). MARCELO FERNANDES POLAK

2002.70.00.000034-5 - RENE JACOB SELLA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). STELLA MARIS DE F BITTENCOURT

2002.70.00.000070-9 - OSVALDO GONCALVES X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). MARCO ANTONIO ANDRAUS

2002.70.00.000192-1 - MARIA BENTA PEREIRA CHAVES X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). MARCIO GABRIELLI GODOY

2002.70.00.001740-0 - THEREZINHA DE JESUS SAVIOLI X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). OSMAR NODARI

2002.70.00.002429-5 - HELENA CHAGAS SOPPER X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). AIRTON PASSOS DE SOUZA

2002.70.00.002430-1 - RUI CASADO D AVILA ESPOLIO X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). AIRTON PASSOS DE SOUZA

2002.70.00.003039-8 - YOLANDA HUNGARETTI CORTES X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). SAMIRA DE FATIMA NABBOUH ABREU

2002.70.00.003380-6 - ABILIO ZANON E OUTROS X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). MARCIO GABRIELLI GODOY

2002.70.00.004613-8 - LAURINDO PALU X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). MARCIO GABRIELLI GODOY

2002.70.00.008158-8 - ELYSEU SBOLLI E OUTROS X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). JOAO SOARES DOS REIS

2002.70.00.008168-0 - ARNALDO KRAUSS X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). CARLOS ALBERTO BORELLI BARBOSA

2002.70.00.008361-5 - ADIR LEOPOLDO GONCALVES DA SILVA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). MARCELO JUGEND

2002.70.00.008893-5 - WIELAND WITTHOEFT X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). ALOISIO CANSIAN

2002.70.00.009945-3 - ILSE JACOBS HASSE X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). KARIN HASSE

2002.70.00.010602-0 - OMAR ALCANTARA DINIZ X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). VANESSA TEIXEIRA DOS SANTOS

2002.70.00.010753-0 - FRANCISCO ANTUNES GUIDES NETO X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). GIANNA CARLA ANDREATTA ROSSI

2002.70.00.011532-0 - ILDA KNUPPEL VEIGA E OUTRO X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). MARCIO GABRIELLI GODOY

2002.70.00.014253-0 - NILCEA ILKA BOCCHI X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). GERSON LUIZ WENZEL

2002.70.00.014441-0 - DIAIR PINTO ARACHESKI X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). REGINALDO CLEON PINTO ARACHESKI

2002.70.00.016327-1 - ISAURA GALVAO SILVA FILHO E OUTRO X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). VICTOR FEIJO FILHO

2002.70.00.017075-5 - JOAO VACARCIUCK X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). ALOISIO CANSIAN

EXECUCAO PROVISORIA DE SENTENCA

2002.70.00.017577-7 - CLEIDE TERUME MUKAI X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). CLAUDIO PISCONTI MACHADO

ACAO ORDINARIA

2002.70.00.019997-6 - EDIVALDO TEIXEIRA DOS SANTOS X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). MAURO JOSE AUACHE

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2002.70.00.020382-7 - ALCENIO FERREIRA DE MIRANDA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). RENOLDA AMELIA DA SILVEIRA SOLHEID

2002.70.00.020752-3 - IRINEU KOWALSKI X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). PATRICIA KUBASKI DE ARAUJO

2002.70.00.021267-1 - OSIRIS CURIAL X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). MARCIA E. DE OLIVEIRA TORNESI

2002.70.00.025437-9 - ANTONIO CUMAN X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). JOAO BELMIRO DOS SANTOS

2002.70.00.028745-2 - ONIVALDO SEBASTIAO VICENTINI X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). CLINIO LEANDRO LINO LYRA

2002.70.00.029495-0 - MARIANO GRECHINSKI X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). AIRTON PASSOS DE SOUZA

2002.70.00.031711-0 - OSEIAS ALVES FERREIRA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). JULIO CESAR ZIROLDO

2002.70.00.033080-1 - JOAO PERUSOLO X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). MARCO ANTONIO ANDRAUS

2002.70.00.033157-0 - MILTON COELHO POLYDORO X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). GILBERTO MARCHIORO

2002.70.00.045020-0 - LAURO RODRIGUES ESPOLIO X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). MARCIA E. DE OLIVEIRA TORNESI

ACAO ORDINARIA

2002.70.00.048453-1 - ALVARO KOLROSS X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). ALEXSANDRA DE SOUZA

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2002.70.00.059452-0 - OSVALDO NADALIN X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). AIRTON PASSOS DE SOUZA

2002.70.00.060754-9 - ALAIDE MOREIRA WOJCIECHOWSKI E OUTROS X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). MARCIO GABRIELLI GODOY

2002.70.00.062006-2 - ANTONIO BARCHIK X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). DURCILIA SILVA

2002.70.00.062015-3 - JULIA FEDYNA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). MARCIA E. DE OLIVEIRA TORNESI

2002.70.00.062022-0 - JURACY ASSUMPCAO SCHNEIDER X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). JAIR APARECIDO AVANSI

2002.70.00.063401-2 - JOSE DA SILVA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). STELLA MARIS DE F BITTENCOURT

2002.70.00.064499-6 - JOAO BATISTA CORREA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). GABRIEL BARDAL

2002.70.00.064902-7 - HERONIADES TRINDADE X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). FABIO ARTIGAS GRILLO

2002.70.00.066877-0 - ELIDIA ZONATO BINDO X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). JOSE CARLOS ROSA

2002.70.00.068084-8 - MAFALDA LAURIANO X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). GIANNA CARLA ANDREATTA ROSSI

2002.70.00.068240-7 - MIRCO DE ROSSI X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). VILSON STALL

2002.70.00.068241-9 - ARTUR MONTEIRO X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). GIANNA CARLA ANDREATTA ROSSI

2002.70.00.068242-0 - ABRAM BOGDANSKI X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). GIANNA CARLA ANDREATTA ROSSI

2002.70.00.068376-0 - CECY BARROSO SERPA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). JORGE GOMES ROSA NETO

2002.70.00.068377-1 - CLAUDIO CHAGAS BELZ X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). JORGE GOMES ROSA NETO

2002.70.00.068378-3 - JOSE REHME X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). JORGE GOMES ROSA NETO

2002.70.00.068379-5 - LUIZ JURACI GIACOMASSI X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). JORGE GOMES ROSA NETO

2002.70.00.068380-1 - PEDRO KLIMAK X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). JORGE GOMES ROSA NETO

2002.70.00.068381-3 - RODOLPHO GORSKI X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). JORGE GOMES ROSA NETO

2002.70.00.068382-5 - TEREZINHA SCOTT BECKER X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). JORGE GOMES ROSA NETO

2002.70.00.069558-0 - DANIEL NELSON BASSO X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). STELLA MARIS DE F BITTENCOURT

ACAO ORDINARIA

2002.70.00.070135-9 - WILSON MURARO X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). OTHON ACCIOLY RODRIGUES DA COSTA NETO

2002.70.00.070669-2 - MIGUEL ULBRICH X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). OTHON ACCIOLY RODRIGUES DA COSTA NETO

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2002.70.00.071750-1 - HAROLDO BAUMGART X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). VILSON STALL

2002.70.00.071752-5 - DIVA APARECIDA PEREZ FERNANDES X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). GIANNA CARLA ANDREATTA ROSSI

2002.70.00.071753-7 - CADORNA DORVAL VAILATTI X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). GIANNA CARLA ANDREATTA ROSSI

EXECUCAO PROVISORIA DE SENTENCA

2002.70.00.071860-8 - ELZA TORRES GALVAO CIFFONI X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). FABIO ARTIGAS GRILLO

ACAO ORDINARIA

2002.70.00.074141-2 - ODALO ALVES X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). LEO ROBERT PADILHA

ACAO CAUTELAR

2003.70.00.002846-3 - JOSUE ROSA DE MOURA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). CLAUDIO PISCONTI MACHADO

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2003.70.00.007068-6 - PAULINO SZENCZUK E OUTROS X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). OTHON ACCIOLY RODRIGUES DA COSTA NETO

2003.70.00.009939-1 - OSVALDO ZIEGLE X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). VERGINIA MARA PEDROSO

EMBARGOS A EXECUCAO

2003.70.00.012225-0 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. X DANIEL NELSON BASSO
Adv. : Dr(s). STELLA MARIS DE F BITTENCOURT

ACAO ORDINARIA

2003.70.00.012247-9 - ADELMA APARECIDA SILVA MESSIAS E OUTROS X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). OTHON ACCIOLY RODRIGUES DA COSTA NETO

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2003.70.00.013794-0 - ANTONIO BENATO X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). JORGE GOMES ROSA NETO

EMBARGOS A EXECUCAO

2003.70.00.019346-2 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. X CARLOS ALBERTO ZENI
Adv. : Dr(s). RICARDO ZANATA MIRANDA

IMPUGNACAO AO VALOR DA CAUSA

2003.70.00.022616-9 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. X JOSUE ROSA DE MOURA E OUTRO
Adv. : Dr(s). CLAUDIO PISCONTI MACHADO

ACAO ORDINARIA

2003.70.00.023422-1 - PEDRO CARLINS X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). MARLY APARECIDA PEREIRA FAGUNDES

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2003.70.00.025670-8 - IDALINO PEREIRA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). STELLA MARIS DE F BITTENCOURT

2003.70.00.030248-2 - HELENA MARGARIDA VENERI KOSLOSKI X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). ANTONIO GERALDO SCUPINARI

ACAO ORDINARIA

2003.70.00.030389-9 - ARISTEU VEIGA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). WILLYAN ROWER SOARES

ACAO CAUTELAR

2003.70.00.035598-0 - JOSE SOWEK E OUTROS X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). ALOISIO CANSIAN

ACAO ORDINARIA

2003.70.00.039791-2 - ONILDES JOSE MARIA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). CLAUDIO PISCONTI MACHADO

MANDADO DE SEGURANCA

2003.70.00.041164-7 - JOAO EVANGELISTA BUNN X CHEFE DO POSTO DE ARRECADACAO E FISCALIZACAO DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
Adv. : Dr(s). MARLI BRUCK KUNIFAS

ACAO ORDINARIA

2003.70.00.049466-8 - PETRUCIO ALVES MOURAO X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). CLAUDIO PISCONTI MACHADO

2003.70.00.054908-6 - PEDRO ADILSON ROSSA - ESPOLIO X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). ANGELA DORIGO KUCHARSKI

CURITIBA, 16 de janeiro de 2004

MARIA ELISA L. ATALLA
DIRETORA DE SECRETARIA
VARA FEDERAL PREVIDENCIÁRIA

SECRETARIA DA PRCTBCR01

BOLETIM DE INTIMAÇÕES Nº 02/2004

SECRETARIA DA 1ª VARA FEDERAL CRIMINAL CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE CURITIBA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ

DR. OZIEL FRANCISCO DE SOUZA
JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO

O processo abaixo encontra-se para a intimação do(s) advogado(s) da data designada por este Juízo, dia 23/03/2004, às 15h00min, para a realização da audiência em que serão inquiridas as testemunhas arroladas pela defesa, bem como de que foi expedida carta precatória ao Juízo de Direito da Comarca da Lapa/PR, para a inquirição da testemunha Maria Eugênia Pierim.

ACAO PENAL

2000.70.00.000422-6 - MINISTERIO PUBLICO FEDERAL X JACIRA DIAS GALANTE, CARLOS MOISES PIMENTA
Adv. : Dr(s). MIEKO ITO, SIMONE MARQUES SZESZ, LIDIO DIAS DELGADO

O processo abaixo encontra-se para a intimação do(s) advogado(s) do despacho adiante transcrito: " Defiro a oitiva de João Ricardo Saldanha Muniz, conforme requerido pelo Ministério Público na fase do art.499 do CPP. Designo o dia 16/03/2004, às 15h00min, para sua inquirição. (...)

ACAO PENAL

2002.70.00.021542-8 - MINISTERIO PUBLICO FEDERAL X WALDEMAR LAIS OLIVEIRA, MARCIO WOICIECHOWSKI, FASTTEL ENGENHARIA LTDA
Adv. : Dr(s). CLEBER EDUARDO ALBANEZ, CLOVIS JOSE GUGELMIN DISTEFANO

O processo abaixo encontra-se para a intimação do(s) advogado(s) do expediente juntado à fl.81 dos autos, bem como dos documentos que o acompanham (apensol).

ACAO PENAL

2001.70.00.011147-3 - MINISTERIO PUBLICO FEDERAL X JACKSON LUIZ DE LUNA
Adv. : Dr(s). ARTUR DE ABREU

O(s) processo(s) abaixo encontra(m)-se para intimação do(s) advogado(s) para o fins do art. 500 do CPP. Nos processos com mais de um réu com defensores diferentes, o prazo será comum e correrá em secretaria.

ACAO PENAL

2001.70.00.021596-5 - MINISTERIO PUBLICO FEDERAL X ALCIONE MARTINS
Adv. : Dr(s). FABIANO DA ROSA, ADRIANA EVELINA PISA GRUDZIEN

2002.70.00.064671-3 - MINISTERIO PUBLICO FEDERAL X FLAVIO PEREIRA TEIXEIRA, CREUSA PEREIRA TEIXEIRA
Adv. : Dr(s). FLAVIO PEREIRA TEIXEIRA, CREUSA PEREIRA TEIXEIRA

O processo abaixo encontra-se para a intimação do(s) advogado(s) do despacho adiante transcrito: " Diante da manifestação ministerial acostada no verso da fl.60, e diante da justificativa apresentada à fl.59, decido pela continuidade da suspensão do processo quanto à beneficiada Valéria Rosana de Lima Chueiri. Advirta-se a beneficiada que não serão mais toleradas faltas do dever de cumprir suas obrigações, em hipótese alguma. (...) "

ACAO PENAL

2001.70.00.036489-2 - MINISTERIO PUBLICO FEDERAL X VALERIA ROSANA DE LIMA CHUEIRI E OUTRO
Adv. : Dr(s). MIRIAM PERSIA DE SOUZA

O processo abaixo encontra-se para a intimação do(s) advogado(s) do despacho adiante transcrito: " Em virtude do atraso na juntada do termo de transcrição, a fim de não causar prejuízo às partes, concedo-lhes novo prazo para que, assim desejado, apresentem impugnação à transcrição efetuada, nos termos do Provimento nº 05/03 da Corregedoria-Geral do E. Tribunal Regional Federal da 4ª Região."

CARTA PRECATORIA

2003.70.00.046833-5 - MINISTERIO PUBLICO FEDERAL X PAULO PAIVA LOPES, RUI DE SA, VANDIRA LANA ESPINDOLA DE SA
Adv. : Dr(s). MAURICIO S. MONTANHA TEIXEIRA, LEONTAMAR VALVERDE PEREIRA, CLELIO TOFFOLI JUNIOR, MAURICIO S. MONTANHA TEIXEIRA

O processo abaixo encontra-se para a intimação do(s) advogado(s) do despacho adiante transcrito: " Diante da justificativa apresentada pela defesa, redesigno para o dia 11 de fevereiro de 2004, às 16 horas, a inquirição das testemunhas Goyá Campos, Anselmo José do Oliveira e Doático Santos. Consigno que as testemunhas comparecerão independente de intimação, conforme declarado à fl.379. (...) "

CARTA DE ORDEM

2003.70.00.060995-2 - MINISTERIO PUBLICO FEDERAL X ROBERTO REQUIAO DE MELLO E SILVA
Adv. : Dr(s). RENE DOTTI

O processo abaixo encontra-se para a intimação do(s) advogado(s) da data designada por este Juízo, dia 03/03/2004, às 15h30min, para a realização da audiência em que serão inquiridas as testemunhas arroladas pela defesa, bem como da expedição de carta precatória aos Juízos de Direito das Comarcas de Juína/MT e Mandirituba/PR, para inquirição das testemunhas Alcides Antonio dos Santos e Iracema Artigas Quevedo.

ACAO PENAL

2000.70.00.000534-6 - MINISTERIO PUBLICO FEDERAL X MARIA HELENA RIBEIRO, ADEODATO JOSE ALBERTO TAVARES
Adv. : Dr(s). PATRICIA CHEMIM, ADEODATO JOSE A. TAVARES

O processo abaixo encontra-se para a intimação do(s) advogado(s) do despacho adiante transcrito: " Assiste razão ao Ministério Público Federal. Destarte, acolho a promoção ministerial de fl.44, por seus próprios fundamentos, eis que incabível o benefício da suspensão condicional do processo no caso em tela. (...) "

ACAO PENAL

2002.70.00.037032-0 - MINISTERIO PUBLICO FEDERAL X MAURICIO JOSE NICKEL
Adv. : Dr(s). CARLOS EDUARDO V RIBEIRO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferida sentença declarando extinta a punibilidade dos réus, pelo integral e satisfatório cumprimento das condições impostas, nos termos do art. 89, § 5º, da Lei 9099/95.

ACAO PENAL

2000.70.00.012554-6 - MINISTERIO PUBLICO FEDERAL X TEREZINHA VIEIRA GALVAO, SILVESTRE KNAPIK, SUELI TEREZINHA DE LIMA
Adv. : Dr(s). MILTON JOSE PAIZANI, CARLOS EDUARDO SPROTTE, NADYR ZIMMERMANN

O processo abaixo encontra-se para a intimação do(s) advogado(s) do despacho proferido nos autos, cuja parte conclusiva é a seguinte: " (...) declino da competência para o processamento e julgamento dos presentes em favor do MM. Juízo de Direito da Vara Criminal competente por distribuição da Comarca de Curitiba/PR, (...) "

INCIDENTE DE RESTIT/ COISAS APREENDIDAS

2003.70.00.052746-7 - RICARDO CORREIA RIBEIRO X Adv. : Dr(s). CARLOS CAETANO Z. DA COSTA, MARIA ELISABETH DE L.G. NEVES

CURITIBA, 19 de janeiro de 2004

WASHINGTON JOSÉ DOS SANTOS
Diretor de Secretaria e.e.
da 1ª Vara Federal Criminal

SECRETARIA DA 2ª VARA FEDERAL CÍVEL DE CURITIBA.

BOLETIM DE INTIMAÇÃO Nº 009/2004.

JUÍZA FEDERAL: DRA. GISELE LEMKE.
JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO: DR. RICARDO RACHID DE OLIVEIRA.

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi(ram) proferido(s) o(s) seguinte(s) despacho(s):
" 1. A Caixa Econômica Federal, em diversas oportunidades - inclusive por meio de ofício dirigido a esse Juízo -, requereu a concessão de prazo para o cumprimento espontâneo da obrigação consubstanciada na sentença. Tal pedido vinha sendo deferido em atenção aos princípios da celeridade e economia processual.
1.1. Todavia, o que se vem observando é que a concessão de prazo para o cumprimento espontâneo vem gerando mais malefícios do que benefícios ao célere e, principalmente, ao eficaz tramitar processual.
1.2. Ocorre que, diversos incidentes vêm se verificando sem que haja uma relação processual constituída e sem que a satisfação do credor seja efetivamente decidida. Assim, ora a Caixa Econômica Federal não cumpre a obrigação no prazo requerido e assinalado; ora cumpre apenas em relação a alguns dos credores sob a justificativa de que os demais assinaram termos de adesão; ora traz os termos de adesão; ora não os traz; ora os traz sem a assinatura do suposto transigente; ora se nega a trazê-los porque o termo assinado é o branco e não o azul; na maioria das vezes a parte credora discorda dos valores creditados e passa a questioná-los, sem, contudo, apresentar razões embasadas para a discordância; há, ainda, diversos pedidos de aplicação de multa diária contra a Caixa Econômica Federal, pela alegada recusa no cumprimento espontâneo do julgado. Tudo, repito, sem que haja uma relação processual constituída. Enfim, os diversos incidentes processuais surgidos neste ínterim, entre o trânsito em julgado da sentença proferida no processo de conhecimento e a instauração do processo de execução, estão a causar uma série de tumultos, sem que se extraia daí qualquer benefício.
1.3. Assim, considerando que o cumprimento espontâneo da obrigação é uma faculdade da parte devedora, a qual para ser exercida independe da concessão de qualquer prazo; considerando ainda que a eventual concessão de prazo para o cumprimento espontâneo é irrelevante e não tem o condão de impedir que parte credora promova a execução do julgado; considerando ainda que, caso o devedor queira uma declaração de quitação da dívida que emerge da sentença, mesmo contra a vontade do credor, deverá valer-se da faculdade instituída pelo art. 570, do CPC, tenho por bem não conhecer de qualquer pedido formulado por qualquer das partes visando a marcação de prazo para o cumprimento espontâneo da obrigação. Indefiro, outrossim, qualquer pedido de imposição de multa à CEF por não ter cumprido espontaneamente o julgado.
1.4. Fica revogado qualquer despacho anteriormente proferido no sentido contrário ao ora decidido.
2. Considerando que a Caixa Econômica Federal está efetuando o crédito nas contas do FGTS de todos aqueles que firmaram o termo de adesão e, nos termos do Decreto nº 4.777/2003, não se está mais a exigir a homologação dos termos de adesão para o fim de se realizar o depósito das quantias devidas; considerando, ainda, que a sucessiva juntada de termos de adesão, em momentos distintos para cada um dos credores, e a discussão incidental a respeito de suas validades, numa fase onde não há ainda relação processual constituída está a onerar excessivamente e injustificadamente os serviços do Juízo; considerando, ainda, que a homologação dos termos de adesão juntados implica na extinção do processo com julgamento do mérito, nos termos do que dispõe o art 269, III, do CPC e que o processo de conhecimento já se encontra extinto e o processo de execução ainda não foi instaurado por inércia da parte credora; considerando, ademais, que a parte credora pode obter o mesmo efeito da transação simplesmente não executando seu título judicial e que a Caixa Econômica Federal pode, em eventual embargos à execução, invocar a transação realizada para obstar a execução em curso (art. 741, VI, do CPC); considerando, ainda, que a prática da homologação vinha sendo admitida apenas como forma de salvaguardar os interesses dos credores em receber os valores, o que antes do Decreto nº 4.777/2003 ficava condicionado à homologação, tenho por bem não conhecer de qualquer pedido de homologação, ao menos enquanto não houver relação processual instaurada, de qualquer dos termos de adesão juntados aos autos que não tenham sido homologados.
2.1. Determino, outrossim, à Secretaria, em razão do decidido neste item, que ao receber qualquer petição das partes juntando termos de adesão com pedido de homologação, que os junte aos autos, independentemente de realizar conclusão para a apreciação deste juízo.
3. À parte credora fica assinalado um prazo improrrogável - sob pena de imediato arquivamento dos autos sem a perda do direito de oportunamente propor a execução - de 30 (trinta) dias para propor a execução do julgado, juntando toda documentação necessária nos termos do CPC.
3.1. Tal prazo vale mesmo que a parte não concorde ou tenha dúvidas a respeito de eventual acerto no cumprimento espontâneo do julgado por parte da Caixa Econômica Federal. Assim, considerando que o cumprimento espontâneo é uma faculdade do devedor, a parte poderá propor a execução pleiteando o saldo remanescente caso discorde do valor creditado, independentemente de requerer a prestação de explicação por parte da devedora sobre os critérios que utilizou para entender quitada a dívida. Desta forma, o credor que discordar ou duvidar do acerto da devedora a respeito do cumprimento do julgado, deverá igualmente propor a execução pelo saldo remanescente, não sendo este o momento oportuno para a discussão a respeito, o qual terá lugar quando de eventual execução validamente instaurada.
3.2. Saliento que caberá ao credor o ônus de providenciar os extratos das contas vinculadas para a realização dos cálculos, uma vez que ao contrário do que vinha acontecendo, as partes não estão mais encontrando dificuldades para o acesso a tais dados, estando os extratos, inclusive, à disposição da parte na internet no endereço eletrônico www.caixa.gov.br, nos terminais de auto-atendimento e nas agências, razão pela qual não se aplica ao caso concreto o disposto no § 1º, do art. 604, do CPC. Assim, indefiro qualquer pedido de apresentação de extratos pela CEF, revogando qualquer decisão proferida por esse juízo no sentido contrário ao ora decidido, salvo se houver decisão da instância superior, a qual deverá prevalecer.
3.3. Ademais, ficam os credores advertidos que não será admitida a propositura de ação de execução, nos mesmos autos, sem que estejam todos os credores em conjunto figurando na inicial de execução, ressalvada a hipótese de algum deles demonstrar articuladamente não ter interesse na execução do julgado, declarando expressamente já ter tido seu direito satisfeito. Afinal, é inviável a manutenção da tumultuária prática consistente em permitir que diversos litisconsortes no processo de conhecimento executem, nos mesmos autos, o título judicial em momentos distintos, o que resulta em autos completamente ininteligíveis, com embargos opostos em relação a um exeqüente, perícia sendo realizada em relação a outro, execução se iniciando para um terceiro, execução não embargada para um quarto, os demais pedindo prazo para juntar extratos ou a determinação para que a devedora os apresente dentre outras singulares ocorrências. A anarquia por vezes é tamanha que se torna difícil despachar nos autos de forma coerente, encaminhando o seu processamento com racionalidade. Uma prática admitida em nome da celeridade da prestação jurisdicional, na verdade a está inviabilizando.
3.4. Ressalto que, no presente caso, a opção pelo litisconsórcio ativo é facultativa e, portanto, a parte autora/exeqüente, assim como se beneficiou dos bônus decorrentes da economia processual de litigar em conjunto, deve arcar com os ônus decorrentes de eventuais delongas ocasionadas por algum dos litisconsortes durante a fase de execução do julgado.
3.5. Fica, ainda, a parte credora advertida de que ao elaborar seus cálculos deverá levar em consideração os valores eventualmente já pagos pela Caixa Econômica Federal, quer em razão do parcial cumprimento espontâneo da obrigação, quer em razão de depósitos efetuados em razão de acordo extrajudicial, uma vez que, nos termos do que dispõe o art. 940, do Código Civil, "...aquele que demandar por dívida já paga, no todo ou em parte, sem ressalvar as quantias recebidas ou pedir mais do que for devido, ficará obrigado a pagar ao devedor, no primeiro caso, o dobro do que houver cobrado e, no segundo, o equivalente do que dele exigir, salvo se houver prescrição".
3.6. Decorrido o prazo de 30 (trinta) dias sem que a parte credora manifeste-se propondo a execução do julgado nos termos aqui definidos, arquivem-se os autos, independentemente de novo despacho ou nova intimação. Saliento que o arquivamento não implica na perda pela parte do direito de propor a execução do julgado, o qual poderá ser exercido a qualquer tempo, desde que, respeitado o prazo prescricional.
4. Intimem-se."

DECLARATORIA

97.00.07374-2 - JOAO RAIMUNDO DA SILVA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF E OUTRO
Adv. : Dr(s). JOSE DE JESUS G BAMBIL

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

97.00.12374-0 - LEONIDAS BAPTISTA ROCHA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). EDISON DE SOUZA

97.00.18410-2 - NAIR CARDOSO DE CARVALHO E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). ANTONIO PEREIRA ALBINO

97.00.21726-4 - LUIZ CLAUDIO DA SILVA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). MARIO SERGIO DE ALMEIDA

ACAO ORDINARIA

98.00.01591-4 - ANTONIO NILTON DE ALMEIDA X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). ADBA CRISTINA HANNUCH TOALDO

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

98.00.22631-1 - ANTONIO MANOEL SERAFIM E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). JOAO APARECIDO VENANCIO

99.00.02345-5 - CARLOS ALBERTO BUFFA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). ANTONIO PEREIRA ALBINO

99.00.07537-4 - ELZA APARECIDA IANCOSKI DA SILVA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). ANTONIO PEREIRA ALBINO

99.00.24417-6 - CLARICE DO ROCIO DE SOUZA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). BENEDITO RODRIGUES DE ALMEIDA

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi(ram) proferido(s) o(s) seguinte(s) despacho(s):
"1. Deixo de receber o recurso de apelação, uma vez que incorretamente interposto. Note-se que a decisão recorrida não se trata de decisão terminativa do processo, uma vez que este prosseguirá em relação aos autores que não aderiram ao acordo proposto pela CEF. Não se aplica, também, o princípio da fungibilidade, uma vez que se trata de erro grosseiro, considerando que apelação e agravo de instrumento são recursos com prazos e procedimentos diversos, inclusive quanto ao órgão de interposição.
Nesse sentido:
Ementa: PROCESSUAL CIVIL. EXCLUSÃO DE PARTE DO PROCESSO. RECURSO CABÍVEL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE RECURSAL. INAPLICABILIDADE.
1. Da decisão que homologa desistência quanto a um dos litisconsortes, prosseguindo o feito com relação aos demais, cabe Agravo de Instrumento; inaplicável, in casu, o princípio da fungibilidade recursal, face à ocorrência de erro grosseiro.
2. Agravo provido.
(Tribunal 4ª região, Ag - agravo de instrumento, uf: Pr, Órgão Julgador: quinta turma data da decisão: 30/05/1996, Juíza Marga Inge Barth Tessler, unânime, DJ data:03/07/1996, página: 46041).
2. A Caixa Econômica Federal, em diversas oportunidades - inclusive por meio de ofício dirigido a esse Juízo -, requereu a concessão de prazo para o cumprimento espontâneo da obrigação consubstanciada na sentença. Tal pedido vinha sendo deferido em atenção aos princípios da celeridade e economia processual.
2.1. Todavia, o que se vem observando é que a concessão de

prazo para o cumprimento espontâneo vem gerando mais malefícios do que benefícios ao célere e, principalmente, ao eficaz tramitar processual.
2.2. Ocorre que, diversos incidentes vêm se verificando sem que haja uma relação processual constituída e sem que a satisfação do credor seja efetivamente decidida. Assim, ora a Caixa Econômica Federal não cumpre a obrigação no prazo requerido e assinalado; ora cumpre apenas em relação a alguns dos credores sob a justificativa de que os demais assinaram termos de adesão; ora traz os termos de adesão; ora não os traz; ora os traz sem a assinatura do suposto transigente; ora se nega a trazê-los porque o termo assinado é o branco e não o azul; na maioria das vezes a parte credora discorda dos valores creditados e passa a questioná-los, sem, contudo, apresentar razões embasadas para a discordância; há, ainda, diversos pedidos de aplicação de multa diária contra a Caixa Econômica Federal, pela alegada recusa no cumprimento espontâneo do julgado. Tudo, repito, sem que haja uma relação processual constituída. Enfim, os diversos incidentes processuais surgidos neste ínterim, entre o trânsito em julgado da sentença proferida no processo de conhecimento e a instauração do processo de execução, estão a causar uma série de tumultos, sem que se extraia daí qualquer benefício.
2.3. Assim, considerando que o cumprimento espontâneo da obrigação é uma faculdade da parte devedora, a qual para ser exercida independe da concessão de qualquer prazo; considerando ainda que a eventual concessão de prazo para o cumprimento espontâneo é irrelevante e não tem o condão de impedir que parte credora promova a execução do julgado; considerando ainda que, caso o devedor queira uma declaração de quitação da dívida que emerge da sentença, mesmo contra a vontade do credor, deverá valer-se da faculdade instituída pelo art. 570, do CPC, tenho por bem não conhecer de qualquer pedido formulado por qualquer das partes visando a marcação de prazo para o cumprimento espontâneo da obrigação. Indefiro, outrossim, qualquer pedido de imposição de multa à CEF por não ter cumprido espontaneamente o julgado.
2.4. Fica revogado qualquer despacho anteriormente proferido no sentido contrário ao ora decidido.
3. Considerando que a Caixa Econômica Federal está efetuando o crédito nas contas do FGTS de todos aqueles que firmaram o termo de adesão e, nos termos do Decreto nº 4.777/2003, não se está mais a exigir a homologação dos termos de adesão para o fim de se realizar o depósito das quantias devidas; considerando, ainda, que a sucessiva juntada de termos de adesão, em momentos distintos para cada um dos credores, e a discussão incidental a respeito de suas validades, numa fase onde não há ainda relação processual constituída está a onerar excessivamente e injustificadamente os serviços do Juízo; considerando, ainda, que a homologação dos termos de adesão juntados implica na extinção do processo com julgamento do mérito, nos termos do que dispõe o art 269, III, do CPC e que o processo de conhecimento já se encontra extinto e o processo de execução ainda não foi instaurado por inércia da parte credora; considerando, ademais, que a parte credora pode obter o mesmo efeito da transação simplesmente não executando seu título judicial e que a Caixa Econômica Federal pode, em eventual embargos à execução, invocar a transação realizada para obstar a execução em curso (art. 741, VI, do CPC); considerando, ainda, que a prática da homologação vinha sendo admitida apenas como forma de salvaguardar os interesses dos credores em receber os valores, o que antes do Decreto nº 4.777/2003 ficava condicionado à homologação, tenho por bem não conhecer de qualquer pedido de homologação, ao menos enquanto não houver relação processual instaurada, de qualquer dos termos de adesão juntados aos autos que não tenham ainda sido homologados.
3.1. Determino, outrossim, à Secretaria, em razão do decidido neste item, que ao receber qualquer petição das partes juntando termos de adesão com pedido de homologação, que os junte aos autos, independentemente de realizar conclusão para a apreciação deste juízo.
4. À parte credora fica assinalado um prazo improrrogável - sob pena de imediato arquivamento dos autos sem a perda do direito de oportunamente propor a execução - de 30 (trinta) dias para propor a execução do julgado, juntando toda documentação necessária nos termos do CPC.
4.1. Tal prazo vale mesmo que a parte não concorde ou tenha dúvidas a respeito de eventual acerto no cumprimento espontâneo do julgado por parte da Caixa Econômica Federal. Assim, considerando que o cumprimento espontâneo é uma faculdade do devedor, a parte poderá propor a execução pleiteando o saldo remanescente caso discorde do valor creditado, independentemente de requerer a prestação de explicação por parte da devedora sobre os critérios que utilizou para entender quitada a dívida. Desta forma, o credor que discordar ou duvidar do acerto da devedora a respeito do cumprimento do julgado, deverá igualmente propor a execução pelo saldo remanescente, não sendo este o momento oportuno para a discussão a respeito, o qual terá lugar quando de eventual execução validamente instaurada.
4.2. Saliento que caberá ao credor o ônus de providenciar os extratos das contas vinculadas para a realização dos cálculos, uma vez que ao contrário do que vinha acontecendo, as partes não estão mais encontrando dificuldades para o acesso a tais dados, estando os extratos, inclusive, à disposição da parte na internet no endereço eletrônico www.caixa.gov.br, nos terminais de auto-atendimento e nas agências, razão pela qual não se aplica ao caso concreto o disposto no § 1º, do art. 604, do CPC. Assim, indefiro qualquer pedido de apresentação de extratos pela CEF, revogando qualquer decisão proferida por esse juízo no sentido contrário ao ora decidido, salvo se houver decisão da instância superior, a qual deverá prevalecer.
4.3. Ademais, ficam os credores advertidos que não será admitida a propositura de ação de execução, nos mesmos autos, sem que estejam todos os credores em conjunto figurando na inicial de execução, ressalvada a hipótese de algum deles demonstrar articuladamente não ter interesse na execução do julgado, declarando expressamente já ter tido seu direito satisfeito. Afinal, é inviável a manutenção da tumultuária prática consistente em permitir que diversos litisconsortes no processo de conhecimento executem, nos mesmos autos, o título judicial em momentos distintos, o que resulta em autos completamente ininteligíveis, com embargos opostos em relação a um exeqüente, perícia sendo realizada em relação a outro, execução se iniciando para um terceiro, execução não embargada para um quarto, os demais pedindo prazo para juntar extratos ou a determinação para que a devedora os apresente dentre outras singulares ocorrências. A anarquia por vezes é tamanha que se torna difícil despachar nos autos de forma coerente, encaminhando o seu processamento com racionalidade. Uma prática admitida em nome da celeridade da prestação jurisdicional, na verdade a está inviabilizando.
4.4. Ressalto que, no presente caso, a opção pelo litisconsórcio ativo é facultativa e, portanto, a parte autora/exeqüente, assim como se beneficiou dos bônus decorrentes da economia processual de litigar em conjunto, deve arcar com os ônus decorrentes de eventuais delongas ocasionadas por algum dos litisconsortes durante a fase de execução do julgado.
4.5. Fica, ainda, a parte credora advertida de que ao elaborar seus cálculos deverá levar em consideração os valores eventualmente já pagos pela Caixa Econômica Federal, quer em razão do parcial cumprimento espontâneo da obrigação, quer em razão de depósitos efetuados em razão de acordo extrajudicial, uma vez que, nos termos do que dispõe o art. 940, do Código Civil, "...aquele que demandar por dívida já paga, no todo ou em parte, sem ressalvar as quantias recebidas ou pedir mais do que for devido, ficará obrigado a pagar ao devedor, no primeiro caso, o dobro do que houver cobrado e, no segundo, o equivalente do que dele exigir, salvo se houver prescrição".
4.6. Decorrido o prazo de 30 (trinta) dias sem que a parte credora manifeste-se propondo a execução do julgado nos termos aqui definidos, arquivem-se os autos, independentemente de novo despacho ou nova intimação. Saliento que o arquivamento não implica na perda pela parte do direito de propor a execução do julgado, o qual poderá ser exercido a qualquer tempo, desde que, respeitado o prazo prescricional.
5. Intimem-se."

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

97.00.22322-1 - JOAO TRATCH NETO E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). EDISON DE SOUZA

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi(ram) proferido(s) o(s) seguinte(s) despacho(s):
" ... 2. A Caixa Econômica Federal, em diversas oportunidades - inclusive por meio de ofício dirigido a esse Juízo -, requereu a concessão de prazo para o cumprimento espontâneo da obrigação consubstanciada na sentença. Tal pedido vinha sendo deferido em atenção aos princípios da celeridade e economia processual.
2.1. Todavia, o que se vem observando é que a concessão de prazo para o cumprimento espontâneo vem gerando mais malefícios do que benefícios ao célere e, principalmente, ao eficaz tramitar processual.
2.2. Ocorre que, diversos incidentes vêm se verificando sem que haja uma relação processual constituída e sem que a satisfação do credor seja efetivamente decidida. Assim, ora a Caixa Econômica Federal não cumpre a obrigação no prazo requerido e assinalado; ora cumpre apenas em relação a alguns dos credores sob a justificativa de que os demais assinaram termos de adesão; ora traz os termos de adesão; ora não os traz; ora os traz sem a assinatura do suposto transigente; ora se nega a trazê-los porque o termo assinado é o branco e não o azul; na maioria das vezes a parte credora discorda dos valores creditados e passa a questioná-los, sem, contudo, apresentar razões embasadas para a discordância; há, ainda, diversos pedidos de aplicação de multa diária contra a Caixa Econômica Federal, pela alegada recusa no cumprimento espontâneo do julgado. Tudo, repito, sem que haja uma relação processual constituída. Enfim, os diversos incidentes processuais surgidos neste ínterim, entre o trânsito em julgado da sentença proferida no processo de conhecimento e a instauração do processo de execução, estão a causar uma série de tumultos, sem que se extraia daí qualquer benefício.
2.3. Assim, considerando que o cumprimento espontâneo da obrigação é uma faculdade da parte devedora, a qual para ser exercida independe da concessão de qualquer prazo; considerando ainda que a eventual concessão de prazo para o cumprimento espontâneo é irrelevante e não tem o condão de impedir que parte credora promova a execução do julgado; considerando ainda que, caso o devedor queira uma declaração de quitação da dívida que emerge da sentença, mesmo contra a vontade do credor, deverá valer-se da faculdade instituída pelo art. 570, do CPC, tenho por bem não conhecer de qualquer pedido formulado por qualquer das partes visando a marcação de prazo para o cumprimento espontâneo da obrigação. Indefiro, outrossim, qualquer pedido de imposição de multa à CEF por não ter cumprido espontaneamente o julgado.
2.4. Fica revogado qualquer despacho anteriormente proferido no sentido contrário ao ora decidido.
3. Considerando que a Caixa Econômica Federal está efetuando o crédito nas contas do FGTS de todos aqueles que firmaram o termo de adesão e, nos termos do Decreto nº 4.777/2003, não se está mais a exigir a homologação dos termos de adesão para o fim de se realizar o depósito das quantias devidas; considerando, ainda, que a sucessiva juntada de termos de adesão, em momentos distintos para cada um dos credores, e a discussão incidental a respeito de suas validades, numa fase onde não há ainda relação processual constituída está a onerar excessivamente e injustificadamente os serviços do Juízo; considerando, ainda, que a homologação dos termos de adesão juntados implica na extinção do processo com julgamento do mérito, nos termos do que dispõe o art 269, III, do CPC e que o processo de conhecimento já se encontra extinto e o processo de execução ainda não foi instaurado por inércia da parte credora; considerando, ademais, que a parte credora pode obter o mesmo efeito da transação simplesmente não executando seu título judicial e que a Caixa Econômica Federal pode, em eventual embargos à execução, invocar a transação realizada para obstar a execução em curso (art. 741, VI, do CPC); considerando, ainda, que a prática da homologação vinha sendo admitida apenas como forma de salvaguardar os interesses dos credores em receber os valores, o que antes do Decreto nº 4.777/2003 ficava condicionado à homologação, tenho por bem não conhecer de qualquer pedido de homologação, ao menos enquanto não houver relação processual instaurada, de qualquer dos termos de adesão juntados aos autos que não tenham sido homologados.
3.1. Determino, outrossim, à Secretaria, em razão do decidido neste item, que ao receber qualquer petição das partes juntando termos de adesão com pedido de homologação, que os junte aos autos, independentemente de realizar conclusão para a apreciação deste juízo.
4. À parte credora fica assinalado um prazo improrrogável - sob pena de imediato arquivamento dos autos sem a perda do direito de oportunamente propor a execução - de 30 (trinta) dias para propor a execução do julgado, juntando toda documentação necessária nos termos do CPC.
4.1. Tal prazo vale mesmo que a parte não concorde ou tenha dúvidas a respeito de eventual acerto no cumprimento espontâneo do julgado por parte da Caixa Econômica Federal. Assim, considerando que o cumprimento espontâneo é uma faculdade do devedor, a parte poderá propor a execução pleiteando o saldo remanescente caso discorde do valor creditado, independentemente de requerer a prestação de explicação por parte da devedora sobre os critérios que utilizou para entender quitada a dívida. Desta forma, o credor que discordar ou duvidar do acerto da devedora a respeito do cumprimento do julgado, deverá igualmente propor a execução pelo saldo remanescente, não sendo este o momento oportuno para a discussão a respeito, o qual terá lugar quando de eventual execução validamente instaurada.
4.2. Saliento que caberá ao credor o ônus de providenciar os extratos das contas vinculadas para a realização dos cálculos, uma vez que ao contrário do que vinha acontecendo, as partes não estão mais encontrando dificuldades para o acesso a tais dados, estando os extratos, inclusive, à disposição da parte na internet no endereço eletrônico www.caixa.gov.br, nos terminais de auto-atendimento e nas agências, razão pela qual não se aplica ao caso concreto o disposto no § 1º, do art. 604, do CPC. Assim, indefiro qualquer pedido de apresentação de extratos pela CEF, revogando qualquer decisão proferida por esse juízo no sentido contrário ao ora decidido, salvo se houver decisão da instância superior, a qual deverá prevalecer.
4.3. Ademais, ficam os credores advertidos que não será admitida a propositura de ação de execução, nos mesmos autos, sem que estejam todos os credores em conjunto figurando na inicial de execução, ressalvada a hipótese de algum deles demonstrar articuladamente não ter interesse na execução do julgado, declarando expressamente já ter tido seu direito satisfeito. Afinal, é inviável a manutenção da tumultuária prática consistente em permitir que diversos litisconsortes no processo de conhecimento executem, nos mesmos autos, o título judicial em momentos distintos, o que resulta em autos completamente ininteligíveis, com embargos opostos em relação a um exeqüente, perícia sendo realizada em relação a outro, execução se iniciando para um terceiro, execução não embargada para um quarto, os demais pedindo prazo para juntar extratos ou a determinação para que a devedora os apresente dentre outras singulares ocorrências. A anarquia por vezes é tamanha que se torna difícil despachar nos autos de forma coerente, encaminhando o seu processamento com racionalidade. Uma prática admitida em nome da celeridade da prestação jurisdicional, na verdade a está inviabilizando.
4.4. Ressalto que, no presente caso, a opção pelo litisconsórcio ativo é facultativa e, portanto, a parte autora/exeqüente, assim como se beneficiou dos bônus decorrentes da economia processual de litigar em conjunto, deve arcar com os ônus decorrentes de eventuais delongas ocasionadas por algum dos litisconsortes durante a fase de execução do julgado.
4.5. Fica, ainda, a parte credora advertida de que ao elaborar seus cálculos deverá levar em consideração os valores eventualmente já pagos pela Caixa Econômica Federal, quer em razão do parcial cumprimento espontâneo da obrigação, quer em razão de depósitos efetuados em razão de acordo extrajudicial, uma vez que, nos termos do que dispõe o art. 940, do Código Civil, "...aquele que demandar por dívida já paga, no todo ou em parte, sem ressalvar as quantias recebidas ou pedir mais do que for devido, ficará obrigado a pagar ao devedor, no primeiro caso, o dobro do que houver cobrado e, no segundo, o equivalente do que dele exigir, salvo se houver prescrição".
4.6. Decorrido o prazo de 30 (trinta) dias sem que a parte credora manifeste-se propondo a execução do julgado nos termos aqui definidos, arquivem-se os autos, independentemente de novo despacho ou nova intimação. Saliento que o arquivamento não implica na perda pela parte do direito de propor a execução do julgado, o qual poderá ser exercido a qualquer tempo, desde que, respeitado o prazo prescricional.
5. Intimem-se."

ACAO ORDINARIA

97.00.27065-3 - ANTONIO KUCHER E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). LURDES MARIA SOKOLOWSKI

98.00.27774-9 - LOURENCO NUNES DA SILVA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). EDSON SANTOS MARTINS

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2001.70.00.004511-7 - JOSE ANTONIO DE MELO X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). JAIR ANTONIO WIEBELLING

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi(ram) proferido(s) o(s) seguinte(s) despacho(s):
" ... 2. A Caixa Econômica Federal, em diversas oportunidades - inclusive por meio de ofício dirigido a esse Juízo -, requereu a concessão de prazo para o cumprimento espontâneo da obrigação consubstanciada na sentença. Tal pedido vinha sendo deferido em atenção aos princípios da celeridade e economia processual.
2.1. Todavia, o que se vem observando é que a concessão de prazo para o cumprimento espontâneo vem gerando mais malefícios do que benefícios ao célere e, principalmente, ao eficaz tramitar processual.
2 .2. Ocorre que, diversos incidentes vêm se verificando sem que haja uma relação processual constituída e sem que a satisfação do credor seja efetivamente decidida. Assim, ora a Caixa Econômica Federal não cumpre a obrigação no prazo requerido e assinalado; ora cumpre apenas em relação a alguns dos credores sob a justificativa de que os demais assinaram termos de adesão; ora traz os termos de adesão; ora não os traz; ora os traz sem a assinatura do suposto transigente; ora se nega a trazê-los porque o termo assinado é o branco e não o azul; na maioria das vezes a parte credora discorda dos valores creditados e passa a questioná-los, sem, contudo, apresentar razões embasadas para a discordância; há, ainda, diversos pedidos de aplicação de multa diária contra a Caixa Econômica Federal, pela alegada recusa no cumprimento espontâneo do julgado. Tudo, repito, sem que haja uma relação processual constituída. Enfim, os diversos incidentes processuais surgidos neste ínterim, entre o trânsito em julgado da sentença proferida no processo de conhecimento e a instauração do processo de execução, estão a causar uma série de tumultos, sem que se extraia daí qualquer benefício.
2.3. Assim, considerando que o cumprimento espontâneo da obrigação é uma faculdade da parte devedora, a qual para ser exercida independe da concessão de qualquer prazo; considerando ainda que a eventual concessão de prazo para o cumprimento espontâneo é irrelevante e não tem o condão de impedir que parte credora promova a execução do julgado; considerando ainda que, caso o devedor queira uma declaração de quitação da dívida que emerge da sentença, mesmo contra a vontade do credor, deverá valer-se da faculdade instituída pelo art. 570, do CPC, tenho por bem não conhecer de qualquer pedido formulado por qualquer das partes visando a marcação de prazo para o cumprimento espontâneo da obrigação. Indefiro, outrossim, qualquer pedido de imposição de multa à CEF por não ter cumprido espontaneamente o julgado.
2.4. Fica revogado qualquer despacho anteriormente proferido no sentido contrário ao ora decidido.
3. Considerando que a Caixa Econômica Federal está efetuando o crédito nas contas do FGTS de todos aqueles que firmaram o termo de adesão e, nos termos do Decreto nº 4.777/2003, não se está mais a exigir a homologação dos termos de adesão para o fim de se realizar o depósito das quantias devidas; considerando, ainda, que a sucessiva juntada de termos de adesão, em momentos distintos para cada um dos credores, e a discussão incidental a respeito de suas validades, numa fase onde não há ainda relação processual constituída está a onerar excessivamente e injustificadamente os serviços do Juízo; considerando, ainda, que a homologação dos termos de adesão juntados implica na extinção do processo com julgamento do mérito, nos termos do que dispõe o art 269, III, do CPC e que o processo de conhecimento já se encontra extinto e o processo de execução ainda não foi instaurado por inércia da parte credora; considerando, ademais, que a parte credora pode obter o mesmo efeito da transação simplesmente não executando seu título judicial e que a Caixa Econômica Federal pode, em eventual embargos à execução, invocar a transação realizada para obstar a execução em curso (art. 741, VI, do CPC); considerando, ainda, que a prática da homologação vinha sendo admitida apenas como forma de salvaguardar os interesses dos credores em receber os valores, o que antes do Decreto nº 4.777/2003 ficava condicionado à homologação, tenho por bem não conhecer de qualquer pedido de homologação, ao menos enquanto não houver relação processual instaurada, de qualquer dos termos de adesão juntados aos autos que não tenham sido homologados.
3.1. Determino, outrossim, à Secretaria, em razão do decidido neste item, que ao receber qualquer petição das partes juntando termos de adesão com pedido de homologação, que os junte aos autos, independentemente de realizar conclusão para a apreciação deste juízo.
4. À parte credora fica assinalado um prazo improrrogável - sob pena de imediato arquivamento dos autos sem a perda do direito de oportunamente propor a execução - de 30 (trinta) dias para propor a execução do julgado, atentando para os termos do disposto no art. 604, do Código de Processo Civil, ou seja, deverá juntar os extratos das contas do FGTS e cálculos discriminados e pormenorizados.
4.1. Tal prazo vale mesmo que a parte não concorde ou tenha dúvidas a respeito de eventual acerto no cumprimento espontâneo do julgado por parte da Caixa Econômica Federal. Assim, considerando que o cumprimento espontâneo é uma faculdade do devedor, a parte poderá propor a execução pleiteando o saldo remanescente caso discorde do valor creditado, independentemente de requerer a prestação de explicação por parte da devedora sobre os critérios que utilizou para entender quitada a dívida. Desta forma, o credor que discordar ou duvidar do acerto da devedora a respeito do cumprimento do julgado, deverá igualmente propor a execução pelo saldo remanescente, não sendo este o momento oportuno para a discussão a respeito, o qual terá lugar quando de eventual execução validamente instaurada.
4.2. Saliento que caberá ao credor o ônus de providenciar os extratos das contas vinculadas para a realização dos cálculos, uma vez que ao contrário do que vinha acontecendo, as partes não estão mais encontrando dificuldades para o acesso a tais dados, estando os extratos, inclusive, à disposição da parte na internet no endereço eletrônico www.caixa.gov.br, nos terminais de auto-atendimento e nas agências, razão pela qual não se aplica ao caso concreto o disposto no § 1º, do art. 604, do CPC. Assim, indefiro qualquer pedido de apresentação de extratos pela CEF, revogando qualquer decisão proferida por esse juízo no sentido contrário ao ora decidido, salvo se houver decisão da instância superior, a qual deverá prevalecer.
4.3. Ademais, ficam os credores advertidos que não será admitida a propositura de ação de execução, nos mesmos autos, sem que estejam todos os credores em conjunto figurando na inicial de execução, ressalvada a hipótese de algum deles demonstrar articuladamente não ter interesse na execução do julgado, declarando expressamente já ter tido seu direito satisfeito. Afinal, é inviável a manutenção da tumultuária prática consistente em permitir que diversos litisconsortes no processo de conhecimento executem, nos mesmos autos, o título judicial em mo-

mentos distintos, o que resulta em autos completamente ininteligíveis, com embargos opostos em relação a um exeqüente, perícia sendo realizada em relação a outro, execução se iniciando para um terceiro, execução não embargada para um quarto, os demais pedindo prazo para juntar extratos ou a determinação para que a devedora os apresente dentre outras singulares ocorrências. A anarquia por vezes é tamanha que se torna difícil despachar nos autos de forma coerente, encaminhando o seu processamento com racionalidade. Uma prática admitida em nome da celeridade da prestação jurisdicional, na verdade a está inviabilizando.
4.4. Ressalto que, no presente caso, a opção pelo litisconsórcio ativo é facultativa e, portanto, a parte autora/exeqüente, assim como se beneficiou dos bônus decorrentes da economia processual de litigar em conjunto, deve arcar com os ônus decorrentes de eventuais delongas ocasionadas por algum dos litisconsortes durante a fase de execução do julgado.
4.5. Fica, ainda, a parte credora advertida de que ao elaborar seus cálculos deverá levar em consideração os valores eventualmente já pagos pela Caixa Econômica Federal, quer em razão do parcial cumprimento espontâneo da obrigação, quer em razão de depósitos efetuados em razão de acordo extrajudicial, uma vez que, nos termos do que dispõe o art. 940, do Código Civil, "...aquele que demandar por dívida já paga, no todo ou em parte, sem ressalvar as quantias recebidas ou pedir mais do que for devido, ficará obrigado a pagar ao devedor, no primeiro caso, o dobro do que houver cobrado e, no segundo, o equivalente do que dele exigir, salvo se houver prescrição".
4.6. Decorrido o prazo de 30 (trinta) dias sem que a parte credora manifeste-se propondo a execução do julgado nos termos aqui definidos, arquivem-se os autos, independentemente de novo despacho ou nova intimação. Saliento que o arquivamento não implica na perda pela parte do direito de propor a execução do julgado, o qual poderá ser exercido a qualquer tempo, desde que, respeitado o prazo prescricional.
5. Intimem-se."

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

98.00.08732-0 - ANTONIO TIBES ALVES E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). EDISON DE SOUZA

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s), foi(ram) proferido(s) o(s) seguinte(s) despacho(s):
" 1. Intime-se a parte autora para que se manifeste acerca do pagamento efetuado pela CEF (fls. 225/231).
2. Considerando que a Caixa Econômica Federal está efetuando o crédito nas contas do FGTS de todos aqueles que firmaram o termo de adesão e, nos termos do Decreto nº 4.777/2003, não se está mais a exigir a homologação dos termos de adesão para o fim de se realizar o depósito das quantias devidas; considerando, ainda, que a sucessiva juntada de termos de adesão, em momentos distintos para cada um dos credores, e a discussão incidental a respeito de suas validades, numa fase onde não há ainda relação processual constituída está a onerar excessivamente e injustificadamente os serviços do Juízo; considerando, ainda, que a homologação dos termos de adesão juntados implica na extinção do processo com julgamento do mérito, nos termos do que dispõe o art 269, III, do CPC e que o processo de conhecimento já se encontra extinto e o processo de execução ainda não foi instaurado por inércia da parte credora; considerando, ademais, que a parte credora pode obter o mesmo efeito da transação simplesmente não executando seu título judicial e que a Caixa Econômica Federal pode, em eventual embargos à execução, invocar a transação realizada para obstar a execução em curso (art. 741, VI, do CPC); considerando, ainda, que a prática da homologação vinha sendo admitida apenas como forma de salvaguardar os interesses dos credores em receber os valores, o que antes do Decreto nº 4.777/2003 ficava condicionado à homologação, tenho por bem não conhecer de qualquer pedido de homologação, ao menos enquanto não houver relação processual instaurada, de qualquer 2.1. Determino, outrossim, à Secretaria, em razão do decidido neste item, que ao receber qualquer petição das partes juntando termos de adesão com pedido de homologação, que os junte aos autos, independentemente de realizar conclusão para a apreciação deste juízo.
3. À parte credora fica assinalado um prazo improrrogável - sob pena de imediato arquivamento dos autos sem a perda do direito de oportunamente propor a execução - de 30 (trinta) dias para propor a execução do julgado, juntando toda documentação necessária nos termos do CPC.
3.1. Tal prazo vale mesmo que a parte não concorde ou tenha dúvidas a respeito de eventual acerto no cumprimento espontâneo do julgado por parte da Caixa Econômica Federal. Assim, considerando que o cumprimento espontâneo é uma faculdade do devedor, a parte poderá propor a execução pleiteando o saldo remanescente caso discorde do valor creditado, independentemente de requerer a prestação de explicação por parte da devedora sobre os critérios que utilizou para entender quitada a dívida. Desta forma, o credor que discordar ou duvidar do acerto da devedora a respeito do cumprimento do julgado, deverá igualmente propor a execução pelo saldo remanescente, não sendo este o momento oportuno para a discussão a respeito, o qual terá lugar quando de eventual execução validamente instaurada.
3.2. Saliento que caberá ao credor o ônus de providenciar os extratos das contas vinculadas para a realização dos cálculos, uma vez que ao contrário do que vinha acontecendo, as partes não estão mais encontrando dificuldades para o acesso a tais dados, estando os extratos, inclusive, à disposição da parte na internet no endereço eletrônico www.caixa.gov.br, nos terminais de auto-atendimento e nas agências, razão pela qual não se aplica ao caso concreto o disposto no § 1º, do art. 604, do CPC. Assim, indefiro qualquer pedido de apresentação de extratos pela CEF, revogando qualquer decisão proferida por esse juízo no sentido contrário ao ora decidido, salvo se houver decisão da instância superior, a qual deverá prevalecer.
3.3. Ademais, ficam os credores advertidos que não será admitida a propositura de ação de execução, nos mesmos autos, sem que estejam todos os credores em conjunto figurando na inicial de execução, ressalvada a hipótese de algum deles demonstrar articuladamente não ter interesse na execução do julgado, declarando expressamente já ter tido seu direito satisfeito. Afinal, é inviável a manutenção da tumultuária prática consistente em permitir que diversos litisconsortes no processo de conhecimento executem, nos mesmos autos, o título judicial em momentos distintos, o que resulta em autos completamente ininteligíveis, com embargos opostos em relação a um exeqüente, perícia sendo realizada em relação a outro, execução se iniciando para um terceiro, execução não embargada para um quarto, os demais pedindo prazo para juntar extratos ou a determinação para que a devedora os apresente dentre outras singulares ocorrências. A anarquia por vezes é tamanha que se torna difícil despachar nos autos de forma coerente, encaminhando o seu processamento com racionalidade. Uma prátic 3.4. Ressalto que, no presente caso, a opção pelo litisconsórcio ativo é facultativa e, portanto, a parte autora/exeqüente, assim como se beneficiou dos bônus decorrentes da economia processual de litigar em conjunto, deve arcar com os ônus decorrentes de eventuais delongas ocasionadas por algum dos litisconsortes durante a fase de execução do julgado.
3.5. Fica, ainda, a parte credora advertida de que ao elaborar seus cálculos deverá levar em consideração os valores eventualmente já pagos pela Caixa Econômica Federal, quer em razão do parcial cumprimento espontâneo da obrigação, quer em razão de depósitos efetuados em razão de acordo extrajudicial, uma vez que, nos termos do que dispõe o art. 940, do Código Civil, "...aquele que demandar por dívida já paga, no todo ou em parte, sem ressalvar as quantias recebidas ou pedir mais do que for devido, ficará obrigado a pagar ao devedor, no primeiro caso, o dobro do que houver cobrado e, no segundo, o equivalente do que dele exigir, salvo se houver prescrição".
3.6. Decorrido o prazo de 30 (trinta) dias sem que a parte credora manifeste-se propondo a execução do julgado nos termos aqui definidos, arquivem-se os autos, independentemente de novo despacho ou nova intimação. Saliento que o arquivamento não implica na perda pela parte do direito de propor a execução do julgado, o qual poderá ser exercido a qualquer tempo, desde que, respeitado o prazo prescricional.
4. Intimem-se."

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

98.00.18692-1 - ROSWITA MOLLER E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). ALCIDES BIER DOS SANTOS

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi(ram) proferido(s) o(s) seguinte(s) despacho(s):
" 1. Anoto que o(s) autor(es) EMERSON LUIZ LESKOW DA SILVA, ILSO NEI FERNANDES, OLARIA DE AZEVEDO FERNANDES, JOSÉ ADIR FERNANDES, PAULO CESAR ROSA, SIDNEY JOSÉ FERNANDES, JOÃO TEODORO DOS SANTOS aderiu(ram) ao acordo previsto na Lei Complementar nº 110/2001, conforme termo(s) de adesão juntado(s) às fls. 173, 174, 175, 177, 178, 179, 181.
Portanto, homologo por este ato o(s) referido(s) acordo(s), para que produza(m) seus efeitos legais..."

" 1. A Caixa Econômica Federal, em diversas oportunidades - inclusive por meio de ofício dirigido a esse Juízo -, requereu a concessão de prazo para o cumprimento espontâneo da obrigação consubstanciada na sentença. Tal pedido vinha sendo deferido em atenção aos princípios da celeridade e economia processual.
1.1. Todavia, o que se vem observando é que a concessão de prazo para o cumprimento espontâneo vem gerando mais malefícios do que benefícios ao célere e, principalmente, ao eficaz tramitar processual.
1.2. Ocorre que, diversos incidentes vêm se verificando sem que haja uma relação processual constituída e sem que a satisfação do credor seja efetivamente decidida. Assim, ora a Caixa Econômica Federal não cumpre a obrigação no prazo requerido e assinalado; ora cumpre apenas em relação a alguns dos credores sob a justificativa de que os demais assinaram termos de adesão; ora traz os termos de adesão; ora não os traz; ora os traz sem a assinatura do suposto transigente; ora se nega a trazê-los porque o termo assinado é o branco e não o azul; na maioria das vezes a parte credora discorda dos valores creditados e passa a questioná-los, sem, contudo, apresentar razões embasadas para a discordância; há, ainda, diversos pedidos de aplicação de multa diária contra a Caixa Econômica Federal, pela alegada recusa no cumprimento espontâneo do julgado. Tudo, repito, sem que haja uma relação processual constituída. Enfim, os diversos incidentes processuais surgidos neste ínterim, entre o trânsito em julgado da sentença proferida no processo de conhecimento e a instauração do processo de execução, estão a causar uma série de tumultos, sem que se extraia daí qualquer benefício.
1.3. Assim, considerando que o cumprimento espontâneo da obrigação é uma faculdade da parte devedora, a qual para ser exercida independe da concessão de qualquer prazo; considerando ainda que a eventual concessão de prazo para o cumprimento espontâneo é irrelevante e não tem o condão de impedir que parte credora promova a execução do julgado; considerando ainda que, caso o devedor queira uma declaração de quitação da dívida que emerge da sentença, mesmo contra a vontade do credor, deverá valer-se da faculdade instituída pelo art. 570, do CPC, tenho por bem não conhecer de qualquer pedido formulado por qualquer das partes visando a marcação de prazo para o cumprimento espontâneo da obrigação. Indefiro, outrossim, qualquer pedido de imposição de multa à CEF por não ter cumprido espontaneamente o julgado.
1.4. Fica revogado qualquer despacho anteriormente proferido no sentido contrário ao ora decidido.
2. Considerando que a Caixa Econômica Federal está efetuando o crédito nas contas do FGTS de todos aqueles que firmaram o termo de adesão e, nos termos do Decreto nº 4.777/2003, não se está mais a exigir a homologação dos termos de adesão para o fim de se realizar o depósito das quantias devidas; considerando, ainda, que a sucessiva juntada de termos de adesão, em momentos distintos para cada um dos credores, e a discussão incidental a respeito de suas validades, numa fase onde não há ainda relação processual constituída está a onerar excessivamente e injustificadamente os serviços do Juízo; considerando, ainda, que a homologação dos termos de adesão juntados implica na extinção do processo com julgamento do mérito, nos termos do que dispõe o art 269, III, do CPC e que o processo de conhecimento já se encontra extinto e o processo de execução ainda não foi instaurado por inércia da parte credora; considerando, ademais, que a parte credora pode obter o mesmo efeito da transação simplesmente não executando seu título judicial e que a Caixa Econômica Federal pode, em eventual embargos à execução, invocar a transação realizada para obstar a execução em curso (art. 741, VI, do CPC); considerando, ainda, que a prática da homologação vinha sendo admitida apenas como forma de salvaguardar os interesses dos credores em receber os valores, o que antes do Decreto nº 4.777/2003 ficava condicionado à homologação, tenho por bem não conhecer de qualquer pedido de homologação, ao menos enquanto não houver relação processual instaurada, de qualquer dos termos de adesão juntados aos autos que não tenham sido homologados.
2.1. Determino, outrossim, à Secretaria, em razão do decidido neste ítem, que ao receber qualquer petição das partes juntando termos de adesão com pedido de homologação, que os junte aos autos, independentemente de realizar conclusão para a apreciação deste juízo.
3. À parte credora fica assinalado um prazo improrrogável - sob pena de imediato arquivamento dos autos sem a perda do direito de oportunamente propor a execução - de 30 (trinta) dias para propor a execução do julgado, juntando toda documentação necessária nos termos do CPC.
3.1. Tal prazo vale mesmo que a parte não concorde ou tenha dúvidas a respeito de eventual acerto no cumprimento espontâneo do julgado por parte da Caixa Econômica Federal. Assim, considerando que o cumprimento espontâneo é uma faculdade do devedor, a parte poderá propor a execução pleiteando o saldo remanescente caso discorde do valor creditado, independentemente de requerer a prestação de explicação por parte da devedora sobre os critérios que utilizou para entender quitada a dívida. Desta forma, o credor que discordar ou duvidar do acerto da devedora a respeito do cumprimento do julgado, deverá igualmente propor a execução pelo saldo remanescente, não sendo este o momento oportuno para a discussão a respeito, o qual terá lugar quando de eventual execução validamente instaurada.
3.2. Saliento que caberá ao credor o ônus de providenciar os extratos das contas vinculadas para a realização dos cálculos, uma vez que ao contrário do que vinha acontecendo, as partes não estão mais encontrando dificuldades para o acesso a tais dados, estando os extratos, inclusive, à disposição da parte na internet no endereço eletrônico www.caixa.gov.br, nos terminais de auto-atendimento e nas agências, razão pela qual não se aplica ao caso concreto o disposto no § 1º, do art. 604, do CPC. Assim, indefiro qualquer pedido de apresentação de extratos pela CEF, revogando qualquer decisão proferida por esse juízo no sentido contrário ao ora decidido, salvo se houver decisão da instância superior, a qual deverá prevalecer.
3.3. Ademais, ficam os credores advertidos que não será admitida a propositura de ação de execução, nos mesmos autos, sem que estejam todos os credores em conjunto figurando na inicial de execução, ressalvada a hipótese de algum deles demonstrar articuladamente não ter interesse na execução do julgado, declarando expressamente já ter tido seu direito satisfeito. Afinal, é inviável a manutenção da tumultuária prática consistente em permitir que diversos litisconsortes no processo de conhecimento executem, nos mesmos autos, o título judicial em momentos distintos, o que resulta em autos completamente ininteligíveis, com embargos opostos em relação a um exeqüente, perícia sendo realizada em relação a outro, execução se iniciando para um terceiro, execução não embargada para um quarto, os demais pedindo prazo para juntar extratos ou a determinação para que a devedora os apresente dentre outras singulares ocorrências. A anarquia por vezes é tamanha que se torna difícil despachar nos autos de forma coerente, encaminhando o seu processamento com racionalidade. Uma prática admitida em nome da celeridade da prestação jurisdicional, na verdade a está inviabilizando.
3.4. Ressalto que, no presente caso, a opção pelo litisconsórcio ativo é facultativa e, portanto, a parte autora/exeqüente, assim como se beneficiou dos bônus decorrentes da economia processual de litigar em conjunto, deve arcar com os ônus decorrentes de eventuais delongas ocasionadas por algum dos litisconsortes durante a fase de execução do julgado.
3.5. Fica, ainda, a parte credora advertida de que ao elaborar seus cálculos deverá levar em consideração os valores eventualmente já pagos pela Caixa Econômica Federal, quer em razão do parcial cumprimento espontâneo da obrigação, quer em razão de depósitos efetuados em razão de acordo extrajudicial, uma vez que, nos termos do que dispõe o art. 940, do Código Civil, "...aquele que demandar por dívida já paga, no todo ou em parte, sem ressalvar as quantias recebidas ou pedir mais do que for devido, ficará obrigado a pagar ao devedor, no primeiro caso, o dobro do que houver cobrado e, no segundo, o equivalente do que dele exigir, salvo se houver prescrição".
3.6. Decorrido o prazo de 30 (trinta) dias sem que a parte credora manifeste-se propondo a execução do julgado nos termos aqui definidos, arquivem-se os autos, independentemente de novo despacho ou nova intimação. Saliento que o arquivamento não implica na perda pela parte do direito de propor a execução do julgado, o qual poderá ser exercido a qualquer tempo, desde que, respeitado o prazo prescricional.
4. Intimem-se."

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2001.70.00.002265-8 - OLARIA DE AZEVEDO FERNANDES E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). SILVIA FATIMA SOARES

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi(ram) proferido(s) o(s) seguinte(s) despacho(s):
" ... 3. A Caixa Econômica Federal, em diversas oportunidades - inclusive por meio de ofício dirigido a esse Juízo -, requereu a concessão de prazo para o cumprimento espontâneo da obrigação consubstanciada na sentença. Tal pedido vinha sendo deferido em atenção aos princípios da celeridade e economia processual.
3.1. Todavia, o que se vem observando é que a concessão de prazo para o cumprimento espontâneo vem gerando mais malefícios do que benefícios ao célere e, principalmente, ao eficaz tramitar processual.
3.2. Ocorre que, diversos incidentes vêm se verificando sem que haja uma relação processual constituída e sem que a satisfação do credor seja efetivamente decidida. Assim, ora a Caixa Econômica Federal não cumpre a obrigação no prazo requerido e assinalado; ora cumpre apenas em relação a alguns dos credores sob a justificativa de que os demais assinaram termos de adesão; ora traz os termos de adesão; ora não os traz; ora os traz sem a assinatura do suposto transigente; ora se nega a trazê-los porque o termo assinado é o branco e não o azul; na maioria das vezes a parte credora discorda dos valores creditados e passa a questioná-los, sem, contudo, apresentar razões embasadas para a discordância; há, ainda, diversos pedidos de aplicação de multa diária contra a Caixa Econômica Federal, pela alegada recusa no cumprimento espontâneo do julgado. Tudo, repito, sem que haja uma relação processual constituída. Enfim, os diversos incidentes processuais surgidos neste ínterim, entre o trânsito em julgado da sentença proferida no processo de conhecimento e a instauração do processo de execução, estão a causar uma série de tumultos, sem que se extraia daí qualquer benefício.
3.3. Assim, considerando que o cumprimento espontâneo da obrigação é uma faculdade da parte devedora, a qual para ser exercida independe da concessão de qualquer prazo; considerando ainda que a eventual concessão de prazo para o cumprimento espontâneo é irrelevante e não tem o condão de impedir que parte credora promova a execução do julgado; considerando ainda que, caso o devedor queira uma declaração de quitação da dívida que emerge da sentença, mesmo contra a vontade do credor, deverá valer-se da faculdade instituída pelo art. 570, do CPC, tenho por bem não conhecer de qualquer pedido formulado por qualquer das partes visando a marcação de prazo para o cumprimento espontâneo da obrigação. Indefiro, outrossim, qualquer pedido de imposição de multa à CEF por não ter cumprido espontaneamente o julgado.
3.4. Fica revogado qualquer despacho anteriormente proferido no sentido contrário ao ora decidido.
4. Considerando que a Caixa Econômica Federal está efetuando o crédito nas contas do FGTS de todos aqueles que firmaram o termo de adesão e, nos termos do Decreto nº 4.777/2003, não se está mais a exigir a homologação dos termos de adesão para o fim de se realizar o depósito das quantias devidas; considerando, ainda, que a sucessiva juntada de termos de adesão, em momentos distintos para cada um dos credores, e a discussão incidental a respeito de suas validades, numa fase onde não há ainda relação processual constituída está a onerar excessivamente e injustificadamente os serviços do Juízo; considerando, ainda, que a homologação dos termos de adesão juntados implica na extinção do processo com julgamento do mérito, nos termos do que dispõe o art 269, III, do CPC e que o processo de conhecimento já se encontra extinto e o processo de execução ainda não foi instaurado por inércia da parte credora; considerando, ademais, que a parte credora pode obter o mesmo efeito da transação simplesmente não executando seu título judicial e que a Caixa Econômica Federal pode, em eventual embargos à execução, invocar a transação realizada para obstar a execução em curso (art. 741, VI, do CPC); considerando, ainda, que a prática da homologação vinha sendo admitida apenas como forma de salvaguardar os interesses dos credores em receber os valores, o que antes do Decreto nº 4.777/2003 ficava condicionado à homologação, tenho por bem não conhecer de qualquer pedido de homologação, ao menos enquanto não houver relação processual instaurada, de qualquer dos termos de adesão juntados aos autos que não tenham sido homologados.
4.1. Determino, outrossim, à Secretaria, em razão do decidido neste item, que ao receber qualquer petição das partes juntando termos de adesão com pedido de homologação, que os junte aos autos, independentemente de realizar conclusão para a apreciação deste juízo.
5. À parte credora fica assinalado um prazo improrrogável - sob pena de imediato arquivamento dos autos sem a perda do direito de oportunamente propor a execução - de 30 (trinta) dias para propor a execução do julgado, juntando toda a documentação necessária nos termos do CPC.
5.1. Tal prazo vale mesmo que a parte não concorde ou tenha dúvidas a respeito de eventual acerto no cumprimento espontâneo do julgado por parte da Caixa Econômica Federal. Assim, considerando que o cumprimento espontâneo é uma faculdade do devedor, a parte poderá propor a execução pleiteando o saldo remanescente caso discorde do valor creditado, independentemente de requerer a prestação de explicação por parte da devedora sobre os critérios que utilizou para entender quitada a dívida. Desta forma, o credor que discordar ou duvidar do acerto da devedora a respeito do cumprimento do julgado, deverá igualmente propor a execução pelo saldo remanescente, não sendo este o momento oportuno para a discussão a respeito, o qual terá lugar quando de eventual execução validamente instaurada.
5.2. Saliento que caberá ao credor o ônus de providenciar os extratos das contas vinculadas para a realização dos cálculos, uma vez que ao contrário do que vinha acontecendo, as partes não estão mais encontrando dificuldades para o acesso a tais dados, estando os extratos, inclusive, à disposição da parte na internet no endereço eletrônico www.caixa.gov.br, nos terminais de auto-atendimento e nas agências, razão pela qual não se aplica ao caso concreto o disposto no § 1º, do art. 604, do CPC. Assim, indefiro qualquer pedido de apresentação de extratos pela CEF, revogando qualquer decisão proferida por esse juízo no sentido contrário ao ora decidido, salvo se houver decisão da instância superior, a qual deverá prevalecer.
5.3. Ademais, ficam os credores advertidos que não será admitida a propositura de ação de execução, nos mesmos autos, sem que estejam todos os credores em conjunto figurando na inicial de execução, ressalvada a hipótese de algum deles demonstrar articuladamente não ter interesse na execução do julgado, declarando expressamente já ter tido seu direito satisfeito. Afinal, é inviável a manutenção da tumultuária prática consistente

em permitir que diversos litisconsortes no processo de conhecimento executem, nos mesmos autos, o título judicial em momentos distintos, o que resulta em autos completamente ininteligíveis, com embargos opostos em relação a um exeqüente, perícia sendo realizada em relação a outro, execução se iniciando para um terceiro, execução não embargada para um quarto, os demais pedindo prazo para juntar extratos ou a determinação para que a devedora os apresente dentre outras singulares ocorrências. A anarquia por vezes é tamanha que se torna difícil despachar nos autos de forma coerente, encaminhando o seu processamento com racionalidade. Uma prática admitida em nome da celeridade da prestação jurisdicional, na verdade a está inviabilizando.
5.4. Ressalto que, no presente caso, a opção pelo litisconsórcio ativo é facultativa e, portanto, a parte autora/exeqüente, assim como se beneficiou dos bônus decorrentes da economia processual de litigar em conjunto, deve arcar com os ônus decorrentes de eventuais delongas ocasionadas por algum dos litisconsortes durante a fase de execução do julgado.
5.5. Fica, ainda, a parte credora advertida de que ao elaborar seus cálculos deverá levar em consideração os valores eventualmente já pagos pela Caixa Econômica Federal, quer em razão do parcial cumprimento espontâneo da obrigação, quer em razão de depósitos efetuados em razão de acordo extrajudicial, uma vez que, nos termos do que dispõe o art. 940, do Código Civil, "...aquele que demandar por dívida já paga, no todo ou em parte, sem ressalvar as quantias recebidas ou pedir mais do que for devido, ficará obrigado a pagar ao devedor, no primeiro caso, o dobro do que houver cobrado e, no segundo, o equivalente do que dele exigir, salvo se houver prescrição".
5.6. Decorrido o prazo de 30 (trinta) dias sem que a parte credora manifeste-se propondo a execução do julgado nos termos aqui definidos, arquivem-se os autos, independentemente de novo despacho ou nova intimação. Saliento que o arquivamento não implica na perda pela parte do direito de propor a execução do julgado, o qual poderá ser exercido a qualquer tempo, desde que, respeitado o prazo prescricional.
6. Intimem-se."

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2001.70.00.004502-6 - JURACI SOARES X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). JULIO CESAR DALMOLIN

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi(ram) proferido(s) o(s) seguinte(s) despacho(s):
" ... 2. Defiro o requerimento de fl. 117.
3. A Caixa Econômica Federal, em diversas oportunidades - inclusive por meio de ofício dirigido a esse Juízo -, requereu a concessão de prazo para o cumprimento espontâneo da obrigação consubstanciada na sentença. Tal pedido vinha sendo deferido em atenção aos princípios da celeridade e economia processual.
3.1. Todavia, o que se vem observando é que a concessão de prazo para o cumprimento espontâneo vem gerando mais malefícios do que benefícios ao célere e, principalmente, ao eficaz tramitar processual.
3.2. Ocorre que, diversos incidentes vêm se verificando sem que haja uma relação processual constituída e sem que a satisfação do credor seja efetivamente decidida. Assim, ora a Caixa Econômica Federal não cumpre a obrigação no prazo requerido e assinalado; ora cumpre apenas em relação a alguns dos credores sob a justificativa de que os demais assinaram termos de adesão; ora traz os termos de adesão; ora não os traz; ora os traz sem a assinatura do suposto transigente; ora se nega a trazê-los porque o termo assinado é o branco e não o azul; na maioria das vezes a parte credora discorda dos valores creditados e passa a questioná-los, sem, contudo, apresentar razões embasadas para a discordância; há, ainda, diversos pedidos de aplicação de multa diária contra a Caixa Econômica Federal, pela alegada recusa no cumprimento espontâneo do julgado. Tudo, repito, sem que haja uma relação processual constituída. Enfim, os diversos incidentes processuais surgidos neste ínterim, entre o trânsito em julgado da sentença proferida no processo de conhecimento e a instauração do processo de execução, estão a causar uma série de tumultos, sem que se extraia daí qualquer benefício.
3.3. Assim, considerando que o cumprimento espontâneo da obrigação é uma faculdade da parte devedora, a qual para ser exercida independe da concessão de qualquer prazo; considerando ainda que a eventual concessão de prazo para o cumprimento espontâneo é irrelevante e não tem o condão de impedir que parte credora promova a execução do julgado; considerando ainda que, caso o devedor queira uma declaração de quitação da dívida que emerge da sentença, mesmo contra a vontade do credor, deverá valer-se da faculdade instituída pelo art. 570, do CPC, tenho por bem não conhecer de qualquer pedido formulado por qualquer das partes visando a marcação de prazo para o cumprimento espontâneo da obrigação. Indefiro, outrossim, qualquer pedido de imposição de multa à CEF por não ter cumprido espontaneamente o julgado.
3.4. Fica revogado qualquer despacho anteriormente proferido no sentido contrário ao ora decidido.
4. Considerando que a Caixa Econômica Federal está efetuando o crédito nas contas do FGTS de todos aqueles que firmaram o termo de adesão e, nos termos do Decreto nº 4.777/2003, não se está mais a exigir a homologação dos termos de adesão para o fim de se realizar o depósito das quantias devidas; considerando, ainda, que a sucessiva juntada de termos de adesão, em momentos distintos para cada um dos credores, e a discussão incidental a respeito de suas validades, numa fase onde não há ainda relação processual constituída está a onerar excessivamente e injustificadamente os serviços do Juízo; considerando, ainda, que a homologação dos termos de adesão juntados implica na extinção do processo com julgamento do mérito, nos termos do que dispõe o art 269, III, do CPC e que o processo de conhecimento já se encontra extinto e o processo de execução ainda não foi instaurado por inércia da parte credora; considerando, ademais, que a parte credora pode obter o mesmo efeito da transação simplesmente não executando seu título judicial e que a Caixa Econômica Federal pode, em eventual embargos à execução, invocar a transação realizada para obstar a execução em curso (art. 741, VI, do CPC); considerando, ainda, que a prática da homologação vinha sendo admitida apenas como forma de salvaguardar os interesses dos credores em receber os valores, o que antes do Decreto nº 4.777/2003 ficava condicionado à homologação, tenho por bem não conhecer de qualquer pedido de homologação, ao menos enquanto não houver relação processual instaurada, de qualquer dos termos de adesão juntados aos autos que não tenham sido homologados.
4.1. Determino, outrossim, à Secretaria, em razão do decidido neste item, que ao receber qualquer petição das partes juntando termos de adesão com pedido de homologação, que os junte aos autos, independentemente de realizar conclusão para a apreciação deste juízo.
5. À parte credora fica assinalado um prazo improrrogável - sob pena de imediato arquivamento dos autos sem a perda do direito de oportunamente propor a execução - de 30 (trinta) dias para propor a execução do julgado, juntando toda a documentação necessária nos termos do CPC.
5.1. Tal prazo vale mesmo que a parte não concorde ou tenha dúvidas a respeito de eventual acerto no cumprimento espontâneo do julgado por parte da Caixa Econômica Federal. Assim, considerando que o cumprimento espontâneo é uma faculdade do devedor, a parte poderá propor a execução pleiteando o saldo remanescente caso discorde do valor creditado, independentemente de requerer a prestação de explicação por parte da devedora sobre os critérios que utilizou para entender quitada a dívida. Desta forma, o credor que discordar ou duvidar do acerto da devedora a respeito do cumprimento do julgado, deverá igualmente propor a execução pelo saldo remanescente, não sendo este o momento oportuno para a discussão a respeito, o qual terá lugar quando de eventual execução validamente instaurada.
5.2. Saliento que caberá ao credor o ônus de providenciar os extratos das contas vinculadas para a realização dos cálculos, uma vez que ao contrário do que vinha acontecendo, as partes não estão mais encontrando dificuldades para o acesso a tais dados, estando os extratos, inclusive, à disposição da parte na internet no endereço eletrônico www.caixa.gov.br, nos terminais de auto-atendimento e nas agências, razão pela qual não se aplica ao caso concreto o disposto no § 1º, do art. 604, do CPC. Assim, indefiro qualquer pedido de apresentação de extratos pela CEF, revogando qualquer decisão proferida por esse juízo no sentido contrário ao ora decidido, salvo se houver decisão da instância superior, a qual deverá prevalecer.
5.3. Ademais, ficam os credores advertidos que não será admitida a propositura de ação de execução, nos mesmos autos, sem que estejam todos os credores em conjunto figurando na inicial de execução, ressalvada a hipótese de algum deles demonstrar articuladamente não ter interesse na execução do julgado, declarando expressamente já ter tido seu direito satisfeito. Afinal, é inviável a manutenção da tumultuária prática consistente em permitir que diversos litisconsortes no processo de conhecimento executem, nos mesmos autos, o título judicial em momentos distintos, o que resulta em autos completamente ininteligíveis, com embargos opostos em relação a um exeqüente, perícia sendo realizada em relação a outro, execução se iniciando para um terceiro, execução não embargada para um quarto, os demais pedindo prazo para juntar extratos ou a determinação para que a devedora os apresente dentre outras singulares ocorrências. A anarquia por vezes é tamanha que se torna difícil despachar nos autos de forma coerente, encaminhando o seu processamento com racionalidade. Uma prática admitida em nome da celeridade da prestação jurisdicional, na verdade a está inviabilizando.
5.4. Ressalto que, no presente caso, a opção pelo litisconsórcio ativo é facultativa e, portanto, a parte autora/exeqüente, assim como se beneficiou dos bônus decorrentes da economia processual de litigar em conjunto, deve arcar com os ônus decorrentes de eventuais delongas ocasionadas por algum dos litisconsortes durante a fase de execução do julgado.
5.5. Fica, ainda, a parte credora advertida de que ao elaborar seus cálculos deverá levar em consideração os valores eventualmente já pagos pela Caixa Econômica Federal, quer em razão do parcial cumprimento espontâneo da obrigação, quer em razão de depósitos efetuados em razão de acordo extrajudicial, uma vez que, nos termos do que dispõe o art. 940, do Código Civil, "...aquele que demandar por dívida já paga, no todo ou em parte, sem ressalvar as quantias recebidas ou pedir mais do que for devido, ficará obrigado a pagar ao devedor, no primeiro caso, o dobro do que houver cobrado e, no segundo, o equivalente do que dele exigir, salvo se houver prescrição".
5.6. Decorrido o prazo de 30 (trinta) dias sem que a parte credora manifeste-se propondo a execução do julgado nos termos aqui definidos, arquivem-se os autos, independentemente de novo despacho ou nova intimação. Saliento que o arquivamento não implica na perda pela parte do direito de propor a execução do julgado, o qual poderá ser exercido a qualquer tempo, desde que, respeitado o prazo prescricional.
6. Intimem-se."

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2001.70.00.004510-5 - NELSON MULLER SICURO X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). JULIO CESAR DALMOLIN

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s), foi(ram) proferido(s) o(s) seguinte(s) despacho(s):
" 1. Recebo os presentes embargos à execução para discussão, suspendendo o andamento do feito principal. Certifique-se.
2. À parte embargada para impugná-los, querendo, no prazo legal, assim como para, no mesmo prazo, especificar fundamentadamente, as provas que pretende produzir."

EMBARGOS A EXECUCAO

2003.70.00.036828-6 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM - DNER X PAULO ROBERTO MACHADO E S/MULHER
Adv. : Dr(s). MARIA DOS ANJOS P. WAPNIARZ

2003.70.00.039409-1 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X NIRLEI MEDEIROS E OUTROS
Adv. : Dr(s). GRACIELA PARZIANELLO

2003.70.00.049819-4 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X BRASILIO JOSE SOLEK MACHADO E OUTROS
Adv. : Dr(s). SAMANTHA DE M SADE

2003.70.00.049822-4 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X TANIA REGINA BABY E OUTROS
Adv. : Dr(s). SILVANA SANTOS TURIN

2003.70.00.049823-6 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X EDITE FRANCO DE LIMA E OUTROS
Adv. : Dr(s). MARCELO DA SILVA

2003.70.00.049824-8 - UNIAO FEDERAL X OSVALDO ALVES PEREIRA E OUTROS
Adv. : Dr(s). MAURO CAVALCANTE DE LIMA

2003.70.00.056048-3 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X MARIA MIRIAM BIM E OUTROS
Adv. : Dr(s). PAULO SERGIO TRIGO RONCAGLIO

2003.70.00.056049-5 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X ROBERTO HERMINIO FRANCA
Adv. : Dr(s). RENATA CRISTINA PALOAN TOESCA

2003.70.00.056056-2 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X ANTONIO VITOR E OUTROS
Adv. : Dr(s). ANTONIO PEREIRA ALBINO

2003.70.00.056060-4 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X MIRIAN SALETE DA CRUZ
Adv. : Dr(s). ANA LUCIA CABEL

2003.70.00.056066-5 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X ELEZANI APARECIDA VIDOTO E OUTROS
Adv. : Dr(s). ANTONIO PEREIRA ALBINO

2003.70.00.058281-8 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X REGINA APARECIDA SARRAFF E OUTROS
Adv. : Dr(s). REGINA A SARRAFF

2003.70.00.058284-3 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. X VERA LUCIA ELIAS VERNIZI E OUTRO
Adv. : Dr(s). ARDEMIO DORIVAL MUCKE

2003.70.00.058298-3 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X FRANCISCO JANOTTA DIAS E OUTROS
Adv. : Dr(s). MARCELO FERNANDES POLAK

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s), foi(ram) proferido(s) o(s) seguinte(s) despacho(s):
" ... 3. Dispõe o art. 4º, da MP nº 2.180-35, de 24/08/2001 que "A Lei nº 9.494, de 10.09.97, passa a vigorar acrescida dos seguintes artigos: 'Art. 1º-D. Não serão devidos honorários advocatícios pela Fazenda Pública nas execuções não embargadas'."
Sendo assim, indefiro o pedido de fixação de honorários independentemente da oposição de embargos.
Ressalto que, o caso em tela difere daqueles inúmeros outros de execução de sentença proferida em ação civil pública que condenou a União à restituição do empréstimo compulsório incidente sobre combustíveis.
Naqueles casos tenho entendido, na esteira da jurisprudência do e. TRF/4ª Região - o qual, a propósito, editou a súmula 70 neste sentido - que o arbitramento de honorários advocatícios é devido mesmo que a execução não seja embargada.
Ocorre que naqueles casos o advogado de atuou no processo de conhecimento é diverso daquele que atua no processo de execução.
Neste caso, os advogados são os mesmos e já foram contemplados com a fixação de honorários advocatícios no processo de conhecimento, onde restou fixado o valor de 10% sobre o valor da causa.
Nem mesmo a alegação de que os 10% já fixados sobre o valor da causa não são suficientes à correta remuneração dos serviços prestados socorre a parte autora. Isso porque o momento para discutir o acerto da condenação era o do processo de conhecimento. Por outro lado, é de se presumir que o valor atribuído à causa correspondeu, efetivamente, ao proveito econômico buscado em juízo.
4. Indefiro o pedido de inclusão na conta do valor pago a título de honorários periciais para a elaboração da memória de cálculo, uma vez que esta providência incumbe ao exeqüente e é ônus seu arcar com tal despesa, não podendo aleatoriamente ser repassada ao executado.
Toda execução, nos termos do que dispõe o art. 583, do CPC deve estar fundada em um título. A parte exeqüente não possui título executivo para executar o valor correspondente a um por cento incidente sobre o principal, a título de honorários do perito que elaborou o cálculo.
O termo "despesas", a que se refere o art. 20, do CPC, a uma pressupõe o prévio reconhecimento judicial da despesa cobrada (o título executivo), a duas, não tem a amplitude que pretende a parte exeqüente.
Do contrário, admitir-se-ia, em última análise, que o valor despendido pela parte exeqüente par locomover-se até o fórum para protocolar a petição inicial pudesse ser incluído no cálculo da execução.
Por outro lado, o valor apontado importa em um valor unilateralmente apurado, uma vez que não se trouxe aos autos uma explicação razoável da percentagem estabelecida. Assim, não pode ser imposto ao devedor, razão pela qual deve ser indeferida sua inclusão na conta.
5. No que toca com a pretendida compensação das custas processuais, igualmente indefiro o pedido formulado pela parte exeqüente, por falta de amparo legal.
O art. 14, I, da Lei nº 9.289/1996, ao contrário, impõe o adiantamento das custas pela parte autora.
Quanto ao pedido de assistência judiciária gratuita, para que se possa deferi-lo, deve a parte autora juntar declaração firmada pelo beneficiário nos moldes da Lei nº 1060/50 - ou pelo procurador com procuração outorgando poderes específicos - de que não suporta, sem privação, o encargo legal.
6. Intime-se..."

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2003.70.00.044584-0 - ANTONIO SECUNDE DE OLIVEIRA E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). MAURO CAVALCANTE DE LIMA

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s), foi(ram) proferido(s) o(s) seguinte(s) despacho(s):
" ... 2 - Para o deferimento da assistência gratuita, conforme dispõe o artigo 4º da Lei n. 1060/50, é necessária a juntada da declaração dos requerentes de que não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários do advogado, sem prejuízo próprio ou de sua família. Assim, intime-se a parte autora para que, no prazo de 15 dias, traga aos autos a referida declaração ou comprove o pagamento das custas iniciais (mínimo 50%), sob pena de indeferimento da inicial."

ACAO ORDINARIA

2003.70.00.046339-8 - JOAO MARIA PRESTES JUNIOR X UNIAO - AGU
Adv. : Dr(s). FABIOLA LOPES BUENO

2003.70.00.046405-6 - RODRIGO DE ANDRADE FUNDAO GUIMARAES MENDES X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). FABIOLA LOPES BUENO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s), foi(ram) proferido(s) o(s) seguinte(s) despacho(s):
" Para o deferimento da assistência gratuita, conforme dispõe o artigo 4º da Lei n. 1060/50, é necessária a juntada da declaração do requerente de que não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários do advogado, sem prejuízo próprio ou de sua família. Assim, intime-se a parte autora para que, no prazo de 15 dias, traga aos autos a referida declaração ou comprove o pagamento das custas iniciais (mínimo 50%), sob pena de indeferimento da inicial."

ACAO ORDINARIA

2003.70.00.058680-0 - LUIZ MARIO ANDRETTA X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). ANA CLAUDIA CERICATTO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s), foi(ram) proferido(s) o(s) seguinte(s) despacho(s):
" 1 - A inicial não trouxe qualquer documento que comprove as alegações de fato deduzidas, em evidente descumprimento do art. 283 do Código de Processo Civil.
2 - Posto isso, intime-se o autor para, no prazo de 10 (dez) dias, trazer todos os documentos relacionados com os fatos alegados, sob pena de indeferimento da inicial, na forma do CPC, art. 284, parágrafo único."

ACAO ORDINARIA

2003.70.00.078205-4 - ANTONIO CARLOS VIANA X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). RENATA ALMEIDA LEITE

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s), foi(ram) proferido(s) o(s) seguinte(s) despacho(s):
" 1 - Tendo em vista que o rito escolhido foi o mandado de segurança, intime-se a impetrante para deduzir especificadamente qual o pedido dirigido em face da autoridade impetrada, uma vez que se limitou a fazer um pedido declaratório, incompatível isoladamente com o writ."

MANDADO DE SEGURANCA

2003.70.00.076805-7 - KRAFT FOODS BRASIL S/A X DELEGADO DA RECEITA FEDERAL EM CURITIBA
Adv. : Dr(s). CREUZA DE ABREU VIEIRA COELHO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s), foi(ram) proferida(s) a(s) seguinte(s) decisão(ões):
" ... indefiro a antecipação pretendida, sem prejuízo de nova análise no caso de apresentação de documentos comprobatórios do 'periculum in mora'..."

ACAO ORDINARIA

2003.70.00.081730-5 - ASSOCIACAO FRANCISCANA DE ENSINO SENHOR BOM JESUS X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). MAURO JUNIOR SERAPHIM

CURITIBA, 10 de dezembro de 2003

DANIÉLE MASCHIO TEMPORAL
DIRETORA DE SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL
EM EXERCÍCIO

SEGUNDA VARA FEDERAL CRIMINAL
CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE CURITIBA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ

Rua Anita Garibaldi, 888, 2ºandar,
bairro Ahu

MM. JUIZ FEDERAL:
DR. SERGIO FERNANDO MORO
MM. JUÍZA FEDERAL SUBSTITUTA:
DRA. BIANCA GEORGIA CRUZ ARENHART

BOLETIM DE INTIMAÇÃO N. <02/2004>

Nos autos do processo abaixo foi proferido o seguinte despacho :

"Homologo a dessitência da oitiva das testemunhas Zébio e Thelma que seriam ouvidas por carta precatória em Florianópolis. Comunique-se através do meio mais expedito, solicitando a devolução da carta de fl. 604.
Por oportuno e com base no artigo 196 do CPP, reputo conveniente reinterrogar o acusado Alberto Youssef.
Em vista também do disposto da decisão de fls. 594-595, serão também interrogados Eroni Miguel Peres e Paulo César Stinghen.
Desgino a data de 30/01/04, às 13:30, para a audiência. Intime-se e requisite-se a apresentação de Alberto Youssef.
Ciência aos defensores por boletim e ainda pessoalmente, por precatória, os acusados Celso e Cristina.
Quanto aos acusados Paulo e Eroni, intime-se ainda o defensor constituído por Alberto que fica encarregado de apresentá-los, observando o que já foiconsignado na fl. 595.
..."

ACAO PENAL

2003.70.00.056661-8 - MINISTERIO PUBLICO FEDERAL X ALBERTO YOUSSEF E OUTROS
Adv. : Dr(s). ANTONIO AUGUSTO FIGUEIREDO BASTO, LUIS GUSTAVO RODRIGUES FLORES, DOUGLAS BONARDI MARANHAO, MARDEN ESPER MAUES, MARCELLO BACELLAR, RENATO CARDOSO DE A ANDRADE

——————————————— Nos autos do processo abaixo foram expedidas as seguintes Cartas Precatórias:com prazo de 20 dias:
a)CP 01/2004 - Londrina/PR - para inquirição das testemunhas de defesa: Francisco Carlos Moreira, Marcos Luiz Arzoli, Ademir Passuelo, José Revaldo Baião de Oliveira e Eduardo Tauil
b)CP 02/2004- Maringá/PR - para inquirição da testemunha de defesa Luiz Carlos Siqueira
c)CP 03/2004- São Paulo/SP - para inquirição da testemunha de defesa Irineu Begotti
d)CP 04/2004 - Cascavel/PR- para inquirição das testemunhas de defesa Leopoldo Fiewski e Irineo Luiz de Mari
e)CP 05/2004 - Foz do Iguaçu/PR - para inquirição das testemunhas de defesa: Fernando José Alves Coutinho e Ivone Maria Grando
f)CP 06/2004 - Paranaguá/PR - para inquirição da testemunha de defesa Airton Vidal Maronsendo que os defensores devem acompanhar as designações proferidas em cada localidade
Foi também expedido o seguinte despacho (fl. 760):
"Reputo oportuna a oitiva como testemunha do Juízo do sr. Reinold Stephanes, atualmente Secretário de Estado, na audiência de 23.01.04, às 15:00h.
..."

ACAO PENAL

2003.70.00.066405-7 - MINISTERIO PUBLICO FEDERAL X
Adv. : Dr(s). FRANCISCO ASSIS DO REGO MONTEIRO ROCHA, FRANCISCO DE ASSIS DO REGO MONTEIRO ROCHA JUNIOR, LUIS GUSTAVO RODRIGUES FLORES, LUIZ ALBERTO MACHADO, ANTONIO AUGUSTO FIGUEIREDO BASTO, ALEXANDRE KNOPFHOLZ, BENO FRAGA BRANDAO, RENE DOTTI, WALTER BARBOSA BITTAR, PEDRO HENRIQUE TOMAZINI GOMES, LUIZ ANTONIO DE SOUZA, MAURICIO ANTONIO PELLEGRINO ADAMOWSKI, CARLOS ALBERTO FARRACHA DE CASTRO, ALCIDES BITENCOURT PEREIRA, CARLOS ALBERTO FORBECK DE CASTRO, GUSTAVO HENRIQUE DIETRICH, intimação da expedição de precatórias e desp. 760

CURITIBA, 19 de janeiro de 2004.

GISELE BECKER BITELLO Diretora de Secretaria e.e da 2ª Vara Federal Criminal

SECRETARIA DA 3ª VARA FEDERAL CÍVEL DE CURITIBA/PR

BOLETIM DE INTIMAÇÃO No. 0077/2003

Juiz Federal: Dr. Joel Ilan Paciornik
Juíza Federal Substituto: Dr. Paulo Cristovão de Araujo Silva Filho

No(s) processo(s) abaixo ficam intimadas as partes da baixa dos autos do TRF-4ª Região, para requererem o que entenderem de direito, em 15 dias, cientes de que, nada sendo requerido nesse prazo, serão os autos arquivados. (Provimento nº 22/99 da Corregedoria-Geral da Justiça Federal da 4ª Região).

MANDADO DE SEGURANCA

2001.70.00.016722-3 - SINDICATO DAS INDUSTRIAS DE PAPEL, CELULOSE E PASTA DE MADEIRA PARA PAPEL, PAPELAO E DE ARTEF DE PAPEL DO PR X REPRESENTANTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E REC NATURAIS RENOVAVEIS NO PR-IBAMA
Adv. : Dr(s). JOAO CARLOS LORUSSO, SALVADOR OLIVA NETO, (BOLETIM EXPEDIDO EM 15/12/2003, INCLUINDO FL. 176)

2001.70.00.029794-5 - CASA DE SAUDE SAO VICENTE LTDA X PRESIDENTE DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARANA
Adv. : Dr(s). CLAUDIA APARECIDA BATISTA, (BOLETIM EXPEDIDO EM 15/12/2003, INCLUINDO FL. 453)

2001.70.00.030970-4 - MARCUS VINICIUS MICHELLS RIBEIRO X PRO REITORA ACADEMICA DA PONTIFICIA UNIVERSIDADE CATOLICA DO PARANA
Adv. : Dr(s). JÚLIO CÉSAR SCOTÁ STEIN, ADRIANA WENK, LUIZ ROBERTO WERNER ROCHA, (BOLETIM EXPEDIDO EM 15/12/2003, INCLUINDO FL. 349)

2001.70.00.033683-5 - ISMAEL PASQUIM DE ALMEIDA - FARMACIA X PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE FARMACIA DO ESTADO DO PARANA
Adv. : Dr(s). DEOLINDO ESTURILIO, RODRIGO MENEZES, (BOLETIM EXPEDIDO EM 15/12/2003, INCLUINDO FL. 168)

2002.70.00.003200-0 - MILTON MARTINS PORTELINHA X DIRETOR DAS FACULDADES CURITIBA E OUTRO
Adv. : Dr(s). RONALDO DE MORAIS, FABIOLA PAULA BEE ALENSKI, (BOLETIM EXPEDIDO EM 15/12/2003, INCLUINDO FL. 115)

2002.70.00.003568-2 - FELIPE HASSON X DIRETOR GERAL DAS FACULDADES INTEGRADAS CURITIBA E OUTRO
Adv. : Dr(s). UGO ULISSES ANTUNES DE OLIVEIRA, FABIOLA PAULA BEE ALENSKI, (BOLETIM EXPEDIDO EM 15/12/2003, INCLUINDO FL. 162)

2002.70.00.004274-1 - FARMACIA PORECATU LTDA X PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE FARMACIA DO ESTADO DO PARANA
Adv. : Dr(s). DEOLINDO ESTURILIO, RODRIGO LUIZ MENEZES, (BOLETIM EXPEDIDO EM 15/12/2003, INCLUINDO FL. 144)

2002.70.00.025051-9 - GABRIEL NEGRAO FERREIRA JUNIOR X PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO PARANA
Adv. : Dr(s). VITOR HUGO PAES LOUREIRO FILHO, BOLESLAU SLIVIANY, (BOLETIM EXPEDIDO EM 15/12/2003, INCLUINDO FL. 136)

No(s) processo(s) abaixo ficam intimadas as partes da baixa dos autos do TRF-4ª Reg., para requererem o que entenderem de direito, em 15 dias, apresentando os cálculos de liquidação, se for o caso. (Provimento nº 22/99 da Corregedoria-Geral da Justiça Federal da 4ª Região)

ACAO ORDINARIA

93.00.18457-1 - SINDICATO DA INDUSTRIA DA CONSTRUCAO CIVIL NO ESTADO DO PARANA SINDUSCON E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF, BANCO CENTRAL DO BRASIL
Adv. : Dr(s). CLEA MARA LUVIZOTTO, NEY DE OLIVEIRA RODRIGUES, (BOLETIM EXPEDIDO EM 15/12/2003, INCLUINDO FL. 353)

96.00.18109-8 - WANDERLEY VEIGA X UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA
Adv. : Dr(s). JOAO ANTONIO CARRANO MARQUES, SILVANA ZANETTI OSANAM DE OLIVEIRA, (BOLETIM EXPEDIDO EM 15/12/2003, INCLUINDO FL. 134)

97.00.16592-2 - NICEIA CRUZ E OUTROS X INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS, UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). MARCOS ALAOR PEREIRA TOLEDO, NAIARA CRISTINA CERVO, ANDREA VULCANIS MACEDO DE PAIVA, (BOLETIM EXPEDIDO EM 15/12/2003, INCLUINDO FL. 144)

EMBARGOS A EXECUCAO

99.00.15429-0 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X JOSE AMERICO BAGGIO
Adv. : Dr(s). ROMAO GOLAMBIUK, CLEA MARA LUVIZOTTO, (BOLETIM EXPEDIDO EM 15/12/2003, INCLUINDO FL. 176)

1999.70.00.032076-4 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X PAULO REGINALDO FERREIRA DA COSTA E OUTROS
Adv. : Dr(s). ANESIO ROSSI JUNIOR, APARECIDO SOARES ANDRADE, (BOLETIM EXPEDIDO EM 15/12/2003, INCLUINDO FL. 302)

ACAO ORDINARIA

2001.70.00.011619-7 - IVO DE LAZZARI X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). LUCIANO CHIZINI CHEMIN, GERSON SCHWAB, (BOLETIM EXPEDIDO EM 15/12/2003, INCLUINDO FL. 167)

2001.70.00.011993-9 - GIANNE TROYA SAES E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). LUDOVINA LUCIANE DERING, GERSON SCHWAB, (BOLETIM EXPEDIDO EM 15/12/2003, INCLUINDO FL. 345)

2001.70.00.013941-0 - ELCY KNOFF X UNIAO FEDERAL, SERASA CENTRALIZACAO DE SERVICOS DOS BANCOS S/A
Adv. : Dr(s). EDILSON GALDINO VILELA DE SOUZA, SELMA LIRIO SEVERI, (BOLETIM EXPEDIDO EM 15/12/2003, INCLUINDO FL. 1301)

2001.70.00.036441-7 - NORBERTO KURZYDLOSKI E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). JONAS BORGES, DANIELA VANESSA TOMELIN FLENIK, ROSELI ZANLORENSI CARDOSO, (BOLETIM EXPEDIDO EM 15/12/2003, INCLUINDO FL. 115)

EMBARGOS A EXECUCAO

2001.70.00.036857-5 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X CLACI FATIMA BENEVEGNUTTI
Adv. : Dr(s). JOAO CORREA SOBANIA, CELIA INES DA SILVA, (BOLETIM EXPEDIDO EM 15/12/2003, INCLUINDO FL. 120)

ACAO ORDINARIA

2002.70.00.027412-3 - ROSELI RIBEIRO DE AZEVEDO CAMPAGNARO X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). RAFAEL COSTA MONTEIRO, JOAO CORREA SOBANIA, (BOLETIM EXPEDIDO EM 15/12/2003, INCLUINDO FL. 92)

2002.70.00.036954-7 - MARIO PAITCH E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). GIORGIA PAULA MESQUITA, ROSELI ZANLORENSI CARDOSO, (BOLETIM EXPEDIDO EM 15/12/2003, INCLUINDO FL. 110)

EMBARGOS A EXECUCAO

2002.70.00.057910-4 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X CLOVIS VENANCIO E OUTROS
Adv. : Dr(s). AMANDA CANSIAN, (BOLETIM EXPEDIDO EM 15/12/2003, INCLUINDO FL. 114)

ACAO ORDINARIA

2002.70.00.071078-6 - ADBERTO WRUBLEVSKI X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). GERALDO MARQUES, ROSELI ZANLORENSI CARDOSO, (BOLETIM EXPEDIDO EM 15/12/2003, INCLUINDO FL. 56)

CURITIBA, 15 de dezembro de 2003

_____
Marcia Ditzel Goulart
Diretora de Secretaria da 3ª Vara

TERCEIRA VARA FEDERAL CRIMINAL SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE CURITIBA

EDITAL DE INTIMAÇÃO Nº 02/04

PRAZO: 90 (noventa) dias

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR MARCOS JOSEGREI DA SILVA, MM. JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO DA 3ª VARA CRIMINAL DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE CURITIBA, SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI, ETC.

FAZ SABER, a todos quantos virem ou conhecimento tiverem do presente **EDITAL**, que tramitam neste Juízo os autos de **Ação Penal nº 1999.70.00.031181-7,** que o Ministério Público Federal move em face de Cecílio do Rego Almeida e Outros, dentre eles

MARCO ANTÔNIO CASSOU, brasileiro, casado, engenheiro civil, filho de Jobar Cassou e Ruth Marieta Cassou, nascido aos 28 de maio de 1957, na cidade de Curitiba/PR, portador da Cédula de Identidade RG nº 736.826-7 SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 348.548.359-15, e, por se encontrar em lugar incerto e não sabido,

INTIMA-O, dos termos da respeitável sentença condenatória proferida nas fls. 1.051-1.075, dos autos supramencionados, cujo dispositivo traz o seguinte teor: ***"julgo procedente a pretensão punitiva constante da denúncia*** *para* ***CONDENAR*** *os réus* ***Cecílio do Rego Almeida, Marco Antônio Cassou, Allyrio de Jesus Dipp Filho e Gonzalo Orlando Claure Mendez,*** *como incursos nas sanções do* ***artigo 168-A, c/c artigo 29, na forma do artigo 71, todos do Código Penal.*** *(...) Assim, fica o réu definitivamente apenado em* ***três anos de reclusão e multa de 16 dias-multa.*** *(...) fixo o valor do dia-multa em* ***dois salários mínimos.*** *(...)* ***fixo o regime aberto,*** *(...) Substituo a pena privativa de liberdade por duas penas restritivas de direito, sendo, respectivamente: 1ª) prestação pecuniária (art. 43, inciso I, CP), consistente no pagamento da quantia de R$ 15.000,00 (quinze mil reais) a entidade pública com destinação social, a ser designada pelo Juízo responsável pela execução da pena. 2ª) prestação de serviço à comunidade (art. 43, inciso IV, CP), a ser realizada em entidade assistencial a ser oportunamente designada, à razão de uma hora de tarefa por dia de condenação, tudo conforme as disposições do art. 46 e §§, do CP, também com a redação que lhe deu a Lei nº 9.714/98. (...) Após o trânsito em julgado, lance-se o nome dos réus no Rol dos Culpados (art. 5º, LVII, Constituição Federal), oficiando-se ao Tribunal Regional Eleitoral com jurisdição sobre o local de residência, para os fins previstos no art. 15, inciso III, C.F. Condeno-os, ainda, ao pagamento das custas processuais. Também após o trânsito em julgado, procedam-se às averbações necessárias, expedindo-se comunicações à SR/DPF/PR e II/SSP/PR.* ***Publique-se. Registre-se, Intime-se. Curitiba, 01 de dezembro de 2003. (a) — Nivaldo Brunoni, Juiz Federal da 3ª Vara Federal Criminal."***

E para que chegue ao conhecimento de todos e do referido acusado, mandou o MM. Juiz passar o presente edital, que será afixado no lugar de costume na sede deste Juízo, situado na Av. Anita Garibaldi, nº 888, 2º andar, Juvevê, nesta Capital, e publicado no Diário da Justiça do Estado do Paraná.

DADO E PASSADO nesta cidade de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, aos dezesseis dias do mês de janeiro do ano de dois mil e quatro. Eu, _____, ***Jonathan Cheong***, *Técnico Judiciário*, digitei e eu, _____, ***Eliane Nisihara,*** *Diretora de Secretaria da 3ª Vara Federal Criminal de Curitiba*, Seção Judiciária do Paraná, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.

MARCOS JOSEGREI DA SILVA
Juiz Federal Substituto - 3ª Vara Criminal

SECRETARIA DA PRCTB04

BOLETIM DE INTIMACAO NR:0016/2004

JUIZES:
DR. MARCOS ROBERTO ARAUJO DOS SANTOS (T)
DR. DOUGLAS CAMARINHA GONZALES (S)

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"Aguarde-se, por 1 (um) ano, eventual execução de diferenças, de acordo com o artigo 652 do CPC. Intime-se a parte autora."

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

1999.70.00.029788-2 - DAVID BATISTA BORGES E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). ANDREA REJANE DE ARAUJO GOES

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"1. Suspendo o cumprimento do despacho de fls. 100. 2. Intimem-se os procuradores dos exeqüentes para que providenciem, em 60 (sessenta) dias: a) em virtude da discrepância entre as assinaturas lançadas nas procurações e aquelas constantes dos documentos que instruem o feito, novas procurações, como firma reconhecida, outorgadas por José Soares dos Santos e José Carvalho Vieira; b) cópia do CPF e da identidade do exeqüente Joaquim Jerônimo Veria; c) procuração outorgada pelo espólio Vicente Garcia de Andrade. d) a comprovação do alegado no petitório de fls. 92, item a, consoante despacho de fls. 100. 3. Após voltem conclusos. 4. Intimem-se as partes."

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2001.70.00.029240-6 - ADILSON BETTEGA E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). SARA CECILIA ROCHA, EUGENIO DE LIMA BRAGA

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"Tendo em vista a decisão que negou provimento ao Agravo de Instrumento (fls. 82/85), cumpra-se o r. despacho da fl. 70." (adequar o cálculo)

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

98.00.28269-6 - PEDRO BARABASZ E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). VANIA MARA MOREIRA DOS SANTOS

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"...2.Intime-se a parte autora para informar o PIS de MARIA APARECIDA DE CARVALHO DE ARAUJO. ... Neste passo, Tendo em vista a re nuncia ao direito sobre que se funda a ação, julgo extinto o processo, com fulcro no art. 269, V do Código de Processo Civil, em relação aos autores DIRCEU JOSE VAZ e LUIZ IZIDORIO DA SILVA, resguardando, todavia, os valores correspondentes aos honorários advocatícios fixados na decisão exeqüenda e devidos pela CEF", eis que as verbas de sucumbência, por determinação legal, pertencem ao advogado e, portanto, as partes não poderiam transacionar ou dispor das mesmas. ... 6.A inércia dos autores será interpretada como desinteresse na execução, sendo que os autos serão arquivados, cabendo aos autores a celeridade da execução. 7.Aguarde-se, por 1 (um) ano, eventual execução de diferenças, de acordo com o artigo 652 do CPC. 8.Intimem-se."

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2000.70.00.028240-8 - MARIA APARECIDA DE CARVALHO DE ARAUJO E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). PAULO FERNANDO PAULUK

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"...Após, às partes para que se manifestem sobre o cálculo, no prazo sucessivo de 15 dias, iniciando-se pelo embargante. Nada sendo requerido, registrem-se para sentença e voltem conclusos."

EMBARGOS A EXECUCAO

2003.70.00.025563-7 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X DOMINGOS LANGOWSKI E OUTROS
Adv. : Dr(s). JAIME LUIZ SCHLUGA

"Nos processos abaixo foi proferida sentença julgando extinto o processo."

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

98.00.25036-0 - ALGACIR PAMPUCHE E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). ARIMO RAMIRO DE ASSIS

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"J. Defiro."

ACAO ORDINARIA

97.00.25415-1 - SERGIO AUGUSTO GUIMARAES E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). ISABELLA ASSIS DA COSTA

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"Aguarde-se, por 1 (um) ano, eventual execução de diferenças, de acordo com o artigo 652 do CPC, com a apresentação de novos cálculos, descontados os valores pagos administrativamente. Intime-se."
"PS. O petitório de fl. 252 e seg. não pedem a citação da CEF, nem a execução nos termos do art. 604 e 652 CPC. DS."

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2000.70.00.024211-3 - DIRCEU ANTONIO ARRUDA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF E OUTRO
Adv. : Dr(s). MONIA XAVIER GAMA

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"...Diante do exposto, julgo extinto o processo, com julgamento do mérito, com fulcro no art. 794, I, do CPC, em relação ao autor Paulo Dombeck. Intime-se a CEF para proceder a movimentação da conta "Garantia Embargos", efetuando os depósitos dos valores devidos nas contas fundiárias dos autores, conforme sentença, bem como para se manifestar sobre o petitório de fl. 299. Intimem-se."

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

98.00.24169-8 - AGUINALDO GABRIEL DOS SANTOS E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). NILZO A.R.DA SILVA

"Nos processos abaixo foi proferida sentença julgando extinto o processo."

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2001.70.00.023246-0 - CASA DOS CINESCOPIOS LTDA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). AUREA CRISTHINA DE A.CRUZ

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"... 2. Após, sobre a contestação, diga a parte autora, no prazo de 15 quinze) dias."

ACAO ORDINARIA

2001.70.00.022485-1 - MARCO ANTONIO FIORI E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). LOUISE RAINER PEREIRA GIONEDIS

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"J. Defiro."

ACAO ORDINARIA

99.00.20314-3 - CARLOS HENRIQUE NIZER E OUTROS X DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM - DNER
Adv. : Dr(s). MARCELO TRINDADE DE ALMEIDA

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"...2. Intime-se a parte autora para se manifestar sobre a satisfação de seus créditos.3. Indefiro o pedido de fl.374/375. O pedido de saque deverá ser formulado administrativamente pelos titulares das contas junto à CEF e poderá ser efetuado caso preencham os requisitos legais exigidos para tanto (art. 20 da Lei 8036/90). Caso contrário, os valores permanecerão depositados aguardando o momento oportuno para saque. 4. Intime-se."

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2000.70.00.019895-1 - ALAIS TABORDA RIBAS E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). AMAZONAS FRANCISCO DO AMARAL, PABLO ANDREZ PINHEIRO GUBERT

"Nos processos abaixo foi proferida sentença julgando procedente a ação."

EMBARGOS A EXECUCAO

2003.70.00.019649-9 - UNIAO FEDERAL X CEREALISTA CICCIOLINA LTDA
Adv. : Dr(s). AURACYR AZEVEDO DE MOURA CORDEIRO

Em cumprimento ao Provimento nº 05/03, da Corregedoria da Justiça Federal, manifestar-se sobre documentos juntados pela CEF.

ACAO ORDINARIA

97.00.18890-6 - JOAQUIM TEIXEIRA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF E OUTRO
Adv. : Dr(s). ALCIDES BIER DOS SANTOS

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"...2.Após cumpra-se o despacho de fls. 505: intime-se a procuradora dos autores para que regularize, em 30 (trinta) dias, a representação processual e, depois de averiguada a regularidade dos mandatos, diante dos documentos que venham a ser apresentados, expeçam-se os alvarás."

DECLARATORIA

96.00.16793-1 - AUTO POSTO CHURCHILL LTDA E OUTROS X INST.NAC. DE METROLOGIA, NORMALIZACAO E QUALIDADE INDL. - INMETRO
Adv. : Dr(s). AMARILIS VAZ CORTESI, LUIZ CARLOS PILOTO

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"Às partes, no prazo sucessivo de 05 (cinco) dias, sobre o prosseguimento do feito."

ACAO ORDINARIA

2003.70.00.016420-6 - ANNA KINDRAJH - ESPOLIO X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). ORANDI APARECIDO ALMEIDA

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"Indefiro o pedido da fl. 178, porquanto, o Dr. Luis Renato Sinderski já foi intimado quanto à sentença, de forma que nova intimação caracterizaria um tratamento anti-isonômico relativamente às partes, vindo a beneficiar a CEF em detrimento do autor. Intime-se."

ACAO ORDINARIA

2002.70.00.014846-4 - LINDAURA SEROISKA DAS DORES E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). DELMARI DIAS

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"Indefiro retratação ao acordo extrajudicial de Lourenço Eloy dos Santos, por tratar-se de ato perfeito, sem prova de dolo, coação, erro etc. O documento de fl. 503, demonstra que os autores Cícero Gonçalves Medeiros, Jose Geraldo da Silva, Julia Levandoski Nogueira, Lourenço Eloy dos Sanos, Rosina Guibe Muller e Sebastião Mozar Pereira, receberam os valores devidos administrativamente, tendo aderido ao acordo com a CEF. ... Neste passo, homologo as transações entre as partes e julgo extinto o processo, com fulcro no artigo 269, III, do Código de Processo Civil, em relação aos autores Cícero Gonçalves Medeiros, Jose Geraldo da Silva, Julia Levandoski Nogueira, Lourenço Eloy dos Sanos, Rosina Guibe Muller e Sebastião Mozar Pereira. ... Aguarde-se, por 1 (um) ano, a propositura de regular inicial executiva, em conformidade com os dispositivos constantes dos artigos 652, 598, 282, do Código de Processo Civil, considerando o cumprimento espontâneo da ré, o qual quitou ou diminuiu, em tese, o valor a ser executado, bem como a exclusão da lide dos autores supra citados. Intimem-se."

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

97.00.14742-8 - ANTONIO CASTILHO E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). ANDREA MARIA TABORDA R GUIMARAES

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"Defiro o pedido de fl. 341. Revogo as decisões de fl. 335, 338 e 340. Desentranhem-se documentos, devolvam-se à CEF (fl. 336 e 339). Intimem-se."

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

98.00.14118-9 - AMILTON MILDENBERGER E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). PAULO AMBROSIO

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"Reitere-se a intimação da parte exeqüente, para que requeira o que de direito no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de arquivamento dos autos."

ACAO ORDINARIA

91.00.13116-4 - ANTONIO BORDIN NETO E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). ANA ELIETE BECKER MACARINI KOEHLER

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"1. Homologo a transação entre as partes e julgo extinto o processo, com fulcro no artigo 269, III do CPC, em relação a Nelson de Paula Filho. 2. Primeiramente diga a parte autora sobre o petitório de fl. 345. 3. Intimem-se."

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

98.00.12520-5 - DOUGLAS LIBIO FERREIRA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). ROSI MARY MARTELLI

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"Aguarde-se, por 1 (um) ano, eventual execução de diferenças, de acordo com o artigo 652 do CPC. Intime-se a parte autora."

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

97.00.12336-7 - JOSE LISBOA PEREIRA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF E OUTRO
Adv. : Dr(s). ADRIANE DE ARAGON FERREIRA

"Nos processos abaixo foi proferida sentença julgando extinto o processo."

DECLARATORIA

92.00.08629-2 - ERNANI LOPES PINTO E OUTROS X BANCO CENTRAL DO BRASIL
Adv. : Dr(s). GENI KOSKUR

93.00.05598-4 - MARIA DE FATIMA GONCALVES PIRES X UNIAO FEDERAL E OUTRO
Adv. : Dr(s). DANIEL DE OLIVEIRA GODOY JUNIOR, ABNER PEREIRA DA SILVA

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"Tendo em vista a justificativa apresentada às fls. 221/223, indefiro o pedido para prisão formulado pelo Ministério Público, visto que, não é possível que se exija o cumprimento integral da obrigação alimentícia, por aquele que não tem condições materiais para fazê-lo. Ademais, o réu comprovou que, muito embora, não tenha condições financeiras para remeter, mensalmente, o valor total da pensão, tem buscado cumprir, ao menos de forma parcial, com suas obrigações. Intimem-se."

ACAO DIVERSA

96.00.05070-8 - MINISTERIO PUBLICO FEDERAL E OUTRO X E.J.G.L.
Adv. : Dr(s). AMILCAR DELVAN STUHLER

"Nos processos abaixo foi proferida sentença julgando procedente a ação."

EMBARGOS A EXECUCAO

2003.70.00.004988-0 - UNIAO FEDERAL X GERALDO CARARO E OUTROS
Adv. : Dr(s). GUARACI PINTO DA SILVA

No(s) processo(s) abaixo foi proferida sentença rejeitando os embargos de declaração.

EMBARGOS A EXECUCAO

2003.70.00.004959-4 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X JOAO ALBERTO SPRENGER FRANCA
Adv. : Dr(s). AUGUSTO CARLOS CARRANO CAMARGO, ANTONIO VALMOR JUNKES

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"...Pretendendo extratos, os autores deverão buscá-los diretamente junto às instituições financeiras. Aguarde-se, por 1 (um) ano, eventual execução de diferenças, de acordo com o artigo 652 do CPC. Intimem-se."

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

98.00.07652-2 - ADEMIR PADILHA FARIA DE SIQUEIRA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). PEDRO PAULO CARDOZO LAPA

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"...Ante o exposto, considerando-se que as alterações pretendidas pelo INCRA envolvem critérios de cálculo, conclui-se que os mesmos se encontram cobertos pelo instituto da preclusão, não podendo ser modificados, sob o pretexto de existência de erro material. Dessa forma, deve a execução prosseguir normalmente. Todavia, não há como acolher a pretensão dos autores aposentados, de isenção para os descontos devidos a título de contribuição previdenciária e imposto de renda, tendo em vista que os valores a serem pagos referem-se a períodos anteriores. Intimem-se as partes desta decisão. Aguarde-se o pagamento do precatório."

ACAO ORDINARIA

94.00.01685-9 - ADAIR MOREIRA E OUTROS X INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA INCRA
Adv. : Dr(s). MARCIA E. DE OLIVEIRA TORNESI

"Nos processos abaixo foi proferida sentença julgando extinto o processo."

DEMAIS PROC JURISD VOLUNT OU CONTENCIOSA

2003.70.00.000468-9 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X SOCIEDADE DE PROFISSIONAIS GRAFICOS S/C LTDA E OUTROS
Adv. : Dr(s). LUIZ ALBERTO GONCALVES, JOSLAI SILVA RUTKOSKI, JOSE ROBERTO RUTKOSKI

CURITIBA, 14 de janeiro de 2004

Lea Maria Otani
Diretora de Secretaria
4ª Vara Federal

SECRETARIA DA PRCTB04

BOLETIM DE INTIMACAO NR:0018/2004

JUIZES:
DR. MARCOS ROBERTO ARAUJO DOS SANTOS (T)
DR. DOUGLAS CAMARINHA GONZALES (S)

"Nos processos abaixo foi proferida sentença julgando extinto o processo."

ACAO ORDINARIA

00.00.96525-1 - AGROPECUARIA SANTA TEREZINHA S/A X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). GERALDO DE CASTILHO FREIRE

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"Intime-se a advogada da autora para assinar a petição inicial."

DEMAIS PROC JURISD VOLUNT OU CONTENCIOSA

2003.70.00.085251-2 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X RODRIGO MEZZA DE BEM E OUTRO
Adv. : Dr(s). DELMARI DIAS

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"Recebo os embargos para discussão, suspendendo o curso da execução. Aos embargados, para impugnação no prazo legal."

EMBARGOS A EXECUCAO

2003.70.00.081099-2 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X JOSE HOBMEIR E OUTROS
Adv. : Dr(s). CLOVIS SUPLICY WIEDMER

2003.70.00.084092-3 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X ROSA MITIKO MAKINO E OUTRO
Adv. : Dr(s). ROSANA TEMPORÃO MONTEIRO

2003.70.00.084093-5 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X CLARKA LAKOSKI LADA E OUTROS
Adv. : Dr(s). JORGE DURVAL DA SILVA

2003.70.00.084095-9 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X ELIZABETH APARECIDA GALACINI E OUTROS
Adv. : Dr(s). NELSON RAMOS KUSTER

2003.70.00.084270-1 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X DELOURDES IRIA GONCALVES E OUTRO
Adv. : Dr(s). LUIZ MAURICIO DE MORAIS RIBEIRO

2003.70.00.084271-3 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X FANNY MEDEIROS
Adv. : Dr(s). JULIANA BUSO

2003.70.00.084272-5 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X ANTONIO OTIS DOS SANTOS E OUTROS
Adv. : Dr(s). PAULO ROBERTO GOMES

2003.70.00.084301-8 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X ERNA SIMONIS E OUTROS
Adv. : Dr(s). VERIDIANA MENDES LAZZARI ZAINE

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"Vista ao(s) excepto(s), em 10 dias."

EXCECAO DE INCOMPETENCIA

2003.70.00.084096-0 - UNIAO FEDERAL X ALTAIR JOSE BATISTA VILLELA
Adv. : Dr(s). JOAO INACIO CORDEIRO

Em cumprimento ao Provimento nº 05/03, da Corregedoria da Justiça Federal, falar sobre a contestação e especificar provas.

ACAO ORDINARIA

2002.70.00.075325-6 - ENESIO CANDIDO DOS REIS X ANEEL - AGENCIA NACIONAL DE ENERGIA ELETRICA E OUTRO
Adv. : Dr(s). AIRTON PASSOS DE SOUZA

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"1. Acolho o pedido da União para aditamento à petição da Apelação. 2. Cumpra-se o item "3" do r. despacho da fl. 279. 3. Intimem-se."

MANDADO DE SEGURANCA

2002.70.00.068034-4 - BURBELLO ARTES GRAFICAS LTDA X DELEGADO DA RECEITA FEDERAL EM CURITIBA
Adv. : Dr(s). DARLAN RODRIGUES BITTENCOURT

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"1.Mantenho a decisão agravada, por seus próprios fundamentos. 2.Intime-se a parte autora para se manifestar sobre a contestação. 3.Intimem-se."

ACAO ORDINARIA

2003.70.00.066077-5 - HOMEOPATIA WALDEMIRO PEREIRA LAB INDL FARMACEUTICO LTDA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). ALEXANDRE FIDALSKI

Intimem-se as partes para requererem o que de direito em 15 dias, sucessivamente, iniciando-se pelo(s) autor(es), apresentando cálculo se for o caso, independente de despacho, em cumprimento ao Prov. nº 05/03 da CJF/4ª Região.

MANDADO DE SEGURANCA

2002.70.00.064198-3 - PARANAMOTOR AUTOMOVEIS LTDA X PRESIDENTE DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARANA
Adv. : Dr(s). SILVANO MARQUES BIAGGI, ERALDO MENDES PEREIRA, IDEVAN CESAR RAUEN LOPES

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"1.Tendo em vista a inércia da CEF em cumprir espontaneamente o julgado, intimem-se os autores para que promovam a execução de acordo com o artigo 652 do CPC, observado que não cabe a este juízo compelir o demandado no interesse da parte, mormente por se tratar de direito dispositivo. ... 3.A inércia dos autores será interpretada como desinteresse na execução, sendo que os autos serão arquivados. 4.Caso os autores queiram aguardar o beneplácito da CEF, no pagamento espontâneo, serão os autos remetidos à CEF para efetivo pagamento no prazo de um ano. 5.Não será concedido prazo inferior à CEF, cabendo aos autores a celeridade da execução. 6.Intimem-se."

ACAO ORDINARIA

2002.70.00.063558-2 - GENOVEVA RIBAS CLARO e Outros X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). DICESAR BECHES VIEIRA JUNIOR

"Nos processos abaixo foi proferida sentença julgando extinto o processo."

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

96.00.00280-0 - HAMILTON SANTOS ARAUJO E S/M X DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM - DNER
Adv. : Dr(s). JOSE CID CAMPELO

2002.70.00.063219-2 - ZILDA PINTO DO CARMO - HERDEIROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). EDSON CARLOS DE SOUZA

2002.70.00.063973-3 - LUIZ GONZAGA DA SILVA - ESPOLIO X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). LUIZ FERNANDO R PINTO

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"1- Recebo o(s) recurso(s) interposto(s) no efeito devolutivo. 2- Vista à parte contrária para as contra-razões."

MANDADO DE SEGURANCA

2003.70.00.036112-7 - JOSE AMADEUS FAGUNDES X PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA ARQUITETURA E AGRONOMIA DO PARANA-CREA/PR
Adv. : Dr(s). LUIZ RENATO MANFROI

Em cumprimento ao Provimento nº 05/03, da Corregedoria da Justiça Federal, manifestar-se sobre documentos juntados pela CEF.

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

1999.70.00.032589-0 - WALDEMAR BAGGIO E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). DANIELA RACHE GEBRAN

2002.70.00.034764-3 - PAULO CESAR CAETANO DA SILVA X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). FRANCISCO CAETANO DA SILVA

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"1- Recebo o(s) recurso(s) interposto(s) no efeito devolutivo. 2- Vista à parte contrária para as contra-razões."

MANDADO DE SEGURANCA

2003.70.00.016497-8 - SONIA APARECIDA DE MENDONCA FERNANDES FARMACIA X PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE FARMACIA
Adv. : Dr(s). RODRIGO MENEZES

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"Aguarde-se o pagamento espontâneo da CEF por l (um) ano ou eventual execução de diferenças, de acordo com o artigo 652 do CPC. Intimem-se."
Em tempo: "Único autor que não realizou acordo foi Carlos Conrado Steckein."

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2000.70.00.004098-0 - CARLOS CONRADO STECKEIN E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). JOAO APARECIDO VENANCIO

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"Intimem-se os autores para que se manifestem sobre a satisfação dos seus créditos."

ACAO ORDINARIA

91.00.03632-3 - CLAUDIA MONICA RITOSSA X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). EDUARDO ALBERTO MARQUES VIRMOND, GUILHERME MOREIRA RODRIGUES

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"...Intimem-se os exequentes."

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

96.00.02897-4 - AUTO VIACAO MARECHAL LTDA X FAZENDA NACIONAL.
Adv. : Dr(s). ACACIO CORREA FILHO

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"1.Determino o levantamento da penhora realizada à fl. 114, referente a máquina de revelação e reprodução de aerofotogrametria, bem como o levantamento do bloqueio junto DETRAN dos veículos GM/CORSA WIND, placa ARI-0905 (fl. 140) e GM/CORSA WIND, placa AFD-0437 (fl. 141). 2.Oficie-se ao DETRAN para que proceda o levantamento do bloqueio das fls. 140/141. 3.Após, arquivem-se os autos. Intime-se."

ACAO ORDINARIA

98.00.02192-2 - LASER GLASS TEMPER INDUSTRIA E COMERCIO DE VIDROS LTDA X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). AQUIBALDO ALMEIDA LEITE

"Nos processos abaixo foi proferida sentença julgando improcedente a ação."

EMBARGOS A EXECUCAO

2003.70.00.001390-3 - UNIAO FEDERAL X ALVARO REY POPLADE - ESPOLIO
Adv. : Dr(s). LUCIANO ALBERTI DE BRITO

"Nos processos abaixo foi proferido despacho indeferindo a liminar.

MANDADO DE SEGURANCA

2004.70.00.000538-8 - HUHTAMAKI DO BRASIL LTDA X DELEGADO DA RECEITA FEDERAL EM CURITIBA
Adv. : Dr(s). NADIA MARA NADDEO TERRON

No(s) processo(s) abaixo foi proferido despacho deferindo a antecipação dos efeitos da tutela.

ACAO ORDINARIA

2004.70.00.000484-0 - PAULO JABLONSKI X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). ANDREZZA MARIA BELTONI

Intimem-se as partes para requererem o que de direito em 15 dias, sucessivamente, iniciando-se pelo(s) autor(es), apresentando cálculo se for o caso, independente de despacho, em cumprimento ao Prov. nº 05/03 da CJF/4ª Região.

MANDADO DE SEGURANCA

99.00.00358-6 - MATAL INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS LTDA X DELEGADO DA RECEITA FEDERAL EM CURITIBA
Adv. : Dr(s). NESTOR FRESCHI FERREIRA

CURITIBA, 15 de janeiro de 2004

Lea Maria Otani
Diretora de Secretaria
4ª Vara Federal

SECRETARIA DA PRCTB04

BOLETIM DE INTIMACAO NR:0019/2004

JUIZES:
DR. MARCOS ROBERTO ARAUJO DOS SANTOS (T)
DR. DOUGLAS CAMARINHA GONZALES (S)

"Nos processos abaixo foi proferida sentença julgando extinto o processo."

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2002.70.00.045888-0 - ANTONIO CARLOS RODRIGUES E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). ANA MERI SIMIONI LOVIZOTTO

2002.70.00.050519-4 - PAULO DE OLIVEIRA QUIRINO E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). DIRCE PERES ZATTONI

2002.70.00.053215-0 - ANTENOR SZTOLTZ E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). MAJOLY ALINE ARAUJO DOS SANTOS

2002.70.00.054312-2 - IOLANDA KOBALL E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). JULIANNA BEZRUTCHKA BULGARELLI

2002.70.00.054640-8 - JAIRO SEVERINO DE CASTRO E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). FERNANDO AUGUSTO DE SOUZA

2002.70.00.056084-3 - VITORINO VOLPE X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). JAIR PAULO GULIN

2002.70.00.056379-0 - ALEIXO KOVALSKI E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). ROBERTO SANTOS OLIVEIRA

2002.70.00.056454-0 - AILMAR CARNIER E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). VERIDIANA BRUSCHZ LOMBARDI

2002.70.00.056789-8 - MAURO MIKODA X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). REINALDO JOSE ANDREATTA

2002.70.00.056791-6 - MARCOS ROMEU BETINI X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). REINALDO JOSE ANDREATTA

2002.70.00.057523-8 - MILTON FRANCISCO DOS SANTOS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). MILTON GARCIA

2002.70.00.057577-9 - CARLOS ALVES BEZERRA E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). FABIANO MILANI PIECHNIK

2002.70.00.058243-7 - GUILHERME JOAO DALL AGNOL - ESPOLIO X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). LISMARI PRESTES SOARES

2002.70.00.058774-5 - CLEMENTE SAMONEK X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). LAERCIO B LEVANDOSKI

2002.70.00.058861-0 - ZEFREDO WINIARSKI FILHO X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). NELSON RAMOS KUSTER, CARLOS MARIO HAMPF

2002.70.00.058878-6 - MAJOLY ALINE DOS ANJOS HARDY E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). MAJOLY ALINE ARAUJO DOS SANTOS

2002.70.00.059084-7 - VALENTIN CONSONI ICHAUKOSKI X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). CHRISTIAN S. BORTOLOTTO

2002.70.00.059146-3 - JANETE SEDOR E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). MARLY DE CASSIA MENESES FRANCA REGIANI

2002.70.00.059751-9 - ISAL JUVENCIO MANOEL LOPES E OUTRO X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). ARIVALDIR GASPAR

2002.70.00.060097-0 - AMILCAR CORDEIRO TEIXEIRA E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). NELSON ANTONIO GOMES JR.

2002.70.00.060254-0 - FRANCISCO SCZABELSKI X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). CIRSO TEODORO DA SILVA

2002.70.00.060592-9 - PAULO GOUDINHO E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). DIRCE PERES ZATTONI

2002.70.00.061520-0 - ZULMIRA ALONSO AMARO X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). ADYR TACLA FILHO

2002.70.00.063356-1 - OSVALDO VALERIO E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). ANA MERI SIMIONI LOVIZOTTO

Em cumprimento ao Provimento nº 05/03, da Corregedoria da Justiça Federal, inciso 30, Ficam os exequentes intimados para que digam acerca da satisfação de seus créditos.

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2002.70.00.058136-6 - EDSON AKIO OGATA X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). LIDIO DIAS DELGADO

2002.70.00.059803-2 - JOSE PEDRO DA SILVA - ESPOLIO X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). LUIZ MIGUEL VIDAL

2002.70.00.060595-4 - JOSE FERNADES DOS SANTOS MURY X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). ANA MERI SIMIONI LOVIZOTTO

2002.70.00.062334-8 - KAZUO TSUNETA E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). ANA MERI SIMIONI LOVIZOTTO

2002.70.00.062357-9 - MARIO VALDOMIRO SCHMIDT E OUTRO X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). ANA MERI SIMIONI LOVIZOTTO

2002.70.00.062880-2 - JUVENTINO APARECIDO DA SILVA X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). ANA MERI SIMIONI LOVIZOTTO

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"...Feitas essas considerações, e em consonância com o art. 20, § 4º, do CPC, fixo os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa. II. Intimem-se as partes desta decisão. III. Restando irrecorrida a presente decisão, expeça-se requisição de pagamento. IV. Caso os cálculos não estejam individualizados, bem como, os dados ou a documentação dos exeqüentes não estejam completos, intime-se-os para que procedam a regularização, no prazo de 30 (trinta) dias. V. Após, cumpridos os itens anteriores, aguarde-se o pagamento. dados ou a documentação dos exeqüentes não estejam completos, intime-se-os para que procedam a regularização, no prazo de 30 (trinta) dias. V. Após, cumpridos os itens anteriores, aguarde-se o pagamento."

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2002.70.00.056714-0 - CLOECYR ALMEIDA CORDEIRO X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). FERNANDO C TOPOROWICZ

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"...Assiste razão ao INCRA. Efetivamente, não incidem juros moratórios no período compreendido entre a data da apresentação dos precatórios e a data do término do prazo para pagamento, de acordo com a Constituição, pois in casu não houve descumprimento dos prazos constitucionais para pagamento. Assim, somente devem incidir juros moratórios no período que ultrapassar a data do término do prazo constitucional para pagamento (quando resta configurada a mora), pois durante a tramitação do precatório não há que se falar em mora. Intimem-se as partes da presente decisão e para que apresentem novos cálculos, nos termos da fundamentação supra."

ACAO ORDINARIA

00.00.53959-7 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPOPEMA - PR X INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA INCRA
Adv. : Dr(s). CARLOS EDUARDO FERREIRA CESARIO

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"1. Defiro os pedidos das fls. 109/110. 2. Declaro regularizada a representação processual do espólio de Rolf Jordan, bem como, defiro a alteração no valor executado por Felicia Kaminski, cabendo a mesma pleitear apenas a metade dos valores pertinentes ao espólio de Wenceslau Czervinski, observado o seu direito à meação. ... 7. Efetuado o depósito para seu pagamento, uma vez indicado o procurador que deve constar no alvará, expeça-se alvará para o levantamento do depósito. Em razão da carga extraordinária de serviço, a retirada do alvará deverá ser agendada no momento em que seja possível a sua expedição, conforme a capacidade operacional da Secretaria. Qualquer pedido de adiantamento da expedição deverá ser devidamente justificado e apresentado através de petição dirigida ao juiz. Tal petitório deverá receber andamento privilegiado. 8. Intimem-se."

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2002.70.00.051339-7 - ASTOLFO DE OLIVEIRA FILHO E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). FABIANO CORREA DE MEDEIROS

"Nos processos abaixo foi proferida sentença julgando improcedente a ação."
No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"1- Recebo o(s) recurso(s) interposto(s) no efeito devolutivo. 2- Vista à parte contrária para as contra-razões."

EMBARGOS A EXECUCAO

2003.70.00.046685-5 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X AUREA HAVANI RIBEIRO DE ANDRADE
Adv. : Dr(s). HUDSON CAMILO DE SOUZA

Em cumprimento ao Provimento nº 05/03, da Corregedoria da Justiça Federal, especificar provas em 5 dias.

ACAO ORDINARIA

2003.70.00.044133-0 - JOSE CARLOS SANTIAGO DA LUZ X HOSPITAL DE CLINICAS DA UFPR
Adv. : Dr(s). JOAO GILBERTO M CARRIJO

"No(s) processo(s) abaixo foi proferida sentença julgando procedente a ação."
No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"1.Recebo o recurso interposto, nos efeitos devolutivo e suspensi vo. 2.Vista à parte contrária para as contra-razões."

ACAO ORDINARIA

2003.70.00.033296-6 - WILSON GANEM X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). JULIO CESAR FARIAS POLI

2003.70.00.040572-6 - ARTUR AUGUSTO RODRIGUES JUNIOR X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). WALTER CARDOSO DA SILVEIRA

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"1.Intime-se a parte autora para que se manifeste sobre o petitório e documentos das fls. 325/331, onde a Caixa Econômica Federal noticia o cumprimento espontâneo do julgado em relação à Bernardo Wilibaldo Pusch, manifestem-se sobre a satisfação de seus créditos."

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2002.70.00.035604-8 - BERNARDO WILIBALDO PUSCH X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). LEONTINA ERNESTA COLPANI

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"...Após, decorrido o prazo, intime-se a CEF para que se manifeste sobre o prosseguimento do feito, no prazo de 10 (dez) dias."

AÇÃO MONITÓRIA

2001.70.00.033410-3 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X ANDREIA PEREIRA DA ROCHA
Adv. : Dr(s). CRISTIANA NAPOLI MADUREIRA DA SILVEIRA

"Nos processos abaixo foi proferida sentença julgando parcialmente procedente a ação."
No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"1- Recebo o(s) recurso(s) interposto(s), nos efeitos devolutivo e suspensivo. 2- Vista à parte contrária para as contra-razões."

ACAO ORDINARIA

1999.70.00.031290-1 - CARLOS RODOLFO SANDRINI X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN

"Nos processos abaixo foi proferida sentença julgando procedente a ação."
No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"1- Recebo o(s) recurso(s) interposto(s) no efeito devolutivo. 2- Vista à parte contrária para as contra-razões."

CONSIGNATORIA

1999.70.00.033362-0 - CARLOS RODOLFO SANDRINI X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN

Intimem-se as partes para requererem o que de direito em 15 dias, sucessivamente, iniciando-se pelo(s) autor(es), apresentando cálculo se for o caso, independente de despacho, em cumprimento ao Prov. nº 05/03 da CJF/4ª Região.

ACAO ORDINARIA

2000.70.00.031456-2 - CROCHOWICZ E GOMES LTDA X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). WANIA MARIA BARBOSA DE JESUS

2001.70.00.028761-7 - TRASNJOI TRANSPORTES LTDA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. E OUTRO
Adv. : Dr(s). WANIA MARIA BARBOSA DE JESUS, JOSE MARCIO CATALDO DOS REIS

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"Aguarde-se, por 1 (um) ano, eventual execução de diferenças, de acordo com o artigo 652 do CPC. Intime-se a parte autora."

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

1999.70.00.031141-6 - LENILSON FERREIRA LEAL X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). MARLUS ANTONIO GUSI MAGNINI

2000.70.00.030472-6 - CLEUZA DE FRANCA LEANDRO LUSTOSA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). ANITA MADALENA RIGODANZO EGGER

CURITIBA, 15 de janeiro de 2004

Lea Maria Otani
Diretora de Secretaria
4ª Vara Federal

EDITAL DE CITAÇÃO Nº 19-2003
PRAZO: 20 DIAS

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR VICENTE DE PAULA ATAIDE JUNIOR, JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO DA 5ª VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO PARANÁ, NOS AUTOS ACIMA DISCRIMINADOS:
EXECUÇÃO DIVERSA Nº 2000.70.20739-3
EXEQUENTE(S): CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
EXECUTADO(S): PEDRO GILBERTO DE LIMA, CPF Nº 339.831.359-00
FAZ SABER, aos que o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, em especial o executado PEDRO GILBERTO DE LIMA, CPF Nº 339.831.359-00, que neste Juízo e Secretaria da 5ª Vara Federal, Seção Judiciária do Estado do Paraná, processa-se a execução de título extrajudicial em epígrafe e, por não ter sido localizado para citação pessoal, fica por meio deste CITADO (decorrido 20 dias da primeira publicação deste edital), para que, no prazo de vinte e quatro (24) horas, pague(m) o valor de R$ 15.913,19, com posição em 21/11/2002, sob pena de PENHORA E AVALIAÇÃO em tantos bens quantos forem necessários à satisfação do débito, cientificando-o do prazo de 10 dias para oposição de eventuais embargos. E para que ao conhecimento de todos, o presente Edital será afixado no local de costume, e deverá ser publicado uma vez no órgão oficial e pelo menos duas vezes em jornal local, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da primeira publicação.
E, para que chegue ao conhecimento de todos, o presente Edital será publicado e afixado na forma da lei. EXPEDIDO nesta Cidade de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, aos vinte e sete (27) dias do mês de novembro do ano de dois mil e três (2003). Eu (Luciano Borges dos Santos), Técnico Judiciário, que o datilografei e; eu, (Celso Luiz de Paula Xavier), Diretor de Secretaria da 5ª Vara Federal, Seção Judiciária do Estado do Paraná, que o conferi e subscrevi.

Vicente de Paula Ataíde Junior
Juiz Federal Substituto
5ª Vara Federal

R$ 180,00

SECRETARIA DA 5ª VARA FEDERAL

BOLETIM DE INTIMAÇÃO Nº 0019/2004

Juízes:
DRª. CLAUDIA CRISTINA CRISTOFANI
JUÍZA FEDERAL
DR. VICENTE DE PAULA ATAIDE JUNIOR
JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO

No(s) processo(s) abaixo foi proferido DESPACHO, pela MM. JUÍZA FEDERAL SUBSTITUTA em exercício, nos seguintes termos:
"...RECEBO O(S) RECURSO(S) DE APELAÇÃO NO EFEITO DEVOLUTIVO...
... AO(S) RECORRIDO(S) PARA QUE, NO PRAZO LEGAL, APRESENTE(M) SUAS CONTRA-RAZÕES..."

ACAO CAUTELAR

98.00.21180-2 - MARCOS ANTONIO BOF X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). CARLOS AUGUSTO WEBER

No(s) processo(s) abaixo foi proferido DESPACHO, pela MM. JUÍZA FEDERAL, nos seguintes termos:
"...DIGA O AUTOR José Pereira dos Santos SE OS REPASSES REALIZADOS PELA CEF NAS CONTAS VINCULADAS AO FGTS E A VERBA HONORÁRIA DEPOSITADA, SE O CASO, SATISFIZERAM INTEGRALMENTE SEU CRÉDITO, IMPLICANDO A EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO SEGUNDO DISPÕE O ART. 794, I, DO CPC...

...Intimem-se os demais autores para que promovam a execução, no prazo de 60 (sessenta) dias, apresentando memória discriminada e atualizada dos cálculos (anexando mais uma via dos cálculos para propiciar a citação - contrafé), com base nos extratos analíticos que podem ser obtidos diretamente pela Internet, através do site www.caixa.gov.br ou pelo auto-atendimento, nas agências, através do Cartão do Cidadão, podendo-se, ainda, obter maiores informações no Disque CAIXA, por meio do telefone 0800-550101 (ligação gratuita).

Consigno que a requisição dos extratos, na forma do art. 604, § 1º, do CPC, somente se dará a partir da comprovação da impossibilida de de obter tais documentos junto à ré.

Juntados os cálculos, cite-se a Caixa Econômica Federal.

Decorrido o prazo sem manifestação, aguarde-se no arquivo a iniciativa da parte interessada..."

ACAO ORDINARIA

98.00.12653-8 - ILDA TOMAZ DE ANDRADE e Outros X UNIAO FEDERAL e Outro
Adv. : Dr(s). TANIA LOIZE BRAZ DUARTE

No(s) processo(s) abaixo foi proferido DESPACHO, pela MM. JUÍZA FEDERAL, nos seguintes termos:
"...Intimem-se os autores para que promovam a execução, no prazo de 60 (sessenta) dias, apresentando memória discriminada e atualizada dos cálculos (anexando mais uma via dos cálculos para propiciar a citação - contrafé), com base nos extratos analíticos que podem ser obtidos diretamente pela Internet, através do site www.caixa.gov.br ou pelo auto-atendimento, nas agências, através do Cartão do Cidadão, podendo-se, ainda, obter maiores informações no Disque CAIXA, por meio do telefone 0800-550101 (ligação gratuita).

Consigno que a requisição dos extratos, na forma do art. 604, § 1º, do CPC, somente se dará a partir da comprovação da impossibilida de de obter tais documentos junto à ré.

Juntados os cálculos, cite-se a Caixa Econômica Federal.

Decorrido o prazo sem manifestação, arquivem-se os autos..."

ACAO ORDINARIA

98.00.05121-0 - JOSE CORRENTE E OUTRO X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). FABIO FREITAS MINARDI, JOAO CARLOS A. ZOLANDECK

No(s) processo(s) abaixo foi proferido DESPACHO, pelo MM. JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO, nos seguintes termos:
"...MANIFESTEM-SE AS PARTES SOBRE O PEDIDO DE DESISTENCIA (F. 218)..."

ACAO ORDINARIA

2003.70.00.050701-8 - VILLAGE BATEL ENTRETENIMENTO LTDA E OUTRO X UNIAO FEDERAL E OUTROS
Adv. : Dr(s). MICHEL SALIBA OLIVEIRA, JOSE ANACLETO A.SANTOS, JEFFERSON ISAAC JOAO SCHEER, ANDRE LUIZ NUNES DA SILVA, LUIS RENATO SINDERSKI

No(s) processo(s) abaixo foi proferida SENTENÇA, pelo MM. JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO, nos seguintes termos:
"...Pelos fundamentos acima expendidos, JULGO PROCEDENTES os embargos opostos pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL em face de AGLAÉ DO ROCIO FREIRE CHEMIN, AQUILES PENITENTE NETO, ARACI ARMSTRONG ANTUNES, BENEDITO MACHADO SIMÕES, EDNA ISABEL CIRINO DOS SANTOS ANDRETTA, ELIANA VALENTE CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE TOZIN, ELIDA RISSI E JUREMA NAZARETH MARCON AMORIM, para fixar o valor da execução em R$ 41.606,48 (quarenta e um mil, seiscentos e seis reais e quarenta e oito centavos), posição em 10 de dezembro de 2002.

Sem custas (artigo 7o da Lei 9.289/96).

Condeno os embargados a pagar os honorários advocatícios para a Caixa Econômica Federal, os quais fixo em 10% sobre a diferença entre o valor inicialmente executado e o ora fixado, consoante artigo 20, § 3o, e 26 do CPC.

EMBARGOS A EXECUCAO

2003.70.00.043205-5 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X AGLAE DO ROCIO FREIRE CHEMIN E OUTROS
Adv. : Dr(s). CLAUDIA ANTUNES LOPES, JOAQUIM ANTONIO CIRINO DOS SANTOS

No(s) processo(s) abaixo foi proferido DESPACHO, pelo MM. JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO, nos seguintes termos:
"... Intimem-se as partes para que especifiquem as provas que efetivamente pretendem produzir, fundamentando, para cada prova indicada, o fato que pretende ver provado..."

ACAO ORDINARIA

2003.70.00.015084-0 - ODETE RIBEIRO LEMOS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). DIEGO MARTINS GASPARY, AUGUSTO CARLOS CARRANO CAMARGO

No(s) processo(s) abaixo foi proferido DESPACHO, pelo MM. JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO, nos seguintes termos:
"...MANTENHO A DECISÃO DE F. 212, PELOS SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS..."

ACAO ORDINARIA

2003.70.00.003332-0 - LEOCEAN CONFECCAO E COMERCIO DE ROUPAS LTDA X INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA NORMALIZACAO E QUAL INDAL INMETRO
Adv. : Dr(s). MAXIMILIANO GOMES MENS WOELLNER, GORGON NOBREGA

No(s) processo(s) abaixo foi proferido DESPACHO, pelo MM. JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO, nos seguintes termos:
"...Intimem-se as partes para que especifiquem as provas que efetivamente pretendem produzir, fundamentando, para cada prova indicada, o fato que pretende ver provado..."

ACAO ORDINARIA

2003.70.00.011806-3 - ADEMIR GONCALVES DE CARVALHO X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). CARMEN SILVIA GARMENDIA, ANESIO ROSSI JUNIOR

No(s) processo(s) abaixo foi proferido DESPACHO, pela MM. JUÍZA FEDERAL, nos seguintes termos:
"...RECEBO OS PRESENTES EMBARGOS PARA DISCUSSÃO, SUSPENDENDO A EXECUÇÃO, NOS TERMOS DO ART. 739, § 1º DO CPC...
...A(S) PARTE(S) EMBARGADA(S) PARA IMPUGNÁ-LOS, NO PRAZO DE LEI..."

EMBARGOS A EXECUCAO

2003.70.00.080448-7 - UNIAO FEDERAL E OUTRO X AIDE ALGOWER CAMARGO E OUTROS
Adv. : Dr(s). PAULO CEZAR GRUBER

No(s) processo(s) abaixo foi proferido DESPACHO, pela MM. JUÍZA FEDERAL, nos seguintes termos:
"...INTIME(M)-SE O(S) AUTOR(ES) PARA juntar a planilha de cálculos e requerer a citação do devedor..."

ACAO ORDINARIA

98.00.07586-0 - MARIO OSTROWSKI X UNIAO FEDERAL E OUTRO
Adv. : Dr(s). ANTONIO CESAR NASSIF, JOSE MAURO LANGER

CURITIBA, 19 de janeiro de 2004

CELSO LUIZ DE PAULA XAVIER
Diretor de Secretaria

SECRETARIA DA 6ª VARA FEDERAL

BOLETIM DE INTIMAÇÃO Nº 215/2003

Dr. FERNANDO QUADROS DA SILVA
Juiz Federal
Dra. ANA CAROLINA MOROZOWSKI
Juíza Federal Substituta

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferido despacho deferindo a suspensão requerida.

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2002.70.00.038680-6 - OSVALDO PEREIRA DOS SANTOS E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). JAIR RIBEIRO, (FL. 36 - item 1)

2002.70.00.054903-3 - MARIA GENI KINAST DIAS - ESPOLIO X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). MARCELO NASSIF MALUF, (FL. 26 - item 1)

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferido despacho deferindo o prazo requerido.

ACAO ORDINARIA

97.00.22584-4 - VITOR DA SILVEIRA X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). ERIKA PAULA DE CAMPOS, (FL. 219)

99.00.05219-6 - GERSON LUIZ SPINASSI E OUTROS X DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM - DNER
Adv. : Dr(s). MARCELO TRINDADE DE ALMEIDA, (FL. 278)

DEMAIS PROC JURISD VOLUNT OU CONTENCIOSA

2003.70.00.045785-4 - BRUNELLA ADAMI E OUTRO X Adv. : Dr(s). LUCIANA GRANDO PADILHA, (FL. 24)

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferida sentença extinguindo o presente execução.

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2002.70.00.003849-0 - ANTONIO STACIARINI PRIMO E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). FLAVIO PEREIRA TEIXEIRA, (FL. 76)

2002.70.00.027749-5 - WILSON MONTEMEZZO X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). MAURICIO DAL AGNOL, (FL. 22)

2002.70.00.060037-3 - CELSO NATAL PONTAROLLI X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). JULIO CESAR RODRIGUES, (FL. 22)

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferido despacho nos seguintes termos: "1. INTIME-SE A PARTE EXEQUENTE PARA REQUERER O QUE ENTENDER DE DIREITO, NO PRAZO DE 10(DEZ) DIAS. (...)."

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2003.70.00.001726-0 - CHRISTINA ORMIANIN MOREIRA X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). ANTONIO VALMOR JUNKES, (FL. 33)

2003.70.00.003212-0 - ALCIDES SOAVE E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). DIRCEU ROSA JUNIOR, (FL. 83)

2003.70.00.009869-6 - ADELIA SETIM BORTOLOTTI E OUTRO X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). ZARA HUSSEIN, (FL. 123)

2003.70.00.011929-8 - JULIA ZAWADSKI E OUTRO X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). TANIA ELIZA GARDINI, (FL. 36)

2003.70.00.013793-8 - ROGERIO PEREIRA DOS SANTOS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). DANIEL BEHAR RIBEIRO, (FL. 24)

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferido despacho nos seguintes termos: "(...) DÊ-SE VISTA À PARTE EMBARGADA DOS DOCUMENTOS ACOSTADOS PELA CEF (FLS. 71/80), PELO PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS. (...)."

EMBARGOS A EXECUCAO

2002.70.00.071647-8 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X SILVIA LUCIA LANTMANN ROMAN E OUTROS
Adv. : Dr(s). TELMA CARVALHO DE OLIVEIRA GALVAO, (FL. 81)

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferido despacho nos seguintes termos: "1. REITERE-SE A INTIMAÇÃO DA PARTE EXEQUENTE PARA REGULARIZAR, EM 10(DEZ) DIAS, A REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL DO ESPÓLIO DE JAIME BORDIN, APRESENTANDO PROCURAÇÕES DE TODOS OS HERDEIROS E SUCESSORES DO DE CUJUS, POIS SE ENCONTRA FINDO O PROCEDIMENTO DE ARROLAMENTO. NO SILÊNCIO, ARQUIVEM-SE."

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2002.70.00.041096-1 - JAIME BORDIN - ESPOLIO E OUTRO X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). MURILO CLEVE MACHADO, (FL. 34)

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferido despacho nos seguintes termos: "(...) INTIME-SE A PARTE AUTORA PARA PROMOVER CITAÇÃO DO APEX, NO PRAZO DE 10(DEZ) DIAS, INDICANDO O SEU ENDEREÇO PARA CITAÇÃO E FORNECENDO AS PEÇAS NECESSÁRIAS À FORMAÇÃO DA CONTRA-FÉ, BEM COMO PARA DIZER ACERCA DA CONTESTAÇÃO APRESENTADA PELO SEBRAE."

ACAO ORDINARIA

2000.70.00.019559-7 - SALVA SERVICOS MEDICOS DE EMERGENCIA S/C LTDA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. E OUTROS
Adv. : Dr(s). JOSE MACHADO DE OLIVEIRA, (FL. 675)

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferido despacho nos seguintes termos: "1. INDEFIRO O PEDIDO DE LEVANTAMENTO DE VALORES CREDITADOS NAS CONTAS VINCULADAS DOS REQUERENTES (FLS. 314), VEZ QUE DESNECESSÁRIO. EM HAVENDO INTERESSE NO SAQUE DE VALORES JÁ DEPOSITADOS, BASTA QUE A PARTE AUTORA COMPROVE JUNTO A CEF QUE SE ENQUADRA EM UMA DAS HIPÓTESES PREVISTAS NO ART. 20, DA LEI Nº 8.036/90. INTIME-SE. 2. APÓS, NADA MAIS SENDO REQUERIDO ARQUIVEM-SE OS AUTOS."

ACAO ORDINARIA

98.00.15674-7 - OSVALDO WOSNIAK E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). GERSON LUIZ GRABOSKI DE LIMA, (FL. 315)

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferido despacho nos seguintes termos: "A PETIÇÃO INICIAL DA EXECUÇÃO NÃO VEIO ACOMPANHADA DE DECLARAÇÃO DA REQUERENTE QUE CONDUZA À IMPOSSIBILIDADE DE SUPORTAR OS ÔNUS DO PROCESSO. (...). INTIME-SE A AUTORA, ATRAVÉS DE SEU PROCURADOR JUDICIAL, PARA QUE, EM DEZ DIAS, APRESENTE A DECLARAÇÃO DE QUE TRATA O ART. 4º DA LEI Nº 1.060/50 OU, ALTERNATIVAMENTE, RECOLHA AS CUSTAS INICIAIS."

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2003.70.00.041126-0 - VILMA THEODORA SPRENGER X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). JEAN MAURICIO DE SILVA LOBO, (FL. 27)

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferido despacho nos seguintes termos: "INTIME-SE O AUTOR PARA QUE DEPOSITE VOLUNTARIAMENTE OS HONORÁRIOS DEVIDOS AO INSS/FNDE, NO PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS."

ACAO ORDINARIA

97.00.23112-7 - FERTIRICO COMERCIO DE FERTILIZANTES LTDA X UNIAO FEDERAL E OUTROS
Adv. : Dr(s). CLAUDIA APARECIDA BATISTA, (FL. 441)

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferido despacho nos seguintes termos: "1. TENHO QUE O DOCUMENTO DE FLS. 81, POR SI SÓ, NÃO É HABIL A DEMONSTRAR APRESENTAÇÕES DE CONTAS, DETERMINADA À FLS. 77. DESTA MANEIRA, RENOVE-SE A INTIMAÇÃO DA PARTE EXEQUENTE PARA QUE CUMPRA TAL PROVIDÊNCIA, NO PRAZO DE 15(QUINZE) DIAS."

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2002.70.00.021775-9 - JOSE ALCIDES MARTON DA SILVA E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). JULIANA LYCZACOWSKI MALVEZZI, (FL. 82)

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferido despacho nos seguintes termos: "(...) SENDO ASSIM, TENDO EM VISTA O TUMULTO QUE A EXECUÇÃO PARCIAL CAUSA AO PROCESSO, INDO DE ENCONTRO AO PRINCÍPIO DA ECONOMIA PROCESSUAL, INDEFIRO, POR ORA, O INÍCIO DA EXECUÇÃO REQUERIDA ÀS FLS. 341 E 347 E SS., (...). 2. INTIMEM-SE OS AUTORES PARA QUE, EM 30 (TRINTA) DIAS, MANIFETSEM-SE ACERCA DA SATISAFAÇÃO DO CRÉDITO EM RAZÃO DO PAGAMENTO EFETUADO PELA CEF, (...). ESCLAREÇO, MAIS UMA VEZ, QUE OS PRÓPRIOS AUTORES DEVERÃO TRAZER AOS AUTOS CÓPIAS DOS EXTRATOS FUNDIÁRIOS, BEM COMO MEMÓRIA DISCRIMINADA DE CÁLCULO DA DIFERENÇA QUE ENTENDEM LHE SER DEVIDA, (...). 3. DECORRIDO O PRAZO, ARQUIVEM-SE. (...)."

ACAO ORDINARIA

98.00.18374-4 - ADEMAR JOSE PELETI E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). ELAINE CONCEICAO ANDRETTA, (FL. 387/388)

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferido despacho nos seguintes termos: "1. INTIMEM-SE NOVAMENTE OS EXEQUENTES REINALDO SNITYNSKI FRANÇA, ANA ROSA DOS SANTOS, JOSEVALDO GARCIA, ANSELMO STELLA E NAZILDA LOURENÇO DA SILVA PARA QUE SE MANIFESTEM EXPRESSAMENTE ACERCA DA SATISFAÇÃO DE SEUS CRÉDITOS OU PARA QUE DEÊM SEGUIMENTO AO FEITO, DANDO INÍCIO À EXECUÇÃO DA SENTENÇA, NO PRAZO DE 10(DEZ) DIAS. (...)."

ACAO ORDINARIA

2000.70.00.021980-2 - YAROSLAU KOBREN E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). CARLOS BUCK, (FL. 229)

Em cumprimento ao Provimento nº 05/2003(Consolidação) da Corregedoria da Justiça Federal, no(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi determinada a intimação da parte autora para falar, em 5 dias, sobre petições/documentos de fls. 190/196.

ACAO ORDINARIA

2000.70.00.012823-7 - GILBERTO LUCIANO DE SOUZA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). TRINDADE DOS SANTOS BUDNI, (FL. 198)

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferido despacho nos seguintes termos: "1. TENDO EM VISTA O TUMULTO QUE A EXECUÇÃO PARCIAL CAUSA AO PROCESSO, INDO DE ENCONTRO AO PRINCÍPIO DA ECONOMIA PROCESSUAL, INDEFIRO, POR ORA O INÍCIO DA EXECUÇÃO REQUERIDA ÀS FLS. 338 E SEGUINTES, EM RAZÃO DE QUE NEM TODOS OS EXEQUENTES JUNTARAM AOS AUTOS OS EXTRATOS FUNDIÁRIOS, CONSOANTE DECISÃO DAS FLS. 337. INTIMEM-SE. 2. DECORRIDO O PRAZO SUPRA SEM MANIFESTAÇÃO DA PARTE AUTORA OU SEM CUMPRIMENTO DA DECISÃO DAS FLS. 337, ARQUIVEM-SE OS AUTOS."

ACAO ORDINARIA

97.00.27385-7 - GONCALO RODRIGUES DA SILVA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). GUIOMAR DA SILVA VIEIRA DOS SANTOS, PEDRO RAYMUNDO CHANDELIER, (FL. 345)

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferido despacho nos seguintes termos: "INTIME-SE O PROCURADOR JUDICIAL DA PARTE AUTORA PARA QUE ESCLAREÇA SE PRETENDE EXECUTAR APENAS OS VALORES DO AUTOR JEFERSON LEONARCZYK. SALIENTO QUE NÃO SERÁ DEFERIDO O PEDIDO DE EXECUÇÃO PARCIAL EM FACE DO TUMULTO PROCESSUAL QUE TAL PRETENSÃO OCASIONARIA. PRAZO DE 15(QUINZE) DIAS."

ACAO ORDINARIA

98.00.20689-2 - ALIZETE SABOIA SANTOS E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). ELAINE CONCEICAO ANDRETTA, (FL. 404)

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferido despacho nos seguintes termos: "1. INDEFIRO O PEDIDO DE ARBITRAMENTO DE HONORÁRIOS, POIS ENCONTRA-SE A MATÉRIA PRECLUSA. (...). 2. INTIME-SE. 3. NADA MAIS SENDO REQUERIDO, ARQUIVEM-SE OS AUTOS (...)."

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2002.70.00.044853-8 - ADOLIR WEBER E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). DANIELLE RAQUEL HACHMANN, (FL. 88)

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferido despacho nos seguintes termos: "1. DÊ-SE VISTAS À PARTE AUTORA DOS DOCUMENTOS JUNTADOS PELA CEF ÀS FLS. 293/302. 2. NADA MAIS SENDO REQUERIDO, ARQUIVEM-SE."

ACAO ORDINARIA

98.00.16277-1 - SIDNEY DE OLIVEIRA GAISSLER E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). PAULO FERNANDO PAULUK, (FL. 303)

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferido despacho nos seguintes termos: "1. PRIMEIRAMENTE, INTIME-SE A PARTE AUTORA PARA QUE RECOLHA AS CUSTAS REMANESCENTES A QUE SE REFERE O § 3º DO ART. 14 DA LEI Nº 9.289/96, NO PRAZO DE 10(DEZ) DIAS. (...)."

ACAO ORDINARIA

97.00.24965-4 - MARIA APARECIDA BAVELONI E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). LUIZ EUGENIO MULLER, (FL. 507 - item 1)

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferido despacho nos seguintes termos: "1. TENDO EM VISTA OS TRANSTORNOS QUE A EXECUÇÃO PARCIAL ACARRETA AO BOM ANDAMENTO DO FEITO, INTIME-SE A PROCURADORA JUDICIAL DA PARTE AUTORA PARA, NO PRAZO DE 15(QUINZE) DIAS, ESCLARECER SE PRETENDE EXECUTAR APENAS OS VALORES ATINENTES AOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS."

ACAO ORDINARIA

99.00.27665-5 - ADAO JOEL COSTA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). ELAINE CONCEICAO ANDRETTA, (FL. 373)

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferido despacho nos seguintes termos: "1. PRIMEIRAMENTE, TENDO EM VISTA OS TRANSTORNOS QUE A EXECUÇÃO PARCIAL ACARRETA AO BOM ANDAMENTO DO FEITO, INTIME-SE A PARTE AUTORA PARA DIZER SE, EM RELAÇÃO AOS AUTORES NÃO ABRANGIDOS NO REQUERIMENTO DE FLS. 433, ENCONTRA-SE O CRÉDITO SATISFEITO. pRTAZO : 10 DIAS."

ACAO ORDINARIA

98.00.09904-2 - ALI MOHAMED ABRAO E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). ORLANDO ANZOATEGUI JUNIOR, (FL. 467)

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferido despacho nos seguintes termos: "1. PRIMEIRAMENTE, TENDO EM VISTA OS TRANSTORNOS QUE A EXECUÇÃO PARCIAL ACARRETA AO BOM ANDAMENTO DO FEITO, INTIME-SE A PARTE AUTORA PARA DIZER SE, EM RELAÇÃO AOS AUTORES NÃO ABRANGIDOS NO REQUERIMENTO DE FLS. 485, ENCONTRA-SE O CRÉDITO SATISFEITO. PRAZO : 10 DIAS."

ACAO ORDINARIA

97.00.24344-3 - ARLINDO ANTONIO RESSEL E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). ELAINE CONCEICAO ANDRETTA, (FL. 499)

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferido despacho nos seguintes termos: "(...) CONSIDERANDO, ENTRETANTO, QUE ÀS FLS. 353 FOI DETERMINADO A EXPEDIÇÃO DE REQUISIÇÃO DE PAGAMENTO DO VALOR TOTAL DO CÁLCULO DAS FLS. 343/347, O QUAL ENGLOBAVA O VALOR DOS 20% RESTANTES DO DEPÓSITO DAS FLS. 32, ENTENDO QUE O VALOR QUE REMANESCE NA CONTA 350.21578-9 DEVERÁ SER DEVOLVIDO AO DNER A FIM DE QUE NÃO HAJA PAGAMENTO EM DUPLICIDADE. 4. SENDO ASSIM, INTIMEM-SE OS EXPROPRIADOS DESTA DECISÃO, BEM COMO PARA QUE DÊEM INTEGRAL CUMPRIMENTO AO ITEM 1 DA DECISÃO DAS FLS. 364, E, AINDA, PARA QUE DIGAM ACERCA DO DEPÓSITO DAS FLS. 366. PRAZO : 10 (DEZ) DIAS. (...)."

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

00.00.38928-5 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM - DNER X TRANQUILO NORO E S/M
Adv. : Dr(s). LUIZ CARLOS LIMA, (FL. 372)

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferido despacho nos seguintes termos: "1. PRIMEIRAMENTE, INTIME-SE A PARTE AUTORA PARA PROCEDER NOS TERMOS DO ART. 604 DO CPC, COLACIONANDO AOS AUTOS DEMONSTRATIVO DE CÁLCULO DO MONTANTE EXEQUENDO, NO PRAZO DE 10(DEZ) DIAS. (...)."

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2001.70.00.031906-0 - ANTONIO ARIEL TEIXEIRA E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). REALINA PEREIRA CHAVES BATISTEL, (FL. 113)

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferido despacho nos seguintes termos: "1. DEFIRO O PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS PARA A PARTE EXEQUENTE REGULARIZAR A SUA REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL. (...)."

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2002.70.00.032712-7 - ANGELA APARECIDA GONCALVES X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). LACIR GUARENGHI, (FL. 24)

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferido despacho nos seguintes termos: "1. INTIME-SE O EXEQUENTE DIRCEU NOVOCHADLO - ESPÓLIO PARA QUE, EM 15 (QUINZE) DIAS, REGULARIZE SUA REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL, TRAZENDO AOS AUTOS PROCURAÇÃO DE TODOS OS HERDEIROS DO DE CUJUS EM RAZÃO DE O ARROLAMENTO JÁ HAVER SIDO ENCERRADO. (...)."

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2002.70.00.015806-8 - RENATO MILHORINI E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). ROMEU MACEDO CRUZ JR, (FL. 104 - item 1)

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferido despacho nos seguintes termos: "1. DEFIRO O PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS PARA REGULARIZAÇÃO DA REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL DOS DEMAIS EXEQUENTES. INTIME-SE."

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2003.70.00.043226-2 - ILMA LEIRIA DE OLIVEIRA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). RICARDO HENRIQUE WEBER, (FL. 105)

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferido despacho nos seguintes termos: "1. PRIMEIRAMENTE, TENDO EM VISTA OS TRANSTORNOS QUE A EXECUÇÃO PARCIAL ACARRETA AO BOM ANDAMENTO DO FEITO, INTIME-SE A PARTE AUTORA PARA DIZER SE, EM RELAÇÃO AOS AUTORES NÃO ABRANGIDOS NO REQUERIMENTO DE FLS. ..., ENCONTRA-SE O CRÉDITO SATISFEITO. PRAZO : 10 DIAS."

ACAO ORDINARIA

98.00.08009-0 - MARIA CLEUSA DE SOUZA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). RICARDO PUSSOLI MARCHETTE, (FL. 375)

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferido despacho arbitrando em caráter provisório os honorários advocatícios em 3% do valor do principal.

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2003.70.00.047672-1 - MARIO CESAR MILCZUK X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). GRASIELE BARCELOS AMARAL, (FL. 21 - item 1)

Em cumprimento a Portaria nº 03, de 22 de abril de 2003, deste Juízo, no(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi determinada a intimação da parte autora para dizer, se ainda tem algo a requerer, em 30 dias, findos os quais serão arquivados os autos, salientando que a Emenda Constitucional nº 37/2002 vedou a expedição de precatório ou requisição complementar/suplementar de valor pago.

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2001.70.00.038692-9 - FRANCISCO LEONEL DE LIMA E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). MAGALI FUERBRINGER, (FL. 60)

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferido despacho nos seguintes termos: "1. EM VISTA DA NORMA INSCRITA NO ART. 20, § 4º, DO CPC, ARBITRO OS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS EM R$ 500,00(QUINHENTOS REAIS). INTIME-SE. (...)."

DECLARATORIA

94.00.10963-6 - JOAO ALBERTO VENDRAMI DONHA E OUTROS X UNIAO FEDERAL E OUTRO
Adv. : Dr(s). JOSMAR PEREIRA SEBRENSKI, (FL. 688 - item 1)

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferido despacho nos seguintes termos: "(...) REITERES-E A INTIMAÇÃO DA EMBARGANTE PARA QUE DEPOSITE OS HONORÁRIOS PERICIAIS, CONFORME DECISÃO DE FLS. 133/135. (...)."

AÇÃO MONITÓRIA

2001.70.00.007465-8 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X NAROLI ISABELA DE LIMA
Adv. : Dr(s). JOAO ALFREDO FAIAD E SILVA, (FL. 142)

CARLA SARTURI
DIRETORA DE SECRETARIA DA 6ª VARA FEDERAL

SECRETARIA DA 6ª VARA FEDERAL

BOLETIM DE INTIMAÇÃO Nº 011/2004

Dr. FERNANDO QUADROS DA SILVA
Juiz Federal
Dra. ANA CAROLINA MOROZOWSKI
Juíza Federal Substituta

OS PROCESSOS ABAIXO RELACIONADOS ENCONTRAM-SE COM CARGA AOS SENHORES ADVOGADOS, COM PRAZO VENCIDO. INTIMAÇÃO PARA FINS DE DEVOLUÇÃO, NO PRAZO DE 24(VINTE E QUATRO) HORAS, CONFORME ITEM 41, ART. 3º DO PROVIMENTO Nº 22/99 DO TRF/4ª REGIÃO.

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

00.00.52782-3 - AGROPECUARIA IAB LTDA E OUTRO X FURNAS - CENTRAIS ELETRICAS S/A
Adv. : Dr(s). LAMARTINE BRAGA CORTES FILHO

DESAPROPRIACAO

00.00.69782-6 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM - DNER X MARIA ROSA MARCOS E OUTROS
Adv. : Dr(s). ARMANDO MAURI SPIACCI

EXECUCAO DIVERSA

00.01.05541-0 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X IND. E COM. DE CEREAIS FERREIRA DE IBAITI LTDA E OUTROS
Adv. : Dr(s). GILBERTO MARCHIORO

ACAO ORDINARIA

92.00.00131-9 - ELIO FARINAZZO E OUTRO X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). ALBERTO ABRAAO VAGNER DA ROCHA

92.00.00224-2 - MARIO LUIZ NAPOLI GOELDNER X BANCO BAMERINDUS DO BRASIL S/A E OUTRO
Adv. : Dr(s). JOSE CID CAMPELO FILHO

MANDADO DE SEGURANCA

92.00.15974-5 - SOLANGE REGINA MALKOWSKI E OUTROS X SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
Adv. : Dr(s). ITALO TANAKA JUNIOR

ACAO ORDINARIA

93.00.00177-9 - SINDICATO DOS TRABALHADORES NO ENSINO DE 3 GRAU PUBLNA CIDADE DE CURITIBA REG METROPOL E LITORAL X UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA
Adv. : Dr(s). MAURO CAVALCANTE DE LIMA

DECLARATORIA

93.00.08444-5 - LUIZ ANDRE BETTINARDI E OUTROS X UNIAO FEDERAL E OUTRO
Adv. : Dr(s). JORGE LUIZ MOHR

93.00.08520-4 - MARIA APARECIDA DO VALLE SILVA E OUTROS X UNIAO FEDERAL E OUTRO
Adv. : Dr(s). JORGE LUIZ MOHR

ACAO ORDINARIA

93.00.09087-9 - LUZIA APARECIDA DA SILVA ASSAF E OUTROS X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). GENI KOSKUR

93.00.10678-3 - ANTONIO CARLOS VALENTE PINHEIRO E OUTROS X UNIAO FEDERAL E OUTRO
Adv. : Dr(s). MARCIA ELIZABETE DE OLIVEIRA TORNESI

DECLARATORIA

93.00.13694-1 - ADAMASTOR DE SOUZA E OUTROS X UNIAO FEDERAL E OUTRO
Adv. : Dr(s). TELMA CARVALHO DE OLIVEIRA GALVAO

93.00.13922-3 - JORGE LUCIO SALOMAO E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). ADILSON LUIS FERREIRA FILHO

94.00.01402-3 - LEOCADIO PCHEVOZNIKI E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). ADILSON LUIS FERREIRA FILHO

ACAO ORDINARIA

94.00.01630-1 - JAYME DE FREITAS TRANCOSO FILHO X UNIAO FEDERAL E OUTRO
Adv. : Dr(s). EMANUELLE SILVEIRA DOS SANTOS

DECLARATORIA

95.00.02459-4 - MARCOS ROGERIO DJAZI FAGUNDES E OUTROS X UNIAO FEDERAL E OUTROS
Adv. : Dr(s). EMIR MARIA SECCO DA COSTA

ACAO ORDINARIA

95.00.02667-8 - ALOISIO CANSIAN E OUTROS X UNIAO FEDERAL E OUTROS
Adv. : Dr(s). ALOISIO CANSIAN

95.00.02870-0 - ELOINA KLAS DE MENEZES X UNIAO FEDERAL E OUTRO
Adv. : Dr(s). CLAUDIO PISCONTI MACHADO

95.00.02933-2 - SINDICATO DOS TRABALHADORES EM ESTABEL ESTADUAIS DE ENSINO SUPERIOR DE PONTA GROSSA - SINTESPO X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF E OUTRO
Adv. : Dr(s). MARCO AURELIO KREFETA

95.00.03306-2 - MARIA ARLETE DA SILVA PINHEIRO X BANCO CENTRAL DO BRASIL
Adv. : Dr(s). OSCAR FLEISCHFRESSER

95.00.05592-9 - MARIZA TRANCOSO E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF E OUTRO
Adv. : Dr(s). PEDRO EUCLIDES UTZIG

95.00.14512-0 - JOAO ENEAS RAMOS DE SA E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). MARCELO TRINDADE DE ALMEIDA

EMBARGOS A EXECUCAO

96.00.14073-1 - RICARDO FEITOSA DE ARAUJO E OT X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). RAQUEL CRISTINA BALDO

ACAO ORDINARIA

96.00.14472-9 - YASSUKO EGASHIRA E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). GUSTAVO RIBEIRO LANGOWISKI

96.00.16568-8 - ARILTON VANNUCCI E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). JULIANA ANGELIKA ULRIKE SCHULTHEIS CZERNEY

96.00.20151-0 - ALTAMIRO FERNANDES E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). RODRIGO WAGNER PEREIRA BITTENCOURT

97.00.01139-9 - NILSON DOS SANTOS E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF E OUTRO
Adv. : Dr(s). ADRIANA LOTERIO PAQUETE

DECLARATORIA

97.00.02223-4 - ROSI MARI NIELSEN E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). CIRO CECCATTO

EMBARGOS A EXECUCAO

97.00.02793-7 - DIONISIO OLICSHEVIS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). GILBERTO MARCHIORO

ACAO ORDINARIA

97.00.05344-0 - HELIO ALVES TIVES E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). NEUDI FERNANDES

97.00.05607-4 - ARNALDO MACHADO E OUTRO X UNIAO FEDERAL E OUTRO
Adv. : Dr(s). MAUREEN DAISY REDONDO MACHADO

97.00.05950-2 - ADRIANA MORENTE REMEZ E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). ANTONIO ROBERTO MOURA FERRO JUNIOR

97.00.08237-7 - LOURDES APARECIDA GIL E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). MAURO CAVALCANTE DE LIMA

EXECUCAO DIVERSA

97.00.09919-9 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF E OUTRO X NUTRICITROS COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA E OUTRO
Adv. : Dr(s). ADYR RAITANI JUNIOR

ACAO ORDINARIA

97.00.10942-9 - JANDIRA GOMES DA COSTA SILVA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). MARCELO DA SILVA

97.00.11764-2 - JOAQUIM LUIZ PINTO E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). EDISON DE SOUZA

97.00.12357-0 - MARIA DE LURDES GOMES E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). EDISON DE SOUZA

97.00.12358-8 - EDSON ANTONIO CORDEIRO FERREIRA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). MARCELO DA SILVA

97.00.14682-0 - JOSE PEDROSA DA SILVA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). EDISON DE SOUZA

97.00.14716-9 - JOSE ADEMIR DALPONTE E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). MARCELO DA SILVA

97.00.14937-4 - MARIA DOS SANTOS E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). EDISON DE SOUZA

97.00.16886-7 - LUIZ CARLOS GOMES E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). EDISON DE SOUZA

97.00.17003-9 - PAULO CARVALHO MARTINS E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). EDISON DE SOUZA

97.00.17148-5 - MARIA SALETE ZIELINSKI E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). EDISON DE SOUZA

97.00.17161-2 - DARCI STANIZECOSKI E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). EDISON DE SOUZA

97.00.17210-4 - VERA LUCIA DOS SANTOS E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). EDISON DE SOUZA

DECLARATORIA

97.00.17221-0 - AFONSO KAMINSKI E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). MARIO SERGIO DE ALMEIDA

ACAO ORDINARIA

97.00.17260-0 - AVELINO RODRIGUES DOS SANTOS E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). EDISON DE SOUZA, EDISON DE SOUZA

97.00.17851-0 - NAIR SALETE DA SILVA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). EDISON DE SOUZA

97.00.18406-4 - GERALDO RIBOVSKI E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). EDISON DE SOUZA

97.00.18422-6 - RENATO DE SOUZA CORREIA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). EDISON DE SOUZA

97.00.18886-8 - MARCOS ANTONIO CELEZINSKI E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). MARLY DE CASSIA MENESES FRANCA REGIANI

97.00.19431-0 - LUCIANE CHIQUETTO E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). EDISON DE SOUZA

DECLARATORIA

97.00.19752-2 - JOSE DE PAULA VIEIRA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). MARIO SERGIO DE ALMEIDA

97.00.19755-7 - AMADEU CORDEIRO DA SILVA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). MARIO SERGIO DE ALMEIDA

ACAO ORDINARIA

97.00.19938-0 - CESAR ROGERIO SZYMANSKI, REGINALDO JOSE MEISTER - ESPOLIO X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). EDISON DE SOUZA

DECLARATORIA

97.00.21017-0 - NATALINO BATISTEL E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). MARIO SERGIO DE ALMEIDA

ACAO ORDINARIA

97.00.21166-5 - LOURIVAL DOMINGOS FRANQUETO E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). MARCELO FERNANDES POLAK

97.00.21384-6 - ANTONIO BENEDITO DA ROCHA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). WALDOMIRO FERREIRA FILHO

97.00.21583-0 - JOSE LAURINDO OLIVEIRA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). EDISON DE SOUZA

DECLARATORIA

97.00.21729-9 - ODAIR RIBEIRO DE SOUZA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). MARIO SERGIO DE ALMEIDA

97.00.21882-1 - ADELINO LEHMKUHL E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). SIMONE MARQUES SZESZ

97.00.22043-5 - GERTRUDES DE SOUZA BORGES E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). LUIZ CLAUDIO CORDEIRO BISCAIA

ACAO ORDINARIA

97.00.22980-7 - GERALDO JOAO PAGNO E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). EDISON DE SOUZA

DECLARATORIA

97.00.23618-8 - JOAO LARA DA COSTA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). MARIO SERGIO DE ALMEIDA

97.00.23894-6 - MOACIR JUAREZ DOS SANTOS E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). MARIO SERGIO DE ALMEIDA

ACAO ORDINARIA

97.00.24486-5 - VERA BENEDITA MUCHINSKI E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). EDISON DE SOUZA

97.00.24537-3 - OTACILIO OLIVIAK E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). EDISON DE SOUZA

97.00.24769-4 - EVANDRO NADALIN E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). WALDOMIRO FERREIRA FILHO

97.00.24940-9 - GREGORIO ALMEIDA GODOY X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF E OUTRO
Adv. : Dr(s). SIDNEI GILSON DOCKHORN

97.00.25223-0 - ZEZO DELEIRA CAMARGO E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). EDISON DE SOUZA

97.00.25408-9 - JOSE PEREIRA X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). AFONSO CELSO NUNES

DECLARATORIA

97.00.25467-4 - DIONISIO BORA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). JOÃO ANTONIO GASPAR

ACAO ORDINARIA

97.00.26415-7 - LUIS CONSTANTINO DE OLIVEIRA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). EDISON DE SOUZA

97.00.26470-0 - RUY VARGAS CHEMINE E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). EDISON DE SOUZA

97.00.26537-4 - JOAO STEGUES PEREIRA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). EDISON DE SOUZA

97.00.27672-4 - ODENIR JOSE COSTA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). MARCELO FERNANDES POLAK

DECLARATORIA

97.00.27831-0 - LUIZ CARLOS LEME E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). JOÃO ANTONIO GASPAR

ACAO ORDINARIA

97.00.27832-8 - PAULO ZWIERZIKOWSKI X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). DANIELA ANZUATEQUI D ASSUMPCAO

98.00.00081-0 - CALIXTO CARRIEL DE MORAES X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). DANIELA ANZUATEQUI D ASSUMPCAO

98.00.00202-2 - ZIDALIA DO ROCIO PERES DE LIMA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). IZAQUE GOES

98.00.00556-0 - PEDRO DE LIMA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). LUIZ CELSO DALPRA

98.00.02089-6 - DIVANEIDE BARBOSA DE OLIVEIRA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF E OUTRO
Adv. : Dr(s). JOSE ANTONIO FARIA DE BRITO

DECLARATORIA

98.00.02620-7 - JOSE PARABOTCHEY E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). JOÃO ANTONIO GASPAR

98.00.04812-0 - NERIO BOTTINI E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF E OUTRO
Adv. : Dr(s). ANDREA REJANE DE ARAUJO GOES

98.00.05018-3 - JOAO GONCALVES DA LUZ E OUTROS X UNIAO FEDERAL E OUTRO
Adv. : Dr(s). ANNA PAULA DE ARAUJO GOES

98.00.05700-5 - PAULINA MARIA DA TRINDADE E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). MARIO SERGIO DE ALMEIDA

ACAO ORDINARIA

98.00.05891-5 - VALDIR DENKWISKI E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). EDISON DE SOUZA

98.00.07466-0 - ARNILDO ROSSA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). EDISON DE SOUZA

98.00.07509-7 - ABEL DOS SANTOS CARVALHO E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). LUIZ CELSO DALPRA

98.00.08264-6 - VICENTE BAGE E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). EDISON DE SOUZA

98.00.08713-3 - JOSE JUSEMAR IENSEN E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). LUIZ ROGERIO MORO

98.00.08716-8 - SOFIA BIALETZKI STAFI E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). EDISON DE SOUZA

DECLARATORIA

98.00.10532-8 - DINART OLIVEIRA DE LIMA E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). CIRO CECCATTO

ACAO ORDINARIA

98.00.10960-9 - ANA CRISTINA TODESCHINI E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). MIGUEL CAVALI MIRANDA, EMERSON LUIS DE MELLO

98.00.11234-0 - JOSE ELI BARBOSA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). PAULO FERNANDO PAULUK

98.00.11501-3 - ALEIXO ZADUSKI E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). PAULO FERNANDO PAULUK

98.00.11847-0 - TEREZA SA CUNHA MIRANDA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). JEFFERSON LUIZ TRYBUS

98.00.12048-3 - GIANCARLO TREVISAN E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). LACIR GUARENGHI

98.00.12875-1 - LUIZ CARLOS DA ROCHA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). PAULO FERNANDO PAULUK

98.00.13232-5 - VALDIR MENDES E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). EDISON DE SOUZA

98.00.13285-6 - EZEQUIEL KAVALKIEVICZ E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). PAULO FERNANDO PAULUK

98.00.13692-4 - JOAO MARIA DE ALMEIDA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). PAULO FERNANDO PAULUK

DECLARATORIA

98.00.16376-0 - MARLI CARDOSO MONTEGUTTE E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF E OUTRO
Adv. : Dr(s). ANDREA REJANE DE ARAUJO GOES

98.00.16768-4 - ADEMAR CEZAR BUDEL E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). CIRO CECCATTO

ACAO ORDINARIA

98.00.16817-6 - JOSE ANTONIO MORASSUTTI E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). PAULO FERNANDO PAULUK

98.00.17103-7 - ADILSON DEOMEDESSI E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). CARLOS ALBERTO FARRACHA DE CASTRO

98.00.17462-1 - MARCO AURELIO CRUZ X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). MILTON GARCIA

98.00.18004-4 - HERCILIO DA VEIGA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). JOAO BATISTA DE TOLEDO

98.00.18338-8 - LUIZ FERNANDO MARAFIGO E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). PAULO FERNANDO PAULUK

DECLARATORIA

98.00.18382-5 - WALDIVINO ALVES DOS SANTOS E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). DALVA MARLI MENARIM

ACAO ORDINARIA

98.00.19001-5 - JOELSON GRACIANO ROSA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). NEUDI FERNANDES

DECLARATORIA

98.00.19666-8 - IVEMARI ANA CECATTO X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). JOSE PEDRO DE PAULA SOARES

ACAO ORDINARIA

98.00.20578-0 - MOISES VITORINO DA SILVA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). PAULO FERNANDO PAULUK

98.00.21230-2 - ANTONIO SEGURO E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). PAULO FERNANDO PAULUK

98.00.21477-1 - AMBROSIO KLISIEVICZ E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). JOAO BATISTA DE TOLEDO

98.00.21582-4 - DOMICIO DA SILVA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). PAULO FERNANDO PAULUK

98.00.23060-2 - ANAOR SALOMAO DE SOUZA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). MUNIR GUERIOS FILHO

98.00.24154-0 - HILDA XAVIER DE ALMEIDA OLIVEIRA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). PAULO FERNANDO PAULUK

98.00.24755-6 - FRANCISCO CARLOS MARTINS E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). ALCEU MARCZYNSKI

98.00.25032-8 - CELIA MARIA FRANCISCO E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). PAULO FERNANDO PAULUK

98.00.25985-6 - ORLANDO BARBIERI E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). MONIA XAVIER GAMA

98.00.26603-8 - HAROLDO MENDES E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). NEUDI FERNANDES

98.00.27314-0 - AMAURI OZIRIS LASKOSKI E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). EDISON DE SOUZA

98.00.28287-4 - GERALDO AMBONATTI E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). CLAUDIO MELO COLACO

98.00.29822-3 - CEZAR LUIZ VAZ DOS SANTOS E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). MARCUS VINICIUS TADEU PEREIRA

98.00.30463-0 - JOAO DIAS MONTEIRO E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). JOAO BATISTA DE TOLEDO

99.00.00159-1 - JOSE LUIZ MIGUEL VAZ X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). MILTON GARCIA

99.00.00775-1 - APARECIDA DE LOURDES CARDOSO E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). SERGIO LUIZ CHAVES

99.00.01263-1 - JACIR CORREIA DA LUZ E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). ANTONIO FONSECA HORTMANN

99.00.01536-3 - ADVILSON SIVEK E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). DIOGENES ANTONIO CRACO

99.00.02959-3 - MARIA LUIZA LANDARIN E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). ELIAZER ANTONIO MEDEIROS

99.00.07605-2 - VILMAR ANNIES E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). GRACIANE VIEIRA LOURENCO

99.00.08172-2 - OTAVIO PAULO E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). RODRIGO RAMATIS LOURENCO

99.00.08173-0 - ADONIAS PEREIRA RANGEL E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). RODRIGO RAMATIS LOURENCO

99.00.08770-4 - MARCIO MURILO E SILVA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). MAURO JOSE AUACHE

99.00.08848-4 - AYRTON ANTONIO DE BARROS JUNIOR E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). JOAO BATISTA DE TOLEDO

99.00.08852-2 - ADRIANA LUCIA BATEZATI DEBAS E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). ANDRE LUIZ BATEZATI

99.00.11174-5 - ANTONIO GASPAR DE SOUZA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). CARLOS ALBERTO FARRACHA DE CASTRO

99.00.12798-6 - ANTONIO MARCA X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). CARLOS ALBERTO FORBECK DE CASTRO

99.00.13582-2 - JOSEFINA EIGLMEIER ZAGO E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). MIRIAN APARECIDA GONCALVES

99.00.15216-6 - ELCIO BOZA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). LINEU EDISON TOMASS

99.00.15550-5 - EUZEBIO BORGES DE OLIVEIRA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). PAULO FERNANDO PAULUK

99.00.15616-1 - AIRTON JOAQUIM DE CARVALHO E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). PAULO FERNANDO PAULUK

99.00.15637-4 - NEUZA RODRIGUES ALVES E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). PAULO FERNANDO PAULUK

99.00.19192-7 - JOSUE FERREIRA X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). LUIZ ROGERIO MORO

99.00.19369-5 - SANDRO LUIZ GAYA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). JOAO BATISTA DE TOLEDO

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

99.00.20021-7 - IHSANE ABOU SALEH E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). GIOVANI DE OLIVEIRA SERAFINI

ACAO ORDINARIA

99.00.23626-2 - LAERCIO MARIA CARMONA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). LIDSON JOSE TOMASS

99.00.24429-0 - ODORICO CELESTIO DA SILVA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). LINEU EDISON TOMASS

99.00.24577-6 - CALPLAN IND E COM DE CAL LTDA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. E OUTRO
Adv. : Dr(s). ANTONIO IVANIR GONCALVES DE AZEVEDO

99.00.28068-7 - ADOMIRO PEREIRA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). MARCELO KAZUSHI BRUGIN MATSUBARA

1999.70.00.028607-0 - NIVALDO SLOMPO X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). MARIA CIBELI CORREA RIBEIRO

1999.70.00.029785-7 - LUIZ CARLOS MOLETTA DE LIMA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). ANNA PAULA DE ARAUJO GOES

1999.70.00.030299-3 - REGINALDO ABDALLA GUIMARAES E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). LINEU EDISON TOMASS

1999.70.00.031595-1 - COMERCIAL DE CEREAIS EDIPAULA LTDA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). CICERO BELIN DE MOURA CORDEIRO

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

1999.70.00.032336-4 - CELSO JOSE DE LIMA REIS E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). MARCELO DE OLIVEIRA VIANA

ACAO ORDINARIA

1999.70.00.033584-6 - ALDINO PORN E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). ANDERSON LUIZ BOHRER

1999.70.00.033641-3 - ALDORI CAETANO POLLI E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). FRANCISCO ANTUNES FERREIRA

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2000.70.00.001892-4 - ANTONIO ZABINI E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). MARCELO FERNANDES POLAK

ACAO ORDINARIA

2000.70.00.005137-0 - TERESA ROGALSKI X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). LUIZ MARCIO F. RIBAS

2000.70.00.010514-6 - VALDINIR JOSE GOMES E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). LUCIANE MAINARDES PINHEIRO

2000.70.00.014603-3 - ARNALDO BIANCONI E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). JOSE ANTONIO FARIA DE BRITO

2000.70.00.014823-6 - ROGERIO MINELLA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). GIORGIA PAULA MESQUITA

2000.70.00.019738-7 - TAKAO HIRAKURI E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). LACIR GUARENGHI

2000.70.00.022916-9 - ADEMIRDE PINTO BAITLER ZAREMBA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). MARCELO KAZUSHI BRUGIN MATSUBARA

2000.70.00.024947-8 - EDSON MARINHO DA LUZ E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). NEUDI FERNANDES

2000.70.00.025465-6 - CESAR DINEY FERREIRA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). JACQUELINE ANDREA WENDPAP

2000.70.00.025468-1 - ADHEMAR VIANA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). SANDRA APARECIDA STOROZ

2000.70.00.027242-7 - JOAO CARLOS DO AMARAL E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). JOAO BATISTA DE TOLEDO

2000.70.00.029833-7 - OSMAR KOCH X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). MARLUS ANTONIO GUSI MAGNINI

2000.70.00.032639-4 - ROGERIA MARIA MARCIQUEVIK E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). JOAO BATISTA DE TOLEDO

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2001.70.00.004413-7 - GILBERTO JOSE NADOLNY E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). SORAYA DOS SANTOS PEREIRA

AÇÃO MONITÓRIA

2001.70.00.007881-0 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X LUIZ DO CARMO DE OLIVEIRA
Adv. : Dr(s). LUIZ ALBERTO GONCALVES

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2001.70.00.008233-3 - JOEL ANTONIO CECCON E OUTRO X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). JONAS BORGES

2001.70.00.016956-6 - FRANCISCO ANTONIO JARDIM GARCIA E OUTRO X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). MAURICIO DAL AGNOL

EMBARGOS A EXECUCAO

2001.70.00.020895-0 - UNIAO FEDERAL X ALVARO NOVACK
Adv. : Dr(s). MARCELO FERNANDES POLAK

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2001.70.00.020996-5 - CELSO WILCZAK E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). PEDRO LUIZ NUNES

EMBARGOS A EXECUCAO

2001.70.00.022204-0 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X EOLO MAXIMIANO NASCIMENTO E OUTROS
Adv. : Dr(s). ANGELICA WOLFF DOS SANTOS

ACAO ORDINARIA

2001.70.00.030258-8 - MARCOS DE ABREU E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). NEUDI FERNANDES

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2001.70.00.032603-9 - JOAO ALVES PEREIRA X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). MAURICIO DAL AGNOL

ACAO ORDINARIA

2001.70.00.038857-4 - TADEU POPENDA X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). JOSE PAULO DAMACENO PEREIRA

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2001.70.00.040774-0 - CLAVIR ALVES E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). JUSSARA GRANDO

2002.70.00.000915-4 - JOAO MARIA DA SILVEIRA ESPOLIO E OUTRO X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). CAROLINA FATIMA DE SOUZA ALVES

2002.70.00.002402-7 - ANTONIO KUCZIAK E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). ASTROGILDO RIBEIRO DA SILVA

2002.70.00.003580-3 - ALFEU DORNELLES E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). ELOY MELNIK

ACAO ORDINARIA

2002.70.00.010723-1 - ALFONSO GROSCH E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). GENI KOSKUR

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2002.70.00.013310-2 - CARLOS MIAMOTO X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). PAULO ROBERTO GOMES

2002.70.00.016199-7 - NANJI OGURA E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). WALTER BRUNO CUNHA DA ROCHA

2002.70.00.017519-4 - JOAO IASCZCZAKI E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). DJENANE FAYAD

2002.70.00.019414-0 - WALDEMAR JIRO TORII X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). TELMA CARVALHO DE OLIVEIRA GALVAO

2002.70.00.028250-8 - EOLANDO TOBIAS RICARDO - ESPOLIO E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). JOAO ALVES NAVARRO

2002.70.00.028923-0 - MARLI TEREZINHA REZENDE DE LIMA X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). CAROLINA FATIMA DE SOUZA ALVES

2002.70.00.030411-5 - ADILSON PUEHLER E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). MARIA CELIA P. KUCHMINSKI

2002.70.00.032130-7 - OLIVEIRA PACHECO ESPOLIO E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). ALEX NASCIMENTO BECEL

2002.70.00.036838-5 - DOLORES DE CRISTO ROCHA LOURES E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). AIRTON PASSOS DE SOUZA

ACAO ORDINARIA

2002.70.00.039256-9 - EDMUNDO CARLOS SCHIEBEL X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). ALESSANDRO RAVAZZANI

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2002.70.00.043248-8 - PAULO SOCHA E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). MARCELO FERNANDES POLAK

2002.70.00.044088-6 - SERGIO LUIZ ROGISKI X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). ANGELICA WOLFF

2002.70.00.052740-2 - ARCIONE MARCONDES TEIXEIRA - ESPOLIO X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). AIRTON PASSOS DE SOUZA

2002.70.00.053359-1 - WALMIR EDSON PAULINO E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). JOAO BATISTA DE TOLEDO

2002.70.00.054262-2 - IZOLDE HIRT E OUTRO X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). JULIANE APARECIDA FRANCK

2002.70.00.057100-2 - FERNANDO CEZAR DA MAIA E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). ERIDAN MARTINS DE OLIVEIRA

2002.70.00.065009-1 - WOADISLAU WZOREK E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). GUSTAVO RIBEIRO LANGOWISKI

2003.70.00.000884-1 - AMAURI CESAR SKORA E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). MARCELO TRINDADE DE ALMEIDA

ACAO ORDINARIA

2003.70.00.010840-9 - LUCIA DE FATIMA PATENE MARINHO E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). NATANAEL GORTE CAMARGO

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2003.70.00.014662-9 - ADJALMAS FRARE - ESPOLIO X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). LUCELIA LACERDA DA SILVA

2003.70.00.015131-5 - FRANCISCO ALVES DA ROCHA FILHO - ESPOLIO E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). ANDREA REJANE DE ARAUJO GOES

EMBARGOS A EXECUCAO

2003.70.00.030138-6 - FAZENDA NACIONAL. X CALCOAGRO-INDUSTRIA DE CALCARIOS LTDA
Adv. : Dr(s). MAURICIO OBLADEN AGUIAR

MANDADO DE SEGURANCA

2003.70.00.030369-3 - JOACIR GRACIOLLI CORDEIRO X DIRETOR DE ARRECADACAO DA DIRETORIA COLEGIADA DO INSS
Adv. : Dr(s). CARLOS ALBERTO BORELLI BARBOSA

AÇÃO MONITÓRIA

2003.70.00.030549-5 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X JOSE NEWTON RODRIGUES ROMEIRO
Adv. : Dr(s). GILBERTO MARCHIORO

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2003.70.00.030917-8 - CLAUDIR ABBUD E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). MARIO SERGIO DE ALMEIDA

2003.70.00.033262-0 - NADIR DE OLIVEIRA VARGAS E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). MARCELO TRINDADE DE ALMEIDA

2003.70.00.033266-8 - APARECIDO CORREIA SOBRINHO E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). MARCELO TRINDADE DE ALMEIDA

2003.70.00.033270-0 - LENNY XAVIER FARAH E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). MARCELO TRINDADE DE ALMEIDA

2003.70.00.041000-0 - ALICE LOUREIRO E SILVA E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). MARCELO TRINDADE DE ALMEIDA

2003.70.00.041154-4 - ABERNON BEZERRA DE MORAIS E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). MARCELO TRINDADE DE ALMEIDA

2003.70.00.044772-1 - AUREA PEREIRA DE BRITO E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). MARCELO TRINDADE DE ALMEIDA

EMBARGOS A EXECUCAO

2003.70.00.049764-5 - UNIAO FEDERAL X CONFER ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA E OUTRO
Adv. : Dr(s). JOEL ANTONIO BETTEGA JUNIOR

ACAO ORDINARIA

2003.70.00.049871-6 - ANTONIO CARLOS MARIANO X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). YURIKO ANDO

CARLA SARTURI
DIRETORA DE SECRETARIA DA 6ª VARA FEDERAL

SECRETARIA DA 7ª VARA FEDERAL DE CURITIBA
Juízes:
DR. ALVARO EDUARDO JUNQUEIRA
Juiz Federal
DR. DINEU DE PAULA
Juiz Federal Substituto

Boletim de Intimação nº 0015/2004

No(s) processo(s) abaixo foi proferido despacho intimando o(s) exequente(s) para promover(em) a citação dos demais titulares da conta poupança, na qualidade de litisconsortes ativos necessários, no prazo de 10 dias, sob pena de indeferimento:

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2003.70.00.080723-3 - ERINI POTRICK E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). MARION KHOURY LISSA, Desp. fl(s). 51

2003.70.00.084212-9 - ARLETE STABEN MACHUCA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). VERA TEREZA ROLIM CHYCZY, Desp. fl(s). 47

No(s) processo(s) abaixo foi proferido despacho de seguinte teor:
"1- Intime-se os exequente para:
a) efetuar o depósito das custas iniciais, nos termos do art. 257 do CPC;
b) apresentar xerox autenticado de seus documentos pessoais;
c) apresentar Certidão da 5ª Vara Federal de Curitiba, referente a Ação Civil Pública nº 98.00.16021-3.
2- Defiro o prazo de 30 dias, para regularização do feito, nos moldes acima delineados, sob pena de cancelamento da distribuição.":

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2003.70.00.081367-1 - ISMAEL JACOB DAL ZOT E OUTRO X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). MARIO ALBERTO DAL ZOT, Desp. fl(s). 33

No(s) processo(s) abaixo foi proferido despacho de seguinte teor:
"Intime-se o exequente Pedro Luiz Cassilha para regularizar sua representação processual, apresentando procuração que outorgue a seu procurador poderes específicos para receber e dar quitação, no prazo de 10 dias.":

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2002.70.00.011357-7 - PEDRO LUIZ CASSILHA E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). WALTER BRUNO CUNHA DA ROCHA, Desp. fl(s). 88

No(s) processo(s) abaixo foi proferido despacho intimando o(s) exequente(s) para regularizar(em) sua representação processual, apresentando procuração que outorgue a seu procurador poderes específicos para receber e dar quitação, no prazo de 10 dias:

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2002.70.00.008901-0 - JOHNY LEENDERT LOS E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). WALTER BRUNO CUNHA DA ROCHA, Desp. fl(s). 84

No(s) processo(s) abaixo foi proferido despacho intimando o(s) autor(es) / exequente(s) para que apresente(m) declaração de pobreza firmada de próprio punho, ou junte(m) procuração em que conste os necessários poderes em favor de seu advogado, ou promova(m) o pagamento das custas processuais, no prazo de 30 (trinta) dias, nos termos do art. 257 do CPC.":

ACAO ORDINARIA

2003.70.00.052797-2 - ALCEU AURI MIELKE E OUTROS X ITAIPU BINACIONAL
Adv. : Dr(s). CESAR AUGUSTO G. CARVALHO, Desp. fl(s). 287

No(s) processo(s) abaixo foi proferido despacho deferindo o pedido da autora e concedendo o prazo de 15 dias para comprovação do parcelamento administrativo da dívida:

ACAO ORDINARIA

98.00.21978-1 - MADEIREIRA PONTA GROSSA LTDA X FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO - F.N.D.E E OUTRO
Adv. : Dr(s). MARCIO ARI VENDRUSCOLO, Desp. fl(s). 617

No(s) processo(s) abaixo foi proferido despacho deferindo o prazo de 10 dias para que o procurador do autor apresente certidão de nomeação de inventariante:

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2003.70.00.083453-4 - MANOEL PIASSA DA SILVA - ESPOLIO X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). LUCIANA HAAG ALVIM REZENDE, Desp. fl(s). 20

No(s) processo(s) abaixo foi proferido despacho de seguinte teor:
"Defiro o pedido retro, no prazo de 10 dias.":

MANDADO DE SEGURANCA

97.00.20562-2 - JULIANO MEDEIROS ANDRIOLLI X DELEGADO DE POLICIA FEDERAL CHEFE DA DELOPS/SR/DPF/PR
Adv. : Dr(s). CARLOS FREDERICO REINA COUTINHO, Desp. fl(s). 95

No(s) processo(s) abaixo foi proferido despacho de seguinte teor:
"Defiro o pedido retro, pelo prazo de 60 dias.":

ACAO ORDINARIA

2000.70.00.023082-2 - ADMIR GODOI E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). MISAEL PEREIRA DA SILVA, Desp. fl(s). 164

No(s) processo(s) abaixo foi proferido despacho intimando o exequente para, no prazo de 10 dias:
a) apresentar xerox autenticado de seus documentos pessoais;
b) apresentar Certidão da 5ª Vara Federal de Curitiba, referente a Ação Civil Pública nº 98.00.16021-3.:

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2003.70.00.084238-5 - NORBERTO CAMARGO DOS SANTOS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). NORBERTO CAMARGO DOS SANTOS, Desp. fl(s). 14

No(s) processo(s) abaixo foi proferido despacho intimando os autores para emendarem a inicial, no prazo de 30 dias, sob pena de indeferimento, da seguinte forma:
a) juntando planilha discriminando / quantificando os valores que pretende lhes sejam deferidos;
b) fixando corretamente o valor da causa;
c) complementando as custas processuais iniciais, se for o caso;
d) regularizando a representação processual dos autores Daniel Anderson Barbosa e Michel Novicki Ferreira;
e) esclarecendo acerca dos documentos de fls. 14/27, uma vez que tais documentos se referem a pessoas estranhas à lide:

ACAO ORDINARIA

2003.70.00.081747-0 - ADRIANO REIS DE LIMA E OUTROS X UNIAO FEDERAL - MINISTERIO DA DEFESA - EXERCITO BRASILEIRO
Adv. : Dr(s). RICARDO RUSSO, Desp. fl(s). 107-108

No(s) processo(s) abaixo foi proferido despacho intimando as partes para requererem o que lhes for de direito:

MANDADO DE SEGURANCA

99.00.11452-3 - CARLOS ALBERTO FARACO E OUTROS X DIRETORA DE DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO DE PESSOAL DA UFPR E OUTRO
Adv. : Dr(s). LILLIAN ABUJAMRA HORLLE, CYNTHIA MARIA GREGA SCHAFFER, (PARTES EXCETO UNIÃO), Desp. fl. 392

No(s) processo(s) abaixo foi proferido despacho indeferindo o pedido de antecipação dos efeitos da tutela, bem como determinando a substituição dos títulos juntados aos autos por fotocópias, e o desentranhamento e devolução dos mesmos ao subscritor da petição inicial:

ACAO ORDINARIA

2003.70.00.080590-0 - HIDRAULICA LOS ANGELES LTDA X ELETROBRAS - CENTRAIS ELETRICAS BRASILEIRAS S.A. E OUTRO
Adv. : Dr(s). EMIDIO BUENO MARQUES, Desp. fl. 502

No(s) processo(s) abaixo foi proferido despacho de seguinte teor:
"Indefiro os quesitos de esclarecimento ao laudo pericial formulados à fl. 204, tendo em vista que os elementos constantes dos autos são suficientes ao deslinde da controvérsia.":

EMBARGOS A ADJUDICACAO

2001.70.00.000015-8 - ANTONIO IVAN BASTOS SOBRINHO E OUTRO X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). INDIANARA FARIAS DE CAMARGO, Desp. fl. 205, 2

No(s) processo(s) abaixo foi proferido despacho de seguinte teor:
"... diga(m) o(s) Autor(es) sobre a(s) contestação(ões)... Intime(m)-se."

ACAO ORDINARIA

2003.70.00.047745-2 - ULTRASERV SERVICOS ESPECIALIZADOS EM ULTRA-SONOGRAFIA LTDA X UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
Adv. : Dr(s). JOSE DEVANIR FRITOLA, Desp. fl(s). 27, 2

No(s) processo(s) abaixo foi proferido despacho indeferindo a citação da União FEderal e da ANEEL, bem como deferindo o pedido de depósito:

MANDADO DE SEGURANCA

2004.70.00.000019-6 - ALISUL ALIMENTOS S/A X DIRETOR PRESIDENTE DA AGENCIA DA COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL E OUTRO
Adv. : Dr(s). MARCO ANTONIO PERAZZOLI, Desp. fl. 69

No(s) processo(s) abaixo foi proferido despacho rejeitando a exceção de pré-executividade, bem como deferindo o pedido de regularização das penhoras equivocadamente levantadas conforme requerido pela CEF:

EXECUCAO DIVERSA

96.00.04568-2 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X RAUL MORAES E SILVA
Adv. : Dr(s). GILBERTO MARCHIORO, LUIZ FRANCISCO MORAIS LOPES, (PRAZO COMUM), Desp. fl. 171

De acordo com o provimento nº 05, de 20.06.2003, Art. 206, inciso XXVII, da Corregedoria-Geral da Justiça Federal da 4ª Região, no(s) processo(s) abaixo procede-se a intimação da(s) parte(s) sobre o retorno dos autos da instância superior, bem como para requerer(em) o que entender(em) de direito, em 15 (quinze) dias, apresentando, desde logo, os cálculos de liquidação, se for o caso.

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2001.70.00.003664-5 - TIPOGRAFIA E IMPRESSORA KOSTER LTDA X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). FRANCISCO VITAL PEREIRA, Prov. 05 de 20/06/2003, art. 206, inc. XXVII

No(s) processo(s) abaixo foi proferido despacho de seguinte teor:
"Intime-se o autor para emendar a petição inicial, mediante a adoção das seguintes providências:
a) regularização de sua representação processual, comprovando os poderes de gerência do subscritor da procuração da fl. 18;
b) comprovação do recolhimento das custas iniciais.
Prazo de 30 dias, nos termos dos arts. 257 e 284, parágrafo único do CPC.":

ACAO ORDINARIA

2003.70.00.085226-3 - AUTO POSTO ROCA GRANDE LTDA X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). CARLOS MURILO PAIVA, Desp. fl(s). 70

No(s) processo(s) abaixo foi proferido despacho intimando a autora para regularizar sua representação processual, em 10 dias, nos termos do art. 284, parágrafo único do CPC:

ACAO ORDINARIA

2003.70.00.084903-3 - DIAMANTINA FOSSANENSE S/A INDUSTRIA E IMPORTADORA X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). DAVID BESSA ALVES, Desp. fl(s). 82

No(s) processo(s) abaixo foi proferido despacho intimando a impetrante para, no prazo de 10 dias, apresentar planilha quantificando o direito quen pretende ver reconhecido, corrigindo o valor da causa, e complementando as custas processuais:

MANDADO DE SEGURANCA

2003.70.00.085196-9 - NEW HUBNER COMPONENTES AUTOMOTIVOS LTDA X DELEGADO DA RECEITA FEDERAL EM CURITIBA
Adv. : Dr(s). SIMONE PACHECO DE OLIVEIRA, Desp. fl(s). 638-639

No(s) processo(s) abaixo foi proferido despacho de seguinte teor:
"Ao patrono dos autores para promover a execução do valor que entende devidos a título de honorários advocatícios, no prazo de 30 dias, em consonância com a decisão do Colendo TRF da 4ª Região, às fls. 80/84.":

ACAO ORDINARIA

2000.70.00.025145-0 - VILMA DE ARAUJO X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). FLAVIO BOVO, Desp. fl(s). 102

No(s) processo(s) abaixo foi proferido despacho de seguinte teor:
"Conforme decisão de fls. 280/283, intime-se os requerentes para se manifestar sobre o prosseguimento do feito, no prazo de 10 dias. Nada sendo requerido, arquivem-se com as anotações e cautelas necessárias.":

DECLARATORIA

98.00.29833-9 - AUTO POSTO T S LTDA E OUTROS X INST.NAC. DE METROLOGIA, NORMALIZACAO E QUALIDADE INDL. - INMETRO
Adv. : Dr(s). AMARILIS VAZ CORTESI, Desp. fl(s). 384

No(s) processo(s) abaixo foi proferido despacho de seguinte teor:
"Ao autor para se manifestar acerca das informações de fls. 24-41, bem como para efetuar o depósito das custas iniciais, no prazo de 30 dias, nos termos do art. 257 do CPC, sob pena de cancelamento da distribuição.":

ACAO ORDINARIA

2003.70.00.078988-7 - JULIO CEZAR RODRIGUES X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). JULIO CESAR RODRIGUES, Desp. fl. 42

No(s) processo(s) abaixo foi proferido despacho intimando os exequentes para se manifestarem sobre os depósitos realizados, bem como para promoverem a execução em relação aos demais litisconsortes, caso seja necessário:

ACAO ORDINARIA

2000.70.00.003733-5 - ALVARO JORGE LASS E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). MARLI CHAVES VIANNA DE OLIVEIRA, Desp. fl. 220

De acordo com o Provimento número 05, de 20.06.2003, Art. 206, inciso XXXII, da Corregedoria-Geral da Justiça Federal da 4ª Região, no(s) processo(s) abaixo procede-se a intimação da parte interessada sobre o desarquivamento do processo, pelo prazo de 05 (cinco) dias.

ACAO ORDINARIA

2001.70.00.019106-7 - ELOI FAVARO E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). SUELY SCHROEDER GLOMB, Prov. 05 de 20/06/2003, art. 206, inc. XXXII

No(s) processo(s) abaixo foi proferido despacho de seguinte teor:
"Intimem-se as partes para que especifiquem e justifiquem circunstanciadamente as provas que pretendem produzir, no prazo de 10 dias.":

ACAO ORDINARIA

2003.70.00.025928-0 - EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS - ECT X MAIS BELLA TEXTIL IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA
Adv. : Dr(s). DENISE COSTA RIBAS, ALEXANDRE DE SALLES GONCALVES, (PRAZO COMUM), Desp. fl. 212

No(s) processo(s) abaixo foi proferido despacho de seguinte teor:
"Indefiro o pedido retro, uma vez que o procurador dos exequentes foi regularmente intimado da decisão de fl. 65, que indeferiu a inicial em relação ao espólio de Adenil da Silva, e não interpôs o recurso cabível no momento oportuno.":

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2002.70.00.034189-6 - EDMILSON MAZZORANA E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). CARLOS EDUARDO DA SILVA FERREIRA, Desp. fl. 78

No(s) processo(s) abaixo foi proferido despacho de seguinte teor:
"Intimem-se as partes para se manifestarem, no prazo de 10 dias, sobre os depósitos judiciais vinculados a estes autos.":

MANDADO DE SEGURANCA

2002.70.00.019165-5 - JOAO DE MELLO BIANCHO X DELEGADO DA RECEITA FEDERAL
Adv. : Dr(s). MARIA REGINA BARBOSA RODRIGUES TEIXEIRA, Desp. fl. 174

No(s) processo(s) abaixo foi proferido despacho intimando o procurador dos autores para que, no prazo improrrogável de 10 dias, proceda a complementação das custas iniciais, sob pena de indeferimento da inicial:

ACAO ORDINARIA

2003.70.00.068754-9 - TADEU OSWALDO DE OLIVEIRA MARTINS E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). BOGDAN OLIJNYK JUNIOR, Desp. fl. 88

No(s) processo(s) abaixo foi proferido despacho intimando o procurador do(s) exequente(s) para regularizar, no prazo de 30 dias, a representação processual a fim de possibilitar o levantamento das quantias depositadas:

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2002.70.00.012283-9 - ADELINO GENEROSO FAVORETO E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). WALTER BRUNO CUNHA DA ROCHA, Desp. fl. 89, 1

2002.70.00.019349-4 - EVA DA SILVA E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). WALTER BRUNO CUNHA DA ROCHA, Desp. fl. 84, 1

No(s) processo(s) abaixo foi proferido despacho de seguinte teor:
"Tendo em vista que não foi comprovado o recolhimento de custas de apelação, julgo deserto o recurso. Cumpra-se a parte final da sentença de fl. 12.":

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2002.70.00.060324-6 - ADIM RAMOS E OUTROS X UNIAO FEDERAL

Adv. : Dr(s). MARCIA CRISTINA JONSON, Desp. fl. 59

No(s) processo(s) abaixo foi proferido despacho de seguinte teor:
"Tendo em vista que a portaria de nomeação do pároco (fl.23) não esclarece quais são as suas atribuições e se tem poderes para representar em Juízo a exequente, intime-se o procurador para que, no prazo de 15 dias, traga aos autos documentos que comprovem estes poderes.":

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2002.70.00.054340-7 - COMUNIDADE PAROQUIAL DE SAO JOAO BATISTA X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). PAULO MADEIRA, Desp. fl. 24

No(s) processo(s) abaixo foi proferido despacho de seguinte teor:
"Tendo em vista que não restou comprovado que o veículo objeto desta execução foi transferido para Amauri Martins da Cruz, intime-se o procurador para que traga aos autos, no prazo de 10 dias, procuração outorgada por Claudinei, filho do de cujus indicado no óbito de fl. 14.":

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2002.70.00.045123-9 - ROMARIO MARTINS DA CRUZ ESPOLIO X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). AMAURI MARTINS DA CRUZ, Desp. fl. 27

No(s) processo(s) abaixo foi proferido despacho deferindo o prazo de 10 dias para a regularização do feito:

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2003.70.00.076759-4 - ADEMIR STADI E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). DIRCEU ROSA JUNIOR, Desp. fl. 39

2003.70.00.080756-7 - JOSE CARLOS DA CUNHA FRENSCH E OUTRO X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). IRMELI MELZ NARDES, Desp. fl. 16

Curitiba, 19/01/04

CLAUDIA INÊS ROMANIUK
Diretora de Secretaria - 7ª Vara

SECRETARIA DA 7ª VARA FEDERAL DE CURITIBA
Juízes:
DR. ALVARO EDUARDO JUNQUEIRA
Juiz Federal
DR. DINEU DE PAULA
Juiz Federal Substituto

Boletim de Intimação nº 0016/2004

No(s) processo(s) abaixo foi proferido despacho indeferindo a liminar pleiteada, bem como indeferindo a citação do SEBRAE/PR pois a exação terá sua exigibilidade defendida pelo SEBRAE/DF:

MANDADO DE SEGURANCA

2003.70.00.053088-0 - RCA - SERVICOS TEMPORARIOS LTDA X CHEFE DO SERVICO DE ARRECADACAO E FISCALIZACAO DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL-INSS E OUTROS
Adv. : Dr(s). NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES, Desp. fl(s). 331-332

No(s) processo(s) abaixo foi proferido despacho indeferindo o pedido de antecipação dos efeitos da tutela:

ACAO ORDINARIA

2004.70.00.000066-4 - MARCELO CAPEL X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). OSCAR MASSIMILIANO MAZUCO GODOY, Desp. fls. 82-85

No(s) processo(s) abaixo foi proferido despacho intimando o patrono dos autores para promover a execução do valor que entende devidos a título de honorários advocatícios, no prazo de 30 dias, em consonância com a decisão do Colendo STJ às fls. 210/214:

ACAO ORDINARIA

99.00.23806-0 - RIBAMAR RODRIGUES GARCIA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). PAULO FERNANDO PAULUK, Desp. fl(s). 274, 1

No(s) processo(s) abaixo foi proferido despacho indeferindo a prioridade na tramitação deste feito, uma vez que não são todos os exequentes que possuem idade superior a 65 anos, bem como arbitrando honorários provisórios de 5% sobre o montante executado, válidos para a hipótese de pronto pagamento sem oposição de embargos:

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2003.70.00.084074-1 - AMELIA MIAKO YOSHITANI E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). GERMANO LAERTES NEVES, Desp. fls. 43-44

No(s) processo(s) abaixo foi proferido despacho intimando o procurador dos exequentes para que comprove documentalmente a titularidade da conta 0400.013.00070772-0, no prazo de 10 dias:

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2003.70.00.027028-6 - CELSO SETSUO SAITO E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). ANTONIO VALMOR JUNKES, Desp. fl(s). 76

No(s) processo(s) abaixo foi proferido despacho de seguinte teor:
"Intime-se o autor Sergio Bulgareli para manifestar-se a respeito dos valores depositados pela CEF (fls. 208/216), no prazo de 10 dias.":

ACAO ORDINARIA

2000.70.00.020617-0 - MARINISSE APARECIDA SQUAREZI E OUTRO X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). DANIELA RACHE GEBRAN, Desp. fl. 218, 1

No(s) processo(s) abaixo foi proferido despacho intimando os autores para se manifestarem sobre os créditos depositados espontaneamente pela CEF:

ACAO ORDINARIA

2000.70.00.007471-0 - VICENTE BATISTA DE LIMA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). MARCELO FERNANDES POLAK, WILLIAN FURMAN, Desp. fl. 345

No(s) processo(s) abaixo foi proferido despacho de seguinte teor:
"Intime-se a autora para efetuar o depósito das custas iniciais, no prazo de 30 dias, nos termos do art. 257 do CPC, sob pena de cancelamento da distribuição.":

ACAO ORDINARIA

2003.70.00.083798-5 - SOLANGE MARIA ZAGESKI X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). LUCIANA CALVO WOLFF, Desp. fl. 10

No(s) processo(s) abaixo foi proferido despacho determinando a regularização do feito, no prazo de 10 dias:

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2003.70.00.083905-2 - PEDRO DIRCEU GULIN X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). WILLIAN FURMAN, Desp. fl(s). 21

2003.70.00.084279-8 - JOAO CARLOS DE CARVALHO E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). JOSE HERIBERTO MICHELETO, Desp. fl. 51

No(s) processo(s) abaixo foi proferido despacho de seguinte teor conclusivo:
"Intime-se o(s) autor(es) para que apresente(m) declaração de pobreza firmada de próprio punho, ou junte(m) procuração em que conste os necessários poderes em favor de seu advogado, ou promova(m) o pagamento das custas processuais. Prazo de 30 (trinta) dias, nos termos do art. 257 do CPC.":

ACAO ORDINARIA

2003.70.00.084482-5 - FLAVIA FERNANDA MAZALLI E OUTROS X UNIAO FEDERAL - MINISTERIO DA DEFESA - EXERCITO BRASILEIRO
Adv. : Dr(s). CARLOS TERABE, Desp. fl(s). 78

DEMAIS PROC JURISD VOLUNT OU CONTENCIOSA

2003.70.00.084607-0 - JAQUELINE DE FATIMA DA SILVA X Adv. : Dr(s). MARCIA PICANCO PROCKMANN, Desp. fl. 15

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2003.70.00.084711-5 - ILACI TEREZINHA KERSCHER FRANCO X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). LETICIA CASSIANO KATANIWA, Desp. fl(s). 18

No(s) processo(s) abaixo foi proferido despacho de seguinte teor:
"Intime-se o autor para que complete sua qualificação, indicando sua profissão, nos termos do art. 282, II, do CPC, no prazo de 10 dias.":

ACAO ORDINARIA

2003.70.00.080938-2 - PAULO ROBERTO ANTON X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). ARARIPE SERPA GOMES PEREIRA, Desp. fl. 12

No(s) processo(s) abaixo foi proferido despacho intimando o procurador dos autores para manifestar-se sobre o petitório de fls. 477/478, bem como intimando os exequentes para manifestarem-se sobre os valores depositados e para promover a execução em relação aos demais litisconsortes do processo de conhecimento ou quanto a valores remanescentes não depositados, no prazo de 30 dias, não sendo admitida execução parcial:

ACAO ORDINARIA

97.00.22837-1 - ANTONIO SDROIEVSKI JUNIOR E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). MONICA DE ANDRADE, Desp. fl(s). 479

De acordo com o Provimento nº 05, de 20.06.2003, art. 206, inciso V, da Corregedoria-Geral da Justiça Federal da 4ª Região, no(s) processo(s) abaixo, apresentada a contestação, procede-se a intimação do(a) Autor(a) para manifestação, em 10 (dez) dias.

ACAO ORDINARIA

2003.70.00.009913-5 - LINDACIR DO PILAR MARTINS CLARO DO VALE E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). UGO ULISSES ANTUNES DE OLIVEIRA, Prov. 05 de 20/06/2003, art. 206, inc. V

No(s) processo(s) abaixo foi proferida sentença julgando parcialmente procedente(s) o(s) pedido(s):

ACAO ORDINARIA

2002.70.00.050293-4 - DALMO WILSON LOUZADA X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). SABRINA NASCHENWENG DUTRA DA SILVA, Sent. fl(s). 91-98

2002.70.00.079053-8 - JOMAR SCHIMMELPFENG FORTES NOWACKI X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). MARIA REGINA BARBOSA RODRIGUES TEIXEIRA, Sent. fl(s). 59-65

2003.70.00.002458-5 - HAROLDO FROTA X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). MARIA REGINA B R TEIXEIRA, Sent. fl(s). 75-82

No(s) processo(s) abaixo foi proferida sentença julgando extinto o processo sem análise do mérito:

ACAO ORDINARIA

2003.70.00.000577-3 - THEOBALDO ACHTENBERG E OUTRO X BANCO CENTRAL DO BRASIL
Adv. : Dr(s). PETRUSKA LAGINSKI, Sent. fl(s). 75-76

2003.70.00.033965-1 - NADIR PIVA E OUTROS X BANCO CENTRAL DO BRASIL
Adv. : Dr(s). PETRUSKA LAGINSKI, Sent. fl(s). 93-94

MANDADO DE SEGURANCA

2003.70.00.047107-3 - NEREU CARLOS MASSIGNAN X PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE ETICA DA OAB
Adv. : Dr(s). NEREU CARLOS MASSIGNAN, Sent. fl(s). 37

No(s) processo(s) abaixo foi proferida sentença julgando extinta a execução nos termos do art. 794, I do CPC:

ACAO ORDINARIA

93.00.17320-0 - ACHILLES NALON E OUTROS X UNIAO FEDERAL E OUTRO
Adv. : Dr(s). ISABELLA ASSIS DA COSTA, Sent. fl(s). 390

98.00.01310-5 - ANTONIO VALMOR JUNKES X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). CLEUZA VISSOTTO JUNKES, Sent. fl. 103

No(s) processo(s) abaixo foi proferida sentença julgando procedentes os embargos à execução:

EMBARGOS A EXECUCAO

2003.70.00.034363-0 - UNIAO FEDERAL X MARGA ANNIE TROMPOWSKI MEYER E OUTRO
Adv. : Dr(s). MILTON GARCIA, Sent. fls. 10-11

2003.70.00.053287-6 - UNIAO FEDERAL X GLACY DE FREITAS PINHEIRO E OUTROS
Adv. : Dr(s). MARCIO ADRIANO PINHEIRO, Sent. fl(s). 15-16

2003.70.00.056365-4 - JOANILCO ANTONIO DAL PIZZOL
Adv. : Dr(s). Sent. fl(s). 07-08

No(s) processo(s) abaixo foi proferida sentença julgando parcialmente procedentes os embargos à execução:

EMBARGOS A EXECUCAO

2003.70.00.032097-6 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X SERGIO ERNANI PINHEIRO E OUTRO
Adv. : Dr(s). JANAINA CLAUDIA FELICIANO, Sent. fl(s). 69-73

No(s) processo(s) abaixo foi proferida sentença julgando improcedentes os embargos à execução:

EMBARGOS A EXECUCAO

2003.70.00.050724-9 - UNIAO FEDERAL X ADELINO LUIZ MALAGE E OUTROS
Adv. : Dr(s). SARA REGINA PEREIRA, Sent. fl(s). 16

Curitiba, 19/01/04

CLAUDIA INÊS ROMANIUK
Diretora de Secretaria - 7ª Vara

SECRETARIA DA 8ª VARA FEDERAL

Boletim de Intimação nº 0011/2004

DESPACHOS e DECISÕES

Juíza Federal Titular: Dra. Vera Lúcia Feil Ponciano
Juíza Federal Subst.: Dra. Danielle Perini Artifon

No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"II. Mantenho a decisão agravada pelos seus próprios fundamentos.
III. Intimem-se as partes da decisão do Agravo de Instrumento das fls. 97-99, pela qual os honorários advocatícios foram majorados para 10% sobre o valor da execução.
IV. Cumprido o item supra, expeça-se requisição de pagamento, atentando para o novo valor dos honorários advocatícios.

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2002.70.00.053794-8 - MIGUEL AGOSTINHO ZARPELLON E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). IVAN CESAR AZEVEDO BORGES DE LIZ, (fl. 100)

No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"II. A representação processual do espólio encontra-se regular, conforme se verifica pela procuração da fl. 06, outorgada pela viúva LEONOR PRESTES DOS SANTOS, bem como pelos herdeiros.(...)Quanto à segunda argumentação, os dispositivos legais invocados pela União - artigos 1° e 2° da Lei 6.858/80 - não se aplicam à situação em comento.(...) Portanto, a apresentação da certidão somente será exigível no caso de valores a serem levantados em juízo,(...)
Indefiro o pedido dos exeqüentes de condenação da União por litigância de má-fé, uma vez que a situação em tela não se enquadra entre as hipóteses do art. 17 do Código de Processo Civil. "

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2002.70.00.045345-5 - EVANDIL PIRES DOS SANTOS ESPOLIO E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). JONAS BORGES, (fl. 45 e verso)

No processo abaixo foi proferido sentença c om o seguinte dispositivo: (...) "III. Diante do exposto, não acolho os presentes embargos à execução, motivo pelo qual JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO.
IV. Condeno a EMBARGANTE ao pagamento de honorários advocatícios que, considerando o pequeno valor da causa, a natureza simples do procedimento e o trabalho realizado, fixo em R$ 30,00 (trinta reais), na forma do art. 20, § 4º, do CPC (causa de pequeno valor)."

EMBARGOS A EXECUCAO

2003.70.00.049612-4 - UNIAO FEDERAL X JAIR COELHO - ESPOLIO
Adv. : Dr(s). CELINA GALEB NITSCHKE

No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"I. Tendo em vista que o presente feito não se encontra findo, mostra-se cabível a fixação da verba honorária, ainda que neste momento processual.
II. Considerando a necessidade de contratação de profissional da advocacia para que cada um dos benefícios da ação civil pública possa efetivamente exercer sue direito, a conclusão pelo cabimento de honorários advocatícios no processo de execução individual é entendimento já respaldado por precedente do TRF da 4ª Região (AC 2000.70.015127-2, 2ª Turma, DJU de 15-08-2001, p. 2082). Ponderando, por outro lado, a relativa simplicidade da causa (mera execução de título judicial), fixo os honorários em 5% (cinco por cento) do valor em repetição."

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2000.70.00.031727-7 - ARMINDO GRILLO E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). JOAO BATISTA KLEIN, GERMANO LAERTES NEVES, (fl. 196)

No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"I. Considerando que o espólio de Maria Furusho Saito tem como herdeiro também Jorge Toyonobu Saito, entendo que não é possível resguardar à outra herdeira, o direito a receber a integralidade da devolução dos valores correspondentes às contas em caderneta de poupança que também foram conferidos a outra pessoa, cabendo ser resguardado o direito de terceiros. Também não há previsão legal para o pedido de citação de um exeqüente.
Ademais, tal circunstância poderia possibilitar que a outra pessoa titular da conta também ajuizasse ação judicial para receber o valor em sua integralidade.
II. Portanto, renove-se a intimação do exeqüente para que cumpra o despacho da fl. 16, sob pena de ser resguardado o direito de receber somente a parte que lhe compete, ou seja, 50% do valor devido."

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2003.70.00.010068-0 - MARIA FURUSHO SAITO - ESPOLIO X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). ADRIANO ANTONIO BERTOLIN, (fl. 25)

No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"Reitere-se a intimação da ré para providenciar a documentação mencionada na petição das fls. 56-57, no prazo de 15 (quinze) dias."

ACAO ORDINARIA

1999.70.00.033210-9 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM - DNER X ENZO SCALLETI - ESPOLIO
Adv. : Dr(s). (fl. 79) Ré

No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"I. Requer a autora reconsideração da decisão das fls. 132-133, que indeferiu a produção de prova pericial contábil, para o fim de comprovar a aplicação de juros capitalizados.II. O instituto da reconsideração (retratação) só tem previsão legal em Agravo de Instrumento, tanto que pedido de reconsideração não suspende o prazo para aquele recurso:(...)De qualquer forma, não tendo havido omissão ou contradição na decisão proferida, as razões trazidas pela autora no atual pedido em nada modificam o entendimento do Juízo, esposado na decisão das fls. 132-133.
III. Diante do exposto, mantenho a decisão das fls. 132-133."

ACAO ORDINARIA

2002.70.00.001204-9 - REGINA APARECIDA PIRKEL BACELLAR X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). LUCIANO CHIZINI CHEMIN, (fls. 136)

No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"Defiro o pedido de dilação de prazo por 30 dias, conforme requerido na fl. 46. Após, independentemente de intimação, manifestem-se os exeqüentes sobre o prosseguimento do feito."

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2003.70.00.001582-1 - ALTACIR SEBASTIAO DE MELLO E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). ERALDO LACERDA JUNIOR, (fl. 57)

No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"Reitere-se a intimação dos autores para se manifestarem sobre o prosseguimento do feito, no prazo de 15 dias."

ACAO ORDINARIA

96.00.04797-9 - CLAUDETE DIAS DOS SANTOS E OUTROS X DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM - DNER
Adv. : Dr(s). MARCELO TRINDADE DE ALMEIDA, (fl. 260)

No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"I. Intimado para esclarecer a inclusão dos cálculos relativos às contas de n.º 00003483-5 e n.º 00038472-0 tendo em vista a existência de mais de um titular, o exeqüente afirma que a 2.ª titular é sua esposa (fl. 19).
II. O exeqüente, esposo da co-titular da conta corrente conjunta, inobstante possua legitimidade para movimentar os fundos de que também é proprietário, não poderá pleitear, em nome próprio, direito de sua esposa, pelos quais somente ela responde, tendo em vista que, conforme o art. 6º, do Código de Processo Civil (...)
Portanto, o exeqüente deverá adequar seu cálculo com a dedução do valor referente a sua esposa, sendo-lhe resguardado o direito de receber somente a parte que lhe compete, ou seja, 50% do valor integral devido.
Oportunizo, entretanto, o ingresso à lide da co-proprietária da conta acima mencionada, mediante emenda à inicial e juntada de procuração por ela outorgada ao advogado da causa.
Ressalto que tal providência se faz necessária, até mesmo pela eventual impossibilidade de verificação de litispendência, caso a co-proprietária da conta ingresse com ação própria, executando a mesma conta em nome próprio.
III. Intime-se o exeqüente para cumprir o item II desta decisão, no prazo de 15 (quinze) dias."

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2003.70.00.043797-1 - VICTOR JOSE GERVASIO X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). MAURO EDUARDO JACEGUAY ZAMATARO, (fl. 20)

No(s) processo(s) intima-se a parte autora para que providencie contrafé em número suficiente para a citação do(s) réu(s). (Prov.05/03,art.206,II)

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2000.70.00.015936-2 - EDSON LUIZ MONTEMEZZO X INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA INCRA
Adv. : Dr(s). MARCELO TRINDADE DE ALMEIDA, apresentar contrafé

No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"II. Defiro o pedido de vista dos autos pelo prazo de 15 (quinze) dias, conforme requerido pelo Estado do Paraná na fl. 391."

ACAO ORDINARIA

2002.70.00.030089-4 - VILLAGE BATEL ENTRETENIMENTO LTDA X UNIAO FEDERAL E OUTROS
Adv. : Dr(s). (fl. 393) Estado do Paraná, CRISTINA BICHELS LEITAO

No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"Cumpra-se o item II, do despacho da fl. 66>
Fl. 66, II: "Dê-se vista às partes"

DEMAIS PROC JURISD VOLUNT OU CONTENCIOSA

2002.70.00.020040-1 - JOZUE DOMINGOS DA SILVA E OUTROS X NAO INDICADO
Adv. : Dr(s). JOSE INACIO COSTA FILHO, (fl. 73 e 66, II)

No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"I. Concedo à parte autora prazo improrrogável de 30 (trinta) dias para promover a execução do julgado, caso entenda ainda haver crédito em seu favor, atentando para os termos do disposto no art. 604, do Código de Processo Civil, ou seja, deverá juntar os extratos das contas do FGTS e cálculos de liquidação do julgado.(...)
IV. Por fim, caso o valor apurado nos cálculos de execução seja maior que o valor da causa, deve o autor complementar as custas processuais, até o montante correspondente a 0,5% do valor em execução, nos termos do artigo 14, § 3º, da Lei 9.289/96(...)
V. Decorrido o prazo concedido sem propositura da execução, arquivem-se os autos, independentemente de novo despacho ou nova intimação.
Saliento que o arquivamento não implica a perda pela parte do direito de promover a execução do julgado, o qual poderá ser exercido a qualquer tempo, desde que respeitado o prazo prescricional."

ACAO ORDINARIA

2000.70.00.001535-2 - CARLOS ALBERTO TOSIN X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). TATIANA KAVA, (fl. 135 e verso)

No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"Tendo em vista o trânsito em julgado do Agravo de Instrumento n.º 2002.04.01.016499-3, intime-se a Caixa Econômica Federal para, no prazo de 10 (dez) dias, emendar a petição inicial, requerendo a citação dos mutuários, na qualidade de litisconsortes passivos necessários. "

DEMAIS PROC JURISD VOLUNT OU CONTENCIOSA

2002.70.00.012431-9 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X LUZIA APARECIDA BERNARDES
Adv. : Dr(s). LUIZ ALBERTO GONCALVES, (fl. 51) CEF

No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"I. Intime-se a CEF para se manifestar sobre o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 15 (quinze) dias.
II. Decorrido o prazo e nada sendo requerido, arquivem-se."

HABEAS DATA

2002.70.00.075270-7 - MOACIR MARQUES ZANIN X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). AUGUSTO CARLOS CARRANO CAMARGO, (fl. 28) CEF

No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"I. Tendo em vista que a CEF, em outros feitos de mesma natureza, tem requerido prazo de 180 dias para promover o cumprimento espontâneo do julgado, intime-se o autor para, em 10 (dez) dias, dizer se concorda com a concessão desse prazo àquela empresa pública ou se pretende promover a execução, na forma do art. 652 e seguintes do Código de Processo Civil.
II. Manifestando o autor concordância com a concessão do prazo acima aludido, intime-se a CEF para, em 180 (cento e oitenta) dias, promover o cumprimento espontâneo de sua obrigação."

DECLARATORIA

98.00.16699-8 - NORCA GORDAS BATISTA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). JOSE DE JESUS G BAMBIL, (fl. 259)

ACAO ORDINARIA

2000.70.00.021546-8 - JOSE DE PONTES PEDROSO X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). MARCIA E. DE OLIVEIRA TORNESI, (fl. 155)

2001.70.00.001279-3 - MOACYR ANACLETO DE REZENDE E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). PAULO FERNANDO PAULUK, (fl. 101)

2001.70.00.018356-3 - DANIEL DA SILVA LOURENCO X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). ANA CRISTINA TAVARNARO PEREIRA, (fl. 78)

2002.70.00.017186-3 - RUY CARVALHO DE AGUIAR X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). SILVANA SANTOS TURIN, (fl. 76)

2002.70.00.033617-7 - JOAO ANDRE KOBNER X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). IRAJA NELCI CASTILHO, (fl. 63)

No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"I. No tocante à homologação dos Termos de Transação Extrajudicial, entendo ser inoportuna neste momento, tendo em vista que o processo de conhecimento já se encontra findo e o de execução ainda não teve início. Assim, não havendo relação processual instaurada e em curso entre as partes, não há falar em sua extinção, em razão de as partes terem transigido.(...)
não conheço de qualquer pedido de homologação, ao menos enquanto não houver relação processual instaurada, de qualquer dos Termos de Adesão juntados ou que venham a ser juntados aos autos, que não tenham ainda sido homologados, bem como, pelo mesmo motivo, não conheço, por ora, de qualquer pedido de desistência ou alegação de invalidade de aludidos acordos. (...)
II. Tendo em vista que a CEF, em outros feitos de mesma natureza, tem requerido prazo de 180 dias para promover o cumprimento espontâneo do julgado, intimem-se os autores para, em 10 (dez) dias, dizerem se concordam com a concessão desse prazo àquela empresa pública ou se pretendem promover a execução, na forma do art. 652 e seguintes do Código de Processo Civil. (...)

ACAO ORDINARIA

95.00.05077-3 - EDSON MIGUEL MIARA E OUTROS X UNIAO FEDERAL E OUTRO
Adv. : Dr(s). DIRCEU BENEDITO MENEZES, (fl. 296 e verso)

98.00.21043-1 - NEUSA ROSA GOMES DE CARVALHO E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). MARIA DE LOURDES RODRIGUES, (fl. 240 e verso)

1999.70.00.032148-3 - CLARILIZA FRANCO E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). OLAIA PASSOS ANTUNES, (fl. 230 e verso)

No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"I. No tocante à homologação dos Termos de Transação Extrajudicial, entendo ser inoportuna neste momento, tendo em vista que o processo de conhecimento já se encontra findo e o de execução ainda não teve início (...)
não conheço de qualquer pedido de homologação, ao menos enquanto não houver relação processual instaurada, de qualquer dos Termos de Adesão juntados ou que venham a ser juntados aos autos, que não tenham ainda sido homologados, bem como, pelo mesmo motivo, não conheço, por ora, de qualquer pedido de desistência ou alegação de invalidade de aludidos acordos.
II. Indefiro o pedido de intimação da CEF para que junte os extratos analíticos das contas vinculadas ao FGTS dos autores (fl. 276),(...)
III. Concedo à parte autora prazo improrrogável de 30 (trinta) dias para, se assim entender, promover a execução do julgado, atentando para os termos do disposto no art. 604, do Código de Processo Civil, ou seja, deverá juntar os extratos das contas do FGTS e cálculos de liquidação do julgado.(...)
V. Ressalto que não será admitida a execução parcial do julgado, devendo todos os autores figurar, em conjunto, na inicial de execução, ressalvada a hipótese de algum deles demonstrar articuladamente não ter interesse na execução do julgado.(...)
VII. Decorrido o prazo concedido sem propositura da execução, arquivem-se os autos, independentemente de novo despacho ou nova intimação.
Saliento que o arquivamento não implica a perda pela parte do direito de promover a execução do julgado, o qual poderá ser exercido a qualquer tempo, desde que respeitado o prazo prescricional.

ACAO ORDINARIA

94.00.02493-2 - CARLOS ROBERTO V. GUGLIEIMI E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). CRISTINA SUEMI KAWAY, (fl. 278-280 + manif. fls. 281-291)

97.00.17401-8 - ZOZINA MARQUES DOS SANTOS E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). VILSON GUDOSKI, (fls. 318-320)

98.00.06268-8 - HELIO FONTES FILHO E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). JULIO STOROZ, (fls. 340-342)

98.00.09940-9 - MARIA OLIMPIA DE SOUZA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). SANDRA MARA MARAFON DA SILVA, MANUELA ROSA DE CASTILHO, (fl. 226-228)

99.00.06029-6 - DIONIZIO MEINELECKI E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). ROBSON NASSIF RIBAS, CARLOS ALBERTO SOARES NOLLI, fl. 248-249)

DECLARATORIA

99.00.14442-2 - GILBERTO PENHABEL E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). MICHEL SALIBA OLIVEIRA, CINTIA MARIA ODPPIS SALIBA OLIVEIRA, (fls. 240-242)

ACAO ORDINARIA

99.00.27484-9 - ZENO GASPAR HARTMANN E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). REGIA CRISTINA ALBINO ZAFALON, ANTONIO PEREIRA ALBINO, (fl. 260-261)

2000.70.00.004992-1 - JONAS BEZERRA DE MORAES E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). VALDENIR DIELLE DIAS, PEDRO PAULO DE MACEDO DA COSTA LINO, (fls. 217-219)

2000.70.00.030822-7 - MARIO SANTOS E OUTRO X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). VANESSA TEIXEIRA DOS SANTOS, (fl. 103/104)

No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"I.Intimem-se os autores para, em 10 (dez) dias, dizerem se concordam com a concessão de prazo de (...) dias à CEF, para cumprimento espontâneo do julgado, ou se pretendem promover a execução, na forma do art. 652 e seguintes do Código de Processo Civil."

DECLARATORIA

98.00.10211-6 - MARIA LUIZA DOBRANSKI E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). MARIO SERGIO DE ALMEIDA, (fl.298) 180 dias

ACAO ORDINARIA

98.00.10914-5 - ALCEU GAI X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). VALDOMIRO CZAIKOWSKI NETO, AGOSTINHO BONIN JUNIOR, (fl. 193) 180 dias

98.00.20376-1 - SIDNEY JOSE DA SILVA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). MARIA DE LOURDES RODRIGUES, (fl. 262) 120 dias

2001.70.00.005738-7 - JOSEMAR AMORA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). OLGA GURGINSKI, (fl. 164) 180 dias

CUSTAS REMANESCENTES

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) fica(m) o(s) Dr(es) procurador(es)intimado(s) ao pagamento da(s) custas complementares na forma do parágrafo 3º do artigo 14 da Lei 9.289/96.

ACAO ORDINARIA

2002.70.00.037939-5 - JOSE HONORIO DA SILVA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). CARLOS ROBERTO MENOSSO, MONIA XAVIER GAMA, (custas complementares)

No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"(...)
Já quanto aos autores MESSIAS MÁRCIO DA SILVA, JOÃO CARLOS GONÇALVES RIBEIRO, NOIR PEREIRA DOS SANTOS e AGUIMAR FRUTUOSO DA SILVA, observa-se que sua representação processual encontra-se irregular, tendo em vista que não há outro advogado por eles constituído neste feito, conforme se infere das procurações das fls. 10, 28, 38 e 50.
II. Deste modo, intime-se o advogado Edvaldo Capassi (OAB/MG 62.501) para dizer se tem interesse em continuar patrocinando o autor WALMOR PROCÓPIO ALVES PINTO neste feito.(...)

ACAO ORDINARIA

99.00.15520-3 - MESSIAS MARCIO DA SILVA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). JOAO APARECIDO VENANCIO, EDVALDO CAPASSI, (FL. 229 E verso)

No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho:
" I. Indefiro o pedido formulado pelo exeqüente Élio José dos Santos Rocha na petição da fl. 235, tendo em vista que a procuração outorgada ao advogado Francisco Lazzari de Freitas não consta o poder especial para desistir, o qual deve estar expresso no instrumento de mandato.
II. Indefiro o pedido formulado pelos exeqüentes nas fls. 243-244, quanto a ser determinado à CEF a apresentação dos extratos das contas vinculadas ao FGTS dos autores, porquanto a sua apresentação constitui ônus da própria parte exeqüente. Ademais, aludidos extratos podem ser obtidos pela própria parte interessada, diretamente junto às agências da CEF, ou pela Internet, no endereço eletrônico www.caixa.gov.br."

ACAO ORDINARIA

99.00.06799-1 - SEBASTIAO PEREIRA DA SILVA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). ANTONIO PEREIRA ALBINO, (fl. 255)

DECISÃO
========

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferida decisão de seguinte teor conclusivo:
(...)III. Diante do exposto, ACOLHO o processamento do presente incidente e DEFIRO O PEDIDO nele deduzido, fixando o valor da causa em R$ 6.277,56 (seis mil, duzentos e setenta e sete reais e cinquenta e seis centavos)"

IMPUGNACAO AO VALOR DA CAUSA

2003.70.00.038859-5 - UNIAO FEDERAL X HELIO SANTANA DE MELLO
Adv. : Dr(s). LUCI RAYMUNDO DAMAZIO, (fls.48-49)

No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"(...) Portanto, tendo a autora desistido expressamente do pedido de compensação e estando comprovado nos autos o recolhimento indevido, por meio das guias juntadas com a inicial, cabível é a execução na forma do art. 730, do CPC.
III. Diante do exposto, defiro o pedido para que a execução de sentença se processe na forma do artigo 730, do CPC. Para tanto, HOMOLOGO O PEDIDO DE DESISTÊNCIA DA EXECUÇÃO sob a modalidade de compensação.(...)"

ACAO ORDINARIA

2000.70.00.017320-6 - PROTEC US INSTALADORA DE ALARMES S/C LTDA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). JOAO ANTONIO DA CRUZ, MARIA CIBELI CORREA RIBEIRO, (fl. 154-156)

No proces-

so abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"I. No tocante à homologação dos Termos de Transação Extrajudicial, entendo ser inoportuna neste momento,(...)
Diante do exposto, não conheço de qualquer pedido de homologação, ao menos enquanto não houver relação processual instaurada, de qualquer dos Termos de Adesão(...)
II. Indefiro o pedido relativo à execução das obrigações previstas nos contratos de honorários firmados pelos autores com o seu advogado (fls. 303/304), tendo em vista que não são objetos da presente lide, bem como que eventual discussão desta ordem deve ser levada a efeito em ação própria, perante a Justiça Estadual, que detém a competência para análise da matéria. (...)
III. Decorrido o prazo recursal e nada mais sendo requerido pelas partes, arquivem-se os autos."

ACAO ORDINARIA

97.00.17397-6 - HERCULANO LIPKA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). VILSON GUDOSKI, (fl. 309-310)

Curitiba, 16/01/04

André Luís Pereira Franke
Diretor de Secretaria da 8ª Vara e.e.

SECRETARIA DA 8ª VARA FEDERAL

Boletim de Intimação nº 0012/2004

DESPACHOS e DECISÕES

Juíza Federal Titular: Dra. Vera Lúcia Feil Ponciano
Juíza Federal Subst.: Dra. Danielle Perini Artifon

No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"Expedido o alvará nos termos da Portaria nº 09/2002 deste Juízo, aguarde-se decisão definitiva e o trânsito em julgado do agravo de instrumento interposto acerca dos honorários advocatícios."

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2002.70.00.015886-0 - VALDIR DE MELLO e Outros X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). ROSANE A. DE SOUZA

2002.70.00.021285-3 - ANTONIO MENDES DE ARAUJO - ESPOLIO e Outros X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). ROMEU MACEDO CRUZ JR

2002.70.00.025075-1 - ARLINDO LUCAS MULHO E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). LINCO KCZAM

2002.70.00.025094-5 - VICENTE TEODORO e Outros X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). LINCO KCZAM

2002.70.00.026907-3 - GETULIO VALES PEREIRA e Outros X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). MARCELLO TABORDA RIBAS

2002.70.00.029211-3 - BELARMINO SIMIONATO DOS SANTOS e Outros X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). EMERSON BASTOS

2002.70.00.029956-9 - OSNI CARLOS AMALIO DE SOUZA e Outros X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). WALTER BRUNO CUNHA DA ROCHA

2002.70.00.030640-9 - ANSELMO BERNARDIM e Outros X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). ERICO GERMANO HACK

2002.70.00.032496-5 - ADENIRA REGINA NASATO FAVA e Outros X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). JAIR RIBEIRO

2002.70.00.033557-4 - JOSE HENRIQUE GONZAGA DE OLIVEIRA e Outros X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). AIRTON ADELAR HACK

2002.70.00.039640-0 - DENEVAL JOSE LEAL ESPOLIO e Outros X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). LUIZ GONZAGA GUEDES DOS SANTOS

2002.70.00.041077-8 - ANA LUCIA TANCREDO e Outros X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). FERNANDO JOSE STOCCO

2002.70.00.041928-9 - CARLOS LUIZ DE SOUZA GODAR e Outros X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). ROMEU MACEDO CRUZ JR

2002.70.00.043449-7 - GUILHERME GALLIENE DE ANDRADE CABRAL e Outros X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). CLAYTON FERNANDES DE CARVALHO

No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"I. Recebo os presentes embargos para discussão, tendo em vista a sua tempestividade. II. Suspendo o curso do processo de execução em apenso, na forma do art. 739, § 1º, do CPC. III. Intime(m)-se o(s) embargado(s) para apresentar impugnação, no prazo legal.(...)"

EMBARGOS A EXECUCAO

2003.70.00.056912-7 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X SIDNEY ALVES PEREIRA
Adv. : Dr(s). MARIA ANGELICA GASPARETTO PEREIRA

2003.70.00.056938-3 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X FLAVIO CRUZ E OUTRO
Adv. : Dr(s). ALEXANDRE BROWN PALMA

2003.70.00.056946-2 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X JORGE DUTZOL E OUTROS
Adv. : Dr(s). CARLOS EDUARDO DA SILVA FERREIRA

2003.70.00.056947-4 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X CECILIA LIBANIA SCHEID E OUTROS
Adv. : Dr(s). JEFFERSON DOUGLAS BERTOLOTTE

2003.70.00.056967-0 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X ZELIA TARTARI
Adv. : Dr(s). JOSIANE BECKER

2003.70.00.056978-4 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X MAIRA APARECIDA FEDALTO E OUTRO
Adv. : Dr(s). MARIO LUIZ ANDREASSA

2003.70.00.056979-6 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X LUIZ NELSON GUERRA
Adv. : Dr(s). ANGELA DORIGO KUCHARSKI

2003.70.00.056995-4 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X AFONSO LUIZ DE SOUZA e Outros
Adv. : Dr(s). VIRIATO XAVIER DE MELO FILHO

2003.70.00.058030-5 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. X CEREALISTA CURITIBA LTDA e Outro
Adv. : Dr(s). RUY JOSE RACHE

No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"Intime-se o impugnado pra oferecer resposta no prazo de 5 (cinco) dias.(...)"

IMPUGNACAO AO VALOR DA CAUSA

2003.70.00.066022-2 - UNIAO FEDERAL X EDUARDO PASTOR DOS SANTOS
Adv. : Dr(s). HILDO ALCEU DE JESUS JUNIOR

IMPUGNACAO A PEDIDO DE ASSISTENCIA JUDIC

2003.70.00.066036-2 - UNIAO FEDERAL X EDSON ROBERTO DE ALMEIDA TORRES
Adv. : Dr(s). CELSO ROBERTO GUIMARAES ADAM

No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"I. No tocante à homologação dos Termos de Transação Extrajudicial, entendo ser inoportuna neste momento,...
Diante do exposto, não conheço de qualquer pedido de homologação, ao menos enquanto não houver relação processual instaurada,(...)
II. Tendo em vista que a CEF, em outros feitos de mesma natureza, tem requerido prazo de 180 dias para promover o cumprimento espontâneo do julgado, intimem-se os autores para, em 10 (dez) dias, dizerem se concordam com a concessão desse prazo (...)
III. Manifestando os autores concordância com a concessão do prazo acima aludido, intime-se a CEF(...)

ACAO ORDINARIA

98.00.01411-0 - ANDREA PRODOCIMO E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). PAULO CESAR BULOTAS, CANDIDO ANTONIO DEMBISKI, CANDIDO ANTONIO DEMBISKI, CANDIDO ANTONIO DEMBISKI, CANDIDO ANTONIO DEMBISKI, CANDIDO ANTONIO DEMBISKI, CANDIDO ANTONIO DEMBISKI, CANDIDO ANTONIO DEMBISKI, CANDIDO ANTONIO DEMBISKI, CANDIDO ANTONIO DEMBISKI, CANDIDO ANTONIO DEMBISKI, CANDIDO ANTONIO DEMBISKI, CANDIDO ANTONIO DEMBISKI, CANDIDO ANTONIO DEMBISKI, (fl. 382 e verso)

No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho:
I. Concedo à parte autora prazo improrrogável de 30 (trinta) dias para, se assim entender, promover a execução do julgado, atentando para os termos do disposto no art. 604, do Código de Processo Civil, ou seja, deverá juntar os extratos das contas do FGTS e cálculos de liquidação do julgado.(...)
IV. Decorrido o prazo concedido sem propositura da execução, arquivem-se os autos, independentemente de novo despacho ou nova intimação.
Saliento que o arquivamento não implica a perda pela parte do direito de promover a execução do julgado, o qual poderá ser exercido a qualquer tempo, desde que respeitado o prazo prescricional."

ACAO ORDINARIA

98.00.07761-8 - PAULO REANTO BARRETO DE BARRETO X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). DANIELA ANZUATEQUI D ASSUMPCAO, (fl. 253 e verso)

98.00.10724-0 - JAIR DE AZEVEDO X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). JOSE APARECIDO GOMES, (fls. 266 e verso)

No(s) processo(s) abaixo intima-se a parte autora para manifestação sobre a contestação, no prazo de dez dias, bem como para especificar as provas que pretende produzir, justificando-as.
(Prov.n.05/03, art.206, V)

ACAO ORDINARIA

2003.70.00.036149-8 - JORGE JAIME NUNES E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). ANTONIO CESAR MONDIN ZICA, (réplica + provas)

2003.70.00.047749-0 - ADEMIR RIBEIRO DIAS E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). ANA PAULA WOLLSTEIN, (réplica + provas)

ACAO CAUTELAR

2003.70.00.060966-6 - ARMANDO SANTOS LIRA X CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE - CRC
Adv. : Dr(s). JOAO MARCELO KERETCH, (réplica + provas)

No processo abaixo intima-se a parte para o preparo das custas processuais no valor de R$ 5,32 em 30 dias.

ACAO ORDINARIA

2003.70.00.063330-9 - KEID BIN X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). MARA CRISTINA BRUNETTI, comp.custas

No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"I.Indefiro o pedido de fixação de novos honorários (fl. 126), por não serem devidos nas execuções de título judicial, salvo se houver oposição de embargos."

ACAO ORDINARIA

2000.70.00.010184-0 - MIDIA LENTE BRAZ AMORIM X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). SERGIO BACILA SALUM, (fl. 140)

No(s) processo(s) abaixo intima-se ds partes da baixa dos autos, para requererem o que entender de direito em 15 dias, apresentando os cálculos de liquidação, se for o caso.(Prov.n.05/03, art.206, V)

ACAO ORDINARIA

98.00.00349-5 - NAZARE DE JESUS BISPO X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF E OUTRO
Adv. : Dr(s). ELIAZER ANTONIO MEDEIROS, (baixa dos autos)

No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"I. Tendo em vista que a CEF, em outros feitos de mesma natureza, tem requerido prazo de 180 dias para promover o cumprimento espontâneo do julgado, intime-se o autor para, em 10 (dez) dias, dizer se concorda com a concessão desse prazo àquela empresa pública ou se pretende promover a execução, na forma do art. 652 e seguintes do Código de Processo Civil. "

ACAO ORDINARIA

2002.70.00.000028-0 - MAURICIO SANDRO BARBOSA X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). GRACIANE VIEIRA LOURENCO, (lf. 95)

2002.70.00.028423-2 - CHRISTOVAO CESAR DA VEIGA PESSOA JUNIOR X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). HILDO ALCEU DE JESUS, (fl. 73)

No processo abaixo foi proferido sentença c om o seguinte dispositivo:
"
Diante do exposto, rejeito as preliminares suscitadas pela CEF e, no mérito, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO deduzido na inicial. Na forma da fundamentação supra, condeno a Caixa Econômica Federal a pagar aos autores, cre-ditando na conta vinculada do FGTS, o índice abaixo descrito, sobre o saldo existente no respectivo período, com a incidência dos juros legais, nos termos da legislação do FGTS (art.13, da Lei nº 8.036, de 11.05.1990), correção monetária e juros de mora de 6% a.a., contados da citação, descontados os reajustes já efetuados nos referidos períodos, e observando-se a Súmula 62, do TRF4ª R:(...)
Condeno a CEF ao pagamento das custas processuais, nos termos do § 2º, do art. 20, do Código de Processo Civil, deixando de condená-la ao pagamento de honorários advocatícios, tendo em vista o disposto no art. 29-C da Lei 8.036/90, inserido pela Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001."

ACAO ORDINARIA

2003.70.00.027517-0 - DIRCE RUMIKO TAKEDA E OUTRO X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). PAULO ANDRE CARDOSO BOTTO JACON, (fl. 55-59)

No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"(...) IV. Apresentada a Contestação, intimem-se os autores para se manifestar, no prazo de 10 (dez dias), bem como para especificar as provas que pretendem produzir, justificando sua necessidade."

ACAO CAUTELAR

2003.70.00.017984-2 - ALFREDINA DE ANDRADE HAIDUKE E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). GISELE PASSOS TEDESCHI, (fl. 120, IV)

No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"(...)II. Defiro o pedido da petição de fl. 67, estabelecendo o prazo de 20 (vinte) dias para o cumprimento do despacho de fl. 66.(...)"

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2003.70.00.023491-9 - CLAUS DIETER VANA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). DIRCEU A ZANLORENZI, (fl. 72, II)

No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"Intime-se o exeqüente CARLOS JOSÉ DE ARAÚJO para, no prazo de 10 dias, apresentar procuração com poderes para "receber e dar quitação", nos termos do art. 38 do CPC."

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2002.70.00.062432-8 - CYNTHIA MARIA GOMES SALVADOR E OUTRO X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). LUIZ ALBERTO OLIVEIRA DE LUCA, (fl. 22)

No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"II. O advogado Gustavo Ribeiro Langowiski requer a dedução dos honorários advocatícios contratados, no percentual de 20%, do valor a ser recebido pelos exeqüentes Luis Francisco Rodrigues e Maria Cristina Noriller Rodrigues que tiveram seus créditos penhorados no rosto dos autos.(...)
In casu, o pedido de reserva dos honorários foi feito posteriormente à expedição da requisição de pagamento, sendo inaplicável o artigo antes transcrito, que traz como requisito para a reserva de valores o fato de ainda não ter sido expedido precatório ("latu sensu").
III. Dessa forma, indefiro o pedido formulado nas fls. 38-41."

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2002.70.00.037814-7 - DIRCEU GERALDO ROSSETIM E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). GUSTAVO RIBEIRO LANGOWISKI, (fl. 42 e verso)

No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"I. A representação processual do exeqüente (...) se encontra irregular. A procuração outorgada
não está regular, pois não contempla expressamente poderes para "receber e dar quitação", o que não autoriza as mandatárias a levantar quantias do mandante.
Dessa forma, para fins de expedição de alvará em nome da procuradora do exeqüente, faz-se necessário a regularização da representação processual, mediante a juntada de nova procuração contendo expressamente poderes para "RECEBER E DAR QUITAÇÃO".
II. Intime-se o exeqüente para cumprimento desta decisão, no prazo de 15 (quinze) dias.

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2002.70.00.036987-0 - EDGAR DOMINGOS RIBAS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). SIRLEI TEREZINHA DOMINGUES GAGO, (fl. 18)

2002.70.00.050645-9 - JOSUE DOS SANTOS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). DANIELLE TETU RODRIGUES, (fl. 26)

2002.70.00.052430-9 - ALCIDES GIUSTI E OUTRO X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). NEIVA DE NEZ, (fl. 29)

2002.70.00.056765-5 - HUMBERTO CARLOS FALCE E OUTRO X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). MARCELO AUGUSTO MACHADO, (fl. 27

No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"III. Considerando o noticiado à fl. 57, é possível dar-se continuidade ao feito em relação ao exeqüente José Maria Rodrigues, desde que regularizada a representação processual em face do seu falecimento.
IV. Tendo em vista tratar-se de espólio, três situações se apresentam:
a) o necessário inventário não se encontra findo (caso em que o legitimado ad causam será o espólio, representado por seu inventariante);
b) a partilha já foi feita, recebendo os herdeiros os bens que lhe tocaram (quando a legitimidade ad causam passa a ser do sucessor, que deverá postular a satisfação do crédito em nome próprio);
c) ou, ainda, o crédito ora buscado não foi destinado especificamente para um dos herdeiros, situação em que se faz imperiosa a autorização dos demais, para postulação em juízo, ou a postulação de todos os herdeiros, em conjunto.
V. Dessa forma, para fins de verificar a legitimidade para a causa em relação ao espólio, deve o exeqüente esclarecer em qual das situações acima expostas se encontra o espólio, juntando as procurações respectivas, bem como juntar cópia da certidão de óbito, no prazo de 10 dias."

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2002.70.00.034188-4 - ELIZABETH ROHRBACH E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). OSMAR RODRIGUES, (fl. 65 e verso)

———————————————— No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"(...) Diante do exposto, INDEFIRO o pedido de antecipação dos efeitos da tutela.(...)"

ACAO ORDINARIA

2003.70.00.080535-2 - LUCIENE APARECIDA BAPTISTA X UNIAO FEDERAL E OUTRO
Adv. : Dr(s). JOSE CARLOS DE ALMEIDA LEMOS, (fl.44-47)

2003.70.00.083469-8 - CARLOS ALBERTO DOMINGUES FAGUNDES E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). JOSE CARLOS DE ALMEIDA LEMOS, (fl.56-59)

Curitiba, 19/01/04

André Luís Pereira Franke
Diretor de Secretaria da 8ª Vara e.e.

BOLETIM 2004/004

11A VARA FEDERAL
CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE CURITIBA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ

JUIZ FEDERAL: "DR. JOÃO PEDRO GEBRAN NETO"
JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO: "DR. MAURO SPALDING"

....- CONSIDERANDO:
a)que em feitos dessa natureza(recomposição das contas de FGTS pelos expurgos inflacionários dos Planos Verão e Collor I) a CEF, condenada em sentença judicial transitada em julgado, vem reiteradamente requerendo nos autos prazo para cumprimento espontâneo do julgado, raramente cumprindo-o integralmente nosprazos que promete;
b)que os credores, na maioria das vezes em litisconsórcio ativo na ação de conhecimento,tampouco promovem a execução do julgado, in sistindo para que a CEF o cumpra independente de execução sob pena de multa ou para que apresente os extratos das contas fundiárias de modo a viabilizar a apuração do quantum debeatur;
c)a enxurrada de petições da CEF informando sobre a celebração de acordos extrajudiciaisfirmados por alguns credores para o recebimento das quantias que fazem jus nos termos da LC nº 110/2001, petições estas apresentadas sem qualquer organização, na qual a CEF requer a homologação de tais acordos pelo juízo,
d)que o Decreto nº 4.777/2003 dispensou a homologação judicial dos aludidos acordos extrajudiciais para fins de seu cumprimento pelaCEF, e uqe tal homologação não tem qualquer efeito pragmático porque:d1)não há processo instaurado, pelo que não há falar-se em extinção do processo(art.269,III CPC);d2)a partecredora pode obter os mesmos efeitos da homologação simplesmente deixando de promover a execução do julgado;d3)a CEF, caso seja citada em execução promovida por parte credora que celebrou o referido acordo extra judicialdispõe do embargos do devedor para suscit-á-los (art. 641,VI, CPC);
e)que são milhares de processos atualmente em trâmite nessa Vara na situação até aqui discorrida, sem que se tenha uma base processual instaurada, eis que o processo de conhecimento já se findou e o processo de execução não se inicia por inércia da parte credora e sua insistência no sentido de que a CEF-devedora cumpra o julgado independente de execução.
f)que a parte credora dispõe das informações necessárias para a liquidação do seu crédito mediante cálculo meramente aritmético(art.604, CPC), uma vez que os extratos, das contas vinculadas são disponibilizados pela CEF bvia internet(...), nos terminais de auto-atendimento ou nas agências credenciadas, o que não justifica o longo lapso de transcorrido desde o trânsito em julgado sem a promoção da execução da sentença condenatória;
g)que desde que essa opções passaram a mergulhar nesse verdadeiro caos processual, contribuindo para o descrédito no Poder Judiciário e para que o juiz, de certa forma, passasse a figurar como refém das partes, este Juízo já editou duas portaris traçando metas a serem seguidas para a solução do impasse(...), sem que tenham conseguido o resultado pretendido.
...DECIDO:
a)não conhecer de pedidos de homologação de acordos extrajudiciais antes de se instaurarprocesso de execução, assinalando que a providência deverá ser requerida pela CEF unica mente em sede de embargos eventualmente opostos;
b)não conhecer de requerimentos de prazo para cumprimento epontâneo do julgado;
c)determinar que a secertaria não faça mais conclusão destes autos em decorrência da juntada de termos de acordo e petições pleiteando sua homologação ou prazo para a satisfação espontânea da obrigação;
d)indeferir pedidos de imposição de multa pela ausência de cumprimento espontâneo do julgado;
e)indeferir requerimentos de apresentação deextratos pela CEF;
f)determinar que as execuções de cada título sejam propostas em litisconsórcio ativo abrangendo todos os credores da ação de conhecimento, tendo em vista que o litisconsórcio ativo na ação recomenda o litisconsórcio ativo também na execução nessas situações onde o tumulto processual tem imperado, ressalvada a hipótese de demonstração articulada de que od demais litisconsortes não tem interesse na execução por seu direito já estar satisfeito ou em caso de execução de honorários fixados na sentença exequenda, ocasiões em que a petição inicial de cada execução será autuada em apartado por desmembramento, devendo ser instruida com os documentos essenciais a sua propositura, dentre eles, os extratos representativos do crédito, sob pena de indeferimento;
g)determinar que os credores promovam a execução do julgado, inclusive quanto a eventuais diferenças de crédito realizados espontaneamente pela CEF, no prazo máximo de 30(trinat) dias, lapso temporal mais do que suficiente para as providências necessárias(art.177,CPC),ficando a parte autora advertida que a propositura de execução de ívida já paga(seja extrajudicialmente, em decorrência de acordos firmados, seja judicialmente, mediante depósito nas contas vinculadas dos credores informado nestes autos) ensejará a aplicação da multa prevista no art. 940 do Código Civil. O valor devido, se omissa a sentença condenatória exequenda, deverá sofrer correção nos mesmos moldes aplicados às contas do FGTS sem a incidência da Súmula nº 37 do TRF da 4ª Região, consoante jurisprudência daquela E. Corte.
h)determinar o arquivamento dos autos na hipótese do decurso do prazo fixado na alínea gsem a adoção da providência nela explicitada,independentemente de nova intimação, ficando as partes cientes que o posterior desarquivamento implicará a necessidade de recolhimento das cutas devidas;
i)Indeferir o pedido de dilação de prazo para a propositura da execução sem o arquivamento dos autos, assegurando-se a execução da sentença mediante futuro desarquivamento, respeitado o prazo prescricional vigente;
j)revogam-se todas as decisões proferidas nesses autos em sentido diverso do aqui estabelecido.
v)intimem-se as partes.

ACAO ORDINARIA

97.00.25124-1 - JUAREZ DE ANDRADE E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). JAIRO LOPES DE OLIVEIRA, FLS 245/247

97.00.25246-9 - SEGISMUNDO SURECK E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). EDISON DE SOUZA, MARCELO DA SILVA, fls 352/354

97.00.25379-1 - NAPOLEAO APARECIDO RODRIGUES E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). MARCELO DA SILVA, EDISON DE SOUZA, fls 298/300

97.00.26540-4 - LUCIMARA ALVES RODRIGUES E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). EDISON DE SOUZA, fls 413/415

98.00.25539-7 - ELIANE CORDEIRO MATTOSO E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). ISABELLA ASSIS DA COSTA, FLS 280/282

98.00.28948-8 - CARLOS JOSE MOTER E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). ANTONIO PEREIRA ALBINO, fls 270/272

98.00.29844-4 - ANTONIO ROMALINO DE SIQUEIRA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). EDISON DE SOUZA, MARCELO DA SILVA, fls 302/304

1999.70.00.034009-0 - DIONE MARA SILVA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). LISIMAR VALVERDE PEREIRA, fls 567/569

2000.70.00.030798-3 - FLAVIO COELHO MARTINS E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). SAMANTHA DE M SADE, fls 222/224

2001.70.00.030110-9 - DJAIR GOMES TAVARES E OUTRO X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). JADER KERCHER NOBRE, DARLAN RODRIGUES BITTENCOURT, fls 134/136

2001.70.00.039538-4 - BERNADETE DA LUZ SALDANHA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). EDISON DE SOUZA, fls 175/177

....- CONSIDERANDO:
a)que em feitos dessa natureza(recomposição das contas de FGTS pelos expurgos inflacionários dos Planos Verão e Collor I) a CEF, condenada em sentença judicial transitada em julgado, vem reiteradamente requerendo nos autos prazo para cumprimento espontâneo do julgado, raramente cumprindo-o integralmente nosprazos que promete;
b)que os credores, na maioria das vezes em litisconsórcio ativo na ação de conhecimento,tampouco promovem a execução do julgado, in sistindo para que a CEF o cumpra independente de execução sob pena de multa ou para que apresente os extratos das contas fundiárias de modo a viabilizar a apuração do quantum debeatur;
c)a enxurrada de petições da CEF informando sobre a celebração de acordos extrajudiciaisfirmados por alguns credores para o recebimento das quantias que fazem jus nos termos da LC nº 110/2001, petições estas apresentadas sem qualquer organização, na qual a CEF requer a homologação de tais acordos pelo juízo,
d)que o Decreto nº 4.777/2003 dispensou a homologação judicial dos aludidos acordos extrajudiciais para fins de seu cumprimento pelaCEF, e uqe tal homologação não tem qualquer efeito pragmático porque:d1)não há processo instaurado, pelo que não há falar-se em extinção do processo(art.269,III CPC);d2)a partecredora pode obter os mesmos efeitos da homologação simplesmente deixando de promover a execução do julgado;d3)a CEF, caso seja citada em execução promovida por parte credora que celebrou o referido acordo extra judicialdispõe do embargos do devedor para suscit-á-los (art. 641,VI, CPC);
e)que são milhares de processos atualmente em trâmite nessa Vara na situação até aqui discorrida, sem que se tenha uma base processual instaurada, eis que o processo de conhecimento já se findou e o processo de execução não se inicia por inércia da parte credora e sua insistência no sentido de que a CEF-devedora cumpra o julgado independente de execução.
f)que a parte credora dispõe das informações necessárias para a liquidação do seu crédito mediante cálculo meramente aritmético(art.604, CPC), uma vez que os extratos, das contas vinculadas são disponibilizados pela CEF bvia internet(...), nos terminais de auto-atendimento ou nas agências credenciadas, o que não justifica o longo lapso de transcorrido desde o trânsito em julgado sem a promoção da execução da sentença condenatória;
g)que desde que essa opções passaram a mergulhar nesse verdadeiro caos processual, contribuindo para o descrédito no Poder Judiciário e para que o juiz, de certa forma, passasse a figurar como refém das partes, este Juízo já editou duas portaris traçando metas a serem seguidas para a solução do impasse(...), sem que tenham conseguido o resultado pretendido.
...DECIDO:
a)não conhecer de pedidos de homologação de acordos extrajudiciais antes de se instaurarprocesso de execução, assinalando que a providência deverá ser requerida pela CEF unica mente em sede de embargos eventualmente opostos;
b)não conhecer de requerimentos de prazo para cumprimento epontâneo do julgado;
c)determinar que a secertaria não faça mais conclusão destes autos em decorrência da juntada de termos de acordo e petições pleiteando sua homologação ou prazo para a satisfação espontânea da obrigação;
d)indeferir pedidos de imposição de multa pela ausência de cumprimento espontâneo do julgado;
e)indeferir requerimentos de apresentação deextratos pela CEF;
f)determinar que as execuções de cada título sejam propostas em litisconsórcio ativo abrangendo todos os credores da ação de conhecimento, tendo em vista que o litisconsórcio ativo na ação recomenda o litisconsórcio ativo também na execução nessas situações onde o tumulto processual tem imperado, ressalvada a hipótese de demonstração articulada de que od demais litisconsortes não tem interesse na execução por seu direito já estar satisfeito ou em caso de execução de honorários fixados na sentença exequenda, ocasiões em que a petição inicial de cada execução será autuada em apartado por desmembramento, devendo ser instruida com os documentos essenciais a sua propositura, dentre eles, os extratos representativos do crédito, sob pena de indeferimento;
g)determinar que os credores promovam a execução do julgado, inclusive quanto a eventuais diferenças de crédito realizados espontaneamente pela CEF, no prazo máximo de 30(trinat) dias, lapso temporal mais do que suficiente para as providências necessárias(art.177,CPC),ficando a parte autora advertida que a propositura de execução de ívida já paga(seja extrajudicialmente, em decorrência de acordos firmados, seja judicialmente, mediante depósito nas contas vinculadas dos credores informado nestes autos) ensejará a aplicação da multa prevista no art. 940 do Código Civil. O valor devido, se omissa a sentença condenatória exequenda, deverá sofrer correção nos mesmos moldes aplicados às contas do FGTS sem a incidência da Súmula nº 37 do TRF da 4ª Região, consoante jurisprudência daquela E. Corte.
h)determinar o arquivamento dos autos na hipótese do decurso do prazo fixado na alínea gsem a adoção da providência nela explicitada,independentemente de nova intimação, ficando as partes cientes que o posterior desarquivamento implicará a necessidade de recolhimento das cutas devidas;
i)Indeferir o pedido de dilação de prazo para a propositura da execução sem o arquivamento dos autos, assegurando-se a execução da sentença mediante futuro desarquivamento, respeitado o prazo prescricional vigente;
j)revogam-se todas as decisões proferidas nesses autos em sentido diverso do aqui estabelecido.
v)intimem-se as partes, devendo a parte autora emendar a petição inicial de execução(...)."

ACAO ORDINARIA

97.00.12354-5 - EDSON ROBERTO FROES E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). ANTONIO PEREIRA ALBINO, fls 352/354

97.00.16494-2 - LUIZ CARVALHO DA SILVA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). ANTONIO PEREIRA ALBINO, fls 405/407

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

97.00.19580-5 - WALDECY JOSE PINTO E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). ANTONIO PEREIRA ALBINO, MARCELO DA SILVA, fls 311/313

ACAO ORDINARIA

97.00.20120-1 - ANDRE DE CASTRO E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). ANTONIO PEREIRA ALBINO, fls 276/278

97.00.20329-8 - ADAO MAIEWSKI E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). MARCELO DA SILVA, ANTONIO PEREIRA ALBINO, fls 340/342

97.00.25243-4 - CLAUDECIR GUERRA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). EDISON DE SOUZA, fls 392/394

98.00.03955-4 - EMILIO DE ASSUNCAO VIEIRA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). SELMA APARECIDA R. GARCIA, fls 366/368

98.00.28954-2 - GERSON LUIZ PEREIRA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). ANTONIO PEREIRA ALBINO, CARLOS ALBERTO PEREIRA, CARLOS ALBERTO PEREIRA, fls 307/309

99.00.00561-9 - ANTONIO CANDIDO DE FREITAS E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). REGIA CRISTINA ALBINO ZAFALON, ANTONIO PEREIRA ALBINO, fls 284/286

2000.70.00.022360-0 - SANDRA REGINA GONCALVES E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). ANTONIO PEREIRA ALBINO, fls 211/213

No processo abaixo foi proferida sentença cuja parte conclusiva é do seguinte teor:"(...).
(...), ante o pagamento dos valores devidos, declaro extinto o processo de execução, com fundamento no art. 794, inciso I, do Código de Processo Civil.
(...)."

DECLARATORIA

98.00.27927-0 - EMIKO INOUYE HIRATA E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). CIRO CECCATTO, fl 129

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2001.70.00.002259-2 - ROBERTO NOVAES JUNIOR E OUTRO X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). ALEXANDRE CESAR DA SILVA, fl 56

2001.70.00.032417-1 - OSVALDO PICARELI GOBBO E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). DANIELA RACHE GEBRAN, fls 80/81

EMBARGOS A EXECUCAO

2002.70.00.027633-8 - UNIAO FEDERAL X ARNOLDO POGANSKI E OUTROS
Adv. : Dr(s). ANTONIO MIOZZO, fl 54

No processo abaixo foi proferida sentença cuja parte conclusiva é do seguinte teor:"(...).
(...),considero satisfeito o crédito da parte autora representado pelo título judicial exequendo, pelo que julgo extinta a execução proposta, com fundamento no art. 794, inciso I, do Código de Processo civil.
Salientes-se que a questão referente à devolução do montante pago a maior pela Fazenda Pública ao exequente foi analisada às fls. 270/271.
(...)."

ACAO ORDINARIA

95.00.13417-9 - POLISERVICE SISTEMA DE SEGURANCA S/C LTDA E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). WALDEMAR PONTE DURA, fls 277/284

No processo abaixo foi proferida sentença cuja parte conclusiva é do seguinte teor:"(...).
(...),considero satisfeito o crédito da parte autora representado pelo título judicial exequendo, pelo que julgo extinta a execução proposta, com fundamento no art. 794, inciso I, do CPC.
(...)."

DECLARATORIA

00.01.03404-9 - SONIA TELMA RECKSIDLER E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). JOSE CID CAMPELO, RITA ELIZABETH CAVALIN CAMPELO, fls 226/233

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2000.70.00.020084-2 - CARLOS ALBERTO ELIAS E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). ANTONIO CABRERA JUNIOR, fls 78/84

No processo abaixo relacionado foi proferido despacho determinando a intimação do procurador da parte autora para que informe o número de seu CPF, a fim de que seja expedido o alvará de levantamento.

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2002.70.00.045250-5 - EVANI FRANCA ORTIZ X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). ANTONIO GERALDO SCUPINARI, fl 21

No processo abaixo relacionado foi determinado a intimação da parte autora para que se manifeste sobre a contestação apresentada, conforme o artigo 206 do Provimento 05/2003 do TRF da 4ª Região.

ACAO ORDINARIA

2003.70.00.009347-9 - ACACIO ANDERSON DROSCZAKA X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). MARCIO MAGNABOSCO DA SILVA, fl 33

2003.70.00.013536-0 - EDICE ALVES BARRETO X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). EDSON LUIZ CARDOSO, fl 42

No processo abaixo relacionado foi determinado a intimação da parte exequente para manifestar-se, no prazo de 15 (quinze) dias, sobre a litispendência suscitada pela União, podendo nesse prazo, querendo, defender-se e comprovar a inexistência de identidade de ações, ou concordar com ela, conforme o disposto na Portaria nº 13/2002 deste Juízo.

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

99.00.07399-1 - ABRAMO SETEMBRINO FRANCHIN E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). LUIZ CARLOS FABRIS, fl 177

2002.70.00.054056-0 - DOMARINHOS DAL NEGRO - ESPOLIO E OUTRO X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). TELMO DORNELLES, fl 48

2002.70.00.064507-1 - OSMARIO BILL E OUTROS X UNIAO FEDERAL

Adv. : Dr(s). MARLY DE CASSIA MENESES FRANCA REGIANI, fl 41

No processo abaixo relacionado foi proferido despacho determinando a intimação do procurador da parte autora para que informe o número de seu CPF, a fim de que seja expedido a requisição de pagamento.

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2002.70.00.054864-8 - HENRIQUE NOGUEIRA DORFMUND - ESPOLIO E OUTRO X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). ANDRE LUIS MANFRE, fl 26

2002.70.00.059901-2 - JOSE JOAO MOLINA LARANJEIRA - ESPOLIO X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). JOSE CARLOS LARANJEIRA, fl 19

2002.70.00.061022-6 - ROZI DE FATIMA BICHIBICHI X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). DAYSI REGINA BRITO, fl 16

No processo abaixo relacionado foi proferido despacho determinando a intimação da parte autora para que regularize sua representação processual, no prazo de 10 (dez) dias.

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2002.70.00.009925-8 - MIGUEL VASILAKIS NETO E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). AURELIANO PERNETTA CARON, fl 85

No processo abaixo relacionado foi proferido despacho nos seguintes termos:"considerando que o despacho exarado à fl. 166 até a presente data, não foi devidamente cumprido, renove-se a intimação da parte autora para que, no prazo improrrogável de 309trinta0 dias, promova a regularização processual em conformidade com o contido na informação constante da fl. 166, sob pena de devolução dos valores depoitados ao E.TRF 4ª Região."

ACAO ORDINARIA

97.00.07614-8 - ORLANDO DRANKA E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). JULIANA ANGELIKA ULRIKE SCHULTHEIS CZERNEY, RODOLFO LINCOLN HEY, fls 166 e 177

No processo abaixo relacionado foi proferido despacho nos seguintes termos:"Remetam-se os autos à contadoria a fim de que seja elaborado cálculo nos termos do julgado.
Após, abra-se vista dos autos às partes para que, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestem-se a respeito. Intimem-se."

ACAO ORDINARIA

92.00.04011-0 - ITAMAR DE LOURDES ZANI GONGORA E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). JOSE SOARES FERREIRA BARBOSA, fl 124

No processo abaixo foi proferida sentença cuja parte conclusiva é do seguinte teor:"(...).
(...),julgo improcedentes os presentes embargos à execução, com fundamento no art. 269, inciso I do Código de Processo Civil, reconhecendo a legitimidade ativa ad causam do(s) embargado(s) no processo executivo apenso, a existência de título executivo em seu favor e a aptidão da petição inicial da execução em apenso.
Condeno a CEF no pagamento ao9s) embargado(s)de honorários advocatícios que fixo em 10%(dez por cento) sobre o valor exequendo atualizado, nos termos do art. 20, § 3º, CPC.
Sem custas, nos termos do art. 7º da Lei nº 9.289/96.
Transitada em julgado, traslade-se cópia da presente decisão e da respectiva certidão para os autos principais, intimando-se o(s) embargado(s) para eventual interesse em executar as verbas sucumbênciais aqui fixadas.
(...)."

EMBARGOS A EXECUCAO

2003.70.00.032307-2 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X CAROLINA ZENYR GLODZIENSKI E OUTRO
Adv. : Dr(s). MARCOS RODRIGO PAULUK GERBASI, fls 55/64

No processo abaixo relacionado foi proferido despacho nos seguintes termos:"(...).
(...),Defiro parcialmente o pedido de tutela antecipada para o fim de autorizar que 7/30(sete trinta avos) dos valores retidos mensalmente pela PREVI a título de imposto de renda sejam depositados em Juízo até o julgamento da presente ação.
(...).

ACAO ORDINARIA

2003.70.00.084320-1 - ANAIR VIEIRA PINTO E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). MITSUYO FUGIMOTO STONOGA, fls74/78

No processo abaixo relacionado foi proferido despacho nos seguintes termos:"(...).
(...),fica indeferida a medida liminar postulada, pela ausência do periculum in mora indispensável ao seu deferimento, assim como indeferida também a autorização para que os impetrantes depositem judicialmente os valores de suas matrículas neste feito feito antes de promoverem a emenda da petição inicial, que deverá ocorrer nos seguintes termos:
a)o vlor da causa deve ser majorado, uma vez que os R$ 1 mil atribuidos a demanda não espelham o benefício patrimonial abrangido pelo pedido, estando o seu valor em flagrante descompasso ás regras processuais preconizadas nos artigos 259 e 260 do CPC;
b)deverão os impetrantes complementarem os valores das custas judiciais devidas de acordo com o novo valor a ser dado à causa em cumprimento ao ítem anterior;
c)a petição inicial deverá ser cindida, devendo o ilustre advogado signatário da petição inicial atentar-se para que no pólo ativo de cada demanda seja incluído, no máximo 10(dez) litisconsortes nos termos do art. 46, parágrafo único do CPC, principalmente levando-se em conta o controle que deverá ser feito pelo juízo em caso de eventual deferimento dos depósitos judiciais das mensalidades o que torna-se sobrmaneira dificultoso com o elevado número de impetrantes.
(...)."

MANDADO DE SEGURANCA

2004.70.00.000552-2 - LILIANE BEZERRA DE AQUINO E OUTROS X DIRETOR DA FACULDADE INTERNACIONAL DE CURITIBA - FACINTER
Adv. : Dr(s). CASEMIRO LAPORTE AMBROZEWICZ, JOAQUIM TRAMUJAS NETO, fls 339/340 e 341

No processo abaixo relacionado foi proferido despacho nos seguintes termos:"Esclareça a impetrante, no prazo de 10(dez) dias, a respeito do direito à compensação ao qual faz menção às fls. 238/239 e diga se tem ele alguma implicação com seu pedido de conversão "total" em renda, em favor da União Federal, dos valores depositados em conta judicial vinculada aos presentes autos.
(...)."

MANDADO DE SEGURANCA

92.00.09768-5 - ABATEDOURO COROAVES LTDA X DELEGADO DA RECEITA FEDERAL EM MARINGA
Adv. : Dr(s). CLAUDIO ZANKOSKI, ISABEL CRISTINA SZULCZEWSKI, fl 244

No processo abaixo foi proferida sentença cuja parte conclusiva é do seguinte teor:"(...).
Tendo em vista o pedido expresso da parte impetrante no sentido de desistir dessa demanda, outra sorte não há senão a sua homologação, haja vista entendimento jurisprudencial iunísono no sentido de que nas ações mandamentais o consentimento da autoridade impetrada é dispensável, não sendo aplicável o disposto no art. 267, § 4º do CPC.
(...), homologo para que produza os seus efeitos jurídicos o pedido de desistência form ulado pela parte impetrante à fl. 178(art.158, parágrafo único, CPC), pelo que julgo extinto o presente mandado de segurança sem julgamento de seu mérito nos termos do art. 267, inciso VIII, CPC.
Revogo a liminar anteriormente deferida nestes autos, podendo o certame ter seu regular seguimento, inclusive com a nomeação dos candidatos aprovados para os cargos disponíveis.
(...)."

MANDADO DE SEGURANCA

2003.70.00.058442-6 - CARLOS AFONSO GARCEZ MAESTRI X PRESIDENTE DA COMISSAO DE CONCURSO DA COORDENACAO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS DA PRO REITORIA RH E OUTRO
Adv. : Dr(s). VERA GRACE P CUNHA, fls 180/181

No processo abaixo relacionado foi proferido despacho nos seguintes termos:"(...).
(...),com espeque no art. 113 do Código de Processo Civil e no art. 109 da Constituição federal, declino a competência deste Juízo para processar o presente feito à Justiça Estadual. Intime-se
(...)"

DEMAIS PROC JURISD VOLUNT OU CONTENCIOSA

2003.70.00.081274-5 - CLAUDECI ANTONIO MARTINS E OUTROS X Adv. : Dr(s). PAULO ROBERTO B MUNIZ, fls 12/13

No processo abaixo relacionado foi proferido despacho nos seguintes termos:"Deixo de apreciar o pedido de fl. 09/10 uma vez que o expediente comumente utilizado e denominado "pedido de reconsideração" não existe no sistema processual pátrio.
O juízo de retratação é instituto que só tem lugar nas hipóteses expressamente previstas em lei, por exemplo, no art. 523, § 2º, no art. 529, no art. 296, no art. 273, § 4º, no art. 807, in fine, etc., todos do CPC.
O "pedido de reconsideração" não outorga ao Juízo poderes para revogar o decisium anterior, em homenagem à preclusão pro judicato. Afinal, "o processo anda para frente...".
Descontente com qualquer decisão proferida no processo, à parte cabe interpor o recurso cabível, o que, não tendo sido feito tempestivamente, torna a questão preclusa e apta para surtir os seus efeitos jurídicos.
Por tais motivos, fica mantida a decisão de fl. 07/08, pelos seus próprios fundamentos.
não obstante, saliento que a documentação de fl.12, juntada após a apreciação do pedido de liminar, vem corroborar com o entendimento já manifestado, haja vista que tais cheques encontram-se todos com datas para apresentação vencidas.
Intimem-se.
Cumpra-se integralmente a referida decisão."
Ainda, a parte autora para falar sobre a contestação, conforme art. 206, do Provimento nº 05/2003 do E. TRF.

ACAO CAUTELAR

2003.70.00.082731-1 - ADELAIDE ZEBINA ARTIGAS ANTONIACOMI X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). VILSON STALL, fls 13 e 29

No processo abaixo relacionado foi proferido despacho nos seguintes termos:"Intime-se a parte impetrante para que, no prazo de cinco dias, manifeste-se acerca do contido às fls. 74/76.
Decorrido o prazo acima e, havendo concordância da impetrante quanto ao cumprimento da liminar conforme alegado ou na ausência de qualquer manifestação desta, faça-se conclusão para sentença."

MANDADO DE SEGURANCA

2003.70.00.043800-8 - MARLI BRUCK KUNIFAS E OUTROS X GERENTE REGIONAL DE ADMINISTRACAO DO MINISTERIO DA FAZENDA DO PARANA
Adv. : Dr(s). JOSE ALEXANDRE SARAIVA, fl 77

PATRICIA CARRARO
DIRETORA DE SECRETARIA EM EXERCÍCIO -
11ª VARA FEDERAL

BOLETIM 2004/012

11A VARA FEDERAL
CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE CURITIBA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ

JUIZ FEDERAL: "DR. JOÃO PEDRO GEBRAN NETO"
JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO: "DR. MAURO SPALDING"

Os processos abaixo relacionados foram retirados em carga e não devolvidos no prazo determinado, tendo sido determinado a intimação do advogado responsável pela carga em questão para que efetuem a devolução dos autos em 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de, em não o fazendo, serem aplicadas as sanções previstas no artigo 196 do CPC, bem como a expedição do competente mandado de busca e apreensão.

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

00.00.79602-6 - HERMES KUCINSKI X DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM - DNER
Adv. : Dr(s). JULIANO BARRETO CORREIA

ACAO CAUTELAR

90.00.07203-4 - DELI FERREIRA DE ALMEIDA X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). ARNO APOLINARIO JUNIOR

ACAO ORDINARIA

92.00.03567-1 - OLIVIO PAULUS NETTO X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). JIOMAR JOSE TURIN

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

92.00.07210-0 - DARCY COUTO PEREIRA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). CARLOS ALBERTO PEREIRA

ACAO ORDINARIA

94.00.01482-1 - MAGDALENA CECCONI GABARDO E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). GUSTAVO RIBEIRO LANGOWISKI

94.00.04857-2 - ODAIR MADALENA E OUTROS X UNIAO FEDERAL E OUTRO
Adv. : Dr(s). ADALBERTO CORDEIRO ROCHA

95.00.09519-0 - ALTEVIR DE FREITAS E OUTROS X UNIAO FEDERAL E OUTRO
Adv. : Dr(s). RODRIGO WAGNER PEREIRA BITTENCOURT

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

96.00.02596-7 - IONE VILELA SANTOS E OUTROS X INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA INCRA
Adv. : Dr(s). MARCELO TRINDADE DE ALMEIDA

ACAO ORDINARIA

96.00.02606-8 - ODETE MARIA DECZKA GRADISCHER E OUTROS X INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA INCRA
Adv. : Dr(s). MARCELO TRINDADE DE ALMEIDA

96.00.12730-1 - ROGERIO ROEDEL MORO E OUTROS X UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA
Adv. : Dr(s). CLEOSNY SLOMPO

97.00.01499-1 - EDIVIO BATTISTELLI E OUTROS X FUNDACAO NACIONAL DO INDIO - FUNAI E OUTRO
Adv. : Dr(s). RENATO SERPA SILVERIO

97.00.03287-6 - TEREZA DANIEL HASS E OUTROS X FUNDACAO NACIONAL DO INDIO - FUNAI E OUTRO
Adv. : Dr(s). RENATO SERPA SILVERIO

97.00.04894-2 - ALEXANDRE ROMANOWSKI E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). JULIANA ANGELIKA ULRIKE SCHULTHEIS CZERNEY

EXECUCAO DIVERSA

97.00.13010-0 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X PANIFICADORA MERCERIA ACOUGUE ALVORADA LTDA E OUTROS
Adv. : Dr(s). MARIA ADRIANA PEREIRA

ACAO ORDINARIA

97.00.15199-9 - ANSELMO FREIRE RODRIGUES E OUTROS X UNIAO FEDERAL E OUTRO
Adv. : Dr(s). SERGIO ROBERTO DE OLIVEIRA

97.00.20102-3 - AMANTINO GRECA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). ORLANDO ANZOATEGUI JUNIOR

97.00.20557-6 - MARCOS ANTONIO ALVES DE MIRANDA E OUTROS X UNIAO FEDERAL E OUTRO
Adv. : Dr(s). FABIANE OLIVEIRA

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

97.00.25247-7 - SEBASTIAO MOREIRA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). EDISON DE SOUZA, MARCELO DA SILVA

ACAO ORDINARIA

97.00.25504-2 - ADELIA SOARES PAVAO E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). FERNANDO CEZAR FERREIRA DE SOUZA

98.00.02088-8 - JULIO FRANCISCO DOS SANTOS E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). JOSE ANTONIO FARIA DE BRITO

98.00.10721-5 - OSORIO ALVES DE LINS NETO E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). CARLOS ALBERTO FARRACHA DE CASTRO

98.00.14196-0 - JAIME PLENTZ E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). RODRIGO CARDOSO DE SOUZA

98.00.15330-6 - SIDENIR GARCIA PEREZ E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). JOÃO ANTONIO GASPAR

98.00.15733-6 - ALTEVIR ALCIDES HECKE E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). FRANCISCO ANTUNES FERREIRA

98.00.16751-0 - JOSELIA CLAUDIA DOS SANTOS E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). EDISON DE SOUZA, MARCELO DA SILVA

98.00.18901-7 - DAVI CELSO LASKOS E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF E OUTRO
Adv. : Dr(s). MARIA IVONE SCHEIFER RIBEIRO

98.00.20356-7 - IVONE FATIMA DE OLIVEIRA MAZUROK E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). WILLIAN FURMAN

99.00.08771-2 - ALVARO BORGES JUNIOR E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). MAURO JOSE AUACHE

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

99.00.21328-9 - TRANSPORTADORA BELLACOSTA LTDA E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). MARCELO FERNANDES POLAK

ACAO ORDINARIA

99.00.22755-7 - CARLOS ALBERTO CHAMBERLAIN X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). MARLUS ANTONIO GUSI MAGNINI

MANDADO DE SEGURANCA

99.00.25975-0 - COOPERATIVA DE USUARIOS DO SISTEMA UNIMED DO ESTADO DO PARANA - USIMED DO PARANA X PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE FARMACIA DO ESTADO DO PARANA
Adv. : Dr(s). MAURICIO KAVINSKI

ACAO ORDINARIA

99.00.26037-6 - ADAO DE SOUZA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). MARIA DARC DE SOUZA

1999.70.00.032545-2 - GILSON FARIAS E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). NEUDI FERNANDES

1999.70.00.033306-0 - MARIA OCELIA BORGES MESQUITA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). JAIR APARECIDO AVANSI

EXECUCAO DIVERSA

2000.70.00.008466-0 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X ANTONIO CARLOS SOUZA
Adv. : Dr(s). RAQUEL CRISTINA BALDO

ACAO ORDINARIA

2000.70.00.019943-8 - RAMIRO BRAGA DA SILVA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). ANTONIO MIOZZO

2000.70.00.023027-5 - IZAIAS BENEDITO DA SILVA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). JOAO BATISTA DE TOLEDO

DEMAIS PROC JURISD VOLUNT OU CONTENCIOSA

2000.70.00.024335-0 - JAMIRO RODRIGUES DA ROCHA X NAO INDICADO
Adv. : Dr(s). MARIA DARC DE SOUZA

EMBARGOS A EXECUCAO

2001.70.00.008729-0 - INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS X JUSSARA IENSEN E OUTROS
Adv. : Dr(s). SALVADOR OLIVA NETO, MARCOS ALAOR PEREIRA TOLEDO

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2001.70.00.017894-4 - JOAO GUIMARAES DA CRUZ E OUTRO X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). RUTH DA COSTA GANDOLFO

2001.70.00.024334-1 - JOSE ACHKAR X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). MAURICIO DAL AGNOL

AÇÃO MONITÓRIA

2001.70.00.029553-5 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X RODOLFO GUILHERME KLAFKE
Adv. : Dr(s). GILBERTO MARCHIORO

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2001.70.00.032559-0 - VALDIR BOCHNIA SILVERIO X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). MAURICIO DAL AGNOL

2001.70.00.034378-5 - OTACILIO MELO GARCIA X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). MAURICIO DAL AGNOL

AÇÃO MONITÓRIA

2001.70.00.037950-0 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X SILVANA MOLINARI DA SILVA
Adv. : Dr(s). LUIZ ALBERTO GONCALVES

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2001.70.00.040072-0 - LAERTES ROBERT E OUTRO X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). ANGELA DORIGO KUCHARSKI

2001.70.00.040469-5 - ADEMIR SILVEIRA E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). SERGIO AGOSTINHO DRESCH

2002.70.00.001179-3 - ADEMAR RASMUSSEN E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). FLAVIO PANSIERI

ACAO ORDINARIA

2002.70.00.002639-5 - JOAO MARQUES DE LIMA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). JONAS BORGES

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2002.70.00.011629-3 - DORIVAL DENA X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). RICARDO LUIZ DE OLIVEIRA

2002.70.00.013296-1 - ADEMAR DO ROCIO MIRANDA E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). VINICIUS ANTONIO GASPARINI

2002.70.00.015424-5 - ADAO APARECIDO POLIZELLI E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). MARCELO MUZEKA

2002.70.00.018116-9 - ADAO DUARTE VIEIRA E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). PAULO ROBERTO GOMES

2002.70.00.019275-1 - ALTAMIRO JOSE DA SILVA X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). PAULO ROBERTO GOMES

2002.70.00.019286-6 - ALFREDO GUILHERME EICHELT E OUTRO X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). PAULO ROBERTO GOMES

2002.70.00.020207-0 - CARLOS TADEU GARBUIO E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). ALVARO AMERICO DA SILVA BARBOSA

2002.70.00.021676-7 - MARLI MARTINEZ FERREIRA X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). PAULO ROBERTO GOMES

2002.70.00.021923-9 - JOAO JAZAR ESPOLIO X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). ALVARO AMERICO DA SILVA BARBOSA

2002.70.00.027717-3 - JOSE APARECIDO SILVERIO X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). MAURICIO DAL AGNOL

2002.70.00.033637-2 - ALFREDO SCIARRA E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). LEA BORTOLON

2002.70.00.035886-0 - ALCIDES RIBEIRO DE SOUZA E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). ALEX NASCIMENTO BECEL

2002.70.00.038079-8 - ANTONIO DUNAISKI - ESPOLIO E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). ALVARO AMERICO DA SILVA BARBOSA

2002.70.00.042990-8 - ADMAR BORGES E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). ALVARO AMERICO DA SILVA BARBOSA

2002.70.00.044795-9 - SEBASTIAO CORREIA DE JESUS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). IDERALDO JOSÉ APPI

2002.70.00.050681-2 - FLORINDA KATSUME MIYAOKA E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). JOAO LUIZ ARZENO DA SILVA

2002.70.00.050759-2 - AURORA DA SILVA PRESENDO E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). CLAUDIA YUKIE KAWAMURA

2002.70.00.054860-0 - JOAQUIM MARIANO DA SILVA - ESPOLIO X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). GIOVANI DE OLIVEIRA SERAFINI

2002.70.00.055010-2 - LEONIDAS DE OLIVEIRA FRANCO - ESPOLIO X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). AIRTON PASSOS DE SOUZA

2002.70.00.056304-2 - ALTAIR ALVARO DA SILVA E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). MITSUYO FUGIMOTO STONOGA

EMBARGOS A EXECUCAO

2002.70.00.060879-7 - UNIAO FEDERAL X MARLI MARTINEZ FERREIRA
Adv. : Dr(s). PAULO ROBERTO GOMES

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2002.70.00.063803-0 - WILSON BARBOSA DA SILVA - ESPOLIO X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). LUIZ BRESOLIN

2002.70.00.063829-7 - APARECIDO MAGRI ESPOLIO X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). RODRIGO VINICIUS SOARES CARDOSO

ACAO ORDINARIA

2002.70.00.065733-4 - MARIA DO CARMO SILVA TELES X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). CLAUDOMIRO BLEY VIEIRA JUNIOR

2003.70.00.004763-9 - ALCEU PADILHA X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). SERGIO DE LIMA CONTER FILHO

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2003.70.00.023433-6 - LIZETE OSTROWSKI E OUTRO X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). ADRIANO ANTONIO BERTOLIN

MANDADO DE SEGURANCA

2003.70.00.032239-0 - GILSON HENRIQUE DE ANDRADE E OUTROS X DIRETORIA DE DIVISAO DE BENEFICIOS DO INSS
Adv. : Dr(s). MARIO SERGIO DE ALMEIDA

EMBARGOS A EXECUCAO

2003.70.00.032724-7 - RICARDO ANTONIO TONIN FRONCZAK X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). RAQUEL CRISTINA BALDO

ACAO ORDINARIA

2003.70.00.036734-8 - MANUEL MUINOS VAZQUEZ E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). GILBERTO LUIZ DO AMARAL

2003.70.00.058598-4 - BERNARDO AGUIAR JÚNIOR X INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DA 9 REGIAO FISCAL DE CURITIBA
Adv. : Dr(s). SIRLEI TEREZINHA DOMINGUES GAGO

PATRICIA CARRARO - DIRETORADE SECRETARIA EM EXERCÍCIO - 11ª VARA FEDERAL

Varas Federais de Cascavel

SECRETARIA DA 3ª VARA FEDERAL
DE CASCAVEL - PR
BOLETIM DE INTIMAÇÃO 07/2004

DR. EDUARDO APPIO
JUIZ FEDERAL
DRA. SUANE MOREIRA OLIVEIRA
JUÍZA FEDERAL SUBSTITUTA

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi(foram) proferido(s) o(s) seguinte(s) despacho(s):
"Defiro o pedido."

ACAO ORDINARIA

97.60.11695-2 - TEREZINHA VIEIRA BORGES E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF E OUTRO
Adv. : Dr(s). JOAO PEREIRA DA SILVA JUNIOR

97.60.11703-7 - VERONICE DIONISIA LOPES FERREIRA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF E OUTRO
Adv. : Dr(s). JOAO PEREIRA DA SILVA JUNIOR

97.60.11803-3 - ROSELI APARECIDA STEIMBACK E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF E OUTRO
Adv. : Dr(s). JOAO PEREIRA DA SILVA JUNIOR

97.60.11805-0 - SILVESTRE WISCHINIEWSKI E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF E OUTRO
Adv. : Dr(s). JOAO PEREIRA DA SILVA JUNIOR

97.60.11833-5 - RAMIRO NUNES DE MARINHO E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF E OUTRO
Adv. : Dr(s). JOAO PEREIRA DA SILVA JUNIOR

97.60.11834-3 - ANTONIO PINHEIRO E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF E OUTRO
Adv. : Dr(s). JOAO PEREIRA DA SILVA JUNIOR

97.60.11842-4 - CARLOZINO FERREIRA DE LIMA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF E OUTRO
Adv. : Dr(s). JOAO PEREIRA DA SILVA JUNIOR

97.60.11914-5 - ODILO VICENTE BARTHOLOMEU X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF E OUTRO
Adv. : Dr(s). SYRLEI APARECIDA LUIZ PREZOTTO

97.60.11960-9 - EDINEY DOS SANTOS RAFAEL X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF E OUTRO
Adv. : Dr(s). SYRLEI APARECIDA LUIZ PREZOTTO

97.60.11963-3 - JOSE VICTOR DE LIMA X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF E OUTRO
Adv. : Dr(s). SYRLEI APARECIDA LUIZ PREZOTTO

97.60.12231-6 - LILIANE DE OLIVEIRA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF E OUTRO
Adv. : Dr(s). JOAO PEREIRA DA SILVA JUNIOR

97.60.12235-9 - VILSON DE AZEVEDO E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF E OUTRO
Adv. : Dr(s). JOAO PEREIRA DA SILVA JUNIOR

97.60.12237-5 - MARIA ISABEL DE SANTANA MARTINS E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF E OUTRO
Adv. : Dr(s). JOAO PEREIRA DA SILVA JUNIOR

97.60.12238-3 - JOSE LOPES VICENTE E OUTROS X UNIAO FEDERAL E OUTRO
Adv. : Dr(s). JOAO PEREIRA DA SILVA JUNIOR

97.60.12239-1 - NILVA LOPES DA SILVA BRAGANTE E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF E OUTRO
Adv. : Dr(s). JOAO PEREIRA DA SILVA JUNIOR

97.60.12244-8 - ANTONIO DOS SANTOS SILVA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF E OUTRO
Adv. : Dr(s). JOAO PEREIRA DA SILVA JUNIOR

97.60.12246-4 - ANTONIO DONIZETE SIMAO E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF E OUTRO
Adv. : Dr(s). JOAO PEREIRA DA SILVA JUNIOR

97.60.12986-8 - REALMO LUIZ FIORENTIN E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF E OUTRO
Adv. : Dr(s). SYRLEI APARECIDA LUIZ PREZOTTO

97.60.13116-1 - IVONETE IRENE FINKLER E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF E OUTROS
Adv. : Dr(s). LAZARO BRUNING

97.60.13122-6 - JOAQUIM PINTO DE OLIVEIRA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF E OUTROS
Adv. : Dr(s). LAZARO BRUNING

97.60.13341-5 - AIAS RODRIGUES DE OLIVEIRA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). JOAO PEREIRA DA SILVA JUNIOR

97.60.13342-3 - NERIO JOSE MUNARIN E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). JOAO PEREIRA DA SILVA JUNIOR

97.60.13347-4 - CLAUZIR BRISTOTI E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). JOAO PEREIRA DA SILVA JUNIOR

98.60.10377-1 - PEDRO PERIN E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). JOAO PEREIRA DA SILVA JUNIOR

98.60.11323-8 - ROQUE JUSTINO RUBIN E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). JOAO PEREIRA DA SILVA JUNIOR

98.60.11391-2 - PEDRO NASCIMENTO RIBEIRO E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). JOAO PEREIRA DA SILVA JUNIOR

98.60.13705-6 - CELIO JOAO PRIGOL E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). SIDONIA SAVI MORO

98.60.13801-0 - MARIA DE LOURDES ALVES E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). NEUZA LAZARINI DA ROSA

2000.70.05.000970-0 - ALBERTO DA SILVA DUTRA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). SIDONIA SAVI MORO

2000.70.05.002278-9 - MARIA DE LOURDES DE SOUZA X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). JAIR ANTONIO WIEBELLING

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi(foram) proferido(s) o(s) seguinte(s) despacho(s):
"2. Após, intime-se a parte autora para, no mesmo prazo, se manifestar acerca dos termos de adesão acostados às fls. 559/561."

ACAO ORDINARIA

97.60.10928-0 - BENEDITO DE CARVALHO E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). ADEMIR VIANA PEREIRA

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi(foram) proferido(s) o(s) seguinte(s) despacho(s):
"Cumprido o item acima, renove-se a intimação do despacho da fl. 141, para que o procurador dos autores, em 15 dias, diga se seu cliente aderiu aos termos da LC 110/01, como também manifestar-se sobre a petição da CEF, bem como sobre a satisfação de seu crédito e seu interesse no prosseguimento do feito, atentando-se para o disposto no art. 17, II, do CPC, ficando, desde já, ciente de que seu silêncio implicará em aceitação tácita. Intime-se."

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2000.70.05.004856-0 - JOSE GERALDO MOREIRA X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). JAIR ANTONIO WIEBELLING

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi(foram) proferido(s) a(s) seguinte(s) sentença(s):
"Ante o exposto, julgo improcedente o pedido, condenando as autoras ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, que arbitro em 10% sobre o valor da causa, nos termos do artigo 20, § 4º, do Código de Processo Civil. Essa condenação, no entanto, fica suspensa nos moldes do artigo 12, da Lei 1.060/50."

ACAO ORDINARIA

2003.70.05.000987-7 - IRACELI DOS SANTOS E OUTROS X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
Adv. : Dr(s). RUBENS DARIO FERREIRA LOBO JUNIOR

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi(foram) proferido(s) a(s) seguinte(s) sentença(s):
"Ante o exposto, com base no disposto no inciso I do artigo 794, do Código de Processo Civil, julgo extinta a presente execução de sentença."

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

98.60.10225-2 - ZELAVIR JOSE FANTIN X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). RONIZE FANTIN

99.60.11367-1 - JAIR MICHALSKI E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). MILTON LUIZ ALVES

2000.70.05.000679-6 - NELSON SOMARIVA X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). JAIR ANTONIO WIEBELLING

2002.70.05.000016-0 - OSVALDO BEDETTI E OUTRO X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). MILTON PIRES MARTINS

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi(foram) proferido(s) a(s) seguinte(s) sentença(s):
"Ante o exposto, julgo improcedente o pedido formulado pela autora, declarando a extinção do processo com julgamento do mérito, conforme estabelece o inciso I do artigo 269, do Código de Processo Civil."

ACAO ORDINARIA

2001.70.05.002449-3 - TEREZINHA MARIA DE MELLO X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. E OUTRO
Adv. : Dr(s). CLOVIS FELIPE FERNANDES

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferido(s) Ato(s) de Secretaria:
Por ordem do Meritíssimo Juiz Federal desta Vara, nos termos do parágrafo 4º do artigo 162 do Código de Processo Civil e da Portaria nº 04/2003 e artigo 206 do Provimento nº 05 de 20.06.2003, esta Secretaria procede à intimação do(a) autor para se manifestar, em 5 dias, sobre os documentos de fls...."

ACAO ORDINARIA

97.60.13132-3 - MANOEL PIMENTEL DOS SANTOS FILHO E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF E OUTROS
Adv. : Dr(s). LAZARO BRUNING

99.60.11264-0 - ANALUCIA B. GURGACZ E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). JORGE APPI DE MATTOS

2000.70.05.002112-8 - ANIBAL LUSCO E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). GILBERTO FRANZEN

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi(foram) proferido(s) o(s) seguinte(s) despacho(s):
"Atendido o item acima intime-se o procurador da parte autora para se manifestar em 5 dias sobre a petição da CEF, bem como

sobre a satisfação de seu crédito e seu interesse no prosseguimento do feito."

ACAO ORDINARIA

97.60.13117-0 - JOAO MANOEL VIEIRA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF E OUTROS
Adv. : Dr(s). LAZARO BRUNING

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi(foram) proferido(s) o(s) seguinte(s) despacho(s):
"...dê-se vista às partes pelo prazo sucessivo de cinco dias, a começar pelo embargante. Nada sendo requerido, retornem-me conclusos para sentença."

EMBARGOS A EXECUCAO

2002.70.05.009325-2 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X JOSE APARECIDO QUEIROZ CARNEIRO
Adv. : Dr(s). EUCLIDES EUDES PANAZZOLO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi(foram) proferido(s) o(s) seguinte(s) despacho(s):
"Após, intime-se a parte autora para se manifestar sobre o termo de adesão juntado pela CEF."

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2000.70.05.005227-7 - JOAO MARIA SILVA e Outros X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). EUCLIDES EUDES PANAZZOLO

No processo abaixo relacionado foi designada pelo Juízo da 2ª Vara Cível da Comarca de Toledo-Pr, a data de 02 de março de 2004, às 14:00 horas, para a audiência de instrução e julgamento.

ACAO ORDINARIA

2003.70.05.000988-9 - JOAO PAULA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
Adv. : Dr(s). IVETE GARCIA DE ANDRADE

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foiproferido(s) Ato(s) de Secretaria:
De ordem do Meritíssimo Juiz Federal desta Vara, nos termos do parágrafo 4º do artigo 162 do Código de Processo Civil, com sua nova redação dada pela Lei nº 8952, de 13.12.94 e conforme item 1.1 da Portaria nº 01, de 07 de maio de 2003, a Secretaria, procede à intimação do(s) autor(es) para se manifestar(em) acerca da petição das fls..."

ACAO ORDINARIA

2001.70.05.002571-0 - JORGE MESSIAS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). JAIR ANTONIO WIEBELLING

2002.70.05.009879-1 - REGINA HELENA VALLE X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). MILTON PIRES MARTINS

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi(foram) proferido(s) o(s) seguinte(s) sentença:
"Ante o exposto, homologo, por sentença, para que surta os seus jurídicos e legais efeitos, o pedido de desistência formulado pela parte autora, decretando extinto o processo, com fundamento no artigo 267, inciso VIII do Código de Processo Civil."

ACAO CAUTELAR

2003.70.05.009467-4 - PEDRO DE ALMEIDA SOUZA FILHO X FUNDACAO ASSIS GURGACZ - FAG
Adv. : Dr(s). CHARLES PEREIRA LUSTOSA SANTOS

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi(foram) proferido(s) o(s) seguinte(s) despacho(s):
"Intimem-se as partes para se manifestarem sobre o retorno da carta precatória de fls. 165/173, no prazo sucessivo de 05 dias, apresentando, no mesmo prazo, suas alegações finais."

ACAO ORDINARIA

2000.70.05.001427-6 - MARIA ERONITA DA SILVA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. E OUTRO
Adv. : Dr(s). IVETE GARCIA DE ANDRADE

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi(foram) proferido(s) o(s) seguinte(s) despacho(s):
"Emende novamente o autor a inicial, no prazo de 10 dias, sob pena de indeferimento da inicial, apresentando planilha de cálculo dos valores devidos, abrangendo somente os últimos 05 anos antes do ajuizamento da ação, em vista da prescrição qüinqüenal. Caso o valor exceda ao teto estabelecido por lei para processamento dos autos no Juizado Especial Federal, diga o autor, no mesmo prazo do item anterior, se renuncia ao valor excedente aos R$ 14.400,00 da alçada do Juizado, visando a remessa dos autos ao Juizado Especial Federal, onde o rito prevê pagamento da condenação em até 60 dias."

ACAO ORDINARIA

2003.70.05.006768-3 - DORVALINO SABADIN X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). SHIRLEY FAETTHE DE ANDRADE KARIGYO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi(foram) proferido(s) o(s) seguinte(s) despacho(s):
"Devidamente intimada para comprovar o recolhimento das custas processuais, a Autora deixou decorrer o prazo sem dar o devido cumprimento à determinação. Sendo assim, deixo de receber o recurso de apelação de fls. 85/98, por estar deserto. Desentranhe-se a referida peça processual, juntando-a à contra-capa. Intime-se."

ACAO ORDINARIA

2002.70.05.008105-5 - SCALA INDUSTRIA E COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA X UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
Adv. : Dr(s). JULIANO HUCK MURBACH

Cascavel, 19 de janeiro de 2004

Felini de Oliveira Wanderley
Diretor de Secretaria

Varas Federais de Foz do Iguaçu

SECRETARIA DA PRFOZ01

BOLETIM DE INTIMAÇÃO NR. 009/2004

Sentenças,despachos e decisões proferidas pela MMa. Juíza Federal SILVIA REGINA SALAU BROLLO e pelo MM. Juiz Federal Substituto RAPHAEL CAZELLI DE ALMEIDA CARVALHO, ambos da 1ª Vara Federal de Foz do Iguaçu-Pr.

"No(s) processo(s) abaixo foi proferido despacho com o seguinte teor:

3.Intime-se a parte autora para contra-ra zões em relação a apelação apresentada pelo Banestado, ,remetendo-se, após, ao TRF da 4ª Região."

CONSIGNATORIA

1999.70.02.004031-1 - DECIO HOFFMEISTER PASCHOINI X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF E OUTRO
Adv. : Dr(s). ORIVAL C. DE SIQUEIRA JR.

"No(s) processo(s) abaixo foi proferido despacho com o seguinte teor:

1.Recebo os recursos de apelação interpostos(fls. 187-196 e 208-223) no duplo efeito. 2.Intime-se a parte autora para contra-razões.3.Oportunamente, remetam-se os autos ao E. TRF/4ª Região."

CONSIGNATORIA

2000.70.02.001851-6 - LUCIA BENITEZ HOLANDA E OUTRO X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF E OUTRO
Adv. : Dr(s). ORLANDO ANZOATEGUI JUNIOR

"No(s) processo(s) abaixo foi proferida sentença concluindo:

"(...) Diante do exposto, acolho parcialmente o pedido dos embargos monitórios, para determinar o expurgo do excesso da cobrança. Após o trânsito em julgado, refeitos os cálculos, deve a monitória prosseguir pelo saldo restante, em execução. O cálculo será refeito, observando-se as seguintes determinações:
a) sem a incidência da taxa de rentabilidade, seja antes ou após o inadimplemento do contrato;
b) os juros serão acrescentados de forma que não haja o anatocismo, para o que será necessária a formação de uma nova conta para os juros vencidos e não pagos, com incidência, apenas, de correção monetária (INPC), sendo que os juros assim separados somente poderão ser incorporados ao saldo devedor depois de um ano;
c) exclusão da comissão de permanência, que será substituída pelo Índice Nacional dos Preços ao Consumidor (INPC), acrescido dos juros moratórios de 1% ao mês.
d) permanência da multa contratual, no importe de 2% nos termos do CDC.
A CEF arcará ainda com as custas processuais, com os honorários periciais no valor arbitrado às fls. 156, dispensando-se a sua requisição junto à Secretaria Administrativa, e com os honorários advocatícios que, com fundamento no artigo 21, parágrafo único do CPC, fixo em R$ 1.000,00 (um mil reais).
Publique-se. Registre-se. Intimem-se, a começar pela CEF. Apresentado o recurso ou decorrido o prazo, intime-se o Embargante da sentença e para contra-razões, se o caso.

AÇÃO MONITÓRIA

2000.70.02.002271-4 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X OLGA REGINA SOUZA
Adv. : Dr(s). ELIZANGELA LAZZARETTI, SILVIO BENJAMIN ALVARENGA

"No(s) processo(s) abaixo foi proferido despacho com o seguinte teor:

Intime-se o Embargante para contra-razões."

AÇÃO MONITÓRIA

2000.70.02.002271-4 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X OLGA REGINA SOUZA
Adv. : Dr(s). ELIZANGELA LAZZARETTI, SILVIO BENJAMIN ALVARENGA

"No(s) processo(s) abaixo foi proferido despacho com o seguinte teor:

1.Recebo o recurso de apelação interposto pelo INSS no duplo efeito. 2.Intime-se a parte autora para, querendo, apresentar suas contra-razões de apelação.

ACAO ORDINARIA

2002.70.02.001956-6 - MARIA MARGARIDA ALVES DA SILVA E SOUZA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). IDIANARA A. QUADROS

"No(s) processo(s) abaixo foi proferido despacho com o seguinte teor:

Abra-se vista do laudo às partes pelo prazo de 10(dez) dias."

CONSIGNATORIA

2002.70.02.003699-0 - NEREU LUIS BATTISTI E OUTRO X BANCO DO ESTADO DO PARANA S A E OUTRO
Adv. : Dr(s). MARCELO BIENTINEZ MIRO, MONICA RIBEIRO TAVARES, TATIANA PIASECKI KAMINSKI, KARIN LOIZE HOLLER

"No(s) processo(s) abaixo foi proferido despacho com o seguinte teor:

1.Defiro em parte o pedido da União(fl.retro), e com base no art. 426,I, do CPC, indefiro os quesitos ns. 02, 04, 05, 14, 15 e 16, formulados pelo autor, os quais são impertinentes, pois refogem aos conhecimentos técnicos do profissional designado para a confecção da pericia. Intimem-se. II.Após, prossiga-se no cumprimento do despacho da fl.64."

ACAO ORDINARIA

2002.70.02.006929-6 - OSMAR LANGER X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). HILDEGARD TAGGESELL GIOSTRI

"Conforme Provimento nº 05 de 20/06/2003 artigo 106,item 16 :"Abrir vista ao interessado, após o retorno da carta precatória. "

ACAO ORDINARIA

2002.70.02.007300-7 - AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO MALMANN LTDA X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). JOSE ALVES DOS SANTOS JUNIOR

"No(s) processo(s) abaixo foi proferido despacho com o seguinte teor:

2.Defiro o depoimento pessoal dos Autores e a oitiva de testemunhas, cujo rol deverá ser apresentado em secretaria no devido prazo legal. Designo audiência para o dia 26/02/04, às 16 horas. 3.Intimem-se Autores, mediante carta precatória, para compareceremao ato. 4.Intimem-se pessoalmente as testemunhas que serão arroladas, a não ser que sejadeclarado que comparecerão independentemente de intimação. Em sendo necessário, expeça-se carta precatória. 5.Indefiro a oitiva do representante legal da empresa Makro Atacadista, porque seu depoimento nada acrescentará ao deslinde do feito. O fato de a empresa ter recusado o pagamento com cheque dos dos Autores, não é relevante para a configuração do dano moral alegado, que advém da inscrição indevida dos nome dos Autores em cadastros restritivos de crédito."

ACAO ORDINARIA

2002.70.02.007993-9 - NELSON LEAO E OUTRO X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). ALVARO WENDHAUSEN DE ALBUQUERQUE

"No(s) processo(s) abaixo foi proferido despacho com o seguinte teor:

1.Em razão da conexão, os atos processuais seguintes serão praticados apenas nos autos desta ação. Certifique-se nos autos de Embargos a Execução. 2.Especifiquem as partes e as provas que pretendem produzir para o deslinde de ambas as ações, fundamentando o requerimento, sob pena de indeferimento."

ACAO ORDINARIA

2003.70.02.003059-1 - NATALICIO JOSE PEREIRA E OUTRO X EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA
Adv. : Dr(s). ANDRIELE KARINE PEDRALLI

"No(s) processo(s) abaixo foi proferido despacho com o seguinte teor:

... No caso, o Embargante não fundamenta suficientemente seu requerimento de inversão doônus da prova: não demonstra quais dificuldades enfrenta para produzir a prova desejada, o que, por si só, enseja o indeferimento.Além do mais, a prova pericial será suficiente para esclarecer as dúvidas relevantes ao processo, considerando a matéria em discussão.3-Nomeio perito o bel. Amauri Brga Brandão, já conhecido da Secretaria. Fixo o prazo de 30(trinta) dias para entrega do laudo, contados da intimação para o inicio dos trabalhos. 4-Intimem-se as partes para, querendo, apresentar quesitos e indicar assistentes técnicos, no prazo de 05(cinco) dias. 5.Considerando a matéria a ser abordada para a realização dos trabalhos e o valor ora discutido, fixo, desde já, os honorários periciais em R$ 300,00(trezentos reais).Intime-se o Embargante para efetuar o depósito em 05(cinco) dias."

AÇÃO MONITÓRIA

2003.70.02.000203-0 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X ANTONIO LU
Adv. : Dr(s). ANTONIO LU

"No(s) processo(s) abaixo foi proferido despacho com o seguinte teor:

3.Em virtude do exposto, indefiro o pedido de antecipação dos efeitos da tutela, porque ausente o fumus boni iuris.Intime-se a Autora."

MANDADO DE SEGURANCA

2003.70.02.010194-9 - NOGUEIRA TOUR VIAGENS E TURISMO LTDA ME X DELEGADO DA RECEITA FEDERAL EM FOZ DO IGUACU - PR
Adv. : Dr(s). LUIZ EDUARDO DA SILVA, LEILA LUCIA TEIXEIRA DA SILVA

"No(s) processo(s) abaixo foi proferido despacho com o seguinte teor:

1.Indefiro o pedido de medida liminar, com fundamento na súmula 45 do TRF da 4ª Região: descabe a concessão de liminar ou de antecipação de tutela para a compensação de tributos(DJ-Seção 2, de 14-01-98, p.239).Intime-se. II.Notifique-se a autoridade a autoridade impetrada para prestar as informações que tiver, em dez dias. III.Após, vista ao Ministério Público Federal e conclusos para sentença."

MANDADO DE SEGURANCA

2003.70.02.010328-4 - UNIVERSAL PNEUS TRADING S/A X DELEGADO DA RECEITA FEDERAL EM FOZ DO IGUACU - PR
Adv. : Dr(s). GRACIANE VIEIRA LOURENCO

"No(s) processo(s) abaixo foi proferido despacho com o seguinte teor:

1.Intimem-se as partes para especificarem, de forma justificada, em 05(cinco) dias, as provas que pretendem produzir. 2.Nada sendo requerido, retornem conclusos para sentença."

AÇÃO MONITÓRIA

2003.70.02.001108-0 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X ANTONIO AUGUSTO DOS SANTOS MENEZES
Adv. : Dr(s). FLAVIA MAGNONI SEHENEM, TERESINHA APARECIDA BRAGA MENEZES

"No(s) processo(s) abaixo foi proferido despacho com o seguinte teor:

1.Intime-se a parte Autora para, em 10(dez) dias, depositar os honorários periciais, conforme determinado no despacho da fl. 173,item 4, segunda parte, sob pena de julgamento conforme o estado do processo. 2.Depositados os honorários, voltem conclusos para despacho.Do contrário, registrem-se para sentença."

ACAO ORDINARIA

2003.70.02.002998-9 - TOMAS EDSON ANDRADE DA CUNHA E OUTRO X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). INDIANARA FARIAS DE CAMARGO, ANDRESSA RABELLO FERREIRA

"No(s) processo(s) abaixo foi proferido despacho com o seguinte teor:

Em cumprimento a r. decisão proferida pelo E. Superior Tribunal de Justiça, remetam-se os autos ao Juízo de direito da Vara Cível da comarca de Marechal Candido Rondon-Pr."

ACAO ORDINARIA

2003.70.02.003820-6 - ERIKA RENA KURTZ X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. E OUTRO
Adv. : Dr(s). ANTONIO FERREIRA FRANCA, OSCAR ESTANISLAU NASIHGIL

"No(s) processo(s) abaixo foi proferido despacho com o seguinte teor:

1.A prova pericial é suficiente para o deslinde das questões apresentadas, motivo pelo qual a defiro. Nomeio perito o bel. Amauri Braga Brandão, já conhecido da Secretaria.Fixo o prazo de 30(trinta) dias para entrega do laudo, contados da intimação para o início aos trabalhos.3.Intimem-se as partes para que,

querendo, apresentem quesitos e indiquem assistentes técnicos, no prazo de 05(cinco) dias. 3.Considerando a materia a ser abordada paraa realização dos trabalhos e os valores fixados em casos análogos, nos quais houve concordância do perito, fixo, desde já,os honorários periciais em R$ 700,00(setecentosreais).Intime-se a parte Autora para efetuaro depósito, no prazo de 05(cinco) dias.4.Na sequencia, voltem conclusos para analise dos quesitos apresentados pelas partes e para a fixação dos quesitos do Juízo, se necessário."

ACAO ORDINARIA

2003.70.02.004299-4 - CIRLEI GONCALVES CABRAL E OUTRO X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). JAKSON DANIEL BARBOSA RIBEIRO

_____ _____-

"No(s) processo(s) abaixo foi proferido despacho com o seguinte teor:

1.A requerida Hildea Peixoto da Silva não tem razão quando diz que foi descontado valor superior ao autorizado por este Juízo, pois o valor de R$ 2.327,87(dois mil trezentos e vinte e sete reais e oitenta e sete centavos) foi descontado dos seus rendimentos porque corresponde ao adiantamento da primeira parcela da gratificação natalina, que a requerida já havia recebido, não tendo relação alguma com a consignação deferida nestes autos.Intime-se. 2.Intimem-se as testemunhas arroladas às fls. 116-117 dos autos em apenso para comparecimento à audiência designada naqueles autos, e expeçam-se cartas precatórias para inquirição das testemunhas Cristovao Dias Anicio e Elodi da Silva(fl.117)."

CONSIGNATORIA

2003.70.02.005347-5 - UNIAO FEDERAL X HILDEIA PEIXOTO DA SILVA E OUTRO
Adv. : Dr(s). JOAO AUGUSTO MARTINS FILHO

_____ _____-

"No(s) processo(s) abaixo foi proferido despacho com o seguinte teor:

... 3.Em virtude do exposto, indefiro o pedido de antecipação dos efeitos da tutela, porque ausente o fumus boni iuris. 4.Intime-se o Autor desta decisão e para, no prazo de 10(dez) dias, apresentar cópia do contrato social, comprovando que a pessoa que assinou a procuração da fl. 17 detém o poder de representação judicial da empresa, bem como para comprovar a propriedade do veículo que pretende liberar."

ACAO ORDINARIA

2004.70.02.000151-0 - JOAO CARLOS MACHADO E CIA LTDA X SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL EM FOZ DO IGUACU-PR.
Adv. : Dr(s). ISABEL CRISTINA PEREIRA RAPETTO

FOZ DO IGUAÇU, 16/01/2004

Wagner Caetano Bruginski
Diretor de Secretaria
1a Vara Federal de Foz do Iguaçu/Pr

Varas Federais de Guarapuava

BOLETIM DE Nº 05/2004

DESPACHOS E DECISÕES PROFERIDO PELA MM. JUIZA SUBSTITUTA DA VARA FEDERAL DE GUARAPUAVA, DRA. VALKIRIA KELEN DE SOUZA.

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferido o seguinte despacho:
1.Converto o julgamento do feito em diligências.
2.Promova a Secretaria o traslado, para estes autos, de cópia da decisão que decretou a nulidade da arrematação efetivada na Carta Precatória nº 97.40.11351-6, bem como, dos atos posteriores à referida arrematação.
3.Em seguida, intimem-se as partes para se manifestarem, no prazo de 3(três) dias.
4.Após, voltem-me conclusos para sentença.

EMBARGOS DE TERCEIRO

2003.70.06.000107-3 - GVA INDUSTRIA E COMERCIO S/A X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). JOSE CARLOS CAL GARCIA FILHO, DANIEL MULLER MARTINS

GUARAPUAVA, 16 DE JANEIRO DE 2004.

JOSÉ MARCILIO PAROLIN
DIRETOR DE SECRETARIA EM EXERCÍCIO.

Varas Federais de Londrina

SECRETARIA DA PRLON01

Boletim de Intimação nº 014/2004

DESPACHOS E DECISÕES PROFERIDOS PELO MM. JUIZ FEDERAL E PELO MM. JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO DA 1ª VARA FEDERAL DE LONDRINA-PR.

_____ No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho: "1- Condiciono o deferimento do beneficio da Justica Gratuita formulado pela parte autora a apresentacao de declaracao firmada pela propria parte requerente ou procuracao outorgada ao Advogado com poderes especiais para tanto.
Fixo o prazo de 10(dez) dias para cumprimento desta determinacao".

ACAO ORDINARIA

2003.70.01.016586-4 - VALDIR BINI SANCHES X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). ANTONIO CLAUDIO MAXIMIANO

2003.70.01.016588-8 - JOSE CARLOS BARBOSA DE OLIVEIRA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). ANTONIO CLAUDIO MAXIMIANO

2003.70.01.016693-5 - MARIA HELENA MELHADO SAMPAIO X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). AFONSO PROENCO BRANCO FILHO

_____ No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho: "A parte autora para atribuir valor a causa compativel com o beneficio economico pretendido, de forma fundamentada, observado o disposto no artigo 3o, paragrafo 3o, da Lei n. 10.259/01, que estabelece regra de competencia absoluta para processar os feitos cujo valor nao supera 60 salarios minimos, no prazo de 10(dez) dias".

ACAO ORDINARIA

2003.70.01.015790-9 - OSAEL ALVES DE ARAUJO X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). APARECIDO MEDEIROS DOS SANTOS

2003.70.01.015791-0 - JOVENTINO BISPO DOS SANTOS X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). APARECIDO MEDEIROS DOS SANTOS

_____ No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho: "1- Condiciono o deferimento do beneficio da Justica Gratuita formulado pela parte autora a apresentacao de declaracao firmada pela propria parte requerente ou procuracao outorgada ao Advogado com poderes especiais para tanto.
2 - A parte autora para comprovar, tambem, que o beneficio economico pretendido atinge o valor dado a causa, apresentando planilha de calculo que demonstre a real diferenca entre o valor do beneficio e o valor devido, observado o teto estabelecido pela legislacao de regencia para a percepcao dos beneficios previdenciarios, sob pena de indeferimento da inicial.
Para as providencias, fixo o prazo de 10(Dez) dias".

ACAO ORDINARIA

2003.70.01.016627-3 - RENATO NASCIMENTO LORENZETTI X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). ROGER PIAZZALUNGA

2003.70.01.016672-8 - ANDERSON PAIVA DA CONCEICAO X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). MARLY APARECIDA PEREIRA FAGUNDES

2003.70.01.016724-1 - FERNANDO ULHOA CINTRA OLIVEIRA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). MARCELO CONSTANTINO MALAGUIDO

_____ No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho: "1- A parte autora para atribuir valor a causa compativel com o beneficio economico perseguido, uma vez que versando a materia sobre compensacao dos valores recolhidos a titulo de contribuicao previdenciario ao INCRA, devera efetuar os calculos das contribuicoes pagas sob esta rubrica no periodo requerido, com base nas guias de recolhimento ao INSS, a fim de aferir os valores que pretende ver compensados, alcancando-se, assim, o conteudo economico da demanda que, por sua vez, traduz-se no beneficio almejado pela parte com o ajuizamento da acao.
Dessa forma, concedo o prazo de 10(dez) dias para a autora atribuir valor a causa nos termos estabelecidos na presente decisao, recolhendo as custas complementares, sob pena de indeferimento da inicial".

ACAO ORDINARIA

2003.70.01.018650-8 - PLATAOGRAF GRAFICA E EDITORA LIMITADA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. e Outro
Adv. : Dr(s). NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES

_____ No processo abaixo foi proferida a seguinte decisao: "(...) Por tais fundamentos, ausente um dos requisitos necessarios a concessao da medida - prova inequivoca acerca da verossimilhanca do direito afirmado - indefiro o pedido de antecipacao de tutela.
Tendo em vista as consideracoes tecidas pelo autor as fls. 116/117 e a vista das planilhas acostadas as fls. 118/120, demonstrando o beneficio patrimonial perseguido na presente demanda, mantenho o valor atribuido a causa na exordial. (...)"

ACAO ORDINARIA

2003.70.01.016863-4 - COMTRAFO INDUSTRIA E COMERCIO DE TRANSFORMADORES ELETRICOS LTDA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. e Outro
Adv. : Dr(s). NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES

_____ No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho: "Em atendimento ao comando normativo constante do paragrafo unico do artigo 928 do CPC, aplicavel por forca do disposto no artigo 933 do CPC, de-se vista ao INCRA acerca do presente interdito proibitorio, pelo prazo de 15(quinze) dias".

ACAO DIVERSA

2003.70.01.016756-3 - JOSE APARECIDO DE JESUS E OUTROS X M.S.T. - MOVIMENTO DOS SEM TERRA E OUTRO
Adv. : Dr(s). MATHEUS ROCHA AVELAR, NIRCLESIO JOSE ZABOT

_____ No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho: "(...) Assim, defiro a expedicao de alvara, mediante a regularidade da representacao, ou seja, procuracao recente com firma reconhecida (art. 654, par.2o, do CC) e dotada de poderes especificos para receber e dar quitacao. (...)"

ACAO ORDINARIA

94.20.10716-7 - MOACYR PIANTAVINI X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). MARCOS DE QUEIROZ RAMALHO

_____ No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho: "Preliminarmente, intime-se os autores para, no prazo de 10(dez) dias, emendarem a inicial, sob pena de indeferimento, atribuindo a causa valor compativel com o beneficio patrimonial pretendido ou, ao menos, com o rito ordinario, nos termos do art. 275, inciso I, do CPC (com as alteracoes procedidas pela Lei n. 10.444/02), e efetuando o complemento das custas iniciais".

ACAO ORDINARIA

2003.70.01.018556-5 - MARCOS PERIZ DE FREITAS e Outro X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). MARCUS VINICIUS SARZI

_____ No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho: "Tendo em vista o peticionado a fl.152, concedo o prazo de 10(dez) dias para apresentacao de memoriais pelo INSS".

ACAO ORDINARIA

2001.70.01.011181-0 - ANTONIO GONCALO ROMAGNOLI X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). WEBER ATOS VANZO

_____ No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho: "1- A parte autora para, no prazo de 10(dez) dias, emendar a inicial, formulando pedido certo e determinado relativamente ao montante pretendido a titulo de indenizacao pela omissao na revisao anual da remuneracao dos servidores federais, permitindo a re opor-se a pretensao deduzida em juizo de forma pontual, com objetividade e eficacia, de modo a garantir-lhe o direito a ampla defesa e ao contraditorio, sob pena de indeferimento da inicial.
(...)
2 - No mesmo prazo, devera a parte autora emendar a inicial, atribuindo valor a causa compativel com o beneficio economico pretendido, recolhendo as custas complementares, sob pena de indeferimento da inicial. (...)"

ACAO ORDINARIA

2003.70.01.017375-7 - DANIEL ANDRADE DE LIMA e Outros X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). GIORGIA ENRIETTI BIN

_____ No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho: "Tendo em vista o peticionado a fl.11 dos autos, defiro o prazo improrrogavel de 30(trinta) dias, para cumprimento do item 1 do despacho da fl.10".

ACAO ORDINARIA

2003.70.01.016886-5 - PEDRA MARIA STAUT X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). GERALDINE KARIN LIECHOCKI

_____ No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho: "A Impetrante para, no prazo de 10(dez) dias, regularizar sua representacao processual juntando aos autos instrumento de mandato que habilite o procurador que subscreveu a inicial a representa-la em Juizo, sob pena de indeferimento da inicial".

MANDADO DE SEGURANCA

2003.70.01.018669-7 - GRAFICA E EDITORA UNIVERSIGRAF LTDA X CHEFE DA SECAO DE ANALISE DE DEFESAS E RECURSOS DO INSS
Adv. : Dr(s). ODUWALDO DE SOUZA CALIXTO

_____ No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho: "A Impetrante para, no prazo de 10(dez) dias, emendar a inicial, apresentando copias dos documentos que acompanham a inicial, de modo a dar cumprimento ao disposto no art. 6o, da Lei n. 1533/51, sob pena de indeferimento da inicial".

MANDADO DE SEGURANCA

2003.70.01.018512-7 - CENTRO DE TOMOGRAFIA E IMAGEM PLATINENSE SC LTDA X DELEGADO DA RECEITA FEDERAL EM LONDRINA
Adv. : Dr(s). REGIS LUIS JACQUES BOHRER

_____ No(s) processo(s) abaixo fica a parte intimada do que segue: Autorizada pelo Provimento n. 05/03, art.206, IX, do TRF da 4a. Regiao. c/c art. 162, paragrafo 4o. do CPC, intimo a(s) parte(s) para que se manifeste(m) sobre os calculos apresentados pela Contadoria Judicial".

EMBARGOS A EXECUCAO

2003.70.01.005558-0 - UNIAO FEDERAL X VALTER CALEFFI
Adv. : Dr(s). MARIA T. NAVARRO

_____ No processo abaixo foi proferida a seguinte decisao: "(...) Desse modo, ante a ausencia do 'fumus boni iuris', indefiro a medida liminar pleiteada. (...)"

MANDADO DE SEGURANCA

2003.70.01.018666-1 - GRAFICA E EDITORA UNIVERSIGRAF LTDA X CHEFE DA SECAO DE ANALISE DE DEFESA E RECURSOS
Adv. : Dr(s). ODUWALDO DE SOUZA CALIXTO

_____ No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho: "(...) Apresentado os documentos requeridos no item supra, de-se vista a parte re, pelo prazo de 5(cinco) dias".

ACAO ORDINARIA

2001.70.01.006914-3 - VILMAIR CARNEIRO LOBO X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). WEBER ATOS VANZO

_____ No processo abaixo foi proferida a seguinte decisao: "(...) Por tais fundamentos, defiro a liminar para determinar a autoridade impetrada que se abstenha de exigir do impetrante a contribuicao social incidente sobre a remuneracao percebida na condicao de vereador (parte do empregado), prevista pelo artigo 22 e artigo 12, inciso I, alinea 'h', da Lei n. 8.212/91, com a redacao dada pela Lei n. 9.506/97.
(...)"

MANDADO DE SEGURANCA

2003.70.01.017486-5 - OSMAR MARTINS DE AZEVEDO X CHEFE DO POSTO DE ARRECADACAO E FISCALIZACAO DO INSS ROLANDIA
Adv. : Dr(s). ODUWALDO DE SOUZA CALIXTO

2003.70.01.017487-7 - NIVALDO SAULO SARTORI X CHEFE DO POSTO DE ARRECADACAO E FISCALIZACAO DO INSS EM ROLANDIA
Adv. : Dr(s). ODUWALDO DE SOUZA CALIXTO

_____ No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho: "Renove-se a intimacao da impetrante para, no prazo de 10(dez) dias, cumprir o contido no item "1.1" do despacho da fl.71, tendo em vista que a procuracao trazida a fl.75 nao supere a irregularidade apontada no despacho acima aludido, porquanto assinada pelo mesmo subscritor do instrumento de mandato acostado a inicial (fl.44)".

MANDADO DE SEGURANCA

2003.70.01.016978-0 - CLINICA DE RECUPERACAO EMOCIONAL DAS PALMEIRAS S/C LIMITADA X DELEGADO DA RECEITA FEDERAL EM LONDRINA
Adv. : Dr(s). NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES

_____ No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho: "Renove-se a intimacao da impetrante para que de cumprimento integral ao despacho da fl.54, comprovando que adquire materias-primas sujeitas a isencao, reducao a aliquota zero ou nao tributadas, bem como que fabrica produtos sujeitos a incidencia de IPI, sob pena de caracterizar impetracao contra lei em tese, no prazo improrrogavel de 10(dez) dias, haja vista que os documentos acostados as fls. 119/134 nao se prestam a tal fim.
(...)
Quanto aos pedidos formulados na peticao das fls. 117/118, devem ser deduzidos perante o Juizo da 4a. Vara Federal desta Subsecao Judiciaria, por onde tramitam os autos n. 2003.7001.010523-5".

MANDADO DE SEGURANCA

2002.70.01.014865-5 - LUMIBOX IND. E COM. DE MAT. ELETRICO LTDA X DELEGADO DA RECEITA FEDERAL EM LONDRINA - PR
Adv. : Dr(s). EUCLIDES RAMOS JUNIOR

_____ No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho: "(...) Cumpridos itens anteriores, de-se vista a parte autora para requerer o que de direito".

ACAO SUMARIA

2000.70.01.005102-0 - ADHEMAR VOLTOLINI X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). NEUSA R FORNACIARI MARTINS

_____ No(s) processo(s) abaixo fica a parte intimada do que segue: Autorizada pelo Provimento n. 05/03, art.206, XXXII, do TRF da 4a. Regiao. c/c art. 162, paragrafo 4o, do CPC, intimo a parte requerente acerca do desarquivamento dos presentes autos, conforme solicitado".

ACAO ORDINARIA

91.20.13979-9 - IEDA MARLENE MOLIN E OUTROS X BANCO CENTRAL DO BRASIL E OUTROS
Adv. : Dr(s). ANA PAULA LIMA BRAGA

96.20.11980-0 - NEWTON ROBERTO GOBIS E OUTROS X BANCO CENTRAL DO BRASIL

Adv. : Dr(s). ANA PAULA LIMA BRAGA

EXECUCAO DIVERSA

99.20.14577-7 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X WALTER VAZQUEL E OUTRO
Adv. : Dr(s). JOSE CARLOS MARTINS PEREIRA

_____ No(s) processo(s) abaixo fica a parte intimada do que segue: Autorizada pelo Provimento n. 05/03, art.206, XX, do TRF da 4a. Regiao. c/c art. 162, paragrafo 4o. do CPC, intimo o procurador da parte autora para que proceda ao recolhimento das custas remanescentes apuradas nestes autos, no importe de R$ 10,14".

ACAO DIVERSA

2002.70.01.021024-5 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X ALBERTO KAORU FATORI
Adv. : Dr(s). LUCIANA VEIGA CAIRES

_____ No(s) processo(s) abaixo fica a parte intimada do que segue: Autorizada pelo Provimento n. 05/03, art.206, XX, do TRF da 4a. Regiao. c/c art. 162, paragrafo 4o. do CPC, intimo o procurador da parte autora para que proceda ao recolhimento das custas remanescentes apuradas nestes autos, no importe de R$ 30,88".

ACAO SUMARIA

2003.70.01.006324-1 - CONDOMINIO EDIFICIO ITATIAIA X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). PAULO ROBERTO BONAFINI

_____ No(s) processo(s) abaixo fica a parte intimada do que segue: Autorizada pelo Provimento n. 05/03, art.206, IX, do TRF da 4a. Regiao. c/c art. 162, paragrafo 4o. do CPC, intimo o(s) procurador(es) da(s) parte(s) acerca dos calculos apresentados pela Contadoria Judicial".

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

99.20.15029-0 - ANTONIO DOS SANTOS MARTINS e Outros X FAZENDA NACIONAL.
Adv. : Dr(s). JOSE DE OLIVEIRA PAES

_____ No(s) processo(s) abaixo fica a parte intimada do que segue: Autorizada pelo Provimento n. 05/03, art.206,XXVI, do TRF da 4a. Regiao. c/c art. 162, paragrafo 4o. do CPC, intimo o(s) procurador(es) da(s) CEF acerca da precatoria juntada as fls. 78/81 dos presentes autos".

EXECUCAO DIVERSA

2002.70.01.003071-1 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X ADMA COMERCIO E REPRESENTACAO DE CALCADOS LTDA E OUTRO
Adv. : Dr(s). JOSE CARLOS MARTINS PEREIRA

_____ No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho: "Intime-se a parte autora para regularizar sua representacao processual, colacionando aos autos o instrumento de mandato, em 10(dez) dias".

ACAO ORDINARIA

2003.70.01.016890-7 - CARLOS MIGUEL DE OLIVEIRA GAMA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). NELSON LUIZ FILHO

_____ No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho: "1 - Concedo os beneficios da Justica Gratuita, nos termos da Lei n. 1060/50 e alteracoes.
2 - A parte autora para comprovar que o beneficio economico pretendido atinge o valor dado a causa, apresendo planilha de calculo que demonstre a real diferenca entre o valor do beneficio e o valor devido, observado o teto estebelecido pela legislacao de regencia para a percepcao dos beneficios previdenciarios, sob pena de indeferimento da inicial.
Para a providencia, fixo o prazo de 10(dez) dias".

ACAO ORDINARIA

2003.70.01.016668-6 - WALDEMAR BAICAR X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). MARLY APARECIDA PEREIRA FAGUNDES

_____ No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho: "Converto o julgamento em diligencia.
Intime-se o procurador da parte autora, a fim de que, em 10(dez) dias, apresente novo instrumento de mandato em que o autor outorgue poderes para desistencia".

ACAO ORDINARIA

2003.70.01.016741-1 - GONCALO SILVA NUNES X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). MARCIA VALERIA DIAS PAIVA

_____ No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho: "Defiro o prazo de 30(trinta) dias requerido pela autora para cumprimento integral do despacho de fl.09".

ACAO ORDINARIA

2003.70.01.016885-3 - OSCARLINA MARIA IZABEL DA SILVA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). GERALDINE KARIN LIECHOCKI

_____ No processo abaixo foi proferida a seguinte decisao: "(...) Por tais fundamentos, indefiro os pedidos de antecipacao da tutela.
Acolho o novo valor dado a causa a fl.33.
Defiro os beneficios da justica gratuita. (...)"

ACAO ORDINARIA

2003.70.01.016516-5 - CLARICE APARECIDA CAMPANA e Outro X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). JERONIMO FRANCISCO NETO

_____ No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho: "Ao procurador da parte autora para, no prazo de 10(dez) dias, regularizar a representacao processual do autor menor impubere atraves de mandato judicial por instrumento publico".

ACAO ORDINARIA

2002.70.01.023071-2 - CLARICE REIBEIRO X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). CARLOS ROBERTO MIRANDA

_____ No processo abaixo foi proferida a seguinte decisao: "(...) Por tais fundamentos, indefiro o pedido de liminar. (...)"

MANDADO DE SEGURANCA

2003.70.01.017402-6 - DIGITAL GERENCIAMENTO E INFORMACAO CONTABIL S/C LTDA X DELEGADO DA RECEITA FEDERAL EM LONDRINA
Adv. : Dr(s). SILVANO MARQUES BIAGGI

_____ No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho: "Renove-se a intimacao da parte autora par dar cumprimento integral ao despacho da fl.15, no prazo complementar de 10(dez) dias".

ACAO ORDINARIA

2003.70.01.010944-7 - JOSE BESSON VIOLATO X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). MARCOS DE QUEIROZ RAMALHO

_____ No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho: "Tendo em vista o peticionado a fl.105, concedo o prazo de 30(trinta) dias para o cumprimento do despacho da fl.104".

ACAO ORDINARIA

2001.70.01.005608-2 - OSVALDO BENEVIDES DA SILVA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). ZAQUEU SUTIL DE OLIVEIRA

_____ No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho: "Intime-se a parte autora para requerer o que entender de direito, no prazo de 10(dez) dias".

ACAO ORDINARIA PREVIDENCIARIA

96.20.12117-1 - YASSUE KUNIYOSHI X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). JOSE SUBTIL DE OLIVEIRA

_____ No processo abaixo foi proferida a seguinte decisao: "(...) Por tais fundamentos, indefiro os pedidos de antecipacao de tutela.
Indefiro, igualmente, o pedido de inversao do onus da prova, fazendo-se mister afastar, desde logo, a aplicacao do Codigo de Defesa do Consumidor, eis que nos contratos de mutuo em dinheiro nao se vislumbra qualquer relacao de consumo, consoante reiteradamente dicidido pelo E. TRF da 4a. Regiao.
Acolho o valor atribuido a causa as fls. 117/118.
(...)"

ACAO ORDINARIA

2003.70.01.015198-1 - ALCIDES ANTONIO DE OLIVEIRA E OUTRO X BANCO BANESTADO S/A - CREDITO IMOBILIARIO E OUTRO
Adv. : Dr(s). MARCUS VINICIUS SARZI

_____ No(s) processo(s) abaixo fica a parte intimada do que segue: Autorizada pelo Provimento n. 05/03, art.206, IX, do TRF da 4a. Regiao. c/c art. 162, paragrafo 4o. do CPC, intimo o(s) procurador(es) da(s) parte(s) acerca do oficio juntado a fl.89 dos presentes autos, o qual informa que foi designado, pelo Juizo Deprecado, o dia 24 de marco de 2004, as 15:00 horas, para realizacao de audiencia de inquiricao da testemunha Romano Tizzo".

ACAO ORDINARIA

2002.70.01.000050-0 - JOSE LAZARET X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). ZAQUEU SUTIL DE OLIVEIRA, MARCELO ARANDA GARCIA DE SOUZA

_____ No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho: "1- Concedo os beneficios da Justica Gratuita, nos termos da Lei n. 1060/50 e alteracoes.
2 - Indefiro o pedido de prioridade na tramitacao do feito, haja vista que a parte autora nao preenche o requisito da idade previsto na legislacao de regencia. (...)"

ACAO ORDINARIA

2003.70.01.017141-4 - GRACINDA FERNANDES X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). ALBERTINA DA SILVA CABRAL

_____ No processo abaixo foi proferida a seguinte decisao: "(...) Por tal razao, declaro-me incompetente para processar e julgar o 'writ' e, levando em conta a urgencia da medida vindicada, determino a remessa dos presentes autos a Justica Federal de Brasilia/DF, valendo-me dos principios da economia e celeridade processual e da orientacao jurisprudencial acerca do assunto (...).
Assim, apos as anotacoes pertinentes e a baixa na distribuicao, remetam-se os autos a Justica Federal em Brasilia/DF".

MANDADO DE SEGURANCA

2003.70.01.016801-4 - TANIA CRISTINA TOSINI X DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS DA GERENCIA EXECUTIVA DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL EM LONDRINA
Adv. : Dr(s). HENDERSON CARVALHO

Londrina, 14 de janeiro de 2004.

FERNANDO JOSÉ FORTI SILVA
Diretor da Secretaria
da 1a. Vara Federal de Londrina

SECRETARIA DA PRLON01

Boletim de Intimação nº 015/2004

DESPACHOS E DECISÕES PROFERIDOS PELO MM. JUIZ FEDERAL E PELO MM. JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO DA 1ª VARA FEDERAL DE LONDRINA-PR.

_____ No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho: "Preliminarmente, intime-se a parte exequente para cumprir integralmente o despacho da fl.121, sob pena de indeferimento atribuindo valor a excucao, na forma do art. 282, inciso V, do CPC. Para tanto, concedo o prazo de 10(dez) dias".

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2000.70.01.000091-6 - ELIO GONCALVES X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). SILVANA MOREIRA FARIA

_____ No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho: "(...) Indefiro o pedido para que a CEF efetue os calculos referentes a autora Arlene Aparecida Alves, tendo em vista que ja foram apresentados, consoante demonstrativo da fl. 387.
Indefiro, ainda, o pedido de levantamento por meio de alvara, formulado pela parte autora (fls. 397/398), haja vista que incumbe a CEF e nao ao Juizo verificar se estao presentes os requisitos legais autorizadores do saque".

ACAO ORDINARIA

93.20.12579-1 - ELANI MARIA CZEPAK E OUTROS X UNIAO FEDERAL E OUTRO
Adv. : Dr(s). JOSE DORIVAL PERES

_____ No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho: "(...) Apos, atendido o item 1, vista a parte autora para, em 30(trinta) dias, manifestar-se sobre o documento apresentado pela CEF a fl.190, informando que nao foram localizados em seus cadastros conta vinculada ao FGTS em nome dos autores OLICIO ALVES PEREIRA e JOSE APARECIDO RIBEIRO DE CASTRO, bem como, no mesmo prazo, requerer o que entender de direito em relacao aos demais autores, ressalvando que em caso de insatisfacao com os valores depositados pela CEF, devera requerer a execucao do julgado nos termos do art. 604, c/c o 652, todos do CPC e nao pelo art. 632 do CPC, como requerido as fls."

ACAO ORDINARIA

2000.70.01.001001-6 - OLICIO ALVES PEREIRA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). EDISON DE SOUZA, MARCELO DA SILVA

_____ No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho: "(...) Apos, cumprido o item 2, vista a parte autora para requerer o que entender de direito".

ACAO ORDINARIA

98.20.12007-1 - IRACI MARIA DA SILVA e Outros X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). ANA PAULA LIMA BRAGA

_____ No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho: "1 - Acolho a emenda a execucao das fls. 124/125.
2 - Preliminarmente, intime-se a parte executada para se manifestar sobre o seu interesse em adimplir voluntariamente os honorarios advocaticios arbitrados a favor da parte adversa, conforme requerido as fls. 124/125. Em caso de deposito voluntario, concedo o prazo de 10(dez) dias".

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2001.70.01.005287-8 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. X EDGARD ANTONIO GUARIDO E OUTROS
Adv. : Dr(s). MARCOS DE QUEIROZ RAMALHO

_____ No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho: "Indefiro o pedido formulado as fls. 249/250, uma vez que o contrato firmado pelas partes preve o reajuste das prestacoes com a aplicacao do Plano de Comprometimento de Renda e nao do PEC/CP, sendo que eventual pericia devera ser realizada nos termos delimitados no contrato. Desta feita, concedo o prazo complementar de 10(dez) dias para a parte autora apresentar seus comprovantes de renda, conforme determinado a fl.244, sob pena de julgamento do feito no estado em que se encontra".

ACAO ORDINARIA

2002.70.01.007315-1 - ADALBERTO RODRIGUES e Outro X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF e Outro
Adv. : Dr(s). NEREIDA GALINDO M SABAINI

_____ No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho: "1- Em relacao a Autora Maria Helena Mendonca Veloso, ante a falta de impugnacao com relacao aos creditos efetuados pela CEF, reputo cumprida espontaneamente a obrigacao emanada do julgado.
2 - Tendo em vista o Termo de Adesao firmado pela autora Celia Regina Pelissari Guedes encartado a fl.255 e considerando que o art. 1o, par.1o, do Decreto n. 4.777, de 11 de julho de 2003, tornou desnecessaria a homologacao judicial da adesao ao acordo previsto na LC n. 110/01 para que seja possivel o recebimento dos valores devidos aos fundiarios, entendo despicienda a referida homologacao ante a total ausencia de interesse, tanto da parte autora, quanto da CEF.
3 - Renove-se a intimacao da parte autora para se manifestar expressamente sobre a inforamcao contida a fl.260, da inexistencia de registro no Cadastro do Cidadao dos autores Acir Moreira Aguiar, Benedito Luiz Mendes, Benedito Melo de Souza Filho, Dorival Goncalves da Silva, Euclides Castilho e Gentil Aparecido de Carvalho, impossibilitando a liquidacao do julgado, requerendo o que entender de direito, no prazo de 15(quinze) dias.
4 - Por derradeiro, nada sendo requerido, arquivem-se os autos".

ACAO ORDINARIA

99.20.14643-9 - ACIR MOREIRA DE AGUIAR e Outros X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). FERNANDO CEZAR FERREIRA DE SOUZA

_____ No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho: "1- Indefiro o pedido formulado pela parte autora a fl.111 no sentido de que seja esclarecido pela CEF se houve o saque ou nao dos valores creditados a favor da parte autora, uma vez que tal diligencia cabe ao Advogado da parte autora perante sua cliente.
2 - Ante a manifestacao da parte autora a fl.111, informando que esta providenciando os extratos fundiarios da autora, concedo a dilacao do prazo por 30(trinta) dias para se manifestar sobre a concordancia ou nao em relacao a liquidacao procedida pela CEF.
3 - Por derradeiro, nada sendo requerido, arquivem-se".

ACAO ORDINARIA

2001.70.01.004725-1 - CLARICE ROXO X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). ELIZABETH RAO

_____ No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho: "1- Preliminarmente, mantenho a decisao de inferimento de inclusao de co-proprietario na presente execucao (...).
2 - Acolho a emenda ao valor da causa apresentada a fl.29, em razao da retificacao determinada no item 4 do despacho a fl.25. Assim, fixo o novo valor em R$ 3.039,68 (tres mil, trinta e nove reais e sessenta e oito centavos).
3 - Desentranhem-se os documentos as fls. 13 e 22/24, entregando-os ao procurador da parte autora, mediante recibo nos autos. (...)"

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2002.70.01.017471-0 - JOAO RABELO X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). SANDRA R A COLOFATTI AUGUSTI

_____ No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho: "Defiro o pedido de vista dos autos, conforme requerido a fl.58, pelo prazo de 15(quinze) dias, devendo, ainda, a CEF manifetar-se sobre o prosseguimento do feito".

EXECUCAO DIVERSA

2002.70.01.012603-9 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X LUIZ GONZAGA RODRIGUES E OUTRO
Adv. : Dr(s). JOSE CARLOS MARTINS PEREIRA

_____ No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho: " Deixo de apreciar o pedido formulado a fl.330, uma vez que Lucinao Ferreira Duraes nao integra a presente relacao processual.
(...)
Em relacao ao Termo de Adesao firmado pelos autores Antonio Batista de Oliveira, Ivone Peres da Cruz, Leonilda Mattos de Oliveira, Marcia Peres da Silva e Rosana Oliveira, considerando que o art. 1o, par.1o, do Decreto n. 4.777, de 11 de julho de 2003, tornou desnecessaria a homologacao judicial da adesao ao acordo previsto na LC n. 110/01, para que seja possivel o recebimento dos valores devidos aos fundiarios, entendo despicienda a referida homologacao ante a total ausencia de interesse, tanto da parte autora, quanto da CEF.
Desta feita, arquivem-se os autos".

ACAO ORDINARIA

97.20.11777-0 - MARCIA PERES DA SILVA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). LINDEIA CARDOSO

_____ No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho: "1- Ante o contido na peticao as fls. 90/93, bem como documento acostado a fl.11, resta esclarecido que o credor da pessoa juridica GARCIA E VILLAS BOAS LTDA.

trata-se de VANILDO APARECIDO DA GAMA (...).
2 - Outrossim, no prazo de 30(trinta) dias, devera a parte autora regularizar a representacao processual da pessoa juridica GARCIA E VILLAS BOAS LTDA., uma vez que nao ha nos autos procuracao outorgada ao procurador que subscreve a inicial, observados os poderes de receber e dar quitacao, bem como o reconhecimento de firma.
3 - Tendo em vista o termino do inventario do 'de cujus' PEDRO DOMUNGUES DALLAQUA, halitaram-se nos presentes autos de Execucao os herdeiros.
(...)
4 - Acolho a emenda as fls. 90/93, pelo que fixo o valor da causa em R$ 12.898,36 (doze mil, oitocentos e noventa e oito reais e trinta e seis centavos).
5 - Espolio de JOAO FUSCHIANI foi representado nos autos pela viuva MARGARIDA LANA FOSCHIANI. Contudo, nao foram trazidos aos autos documentos que comprovem a nomeacao como inventariante, o que a legitimaria como representante processual.
Assim, a parte autora, ao cumprir o item 5, do despacho as fls. 88/89, apresentou procuracao dos demais sucessores sem, contudo, demonstrar o encerramento do processo de inventario. Assim, para que a representacao seja regularizada, devera a parte comprovar a finalizacao do inventario, o que entao, implicara a habilitacao dos respectivos sucessores, nos termos do art. 1060 e seguintes do CPC.
(...)
6 - Concedo o prazo de 30(trinta) dias, conforme requerido pela parte exequente, para que cumpra integralmente o item 5 do despacho exarado as fls. 88/89, regularizando a representacao processual do Espolio de EDINA FAVONI DE MOURA, devendo a parte exequente apresentar inventariante atualmente habilitado em processo de inventario ou sobrepartilha, ou, comprovada a inexistencia de inventario em andamento, devera promover a habilitacao dos respectivos sucessores, nos termos do art. 1060 e seguintes do CPC.
(...)
7 - A parte autora, para que cumpra o item 4 do referido despacho, no prazo de 30(trinta) dias, conforme requerido na peticao as fls. 129/130, colacionando aos autos certidao de obito do 'de cujus' EDINA FAVONI DE MOURA".

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2002.70.01.020479-8 - GILDASIO AGNELO DA SILVA e Outros X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). TONY ALVES

_____ No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho: "Concedo prazo de 60(sessenta) dias, para que a parte exequente apresente Termo de Curatela,em que conste o curador responsavel por representar judicialmente o incapaz Luciano Victor Cachoeira. Devera, outrossim, apresentar procuracao outorgada pelo curador do incapaz com data posterior a nomeacao de curatela.
Devera, no mesmo prazo, esclarecer o extravio da fl.63, conforme determinado a fl.71".

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2002.70.01.010702-1 - ELIO MASSAITI KAIBARA e Outros X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). VERA LUCIA ANTONIASSI VERONEZ

_____ No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho: "1- Ante concordancia expressa, homologo, nos termos do art.7o da LC n. 110/01, a transacao firmada pela CEF e pelo autor Izabel Stiehl, para que surta seus efeitos legais.
2 - Indefiro o pedido de intimacao da CEF para que deposite nos autos o montante de 20% dos creditos efetuados a favor dos autores que aderiram ao acordo (...)".

ACAO ORDINARIA

97.20.15175-7 - PEDRO CHAVES CIDADE e Outros X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). ELITON ARAUJO CARNEIRO

_____ No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho: "(...) Apos, vista as partes".

ACAO ORDINARIA

97.20.14075-5 - RIOSSY TANOUYE e Outros X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). MARISA SETSUKO KOBAYASHI

_____ No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho: "1 - Tendo em vista o contido na peticao da fl.387, homologo, nos termos do art. 7o da LC n. 110/01, a transacao firmada pela CEF e pelos autores Gilmar Francinete Duarte, Helio Alves da Costa, Eurico Morbeck de Souza, Leonildes Ernesto da Costa e Euriques Ignacio, para que surta seus efeitos legais.
2 - Em relacao aos autores Luiz Antonio Chesco, Emerson Rodrigues Porto e Sebastiao Jorge, ante a concordancia expressa com relacao aos creditos efetuados pela CEF, reputo cumprida espontaneamente a obrigacao emanada do julgado.
3 - Tendo em vista a peticao da fl.387, intime-se a CEF (...).
4 - Quanto a informacao da CEF sobre a inexistencia de conta vinculada em nome de Gizelda Francinete Duarte, nao havendo qualquer impugnacao da parte autora a respeito e considerando que os expedientes das fls. 21/25 e fls. 60/65 comprovam a inexistencia de depositos fundiarios nos periodos contemplados no julgado, reputo prejudicada a liquidacao da sentenca em relacao a referida parte.
5 - Atendido o item 3, abra-se vista a parte autora pelo prazo de 30(trinta) dias".

ACAO ORDINARIA

97.20.11589-0 - JUVERACI DE MIRANDA DA SILVA e Outros X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF e Outro
Adv. : Dr(s). ANA CAROLINA CONTE BOUCAS

_____ No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho: "1- Ante a ausencia de manifestacao especifica, homologo, nos termos do art. 7o da LC n. 110/01, a transacao firmada pela CEF e pelos MARIA IVONE FLORIANO AMARAL e FATIMA APARECIDA DA MOTTA BRITO, para que surta seus efeitos legais.
2 - Tendo em vista a CFE informar que os valores creditados em favor da autora MARIA LUCIA ALVES BORGES, foram efetuados com fundamento no disposto na Lei n. 10.555/02, nao havendo noticia nos autos de adesao ao acordo previsto na LC n. 110/01 e, igualmente, nao tendo sido impugnados os creditos apresentados pela Re, considero satisfeito o credito discutido na presente demanda em relacao ao referido autor.
3 - Ante o contido na peticao da fl.215 e tendo em vista o extrato da fl.47, intime-se a CEF para, em 30(trinta) dias, manifestar-se sobre os creditos referentes ao autor Paulo Araujo da Silva.
4 - Apos, vista a parte autora para, no aludido prazo, manifestar-se sobre os documentos a serem colacionados pela CEF em relacao ao referido autor".

ACAO ORDINARIA

97.20.11617-0 - MARIA IVONE FLORIANO AMARAL e Outros X UNIAO FEDERAL e Outro
Adv. : Dr(s). TEREZINHA DEMARTINO

_____ No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho: "(...) Apos, intime-se a CEF para, em 10(dez) dias, informar se o valor dos depositos ja levantados, vinculados aos autos n. 88.201.7405-7 (n. anterior 1546) de acao cautelar, (copia do alvara a fl.214), foram deduzidos na Planilha de Evolucao do Financiamento, as fls. 243/252".

DECLARATORIA

88.20.17627-0 - JOSE CARLOS MINETO E OUTRO X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). PAULO HENRIQUE GARDEMANN, LUIS CLAUDIO ANDRADE NEVES

_____ No(s) processo(s) abaixo fica a parte intimada do que segue: Autorizada pelo Provimento n. 05/03, art.206,XXVII, do TRF da 4a. Regiao. c/c art. 162, paragrafo 4o. do CPC, intimo o(s) procurador(es) da(s) parte(s) acerca da baixa dos autos do E. TRF da 4a. Regiao, bem como para que requeiram o que de direito no prazo de 15(quinze) dias".

ACAO CAUTELAR

2000.70.01.001480-0 - IRACEMA DE MELLO MANGONI X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). JOSE ROBERTO SAPATEIRO

ACAO ORDINARIA

2000.70.01.002153-1 - IRACEMA DE MELLO MANGONI X CAIXA ECONOMICA FEDERAL
Adv. : Dr(s). JOSE ROBERTO SAPATEIRO

_____ No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho: "Defiro o pedido de vista dos autos, conforme requerido a fl.219, pelo prazo de 15(quinze) dias, devendo, ainda, a CEF manifestar-se sobre o prosseguimento do feito".

EXECUCAO DIVERSA

2001.70.01.004047-5 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X F R DENOBI E CIA LTDA E OUTROS
Adv. : Dr(s). JOSE CARLOS MARTINS PEREIRA

_____ No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho: "1- Ante a ausencia de impugnacao especifica, homologo, nos termos do art. 7o da LC n. 110/01, a transacao firmada pela CEF e pelos autores Jacinto Batista de Souza e Wataro Okuno, para que surta seus efeitos legais.
2 - Tendo em vista a manifestacao da parte autora as fls.293/294, requerendo prazo para apresentar os valores que entende devidos, uma vez que se discorda dos valores creditados pela CEF, concedo o prazo de 30(trinta) dias para tanto, inclusive em relacao ao autor, Jose Rodrigues Moreira, haja vista a informacao de fl.290".

ACAO ORDINARIA

97.20.13425-9 - EMIKO SHIRAHIGE e Outros X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). MARIO CESAR DE OLIVEIRA NEVES

_____ No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho: "1- Considerando que o perito nomeado por este Juizo, Dr. Rogerio Luiz Eisele, comunicou nos autos n. 2001.7001.009717-5 o seu afastamento do Brasil para participacao em curso de dourado em Portugal, desonero-o de tal encargo.
2 - Para a realizacao da pericia tecnica, nomeio como perito do Juizo o Dr. Alcindo Cerci Neto (...)".

ACAO ORDINARIA

2002.70.01.005553-7 - RUTH DA SILVA GARCIA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). MANUEL PEREIRA DOS REIS, MARCELO ARANDA GARCIA DE SOUZA

_____ No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho: "Condiciono o deferimento do beneficio da Justica Gratuita, formulado pela parte autora, a apresentacao de declaracao firmada pela propria parte requerente ou procuracao outorgada ao Advogado com poderes especiais para tanto.
Para as providencias, fixo o prazo de 10(dez) dias".

ACAO ORDINARIA

2003.70.01.016655-8 - NOEL LOPES DA SILVA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). MARLON JOSE DE OLIVEIRA

_____ No(s) processo(s) abaixo fica a parte intimada do que segue: Autorizada pelo Provimento n. 05/03, art.206, II, do TRF da 4a. Regiao. c/c art. 162, paragrafo 4o. do CPC, intimo o procurador da parte impetrante acerca do contido na certidao de fl., a qual informa nao haver contrafe para instruir a citacao da Uniao".

MANDADO DE SEGURANCA

2003.70.01.016719-8 - SUPERMERCADO BELA VISTA LTDA X GERENTE DA COPEL EM LONDRINA
Adv. : Dr(s). ODUWALDO DE SOUZA CALIXTO

2003.70.01.017143-8 - SOMOPAR SOCIEDADE MOVELEIRA PARANAENSE X GERENTE DA COPEL EM LONDRINA
Adv. : Dr(s). ODUWALDO DE SOUZA CALIXTO

_____ No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho: "Condiciono o deferimento do beneficio da Justica Gratuita formulado pela parte autora a apresentacao de declaracao firmada pela propria parte requerente ou procuracao outorgada ao Advogado com poderes especiais para tanto.
Para as providencias, fixo o prazo de 10(dez) dias".

ACAO ORDINARIA

2003.70.01.016600-5 - ANTONIO PADILHA LOUREIRO X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). PAULO ROBERTO GOMES

_____ No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho: "1- Concedo os beneficios da Justica Gratuita, nos termos da Lei n. 1060/50 e alteracoes.
2 - A parte autora para esclarecer o valor atribuido a causa, em 05(cinco) dias".

ACAO ORDINARIA

2003.70.01.016521-9 - LEONILDO BENEDITO BIZETTO X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). DOUGLAS VINICIUS DOS SANTOS

Londrina, 15 de janeiro de 2004.

FERNANDO JOSÉ FORTI SILVA
Diretor da Secretaria
da 1a. Vara Federal de Londrina

SECRETARIA DA PRLON02

Boletim nº 144/03

DESPACHOS E DECISÕES PROFERIDAS PELOS SENHORES JUÍZES FEDERAL E SUBSTITUTO DA SEGUNDA VARA FEDERAL DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE LONDRINA:
Nos processos a seguir relacionados foi proferido o seguinte despacho: ... defiro o pedido liminar formulado ...

MANDADO DE SEGURANCA

2003.70.01.008281-8 - LIPAST INDUSTRIA E COMERCIO LTDA E OUTROS X GERENTE DA COPEL EM LONDRINA E OUTROS
Adv. : Dr(s). MARCELO DE LIMA C DINIZ

2003.70.01.015612-7 - LUIZ MARCOLINA X CHEFE DE SERVIÇO DE BENEFÍCIOS DO INSS EM LONDRINA
Adv. : Dr(s). MARCELO CONSTANTINO MALAGUIDO

Nos processos a seguir relacionados foi proferido o seguinte despacho: ... expeça-se mandado de imissão de posse ... À CEF, para, no prazo de 10 dias, manifestar-se sobre a contestação...

ACAO DIVERSA

2002.70.01.026691-3 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X JOSE CARLOS BALAN E OUTRO
Adv. : Dr(s). SEBASTIAO AFONSO DE MATTOS

Nos processos a seguir relacionados foi proferido o seguinte despacho: ... em que a "liberalidade" da CEF em reduzir o valor a ser cobrado ... intime-se a parte requerente a emendar a inicial, apresentando cálculo discriminado do débito, ... prazo de 30 dias.

AÇÃO MONITÓRIA

2003.70.01.014079-0 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X REGINA APARECIDA ALMEIDA
Adv. : Dr(s). JOSE CARLOS MARTINS PEREIRA

Nos processos a seguir relacionados foi proferido o seguinte despacho: ... Intime-se a parte embargada para, em 10 dias, requerer o que entender de direito. Nada sndo requerido, arquivem-se.

EMBARGOS A EXECUCAO

2000.70.01.011123-4 - UNIAO FEDERAL X NOVA LONDRES IMOVEIS LTDA E OUTROS
Adv. : Dr(s). MARIA PAULA FUGANTI

Nos processos a seguir relacionados foi proferido o seguinte despacho: Defiro o prazo de 30 dias, conforme requerido.

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2002.70.01.015413-8 - CHOKI KOTINDA - ESPOLIO E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). ILMO TRISTAO BARBOSA

Nos processos a seguir relacionados foi proferido o seguinte despacho: Diante da ausência de documento comprobatório da co-propriedade do veículo ..., determino o prosseguimento do feito apenas quanto aos 50% pertencentes a Takashi Hirai ...

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2002.70.01.020384-8 - FERNANDO RUA E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). SANDRA A SILVA ANTONIO

Nos processos a seguir relacionados foi proferido o seguinte despacho: Indefiro o pedido das fls. 7677, ...

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2002.70.01.014274-4 - CLAUDECIR DONAN E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). JOAO EVANIR TESCARO JUNIOR

Nos processos a seguir relacionados foi proferido o seguinte despacho: ... à parte exequente para que apresente certidão explicativa .. quanto aos autos 96.3013002-5 ..., bem como comprove documentalmente a alegação contida no item 2 da petição da fl. 29.

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2002.70.01.022981-3 - JOSE GARCIA X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). MARCO ANTONIO GONCALVES VALLE

Nos processos a seguir relacionados foi proferido o seguinte despacho: ... à parte exequente para que apresente certidão explicativa .. quanto aos autos 96.5016511-8 ...

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2002.70.01.015018-2 - JOSE AMERICO DE CARVALHO E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). REGINALDO MONTICELLI

Nos processos a seguir relacionados foi proferido o seguinte despacho: Intime-se a CEF para esclarecer o pedido da fl. 255, ...

EXECUCAO DIVERSA

97.20.14737-7 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X ANTONIO CARLOS BOSZCZOVSKI E OUTRO
Adv. : Dr(s). JOSE CARLOS DIAS NETO

Nos processos a seguir relacionados foi proferido o seguinte despacho: À parte autora para requerer o que entender de direito em 10 dias. Nada sendo requerido, registrem-se para sentença.

ACAO ORDINARIA

96.20.12745-5 - TADAKATSU NACHI E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). ROSANGELA KHATER

Nos processos a seguir relacionados foi proferido o seguinte despacho: ... à parte autora/exequente.

ACAO ORDINARIA

99.20.10389-6 - JOSE MORBECK DE ANDRADE E SILVA X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). MARIO ROCHA FILHO

2003.70.01.006029-0 - ADEMAR HIROSHI TANO E OUTRO X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). ENIVALDO TADEU CUNHA

Nos processos a seguir relacionados foi proferida a seguinte decisão:... Fixo os honorários ... no importe de 5% ...Tendo em vista que o procurador da parte autora ainda não comprovou nos autos o repasse dos valores levantados a todos os exequentes, ... determino a devolução dos valores lenvantados e ainda não repassados aos legítimos credores, procedendo-se à respectiva prestação de contas ... os valores devolvidos deverão ser atualizados pelo índice integral de reajuste verificado pelas contas da caderneta de poupança, ... Para essa providência concedo o prazo de 60 dias... o montante devolvido ficará depositado em conta vinculada a este juízo e poderá ser levantado por quem de direito, num prazo de 6 meses. Após, se nada for requerido, o dinheiro será devolvido ao INSS ...

ACAO ORDINARIA

95.20.13337-2 - MIYOE OKADA E OUTROS X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). JOSE SUBTIL DE OLIVEIRA

95.20.13356-9 - LUZIA MARIA DE SOUZA E OUTROS X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). JOSE SUBTIL DE OLIVEIRA

95.20.14239-8 - SEBASTIANA LEITE MARTINS E OUTROS X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). JOSE SUBTIL DE OLIVEIRA

96.20.10522-2 - SEBASTIAO DA SILVA E OUTROS X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). JOSE SUBTIL DE OLIVEIRA

Nos processos a seguir relacionados foi proferido o seguinte despacho: À parte exequente para reconhecer as firmas dos instrumentos de mandato de fls ...

ACAO ORDINARIA

96.20.15311-1 - RAMON NOBILI E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). NEUSA R FORNACIARI MARTINS

Nos processos a seguir relacionados foi proferido o seguinte despacho: Indefiro a citação do SEBRAE-DF. Preliminarmente à apreciação do pedido de concessão de medida liminar, notifiquem-se as autoridades impetradas ...

MANDADO DE SEGURANCA

2003.70.01.016754-0 - ELETROTRAFO PRODUTOS ELETRICOS LIMITADA X CHEFE DA DIVISAO E SERVICOS DE ARRECADACAO DA GERENCIA EXECUTIVA DO INSS E OUTROS
Adv. : Dr(s). NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES

Nos processos a seguir relacionados foi proferido o seguinte despacho: Recebo os embargos, com a suspensão da execução. Ao(s) embargado(s) para responder(em) no prazo de 10 dias. Concordando os embargados com os cálculos apresentados pela Fazenda Nacional, registrem-se para sentença. [...]

EMBARGOS A EXECUCAO

2003.70.01.016999-7 - UNIAO FEDERAL X VERCI EMIDIO FERREIRA E OUTROS
Adv. : Dr(s). EDSON LUIZ DE FREITAS

Nos processos a seguir relacionados foi proferido o seguinte despacho: Defiro o sobrestamento do feito pelo prazo de 15 dias. Nada sendo requerido registrem-se para sentença.

ACAO ORDINARIA

97.20.10603-4 - MILTON HIROYUKI OKUDA E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). CLAUDIA AKIKO YOCHIDA

Nos processos a seguir relacionados foi proferido o seguinte despacho: Expeça-se requisição de pagamento ... excluíndo-se os valores relativos aos honorários arbitrados nos embargos à execução, os quais devem ser requeridos naqueles autos.

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2000.70.01.005290-4 - NOVA LONDRES IMOVEIS LTDA E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). MARIA PAULA FUGANTI

Nos processos a seguir relacionados foi proferido o seguinte despacho: À parte exequente para que apresente certidão explicativa ... autos nº 962012329-2 ...

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2002.70.01.017030-2 - NELSON DE OLIVEIRA X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). MARIO ROCHA FILHO

Nos processos a seguir relacionados foi proferido o seguinte despacho: Tendo sido a penhora ... regularmente anotada no rosto dos autos, determino o prosseguimento do feito. Defiro o prazo de 10 dias ...

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2002.70.01.016769-8 - JABUR AGROPECUARIA LTDA E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). ARTUR HUMBERTO PIANCASTELLI

Nos processos a seguir relacionados foi proferida a seguinte sentença: ... julgo parcialmente procedente o pedido ... Sentença sujeita ao reexame necessário ...

ACAO ORDINARIA

2002.70.01.029116-6 - PAULO FELISBINO E OUTROS X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). WALTER PADEIGIS

2002.70.01.029117-8 - JOSE TERRA E OUTROS X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). WALTER PADEIGIS

2002.70.01.029125-7 - PAULO ALVES DO CARMO E OUTROS X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). WALTER PADEIGIS

2002.70.01.030084-2 - ANTONIO NUNES FURTADO E OUTROS X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). WALTER PADEIGIS

2002.70.01.030094-5 - CLAUDIO ROMAO E OUTROS X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). WALTER PADEIGIS

2003.70.01.004424-6 - JOSE DE ARAUJO BUENO E OUTRO X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). WALTER PADEIGIS

Nos processos a seguir relacionados foi proferido o seguinte despacho: À parte embargada para fornecer as peças necessárias ao desmembramento do feito ...

EMBARGOS A EXECUCAO

2001.70.01.001784-2 - UNIAO FEDERAL X LAUDELINO FORTUNATO DA SILVA E OUTROS
Adv. : Dr(s). ZAQUEU SUTIL DE OLIVEIRA

Nos processos a seguir relacionados foi proferido o seguinte despacho: Defiro o prazo de 180 dias à parte autora ...

ACAO ORDINARIA

93.20.13136-8 - LUIZ MORELLI E OUTROS X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). JOSE SUBTIL DE OLIVEIRA

Nos processos a seguir relacionados foi proferido o seguinte despacho: ... à parte exequente para que apresente termo de inventariante ou formal de partilha de seus bens.

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2002.70.01.022077-9 - FRANCISCO GOMES TORRES - ESPOLIO E OUTRO X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). JOAO ODAIR PELISON

Nos processos a seguir relacionados foi proferido o seguinte despacho: Concedo o prazo de 10 dias à parte exequente, para a juntada de certidão de óbito de José Kiatake.

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2002.70.01.022070-6 - JOSE KIATAQUE- ESPOLIO E OUTRO X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). RAFAEL ROSSI RAMOS

Nos processos a seguir relacionados foi proferida a seguinte sentença: ... julgo extinto o processo, somente em relação ao(s) exequente(s) acima mencionado(s), determinando, ainda, o prosseguimento do feito em relação aos demais exequentes ... Defiro o prazo de 30 dias para cumprimento do despacho de fl. 58.

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2002.70.01.019111-1 - HUGO PADOVAN E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). JOSE MARIA DA SILVA

Nos processos a seguir relacionados foi proferido o seguinte despacho: Defiro a suspensão do processo por 30 dias, conforme requerido.

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2002.70.01.019998-5 - FRANQUILINO JOAO TOMBINI-ESPOLIO X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). OMAR ABES SALLE

Nos processos a seguir relacionados foi proferido o seguinte despacho: Defiro a suspensão do processo por 20 dias, conforme requerido.

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2002.70.01.022302-1 - JOAO MARCONDES DO PRADO - ESPOLIO E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). ROGERIO RESINA MOLEZ

Nos processos a seguir relacionados foi proferido o seguinte despacho: Defiro o prazo de 30 dias, conforme requerido.

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2002.70.01.018774-0 - ANGELO BORTOTTI E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). FLORINDO MARCOS PEDRAO

Nos processos a seguir relacionados foi proferida a seguinte sentença: ... julgo extinto o processo, sem julgamento de mérito, nos termos do art. 267, VIII, do CPC ... arquivem-se.

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2002.70.01.016556-2 - JOSE EDIVAN DIAS RAMOS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). ELIZABETH DE OLIVEIRA SANTANA

2002.70.01.020725-8 - MAURO MALDONADO X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). DANIELA D'AMICO MORAES

Nos processos a seguir relacionados foi proferida a seguinte sentença: ... julgo extinto o processo, somente em relação ao(s) exequente(s) acima mencionado(s), determinando, ainda, o prosseguimento do feito em relação aos demais exequentes ...

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2002.70.01.002388-3 - JOSE VITOR RIBEIRO E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). JAIR SUBTIL DE OLIVEIRA

2002.70.01.016433-8 - ANTONIO TOSHIAR ENDO E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). ILMO TRISTAO BARBOSA

Nos processos a seguir relacionados foi proferido o seguinte despacho: Indefiro o apensamento destes autos ao processo principal, ... uma vez que os honorários advocatícios arbitrados serão compensados com o crédito exequendo, quando do pagamento da requisição. Arquivem-se.

EMBARGOS A EXECUCAO

99.20.16424-0 - UNIAO FEDERAL X SILAS MARRONI

Nos processos a seguir relacionados foi proferido o seguinte despacho: ... abra-se vista dos autos à parte autora, no prazo de 10 dias ...

ACAO ORDINARIA

97.20.10940-8 - GLAUCIO HAMILTON RAIO E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). ROBERTO DE MELLO SEVERO, RODOLFO CESAR DE OLIVA

Nos processos a seguir relacionados foi proferido o seguinte despacho: ... tendo em vista que partir do momento da efetivação da penhora, ... o crédito passa a estar à ordem e disposição do Juízo que a ordenou, não podendo mais este Juízo decidir questão sobre tal crédito ...

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2002.70.01.008051-9 - WALDEMAR GEORG E CIA LTDA X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). MARIA T. NAVARRO

Nos processos a seguir relacionados foi proferido o seguinte despacho: Às partes para especificarem as provas que pretendem produzir, justificando-as.

AÇÃO MONITÓRIA

2002.70.01.026535-0 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X ADEMAR MAXIMILIANO BARBIERI
Adv. : Dr(s). JOSE CARLOS MARTINS PEREIRA, MARILEIA RODRIGUES MUNGO

Londrina, 19/01/2004.

ANA CRISTINA VARELA
DIRETORA DE SECRETARIA E.E.

SECRETARIA DA PRLON02

Boletim nº BALV-5/03

DESPACHOS E DECISÕES PROFERIDAS PELOS SENHORES JUÍZES FEDERAL E SUBSTITUTO DA SEGUNDA VARA FEDERAL DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE LONDRINA:
Nos processos a seguir relacionados foi proferido o seguinte despacho: ... intime-se a parte exequente para requerer o que entender de direito. Nada sendo requerido em 10 dias, ... registrem-se para sentença. Alvará expedido, estando à disposição do procurador judicial na Agência CEF PAB/JF.

ACAO ORDINARIA

91.20.10684-0 - CARMEM YASUE YNUYAMA X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). NEIDA SANTIAGO AMALFI

95.20.12061-0 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. X MUNICIPIO DE LONDRINA SERVICO MUNICIPAL DE SAUDE
Adv. : Dr(s). PAULO CESAR TIENI

DECLARATORIA

96.20.11322-5 - DIEZ, DIEZ E CIA LTDA E OUTROS X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). ANTONIO CARLOS LOVATO

ACAO ORDINARIA

96.20.15048-1 - JOSE ROBERTO FERNANDES E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). WALDEMERITON N DE OLIVEIRA JR

96.20.15251-4 - AKIO MIYAMOTO X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). MARIA DIRCE TRIANA

97.20.13070-9 - NEUSA AYAKO ISHIKAWA X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). CARLOS ROBERTO SCALASSARA

97.20.14162-0 - CASA DA LAJOTA LTDA X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). WILSON NALDO GRUBE FILHO

98.20.11020-3 - BENNO HERITT E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). CELSO TERENCIO

EMBARGOS A EXECUCAO

98.20.15408-1 - UNIAO FEDERAL X JOSE ROBERTO BORELA E OUTROS
Adv. : Dr(s). JACELIO DUMAS COUTINHO

1999.70.01.008968-6 - UNIAO FEDERAL X KOJIRO YAMAUCHI E OUTROS
Adv. : Dr(s). ANDREA BERNABEL FURLAN

EXECUCAO DIVERSA

99.20.10391-8 - MAURICIO BERNINI SOBRINHO e Outros X FAZENDA NACIONAL.
Adv. : Dr(s). PAULO HENRIQUE GARDEMANN

EMBARGOS A EXECUCAO

99.20.13971-8 - FAZENDA NACIONAL. X ATAIDE TEODORO GOMES E OUTRO
Adv. : Dr(s). PAULO HENRIQUE GARDEMANN

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

99.20.15671-0 - ARLINDO APARECIDO DE MELO E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). MANOEL RUIZ

EMBARGOS A EXECUCAO

2000.70.01.000251-2 - FAZENDA NACIONAL. X IVO CHRISTOFOLLI E OUTROS
Adv. : Dr(s). SUELI CRISTINA GALLELI

2000.70.01.004586-9 - UNIAO FEDERAL X JUZO SEKIGUCHI E OUTRO
Adv. : Dr(s). MARIA ELIZABETH JACOB

2000.70.01.005868-2 - FAZENDA NACIONAL. X JORGE LUIZ PORTO E OUTROS
Adv. : Dr(s). ROGERIO RESINA MOLEZ

2000.70.01.008724-4 - UNIAO FEDERAL X MARILU SILVA STOCK
Adv. : Dr(s). FERNANDO JOSE MESQUITA

ACAO ORDINARIA

2001.70.01.004547-3 - INTELECKTRON SERVICOS E EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA LTDA X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). WANIA MARIA BARBOSA DE JESUS

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2001.70.01.005192-8 - LOFRIDO BENTO DE ASSIS E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). SIDINEI CANDIDO DE ALMEIDA

2001.70.01.005507-7 - ANTENOR GOMES DA COSTA E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). JOSE TEODORO ALVES

2001.70.01.009708-4 - ADEMIR BERNARDO E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). RAQUEL SANTOS CHAMPE

2001.70.01.010979-7 - PEDREIRA ICA LTDA E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). BRUNO SACANI SOBRINHO

2001.70.01.011323-5 - AMADO DA SILVA E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). SERGIO RENATO DALLA COSTA

2001.70.01.011641-8 - LUIZ OSVALDO DEL MOURO E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). ROGERIO RESINA MOLEZ

2001.70.01.012019-7 - LAERCIO ALVES E OUTRO X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). CARLOS ROBERTO GHIRELLI PIRES

2002.70.01.000881-0 - ANTONIO VALENTIN BARRETO E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). TATIANA RODRIGUES BARBOSA HUSZCZ

2002.70.01.002681-1 - JOSE ANDRIOLI E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). NEUSA R FORNACIARI MARTINS

2002.70.01.004221-0 - MIGUEL ANTUNES E OUTRO X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). PATRICIA RAQUEL CAIRES JOST

2002.70.01.006399-6 - TOSIO SATO E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). ULLYSSES AIRES MERCER

2002.70.01.006456-3 - MAURO GONCALVES DANTAS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). APARECIDO MEDEIROS DOS SANTOS

2002.70.01.007054-0 - MANOEL LOPES SANCHES X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). EDSON JOSE VIANNA

2002.70.01.007113-0 - DORA ALICE POSTALLI RODRIGUES E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). DINARTE BITTENCOURT

2002.70.01.007720-0 - ARMANDO GARBUGIO E OUTRO X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). MARCIA MARIA LISBOA

2002.70.01.007800-8 - JOAO BATISTA X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). PAULO WAGNER CASTANHO

2002.70.01.007827-6 - EDSON DE MORAES E OUTRO X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). WILSON LOPES DA CONCEICAO

2002.70.01.007879-3 - FARAGE KOURI X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). EDSON JOSE VIANNA

2002.70.01.008033-7 - DIJALMA PIRES DE CAMARGO E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). DIJALMA PIRES DE CAMARGO

2002.70.01.008851-8 - ANDRE NAVARRO SANCHES FILHO E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). LUIZ CARLOS MARQUES ARNAUT

2002.70.01.008902-0 - COMERCIAL DE APARELHOS DOMESTICOS LOPES LTDA X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). GRAZIELE CRISTINA LOPES

2002.70.01.009018-5 - APARECIDO NOGUEIRA DA CUNHA X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). OSSIVAL A CASSAROTTI

2002.70.01.009063-0 - DILSON RAIMUNDO FERREIRA E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). JOSE DE OLIVEIRA PAES

2002.70.01.009204-2 - ARNALDO JACINTO BELETATO E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). LUIZ HUMBERTO MENEGOTTO

2002.70.01.009332-0 - JURACY ANTONIO CUNHA E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). JOSE SUBTIL DE OLIVEIRA

2002.70.01.009647-3 - BENEDITO FERREIRA SILVA E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). ADMIR IRACY VILELA

2002.70.01.009741-6 - WALDEMAR ARNDT X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). NILTON ROBERTO DA SILVA SIMAO

2002.70.01.010023-3 - AUGUSTO ROMPATO X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). ROSANGELA LIE MIYA

2002.70.01.011415-3 - ANTONIO GIRO TAKI X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). JOSE DE RESENDE JUNIOR

2002.70.01.011441-4 - SERGIO YOSHIDA E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). MARCELO PEREIRA COSTA

2002.70.01.011442-6 - KAZUYOSHI NAKAMURA E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). MARCELO PEREIRA COSTA

2002.70.01.012419-5 - LEVI DO SANTO X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). MARIA ARLETE BERNARDI BIM

2002.70.01.012451-1 - GILMAR CAMPOS GASPAR E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). RENATA E DE OLIVEIRA

2002.70.01.012518-7 - PEDRO HENRIQUE DE LIMA E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). JORGE LUIZ DE OLIVEIRA LOVATO

2002.70.01.012981-8 - VALDIR APARECIDO MERLO E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). AMANDIO SBRUSSI

2002.70.01.013506-5 - CLEIRI DE OLIVEIRA X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). CESAR AUGUSTO ULHOA CINTRA DE OLIVEIRA

2002.70.01.013592-2 - EDEZIO DE CAMARGO E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). VINICIUS FERRACIN LAURENO

2002.70.01.013749-9 - URBANO SAVIANI E OUTRO X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). AIRTON ANTONIO FOGACA

2002.70.01.014160-0 - ANGELO HIDEMI KANASHIRO E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). LUIZ HUMBERTO MENEGOTTO

2002.70.01.015428-0 - SILEZIO DA SILVEIRA E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). MARIO CAMPOS DE OLIVEIRA JUNIOR

2002.70.01.015469-2 - EFIGENIA PEREIRA DA SILVA X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). ELIANA ALVES DE MORAES

2002.70.01.015577-5 - ANTONIO ADAURILIO DE ANGELI - ESPOLIO X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). LUIS FERNANDO GOMES

2002.70.01.015865-0 - ORLANDO CORREA X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). GIANE LOPES TSURUTA

2002.70.01.016101-5 - CELSO AUGUSTO ZAIA E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). LUIZ FRANCISCO FERREIRA

2002.70.01.016285-8 - JOSE TADAYOSHI KAWASAKI E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). EDSON NOGAI

2002.70.01.016579-3 - MARTIN HOMECHIN E OUTRO X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). ANDRESA REZENDE BENINI

2002.70.01.016767-4 - NESTOR RIOITI MIURA E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). ALESSANDRO BRANDALIZE

2002.70.01.016899-0 - JOSE ALCOVA E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). OSSIVAL A CASSAROTTI

2002.70.01.017064-8 - ANTONIO ALVES DE REZENDE - ESPOLIO X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). ANGELA KARINA CHIRNEV PEDOTTI

2002.70.01.017106-9 - NORIO HAYASAKA E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). EMERSON RICARDO FERNANDES

2002.70.01.017193-8 - NELSON PASSUCCI E OUTRO X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). PAULO ROBERTO PIRES

2002.70.01.017799-0 - ANTONIO DE SOUSA NASCIMENTO E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). SOLANGE PERES RUIZ

2002.70.01.017899-4 - FELIPE CARBONI - ESPOLIO E OUTRO X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). ROBERTO CARLOS BUENO

2002.70.01.017999-8 - JOSE FEBONIO DOS SANTOS E OUTRO X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). GENEZIO BELARMINO IZIDORO

2002.70.01.018152-0 - FRANCISCO CARLOS BELAN X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). AMARO DONISETE NOGUEIRA

2002.70.01.018320-5 - LUIZ CARLOS TANNOURI E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). ADALBERTO FONSATTI

2002.70.01.018443-0 - ANTONIO RIBEIRO E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). ANDREIA CARLA LODI E FARIA

2002.70.01.018736-3 - NIVALDO LOPES E OUTRO X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). ANA LUCIA GABELLA

2002.70.01.018823-9 - MAURO LUIZ TABORDA ROCHA E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). CECILIA INACIO ALVES

2002.70.01.018835-5 - SETSUO YOSHIOCA X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). CARLOS EDUARDO SARDI

2002.70.01.018845-8 - ARLINDO AMBROSIO E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). MAURO SHIGUEMITSU YAMAMOTO

2002.70.01.019081-7 - GILDA APARECIDA MARROCO ANTONIO X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). SIDERLEY BOLONHEZE

2002.70.01.019149-4 - WALMIR FRANCISCO RIBEIRO X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). SERGIO LUIS MASSON DA SILVA

2002.70.01.019155-0 - VALDOMIRO CARVALHO DA SILVA X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). ANTONIO MARCOS PEDROSO

2002.70.01.019244-9 - ALCIDES SAPATEIRO X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). JOSE ROBERTO SAPATEIRO

2002.70.01.019252-8 - JOSE PALUDETTO - ESPOLIO X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). ALEXANDER CAMPOS DE LIMA

2002.70.01.019361-2 - RUI LINCOLN STRIQUER E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). ALBINO STRIQUER

2002.70.01.019363-6 - MURILO CORREA BUQUERA - ESPOLIO E OUTRO X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). ALBINO STRIQUER

2002.70.01.019535-9 - ROMILDO CARMELLO - ESPOLIO X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). ADRIANA SONI ABUJAMRA

2002.70.01.019560-8 - JAIR FERREIRA DE MELLO E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). FERNANDO CESAR MARTINS BORGES

2002.70.01.019692-3 - MARCOS VINICIUS LIMA DE CARVALHO E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). MARCIA GOMES GORINI SALOMAO

2002.70.01.019758-7 - SERGIO FERNANDES CAZAROLI X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). SORAIA ARAUJO PINHOLATO

2002.70.01.019767-8 - PRUDENTE RABELO DE ANDRADE X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). RUBENS SIZENANDO LISBOA FILHO

2002.70.01.020192-0 - MAURO BERNARDO BARBOSA E OUTRO X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). MAURO BERNARDO BARBOSA

2002.70.01.020280-7 - JOAO SKRABA E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). CLAUDEMAR APARECIDO MAGRI

2002.70.01.020379-4 - JOAO FRANCISCO GONCALVES X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). MARCUS VINICIUS PODESTA DE MORAES

2002.70.01.021033-6 - EVARISTO JOAQUIM SILVA X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). JOAO MARCELO M BANDEIRA

2002.70.01.021931-5 - JOAO LESSA FILHO X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). MARISA SETSUKO KOBAYASHI

2002.70.01.021999-6 - JOAO LEANDRO DE OLIVEIRA FILHO E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). ANTONIO ESTEVES DA SILVA

2002.70.01.022006-8 - SEBASTIAO LOPES X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). OSVALDO PESSOA CAVALCANTI E SILVA

2002.70.01.022178-4 - SIDNEY DA SILVA X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). CARLOS ROBERTO FERREIRA

2002.70.01.022352-5 - KIKUTI TAKESI X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). MARCIA CRISTINA MILESKI MARTINS

2002.70.01.022983-7 - GILBERTO APARECIDO DE ABREU X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). MARCO ANTONIO GONCALVES VALLE

2002.70.01.027744-3 - JOSE MOREIRA DE SOUZA E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). VALDERI MENDES VILELA

Nos processos a seguir relacionados foi proferido o seguinte despacho: ... intime-se a parte exequente para requerer o que entender de direito. Nada sendo requerido em 10 dias, ... registrem-se para sentença.

ACAO ORDINARIA

93.20.11096-4 - PAULO ALVES REZENDE E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). BENEDITO LEPRI

97.20.11200-0 - ORLANDO GOMES CANONICO E OUTRO X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). MARCELO FARINHA

97.20.13683-9 - EUZEBIO RAINIERI E OUTRO X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). MARCELO FARINHA

EMBARGOS A EXECUCAO

99.20.14873-3 - FAZENDA NACIONAL. X MAURICIO BERNINI SOBRINHO E OUTROS
Adv. : Dr(s). PAULO HENRIQUE GARDEMANN

2000.70.01.000289-5 - UNIAO FEDERAL X FRANCISCO MARTINI E OUTROS
Adv. : Dr(s). SERGIO RENATO DALLA COSTA

ACAO ORDINARIA

2000.70.01.002372-2 - LABORSOLO-CENTRAL DE ANALISES AGRONOMICAS LTDA-ME X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). PAULO ROGERIO SANCHES

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2000.70.01.004906-1 - CECILIO JOSE GONCALVES E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). JOSE SUBTIL DE OLIVEIRA

2000.70.01.008346-9 - JOSE VALDENI RODRIGUES E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). JOSE SUBTIL DE OLIVEIRA

EMBARGOS A EXECUCAO

2000.70.01.008718-9 - UNIAO FEDERAL X CECILIO JOSE GONCALVES E OUTROS
Adv. : Dr(s). JOSE SUBTIL DE OLIVEIRA

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2000.70.01.008993-9 - JAIR ORIGONI E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). CLESIA AUGUSTA DE FAVERI BRANDAO

EMBARGOS A EXECUCAO

2000.70.01.013754-5 - UNIAO FEDERAL X ROSARIO DA COSTA E OUTROS
Adv. : Dr(s). ZAQUEU SUTIL DE OLIVEIRA

2001.70.01.001802-0 - UNIAO FEDERAL X APARECIDO SCHIANTI E OUTROS
Adv. : Dr(s). RENATA DEQUECH

2001.70.01.005090-0 - UNIAO FEDERAL X JOSUILSON SILVA ALVES E OUTROS
Adv. : Dr(s). JOSUILSON SILVA ALVES

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2001.70.01.008353-0 - LEILA DAHER VALENTINI E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). JULIETA DAHER VALENTINI

2001.70.01.008442-9 - MILTON PERIN E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). REGINALDO LUCAS RODRIGUES GARCIA

2001.70.01.009382-0 - ANTONIO JUNGO E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). ROBERTO CARLOS BUENO

2002.70.01.001052-9 - ANTONIO CAZELATO E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). ADAO OPENHEIMER

2002.70.01.004682-2 - ADALTON ROSA ARAUJO E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). SANDRA A SILVA ANTONIO

2002.70.01.008603-0 - WILLIAN NICOLAU ELIAS EID X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). SALMA ELIAS EID SERIGATO

2002.70.01.009461-0 - BRUNO YWAO MORIKAWA E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). DENISE TEIXEIRA REBELLO MAIA

2002.70.01.009739-8 - RUBENS VERPA X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). NILTON ROBERTO DA SILVA SIMAO

2002.70.01.010268-0 - ADAO FRANCISCO QUEIROZ X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). ANTONIO CARLOS CANTONI

2002.70.01.010688-0 - MARIA DA GRACA TOSA X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). ADAILTON ALVES MACIEL JR

2002.70.01.010691-0 - JORGE OSSAMU NOMURA X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). ADAILTON ALVES MACIEL JR

2002.70.01.011095-0 - OSVALDO ALBERGONE E OUTRO X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). MARCELO DE LIMA C DINIZ

2002.70.01.012553-9 - JORGE TAKI X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). ISRAEL MASSAKI SONOMIYA

2002.70.01.012652-0 - ANIBAL RECCO E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). REGINALDO LUCAS RODRIGUES GARCIA

2002.70.01.013961-7 - WALTER MUSTAFA E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). LEANDRO I C DE ALMEIDA

2002.70.01.015613-5 - LUCIANA MACHADO DE OLIVEIRA X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). THALITA TUMA

2002.70.01.016474-0 - ANTONIEL PESSOA DE MORAES FILHO X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). MARIO ROCHA FILHO

2002.70.01.016529-0 - JOSE SELLA E OUTRO X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). AUGUSTO SELA NETTO

2002.70.01.017067-3 - VITALINO RODRIGUES NETO X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). ANTONIO LUQUES ANTUNES

2002.70.01.017201-3 - JOAO DAS GRACAS ROQUE E OU-

TROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). RENATA MONTENEGRO BALAN XAVIER

2002.70.01.017380-7 - ELIZABETE SOARES X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). ROBERT PONTEDURA

2002.70.01.018444-1 - ONIVALDO ANTUNES RIBEIRO E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). PAULO SERGIO MECCHI

2002.70.01.019136-6 - SUSAN TAKANO X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). ROSEMEIRE GALETTI

2002.70.01.019241-3 - MOISES DE GODOY E OUTRO X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). MOISES DE GODOY

2002.70.01.019456-2 - JOAO BATISTA FERREIRA DOS SANTOS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). JOSE WALMIR MORO

2002.70.01.019885-3 - CEZAR WALMOR DE SOUZA X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). SERGIO LUIS MASSON DA SILVA

Nos processos a seguir relacionados foi proferido o seguinte despacho: Alvará expedido, estando à disposição do procurador judicial na Agência CEF PAB/JF.

ACAO ORDINARIA

96.20.13493-1 - MARIA HELENA SISTI E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). JOSE DE OLIVEIRA

EMBARGOS A EXECUCAO

2000.70.01.000245-7 - UNIAO FEDERAL X MUNICIPIO DE CORNELIO PROCOPIO
Adv. : Dr(s). ALEXANDRE MAGALHAES

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2002.70.01.001057-8 - ANTONIO RODRIGUES E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). IDEVAR CAMPANERUTI

2002.70.01.001425-0 - JOSE FRANCISCO VICENTINI E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). AMIN JOSE HANNOUCHE

2002.70.01.002190-4 - EDSON FERREIRA DA SILVA E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). JURANDIR VENANCIO DE OLIVEIRA

2002.70.01.005235-4 - ADELICO BORGES E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). JOSE DE OLIVEIRA PAES

2002.70.01.005706-6 - PEDRO GOMES E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). LUIZ FRANCISCO FERREIRA

2002.70.01.007414-3 - MILTON JOSE DA COSTA E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). RENATA MONTENEGRO BALAN XAVIER

2002.70.01.008087-8 - VICENTE SATOSHI KIMURA - ESPOLIO E OUTRO X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). SERGIO VERISSIMO DE OLIVEIRA FILHO

2002.70.01.008588-8 - ANTONIO APARECIDO CHIQUETTI E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). ANGELO MARCOS LIUTTI

Nos processos a seguir relacionados foi proferido o seguinte despacho: Aguarde-se pagamento dos valores referentes à Rota Máquinas Agrícolas Ltda.

EMBARGOS A EXECUCAO

1999.70.01.007912-7 - UNIAO FEDERAL X ROTA INDUSTRIA DE MAQUINAS AGRICOLAS E OUTROS

EXECUCAO PROVISORIA DE SENTENCA

99.20.16684-7 - ROTA INDUSTRIA DE MAQUINAS AGRICOLAS E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). JOAO HENRIQUE CRUCIOL

Nos processos a seguir relacionados foi proferido o seguinte despacho: Alvará expedido, estando à disposição do procurador judicial na Agência CEF PAB/JF.
... À parte exequente para comprovar a homologação do pedido de desistência noticiado à fl. 96 ...

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2002.70.01.005717-0 - ADILSON GERALDO LUIZ DE OLIVEIRA E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). RAUL DE OLIVEIRA

Nos processos a seguir relacionados foi proferido o seguinte despacho: Alvará expedido, estando à disposição do procurador judicial na Agência CEF PAB/JF.

... Aguarde-se o pagamento das parcelas restantes.

ACAO ORDINARIA

96.20.14943-2 - GRAFICA IPE LTDA E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). LUCIANO CARLOS FRANZON

Nos processos a seguir relacionados foi proferido o seguinte despacho: ... intime-se a parte embargante para requerer o que entender de direito. Alvará expedido, estando à disposição do procurador judicial na Agência CEF PAB/JF.

EMBARGOS A EXECUCAO

99.20.11377-8 - OSCAR LEANDRO DOS SANTOS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). DELFIM SUEMI NAKAMURA

Nos processos a seguir relacionados foi proferido o seguinte despacho: ... Remetam-se os autos à Contadoria para que se apure eventual exitência de saldo remanescentes ...

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

1999.70.01.008818-9 - MARCOS PEREZ E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). MANOEL RUIZ

Nos processos a seguir relacionados foi proferido o seguinte despacho: ... Concedo à parte exequente o prazo de 20 dias: ...

ACAO ORDINARIA

96.20.15324-3 - ELIZEU DE SOUZA BAENA E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). CARLITO THOME DA SILVA JUNIOR

Nos processos a seguir relacionados foi proferido o seguinte despacho: Alvará expedido, estando à disposição do procurador judicial na Agência CEF PAB/JF. ... À parte exequente para ...

ACAO ORDINARIA

97.20.15648-1 - OSVALDO LUIZ DA SILVA E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). MARCELO LUIZ FERRARI

Nos processos a seguir relacionados foi proferido o seguinte despacho: Alvará expedido, estando à disposição do procurador judicial na Agência CEF PAB/JF. À parte autora/exequente para:...

ACAO ORDINARIA

97.20.15664-3 - VALDYR ROBERTO BORELLI E OUTROS X FAZENDA NACIONAL.
Adv. : Dr(s). MARIA ELIZABETH JACOB

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2000.70.01.000888-5 - RENATO FREGONEZE E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). IDEVAR CAMPANERUTI

2002.70.01.003949-0 - OZORIO BRITO SCACCHETTI E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). CARLOS ROBERTO FERREIRA

Londrina, 19/01/2004.

ANA CRISTINA VARELA
DIRETORA DE SECRETARIA E.E.

SECRETARIA DA PRLON04 - LONDRINA/PR.

BOLETIM DE INTIMAÇÃO N.009/2004

DESPACHOS E DECISÕES PROFERIDOS PELOS SENHORES JUÍZES FEDERAL E SUBSTITUTO DA QUARTA VARA FEDERAL DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE LONDRINA, DR. GILSON LUIZ INÁCIO, DR. CRISTIANO AURÉLIO MANFRIM.

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferida a seguinte DECISÃO:
1- Defiro, não pelo artigo 191, mas pelo fato de os autos não terem sido disponibilizados.
2- Carga por 15 dias.

ACAO ORDINARIA

2001.70.01.008005-9 - CLEUZA DOS SANTOS SILVA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). JULIO C PAULINO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferida a seguinte DECISÃO:
Às partes para ciência da baixa dos autos, bem como para requererem o que entenderem de direito.

ACAO CAUTELAR

92.20.12959-0 - JOSE CARLOS DE ARAUJO E OUTRO X BANCO CENTRAL DO BRASIL E OUTRO
Adv. : Dr(s). MARCO ANTONIO BRANDALIZE, MARCIO MIATTO

ACAO ORDINARIA

93.20.10063-2 - JOSE CARLOS DE ARAUJO E OUTRO X BANCO CENTRAL DO BRASIL E OUTRO
Adv. : Dr(s). MARCO ANTONIO BRANDALIZE, MARCIO MIATTO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferida a seguinte DECISÃO: À parte exequente para, no prazo de 10 dias, SOB PENA DE EXTINÇÃO DO PROCESSO:
a) subscrever a petição inicial;
b) recolher custas (...), no prazo de 30 dias;
c) juntar o título sobre o qual se fundamenta a execução (fotocópia autenticada);
d) esclarecer a informação encartada à fl. 56, no que diz respeito ao proprietário do veículo.

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2002.70.01.020977-2 - CARLOS ROBERTO QUILES E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). VILSON MACHADO DOS SANTOS

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferida a seguinte DECISÃO:
(...) Indefiro a liminar pretendida.

MANDADO DE SEGURANCA

2003.70.01.018667-3 - GRAFICA E EDITORA UNIVERSIGRAF LTDA X CHEFE DA SECAO DE ANALISE DE DEFESAS E RECURSOS DO INSS
Adv. : Dr(s). ODUWALDO DE SOUZA CALIXTO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferida a seguinte DECISÃO: À parte exequente para, no prazo de 10 dias, SOB PENA DE EXTINÇÃO DO PROCESSO:
a) manifestar-se acerca da informação de fls. 06 e 07 (...), no prazo de 30 dias, sob pena de extinção do processo;
b) esclarecer o nome constante da procuração de fl. 40 e os documentos de fls. 41 a 43; informar se não houve alteração contratual com relação à empresa Cassetari e Cassetari Ltda, tendo em vista o contrato social datar de 1979 (fl. 54).

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2002.70.01.020193-1 - PEDRO LEAL E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). JORGE LUIZ DE OLIVEIRA LOVATO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferida a seguinte DECISÃO:
1- Defiro o pedido de fl. 167/168.

ACAO CAUTELAR

98.20.13566-4 - DIRCEU DUTRA GUERRA E OUTRO X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). JORGE BRANDALIZE

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferida a seguinte DECISÃO:
1- Recebo o recurso de apelação interposto pela CEF nos efeitos devolutivo e suspensivo;
2- Ao recorrido para contra-razões.

ACAO ORDINARIA

98.20.12604-5 - DIRCEU DUTRA GUERRA E OUTRO X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). JORGE BRANDALIZE

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferida a seguinte DECISÃO:
À parte autora para manifestar-se, em 10 dias, sobre as contestações apresentadas.

ACAO ORDINARIA

2003.70.01.003690-0 - ROTEMA INDUSTRIA E COMERCIO DE BILHARES E ESQUADRIAS LTDA E OUTRO X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. E OUTROS
Adv. : Dr(s). NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferida a seguinte DECISÃO:
1- Recebo o recurso de apelação interposto pela CEF nos efeitos devolutivo e suspensivo;
2- Ao recorrido para contra-razões e ciência da sentença.

ACAO ORDINARIA

98.20.15326-3 - MADALENA RODRIGUES BARROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). ENIVALDO TADEU CUNHA

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferida a seguinte DECISÃO:
Ao BACEN e HSBC Bamerindus para ciência da baixa dos autos, bem como para requererem o quê de direito.

ACAO ORDINARIA

95.20.11108-5 - CARLOS ROBERTO BERTINI X BANCO CENTRAL DO BRASIL E OUTRO
Adv. : Dr(s). GILBERTO PEDRIALI

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferida a seguinte DECISÃO: À parte exequente para, no prazo de 10 dias, SOB PENA DE EXTINÇÃO DO PROCESSO:
a) juntar fotocópias dos documentos de RG e CPF dos exequentes;
b) manifestar-se acerca da informação de fl. 07 (...), no prazo de 30 dias, sob pena de extinção do processo;
c) juntar o título sobre o qual se fundamenta a execução (fotocópia autenticada).

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2002.70.01.019879-8 - LUIZ CARLOS DA SILVA E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). FABIO NASCIMENTO PALEARI

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferida a seguinte DECISÃO: À parte exequente para, no prazo de 10 dias, SOB PENA DE EXTINÇÃO DO PROCESSO:
a) regularizar a representação processual dos espólios (...);
b) juntar aos autos certidão do DETRAN/PR, comprovando a propriedade do veículo no período requerido (Ozoaldo, Angelo, Donizetti-espólio);
c) juntar fotocópias dos documentos de RG e CPF (Yasuji Suzuki e Inacio de O. Rocha);
d) apresentar memória discriminada e atualizada de cálculos (Ozoaldo, Angelo, Donizete-espólio);
e) manifestar-se acerca da informação de fl. 04 (...), no prazo de 30 dias, sob pena de extinção do processo;
f) juntar procuração de Angelo V. Gaspar, Kazuo Shiroma e Inácio de O. Rocha, e ainda, juntar certidão de óbito de Yasuji Suzuki.

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2002.70.01.020144-0 - OZOALDO PAULINO E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). MARLY APARECIDA PEREIRA FAGUNDES

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferida a seguinte DECISÃO: À parte exequente para, no prazo de 10 dias, SOB PENA DE EXTINÇÃO DO PROCESSO:
a) juntar o título sobre o qual se fundamenta a execução (fotocópia autenticada);
b) emendar a inicial para que faça constar corretamente o endereço da União (Fazenda Nacional); assinar a procuração de fl. 14 (o sócio-gerente).

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2002.70.01.020636-9 - FRANCISCO GUILHERME DA SILVA E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). ANTONIO AUGUSTO DA SILVA

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferida a seguinte DECISÃO: À parte exequente para, no prazo de 10 dias, SOB PENA DE EXTINÇÃO DO PROCESSO:
a) regularizar a representação processual (...);
b) juntar aos autos certidão do DETRAN/PR, comprovando a propriedade do veículo no período requerido;
c) apresentar memória discriminada e atualizada de cálculos.

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2002.70.01.022507-8 - MARCOS ROBERTO BOZZI X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). EDUARDO DOS SANTOS

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferida a seguinte DECISÃO:
À parte exequente para manifestar-se acerca da informação de fl. 08 (...), no prazo de 30 dias, sob pena de extinção do processo.

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2002.70.01.014492-3 - SERGIO ALEXANDRE CALIZOTTI E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). SILVONEI SERGIO ZAGHINI

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferida a seguinte DECISÃO:
(...) Concedo o prazo improrrogável de 20 dias para regularização, sob pena de extinção do processo, devendo a parte exequente cumprir integralmente o despacho de fls. 61/62.

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2002.70.01.017178-1 - ANISIO JOSE RODRIGUES E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). SERGIO RENATO DALLA COSTA

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferida a seguinte DECISÃO:
À parte para complementar o recolhimento das custas, tendo em vista (...) o valor mínimo das custas judiciais.

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2002.70.01.020827-5 - OLY SEVERGNINI X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). ROBERTO DE MELLO SEVERO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferida a seguinte DECISÃO:
Aguarde-se decisão final nos autos de AI pelo STJ, em relação aos honorários advocatícios.

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2002.70.01.000191-7 - ESTHER BONINI CAMPANHA NINCAO E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). ALESSANDRO BRANDALIZE

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferida a seguinte DECISÃO:
2- Ao procurador judicial dos exequentes para, no prazo de 10 dias:
a) juntar aos autos fotocópias do RG e CPF de Ademilson Vieira, Ana Maria Schmidt, Carlos Estevano Victer e João de Souza Costa, sob pena de extinção do feito em relação a estes exequentes.

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2002.70.01.019991-2 - ADEMILSON VIEIRA E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). LELIO SHIRAHISHI TOMANAGA

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferida a seguinte DECISÃO:
1- Recebo o recurso de apelação interposto em ambos os efeitos;
2- À parte apelada para ciência da sentença, bem como para, querendo, contra-arrazoar.

EMBARGOS A EXECUCAO

1999.70.01.007888-3 - FAZENDA NACIONAL. X ANTONIO LUCIANO DOLFINI E OUTROS
Adv. : Dr(s). IDEVAR CAMPANERUTI

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferida a seguinte DECISÃO:
A decisão de fls. 64/65 deve ser mantida pelos seus próprios fundamentos, não sendo o pedido de reconsideração o meio processual adequado para o fim almejado.
(...).
À parte exequente para promover o desmembramento sob pena de extinção do processo.

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2002.70.01.006827-1 - ALDO CEZAR DALLACOURT E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). CARLOS ROBERTO FERREIRA

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferida a seguinte DECISÃO: À parte exequente para, no prazo de 10 dias, SOB PENA DE EXTINÇÃO DO PROCESSO:
a) regularizar a representação processual (...) do espólio;
b) aditar a inicial, incluindo como exequente Aldina Luiza Luize Araújo e juntar procuração outorgada por esta, visto que a encartada à fl. 10 ela está como representante do espólio, e, na planilha de fl. 09, pleitea também em nome próprio.

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2002.70.01.020707-6 - GERALDO DE ARAUJO - ESPOLIO E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). DAGMAR PIMENTA HANNOUCHE

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferida a seguinte SENTENÇA: INDEFIRO A PETIÇÃO INICIAL e julgo extinto o processo, sem exame do mérito.

ACAO CAUTELAR

2003.70.01.015871-9 - E DE ALMEIDA E CIA LTDA ME E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). PERICLES A. GRACINDO DE OLIVEIRA

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferida a seguinte SENTENÇA: INDEFIRO A PETIÇÃO INICIAL, com base no artigo 295, inciso III, do CPC.

NOTIFICACAO

2003.70.01.015798-3 - CATARINA NEGRAO DE OLIVEIRA GUASSU X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). WALDEMERITON NEGRAO DE OLIVEIRA

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferida a seguinte SENTENÇA: JULGO:
1- EXTINTOS ambos os processos, cautelar e principal, sem o exame do mérito, em relação e ante a falta de legitimidade do BACEN e da União (...). Condeno o autor ao pagamento de honorários advocatícios, os quais, fixados os critérios legais, arbitro em R$ 1.000,00 (mil reais), para ambos os réus, abrangendo ambas as ações, devidamente corrigidos até o efetivo pagamento.
2- IMPROCEDENTES os pedidos formulados pelo autor nas ações cautelar e ordinária.
Pela sucumbência, condeno-o ao pagamento das custas processuais remanescentes em ambos os feitos, além dos honorários (...) arbitrados em R$ 2.000,00 (dois mil reais), a ser rateado entre o BANESTADO e a CEF, abrangendo todas as ações, devidamente corrigidos até o efetivo pagamento.
Por fim, revogo a determinação de apresentação de carnês de IPTU e comprovantes de pagamento de condomínio, pois, com a improcedência do pedido, a liminar concedida está revogada (...).

ACAO CAUTELAR

93.20.12869-3 - JOSE PEDRO MOYSES X BANESTADO S. A CREDITO IMOBILIARIO E OUTROS
Adv. : Dr(s). MARCO ANTONIO BRANDALIZE

ACAO ORDINARIA

93.20.13096-5 - JOSE PEDRO MOYSES X BANESTADO S/ A CREDITO IMOBILIARIO E OUTROS
Adv. : Dr(s). MARCO ANTONIO BRANDALIZE

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferida a seguinte SENTENÇA: JULGO IMPROCEDENTE o pedido.
(...).

ACAO ORDINARIA

2001.70.01.009869-6 - JOSE CARLOS DOS SANTOS X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). ZAQUEU SUTIL DE OLIVEIRA

2001.70.01.010227-4 - ANTONIO SOARES DE ALVARENGA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). CLAUDINEY DOS SANTOS

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferida a seguinte DECISÃO:
1- Recebo o recurso de apelação interposto pela parte autora em ambos os efeitos.
2- Ao INSS e à União para contra-arrazoarem e serem intimados da sentença.

ACAO ORDINARIA

2001.70.01.004888-7 - JANIRA GOUVEIA DE LIMA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). MARCELO ARANDA GARCIA DE SOUZA

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferida a seguinte DECISÃO:
4- Ao INSS para especificar as provas.

ACAO ORDINARIA

2003.70.01.014546-4 - WALDEVINO CHRISTIANO X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). WEBER ATOS VANZO

2003.70.01.014548-8 - MIRIAN GALDINO FRANCA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). WEBER ATOS VANZO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferida a seguinte DECISÃO:
1- Defiro o pedido de fls. 125/126.

EXECUCAO DIVERSA

98.20.14736-0 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X CARLOS ALBERTO SANTANA DE CASTRO E OUTRO
Adv. : Dr(s). RITA DE CASSIA MAISTRO

LONDRINA, 19 DE JANEIRO DE 2004

_____
MARCIA ETSUCO ITIMURA TAMAY
DIRETORA DE SECRETARIA

Varas Federais de Maringá

EDITAL Nº 018/03 - CV

CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DE SUPERMERCADO COLORADO LTDA; ROBINSON PETRUCCI e VALDECIR JOSÉ PIRES, COM PRAZO DE 20 DIAS.

O Juízo Federal da 1ª Vara da Circunscrição de Maringá da Seção Judiciária do Paraná, na forma da lei.
FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Secretaria da 1ª Vara Federal de Maringá, sito na Av. XV de Novembro, 734, se processam os autos de Ação Monitória nº 2000.70.03.006806-1, em que é exeqüente a Caixa Econômica Federal-CEF e executado(a,os,as):

SUPERMERCADO COLORADO LTDA;
ROBINSON PETRUCCI e
VALDECIR JOSÉ PIRES,

o(s) qual(is) fica(m) CITADO(A,OS,AS) por este Edital, dos termos da ação proposta, para que pague(m) no prazo de 15 (quinze) dias, a importância de R$ 5.163,04 (cinco mil, cento e sessenta e três reais e quatro centavos), correspondente ao saldo da dívida, com os acréscimos legais, ou, querendo, no mesmo prazo, oferecer(em) embargos, sob pena de conversão automática do mandado inicial em mandado executivo, constituindo-se de pleno direito o título executivo (art. 1102c do CPC), CIENTIFICANDO-O(A,OS,AS) que, havendo pagamento, ficará(ao) isento(s) de custas e honorários advocatícios. E para que cheque ao conhecimento de todos, mandou expedir o presente edital, que será afixado e publicado na forma da lei.

EXPEDIDO nesta cidade de Maringá, Estado do Paraná, aos 30 de outubro de 2003. Eu,_____Pedro Benedito de Moraes Filho, Técnico Judiciário, o expedi. Eu,_____Sonia Mara Elias Gomes, Diretora de Secretaria, conferi e subscrevo.

JOSÉ JÁCOMO GIMENES
Juiz Federal

R$ 180,00

Varas Federais de Paranaguá

JUÍZO DA VARA FEDERAL
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE PARANAGUÁ.
Rua Rodrigues Alves, 800, 8º andar, Paranaguá/PR
CEP 83.203-420.

EDITAL Nº 01/2004

PRAZO: 30 DIAS

Execução Fiscal nº 2000.70.08.000905-2

Exeqüente: FAZENDA NACIONAL

Executado: EMPRESERV EMPRESA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SC LTDA

Finalidade: citação da executada, **EMPRESERV EMPRESA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SC LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº 80295967/0001-87, na pessoa de seu representante legal, Sr. **José Carlos Pedroso,** que se encontra em lugar incerto e não sabido, para, no prazo de cinco dias, efetuar o pagamento da dívida, no valor equivalente a R$ 3.152,22 (três mil, cento e cinqüenta e dois reais e vinte e dois centavos) em 01/2004, devidamente atualizado até a data do pagamento, ou, no mesmo prazo, oferecer bens à penhora, sob pena de serem penhorados bens suficientes para a garantia da dívida.

Natureza
da Dívida: Tributária, conforme certidão de dívida ativa número 90 6 98 014283-74 de 25/10/1999.

Sede do
Juízo: Rua Rodrigues Alves, 800, 8º andar, em Paranaguá, CEP: 83203-170

Paranaguá, 08 de janeiro de 2004.

Marcos Francisco Canali
Juiz Federal Substituto

JUÍZO DA VARA FEDERAL
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE PARANAGUÁ.
Rua Rodrigues Alves, 800, 8º andar, Paranaguá/PR CEP 83.203-420.

EDITAL Nº 02/2004

PRAZO: 30 DIAS

Execução Fiscal nº 99.7010991-0

Exeqüente: FAZENDA NACIONAL

Executado: JBV MEDICAMENTOS LTDA ME E JOAO CARLOS VILLAS BOAS

Finalidade: CITAÇÃO do executado **JOAO CARLOS VILLAS BOAS** inscrito no CPF/MF sob o nº 457.080.0619-87, na qualidade de responsável tributário, na forma disposta pelo artigo 135, inciso III, do Código Tributário Nacional, que se encontra em lugar incerto e não sabido, para, no prazo de cinco dias, efetuar o pagamento da dívida, no valor equivalente a R$ 9.794,07 (nove mil setecentos e noventa e quatro reais e sete centavos) em 01/2004, devidamente atualizado até a data do pagamento, ou, no mesmo prazo, oferecer bens à penhora, sob pena de serem penhorados bens suficientes para a garantia da dívida.

Natureza
da Dívida: Tributária, conforme certidões de dívida ativa números 90 6 97 020457-01 de 15/12/1997, 90 6 97 020458-92 de 26/01/1998, 90 6 97 020459-73 de 26/01/1998 e 90 7 97 001860-03 de 26/01/1998.

Sede do
Juízo: Rua Rodrigues Alves, 800, 8º andar, em Paranaguá, CEP: 83203-170

Paranaguá, 08 de janeiro de 2004.

Marcos Francisco Canali
Juiz Federal Substituto

Varas Federais de Umuarama

BOLETIM DE INTIMAÇÃO N.º 126/2003

SENTENÇAS PROFERIDAS PELO MM. JUIZ FEDERAL, DR. JAIL BENITES DE AZAMBUJA, E PELA MM. JUÍZA FEDERAL SUBSTITUTA, DRª MÔNICA DOROTÉA BORA, AMBOS DESTE JUÍZO.
.....
NOS PROCESSOS ABAIXO RELACIONADOS FOI PROFERIDA SENTENÇA JULGANDO EXTINTA A PRESENTE EXECUÇÃO, COM FUNDAMENTO NO ARTIGO 794, INCISO I, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.

ACAO ORDINARIA

96.50.10711-8 - JOSE DE CARVALHO DIAS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). JOAQUIM BASTOS

96.50.10852-1 - CAFEEIRA APARECIDA LTDA e Outros X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). JOAQUIM BASTOS

96.50.11004-6 - OSVALDO ROSA DE OLIVEIRA X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). JOAQUIM BASTOS

96.50.12542-6 - IRINEU MARTINS VALERIO e Outro X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). LAURINDETE CORREA DA SILVA

96.50.12549-3 - ERANIR PIRES DOS SANTOS e Outro X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). LAURINDETE CORREA DA SILVA

96.50.12563-9 - JOAO VERISSIMO DE CAIRES e Outro X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). LAURINDETE CORREA DA SILVA

96.50.12565-5 - ALBERTO DE PAULA SOARES e Outro X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). LAURINDETE CORREA DA SILVA

96.50.12572-8 - JOAQUIM ALVES SOBRINHO e Outro X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). LAURINDETE CORREA DA SILVA

96.50.12833-6 - AIRTON REBUTINI e Outro X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). LAURINDETE CORREA DA SILVA

96.50.12836-0 - JOSÉ NOGUEIRA DE LIMA e Outro X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). LAURINDETE CORREA DA SILVA

96.50.12839-5 - IRINEU EUCLIDES SALVADOR e Outro X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). LAURINDETE CORREA DA SILVA

96.50.12847-6 - JOSE ROBERTO CEBINELLI e Outro X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). LAURINDETE CORREA DA SILVA

96.50.13578-2 - JOAO BATISTA ARAUJO X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). DERMEVAL RIBEIRO VIANNA

96.50.13588-0 - ARNALDO ANTONIO FAVERO X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). DERMEVAL RIBEIRO VIANNA

96.50.14143-0 - ANTONIO PIRES X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). ROBINSON ELVIS KADES DE O. E SILVA

96.50.14420-0 - IRACY MESSIAS DA SILVA e Outro X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). LAURINDETE CORREA DA SILVA

96.50.16276-3 - WALDEMAR LENZ X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). ENIMAR PIZZATTO

96.50.16284-4 - EWALDO BOLDUAN X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). ENIMAR PIZZATTO

96.50.16314-0 - DALCY TESSELE X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). ENIMAR PIZZATTO

96.50.16544-4 - ARLINDO PEREIRA X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). ENIMAR PIZZATTO

96.50.16594-0 - JOAO DOLCI X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). ROBINSON ELVIS KADES DE O. E SILVA

96.50.16959-8 - FERNANDES LUCYK X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). ENIMAR PIZZATTO

96.50.17004-9 - WILLI WALENTINO KLEIN X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). ENIMAR PIZZATTO

96.50.17016-2 - BRUNO LUIZ VENDRUSCOLO X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). ENIMAR PIZZATTO

96.50.17037-5 - CASEMIRO CHIAMENTTI X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). ENIMAR PIZZATTO

96.50.17383-8 - LUIZ MOCELIN X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). ENIMAR PIZZATTO

96.50.17387-0 - ANTONIO TOMASSINI X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). ENIMAR PIZZATTO

96.50.17631-4 - VALDIR VILETTI X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). ENIMAR PIZZATTO

96.50.17638-1 - IDENIR PEDRINHO BRUM e Outro X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). ENIMAR PIZZATTO

96.50.17641-1 - ESPOLIO DE AURELIO BENJAMIM ROSSATO X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). ENIMAR PIZZATTO

96.50.17648-9 - GUNTER EGON KORBER X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). ENIMAR PIZZATTO

96.50.17661-6 - ADEMIR MIGUEL HOLZ X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). ENIMAR PIZZATTO

96.50.17667-5 - GELCY ANTONIO URIO X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). ENIMAR PIZZATTO

96.50.17680-2 - SADIR DELAI X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). ENIMAR PIZZATTO

96.50.17686-1 - IDEMAR MASSAROLI X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). ENIMAR PIZZATTO

96.50.17690-0 - ELIO CARLOS VILETTI X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). ENIMAR PIZZATTO

96.50.17714-0 - IVETE LOURDES VENDRUSCOLO X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). ENIMAR PIZZATTO

96.50.17722-1 - ESPOLIO DE JOSE ANTONIO e Outro X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). ENIMAR PIZZATTO

96.50.17724-8 - WALDIR PALUDO X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). ENIMAR PIZZATTO

96.50.17728-0 - JOAO ZOZ X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). ENIMAR PIZZATTO

96.50.17736-1 - ESPOLIO DE ATTILIO RIEDI X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). OSVALDO KRAMES NETO

96.50.17741-8 - UMBERTO ALBA X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). ENIMAR PIZZATTO

96.50.17748-5 - SELITO ANTONIETTI e Outro X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). ANTONIO RONALDO RODRIGUES PINTO

96.50.17756-6 - ALCIR DONIZETE MALVIERO e Outro X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). ANTONIO RONALDO RODRIGUES PINTO

96.50.17776-0 - JOSE GRIS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). ENIMAR PIZZATTO

96.50.17781-7 - ESPOLIO DE TELVINO NODARI X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). ENIMAR PIZZATTO

96.50.17805-8 - MARIA GRIS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). ENIMAR PIZZATTO

96.50.17813-9 - ESPOLIO DE LAURO INACIO MULLER X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). ENIMAR PIZZATTO

96.50.17814-7 - ANTONIO DOMINGOS CABRAL PELANDA e Outro X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). ENIMAR PIZZATTO

96.50.17819-8 - LEO LUIZ PEDRON X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). ENIMAR PIZZATTO

96.50.17825-2 - DOMINGOS AUGUSTO GIOLO PELANDA X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). ENIMAR PIZZATTO

96.50.17832-5 - CLOVIS VITOR SCHNEIDER X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). ENIMAR PIZZATTO

97.50.10266-5 - ARLINDO BORBOREMA DANTAS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). JOAQUIM BASTOS

97.50.11715-8 - LEVI PAULO OLIVO X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). JOSE MIGUEL DA SILVA

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2001.70.04.001422-3 - BENEDITO RIBEIRO DOS SANTOS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). LAURINDETE CORREA DA SILVA

Umuarama - PR, 23 de outubro de 2003.

CÉLIA ABADIA DE REZENDE MARINS
Diretora de Secretaria - 2.a Vara

2ª VARA FEDERAL DE UMUARAMA/PR

BOLETIM DE INTIMAÇÃO N.º 149/2003

DESPACHOS, DECISÕES E SENTENÇAS PROFERIDAS PELO M.M. JUIZ FEDERAL, DR. JAIL BENITES DE AZAMBUJA E PELA M.M.ª JUÍZA FEDERAL SUBSTITUTA, DR.ª MÔNICA DOROTÉA BORA, AMBOS DA 2.ª VARA FEDERAL DE UMUARAMA.

==========

NOS PROCESSOS ABAIXO RELACIONADOS FOI PROFERIDO O SEGUINTE DESPACHO:
" 1. Recebo os presentes embargos e suspendo o curso da execução de sentença, nos termos do § 1º do art. 739 do CPC.
2. Intime(m)-se o(s) embargado(s) para, no prazo de dez dias:
a) juntar(em) o(s) instrumento de mandato;
b) apresentar(em) impugnação aos embargos."

EMBARGOS A EXECUCAO

2002.70.04.002074-4 - UNIAO FEDERAL X JOSE VOLPATO E OUTROS
Adv. : Dr(s). JOSE MARIA COUTO

2002.70.04.002075-6 - UNIAO FEDERAL X JOAO LAVERDI
Adv. : Dr(s). AHMAD ABDALLAH

2002.70.04.006528-4 - UNIAO FEDERAL X JANILZA MARIA CARVALHO NICOLAU
Adv. : Dr(s). EDIMARA SOARES DE SOUZA

2002.70.04.006531-4 - UNIAO FEDERAL X JORGE SHINOHARA
Adv. : Dr(s). EDIMARA SOARES DE SOUZA

2002.70.04.006545-4 - UNIAO FEDERAL X ANTONIO PAULICHEN E OUTRO
Adv. : Dr(s). EDIMARA SOARES DE SOUZA

2002.70.04.006547-8 - UNIAO FEDERAL X JUSCELIO DE ANDRADE
Adv. : Dr(s). EDIMARA SOARES DE SOUZA

2002.70.04.007852-7 - UNIAO FEDERAL X ADELE BASSO ZANELLA E OUTROS
Adv. : Dr(s). CARLOS ANTONIO CENTENARO

2002.70.04.007855-2 - UNIAO FEDERAL X FRANCISCO GILBERTO CORREA E OUTRO
Adv. : Dr(s). STEVAO ALEXANDRE ACCADROLLI

2002.70.04.007856-4 - UNIAO FEDERAL X PAULO FERREIRA DE SOUZA
Adv. : Dr(s). JULIO FRANCISCO JANEIRO NEGRELLO

2002.70.04.007860-6 - UNIAO FEDERAL X RICARDO JOSE BUSATO
Adv. : Dr(s). MESSIAS DA SILVA LIMA

2002.70.04.007861-8 - UNIAO FEDERAL X JOSE RUBENS GONZAGA
Adv. : Dr(s). LUIZ ALBERTO LIMA

2002.70.04.007863-1 - UNIAO FEDERAL X EVANDRO ANTONIO DE MOURA
Adv. : Dr(s). LUIZ ALBERTO LIMA

2002.70.04.007869-2 - UNIAO FEDERAL X WILSON PEREIRA DA SILVA E OUTROS
Adv. : Dr(s). EDSON LUIZ DE FREITAS

2002.70.04.007874-6 - UNIAO FEDERAL X NELCY THEREZINHA ZART TASCA E OUTRO
Adv. : Dr(s). LUIZ ALBERTO LIMA

2002.70.04.007875-8 - UNIAO FEDERAL X LUIZ ALBERTO FARIA E OUTROS
Adv. : Dr(s). ISO VIEIRA DE MEDEIROS

2002.70.04.007879-5 - UNIAO FEDERAL X ALDONIR JOAO VIACELLI E OUTROS
Adv. : Dr(s). PEDRO ARLINDO DE CAMARGO FILHO

2002.70.04.007880-1 - UNIAO FEDERAL X CARLOS JORSON FILHO E OUTROS
Adv. : Dr(s). MARLI CALDAS ROLON

2002.70.04.007881-3 - UNIAO FEDERAL X ANTONIO JOSE BASTIANSCH
Adv. : Dr(s). GILBERTO JULIO SARMENTO

2002.70.04.007883-7 - UNIAO FEDERAL X LOURENCO MOTA E OUTROS
Adv. : Dr(s). CARLOS ANTONIO CENTENARO

2002.70.04.007885-0 - UNIAO FEDERAL X SEVERINO ONOFRE DA SILVA E OUTROS
Adv. : Dr(s). EDSON LUIZ DE FREITAS

2002.70.04.007886-2 - UNIAO FEDERAL X OSNI BATISTA E OUTRO
Adv. : Dr(s). LEANDRO DE FAVERI

2002.70.04.007887-4 - UNIAO FEDERAL X AFREU ANGELO DE ARAUJO E OUTROS
Adv. : Dr(s). AVERALDO FRANCISCO P. DE SOUZA

2002.70.04.007889-8 - UNIAO FEDERAL X LUIZ CORREA GIMENEZ
Adv. : Dr(s). ALCIDES RODRIGUES

2002.70.04.007893-0 - UNIAO FEDERAL X ANTONIO LIVONI E OUTROS
Adv. : Dr(s). SILVIO SILVANO DRUCIAK

2003.70.04.002752-4 - UNIAO FEDERAL X ANTONIO NILTON PAULA DA COSTA E OUTRO
Adv. : Dr(s). MAURILIA BONALUMI SANTOS

2003.70.04.002792-5 - UNIAO FEDERAL X JAIR ALVES E OUTROS
Adv. : Dr(s). RAIMUNDO APARECIDO VIANA

==========

NOS PROCESSOS ABAIXO RELACIONADOS FOI PROFERIDO O SEGUINTE DESPACHO:
" Intime-se a parte embargada para, no prazo de dez dias, requerer o que entender de direito, tendo em vista o retorno dos autos do TRF4."

EMBARGOS A EXECUCAO

2000.70.04.001593-4 - UNIAO FEDERAL X MOACIR NEVES E OUTROS
Adv. : Dr(s). CRISTIANE MARCIA LOPES

2000.70.04.001600-8 - UNIAO FEDERAL X MILTON BALAN E OUTROS
Adv. : Dr(s). NEIDE APARECIDA DA SILVA ALVES

2000.70.04.001601-0 - UNIAO FEDERAL X EURICO NOVAK E OUTROS
Adv. : Dr(s). SILVANA CAZARIN

2000.70.04.002340-2 - UNIAO FEDERAL X GERALDO GOUVEIA BRAZAO
Adv. : Dr(s). ENZO ALEIXO

2000.70.04.002645-2 - UNIAO FEDERAL X AUGUSTO PEDRO MORANDO
Adv. : Dr(s). PATRICIA ALESSANDRA CONCHON

==========

Nos processos abaixo relacionados foi proferida sentença que julgou extinta a presente execução.

ACAO ORDINARIA

96.50.10860-2 - HELOISA MONTEIRO ROCHA X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). JACYRA DE MORAIS

96.50.10880-7 - BENEDITO JACINTO DA SILVA X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). IDAIR BITENCOURT MILAN

96.50.12528-0 - ALCIDES CASAROTTO e Outro X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). MARCIA ELIANA RAGGIOTTO

96.50.13170-1 - ANTONIO RODRIGUES X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). ENZO ALEIXO

96.50.13389-5 - JONAS BERTO e Outro X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). VADEIR JOSE PEREIRA

96.50.17045-6 - MARIA IZABEL BIAZI KNIPPELBERG X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). WALDEMAR ALVES

==========

NOS PROCESSOS ABAIXO RELACIONADOS FOI PROFERIDO O SEGUINTE DESPACHO:
" 1. Defiro o pedido de compensação do valor devido à União com o crédito que o(s) embargado(s) tem(êm) a receber nos autos principais.
2. (...)."

EMBARGOS A EXECUCAO

2000.70.04.000309-9 - UNIAO FEDERAL X CLAUDEMIR ROBERTO PERUSSI
Adv. : Dr(s). JACYRA DE MORAIS

2000.70.04.000346-4 - UNIAO FEDERAL X JOAQUIM ROBERTO RESQUETTI ROMERO
Adv. : Dr(s). JACYRA DE MORAIS

2000.70.04.000348-8 - UNIAO FEDERAL X MILTON ANTONIO MENDES DA SILVA
Adv. : Dr(s). JACYRA DE MORAIS

2000.70.04.000349-0 - UNIAO FEDERAL X HELOISA MONTEIRO ROCHA
Adv. : Dr(s). JACYRA DE MORAIS

==========

NOS PROCESSOS ABAIXO RELACIONADOS FOI PROFERIDO O SEGUINTE DESPACHO:
" Intime-se a parte embargada para, no prazo de dez dias, manifestar-se sobre o contido na petição da União de fl..

EMBARGOS A EXECUCAO

99.50.10880-2 - UNIAO FEDERAL X HELIO BOSCARIOLI
Adv. : Dr(s). LUIZ CLAUDIO NUNES LOURENÇO

99.50.11306-7 - UNIAO FEDERAL X JOSE APARECIDO ROSSI E OUTROS
Adv. : Dr(s). BRAZ REBERTE PEDRINI

==========

NOS PROCESSOS ABAIXO RELACIONADOS FOI PROFERIDO O SEGUINTE DESPACHO:
" 1. Intime(m)-se o(s) autor(es) para, no prazo de dez dias, requerer(em) o que entender(em) de direito, tendo em vista o retorno dos autos do TRF4.
2. Não havendo manifestação, arquivem-se."

ACAO ORDINARIA

98.50.11536-0 - OSVALDO FRATA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). CLAUDIO CEZAR ORSI

2000.70.04.002108-9 - ALBERICO DA SILVA e Outros X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). VALDIR NUNES PALMEIRA

==========

NO PROCESSO ABAIXO RELACIONADO FOI PROFERIDO O SEGUINTE DESPACHO:
" 1. Intime-se o embargado para, no prazo de dez dias, requeira o que entender de direito, tendo em vista o retorno dos autos do TRF4.
2. Não havendo manifestação, arquivem-se."

EMBARGOS A EXECUCAO

99.50.10872-1 - UNIAO FEDERAL X PEDRO LUIZ GONZALES AGUILERA
Adv. : Dr(s). JOAO ROMAO GONZALES AGUILERA

Umuarama - PR, 12 de dezembro de 2003.

CLAUDIA APARECIDA FRANCO
DIRETORA DE SECRETARIA E.E. - 2ª VARA

Editais Judiciais

Capital

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA DE INTERDIÇÃO

O Doutor MARCO ANTONIO ANTONIASSI, MM Juiz de Direito da Terceira Vara Cível da Comarca de Curitiba Estado do Paraná, na Forma da Lei, etc.

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo tramitam os autos nº 48/2003 de INTERDIÇÃO proposto por NATALIA CARDOSO BATIUK contra ELIZABETH CARDOSO BATIUK, no qual por este Juízo através de sentença proferida em data de 11/09/2003, foi decretada a interdição do(a) requerido(a) ELIZABETH CARDOSO BATIUK, face o(a) mesmo(a) ser portador(a) de SÍNDROME DE DOWN, sendo-lhe nomeado(a) curador(a) o(a) requerente NATALIA CARDOSO BATIUK, mediante compromisso legal. Do que para constar lavrei este que, lido e achado conforme vai devidamente assinado. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Curitiba, Estado do Paraná, aos 21 de outubro de 2.003. Eu, (a), subscrevi.

(a) MARCO ANTONIO ANTONIASSI
Juiz de Direito

JUÍZO DE DIREITO DA QUINTA VARA CÍVEL DA COMARCA DE CURITIBA - PR
EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS POSSÍVEIS INTERESSADOS, COM PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS.

ODoutor SIGURD ROBERTO BENGTSSON, MM. Juiz de Direito desta QUINTA VARA CÍVEL, faz saber a todos, quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Cartório se processaram os autos de Interdição sob nº 951/1999, em é Requerente Antonio Carlos Taborda Ribas, brasileiro, casado, pedreiro, RG. 2.054.220-9-PR, inscrito no CPF/MF. sob nº 434.253.489/49, residente e domiciliado na rua nº 01, casa 319, Moradias Capri, Jardim Gabineto, nesta Capital, e Requerido Oscar Ormianin, brasileiro, solteiro, maior e inválido, residente no endereço acima, nos quais foi proferida a r. sentença que decretou a interdição do Requerido Oscar Ormianin, a qual é "desde seu nascimento, portador de uma doença mental que é Retardo Mental Grave, classificado em F-72 no CID-10, cuja a etiologia foi o TCE (Traumatismo Crânio Encefálico) quando ele tinha dois anos de idade, que torna incapaz de exercer os atos da vida civil, de reger-se e administrar-se, sendo sua doença de caráter permanente e não tem cura", tendo sido nomeado curador pleno o seu tio Antonio Carlos Taborda Ribas, nos termos da r. sentença de fls. 49/50, cuja decisão vai a seguir transcrita: "Vistos... Nestas condições, e atento ao r. parecer do digno representante do Ministério Público, hei por bem julgar PROCEDENTE o pedido, para o efeito de decretar a interdição de Oscar Ormianin, nomeando-lhe curador pleno a seu tio Antonio Carlos Taborda Ribas, o qual deverá ser intimado a prestar o compromisso legal no prazo de cinco dias, dispensando-o da especialização em hipoteca legal, nos termos do artigo 1190, do Código de Processo Civil, visto inexistir bens a acautelar, e estar o mesmo sujeito a prestação de contas. Proceda-se à inscrição da presente no Registro Civil, e a publicação pela imprensa, observando-se o estatuído pelo art. 1.184 do CPC. Cumpra-se a disposto nos artigos 1.187 e seguintes do CPC. P. R. I. Curitiba, 13 de março de 2003. (a) LAURO AUGUSTO FABRICIO DE MELO FILHO - Juiz de"Direito." Do que para constar, expedi o presente Edital, que será publicado e afixado nos termos da lei. Curitiba, 17 DE NOVEMBRO DE 2003. Eu, (a), (UBIRAJARA BINHARA), Escrivão que o datilografei, subscrevi e assino por ordem do MM. Juiz de Direito, na forma da Portaria n. 001/87.

(a) UBIRAJARA BINHARA
ESCRIVÃO

EDITAL DE CITAÇÃO DE VIA TAURUS EMBALALGENS LTDA., NA PESSOA DE SEUS REPRESENTANTES LEGAIS, ALDEMIR BUENO DE MORAES e ODEMIL DIAS DE MEDEIROS, COM O PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS.

FAZ SABER a quantos virem o presente, que perante este Juízo e Cartório da 15ª Vara Cível, situado na Av. Cândido de Abreu, nº 535, Edifício do Fórum Cível – 6º andar, Curitiba-PR., tramitam os autos de ação DECLARATÓRIA, sob nº 872/2002, em que é requerente US MEDS DO MERCOSUL – INDUSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS HIGIÊNICOS LTDA., e requeridos VIA TAURUS EMBALAGENS LTDA. e BANCO BRADESCO S/A, e por este CITA a requerida VIA TUARUS EMBALAGENS LTDA., inscrita no CNPJ sob nº 00.643.069/0001-33, na pessoa de seus representantes legais, ALDEMIR BUENO DE MORAES, inscrito no CPF sob nº 035.967.409-75 e ODEMIL DIAS DE MEDEIROS, inscrito no CPF sob nº 106.116.188-93, atualmente em lugar incerto, com o prazo de 30 (trinta) dias, contados da primeira publicação deste, dos termos da ação, podendo apresentar contestação, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, sob a advertência de que não sendo contestada a ação, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pela requerente, que em síntese são o seguintes: " A primeira ré protestou a autora em dois títulos (distribuídos sob nºs 0109765 e 0203420 ao 4º Cartório de Protestos de Títulos desta Capital, ambos no valor de R$ 1.400,00), sendo que se utilizou da outra ré para atingir seu intuito, contudo a requerente jamais teve qualquer relação comercial com a primeira ré que motivasse a emissão das duplicatas por indicação e que foram objeto do protesto supra referido". – DESPACHO: "Defiro a citação por edital, conforme requerido às fls. 97. Em 04/09/2003. (a) Lílian Romero – Juíza de Direito." Curitiba, 05 de dezembro de 2003. E, (a), (Lílian V. Pissaia – Juramentada), que o fiz digitar e subscrevo.

(a) LILIAN ROMERO – Juíza de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
PRAZO NOVENTA DIAS DIAS.
RÉU : CELSO LOPES PAULO.

O DOUTOR DÁRTAGNAN SERPA SA, MM. JUIZ DE DIREITO DA DECIMA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CURITIBA, ESTADO DO PARANA, NA FORMA DA LEI, .

F A Z S A B E R, a todos quantos o presente edital virem, com o prazo de NOVENTA DIAS Dias, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível intimar pessoalmente o réu CELSO LOPES PAULO, filho de , DIRCE LOPES PAULO, natural de ITAJAI/SC,
BRASILEIRA, nascido 22071978, profissão FAXINEIRO,ora em lugar incerto e não sabido, da r. sentença prolatada nos autos de Ação
Penal n. 200269977, cujo teor é o seguinte: "Vistos, etc... Ante o exposto julgo procedente a ação para o fim de CONDENAR CELSO
LOPES PAULO, como incurso nas sanções do artigo 1Q57 C/C/ART.;14 INCISO II DO CPP., a pena de DOIS ANOS E OITO MESES em regime ABERTO e mais QUINZE DIAS dias-multa, fixando o dia-multa no valor de 1/3 DO SALARIO MINIMO. Com o trânsito em julgado, lance-se os nomes no rol dos culpados. P.R.I. Curitiba, 10122003". Expediu-se o presente Edital, pelo qual fica(m)
intimado(as) o(as) referido(as) réu(s) e as parte(s) ainda o prazo da publicação deste, terá 05 (cinco) dias para interpor, querendo, recurso e /ou apelação à Instância Superior, depois do que a r. sentença transitará em Julgado, na forma da Lei. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Curitiba, 16 de janeiro de 2004.Eu,,(Rosângela Ziliotto),Escrivã o subscrevi.

DÁRTAGNAN SERPA SA
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO
RÉU: CELSO MELLO
PRAZO: 15 (QUINZE) DIAS

O DOUTOR MAURÍCIO MAINGUÉ SIGWALT, M.M. JUIZ DE DIREITO DA DÉCIMA PRIMEIRA VARA DA COMARCA DE CURITIBA, ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI,

F A Z S A B E R, a todos quanto o presente edital virem com o prazo de 15 dias, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível citar pessoalmente a Celso Mello, brasileiro, maior, portador da RG nº 2.255.334/PR, atualmente em lugar incerto e não sabido, pelo presente CITA-O e CHAMA-O, a comparecer perante este Juízo da 11ª Vara Criminal, sito à Avenida Marechal Floriano Peixoto, nº 672-11º andar-Fórum Criminal, no dia 16.02.2004, às 09h, a fim de ser interrogado e acompanhar a todos os demais termos do processo nº 2003.00039-1, a que responde como incurso nas sanções do artigo 187 da Lei das Falências.
Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Curitiba, 19 de janeiro de 2004. Eu_____Aparecido Barbosa, Auxiliar de Cartório, o digitei.

Maurício Maingué Sigwalt
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO
RÉU: ALTAMIRO JOSÉ PILATTI JUNIOR
PRAZO: 15 (QUINZE) DIAS

O DOUTOR MAURÍCIO MAINGUÉ SIGWALT, M.M. JUIZ DE DIREITO DA DÉCIMA PRIMEIRA VARA DA COMARCA DE CURITIBA, ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI,
F A Z S A B E R, a todos quanto o presente edital virem com o prazo de 15 dias, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível citar pessoalmente a Altamir José Pilatti Junior, brasileiro, casado, filho de Altamiro José Pilatti e de Neide Terezinha Pereira Lis, natural de Curitiba-PR, atualmente em lugar incerto e não sabido, pelo presente CITA-O e CHAMA-O, a comparecer perante este Juízo da 11ª Vara Criminal, sito à Avenida Marechal Floriano Peixoto, nº 672-11º andar-Fórum Criminal, no dia 09.02.2004, às 8h45m, a fim de ser interrogado e acompanhar a todos os demais termos do processo nº 2002.6598-0, a que responde como incurso nas sanções do artigo 304, Caput, do Código Penal.
Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Curitiba, 19 de janeiro de 2004. Eu_____Aparecido Barbosa, Auxiliar de Cartório, o digitei.

Maurício Maingué Sigwalt
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO
RÉU: ABEGAIL FERNANDES LACERDA
PRAZO: 15 (QUINZE) DIAS

O DOUTOR MAURÍCIO MAINGUÉ SIGWALT, M.M. JUIZ DE DIREITO DA DÉCIMA PRIMEIRA VARA DA COMARCA DE CURITIBA, ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI,
F A Z S A B E R, a todos quanto o presente edital virem com o prazo de 15 dias, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível citar pessoalmente a Abegail Fernandes Lacerda, brasileira, maior, casada, portador da RG nº 317.777-7, atualmente em lugar incerto e não sabido, pelo presente CITA-O e CHAMA-O, a comparecer perante este Juízo da 11ª Vara Criminal, sito à Avenida Marechal Floriano Peixoto, nº 672-11º andar-Fórum Criminal, no dia 16.02.2004, às 09h, a fim de ser interrogado e acompanhar a todos os demais termos do processo nº 2003.00039-1, a que responde como incurso nas sanções do artigo 186, inc. VI. Art. 187 e art. 188 iINC. VIII da Lei das Falências.
Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Curitiba, 19 de janeiro de 2004. Eu_____Aparecido Barbosa, Auxiliar de Cartório, o digitei.

Maurício Maingué Sigwalt
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO
RÉU: EDSON SARAGOÇA
PRAZO: 15 (QUINZE) DIAS

O DOUTOR MAURÍCIO MAINGUÉ SIGWALT, M.M. JUIZ DE DIREITO DA DÉCIMA PRIMEIRA VARA DA COMARCA DE CURITIBA, ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI,

F A Z S A B E R, a todos quanto o presente edital virem com o prazo de 15 dias, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível citar pessoalmente a Edson Saragoça, brasileiro, maior, portador da RG nº 4/R 1.408.135/SC, atualmente em lugar incerto e não sabido, pelo presente CITA-O e CHAMA-O, a comparecer perante este Juízo da 11ª Vara Criminal, sito à Avenida Marechal Floriano Peixoto, nº 672-11º andar-Fórum Criminal, no dia 16.02.2004, às 09h, a fim de ser interrogado e acompanhar a todos os demais termos do processo nº 2003.00039-1, a que responde como incurso nas sanções do artigo 187 da Lei das Falências.
Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Curitiba, 19 de janeiro de 2004. Eu_____Aparecido Barbosa, Auxiliar de Cartório, o digitei.

Maurício Maingué Sigwalt
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO
RÉU: ÉLSON DE MELLO
PRAZO: 05 (CINCO) DIAS

O DOUTOR MAURÍCIO MAINGUÉ SIGWALT, M.M. JUIZ DE DIREITO DA DÉCIMA PRIMEIRA VARA DA COMARCA DE CURITIBA, ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI,

F A Z S A B E R, a todos quanto o presente edital virem com o prazo de 05 dias, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível citar pessoalmente a Élson de Mello, brasileiro, maior, portador da RG nº 3.213.491-2, atualmente em lugar incerto e não sabido, pelo presente CITA-O e CHAMA-O, a comparecer perante este Juízo da 11ª Vara Criminal, sito à Avenida Marechal Floriano Peixoto, nº 672-11º andar-Fórum Criminal, no dia 16.02.2004, às 09h, a fim de ser interrogado e acompanhar a todos os demais termos do processo nº 2003.00039-1, a que responde como incurso nas sanções do artigo 187 da Lei das Falências.
Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Curitiba, 19 de janeiro de 2004. Eu_____Aparecido Barbosa, Auxiliar de Cartório, o digitei.

Maurício Maingué Sigwalt
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO
RÉU: MICHEL ALEXANDER PACHECO DE AGUIAR
PRAZO: 15 (QUINZE) DIAS

O DOUTOR MAURÍCIO MAINGUÉ SIGWALT, M.M. JUIZ DE DIREITO DA DÉCIMA PRIMEIRA VARA DA COMARCA DE CURITIBA, ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI,

F A Z S A B E R, a todos quanto o presente edital virem com o prazo de 05 dias, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível citar pessoalmente a Michel Alexsander Pacheco de Aguiar, brasileiro, filho de Nemezio José de Aguiar e de Solange Pacheco, atualmente em lugar incerto e não sabido, pelo presente CITA-O e CHAMA-O, a comparecer perante este Juízo da 11ª Vara Criminal, sito à Avenida Marechal Floriano Peixoto, nº 672-11º andar-Fórum Criminal, no dia 09.02.2004, às 8h30m a fim de ser interrogado e acompanhar a todos os demais termos do processo nº 2003.10251-8, a que responde como incurso nas sanções do artigo 157 parágrafo 2º inciso I e II c.c. art. 29 do C.penal..
Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Curitiba, 19 de janeiro de 2004. Eu_____Aparecido Barbosa, Auxiliar de Cartório, o digitei.

Maurício Maingué Sigwalt
Juiz de Direito

Comarcas do Interior

Barbosa Ferraz

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA DECLARATÓRIA DE INTERDIÇÃO DE MARIA APARECIDA DE MORAIS.

Data de Sentença:.....01 de dezembro de 2003.
Causa da Interdição:.....deficiência mental congênita, que a torna
incapaz de reger os atos de sua vida civil.
Limites de Curatela:.....Total.
Curador:.....PEDRO MORAIS BAIÃO.
Processo:.....Autos n.º 127/03.
Barbosa Ferraz, 30 de dezembro de 2.003. Eu, (Maria de Fátima de Carvalho Pedro) Escrivã, que digitei e subscrevi. ***José Roberto Silvério*** **Juiz de Direito**

Barracão

EDITAL DE INTIMAÇÃO DOS RÉUS EDEGAR NORBERTO WALDRAFF E ARMINDO DE OLIVEIRA DUARTE, COM PRAZO DE 15(QUINZE) DIAS.

O Doutor Marcos Antonio de Souza Lima, Meritíssimo Juiz Substituto da Vara Criminal da Comarca de Barracão - Estado do Paraná, etc...

F A Z S A B E R, a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível intimar pessoalmente os réus EDEGAR NORBERTO WALDRAFF, brasileiro, solteiro, pedreiro, nascido em Mondai – SC em 02.04.64, filho de Norberto Waldraff e Lourdes da Rocha Waldraff, e, ARMINDO DE OLIVEIRA DUARTE, brasileiro, solteiro, sem profissão, filho de Braz Nicanor Duarte e Leonida de Oliveira Duarte, nascido em 06.10.77 em Barracão – PR., ora em lugar incerto e não sabido, pelo presente intima-o(s) para comparecerem na audiência admonitória designada para o dia 09 de fevereiro de 2004, às 10:30 horas, nos autos n.65/99 de Processo Criminal que o Ministério Público move contra o mesmo. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Barracão, Estado do Paraná, aos cinco dias do mês de janeiro do ano de dois mil e quatro. Eu, , Cairo Roberto Woichikowski, auxiliar, digitei e subscrevi.

Marcos Antonio de Souza Lima
Juiz de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO DO RÉU ENERI ANTONIO CAMPO, COM PRAZO DE 15(QUINZE) DIAS.

O Doutor Marcos Antonio de Souza Lima, Meritíssimo Juiz Substituto da Vara Criminal da Comarca de Barracão - Estado do Paraná, etc...

F A Z S A B E R, a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível intimar pessoalmente o réu ENERI ANTONIO CAMPO, brasileiro, casado, motorista, nascido em Encantado – RS., em 20.07.1959, filho de Armando Campo e Sibila Vizoli, ora em lugar incerto e não sabido, pelo presente intima-o(s) por todo o conteúdo dos tópicos finais da sentença proferida nos autos nº.37/01 de Processo Criminal que o Ministério Público move contra o mesmo e para querendo recorrer, seguintes: ... julgo improcedente a denúncia para absolver o acusado Eneri Antonio Campo, já qualificado nos autos, do crime que lhe é imputado, e o faço com escólio no inciso III, do art.386 do Código de Processo Penal. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Barracão, Estado do Paraná, aos cinco dias do mês de janeiro do ano de dois mil e quatro. Eu, , Cairo Roberto Woichikowski, auxiliar, digitei e subscrevi.

Marcos Antonio de Souza Lima
Juíz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO DO RÉU PAULO DINIZ VIEIRA, COM PRAZO DE 15(QUINZE) DIAS.

O Doutor Marcos Antonio de Souza Lima, Meritíssimo Juiz Substituto da Vara Criminal da Comarca de Barracão - Estado do Paraná, etc...

F A Z S A B E R, a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível citar pessoalmente o réu PAULO DINIZ VIEIRA, brasileiro, solteiro, desempregado, nascido em Dionísio Cerqueira – SC., em 21.07.1976, filho de Antonio Lopes Vieira e Iracema Diniz de Oliveira, ora em lugar incerto e não sabido, pelo presente cita-o(s) e chama-o(s) a comparecer(em) perante este Juízo, Edifício do Forum local, rua Paraíba, 73, no dia 09 de fevereiro de 2004, às 10:15 horas, a fim de ser(em) interrogado(s) e acompanhar(em) a todos os demais termos do processo a que responde(em) como incurso(s) nas sanções do(s) artigo(s) 171, caput (3x) c.c 71 do CP., nos autos de Processo Crime n.27/03 em que é autor o Ministério Público. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Barracão, Estado do Paraná, aos cinco dias do mês de janeiro do ano dois mil e quatro. Eu, , Cairo Roberto Woichikowski, auxiliar, digitei e subscrevi.

Marcos Antonio de Souza Lima
Juíz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO DO RÉU IVELIR ANDRÉ DA SILVA, COM PRAZO DE 15(QUINZE) DIAS.

O Doutor Marcos Antonio de Souza Lima, Meritíssimo Juiz Substituto da Vara Criminal da Comarca de Barracão - Estado do Paraná, etc...

F A Z S A B E R, a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível citar pessoalmente o réu IVELIR ANDRE DA SILVA, brasileiro, solteiro, agricultor, filho de Fermino André da Silva e Lucia Moura da Silva, sem outras qualificações, ora em lugar incerto e não sabido, pelo presente cita-o(s) e chama-o(s) a comparecer(em) perante este Juízo, Edifício do Forum local, rua Paraíba, 73, no dia 09 de fevereiro de 2004, às 09:30 horas, a fim de ser(em) interrogado(s) e acompanhar(em) a todos os demais termos do processo a que responde(em) como incurso(s) nas sanções do(s) artigo(s) 157, par.2º., I e II c.c 14, II do CP., nos autos de Processo Crime n.16/03 em que é autor o Ministério Público. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Barracão, Estado do Paraná, aos cinco dias do mês de janeiro do ano dois mil e quatro. Eu, , Cairo Roberto Woichikowski, auxiliar, digitei e subscrevi.

Marcos Antonio de Souza Lima
Juíz de Direito

Cianorte

EDITAL DE ENCERRAMENTO DA FALÊNCIA DE IRMAOS TEZELLI LTDA.

Edital de Encerramento da Falência de IRMAOS TEZELLI LTDA, na ação de FALENCIA, sob nº 000319/1971, em que é(são) requerente(s): IRMAOS TEZELLI LTDA e requerido(a)(s): ESTE JUIZO, que tramita na Única Vara Cível de Cianorte, Estado do Paraná, sito à Travessa Itororó, nº 221, Edifício do Fórum, por sentença proferida em 25 de novembro de 2003, foi encerrada a falência de IRMAOS TEZELLI LTDA. SENTENÇA: Autos nº 000319/1971. Vistos. Autos sob nº 000319/1971. Requerente: IRMAOS TEZELLI LTDA. Requerido: ESTE JUIZO. IRMAOS TEZELLI LTDA, já qualificada, requereu perante este Juízo a decretação de concordata preventiva, e, após, sendo ela devidamente processada, foi convertida em falência que tramitou perante este Juízo por mais de vinte anos, e, quitadas as obrigações perante os credores, o síndico prestou contas (fls. 651/652), consignando o ativo e o passivo, sendo este tão somente as custas processuais e os honorários do síndico, que foram todos devidamente pagos. Após, ouvido o Ministério Público e o síndico, ambos requereram a extinção da falência. É o relatório. DECIDO. Apresentadas as contas e o relatório final, o processo deve ser encerrado, nos termos do artigo 132 da Lei de Falências com a declaração da extinção das obrigações e devolução dos livros ao falido, bem como das sobras do ativo. Isto posto, declaro extintas as obrigações, e, por conseguinte, encerro a falência de IRMAOS TEZELLI LTDA, determinando, pois, a devolução dos livros ao falido, bem como as sobras do ativo. Fica, pois, o falido, autorizado a exercer o comércio. No mais, publique-se esta decisão, por edital, com prazo de trinta (30) dias, em jornal oficial e em outro jornal de grande circulação, intimando-se, ainda, o representante do Ministério Público e cientificando o registro de comércio. P.R.I. Em, 25/11/2003. (a). Dr. Fernando Swain Ganem, Juiz de Direito. Para que ninguém no futuro possa alegar ignorância, passou-se o presente edital, que será publicado e afixado na forma da lei. Cianorte, 09 de dezembro de 2.003. Eu, _____(Bel. Virgilino Ferreira Varella), Escrivão, que digitei e subscrevi.

FERNANDO SWAIN GANEM
Juiz de Direito

Clevelândia

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA DO RÉU JOÃO DOS SANTOS, COM O PRAZO DE 90 (NOVENTA) DIAS.

Autos nº 48/99
Autora: Justiça Pública

O DOUTOR EVANDRO PORTUGAL, MM. JUIZ DE DIREITO DESTA COMARCA DE CLEVELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI, ETC. –

FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, no prazo de 90 (noventa) dias (Art. 392, VI, § 1º do CPP), que não tendo sido possível intimar pessoalmente o réu **JOÃO DOS SANTOS**, brasileiro, amasiado, lenheiro, natural de São Lourenço do Oeste-SC, nascido aos 22/09/48, filho de Leandrina Antunes dos Santos, portador do RG sob nº 12/R-1.495.713/SC, por encontrar-se em lugar incerto e não sabido, pelo presente **INTIMA-O**, que por Sentença deste Juízo, datada de 03/06/2003, nos autos de processo crime sob o nº 48/99, foi **condenado a pena de 01 (um) ano de detenção e 20 (vinte) dias-multa, cuja pena privativa de liberdade foi, na forma do § 2º, do artigo 44, do Código Penal, substituída por uma restritiva de direitos, consistente na prestação de serviços à comunidade pelo prazo da pena aplicada,** como incurso nas sanções do Artigo 10, inciso III, da Lei 9.437/97.
E, para que chegue ao conhecimento de todos, expediu-se este Edital que será afixado em lugar público e de costume, neste Fórum. Dado e passado nesta cidade e comarca de Clevelândia, Estado do Paraná, aos 23 dias do mês de dezembro do ano de 2003. Eu, _____ (*José Luiz Pontes Lanzarini*), Escrivão, o digitei e subscrevo.

EVANDRO PORTUGAL
Juiz de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA DO RÉU PEDRO GONZAGA CARVALHO, COM O PRAZO DE 90 (NOVENTA) DIAS.

Autos nº 45/99
Autora: Justiça Pública

O DOUTOR EVANDRO PORTUGAL, MM. JUIZ DE DIREITO DESTA COMARCA DE CLEVELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI, ETC. –

FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, no prazo de 90 (noventa) dias (Art. 392, VI, § 1º do CPP), que não tendo sido possível intimar pessoalmente o sentenciado **PEDRO GONZAGA CARVALHO**, brasileiro, amasiado, operador de máquinas, natural de Mariópolis-Pr, nascido aos 22/05/72, filho de Ivaldino Nunes Carvalho e Maria José Gonzaga Carvalho, portador do RG sob nº 5.727.377-1/PR, por encontrar-se em lugar incerto e não sabido, pelo presente **INTIMA-O**, que por Sentença deste Juízo, datada de 29/08/2003, nos autos de processo crime sob o nº 45/99, foi **condenado a pena de 01 (um) ano de detenção e 20 (vinte) dias-multa, cuja pena privativa de liberdade foi, na forma do § 2º, do artigo 44, do Código Penal, substituída por uma restritiva de direitos, consistente na prestação de serviços à comunidade pelo prazo da pena aplicada,** como incurso nas sanções do Artigo 10, inciso III, da Lei 9.437/97.
E, para que chegue ao conhecimento de todos, expediu-se este Edital que será afixado em lugar público e de costume, neste Fórum. Dado e passado nesta cidade e comarca de Clevelândia, Estado do Paraná, aos 23 dias do mês de dezembro do ano de 2003. Eu, _____ (*José Luiz Pontes Lanzarini*), Escrivão, o digitei e subscrevo.

EVANDRO PORTUGAL
Juiz de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO DO RÉU DORIVAL GONZAGA DOS SANTOS.

Autos nº 07/97.
Autora: JUSTIÇA PÚBLICA
Infração: Artigo 129, § 1º, inciso III, do Código Penal.

O DOUTOR **EVANDRO PORTUGAL**, MM. JUIZ DE DIREITO DESTA COMARCA DE CLEVELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI, ETC. –

FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível intimar pessoalmente o sentenciado **DORIVAL GONZAGA DOS SANTOS, vulgo "Diva"**, brasileiro, casado, pedreiro, natural de Mariópolis-Pr, nascido aos 08/04/1963, filho de Domingos Barbosa dos Santos e Lindaura Aparecida Gonzaga, portador do RG sob nº 2.388.550/Pr, por encontrar-se em lugar incerto, pelo presente INTIMA-O e CHAMA-O a comparecer perante este Juízo, no edifício do Fórum local, no **dia 13 de abril de 2003, às 10:00 horas**, a fim de participar de **audiência admonitória**, no processo a que responde.
E, para que chegue ao conhecimento de todos, expediu-se este Edital que será afixado em lugar público e de costume, neste Fórum. Dado e passado nesta cidade e comarca de Clevelândia, Estado do Paraná, aos 23 dias do mês de dezembro do ano de 2003. Eu, _____ (José Luiz Pontes Lanzarini), escrivão, o digitei e subscrevo.

EVANDRO PORTUGAL
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO DO RÉU FÁBIO CESAR TOMAZINI, COM O PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS.

Autos nº 30/2002.
Autora: JUSTIÇA PÚBLICA
Infração: Artigo 171, § 2º, inciso IV, e artigo 340, c/c. os artigos 29 e 69, todos do Código Penal.

O DOUTOR **EVANDRO PORTUGAL**, MM. JUIZ DE DIREITO DESTA COMARCA DE CLEVELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI, ETC. –

FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, no prazo de 15 (quinze) dias, que não tendo sido possível citar pessoalmente o denunciado **FÁBIO CESAR TOMAZINI**, brasileiro, casado, motorista, filho de José Carlos Tomazini e Maria Fiorini Tomazini, natural Xanxerê-SC, nascido aos 17/01/78, portador do RG nº 16/R-3.807.721/SC, por encontrar-se em lugar incerto, pelo presente CITA-O e CHAMA-O a comparecer perante este Juízo, no edifício do Fórum local, no **dia 13 de abril de 2004, às 09:30 horas**, a fim de ser interrogado e acompanhar a todos os demais termos do processo a que responde.
E, para que chegue ao conhecimento de todos, expediu-se este Edital que será afixado em lugar público e de costume, neste Fórum. Dado e passado nesta cidade e comarca de Clevelândia, Estado do Paraná, aos 23 dias do mês de dezembro do ano de 2003. Eu, _____ (*José Luiz Pontes Lanzarini*), escrivão, o digitei e subscrevo.

EVANDRO PORTUGAL
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO DO RÉU CLAUDECIR ANTUNES, COM O PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS.

Autos nº 06/2003.
Autora: JUSTIÇA PÚBLICA
Infração: Artigo 121, § 2º, inciso II, c/c. o artigo 14, inciso II, ambos do Código Penal.

O DOUTOR **EVANDRO PORTUGAL**, MM. JUIZ DE DIREITO DESTA COMARCA DE CLEVELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI, ETC. –

FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, no prazo de 15 (quinze) dias, que não tendo sido possível citar pessoalmente o denunciado **CLAUDECIR ANTUNES, vulgo "Bego"**, brasileiro, solteiro, diarista, filho de Luiz Antunes e Idalina Godois Antunes, natural Pato Branco-Pr, nascido aos 14/10/83, portador do RG nº 9.795.701-0/PR, por encontrar-se em lugar incerto, pelo presente CITA-O e CHAMA-O a comparecer perante este Juízo, no edifício do Fórum local, no **dia 13 de abril de 2004, às 09:00 horas**, a fim de ser interrogado e acompanhar a todos os demais termos do processo a que responde.
E, para que chegue ao conhecimento de todos, expediu-se este Edital que será afixado em lugar público e de costume, neste Fórum. Dado e passado nesta cidade e comarca de Clevelândia, Estado do Paraná, aos 23 dias do mês de dezembro do ano de 2003. Eu, _____ (*José Luiz Pontes Lanzarini*), escrivão, o digitei e subscrevo.

EVANDRO PORTUGAL
Juiz de Direito

Dois Vizinhos

EDITAL DE CITAÇÃO DE JOSE KUHNEN ME, COM PRAZO DE TRINTA (30) DIAS. O Doutor RODRIGO BRUM LOPES, MM. Juiz de Direito da Comarca de Dois Vizinhos, Paraná, etc..

F A Z S A B E R, a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, principalmente JOSE KUHNEN ME atualmente em lugar incerto e não sabido, que por este Juízo e Cartório trâmita os autos nº000052/2003 de EXECUTIVO FISCAL, em que é exequente: UNIAO e executado: JOSE KUHNEN ME, e por este meio CITA a ré para que pague no prazo legal de 05 (cinco) dias, a importância de R$6.849,56, acrescida das cominações legais, custas e honorários advocatícios, cujo valor é representado pela certidão de dívida ativa nº90 4 02 010160-00, sob pena de não fazendo, serem-lhe transformado em penhora tantos bens quanto bastem para garantir a presente execução, ficando ainda ciente que o prazo para embargar a presente execução é de trinta (30) dias, à partir da intimação da penhora. " E para que chegue ao conhecimento de todos, e futuramente ninguem possa alegar ignorância, determinou o MM. Juiz que fosse expedido o presente edital, que será afixado no local de costume e publicado na forma legal. Dado e passado, em Dois Vizinhos, Paraná, em 04 de dezembro de 2.003. Eu,____(Elpidio Pereira Batista/Silvani S. Tramontin) Escrivão/Aux. Juramentada, digitei e subscrevi.

RODRIGO BRUM LOPES
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO DE NEGO PINZON TRANS. COM. DE PRODUTOS AGRICOLAS LTDA, COM PRAZO DE TRINTA (30) DIAS. O Doutor RODRIGO BRUM LOPES, MM. Juiz de Direito da Comarca de Dois Vizinhos, Paraná, etc..

F A Z S A B E R, a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, principalmente NEGO PINZON TRANS. COM. DE PRODUTOS AGRICOLAS LTDA atualmente em lugar incerto e não sabido, que por este Juízo e Cartório trâmita os autos nº000056/2003 de EXECUTIVO FISCAL, em que é exequente: UNIAO e executado: NEGO PINZON TRANS. COM. DE PRODUTOS AGRICOLAS LTDA, e por este meio CITA a ré para que pague no prazo legal de 05 (cinco) dias, a importância de R$2.735,40, acrescida das cominações legais, custas e honorários advocatícios, cujo valor é representado pela certidão de dívida ativa nº90 6 99 024404-77, sob pena de não fazendo, serem-lhe transformado em penhora tantos bens quanto bastem para garantir a presente execução, ficando ainda ciente que o prazo para embargar a presente execução é de trinta (30) dias, à partir da intimação da penhora. " E para que chegue ao conhecimento de todos, e futuramente ninguem possa alegar ignorância, determinou o MM. Juiz que fosse expedido o presente edital, que será afixado no local de costume e publicado na forma legal. Dado e passado, em Dois Vizinhos, Paraná, em 10 de dezembro de 2.003. Eu,____(Elpidio Pereira Batista/Silvani S. Tramontin) Escrivão/Aux. Juramentada, digitei e subscrevi.

RODRIGO BRUM LOPES
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO DE JOSE KUHNEN ME, COM PRAZO DE TRINTA (30) DIAS. O Doutor RODRIGO BRUM LOPES, MM. Juiz de Direito da Comarca de Dois Vizinhos, Paraná, etc..

F A Z S A B E R, a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, principalmente JOSE KUHNEN ME atualmente em lugar incerto e não sabido, que por este Juízo e Cartório trâmita os autos nº000105/2002 de EXECUTIVO FISCAL, em que é exequente: FAZENDA NACIONAL e executado: JOSE KUHNEN ME, e por este meio CITA a ré para que pague no prazo legal de 05 (cinco) dias, a importância de R$4.139,66, acrescida das cominações legais, custas e honorários advocatícios, cujo valor é representado pela certidão de dívida ativa nº90 6 01 005512-22, sob pena de não fazendo, serem-lhe transformado em penhora tantos bens quanto bastem para garantir a presente execução, ficando ainda ciente que o prazo para embargar a presente execução é de trinta (30) dias, à partir da intimação da penhora. " E para que chegue ao conhecimento de todos, e futuramente ninguem possa alegar ignorância, determinou o MM. Juiz que fosse expedido o presente edital, que será afixado no local de costume e publicado na forma legal. Dado e passado, em Dois Vizinhos, Paraná, em 04 de dezembro de 2.003. Eu,____(Elpidio Pereira Batista/Silvani S. Tramontin) Escrivão/Aux. Juramentada, digitei e subscrevi.

RODRIGO BRUM LOPES
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO DE ROSALINA GARCIAS DA CRUZ E CIA LTDA e ROSALINA GARCIAS DA CRUZ, COM PRAZO DE TRINTA (30) DIAS. O Doutor RODRIGO BRUM LOPES, MM. Juiz de Direito da Comarca de Dois Vizinhos, Paraná, etc..

F A Z S A B E R, a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, principalmente ROSALINA GARCIAS DA CRUZ E CIA LTDA e ROSALINA GARCIAS DA CRUZ atualmente em lugar incerto e não sabido, que por este Juízo e Cartório trâmita os autos nº000111/2002 de EXECUTIVO FISCAL, em que é exequente: FAZENDA NACIONAL e executado: ROSALINA GARCIAS DA CRUZ E CIA LTDA e ROSALINA GARCIAS DA CRUZ, e por este meio CITA a ré para que pague no prazo legal de 05 (cinco) dias, a importância de R$3.160,15, acrescida das cominações legais, custas e honorários advocatícios, cujo valor é representado pela certidão de dívida ativa nº90 6 01 005495-97, sob pena de não fazendo, serem-lhe transformado em penhora tantos bens quanto bastem para garantir a presente execução, ficando ainda ciente que o prazo para embargar a presente execução é de trinta (30) dias, à partir da intimação da penhora. " E para que chegue ao conhecimento de todos, e futuramente ninguem possa alegar ignorância, determinou o MM. Juiz que fosse expedido o presente edital, que será afixado no local de costume e publicado na forma legal. Dado e passado, em Dois Vizinhos, Paraná, em 04 de dezembro de 2.003. Eu,____(Elpidio Pereira Batista/Silvani S. Tramontin) Escrivão/Aux. Juramentada, digitei e subscrevi.

RODRIGO BRUM LOPES
Juiz de Direito

Fazenda Rio Grande

EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO
Prazo: 15 (quinze) dias

Réu: ALEXANDRE TIAGO CHALCOSKI
Autos: Processo-Crime nº 107/00

O Exmo. Sr. Dr. **JOSCELITO GIOVANI CÉ**, MM. Juiz de Direito Designado da Vara Criminal da Comarca de **FAZENDA RIO GRANDE/PR**, na forma da Lei,

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento que, por meio deste, **CITA** e **INTIMA** o réu **ALEXANDRE TIAGO CHALCOSKI**, vulgo "**Piazinho**", brasileiro, solteiro, servidor público municipal, nascido aos 31/01/1977, natural de Curitiba/PR, filho de JOÃO MARIA CHALCOSKI e IVETE DO ROCIO DA SILVA CHALCOSKI, identificado civilmente através da CI/RG nº 6.255.465-7-SSP/PR, com endereço anterior na Travessa Rio Betara, s/nº, Iguaçu, nesta Cidade e Comarca de Fazenda Rio Grande/PR, atualmente com endereço ignorado, para comparecer à audiência designada para o dia **12 de Março de 2004**, às **14:00 horas**, no Fórum local, **acompanhado de advogado**, sob pena de lhe ser nomeado um defensor dativo, a fim de ser qualificado e interrogado na ação penal que lhe move a Justiça Pública como incurso nas sanções do art. 312, "caput", c/c art. 71, por seis vezes, do Código Penal, ficando pelo presente citado para se ver processar até final julgamento, ciente de que o processo seguirá à revelia se deixar de comparecer sem motivo justificado a qualquer ato, não podendo mudar de residência ou dela se ausentar por mais de oito dias sem comunicar à autoridade processante o lugar onde passará a ser encontrado. E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, expediu-se o presente edital, que será publicado na forma da Lei e terá cópia afixada no local de costume, para que ninguém alegue ignorância futura. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Fazenda Rio Grande, Estado do Paraná, aos dezenove dias do mês de Janeiro do ano de dois mil e quatro. Eu,_____(Ricardo Luiz de Oliveira Segundo), Escrivão do Crime, o escrevi e subscrevi.

RICARDO LUIZ DE OLIVEIRA SEGUNDO
Escrivão do Crime (Aut. Portaria nº 01/02)

EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO
Prazo: 15 (quinze) dias

Réu: DANIEL PESCO
Autos: Processo-Crime nº 107/00

O Exmo. Sr. Dr. **JOSCELITO GIOVANI CÉ**, MM. Juiz de Direito Designado da Vara Criminal da Comarca de **FAZENDA RIO GRANDE/PR**, na forma da Lei,

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento que, por meio deste, **CITA** e **INTIMA** o réu **DANIEL PESCO**, brasileiro, filho de JOSÉ PESCO e ANA MARIA DA CONCEIÇÃO PESCO, identificado civilmente através da CI/RG nº 5.012.321-9-SSP/PR, com endereço anterior na Avenida Paraná, nº 590, Pioneiros, nesta Cidade e Comarca de Fazenda Rio Grande/PR, atualmente com endereço ignorado, para comparecer à audiência designada para o dia **12 de Março de 2004**, às **14:00 horas**, no Fórum local, **acompanhado de advogado**, sob pena de lhe ser nomeado um defensor dativo, a fim de ser qualificado e interrogado na ação penal que lhe move a Justiça Pública como incurso nas sanções do art. 312, "caput", do Código Penal, ficando pelo presente citado para se ver processar até final julgamento, ciente de que o processo seguirá à revelia se deixar de comparecer sem motivo justificado a qualquer ato, não podendo mudar de residência ou dela se ausentar por mais de oito dias sem comunicar à autoridade processante o lugar onde passará a ser encontrado. E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, expediu-se o presente edital, que será publicado na forma da Lei e terá cópia afixada no local de costume, para que ninguém alegue ignorância futura. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Fazenda Rio Grande, Estado do Paraná, aos dezenove dias do mês de Janeiro do ano de dois mil e quatro. Eu,_____(Ricardo Luiz de Oliveira Segundo), Escrivão do Crime, o escrevi e subscrevi.

RICARDO LUIZ DE OLIVEIRA SEGUNDO
Escrivão do Crime (Aut. Portaria nº 01/02)

EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO
Prazo: 15 (quinze) dias

Réu: JOSÉ MARIA LOURENÇO GOMES
Autos: Processo-Crime nº 286/99

O Exmo. Sr. Dr. **JOSCELITO GIOVANI CÉ**, MM. Juiz de Direito Designado da Vara Criminal da Comarca de **FAZENDA RIO GRANDE/PR**, na forma da Lei,

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento que, por meio deste, **CITA** e **INTIMA** o réu **JOSÉ MARIA LOURENÇO GOMES**, vulgo "**Zé**", brasileiro, solteiro, carpinteiro, nascido aos 20/04/1957, natural de Itaiópolis/SC, filho de ESTANISLAU LOURENÇO GOMES e ALVINA AMACIO PEREIRA, identificado civilmente através da CI/RG nº 14.129.416-SSP/SP, com endereço anterior na Vila Mariana, nesta Cidade e Comarca de Fazenda Rio Gran

norância, determinou o MM. Juiz que fosse expedido o presente edital, que será afixado no local de costume e publicado na forma legal. Dado e passado, em Dois Vizinhos, Paraná, em 04 de dezembro de 2.003. Eu,____(Elpidio Pereira Batista/Silvani S. Tramontin) Escrivão/Aux. Juramentada, digitei e subscrevi.

RODRIGO BRUM LOPES
Juiz de Direito

de/PR, atualmente com endereço ignorado, para comparecer à audiência designada para o dia **12 de Fevereiro de 2004**, às **16:30 horas**, no Fórum local, **acompanhado de advogado**, sob pena de lhe ser nomeado um defensor dativo, a fim de ser qualificado e interrogado na ação penal que lhe move a Justiça Pública como incurso nas sanções do art. 121, § 2º, inciso II, do Código Penal, ficando pelo presente citado para se ver processar até final julgamento, ciente de que o processo seguirá à revelia se deixar de comparecer sem motivo justificado a qualquer ato, não podendo mudar de residência ou dela se ausentar por mais de oito dias sem comunicar à autoridade processante o lugar onde passará a ser encontrado. E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, expediu-se o presente edital, que será publicado na forma da Lei e terá cópia afixada no local de costume, para que ninguém alegue ignorância futura. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Fazenda Rio Grande, Estado do Paraná, aos dezenove dias do mês de Janeiro do ano de dois mil e quatro. Eu,_____(Ricardo Luiz de Oliveira Segundo), Escrivão do Crime, o escrevi e subscrevi.

RICARDO LUIZ DE OLIVEIRA SEGUNDO
Escrivão do Crime (Aut. Portaria nº 01/02)

EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO
Prazo: 15 (quinze) dias

Réu: ADÃO BALBINO
Autos: rocesso-Crime nº 023/03

O Exmo. Sr. Dr. **JOSCELITO GIOVANI CÉ**, MM. Juiz de Direito Designado da Vara Criminal da Comarca de **FAZENDA RIO GRANDE/PR**, na forma da Lei,

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento que, por meio deste, **CITA** e **INTIMA** o réu **ADÃO BALBINO**, brasileiro, solteiro, pedreiro, nascido aos 30/08/1972, natural de Uraí/PR, filho de LAURENTINO BALBINO e IRACEMA CORREA BALBINO, identificado civilmente através da CI/RG nº 4.374.939-8-SSP/PR, com endereço anterior na Rua Juvenal Cruz, nº 5, nesta Cidade e Comarca de Fazenda Rio Grande/PR, atualmente com endereço ignorado, para comparecer à audiência designada para o dia **12 de Março de 2004**, às **13:00 horas**, no Fórum local, **acompanhado de advogado**, sob pena de lhe ser nomeado um defensor dativo, a fim de ser qualificado e interrogado na ação penal que lhe move a Justiça Pública como incurso nas sanções do art. 121, § 2º, incisos I e IV, do Código Penal, ficando pelo presente citado para se ver processar até final julgamento, ciente de que o processo seguirá à revelia se deixar de comparecer sem motivo justificado a qualquer ato, não podendo mudar de residência ou dela se ausentar por mais de oito dias sem comunicar à autoridade processante o lugar onde passará a ser encontrado. E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, expediu-se o presente edital, que será publicado na forma da Lei e terá cópia afixada no local de costume, para que ninguém alegue ignorância futura. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Fazenda Rio Grande, Estado do Paraná, aos dezenove dias do mês de Janeiro do ano de dois mil e quatro. Eu,_____(Ricardo Luiz de Oliveira Segundo), Escrivão do Crime, o escrevi e subscrevi.

RICARDO LUIZ DE OLIVEIRA SEGUNDO
Escrivão do Crime (Aut. Portaria nº 01/02)

EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO
Prazo: 15 (quinze) dias

Réu: MARGARETE PEREIRA DOS SANTOS
Autos: Processo-Crime nº 045/02

O Exmo. Sr. Dr. **JOSCELITO GIOVANI CÉ**, MM. Juiz de Direito Designado da Vara Criminal da Comarca de **FAZENDA RIO GRANDE/PR**, na forma da Lei,

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento que, por meio deste, **CITA** e **INTIMA** a ré **MARGARETE PEREIRA DOS SANTOS**, brasileira, casada, nascida aos 04/09/1971, natural de Umuarama/PR, filha de APARECIDO PEREIRA DOS SANTOS e JOVENTINA FERREIRA DOS SANTOS, identificada civilmente através da CI/RG nº 6.070.449-0-SSP/PR, com endereço anterior na Rua Pavão, nº 20, Gralha Azul, nesta Cidade e Comarca de Fazenda Rio Grande/PR, atualmente com endereço ignorado, para comparecer à audiência designada para o dia **29 de Março de 2004**, às **13:00 horas**, no Fórum local, **acompanhada de advogado**, sob pena de lhe ser nomeado um defensor dativo, a fim de ser qualificada e interrogada na ação penal que lhe move a Justiça Pública como incursa nas sanções do art. 299, "caput", do Código Penal, ficando pelo presente citada para se ver processar até final julgamento, ciente de que o processo seguirá à revelia se deixar de comparecer sem motivo justificado a qualquer ato, não podendo mudar de residência ou dela se ausentar por mais de oito dias sem comunicar à autoridade processante o lugar onde passará a ser encontrada. E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, expediu-se o presente edital, que será publicado na forma da Lei e terá cópia afixada no local de costume, para que ninguém alegue ignorância futura. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Fazenda Rio Grande, Estado do Paraná, aos dezenove dias do mês de Janeiro do ano de dois mil e quatro. Eu,___(Ricardo Luiz de Oliveira Segundo), Escrivão do Crime, o escrevi e subscrevi.

RICARDO LUIZ DE OLIVEIRA SEGUNDO
Escrivão do Crime (Aut. Portaria nº 01/02)

EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO
Prazo: 15 (quinze) dias

Réu: EVERSON JARDIM SLOCZUK
Autos: Processo-Crime nº 047/02

O Exmo. Sr. Dr. **JOSCELITO GIOVANI CÉ**, MM. Juiz de Direito Designado da Vara Criminal da Comarca de **FAZENDA RIO GRANDE/PR**, na forma da Lei,

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento que, por meio deste, **CITA** e **INTIMA** o réu **EVERSON JARDIM SLOCZUK**, vulgo "**Polaco**", brasileiro, amasiado, forneiro, nascido aos 25/09/1974, natural de Porto Alegre/RS, filho de ANTONIO SLOCZUK e ROMINA FRANCISCA JARDIM SLOCZUK, identificado civilmente através da CI/RG nº 8053214949-SSP/RS, com endereço anterior na Rua Macuco, nº 160, Gralha Azul, nesta Cidade e Comarca de Fazenda Rio Grande/PR, atualmente com endereço ignorado, para comparecer à audiência designada para o dia **29 de Março de 2004**, às **13:00 horas**, no Fórum local, **acompanhado de advogado**, sob pena de lhe ser nomeado um defensor dativo, a fim de ser qualificado e interrogado na ação penal que lhe move a Justiça Pública como incurso nas sanções do art. 121, "caput", c/c art. 29, e do art. 155, "caput", c/c art. 69, todos do Código Penal, ficando pelo presente citado para se ver processar até final julgamento, ciente de que o processo seguirá à revelia se deixar de comparecer sem motivo justificado a qualquer ato, não podendo mudar de residência ou dela se ausentar por mais de oito dias sem comunicar à autoridade processante o lugar onde passará a ser encontrado. E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, expediu-se o presente edital, que será publicado na forma da Lei e terá cópia afixada no local de costume, para que ninguém alegue ignorância futura. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Fazenda Rio Grande, Estado do Paraná, aos dezenove dias do mês de Janeiro do ano de dois mil e quatro. Eu,_____(Ricardo Luiz de Oliveira Segundo), Escrivão do Crime, o escrevi e subscrevi.

RICARDO LUIZ DE OLIVEIRA SEGUNDO
Escrivão do Crime (Aut. Portaria nº 01/02)

Foz do Iguaçu

EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO: 15 (QUINZE) DIAS

A Doutora Luciane Bortoleto, Juíza de Direito Designada da 2ª Vara Criminal de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, etc..
FAZ SABER, a todos quanto o presente edital virem, com o prazo de 15 (quinze) dias, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível intimar pessoalmente o(s) réu(s) abaixo nominado(s) e qualificado(s), que encontra(m)-se atualmente em lugar incerto, que ficam os mesmos intimado a constituir novo defensor nos autos de Processo Crime nº 2000.577-3, movida pela Justiça Pública desta Comarca, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de lhe ser nomeado um pelo juízo.
Réu: **JAQUEU DE SOUZA**, brasileiro, convivente, comerciante, portador da carteira de identidade nº 6.823.153-1/PR, nascido aos 14/11/1976 em Medianeira/PR, filho de Lázaro Cândido de Souza e de Aliete da Silva de Souza, atualmente em lugar incerto e não sabido.
Dado e passado nesta cidade e Comarca de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, aos 16/01/2004.Eu,_____Rosângela A. G. Monzon, Escrivã, subscrevo.

ROSÂNGELA A. G. MONZON
Escrivã
(Subscrição autorizada pelo MM Juiz)

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO: 15 (QUINZE) DIAS

O Doutor Gláucio Marcos Simões, Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, etc..

FAZ SABER, a todos quanto o presente edital virem, com o prazo de 15 (quinze) dias, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível citar pessoalmente o(s) réu(s) abaixo nominado(s) e qualificado(s), que encontra(m)-se atualmente em lugar incerto, que fica(m) pelo presente citado(s) para se ver(em) processar, e intimado(s) a comparecer(em) neste Juízo, sito na Av. Pedro Basso, 1.001, no dia e horário abaixo especificados, a fim de ser(em) interrogado(s), e acompanhar(em) a todos os demais termos do processo a que responde(m), como incurso nas sanções do(s) artigo(s) abaixo transcrito(s).
Processo Crime: **2003.2948-1**
Data e horário: **21/05/2004, às 13h.00min**.
Acusado(a)(s): **ARNALDO ANDRES ESPINOLA BENITEZ**, paraguaio, amasiado, atleta profissional, nascido aos 03/05/1975, portador do R.G nº 1990682/PY, filho de André Espínola e de Leonilda Benitez de Espínola, atualmente em lugar incerto e não sabido.
Artigo: art. 10 da Lei 9.437/97.
Dado e passado nesta cidade e Comarca de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, aos 16/01/2004.Eu,_____Rosângela A. G. Monzon, Escrivã, subscrevo.

ROSÂNGELA A. G. MONZON
Escrivã

EDITAL DE PRAÇA OU LEILÃO

A DOUTORA, CRISTIANE SANTOS LEITE, M.M. JUÍZA DE DIREITO SUBSTITUTA DESTA SEGUNDA VARA CÍVEL, na forma da lei,

AUTOS Nº 109/2002 DE CARTA PRECATÓRIA
EXEQUENTE: BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL
EXECUTADO: ZANINI, LINO & CIA LTDA, LIUSSON'NAR LINO LOPES e ALESSANDRO BAPTISTA ZANINI.

1ª PRAÇA: Dia 05 de fevereiro de 2.004 às 09:00 horas.
2ª PRAÇA: Dia 16 de fevereiro de 2.004 às 09:00 horas.

CASO A DATA RECAIA EM FERIADO OU PONTO FACULTATIVO, O ATO SE REALIZARÁ NO PRIMEIRO DIA ÚTIL.
LOCAL. – No átrio do Fórum, à Av. Pedro Basso nº 1001, 2º andar, Jd. Pólo Centro, nesta cidade.
DESCRIÇÃO DOS BENS. – a)Lote urbano de nº 08, quadra 08, localizado no loteamento denominado Parque Residencial Karla, com matrícula de nº 9639 do C.R.I., local, 1ª Circunscrição; com área de 360,00m2. O imóvel é servido por água tratada e servida pela concessionária local, energia elétrica predial, iluminação pública, asfalto, meio fio, escola, telefone, comércio em geral de pequeno porte, transporte coletivo urbano. O imóvel possui como benfeitoria: edificação comercial, em alvenaria com 235,00m2 de área construída aproximadamente, constituída por: barracão comercial em alvenaria, estrutura em concreto armado em alvenarias de tijolos cerâmicos com paramento em reboco e pintura, cobertura em estrutura de ferro e telhas do tipo fibro cimento amianto, piso em cerâmica e cimento alisado, porta frontal em chapa de ferro, sistema elétrica/hidráulico compatível com o fim a que se destina. b) lote urbano nº 23 da quadra "A", localizado no loteamento denominado Jardim Social, matriculado sob nº 7878, do Cartório de Registro de Imóveis desta, 2ª Circunscrição; área de 525,00m2. O imóvel é servido por: água tratada e servida pela concessionária local, energia elétrica predial, iluminação pública, telefone, escola, meio fio, calçamento poliédrico irregular, comércio em geral, transporte coletivo urbano próximo, segurança pública,
VALOR TOTAL DA AVALIAÇÃO.:.....R$ - bem a) R$ 10.800,00 (dez mil e oitocentos reais); valor da benfeitoria: R$ 32.250,00(trinta e cinco mil, duzentos e cinquenta reais); bem b) R$ 21.000,00 (vinte e um mil reais), valor da benfeitoria R$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais); valor total de R$ 142.050,00 (cento e quarenta e dois mil, e cinquenta reais, avaliado em 01/10/02).
DEPÓSITO. – O exequente.
ÔNUS. – matrícula nº 9639: hipotecado o imóvel da referida matrícula, em sua totalidade em 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º e 9º grau, em favor de Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul-BRDE; matrícula nº 007878: foi dado em hipoteca cedular de 1º, 2º grau em favor do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE; foi hipotecado em 3º, 4º, 5º e 6º, e especial hipoteca em favor do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE.
RECURSO. – Não houve.
INTIMAÇÃO. – Por este edital, ficam os interessados, intimados das praças acima designadas, se por ventura não for encontrado. E, para que ninguém possa alegar ignorância, é expedido o presente edital, que será afixado na sede deste Juízo e publicado na forma da lei. Dado e passado nesta cidade e Comarca, aos 15 de outubro de 2.003. Eu Marcia Eliane Aquino, auxiliar juramentada o subscrevi.

Cristiane Santos Leite
Juíza de Direito Substituta

Iporã

EDITAL DE INTIMAÇÃO PARA AUDIÊNCIA DE ADVERTÊNCIA DE DEVERES COM PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS DO RÉU BENEDITO ALBINO DE SIQUEIRA.

O Dr. Rafael Velloso Stankevecz, MM. Juiz Substituo da Vara Criminal da Comarca de Iporã, Estado do Paraná, na forma da lei, etc. . .

F A Z S A B E R, a todos quanto o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, especialmente o réu **BENEDITO ALBINO DA SIQUEIRA**, brasileiro, separado, natural de São José dos Campos/SP, nascido aos 12.12.1958, filho de Anísio Albino da Siqueira e Joana Maria da Siqueira, que nos autos de Processo Crime nº 20/02,, que o Ministério Público move, como incurso nas sanções do art. 180, "caput", artigos 304, c.c. artigo 297 e artigo 311, na forma do artigo 69, todos do Código Penal. Foi designado o dia **17 de fevereiro de 2004 às 13:00 horas,** para audiência de advertência de deveres (admonitória), a ser realizada, no edifico do Fórum, situado na Avenida Silvino Izidor Eidt, 871, nesta cidade e comarca de Iporã/PR, ficando ainda, observando o acusado acima, que o mesmo terá 05 (cinco) dias, para querendo, justifique eventual ausência à audiência, acima mencionada, sob pena de regressão de, com transferência para regime mais rigoroso. E para conhecimento do réu, mandei expedir, o presente edital, o qual será afixado no edifício do Fórum, no lugar de costume e publicado no Diário da Justiça. Dado e passado nesta cidade e comarca de Iporã, Estado do Paraná, aos treze (13) dias do mês de janeiro (01) do ano de dois mil e quatro (2.004). Eu _____ *(Fernando Cezar Almeida),* escrivão designado que digitei e o subscrevi.

RAFAEL VELLOSO STANKEVECZ
Juiz Substituto

EDITAL DE INTIMAÇÃO PARA JUSTIFICAR O DESCUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES IMPOSTAS COM PRAZO DE 10 (dez) DIAS DO RÉU JOSÉ SIMPLICIANO NOVAIS FILHO.

O DR. Rafael Velloso Stankevecz, MM. Juiz Substituto da Vara Criminal da Comarca de Iporã, Estado do Paraná, na forma da lei, etc. . .

F A Z S A B E R, a todos quanto o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, especialmente o réu **JOSÉ SIMPLICIANO NOVAIS FILHO**, vulgo "Marcha Lenta", brasileiro, solteiro, natural de Iporã/PR, nascido aos 18.10.1982, filho de José Simplício Novais e Evelina Galvão de Jesus, que nos autos de Processo Crime nº 09/02, que o Ministério Público move, como incurso nas sanções do art. 155, §1º, na forma do artigo 14, inciso IV, todos na forma do artigo 69, do Código Penal. INTIME-O, para que no prazo de 10 (dez) dias justifique o descumprimento das condições estabelecidas na sentença, sob pena de ser revogado o seu beneficio. Ficando desde já, designada a data de **17 DE FEVEREIRO DE 2004 ÀS 13:30 HORAS** para a audiência de justificação nos ternos do artigo 118, § 2º da LEP. E para conhecimento do réu, mandei expedir, o presente edital, o qual será afixado no edifício do Fórum, no lugar de costume e publicado no Diário da Justiça. Dado e passado nesta cidade e comarca de Iporã, Estado do Paraná, aos treze (13) dias do mês de janeiro (01) do ano de dois mil e quatro (2.004). Eu _____ *(Fernando Cezar Almeida),* escrivão designado que digitei e o subscrevi.

Rafael Velloso Stankevecz
Juiz Substituto

EDITAL DE INTIMAÇÃO PARA INICIAR O CUMPRIMENTO DA CONDIÇÕES DO REGIME ABERTO O DESCUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES IMPOSTAS COM PRAZO DE 10 (dez) DIAS DO RÉU JOSÉ ROBERTO DA COSTA PEZARIM.

O Guilherme de Paula Rezende, MM. Juiz de Direito da Vara Criminal da Comarca de Iporã, Estado do Paraná, na forma da lei, etc. . .

F A Z S A B E R, a todos quanto o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, especialmente o réu **JOSÉ ROBERTO DA COSTA PEZARIM**, vulgo "Neguinho", brasileiro, solteiro, natural de Francisco Alves/PR, nascido aos 27.10.1979, filho de José Emílio de Farias e de Teresa Constância da Costa Pezarim, que nos autos de Processo Crime nº 91/99, que o Ministério Público move, como incurso nas sanções do art. 155, §4º, inciso II, do Código Penal. INTIME-O, para que no prazo de 10 (dez) dias justifique o descumprimento das condições estabelecidas na sentença, sob pena de ser revogado o seu beneficio. E para conhecimento do réu, mandei expedir, o presente edital, o qual será afixado no edifício do Fórum, no lugar de costume e publicado no Diário da Justiça. Dado e passado nesta cidade e comarca de Iporã, Estado do Paraná, aos quatro (04) dias do mês de setembro (09) do ano de dois mil e três (2.003). Eu _____ *(Marcos Antônio Freitas Zambolim),* escrivão designado que digitei e o subscrevi.

Guilherme de Paula Rezende
Juiz de Direito

Londrina

EDITAL DE INTIMAÇÃO DO SENTENCIADO IZAEL LEONEL FERREIRA, COM PRAZO DE VINTE (20) DIAS.
PROCESSO-CRIME 181/97

Pelo presente se faz saber ao sentenciado IZAEL LEONEL FERREIRA ou a quantos o presente edital virem e o conhecimento tiverem, com prazo de VINTE (20) dias, que não tendo sido possível INTIMAR pessoalmente a IZAEL LEONEL FERREIRA, brasileiro, solteiro, pintor, nascido aos 09/03/74, natural de apucarana-Pr., filho de José Leonel Ferreira e Arminda de Souza Brandão, atualmente em lugar incerto e não sabido, pelo presente fica INTIMADO para efetuar o pagamento da multa e custas processuais, dentro de dez (10) dias, sob pena de execução, no valor de R$ 620,24 (Seiscentos e vinte reais e vinte e quatro centavos). E para que ninguém alegue ignorância, foi o presente afixado no lugar público de costume, átrio do Fórum local. Dado e passado nesta cidade e 4ª Vara Criminal da Comarca de Londrina-Pr., aos 22/ Dezembro/ 2.003. Eu, (Reginaldo Arcebispo de Sá), escrivão que digitei e subscrevi.

CARLA PEDALINO
Juíza de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO DO SENTENCIADO NILTON CESAR DOS SANTOS, COM PRAZO DE VINTE (20) DIAS.
PROCESSO-CRIME 122/97

Pelo presente se faz saber ao sentenciado NILTON CESAR DOS SANTOS ou a quantos o presente edital virem e o conhecimento tiverem, com prazo de VINTE (20) dias, que não tendo sido possível INTIMAR pessoalmente a NILTON CESAR DOS SANTOS, brasileiro, pedreiro, nascido aos 25/10/78, natural de Guarulhos-SP., RG nº. 6.903.415, filho de Geraldo dos Santos e Maria de Lourdes Dias dos Santos, atualmente em lugar incerto e não sabido, pelo presente fica INTIMADO para efetuar o pagamento da multa e custas processuais, dentro de dez (10) dias, sob pena de execução, no valor de R$ 101,94 (Cento e um reais e noventa e quatro centavos). E para que ninguém alegue ignorância, foi o presente afixado no lugar público de costume, átrio do Fórum local. Dado e passado nesta cidade e 4ª Vara Criminal da Comarca de Londrina-Pr., aos 22/ Dezembro/ 2.003. Eu, (Reginaldo Arcebispo de Sá), escrivão que digitei e subscrevi.

CARLA PEDALINO
Juíza de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO DO DENUNCIADO, FRANCISCO DONIZETE DA SILVA, com o prazo de quinze (15) dias.

A DOUTORA CARLA PEDALINO, MM. JUIZA DE DIREITO DA 4ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE LONDRINA, ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI, ETC...

FAZ SABER a todos quantos o presente edital, virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente a FRANCISCO DONIZETE DA SILVA, brasileiro, solteiro, RG nº. 4.336.685-8-Pr., natural de Conselheiro Mairinck-Pr., nascido aos 04/04/66, filho de Rodolfo Pereira da Silva e Aparecida da Silva. E, como encontra-se o denunciado em lugar incerto e não sabido, pelo presente CITA-O e INTIMA-O PARA COMPARECER PERANTE ESTE JUÍZO, EDIFÍCIO DO FÓRUM LOCAL, NO DIA 10/02/2.004, ÀS 08:40 HORAS a fim de ser QUALIFICADO E INTERROGADO NA PRESENÇA DE SEU DEFENSOR, CONSTITUÍDO OU NOMEADO, e acompanhar a todos os demais termos do PROCESSO CRIME nº. 154/96, onde foi denunciado pela prática delituosa, assim descrita: "No dia 04/04/96, por volta das 17:30 horas, na Rua Orégano, 55, bloco 05, apto. 301, Jardim Sabará, nesta cidade, o ora denunciado Francisco, aproveitando-se da condição de hóspede e da confiança de seu amigo e vítima, Leirton Marques da Silva, dolosamente, subtraiu para si o automóvel de marca Fiat Uno, 1993, vermelho, de placas ADR7938, avaliado em R$ 7.000,00. após a retirada da "res", o denunciado começou a perambular com o veículo pelas ruas desta cidade, bem como por cidades da região, até detido, nesta cidade no dia 13/04/96." Estando assim incurso no art. 155, § 4º, inciso II, do CP. Dado e passado nesta cidade e 4ª Vara Criminal da Comarca de Londrina-Pr., aos 30/Dezembro /2.003. Eu, (Reginaldo Arcebispo de Sá), escrivão que digitei e subscrevi.

CARLA PEDALINO
Juíza de Direito

DITAL DE CITAÇÃO DO DENUNCIADO, CARLOS EDUARDO DE SOUZA ALVES, com o prazo de cinco (05) dias.

A DOUTORA CARLA PEDALINO, MM. JUIZA DE DIREITO DA 4ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE LONDRINA, ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI, ETC...

FAZ SABER a todos quantos o presente edital, virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente a CARLOS EDUARDO DE SOUZA ALVES, brasileiro, solteiro, vendedor, RG nº. 7.211.917-7-Pr., nascido aos 04/05/82, natural de Londrina-Pr., filho de Antonio Pereira Alves e Terezinha Teodoro de Souza Alves. E, como encontra-se o denunciado em lugar incerto e não sabido, pelo presente CITA-O e INTIMA-O PARA COMPARECER PERANTE ESTE JUÍZO, EDIFÍCIO DO FÓRUM LOCAL, NO DIA 13/02/2.004, ÀS 16:15 HORAS a fim de ser QUALIFICADO E INTERROGADO NA PRESENÇA DE SEU DEFENSOR, CONSTITUÍDO OU NOMEADO, e acompanhar a todos os demais termos do PROCESSO CRIME nº. 281/02, onde foi denunciado pela prática delituosa, assim descrita: "No dia 18/09/2000, por volta das 11:40 horas, na Rua Araçatuba, com a Rua Tiradentes, nesta cidade, o denunciado Carlos Eduardo, consciente da ilicitude e reprovabilidade de sua conduta, trazia consigo, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar, cerca de 4,0 g. da substância entorpecente Cannabis Sativa Linneu, conhecida vulgarmente como "maconha", acondicionada em dois invólucros, um de papel e outro de plástico, sendo que o denunciado a portava para fins de uso próprio." Estando assim incurso no art. 16 da Lei 6.368/76. Dado e passado nesta cidade e 4ª Vara Criminal da Comarca de Londrina-Pr., aos 30/Dezembro /2.003. Eu, (Reginaldo Arcebispo de Sá), escrivão que digitei e subscrevi.

CARLA PEDALINO
Juíza de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO DO DENUNCIADO, VALMIR ALVES MATIAS, com o prazo de quinze (15) dias.

A DOUTORA CARLA PEDALINO, MM. JUIZA DE DIREITO DA 4ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE LONDRINA, ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI, ETC...

FAZ SABER a todos quantos o presente edital, virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente a VALMIR ALVES MATIAS, brasileiro, casado, vendedor, RG nº. 8.224.770-0-Pr., nascido aos 01/04/77, natural de Santo Anastácio-SP., filho de Valdemir Alves dos Santos e Lucia Alves de Souza Matias. E, como encontra-se o denunciado em lugar incerto e não sabido, pelo presente CITA-O e INTIMA-O PARA COMPARECER PERANTE ESTE JUÍZO, EDIFÍCIO DO FÓRUM LOCAL, NO DIA 13/02/2.004, ÀS 13:45 HORAS a fim de ser QUALIFICADO E INTERROGADO NA PRESENÇA DE SEU DEFENSOR, CONSTITUÍDO OU NOMEADO, e acompanhar a todos os demais termos do PROCESSO CRIME nº. 110/02, onde foi denunciado pela prática delituosa, assim descrita: "No dia 01/03/02, por volta das 11:00 horas, nas dependências do estabelecimento comercial (salão de cabeleireiro) do pai da vítima Alex Damião da Silva, situado na Rua Pio XII, 767, centro. Nesta cidade, o ora denunciado Valmir Alves Matias, no interior do referido estabelecimento, ao avistar em cima de um balcão uma carteira de couro, na cor marron, de propriedade da vítima acima referida, percebendo que a mesma não a vigiava, subtraiu-a para si dolosamente, evadindo-se do local em desabalada carreira, sendo, contudo, perseguido pela vítima. O citado denunciado, após ter para si a posse mansa e pacífica da res furtiva, durante a fuga dispensou-a em um quintal de uma escola de inglês situada na Rua Piauí-1234. Ainda durante a perseguição, acabou o acusado sendo detido por terceira pessoa,. Sr. Efraide José Nascimento, em uma construção próxima da referida escola, até a chegada dos policiais militares, os quais os detiveram em flagrante delito. A res furtiva, após apreendida, foi avaliada e entregue a vítima." Estando assim incurso no art. 155, Caput do CP. Dado e passado nesta cidade e 4ª Vara Criminal da Comarca de Londrina-Pr., aos 30/Dezembro /2.003. Eu, (Reginaldo Arcebispo de Sá), escrivão que digitei e subscrevi.

CARLA PEDALINO
Juíza de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO DO DENUNCIADO, AUGUSTO CORRER, com o prazo de cinco (05) dias.

A DOUTORA CARLA PEDALINO, MM. JUIZA DE DIREITO DA 4ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE LONDRINA, ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI, ETC...

FAZ SABER a todos quantos o presente edital, virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente a AUGUSTO CORRER, brasileiro, solteiro, comerciante, RG nº. 2.354.755-Pr., natural de Sertanópolis-Pr., nascido aos 06/11/60, filho de Antonio Celestino Correr e Ana de Oliveira Correr. E, como encontra-se o denunciado em lugar incerto e não sabido, pelo presente CITA-O e INTIMA-O PARA COMPARECER PERANTE ESTE JUÍZO, EDIFÍCIO DO FÓRUM LOCAL, NO DIA 13/02/2.004, ÀS 10:00 HORAS a fim de ser QUALIFICADO E INTERROGADO NA PRESENÇA DE SEU DEFENSOR, CONSTITUÍDO OU NOMEADO, e acompanhar a todos os demais termos do PROCESSO CRIME nº. 257/01, onde foi denunciado pela prática delituosa, assim descrita: "No dia 01/03/2001, por volta das 07:00 horas, nas proximidades da Chácara situada à Rua José Munhoz, 10, Jardim Alemanha, neste Município, o ora denunciado, Augusto Correr, agindo com o animus dolendi inerente ao tipo, foi preso em flagrante por policiais Militares quando portava consigo (tendo o denunciado tentado se livrar da arma, ao perceber a aproximação dos policiais, jogando-a no chão), sem autorização legal e em desacordo com determinação legal e regulamentar, arma de fogo de uso permitido, ou seja, um revolver marca Taurus, calibre 38, nº. de série 687917, oxidado, cabo de madeira, tambor com capacidade para seis cartuchos, municiado com seis cartuchos intactos e em perfeitas condições de funcionamento." Estando assim incurso no art. 10, caput, da Lei 9437/97 do CP. Dado e passado nesta cidade e 4ª Vara Criminal da Comarca de Londrina-Pr., aos 30/ Dezembro /2.003. Eu, (Reginaldo Arcebispo de Sá), escrivão que digitei e subscrevi.**CARLA PEDALINO**
Juíza de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO DO DENUNCIADO, DIRCEU VIEIRA DA SILVA, com o prazo de cinco (05) dias.

A DOUTORA CARLA PEDALINO, MM. JUIZA DE DIREITO DA 4ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE LONDRINA, ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI, ETC...

FAZ SABER a todos quantos o presente edital, virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente a DIRCEU VIEIRA DA SILVA, brasileiro, divorciado, pedreiro, nascido aos 02/04/65, natural de Sapopema-Pr., filho de Sebastião Vieira da Silva e Benedita Andrade da Silva. E, como encontra-se o denunciado em lugar incerto e não sabido, pelo presente CITA-O e INTIMA-O PARA COMPARECER PERANTE ESTE JUÍZO, EDIFÍCIO DO FÓRUM LOCAL, NO DIA 17/02/2.004, ÀS 09:40 HORAS a fim de ser QUALIFICADO E INTERROGADO NA PRESENÇA DE SEU DEFENSOR, CONSTITUÍDO OU NOMEADO, e acompanhar a todos os demais termos do PROCESSO CRIME nº. 126/2001, onde foi denunciado pela prática delituosa, assim descrita: "No dia 18/01/2001, por volta das 10:30 horas, no estabelecimento comercial "Posto snato Expedito", situado na Av. Guilherme de Almeida, nesta cidade, o denunciado Dirceu consciente da ilicitudade e reprovabilidade de sua conduta, portava consigo e mantinha sob sua guarda, ostensivamente em sua cintura, sem autorização legal e regulamentar, arma de fogo de uso permitido, ou seja, um revólver marca Rossi, calibre nominal 22, número de identificação 41139, tambor com capacidade para 07 tiros, cabo em plástico cor marron, descarregada." Estando assim incurso no art. 10, Caput, da Lei 9437/97. Dado e passado nesta cidade e 4ª Vara Criminal da Comarca de Londrina-Pr., aos 30/Dezembro /2.003. Eu, (Reginaldo Arcebispo de Sá), escrivão que digitei e subscrevi.

CARLA PEDALINO
Juíza de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO DO DENUNCIADO, ANTONIO CARLOS DA CRUZ, com o prazo de quinze (15) dias.

A DOUTORA CARLA PEDALINO, MM. JUIZA DE DIREITO DA 4ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE LONDRINA, ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI, ETC...

FAZ SABER a todos quantos o presente edital, virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente a ANTONIO CARLOS DA CRUZ, brasileiro, RG nº. 21.151.749-Pr., nascido aos 12/01/54, natural de São Paulo-SP., filho de Oto de Souza Cruz e Any Quadros da Cruz. E, como encontra-se o denunciado em lugar incerto e não sabido, pelo presente CITA-O e INTIMA-O PARA COMPARECER PERANTE ESTE JUÍZO, EDIFÍCIO DO FÓRUM LOCAL, NO DIA 23/02/2.004, ÀS 15:10 HORAS a fim de ser QUALIFICADO E INTERROGADO NA PRESENÇA DE SEU DEFENSOR, CONSTITUÍDO OU NOMEADO, e acompanhar a todos os demais termos do PROCESSO CRIME nº. 065/2003, onde foi denunciado pela prática delituosa, assim descrita: "No dia 22/09/99, as 14:00 horas, na Rua Tremembés-1536, vila Casone, nesta cidade, o ora denunciado Antonio Carlos, agindo com o "animus dolendi", inerente ao tipo, foi preso em flagrante por policias civis quando fazia uso (já que o denunciado as exibiu, consecutivamente, aos polciais), de duas cédulas de identidade falsificadas (portanto, ambas documentos públicos), sendo uma o RG nº. 5.142.282-1-SP., constando como titular Manoel Lino dos Santos, CPF nº. 091.013.495-20, filho de Altino José dos Santos e Hermenegilda Lino Santos, nascido aos 25/12/46, em Itabuna-BA e outra o RG nº. 6.434.155-SP, constando como titular Wallace Kuriakin Quadros, CRP nº. 516.088.048-87, filho de Ana Avelina Quadros, nascido aos 12/01/54, em São Paulo-SP." Estando assim incurso no art. 304, c/c art. 297, c/c art. 70 (2 X) ambos do CP. Dado e passado nesta cidade e 4ª Vara Criminal da Comarca de Londrina-Pr., aos 30/Dezembro /2.003. Eu, (Reginaldo Arcebispo de Sá), escrivão que digitei e subscrevi.

CARLA PEDALINO
Juíza de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO DO DENUNCIADO, ANDRÉ JOSÉ ALVES DA SILVA, com o prazo de quinze (15) dias.

A DOUTORA CARLA PEDALINO, MM. JUIZA DE DIREITO DA 4ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE LONDRINA, ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI, ETC...

FAZ SABER a todos quantos o presente edital, virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente a ANDRÉ JOSÉ ALVES DA SILVA, brasileiro, casado, garçom, nascido aos 12/02/79, natural de Assai-Pr., filho de José Alves e Luiza da Silva. E, como encontra-se o denunciado em lugar incerto e não sabido, pelo presente CITA-O e INTIMA-O PARA COMPARECER PERANTE ESTE JUÍZO, EDIFÍCIO DO FÓRUM LOCAL, NO DIA 17/02/2.004, ÀS 08:50 HORAS a fim de ser QUALIFICADO E INTERROGADO NA PRESENÇA DE SEU DEFENSOR, CONSTITUÍDO OU NOMEADO, e acompanhar a todos os demais termos do PROCESSO CRIME nº. 239/03, onde foi denunciado pela prática delituosa, assim descrita: "Fato 01: Em data, local e em circunstâncias ainda não esclarecidas nos autos, o denunciado André Alves, com o prévio intuito de praticar crime de estelionato, apoderou-se de uma cártula de cheque original sob nº.300756, firmada por Luiz José Baso, diretor gerente da empresa Pavibras-Pavimentação e Obras Ltda, com sede nesta cidade, titular da respectiva conta corrente (nNo dia 04/04/96, por volta das 17:30 horas, na Rua .105215-8), emitida no valor de R$ 781,00 em favor de Cláudio Mariniuki Esquadrias, de União da Vitória-Pr, bem como da carteira de identidade de Clodoaldo Visconsin, furtada por desconhecidos, no dia 29/12/2000, na cidade de Rolândia-Pr. A partir daí, o próprio denunciado, ou terceiro a seu serviço, "clonou"o referido cheque, preenchendo-o no valor de R$ 38.700,00 e nele apondo a falsa firma do emitente, fazendo chegar novamente a cártula original, em circunstâncias tampouco descobertas, ao beneficiário. Porteriormente, o denunciado adulterou, ainda, a aludida carteira de identidade de terceiro, introduzindo no documento original, subtraído, sua foto (não apreendido), no intuito de se fazer passar pelo titular Clodoaldo. Fato 02: No dia 07/08/2001, por volta das 11:30 horas, o denunciado André com evidente animus lucri faciendi, portando o referido cheque "clonado", adentrou a agência do Banestado, centro, nesta cidade, dirigiu-se ao caixa Marco Aurélio Alves e, mediante o artifício consistente em se fazer passar por Clodoaldo apresentando a identidade adulterada, dizendo-se beneficiário do cheque (nominal a Clodoaldo) e solicitando seu imediato pagamento em dinheiro, após falsamente a assinatura deste no verso do documento induzindo, assim, em erro o funcionário do banco, que, sem desconfiar do golpe (posto que as firmas constantes da identidade e lançada no verso da cártula eram semelhantes), descontou o título e lhe repassou o numerário correspondente, de modo que obteve André, para si, a grande vantagem econômica ilícita em prejuízo, ao que consta, da instituição bancária, que suportou exclusivamente o desfalque, em salvaguarda de sua cliente, Pavibras." Estando assim incurso no art. 171, caput, do CP. Dado e passado nesta cidade e 4ª Vara Criminal da Comarca de Londrina-Pr., aos 30/Dezembro /2.003. Eu, (Reginaldo Arcebispo de Sá), escrivão que digitei e subscrevi.

CARLA PEDALINO
Juíza de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO DO DENUNCIADO, JOSÉ ROBERTO NOGUEIRA, com o prazo de quinze (15) dias.

A DOUTORA CARLA PEDALINO, MM. JUIZA DE DIREITO DA 4ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE LONDRINA, ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI, ETC...

FAZ SABER a todos quantos o presente edital, virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente a JOSÉ ROBERTO NOGUEIRA, brasileiro, separado, lavrador, nascido aos 27/10/48, natural de Bastos-SP., filho de José Alves Nogueira e Rosália Alves Moreira Nogueira. E, como encontra-se o denunciado em lugar incerto e não sabido, pelo presente CITA-O e INTIMA-O PARA COMPARECER PERANTE ESTE JUÍZO, EDIFÍCIO DO FÓRUM LOCAL, NO DIA 17/02/2.004, ÀS 09:45 HORAS a fim de ser QUALIFICADO E INTERROGADO NA PRESENÇA DE SEU DEFENSOR, CONSTITUÍDO OU NOMEADO, e acompanhar a todos os demais termos do PROCESSO CRIME nº. 338/98, onde foi denunciado pela prática delituosa, assim descrita: "Na madrugada de 30/06/90, por volta das 00 hora, na Rua Iapó, 15, vila Nova, nesta cidade, José Roberto Nogueira, entrou em luta corporal com Gabriel Antonio Barbosa, vindo a cair no chão. Nalzira Benedita de Souza, sua companheira, que ali estava, ao se aproximar de José Roberto para lhe prestar auxílio, teve sua integridade corporal ofendida por José Roberto através de socos no rosto e na cabeça, sendo logo em seguida empurrada contra o solo, vindo a cair sobre seu braço, causando-lhe os ferimentos de natureza grave descritos nos laudos periciais, consistente na incapacidade para ocupações habituais por mais de 30 dias." Estando assim incurso no art. 129, § 1º, inc. I, c/c art. 61, II, f, (prevalecendo-se de relações de coabitação), ambos do CP. Dado e passado nesta cidade e 4ª Vara Criminal da Comarca de Londrina-Pr., aos 30/Dezembro /2.003. Eu, (Reginaldo Arcebispo de Sá), escrivão que digitei e subscrevi.

CARLA PEDALINO
Juíza de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO DO DENUNCIADO, THIAGO DOS SANTOS SILVA, com o prazo de quinze (15) dias.

A DOUTORA CARLA PEDALINO, MM. JUIZA DE DIREITO DA 4ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE LONDRINA, ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI, ETC...

FAZ SABER a todos quantos o presente edital, virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente a THIAGO DOS SANTOS SILVA, brasileiro, solteiro, lavrador, natural de Campo Mourão-Pr., nascido aos 05/07/83, filho de Espedito Juvenal da Silva e Vanilda Santos da Silva. E, como encontra-se o denunciado em lugar incerto e não sabido, pelo presente CITA-O e INTIMA-O PARA COMPARECER PERANTE ESTE JUÍZO, EDIFÍCIO DO FÓRUM LOCAL, NO DIA 10/02/2.004, ÀS 08:45 HORAS a fim de ser QUALIFICADO E INTERROGADO NA PRESENÇA DE SEU DEFENSOR, CONSTITUÍDO OU NOMEADO, e acompanhar a todos os demais termos do PROCESSO CRIME nº. 273/01, onde foi denunciado pela prática delituosa, assim descrita: "01. No dia 07/08/2001, no período noturno e nas proximidades da Rua Manoel Borba Gato, 1956, Jardim Novo Bandeirantes, na cidade de Cambe-Pr., o ora denunciado Ailton Alves, estando na posse do revolver marca Taurus, calibre 32, número de série lixado, de uso permitido, devidamente municiado e em perfeitas condições de funcionamento, dolosamente vendeu-o para o denunciado Thiago mediante pagamento da quantia pecuniária de R$ 150,00, sem que, para tanto, tivesse autorização legal para assim proceder. 02. Assim, por volta das 23:00 horas da aludida data, o denunciado Thiago, estando na condução de uma mobilete pela Avenida Brasília, nesta cidade, portando dolosamente o aludido revolver escondido sob a roupa que vestia, devidamente municiado com 03 cartuchos intactos, sem que, para tanto, tivesse autorização legal para assim proceder, acabou, durante uma abordagem policial, sendo detido em flagrante delito ao deixa-lo cair no chão. 03. Ato contínuo, no dia 08 do citado mês e ano, por volta das 24:05 horas, nas dependências da 10ª SDP desta cidade, o denunciado Thiago, procurando eximir a sua responsabilidade criminal e, ainda, evitar que fosse preso, acabou, perante a autoridade policial, atribuindo dolosamente falsa identidade, afirmando, para tanto, possuir ainda 17 anos de idade, e não 18 como realmente tinha, razão pela qual, lavrado o respectivo auto de apreensão, foi encaminhado para o CIAADI." Estando assim incurso no art. 10, Caput da Lei 9437/97 (tópico 2) e nas do art. 307 do COM (tópico 03), ambos conjugados com o art. 69 do CP. Dado e passado nesta cidade e 4ª Vara Criminal da Comarca de Londrina-Pr., aos 30/ Dezembro /2.003. Eu, (Reginaldo Arcebispo de Sá), escrivão que digitei e subscrevi.

CARLA PEDALINO
Juíza de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO DO DENUNCIADO, ANDRÉ RICARDO PEREIRA, com o prazo de quinze (15) dias.

A DOUTORA CARLA PEDALINO, MM. JUIZA DE DIREITO DA 4ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE LONDRINA, ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI, ETC...

FAZ SABER a todos quantos o presente edital, virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente a ANDRÉ RICARDO

PEREIRA, brasileiro, solteiro, natural de Cambe-Pr., nascido aos 20/09/76, RG nº. 6.284.146-0-Pr., filho de Ailton Pereira e Vera Lucia Brasoto Pereira Santos da Silva. E, como encontra-se o denunciado em lugar incerto e não sabido, pelo presente CITA-O e INTIMA-O PARA COMPARECER PERANTE ESTE JUÍZO, EDIFÍCIO DO FÓRUM LOCAL, NO DIA 01/03/2.004, ÀS 13:45 HORAS a fim de ser QUALIFICADO E INTERROGADO NA PRESENÇA DE SEU DEFENSOR, CONSTITUÍDO OU NOMEADO, e acompanhar a todos os demais termos do PROCESSO CRIME nº. 48/99, onde foi denunciado pela prática delituosa, assim descrita: "Fato 01: No inicio do mês de fevereiro/99 em data e horário que não se pode precisar, mas certamente, no período da manhã, na Av. Rio de Janeiro, nesta cidade, José Augusto, aproveitando-se do fato de Lourdes Marine, haver permitido que cuidasse do ciclomotor de sua propriedade, marca Yamaha, modelo Jog AE 50, placas AES-1937, subtraiu para si o capacete que se encontrava preso ao referido veículo através de sua fita de segurança, cortando-a, dali saindo em seguida. Instantes após, não se pode precisar o momento, vendeu o produto do furto acima, pela quantia de R$ 15,00 a um mototaxista da empresa Ícaro, não tendo sido recuperado o capacete. Fato 02: Ato contínuo, na tarde de 22/02/99, por volta das 14:30 horas, na confluência da Rua Prof. João Candido e da Av. Paraná, defronte ao Hotel Bandeirantes, no centro desta cidade, José augusto, após permissão concedida por Lourdes Marino para que cuidasse do ciclomotor acima mencionado, utilizando-se do mesmo modo de execução, subtraiu para si o capacete marca Taurus, com detalhes nas cores preta e verde, cortando a fita de proteção que o atava ao veículo supra citado, logrando, desta forma, obter a posse mansa e pacífica do objeto, dali saindo em seguida. Fato 03: Instantes após, na tarde de 22/02/99, por volta das 15 horas, no interior da empresa Moto Táxi Alma, situada na Av. Arcebispo Dom Geraldo Fernandes, próximo ao Terminal Urbano, nesta cidade, José Augusto, vendeu o capacete marca Taurus a André que, sabendo de sua origem ilícita, o adquiriu, em proveito próprio, pela importância de R$ 5,00." Estando assim incurso no art. 180, Caput do CP. Dado e passado nesta cidade e 4ª Vara Criminal da Comarca de Londrina-Pr., aos 30/Dezembro /2.003. Eu, (Reginaldo Arcebispo de Sá), escrivão que digitei e subscrevi.

CARLA PEDALINO
Juíza de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO DO DENUNCIADO, GUSTAVO MACHADO, com o prazo de quinze (15) dias.

A DOUTORA CARLA PEDALINO, MM. JUIZA DE DIREITO DA 4ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE LONDRINA, ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI, ETC...

FAZ SABER a todos quantos o presente edital, virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente a GUSTAVO MACHADO, brasileiro, solteiro, natural de Uraí-Pr., nascido aos 04/01/80, RG nº. 7.668.506-1-Pr., filho de Luiz Augusto Machado e Marta Lucia da Silva. E, como encontra-se o denunciado em lugar incerto e não sabido, pelo presente CITA-O e INTIMA-O PARA COMPARECER PERANTE ESTE JUÍZO, EDIFÍCIO DO FÓRUM LOCAL, NO DIA 09/03/2.004, ÀS 15:15 HORAS a fim de ser QUALIFICADO E INTERROGADO NA PRESENÇA DE SEU DEFENSOR, CONSTITUÍDO OU NOMEADO, e acompanhar a todos os demais termos do PROCESSO CRIME nº. 299/2003, onde foi denunciado pela prática delituosa, assim descrita: " No dia 29/03/2000, por volta de 13:49 horas, na Av. Leste-Oeste, próximo à Praça da Associação dos Moradores do Jardim do Sol, neste Município, o ora denunciado, Gustavo Machado, confessadamente, trazia consigo, para uso próprio, sem autorização legal, de forma consciente e voluntária, acondicionada em Malboro, a quantia de 3,5 g. da substância entorpecente Cannabis Sativa Linneu, vulgarmente conhecida como "maconha", causadora de dependência física e psíquica, em desacordo com determinação legal ou regulamentar e que tem o seu uso proscrito no País." Estando assim incurso no art. 16 (posse de substância entorpecente) da Lei 6368/76. Dado e passado nesta cidade e 4ª Vara Criminal da Comarca de Londrina-Pr., aos 30/Dezembro /2.003. Eu, (Reginaldo Arcebispo de Sá), escrivão que digitei e subscrevi.

CARLA PEDALINO
Juíza de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO DO DENUNCIADO, MARCOS ALEXANDRE BOMFIM, com o prazo de quinze (15) dias.

A DOUTORA CARLA PEDALINO, MM. JUIZA DE DIREITO DA 4ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE LONDRINA, ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI, ETC...

FAZ SABER a todos quantos o presente edital, virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente a CARLOS ALEXANDRE BOMFIM, brasileiro, solteiro, natural de Londrina-Pr., nascido aos 31/05/80, filho de Antonia Alves Bomfim. E, como encontra-se o denunciado em lugar incerto e não sabido, pelo presente CITA-O e INTIMA-O PARA COMPARECER PERANTE ESTE JUÍZO, EDIFÍCIO DO FÓRUM LOCAL, NO DIA 09/03/2.004, ÀS 16:15 HORAS a fim de ser QUALIFICADO E INTERROGADO NA PRESENÇA DE SEU DEFENSOR, CONSTITUÍDO OU NOMEADO, e acompanhar a todos os demais termos do PROCESSO CRIME nº. 285/2003, onde foi denunciado pela prática delituosa, assim descrita: " No dia 01/04/2002, por volta das 22:30 horas, no Distrito de Guaravera, neste Município, o policial Militar Jéferson Carlos Marques foi acionado para atender a uma ocorrência, sendo certo, que, ao chegar no local, constatou que o denunciado Marcos agredia fisicamente algumas moças, e, ao lhe ser dado voz de prisão na tentativa de cessar as agressões, opôs-se à execução do ato legal, desferindo contra o policial socos e pontapés, causando-lhe, inclusive, as lesões corporais descritas no laudo pericial." Estando assim incurso no art. 329 do CP. Dado e passado nesta cidade e 4ª Vara Criminal da Comarca de Londrina-Pr., aos 30/Dezembro /2.003. Eu, (Reginaldo Arcebispo de Sá), escrivão que digitei e subscrevi.

CARLA PEDALINO
Juíza de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO DO DENUNCIADO, ALTAIR ISSAO MAEDA, com o prazo de quinze (15) dias.

A DOUTORA CARLA PEDALINO, MM. JUIZA DE DIREITO DA 4ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE LONDRINA, ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI, ETC...

FAZ SABER a todos quantos o presente edital, virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente a ALTAIR ISSAO MAEDA, brasileiro, casado, comerciante, RG nº.1.282.377-GO, nascido aos 11/10/62, natural de Mogi das Cruzes-SP., filho de Yukio Maeda e Ikuk Maeda. E, como encontra-se o denunciado em lugar incerto e não sabido, pelo presente CITA-O e INTIMA-O PARA COMPARECER PERANTE ESTE JUÍZO, EDIFÍCIO DO FÓRUM LOCAL, NO DIA 12/03/2.004, ÀS 16:15 HORAS a fim de ser QUALIFICADO E INTERROGADO NA PRESENÇA DE SEU DEFENSOR, CONSTITUÍDO OU NOMEADO, e acompanhar a todos os demais termos do PROCESSO CRIME nº. 083/2002, onde foi denunciado pela prática delituosa, assim descrita: "No dia 07/04/96, por volta das 05:30 horas, nas proximidades do estabelecimento comercial itinerante "Restaurante Picanha na Brasa", instalado no Parque de Exposições Ney Braga, nesta cidade, o ora denunciado, Altair Issao, agindo com animus laedendi, e por motivos não suficientemente esclarecidos, desfechou primeiro um jato de spray paralisante em direção aos olhos da vítima Anderson Zuba Magalhães e posteriormente agrediu-a com diversos golpes desferidos com um pedaço de madeira, que provocaram nesta feridas e fraturas nas regiões zigomática direita e malar direita, restando ofendida, portanto, a integridade corporal da vítima, que sofreu as lesões corporais de natureza grave descritas nos laudo de exame de lesões corporais, que deixaram a vítima incapacitada para o exercício de suas ocupações habituais por mais de 30 dias." Estando assim incurso no art. 129, § 1º, inc. I, do CP. Dado e passado nesta cidade e 4ª Vara Criminal da Comarca de Londrina-Pr., aos 30/Dezembro /2.003. Eu, (Reginaldo Arcebispo de Sá), escrivão que digitei e subscrevi.

CARLA PEDALINO
Juíza de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO DO DENUNCIADO, ANDERSON KAIO SOARES, com o prazo de cinco (05) dias.

A DOUTORA CARLA PEDALINO, MM. JUIZA DE DIREITO DA 4ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE LONDRINA, ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI, ETC...

FAZ SABER a todos quantos o presente edital, virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente a ANDERSON KAIO SOARES, brasileiro, solteiro, RG nº.8.328.611-3-Pr., nascido aos 16/09/76, natural de Londrina-Pr., filho de Coracy ribeiro Soares. E, como encontra-se o denunciado em lugar incerto e não sabido, pelo presente CITA-O e INTIMA-O PARA COMPARECER PERANTE ESTE JUÍZO, EDIFÍCIO DO FÓRUM LOCAL, NO DIA 12/03/2.004, ÀS 16:15 HORAS a fim de ser QUALIFICADO E INTERROGADO NA PRESENÇA DE SEU DEFENSOR, CONSTITUÍDO OU NOMEADO, e acompanhar a todos os demais termos do PROCESSO CRIME nº. 166/2003, onde foi denunciado pela prática delituosa, assim descrita: "No dia 30/09/2001, por volta das 21/10 horas, nas proximidades do nº.420, da Av. Rio Branco, nesta cidade, o ora denunciado, Anderson Kaio, agindo com o animus dolendi inerente ao tipo, conduzia o veículo ciclomotor, uma Honda Titan, cor vermelha, placa AJP6543, Londrina-Pr., por aquela via pública sob a influência de álcool, já que realizado exame com o aparelho de ar alveolar, acusou o aparelho a leitura de 0.8 g/l expondo o dano potencial a incolumidade de outrem, já que o denunciado, no estado em que se encontrava, conduzia a motocicleta em arrancadas bruscas, e em velocidade incompatível com o local, aonde existia um tráfego intenso de veículos e pessoas, inclusive transportando passageira em sua garupa, a testemunha Maria Daniela Baron, tendo sido o denunciado preso em flagrante por policiais militares." Estando assim incurso no art. 306 da Lei 9503/97. Dado e passado nesta cidade e 4ª Vara Criminal da Comarca de Londrina-Pr., aos 30/Dezembro /2.003. Eu, (Reginaldo Arcebispo de Sá), escrivão que digitei e subscrevi.

CARLA PEDALINO
Juíza de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO DO DENUNCIADO, FREZI TEIXEIRA DE ALMEIDA, com o prazo de cinco(05) dias.

A DOUTORA CARLA PEDALINO, MM. JUIZA DE DIREITO DA 4ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE LONDRINA, ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI, ETC...

FAZ SABER a todos quantos o presente edital, virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente a FREZI TEIXEIRA DE ALMEIDA, brasileiro, casado, vendedor, RG nº.4.790.305-0-Pr, nascido aos 21/09/68, natural de Londrina-Pr., filho de Aníbal Teixeira de Almeida e Maria Teixeira Merico. E, como encontra-se o denunciado em lugar incerto e não sabido, pelo presente CITA-O e INTIMA-O PARA COMPARECER PERANTE ESTE JUÍZO, EDIFÍCIO DO FÓRUM LOCAL, NO DIA 30/03/2.004, ÀS 13:45 HORAS a fim de ser QUALIFICADO E INTERROGADO NA PRESENÇA DE SEU DEFENSOR, CONSTITUÍDO OU NOMEADO, e acompanhar a todos os demais termos do PROCESSO CRIME nº. 237/2003, onde foi denunciado pela prática delituosa, assim descrita: "No dia 08/08/2001, por volta das 21:55 horas, na Av. Salgado Filho, próximo ao Tiro de Guerra, nesta cidade, o ora denunciado, Frezi, agindo com o animus dolendi inerente ao tipo, conduzia por aquela via pública, o veículo automotor Fiorino, marca Fiat, cor branca, placas ATJ-4040, de Londrina-Pr., sob a influência de álcool, já que realizado exame com o aparelho de ar alveolar, acusou o aparelho a leitura de 21 g/l, expondo a dano potencial a incolumidade de outrem, já que o denunciado Frezi, no estado em que se encontrava, dirigia o veículo supracitado com as luzes dos faróis apagados, o que fez com que quase colidisse com a viatura dos policiais Militares Marcio Geovany Rodrigues Silva e José Belini Monti, tendo sido o denunciado autuado e preso em flagrante por aqueles polciais." Estando assim incurso no art. 306, da Lei 9503/97. Dado e passado nesta cidade e 4ª Vara Criminal da Comarca de Londrina-Pr., aos 30/Dezembro /2.003. Eu, (Reginaldo Arcebispo de Sá), escrivão que digitei e subscrevi.

CARLA PEDALINO
Juíza de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO DO DENUNCIADO, ADEMIL THEODORO DA SILVA, com o prazo de cinco (05) dias.

A DOUTORA CARLA PEDALINO, MM. JUIZA DE DIREITO DA 4ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE LONDRINA, ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI, ETC...

FAZ SABER a todos quantos o presente edital, virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente a ADEMIL THEODORO DA SILVA, brasileiro, casado, frentista, RG nº.3.866.031-4-Pr., nascido aos 03/07/62, natural Londrina-Pr., filho de Pedro Theodoro da Silva e Leonora Rodrigues Araujo. E, como encontra-se o denunciado em lugar incerto e não sabido, pelo presente CITA-O e INTIMA-O PARA COMPARECER PERANTE ESTE JUÍZO, EDIFÍCIO DO FÓRUM LOCAL, NO DIA 08/03/2.004, ÀS 13:45 HORAS a fim de ser QUALIFICADO E INTERROGADO NA PRESENÇA DE SEU DEFENSOR, CONSTITUÍDO OU NOMEADO, e acompanhar a todos os demais termos do PROCESSO CRIME nº. 099/2003, onde foi denunciado pela prática delituosa, assim descrita: "No dia 05/07/2002, por volta das 21:15 horas, na Rodovia PR 445, Km 69 + 600 m., nesta cidade, o ora denunciado Ademil, agindo com o animus dolendi inerente ao tipo, conduzia o veículo automotor, um volkswagem Passat, ano de fabricação 1977, placas ABI 7021-Londrina-Pr., por aquela via pública sob a influência de álcool, já que realizado o exame com o aparelho de ar alveolar, acusou o aparelho a leitura de 0,75 g/l expondo a dano potencial a incolumidade de outrem, já que o denunciado, no estado em que se encontrava, veio a colidir com o Ford Escort placas AFM 6841-Londrina-Pr., tendo sido o denunciado preso em flagrante por policiais militares." Estando assim incurso no art. 306, da Lei 9503/97. Dado e passado nesta cidade e 4ª Vara Criminal da Comarca de Londrina-Pr., aos 30/Dezembro /2.003. Eu, (Reginaldo Arcebispo de Sá), escrivão que digitei e subscrevi.

CARLA PEDALINO
Juíza de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO DO DENUNCIADO, RUBENS LUIS ALVES DE CAMARGO, com o prazo de quinze (15) dias.

A DOUTORA CARLA PEDALINO, MM. JUIZA DE DIREITO DA 4ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE LONDRINA, ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI, ETC...

FAZ SABER a todos quantos o presente edital, virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente a RUBENS LUIS ALVES DE CAMARGO, brasileiro, casado, nascido aos 02/06/77, natural de São Paulo-SP., filho de Ana Maria Alves Camargo. E, como encontra-se o denunciado em lugar incerto e não sabido, pelo presente CITA-O e INTIMA-O PARA COMPARECER PERANTE ESTE JUÍZO, EDIFÍCIO DO FÓRUM LOCAL, NO DIA 12/03/2.004, ÀS 15:45 HORAS a fim de ser QUALIFICADO E INTERROGADO NA PRESENÇA DE SEU DEFENSOR, CONSTITUÍDO OU NOMEADO, e acompanhar a todos os demais termos do PROCESSO CRIME nº. 019/2003, onde foi denunciado pela prática delituosa, assim descrita: "No dia 17/01/2003, por volta das 17:40 horas, no interior das Lojas Americanas, situada na Av. Paraná, 196, centro, nesta cidade, o ora denunciado Rubens, imbuído de evidente animus furandi, fazendo-se passar por consumidor do estabelecimento, logrou subtrair para si, ao ocultar em uma sacola de papelão, 04 energéticos "Red Bul". No momento em que subtraía os objetos, o denunciado foi avistado por um segurança da vítima, que o perseguiu e conseguiu aborda-lo no calçadão central, nas proximidades da loja, ainda de posse de mercadoria, que foi recuperada e restituída a vítima, não se consumando, assim, o ilícito, por circunstâncias alheias à vontade do agente." Estando assim incurso no art. 155, caput, c/c art. 14, II, ambos do CP. Dado e passado nesta cidade e 4ª Vara Criminal da Comarca de Londrina-Pr., aos 30/Dezembro /2.003. Eu, (Reginaldo Arcebispo de Sá), escrivão que digitei e subscrevi.

CARLA PEDALINO
Juíza de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO DO DENUNCIADO, MARCO ROBERTO DA SILVA, com o prazo de quinze (15) dias.

A DOUTORA CARLA PEDALINO, MM. JUIZA DE DIREITO DA 4ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE LONDRINA, ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI, ETC...

FAZ SABER a todos quantos o presente edital, virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente a MARCO ROBERTO DA SILVA, brasileiro, solteiro, nascido aos 28/09/73, natural de Londrina-Pr., filho de Luiz Ferreira da Silva e Irene Bicudo da Silva. E, como encontra-se o denunciado em lugar incerto e não sabido, pelo presente CITA-O e INTIMA-O PARA COMPARECER PERANTE ESTE JUÍZO, EDIFÍCIO DO FÓRUM LOCAL, NO DIA 15/03/2.004, ÀS 15:45 HORAS a fim de ser QUALIFICADO E INTERROGADO NA PRESENÇA DE SEU DEFENSOR, CONSTITUÍDO OU NOMEADO, e acompanhar a todos os demais termos do PROCESSO CRIME nº. 193/2003, onde foi denunciado pela prática delituosa, assim descrita: "No dia 12/01/2002, por volta das 14:40 horas, o denunciado Marco Roberto da Silva, que não possuía a devida habilitação para dirigir veículo automotor, dirigia a motocicleta marca Honda CG Titan de placa AFX-0824 pela Rua Newton Câmara, no Conjunto Farid Libos, nesta cidade, quando foi abordado por policiais militares em patrulhamento de rotina, que determinaram que parasse. Desobedecendo à ordem legal dos policiais militares em serviço, o denunciado Marco Roberto fugiu com a moto em velocidade incompatível com o local, gerando, com esta conduta, perigo de dano aos demais usuários da via pública." Estando assim incurso no art. 309 da Lei 9503/97. Dado e passado nesta cidade e 4ª Vara Criminal da Comarca de Londrina-Pr., aos 30/Dezembro /2.003. Eu, (Reginaldo Arcebispo de Sá), escrivão que digitei e subscrevi.

CARLA PEDALINO
Juíza de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO DO DENUNCIADO, LUCINEI ALVARO BORGES, com o prazo de quinze (15) dias.

A DOUTORA CARLA PEDALINO, MM. JUIZA DE DIREITO DA 4ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE LONDRINA, ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI, ETC...

FAZ SABER a todos quantos o presente edital, virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente a LUCINEI ALVARO BORGES, brasileiro, nascido aos 07/03/76, natural de Londrina-Pr., filho de João Borges e Maria Lucia. E, como encontra-se o denunciado em lugar incerto e não sabido, pelo presente CITA-O e INTIMA-O PARA COMPARECER PERANTE ESTE JUÍZO, EDIFÍCIO DO FÓRUM LOCAL, NO DIA 15/03/2.004, ÀS 16:00 HORAS a fim de ser QUALIFICADO E INTERROGADO NA PRESENÇA DE SEU DEFENSOR, CONSTITUÍDO OU NOMEADO, e acompanhar a todos os demais termos do PROCESSO CRIME nº. 327/2003, onde foi denunciado pela prática delituosa, assim descrita: "No dia 08/12/2002, por volta das 13:50 horas, na Rua Hermenegildo Marquezini, Bairro Jardim Maracanã, neste Município, portanto em via pública, o ora denunciado Lucinei, foi surpreendido sem autorização e em desacordo com determinação legal e regulamentar, 1 revolver, calibre 32 long. Marca Taurus, nº. de série 780125, de uso permitido, municiado com 06 cartuchos intactos, tudo conforme o termo circunstanciado de infração penal de fls.3/5, com o Auto de Exibição de apreensão de folhas 4, com o boletim de ocorrência de fls.5/6 e com o laudo de exame de arma de fogo." Estando assim incurso no art. 10, caput, da Lei 9437/97. Dado e passado nesta cidade e 4ª Vara Criminal da Comarca de Londrina-Pr., aos 30/Dezembro /2.003. Eu, (Reginaldo Arcebispo de Sá), escrivão que digitei e subscrevi.

CARLA PEDALINO
Juíza de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO DO DENUNCIADO, GIOVAN RODRIGUES DOS SANTOS, com o prazo de quinze (15) dias.

A DOUTORA CARLA PEDALINO, MM. JUIZA DE DIREITO DA 4ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE LONDRINA, ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI, ETC...

FAZ SABER a todos quantos o presente edital, virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente a GIOVAN RODRIGUES DOS SANTOS, vulgo "Zoi", brasileiro, RG nº.8.194.541-Pr., nascido aos 14/07/83, natural de Londrina-Pr., filho de Francisco Rodrigues dos Santos e Maria Luiza Machado dos Santos. E, como encontra-se o denunciado em lugar incerto e não sabido, pelo presente CITA-O e INTIMA-O PARA COMPARECER PERANTE ESTE JUÍZO, EDIFÍCIO DO FÓRUM LOCAL, NO DIA 15/03/2.004, ÀS 16:30 HORAS a fim de ser QUALIFICADO E INTERROGADO NA PRESENÇA DE SEU DEFENSOR, CONSTITUÍDO OU NOMEADO, e acompanhar a todos os demais termos do PROCESSO CRIME nº. 192/2003, onde foi denunciado pela prática delituosa, assim descrita: "No dia 11/11/2001, por volta das 3:30 horas, na Av. Saul Elkind, neste Município, o ora denunciado Giovan, foi surpreendido por policiais Militares portando sem autorização e em desacordo com determinação legal e regulamentar, 1 revolver, marca Smith&Wesson, calibre 32, nº. de série 558539, oxidado, de uso permitido, municiada com 4 cartuchos, sendo 2 intactos." Estando assim incurso no art. 10, Caput da Lei 9437/97. Dado e passado nesta cidade e 4ª Vara Criminal da Comarca de Londrina-Pr., aos 30/Dezembro /2.003. Eu, (Reginaldo Arcebispo de Sá), escrivão que digitei e subscrevi.

CARLA PEDALINO
Juíza de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO DO DENUNCIADO, MAURICIO MARIANO GARCIA, com o prazo de cinco (05) dias.

A DOUTORA CARLA PEDALINO, MM. JUIZA DE DIREITO DA 4ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE LONDRINA, ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI, ETC...

FAZ SABER a todos quantos o presente edital, virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente a MAURICIO MARIANO GARCIA, vulgo "Churrasco", brasileiro, solteiro, polidor, RG nº.7.831.123-Pr., nascido aos 12/08/78, natural de Londrina-Pr., filho de Mario Mariano Garcia e Maria Marta Pinheiro Garcia. E, como encontra-se o denunciado em lugar incerto e não sabido, pelo presente CITA-O e INTIMA-O PARA COMPARECER PERANTE ESTE JUÍZO, EDIFÍCIO DO FÓRUM LOCAL, NO DIA 19/03/2.004, ÀS 10:00 HORAS a fim de ser QUALIFICADO E INTERROGADO NA PRESENÇA DE SEU DEFENSOR, CONSTITUÍDO OU NOMEADO, e acompanhar a todos os demais termos do PROCESSO CRIME nº. 254/2003, onde foi denunciado pela prática delituosa, assim descrita: "No dia 31/05/2001, por volta das 23:50 horas, nas proximidades da Igreja Católica situada na Rua Argélia, Parque Ouro Verde, nesta cidade, o ora denunciado, Mauricio agindo com o animus dolendi inerente ao tipo, foi preso em flagrante por policiais militares que o abordaram em patrulhamento de rotina quando trazia consigo, sem autorização legal e para uso próprio, oculto no bolso dianteiro direito das bermudas que usava, pequeno invólucro envolto em plástico de cor amarela, contendo em seu interior aproximadamente 7.0 g. do vegetal cannabis sativa lin-

neu, ou maconha, que contém a substância entorpecente que causa dependência física e psíquica." Estando assim incurso no art. 16, da Lei 6368/76. Dado e passado nesta cidade e 4ª Vara Criminal da Comarca de Londrina-Pr., aos 30/Dezembro / 2.003. Eu, (Reginaldo Arcebispo de Sá), escrivão que digitei e subscrevi.

CARLA PEDALINO
Juíza de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO DO DENUNCIADO, JOÃO ALVES DE SOUZA, com o prazo de quinze (15) dias.

A DOUTORA CARLA PEDALINO, MM. JUIZA DE DIREITO DA 4ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE LONDRINA, ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI, ETC...

FAZ SABER a todos quantos o presente edital, virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente a JOÃO ALVES DE SOUZA, brasileiro, solteiro, do comércio, RG nº. 1.871.679-Pr e CPF nº. 306.728.489-53, nascido aos 15/01/57, natural de Cafelândia-SP., filho de Jousino Alves de Souza e Ana Viana de Souza. E, como encontra-se o denunciado em lugar incerto e não sabido, pelo presente CITA-O e INTIMA-O PARA COMPARECER PERANTE ESTE JUÍZO, EDIFÍCIO DO FÓRUM LOCAL, NO DIA 30/03/2.004, ÀS 13:45 HORAS a fim de ser QUALIFICADO E INTERROGADO NA PRESENÇA DE SEU DEFENSOR, CONSTITUÍDO OU NOMEADO, e acompanhar a todos os demais termos do PROCESSO CRIME nº. 270/2002, onde foi denunciado pela prática delituosa, assim descrita: "No dia 29/09/99, na 10ª SDP de Londrina, em horário que não se pode determinar, nesta cidade, o ora denunciado João Alves, agindo com animus dolendi, inerente ao tipo, deu causa a instauração de investigação policial contra Carlos Alberto Murari e Helen Patrícia Rodrigues de Lima, imputando-lhes crimes de que sabia inocentes, já que apresentou notitia criminis a autoridade da 10ª SDP, imputando a Carlos Alberto e Helen Patricia a patrica de crimes de falsificação e de uso de documento falso, em concurso de pessoas do CP., sendo que posteriormente, através da realização de exame pericial comprovou-se a autenticidade do documento apresentado nos autos." Estando assim incurso no art. 339, caput, c/c art. 70 (2 X) ambos do CP. Dado e passado nesta cidade e 4ª Vara Criminal da Comarca de Londrina-Pr., aos 30/Dezembro /2.003. Eu, (Reginaldo Arcebispo de Sá), escrivão que digitei e subscrevi.

CARLA PEDALINO
Juíza de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO DO DENUNCIADO, JOSÉ DA SILVA MEDEIROS, com o prazo de quinze (15) dias.

A DOUTORA CARLA PEDALINO, MM. JUIZA DE DIREITO DA 4ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE LONDRINA, ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI, ETC...

FAZ SABER a todos quantos o presente edital, virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente a JOSÉ DA SILVA MEDEIROS, brasileiro, separado judicialmente, nascido aos 21/01/35, natural de Itambacori-MG, filho de Manoel da Silva Medeiros e Maria Luzia Rodrigues Fraga. E, como encontra-se o denunciado em lugar incerto e não sabido, pelo presente CITA-O e INTIMA-O PARA COMPARECER PERANTE ESTE JUÍZO, EDIFÍCIO DO FÓRUM LOCAL, NO DIA 16/03/2.004, ÀS 14:15 HORAS a fim de ser QUALIFICADO E INTERROGADO NA PRESENÇA DE SEU DEFENSOR, CONSTITUÍDO OU NOMEADO, e acompanhar a todos os demais termos do PROCESSO CRIME nº. 265/2002, onde foi denunciado pela prática delituosa, assim descrita: "Fatos 01 a 10: Nos primeiros 10 dias do mês de fevereiro de 1999, diariamente e de maneira reiterada, normalmente entre 08 e 10 horas da manhã, no interior da residência situada na Rua Flor dos Alpes, 1211, fundos, Parque Ouro Branco, nesta cidade, José da silva Medeiros, que residia na casa situada na frente do terreno, aproveitando-se dos momentos em que Emily Stefani Ribeiro ficava sozinha, já que os pais se ausentavam para trabalhar, bem como da condição de pessoa conhecida da família, no intuito de satisfazer sua lascívia, dolosamente, constrangeu a criança, mediante grave ameaça de matar seu pai e estupra-la, a permitir que com ela praticasse ato libidinoso diverso da conjunção carnal. Assim, o proprietário e locador da residência onde vivia a vítima e seus pais, José da Silva Medeiros, de maneira reiterada, por 10 dias consecutivos, no intuito de satisfazer a própria lascívia, segurava a criança pelas costas, levantava sua blusa, beijava sua nuca e boca, bem como sugava e mordia-lhe os seios. Fato 11: Na tarde de 14/02/99, por volta das 17 horas, na Rua Flor dos Alpes, 1211, Parque Ouro Branco, nesta cidade, Jair Dino Ribeiro soube por sua filha Emily Stefani sobre as agressões sexuais praticadas por José e, após discutirem sobre os acontecimentos, quando Jair já retornava para casa, o denunciado, apanhou a faca apreendida nas fls.06 e desferiu um golpe contra as costas da vítima, que atingiu-lhe a região posterior do ombro esquerdo, causando os ferimentos de natureza lev descritos no laudo pericial." Estando assim incurso no art. 214, caput, c/c art. 224, alínea "a", (presunção de violência), por duas vezes, continuadamente, em concurso material com o art. 129, caput, todos do CP. Dado e passado nesta cidade e 4ª Vara Criminal da Comarca de Londrina-Pr., aos 30/Dezembro /2.003. Eu, (Reginaldo Arcebispo de Sá), escrivão que digitei e subscrevi.

CARLA PEDALINO
Juíza de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO DO DENUNCIADO, ANTONIO BRUNO PEREIRA DA SILVA, com o prazo de cinco (05) dias.

A DOUTORA CARLA PEDALINO, MM. JUIZA DE DIREITO DA 4ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE LONDRINA, ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI, ETC...

FAZ SABER a todos quantos o presente edital, virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente a ANTONIO BRUNO PEREIRA DA SILVA, brasileiro, solteiro, garçon, RG nº.4.463.950-Pr., nascido aos 16/08/63, natural de Assai-SP., filho de João Pereira da Silva e Cacilda Maria Soares. E, como encontra-se o denunciado em lugar incerto e não sabido, pelo presente CITA-O e INTIMA-O PARA COMPARECER PERANTE ESTE JUÍZO, EDIFÍCIO DO FÓRUM LOCAL, NO DIA 12/03/2.004, ÀS 15:15 HORAS a fim de ser QUALIFICADO E INTERROGADO NA PRESENÇA DE SEU DEFENSOR, CONSTITUÍDO OU NOMEADO, e acompanhar a todos os demais termos do PROCESSO CRIME nº. 312/2002, onde foi denunciado pela prática delituosa, assim descrita: "No dia 31/08/98, por volta das 11:00 horas, na Rodovia Mello Peixoto, enfrente ao Ceasa, nesta cidade, o ora denunciado, Antonio Bruno, agindo com o animus dolendi inerente ao tipo, conduzia o veículo automotor, em visível estado de embriagues, um volkswagem/SP 2, cor branca, por aquela via publica sob a influência de álcool, já que realizado exame com o aparelho de ar alveolar, acusou o aparelho a leitura de 17 g/l, expondo a dano potencial a incolumidade de outrem, já que Antonio Bruno no estado em que se encontrava, colidiu com um caminhão que trafegava naquela via. Ademais, o denunciado conduzia o citado veículo sem possuir carteira de habilitação para dirigir veículos automotores." Estando assim incurso no art. 306, c/c art. 298, III, da Lei 9503/97. Dado e passado nesta cidade e 4ª Vara Criminal da Comarca de Londrina-Pr., aos 30/Dezembro / 2.003. Eu, (Reginaldo Arcebispo de Sá), escrivão que digitei e subscrevi.

CARLA PEDALINO
Juíza de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO DO DENUNCIADO, DARCI SANTOS, com o prazo de quinze (15) dias.

A DOUTORA CARLA PEDALINO, MM. JUIZA DE DIREITO DA 4ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE LONDRINA, ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI, ETC...

FAZ SABER a todos quantos o presente edital, virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente a DARCI SANTOS, brasileiro, solteiro, corretor de veículos, RG nº. 7.926.821-6-Pr., nascido aos 21/08/66, natural de Marialva-Pr., filho de Estevão Santos e Pedrina Santos. E, como encontra-se o denunciado em lugar incerto e não sabido, pelo presente CITA-O e INTIMA-O PARA COMPARECER PERANTE ESTE JUÍZO, EDIFÍCIO DO FÓRUM LOCAL, NO DIA 02/03/2.004, ÀS 10:45 HORAS a fim de ser QUALIFICADO E INTERROGADO NA PRESENÇA DE SEU DEFENSOR, CONSTITUÍDO OU NOMEADO, e acompanhar a todos os demais termos do PROCESSO CRIME nº. 047/2003, onde foi denunciado pela prática delituosa, assim descrita: "No dia 15/07/2002, por volta de 1:30 horas, no Auto Posto Quina, de propriedade de Ruy Kazuo Arai, na cidade de Jataizinho-Pr., um indivíduo ainda desconhecido, agindo com animus furandi, mediante violência, subtraiu para si 188 folhas de cheques pré-datados, mais uma quantia em dinheiro, perfazendo aproximadamente o valor de R% 65.000,00. Na data de 17/07/2002, na residência situada na Rua Damasco, 111, nesta cidade, o ora denunciado, Darci Santos, agindo com animus furandi, foi preso em flagrante por policiais militares, quando ocultava em proveito próprio, sabendo ser produto de crime, sob a pia da cozinha da residência, 188 folhas de cheque devidamente previamente preenchidas e assinadas, apreendidas e discriminadas às fls.07 e s., num valor total de R$ 37.752,53 e que haviam sido anteriormente subtraídas na forma descrita no parágrafo anterior. Segundo se apurou policiais militares, realizando patrulhamento na rua Damasco, nesta cidade, em perseguição à pessoa que aparentemente postava arma, no momento em que adentrava na residência de número 111, de propriedade de Darci dos Santos, encontraram embaixo da pia da cozinha desta residência uma sacola plástica contendo as folhas de cheque." Estando assim incurso no art. 180, caput, do CP. Dado e passado nesta cidade e 4ª Vara Criminal da Comarca de Londrina-Pr., aos 30/Dezembro /2.003. Eu, (Reginaldo Arcebispo de Sá), escrivão que digitei e subscrevi.

CARLA PEDALINO
Juíza de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO DO DENUNCIADO, TULIO CEZAR DA SILVA MOREIRA, com o prazo de quinze (15) dias.

A DOUTORA CARLA PEDALINO, MM. JUIZA DE DIREITO DA 4ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE LONDRINA, ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI, ETC...

FAZ SABER a todos quantos o presente edital, virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente a TULIO CEZAR DA SILVA MOREIRA, brasileiro, solteiro, garçon, nascido aos 11/06/76, natural de Londrina-Pr., filho de Nelson Moreira de Moura e Zeni Honoria da Silva Moreira. E, como encontra-se o denunciado em lugar incerto e não sabido, pelo presente CITA-O e INTIMA-O PARA COMPARECER PERANTE ESTE JUÍZO, EDIFÍCIO DO FÓRUM LOCAL, NO DIA 02/03/2.004, ÀS 09:45 HORAS a fim de ser QUALIFICADO E INTERROGADO NA PRESENÇA DE SEU DEFENSOR, CONSTITUÍDO OU NOMEADO, e acompanhar a todos os demais termos do PROCESSO CRIME nº. 021/2003, onde foi denunciado pela prática delituosa, assim descrita: "Fato 01: No dia 17/01/2003, o ora denunciado Túlio, agindo com evidente animus furandi, na Rua Hugo Cabral, esquina com Av. Paraná, nesta cidade, mediante o uso de uma chave de fenda abriu um veículo Gol, de cor cinza, subtraindo, para si uma carteira da marca Fórum avaliada em R$ 40,00, contendo um documento de Identidade e CPF, reservista e objetos pessoais pertencentes a vítima Jean de Souza Pêra. Segundo a vítima, o veículo foi estacionado no local por volta das 04:00 horas e por volta das 13:00 horas foi comunicado que seus documentos estavam em posse de um homem que havia sido preso, neste momento foi ao seu carro e notou que haviam furtado sua carteira, a vítima encaminhou-se a Delegacia onde recuperou seu RG e CPF, a carteira de couro e o reservista não foram recuperados com o acusado. Fato 02: Naquele mesmo dia, o ora denunciado Túlio já por volta das 12:30 horas, nesta cidade, imbuído de animus furandi, mediante o uso de uma chave de fenda abriu o veículo Fiat/Uno de placa AHU 95310 de propriedade da vítima Flavio Augusto Bastos da Silva, subtraindo para si, com intenção de assenhoreamento definitivo, a parte frontal de um aparelho toca-cd de marca Aiwa, no valor de R$ 50,00. Quando estava dentro do veículo subtraindo o toca-cd o denunciado foi avistado por populares que o perseguiram e conseguiram detê-lo até a chegada de policiais militares que o prenderam em flagrante delito, momento após o mesmo ter jogado no chão o objeto subtraído e a chave de fendas utlizada para abrir o veículo da vítima." Estando assim incurso no art. 155, caput (1º fato) e do art. 155, caput, I, c/c art. 14, II, (2º fato), todos do CP, conjugados, ainda, com os arts.69 e 71, caput, do mesmo Codex. Dado e passado nesta cidade e 4ª Vara Criminal da Comarca de Londrina-Pr., aos 30/Dezembro /2.003. Eu, (Reginaldo Arcebispo de Sá), escrivão que digitei e subscrevi.

CARLA PEDALINO
Juíza de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO DO DENUNCIADO, SIONEI BERNADETE CASTILHO, com o prazo de quinze (15) dias.

A DOUTORA CARLA PEDALINO, MM. JUIZA DE DIREITO DA 4ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE LONDRINA, ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI, ETC...

FAZ SABER a todos quantos o presente edital, virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente a SIONEI BERNADETE CASTILHO, brasileira, divorciada, nascida aos 07/09/70, natural de Cambará-Pr., filho de João M. Moreira e Carolina Vizotto Castilho. E, como encontra-se o denunciado em lugar incerto e não sabido, pelo presente CITA-O e INTIMA-O PARA COMPARECER PERANTE ESTE JUÍZO, EDIFÍCIO DO FÓRUM LOCAL, NO DIA 29/03/2.004, ÀS 16:30 HORAS a fim de ser QUALIFICADO E INTERROGADO NA PRESENÇA DE SEU DEFENSOR, CONSTITUÍDO OU NOMEADO, e acompanhar a todos os demais termos do PROCESSO CRIME nº. 079/2003, onde foi denunciado pela prática delituosa, assim descrita: "No dia 16/11/2001, por volta das 17:00 horas, aproximadamente, no salão de beleza em que trabalha a vítima, via telefone, a ora denunciada Sionei, com o dolo inerente ao tipo, proferiu ameaça conta a vítima Regina Aparecida Ferreira Souza, afirmando que iria lhe pegar na rua e iria lhe matar e bater, meio pelo qual a ora denunciada incutiu fundado temor na vítima, consistente em causar-lhe mal injusto e grave." Estando assim incurso no art. 147, do CP. Dado e passado nesta cidade e 4ª Vara Criminal da Comarca de Londrina-Pr., aos 30/Dezembro /2.003. Eu, (Reginaldo Arcebispo de Sá), escrivão que digitei e subscrevi.

CARLA PEDALINO
Juíza de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO DO DENUNCIADO, CARLOS ALBERTO DA SILVA, com o prazo de quinze (15) dias.

A DOUTORA CARLA PEDALINO, MM. JUIZA DE DIREITO DA 4ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE LONDRINA, ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI, ETC...

FAZ SABER a todos quantos o presente edital, virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente a CARLOS ALBERTO DA SILVA, brasileiro, solteiro, RG nº.45.528.963-3-SP., nascido aos 13/11/80, natural de São Carlos-SP., filho de Luzia de Fátima da Silva. E, como encontra-se o denunciado em lugar incerto e não sabido, pelo presente CITA-O e INTIMA-O PARA COMPARECER PERANTE ESTE JUÍZO, EDIFÍCIO DO FÓRUM LOCAL, NO DIA 26/03/2.004, ÀS 15:15 HORAS a fim de ser QUALIFICADO E INTERROGADO NA PRESENÇA DE SEU DEFENSOR, CONSTITUÍDO OU NOMEADO, e acompanhar a todos os demais termos do PROCESSO CRIME nº. 220/2003, onde foi denunciado pela prática delituosa, assim descrita: "No dia 30/10/2002, por volta da 1:00 hora, no interior do estabelecimento comercial "Bar da Lena", situado na Rua Doutor Newton Leopoldo Câmara, nº.235, Conjunto Farid Libos, neste Município, o ora denunciado Carlos Alberto, confessadamente, foi surpreendido por milicianos portando sem autorização e em desacordo com determinação legal e regulamentar, 01 espingarda calibre 28, marca CBC, nº.97302, cano longo, cabo de madeira, de uso permitido, municiada com 06 cartuchos intactos." Estando assim incurso no art. 10, caput, da Lei 9437/97. Dado e passado nesta cidade e 4ª Vara Criminal da Comarca de Londrina-Pr., aos 30/Dezembro /2.003. Eu, (Reginaldo Arcebispo de Sá), escrivão que digitei e subscrevi.

CARLA PEDALINO
Juíza de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO DO DENUNCIADO, ALEX FERNANDES SILVA, com o prazo de quinze (15) dias.

A DOUTORA CARLA PEDALINO, MM. JUIZA DE DIREITO DA 4ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE LONDRINA, ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI, ETC...

FAZ SABER a todos quantos o presente edital, virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente a ALEX FERNANDES SILVA, brasileiro, lavrador, amasiado, nascido aos 03/11/82, natural de Assai-Pr., filho de José Roque Crispim da Silva e Sebastiana Cleusa da Silva. E, como encontra-se o denunciado em lugar incerto e não sabido, pelo presente CITA-O e INTIMA-O PARA COMPARECER PERANTE ESTE JUÍZO, EDIFÍCIO DO FÓRUM LOCAL, NO DIA 08/03/2.004, ÀS 14:15 HORAS a fim de ser QUALIFICADO E INTERROGADO NA PRESENÇA DE SEU DEFENSOR, CONSTITUÍDO OU NOMEADO, e acompanhar a todos os demais termos do PROCESSO CRIME nº. 219/2003, onde foi denunciado pela prática delituosa, assim descrita: "No dia 21/11/2002, por volta das 16:15 horas, na Rua Julia Estrela Moreira, na altura do nº.1190-Zerão, neste Município, o miliciano Joel Martins Bornal, ora vítima, em patrulhamento de rotina, ao abordar o ora denunciado Alex, portanto no exercício regular de suas funções, este agindo com a intenção de ofender, menosprezar e menoscabar o policial militar, desacatou-o, proferindo as seguintes expressões: Que o mesmo era corrupto, e "que estava tentando arrumar flagrante de maconha, ofendendo desta forma a honra e a dignidade da vítima." Estando assim incurso no art. 331 (desacato), do CP. Dado e passado nesta cidade e 4ª Vara Criminal da Comarca de Londrina-Pr., aos 30/Dezembro /2.003. Eu, (Reginaldo Arcebispo de Sá), escrivão que digitei e subscrevi.

CARLA PEDALINO
Juíza de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO DO DENUNCIADO, RENATO ANDRÉ DOS SANTOS, com o prazo de quinze (15) dias.

A DOUTORA CARLA PEDALINO, MM. JUIZA DE DIREITO DA 4ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE LONDRINA, ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI, ETC...

FAZ SABER a todos quantos o presente edital, virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente a RENATO ANDRÉ DOS SANTOS, brasileiro, solteiro, mecânico, nascido aos 03/12/79, natural de Londrina-Pr., filho de José João dos Santos e Maria socorro dos Santos. E, como encontra-se o denunciado em lugar incerto e não sabido, pelo presente CITA-O e INTIMA-O PARA COMPARECER PERANTE ESTE JUÍZO, EDIFÍCIO DO FÓRUM LOCAL, NO DIA 15/03/2.004, ÀS 14:00 HORAS a fim de ser QUALIFICADO E INTERROGADO NA PRESENÇA DE SEU DEFENSOR, CONSTITUÍDO OU NOMEADO, e acompanhar a todos os demais termos do PROCESSO CRIME nº. 088/2002, onde foi denunciado pela prática delituosa, assim descrita: "Na tarde de 18/10/99, por volta das 17:50 horas, na Av. Duque de Caxias, defronte ao PAI – Pronto Atendimento Infantil, nesta cidade, houve a subtração do veículo GM/Chevette Hatch SL, ano 1981, cor branca, placas AGW-3655, chassi 5E08BAC165067, de propriedade de Sebastião Fernandes, quanto estacionado em via pública. Na tarde de 17/10/99, 09 dias após a pratica delitiva supra citada, por volta das 16:50 horas, na rua Dr. Moacir Arco Verde, policiais militares abordaram Renato, eis que de posse do veículo furtado, uma vez que o havia comprado de um indivíduo chamado Antonio, não sabendo apontar seu nome completo e endereço, em proveito próprio, tendo plena ciência tratar-se de produto de crime, tendo em vista que os documentos apresentados pelo denunciado como sendo referentes ao veículo continham dados correspondentes a automóvel sinistro no ano de 1987, com perda total, encontrado em ferro velho, não condizendo com a realidade, posto que a cor, as placas e o chassi do veículo furtado haviam sido adulterados para passar-se pelo veículo sinistrado, n!ao correspondendo tais dados aos originais do veículo apreendido." Estando assim incurso no art. 180, caput, do CP. Dado e passado nesta cidade e 4ª Vara Criminal da Comarca de Londrina-Pr., aos 30/Dezembro /2.003. Eu, (Reginaldo Arcebispo de Sá), escrivão que digitei e subscrevi.

CARLA PEDALINO
Juíza de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO DO DENUNCIADO, AUGUSTO ANTONIO BERTONCINI JUNIOR, com o prazo de cinco (05) dias.

A DOUTORA CARLA PEDALINO, MM. JUIZA DE DIREITO DA 4ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE LONDRINA, ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI, ETC...

FAZ SABER a todos quantos o presente edital, virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente a AUGUSTO ANTONIO BERTONCINI JUNIOR, brasileiro, solteiro, comerciante, RG nº.7.979.303-7-PR, nascido aos 29/06/79, natural de Londrina-Pr., filho de Augusto Antonio Bertoncini e Floracy Aparecida Jachstest Bertoncini. E, como encontra-se o denunciado em lugar incerto e não sabido, pelo presente CITA-O e INTIMA-O PARA COMPARECER PERANTE ESTE JUÍZO, EDIFÍCIO DO FÓRUM LOCAL, NO DIA 09/03/2.004, ÀS 10:30 HORAS a fim de ser QUALIFICADO E INTERROGADO NA PRESENÇA DE SEU DEFENSOR, CONSTITUÍDO OU NOMEADO, e acompanhar a todos os demais termos do PROCESSO CRIME nº. 311/2002, onde foi denunciado pela prática delituosa, assim descrita: "No dia 05/09/98, por volta das 03:30 horas, no pátio do Posto Tiradentes na Rua Tiradentes, nesta cidade, o ora denunciado Augusto, agindo com o animus dolendi inerente ao tipo, conduzia o veículo automotor Corsa, placas AJK-3627 (FAOC fls.09), por aquela via pública em visível estado de embriagues, sob a influência de álcool, já que realizado o exame com o aparelho de ar alveolar, acusou o aparelho a leitura de 0,8 g/l, expondo a dano potencial a incolumidade de outrem, já que no estado em que se encontrava o denunciado fazia a manobra conhecida como "cavalo de pau", tendo atingido e ferido a vítima Marcio Vieira da Silva, que estava entre os transeuntes no supracitado posto de gasolina." Estando assim incurso no art. 306, c/c art. 276 da Lei 9503/97. Dado e passado nesta cidade e 4ª Vara Criminal da Comarca de Londrina-Pr., aos 30/Dezembro /2.003. Eu, (Reginaldo Arcebispo de Sá), escrivão que digitei e subscrevi.

CARLA PEDALINO
Juíza de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO DO DENUNCIADO, JORGE LUIZ OLIANI, com o prazo de cinco (05) dias.

A DOUTORA CARLA PEDALINO, MM. JUIZA DE DIREITO DA 4ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE LONDRINA, ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI, ETC...

FAZ SABER a todos quantos o presente edital, virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente a JORGE LUIZ OLIANI, brasileiro, casado, RG nº.799.334- PR, nascido aos 13/09/55, natural de Ijatobi-SP., filho de Uriziede Oliani e Durvalina

Hoffner Oliani. E, como encontra-se o denunciado em lugar incerto e não sabido, pelo presente CITA-O e INTIMA-O PARA COMPARECER PERANTE ESTE JUÍZO, EDIFÍCIO DO FÓRUM LOCAL, NO DIA 30/03/2.004, ÀS 15:00 HORAS a fim de ser QUALIFICADO E INTERROGADO NA PRESENÇA DE SEU DEFENSOR, CONSTITUÍDO OU NOMEADO, e acompanhar a todos os demais termos do PROCESSO CRIME nº. 322/2002, onde foi denunciado pela prática delituosa, assim descrita: "No dia 21/09/2000, por volta das 18:20 horas, na Rua Duque de Caixas, próximo ao número 1200, nesta cidade, o ora denunciado, Jorge Luiz, agindo com o animus dolendi, inerente ao tipo, conduzia o veículo automotor, um Santana, da marca Volkswagem, placas ACM-3329, por aquela via pública em visível estado de embriagues, sob a influência de álcool, já que realizado exame com o aparelho de ar alveolar, acusou o aparelho a leitura de 1.7 g/l, expondo a dano potencial a incolumidade de outrem, já que no estado em que se encontrava trafegava por cima das tartarugas e canteiro, e atropelou a vítima Maria de Fátima dos Santos, que estava ente o canteiro e as tartarugas, à esquerda do motorista, causando-lhe fratura no terço proximal de tíbia esquerda. Posteriormente o denunciado continuou a trafegar por cima das tartarugas e canteiros, parando uns vinte metros adiante, tendo sido o denunciado preso em flagrante por policiais militares." Estando assim incurso no art. 306, c/c art. 276 da Lei 9503/97. Dado e passado nesta cidade e 4ª Vara Criminal da Comarca de Londrina-Pr., aos 30/Dezembro /2.003. Eu, (Reginaldo Arcebispo de Sá), escrivão que digitei e subscrevi.

CARLA PEDALINO
Juíza de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO DO DENUNCIADO, EDNER ROBERTO BARBOSA FURTADO, com o prazo de cinco(05) dias.

A DOUTORA CARLA PEDALINO, MM. JUIZA DE DIREITO DA 4ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE LONDRINA, ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI, ETC...

FAZ SABER a todos quantos o presente edital, virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente a EDNER ROBERTO BARBOSA FURTADO, brasileiro, solteiro, estudante, RG nº. 50647650-Pr., , nascido aos 01/08/72, natural de Londrina-Pr., filho de Elieser J. Furtado e Maria Gomes Furtado. E, como encontra-se o denunciado em lugar incerto e não sabido, pelo presente CITA-O e INTIMA-O PARA COMPARECER PERANTE ESTE JUÍZO, EDIFÍCIO DO FÓRUM LOCAL, NO DIA 30/03/2.004, ÀS 15:45 HORAS a fim de ser QUALIFICADO E INTERROGADO NA PRESENÇA DE SEU DEFENSOR, CONSTITUÍDO OU NOMEADO, e acompanhar a todos os demais termos do PROCESSO CRIME nº. 309/2002, onde foi denunciado pela prática delituosa, assim descrita: "No dia 01/07/2001, por volta das 02:00 horas, na Rua Vitório Libard, em frente ao nº.161, Distrito de Paiquerê, neste Município, o ora denunciado, Edner, agindo com o animus dolendi inerente ao tipo, conduzia o veículo automotor Volkswagem Gol placas AJT 4408, por aquela via pública em visível estado de embriagues, sob a influência de álcool, já que realizado exame com o aparelho de ar alveolar, acusou o aparelho a leitura de 0,7 g/l, expondo a dano potencial a incolumidade de outrem, já que no estado em que se encontrava fazia manobras perigosas, rodopiando com o carro em meio a via pública." Estando assim incurso no art. 306, da Lei 9503/97. Dado e passado nesta cidade e 4ª Vara Criminal da Comarca de Londrina-Pr., aos 30/Dezembro /2.003. Eu, (Reginaldo Arcebispo de Sá), escrivão que digitei e subscrevi.

CARLA PEDALINO
Juíza de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO DO DENUNCIADO, EDUARDO HAUPTMANN JUNIOR, com o prazo de cinco(05) dias.

A DOUTORA CARLA PEDALINO, MM. JUIZA DE DIREITO DA 4ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE LONDRINA, ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI, ETC...

FAZ SABER a todos quantos o presente edital, virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente a EDUARDO HAUPTMANN JUNIOR, brasileiro, casado, motorista profissional, RG nº. 6.293.400-0-Pr., nascido aos 13/04/71, natural de Apucarana-Pr., filho de Edevaldo Hauptmann e Maria Roseli Hauptmann. E, como encontra-se o denunciado em lugar incerto e não sabido, pelo presente CITA-O e INTIMA-O PARA COMPARECER PERANTE ESTE JUÍZO, EDIFÍCIO DO FÓRUM LOCAL, NO DIA 02/03/2.004, ÀS 16:15 HORAS a fim de ser QUALIFICADO E INTERROGADO NA PRESENÇA DE SEU DEFENSOR, CONSTITUÍDO OU NOMEADO, e acompanhar a todos os demais termos do PROCESSO CRIME nº. 308/2002, onde foi denunciado pela prática delituosa, assim descrita: "No dia 19/07/2002, por volta das 5:20 horas, na Av. Águia Imperial, 542, Jardim Paraíso, nesta cidade, o ora denunciado Eduardo, agindo com o animus dolendi inerente ao tipo, conduzia o veículo automotor, um F 600, cor verde, placas AHP 6725-Londrina-Pr., por aquela via pública sob a influência de álcool, já que realizado exame com o aparelho de ar alveolar, acusou o aparelho a leitura de 2,3 g/l, expondo a dano potencial a incolumidade de outrem, já que o denunciado, no estado em que se encontrava, perdeu o controle do veículo e veio a colidir contra a residência de Eliseu Martins da Cruz, danificando não só a cerca como uma das paredes e os móveis da residência, que era ocupada na ocasião por Eliseu e sua família, tendo sido então o denunciado preso em flagrante por policiais militares." Estando assim incurso no art. 306, da Lei 9503/97. Dado e passado nesta cidade e 4ª Vara Criminal da Comarca de Londrina-Pr., aos 30/Dezembro /2.003. Eu, (Reginaldo Arcebispo de Sá), escrivão que digitei e subscrevi.

CARLA PEDALINO
Juíza de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO DO DENUNCIADO, SHIRLEY MONTEIRO DOS SANTOS, com o prazo de quinze(15) dias.

A DOUTORA CARLA PEDALINO, MM. JUIZA DE DIREITO DA 4ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE LONDRINA, ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI, ETC...

FAZ SABER a todos quantos o presente edital, virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente a SHIRLEY MONTEIRO DOS SANTOS, brasileira, casada, empregada doméstica, RG nº. 6.834.864-1-Pr., nascida aos 10/10/64, natural de Londrina-Pr., filha de Benedito Monteiro e Nair Monteiro. E, como encontra-se o denunciado em lugar incerto e não sabido, pelo presente CITA-O e INTIMA-O PARA COMPARECER PERANTE ESTE JUÍZO, EDIFÍCIO DO FÓRUM LOCAL, NO DIA 02/03/2.004, ÀS 08:30 HORAS a fim de ser QUALIFICADO E INTERROGADO NA PRESENÇA DE SEU DEFENSOR, CONSTITUÍDO OU NOMEADO, e acompanhar a todos os demais termos do PROCESSO CRIME nº. 214/2002, onde foi denunciado pela prática delituosa, assim descrita: "A denunciada exerceu as funções de empregada doméstica na residência de propriedade do advogado Nely Lopes Casali, sita na Rua suíça, 340, Jardim Adriana, nesta cidade, no período de 05 anos, compreendido entre fevereiro de 1995 até fevereiro de 2000. Em diversas datas insuficientemente determinadas, sendo certo entre os meses de dezembro de 1999 a fevereiro de 2000, Shirley Monteiro dos Santos, aproveitando-se de sua condição de empregada doméstica e prevalecendo-se deste relacionamento, em comum acordo e igualdade de propósitos com José Roberto Ferreira, com quem mantinha relacionamento amoroso, passou a subtrair, do interior da aludida residência, os objetos de interesse de ambos. Assim sendo, aproveitando-se das oportunidades advindas em razão da confiança lhe depositada no exercício do trabalho de empregada doméstica, em datas diversas e não esclarecidas, Shirley, ciente do atuar ilícito e mancomunada com José Roberto Ferreira, subtraiu para ambos, do interior da residência de seu empregador, folhas de cheques e entregou-as para José Roberto, e este na posse das cártulas cambiais, obteve para ambos, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, uma vez que, ardilosamente, preencheu cada cambial no valor de R$ 2.000,00, assinando falsamente os cheques como se o titular fosse, e os depositou em sua conta corrente, tendo sido compensados em prejuízo de Nely Lopes Casali e do antigo Banco Banestado." Estando assim incurso no art. 155, § 4º, II (abuso de confiança) e IV (concurso de agentes), por 5 X, continuadamente e nas sanções do artigo 171, caput, (2 X), e do art. 171, caput, c/c art. 14, II, (1 X), continuadamente, todos do CP. Dado e passado nesta cidade e 4ª Vara Criminal da Comarca de Londrina-Pr., aos 30/Dezembro /2.003. Eu, (Reginaldo Arcebispo de Sá), escrivão que digitei e subscrevi.

CARLA PEDALINO
Juíza de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO DO DENUNCIADO, MARCELO JOSÉ DE ABREU, com o prazo de quinze(15) dias.

A DOUTORA CARLA PEDALINO, MM. JUIZA DE DIREITO DA 4ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE LONDRINA, ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI, ETC...

FAZ SABER a todos quantos o presente edital, virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente a MARCELO JOSÉ DE ABREU, brasileiro, solteiro, RG nº. 8.172.857-Pr., nascido aos 26/09/79, natural de Arapongas-Pr., filho de Antonio Carlos de Abreu e Elizabete de Fátima Abreu. E, como encontra-se o denunciado em lugar incerto e não sabido, pelo presente CITA-O e INTIMA-O PARA COMPARECER PERANTE ESTE JUÍZO, EDIFÍCIO DO FÓRUM LOCAL, NO DIA 02/03/2.004, ÀS 10:45 HORAS a fim de ser QUALIFICADO E INTERROGADO NA PRESENÇA DE SEU DEFENSOR, CONSTITUÍDO OU NOMEADO, e acompanhar a todos os demais termos do PROCESSO CRIME nº. 018/2002, onde foi denunciado pela prática delituosa, assim descrita: "No dia 20/01/2002, por volta das 21:30 horas, nas dependências da empresa Plastimil Embalagens Ltda, situada na Av. Rio Branco, nº.865, Jardim Shangri-la "B", nesta cidade, o ora denunciado, consciente da ilicitude e reprovabilidade de sua conduta, após ter quebrado o vidro da porta da frente do referido estabelecimento – mediante destruição de obstáculo – subtraiu para si 25 pacotes de copos plásticos descartáveis, da marca Copobras, avaliados num total de R$ 25,00 em prejuízo da referida pessoa jurídica, ato contínuo evadindo-se do local com a posse mansa e pacífica de tais bens. Porco tempo depois, policiais militares que haviam sido comunicados do fato por um transeunte, realizaram patrulhamento nas cercanias e abordaram o ora denunciado ainda na posse dos objetos furtados, razão pela qual o prenderam em estado de flagrância delitiva." Estando assim incurso no art. 155, § 4º, inciso I, do CP. Dado e passado nesta cidade e 4ª Vara Criminal da Comarca de Londrina-Pr., aos 30/Dezembro / 2.003. Eu, (Reginaldo Arcebispo de Sá), escrivão que digitei e subscrevi.

CARLA PEDALINO
Juíza de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO DO DENUNCIADO, SEBASTIÃO DA ROSA, com o prazo de cinco(05) dias.

A DOUTORA CARLA PEDALINO, MM. JUIZA DE DIREITO DA 4ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE LONDRINA, ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI, ETC...

FAZ SABER a todos quantos o presente edital, virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente a SEBASTIÃO DA ROSA, brasileiro, casado, comerciante, RG nº. 1.656.946-1-Pr., nascido aos 05/03/56, natural de São Paulo-SP, filho de José da Rosa e Julia Emerenciana da Rosa. E, como encontra-se o denunciado em lugar incerto e não sabido, pelo presente CITA-O e INTIMA-O PARA COMPARECER PERANTE ESTE JUÍZO, EDIFÍCIO DO FÓRUM LOCAL, NO DIA 12/03/2.004, ÀS 13:45 HORAS a fim de ser QUALIFICADO E INTERROGADO NA PRESENÇA DE SEU DEFENSOR, CONSTITUÍDO OU NOMEADO, e acompanhar a todos os demais termos do PROCESSO CRIME nº. 256/2001, onde foi denunciado pela prática delituosa, assim descrita: "No dia 13/04/2001, por volta das 21:15 horas, na confluência das Rua Suindara e Av. Brasília, nesta cidade, o ora denunciado, agindo com o animus dolendi, inerente ao tipo, conduzia o veículo automotor Chevrolet Monza placas ADE-5280 –Londrina-Pr., por aquela via pública sob a influência de álcool e em visível estado de embriaguez, tendo o denunciado se recusado a realizar o exame com o aparelho de ar alveolar, expondo a dano potencial a incolumidade de outrem, já que o denunciado, no estado em que se encontrava, conduzia seu veículo em zigue-zague, e, ao arrancar o veículo no sinal de trânsito da Av. Brasília, quase veio a colidir com uma motocicleta da PMPR, tendo sido o denunciado então preso em flagrante por policiais militares." Estando assim incurso no art. 306, da Lei 9503/97, c/c art. 69, c/c art. 331, os últimos do CP. Dado e passado nesta cidade e 4ª Vara Criminal da Comarca de Londrina-Pr., aos 30/Dezembro /2.003. Eu, (Reginaldo Arcebispo de Sá), escrivão que digitei e subscrevi.

CARLA PEDALINO
Juíza de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO DO DENUNCIADO, JOEL DE MATOS DENIS, com o prazo de quinze(15) dias.

A DOUTORA CARLA PEDALINO, MM. JUIZA DE DIREITO DA 4ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE LONDRINA, ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI, ETC...

FAZ SABER a todos quantos o presente edital, virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente a JOEL MATOS DENIS, brasileiro, Policial Militar excluído a bem da disciplina e moralidade da tropa, RG nº. 4.986.132-0, natural de Apucarana-Pr., nascido aos 29/11/70, filho de Círio Roque Denis e Marlene Almeida Denis. E, como encontra-se o denunciado em lugar incerto e não sabido, pelo presente CITA-O e INTIMA-O PARA COMPARECER PERANTE ESTE JUÍZO, EDIFÍCIO DO FÓRUM LOCAL, NO DIA 08/03/2.004, ÀS 14:45 HORAS a fim de ser QUALIFICADO E INTERROGADO NA PRESENÇA DE SEU DEFENSOR, CONSTITUÍDO OU NOMEADO, e acompanhar a todos os demais termos do PROCESSO CRIME nº. 39/97, onde foi denunciado pela prática delituosa, assim descrita: "Na madrugada do dia 17/11/94, por volta das 24:30 horas, Joel e Rivaldo, após haverem inferido bebida alcoólica em vários estabelecimentos noturnos por onde passaram, acompanhados de Laércio, que não ingere tais substâncias, trafegavam pela Rua São Pedro, utilizando-se do veículo marca Volkswagem, modelo Passat, placas SM 4272, de propriedade e conduzido por Rivaldo; quando depararam-se com o adolescente AIPH, parado para consertar a bicicleta que utilizava, eis que em passeio com amigos que o aguardavam logo à frente. Assim é que, decidiram a prática de delito contra o patrimônio e, embora à paisana, descaracterizados, eis que em dias de folga, os denunciados Laércio e Joel desceram do veículo, e, dizendo-se policiais civis, mediante ameaça de arma de fogo que portavam e empunharam em direção a vítima, subtraíram para si e outro comparsa, a bicicleta Montain Bike-Suntour Fire Mod Kaut, cor rosa, deixando o adolescente estático, ante a perplexidade causada pela atuação dos policiais. Ato contínuo evadiram-se do local com o veículo já mencionado, ainda conduzido por Rivaldo, que os aguardava, tendo o adolescente em companhia de seus colegas, procurado a Delegacia de Polícia de plantão para registrar ocorrência." Estando assim incurso no art. 157, § 2º, incisos I e II, c/c art. 61, inc. II, alínea "g", ambos do CP. Dado e passado nesta cidade e 4ª Vara Criminal da Comarca de Londrina-Pr., aos 30/Dezembro /2.003. Eu, (Reginaldo Arcebispo de Sá), escrivão que digitei e subscrevi.

CARLA PEDALINO
Juíza de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO DO DENUNCIADO, RONALDO REIS DOS SANTOS, com o prazo de quinze(15) dias.

A DOUTORA CARLA PEDALINO, MM. JUIZA DE DIREITO DA 4ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE LONDRINA, ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI, ETC...

FAZ SABER a todos quantos o presente edital, virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente a RONALDO REIS DOS SANTOS, vulgo "Cinquentinha", brasileiro, solteiro, RG nº. 7.322.248-Pr., nascido aos 11/09/77, natural de Londrina-Pr., filho de Reinivaldo Reis dos Santos e Domiana Pereira dos Santos. E, como encontra-se o denunciado em lugar incerto e não sabido, pelo presente CITA-O e INTIMA-O PARA COMPARECER PERANTE ESTE JUÍZO, EDIFÍCIO DO FÓRUM LOCAL, NO DIA 19/03/2.004, ÀS 9:30 HORAS a fim de ser QUALIFICADO E INTERROGADO NA PRESENÇA DE SEU DEFENSOR, CONSTITUÍDO OU NOMEADO, e acompanhar a todos os demais termos do PROCESSO CRIME nº. 99/97, onde foi denunciado pela prática delituosa, assim descrita: "No dia 22/06/97, por volta das 12:00 horas, o denunciado Ronaldo, imbuído de animus furandi, dirigiu-se até a residência da vítima Claudia Marques da Cruz Gonçalves, localizada na Rua Antonio Capelo- 200, Jardim Maria Lucia, nesta cidade, onde, aproveitando-se da ausência momentânea de moradores, após arrombar a porta da cozinha, rompendo a lingüeta da fechadura mediante a ação de alavancar referida porta com um cabo de madeira, subtraiu, para si, um televisor marca Philco, um cobertor, uma calça de brim e uma blusa de cor roxa, avaliados no importe total de R$ 465,00, retirando os aludidos pertences da residência referida, iniciando a execução de um crime de furto, que só não se consumou em virtude da imediata intervenção de populares, os quais perseguiram o acusado e o prenderam antes que obtivesse a posse desvigiada dos objetos subtraídos." Estando assim incurso no art. 155, § 2º, inc.I, c/c art. 14, II, ambos do CP. Dado e passado nesta cidade e 4ª Vara Criminal da Comarca de Londrina-Pr., aos 30/Dezembro /2.003. Eu, (Reginaldo Arcebispo de Sá), escrivão que digitei e subscrevi.

CARLA PEDALINO
Juíza de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO DO DENUNCIADO, ROBERTO CARLOS LOPES, com o prazo de cinco(05) dias.

A DOUTORA CARLA PEDALINO, MM. JUIZA DE DIREITO DA 4ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE LONDRINA, ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI, ETC...

FAZ SABER a todos quantos o presente edital, virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente a ROBERTO CARLOS LOPES, brasileiro, solteiro, operador de máquinas, RG nº. 6.043.787-Pr., nascido aos 09/09/73, natural de Londrina-Pr., filho de Vicente Lopes Ramos e Eraci Maria Lopes. E, como encontra-se o denunciado em lugar incerto e não sabido, pelo presente CITA-O e INTIMA-O PARA COMPARECER PERANTE ESTE JUÍZO, EDIFÍCIO DO FÓRUM LOCAL, NO DIA 16/03/2.004, ÀS 14:30 HORAS a fim de ser QUALIFICADO E INTERROGADO NA PRESENÇA DE SEU DEFENSOR, CONSTITUÍDO OU NOMEADO, e acompanhar a todos os demais termos do PROCESSO CRIME nº. 210/2000, onde foi denunciado pela prática delituosa, assim descrita: "No dia 21/02/99, por volta das 14:30 horas, no estabelecimento comercial conhecido como Lanchonete do Tamarana ou Lanchonete Fim de Noite, localizado à rua Floral- 1271, Parque Ouro Branco, nesta cidade, o ora denunciado, Roberto, agindo com o animus dolendi, inerente ao tipo, foi preso em flagrante por policiais militares, quando portava consigo sem autorização legal e em desacordo com determinação legal e regulamentar, arma de fogo de uso permitido, ou seja, um revolver marca Taurus, calibre 38, oxidado, numeração suprimida, tambor com capacidade para seis cartuchos, municiado com dois cartuchos intactos e um deflagrado, em perfeitas condições de funcionamento, conforme o auto de apreensão às fls. 07 e laudo de exame de arma de fogo, tendo o denunciado efetuado dois disparos com a referida arma de fogo naquele local, tendo atingido as paredes do estabelecimento." Estando assim incurso no art. 10, § 1º, III, da Lei 9437/97. Dado e passado nesta cidade e 4ª Vara Criminal da Comarca de Londrina-Pr., aos 30/Dezembro /2.003. Eu, (Reginaldo Arcebispo de Sá), escrivão que digitei e subscrevi.

CARLA PEDALINO
Juíza de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO DO DENUNCIADO, EDGAR DA SILVA FRANÇA, com o prazo de quinze(15) dias.

A DOUTORA CARLA PEDALINO, MM. JUIZA DE DIREITO DA 4ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE LONDRINA, ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI, ETC...

FAZ SABER a todos quantos o presente edital, virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente a EDGAR DA SILVA FRANÇA, brasileiro, solteiro, pintor, nascido aos 24/10/42, natural de Tamarana-Pr., filho de Francisco da Silva França e Maria de Jesus França. E, como encontra-se o denunciado em lugar incerto e não sabido, pelo presente CITA-O e INTIMA-O PARA COMPARECER PERANTE ESTE JUÍZO, EDIFÍCIO DO FÓRUM LOCAL, NO DIA 19/03/2.004, ÀS 10:15 HORAS a fim de ser QUALIFICADO E INTERROGADO NA PRESENÇA DE SEU DEFENSOR, CONSTITUÍDO OU NOMEADO, e acompanhar a todos os demais termos do PROCESSO CRIME nº. 323/2001, onde foi denunciado pela prática delituosa, assim descrita: "No dia 01/03/2001, por volta das 17:58 horas, na Av. Maringá próximo ao Colégio Marista, nesta cidade, os ora denunciados Edgar e Jonathan, agindo com animus decipiendi, mediante prévio ajuste de vontades, induziram Luzia Cassiano em erro, mediante artifício e ardil, obtendo para ambos vantagem ilícita, consistente em R$ 19.000,00 em espécie, em prejuízo desta. Sendo que para isto, no local acima mencionado, Edgar aproximou-se da vítima já mencionada passando-se por pessoa de origem humilde e sem conhecimentos, pergutando-lhe sobre o endereço de Jorge Salim, afirmando ter recebido um bilhete de loteria do mesmo, porém, como era pessoa analfabeta, não sabia como conferir o mencionado bilhete; neste momento aproximou-se também Jonathan, fazendo-se passar por uma pessoa qualquer que apenas transitava pelo local, prontificando-se a conferir o referido bilhete, alegando que seu vizinho era dono de uma lotérica. Jonathan saiu por alguns instantes do local retornando com uma lista e ato contínuo conferiu o bilhete em tela com a lista, constatando assim que Edgar teria um bilhete premiado, sendo que este daria direito a um prêmio de R$ 1.000.000,00, induzindo desta forma a vítima em erro, pois, o bilhete mencionado era fictício. Na seqüência Edgar pediu a vítima que lhe ajudasse a receber o prêmio, pois não tinha documentos para isto, fazendo o mesmo pedido para Jonathan, pedindo ainda uma garantia para que efetivamente recebesse o prêmio. Jonathan imediatamente saiu, retornando com uma maleta supostamente cheia de dólares, entregando a maleta em garantia para Edgar. Diante da atitude de Jonathan a vítima dirigiu-se a um banco de onde sacou a quantia de R$ 19.000,00 entregando posteriormente esta quantia para Jonathan, sendo que o mesmo indicou um endereço para a vítima pegar determinada quantia em dólares de sua propriedade. Saindo do local onde estavam Edgar e Jonathan, a vítima não encontrou o endereço referido, e retornando verificou que os mesmos haviam desaparecidos." Estando assim incurso no art. 171, caput, c/c art. 29, ambos do CP. Dado e passado nesta cidade e 4ª Vara Criminal da Comarca de Londrina-Pr., aos 30/Dezembro /2.003. Eu, (Reginaldo Arcebispo de Sá), escrivão que digitei e subscrevi.

CARLA PEDALINO
Juíza de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO DO DENUNCIADO, ORIDES CANDIDO DE OLIVEIRA, com o prazo de cinco(05) dias.

A DOUTORA CARLA PEDALINO, MM. JUIZA DE DIREITO DA 4ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE LONDRINA, ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI, ETC...

FAZ SABER a todos quantos o presente edital, virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente a ORIDES CANDIDO DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, pedreiro, RG nº. 3.712.342-Pr., nascido aos 22/11/63, natural de Tuneiras do Oeste-Pr., filho de Gumercindo Candido de Oliveira e Rita Freitas de Oli-

veira. E, como encontra-se o denunciado em lugar incerto e não sabido, pelo presente CITA-O e INTIMA-O PARA COMPARECER PERANTE ESTE JUÍZO, EDIFÍCIO DO FÓRUM LOCAL, NO DIA 30/03/2.004, ÀS 09:15 HORAS a fim de ser QUALIFICADO E INTERROGADO NA PRESENÇA DE SEU DEFENSOR, CONSTITUÍDO OU NOMEADO, e acompanhar a todos os demais termos do PROCESSO CRIME nº. 109/2001, onde foi denunciado pela prática delituosa, assim descrita: "No dia 24/12/2000, por volta das 15:27 horas, nas proximidades do nº.192 da rua Serra do Inajá, Jardim Bandeirantes, nesta cidade, o ora denunciado, Orides, agindo com o animus dolendi, inerente ao tipo, foi preso em flagrante por policiais militares quando portava consigo e mantinha sob sua guarda, em sua cintura, sem autorização legal e em desacordo com determinação legal e regulamentar, arma de fogo de uso permitido, ou seja, um revolver marca Galand, calibre 32, nº. de série P6846, tambor com capacidade para oito cartuchos, cano médio, municiado co, sete cartuchos intactos e em perfeitas condições de funcionamento, tendo sido apreendidos, ainda, três cartuchos intactos que se encontravam numa bolsa porta níqueis em poder do denunciado." Estando assim incurso no art. 10, Caput, da Lei 9437/97. Dado e passado nesta cidade e 4ª Vara Criminal da Comarca de Londrina-Pr., aos 30/Dezembro /2.003. Eu, (Reginaldo Arcebispo de Sá), escrivão que digitei e subscrevi.

CARLA PEDALINO
Juíza de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO DO DENUNCIADO, VAGNER DE OLIVEIRA BRAGA, com o prazo de cinco(05) dias.

A DOUTORA CARLA PEDALINO, MM. JUIZA DE DIREITO DA 4ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE LONDRINA, ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI, ETC...

FAZ SABER a todos quantos o presente edital, virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente a VAGNER DE OLIVEIRA BRAGA, vulgo "Cascão", brasileiro, solteiro, moto-taxista, RG nº. 6.532.066-5-Pr., nascido aos 04/05/76, natural de Londrina-Pr., filho de Amâncio Marcelo Braga e Zélia Mendes Braga. E, como encontra-se o denunciado em lugar incerto e não sabido, pelo presente CITA-O e INTIMA-O PARA COMPARECER PERANTE ESTE JUÍZO, EDIFÍCIO DO FÓRUM LOCAL, NO DIA 30/03/2.004, ÀS 9:45 HORAS a fim de ser QUALIFICADO E INTERROGADO NA PRESENÇA DE SEU DEFENSOR, CONSTITUÍDO OU NOMEADO, e acompanhar a todos os demais termos do PROCESSO CRIME nº. 341/2001, onde foi denunciado pela prática delituosa, assim descrita: "No dia 07/11/98, por volta das 10:40 horas, na confluência das Avenida Jorge Casoni e Rua Rio Grande do Norte, nesta cidade, o ora denunciado Vagner, agindo com negligência latu sensu, ao guidom do veículo ciclomotor Honda CG 125, cor vermelha, placa AFX 9305-Londrina-Pr., que o denunciado conduzia pela referida via em tomar os cuidados objetivos necessários, já que, ao invés de respeitar a sinalização de trânsito, e, certificar-se da ausência de outros veículos ao cruzar via preferencial, o ora denunciado, que trafegava pela rua Rio Grande do Norte no sentido da Av. Jorge Casoni, imprudentemente, desrespeitou uma placa de "Pare" existente no cruzamento das referidas vias, invadindo abruptamente a via preferencial, acabando por interceptar a trajetória do ônibus Mercedes Benz placas AFY 9305, de propriedade da Empresa de Transportes Coletivos Grande Londrina, e conduzido na ocasião pela testemunha Elias Lopes da Silva, vindo o ônibus a colidir frontalmente com a motocicleta conduzida pelo denunciado, tendo a vítima Cristiane Tereza Braga Gralike, passageira da motocicleta e irmã do denunciado sofrido na ocasião, em consequencia direta da falta de cuidado objetivo do denunciado, anteriormente descrita, as lesões corporais que foram a causa de sua morte, tendo o denunciado, portanto, praticado homicídio culposo na direção de veículo automotor." Estando assim incurso no art. 302, caput, da Lei 9503/97. Dado e passado nesta cidade e 4ª Vara Criminal da Comarca de Londrina-Pr., aos 30/Dezembro /2.003. Eu, (Reginaldo Arcebispo de Sá), escrivão que digitei e subscrevi.

CARLA PEDALINO
Juíza de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO DO DENUNCIADO, CRISTIANO DOMINGOS DA SILVA, com o prazo de quinze(15) dias.

A DOUTORA CARLA PEDALINO, MM. JUIZA DE DIREITO DA 4ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE LONDRINA, ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI, ETC...

FAZ SABER a todos quantos o presente edital, virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente a CRISTIANO DOMINGOS DA SILVA, brasileiro, solteiro, nascido aos 09/06/77, natural de Londrina-Pr., filho de Jair Domingos da Silva e Alba Valéria de Jesus. E, como encontra-se o denunciado em lugar incerto e não sabido, pelo presente CITA-O e INTIMA-O PARA COMPARECER PERANTE ESTE JUÍZO, EDIFÍCIO DO FÓRUM LOCAL, NO DIA 30/03/2.004, ÀS 10:45 HORAS a fim de ser QUALIFICADO E INTERROGADO NA PRESENÇA DE SEU DEFENSOR, CONSTITUÍDO OU NOMEADO, e acompanhar a todos os demais termos do PROCESSO CRIME nº. 214/2001, onde foi denunciado pela prática delituosa, assim descrita: "No dia 15/12/2000, por volta das 14:00 horas, do interior de um caminhão de entregas da empresa vítima Zaeli, que se encontrava na ocasião estacionado nas proximidades do estabelecimento comercial denominado Mercado Nadine, situado à rua Gessi Eugênio da Silva – 1160, nesta cidade, o ora denunciado, Cristiano Domingos da Silva, agindo com animus furandi, tentou subtrair para si uma embalagem contendo em seu interior 48 pacotes de 50 gramas cada um de coco relado marca Zaeli, apreendidos, não chegando o denunciado a conseguir deter para si a posse mansa e pacífica da res furtiva, e, portanto, deixando de consumar o delito por circunstâncias alheias à sua vontade, ou seja, porque seus movimentos foram percebidos pela testemunha Fernando Marques, funcionário do Mercado Nadine, tendo sido então o denunciado perseguido e detido por populares na Av. Gines Parra, sendo a res então recuperada." Estando assim incurso no art. 155, caput, c/c art. 14, II, ambos do CP. Dado e passado nesta cidade e 4ª Vara Criminal da Comarca de Londrina-Pr., aos 30/Dezembro /2.003. Eu, (Reginaldo Arcebispo de Sá), escrivão que digitei e subscrevi.

CARLA PEDALINO
Juíza de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO DO DENUNCIADO, LEILA MARIA JANENE COSTA, com o prazo de cinco(05) dias.

A DOUTORA CARLA PEDALINO, MM. JUIZA DE DIREITO DA 4ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE LONDRINA, ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI, ETC...

FAZ SABER a todos quantos o presente edital, virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente a LEILA MARIA JANENE COSTA, brasileiro, casada, corretora de imóveis, RG nº. 3.657.313-SP, nascido aos 03/03/46, natural de Tabapoã-SP., filha de Abdel Karim Janene e Emilia Braz Gonçalves. E, como encontra-se o denunciado em lugar incerto e não sabido, pelo presente CITA-O e INTIMA-O PARA COMPARECER PERANTE ESTE JUÍZO, EDIFÍCIO DO FÓRUM LOCAL, NO DIA 19/03/2.004, ÀS 09:45 HORAS a fim de ser QUALIFICADO E INTERROGADO NA PRESENÇA DE SEU DEFENSOR, CONSTITUÍDO OU NOMEADO, e acompanhar a todos os demais termos do PROCESSO CRIME nº. 252/99, onde foi denunciado pela prática delituosa, assim descrita: "No dia 15/08/98, por volta das 03:35 horas, na confluência das ruas Pernambuco e Pará, nesta cidade, a ora denunciada, Leila Maria, agindo com o animus dolendi inerente ao tipo, conduzia o veículo automotor Ford Fiesta, cor vermelha, placas AGN 7340-Londrina-Pr., pela Rua Pernambuco sob a influência de álcool, já que realizado exame com o aparelho de ar alveolar, acusou o aparelho a leitura de 0,9 g/l, expondo a dano potencial a incolumidade de outrem, já que a denunciada, no estado em que se encontrava acabou por colidir o veículo que conduzia contra o táxi Volkswagem Versailles placas BOJ 4523, que trafegava pela Rua Pará, tendo sido a denunciada presa em flagrante por policiais militares." Estando assim incurso no art. 306, da Lei 9503/97. Dado e passado nesta cidade e 4ª Vara Criminal da Comarca de Londrina-Pr., aos 30/Dezembro /2.003. Eu, (Reginaldo Arcebispo de Sá), escrivão que digitei e subscrevi.

CARLA PEDALINO
Juíza de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO DO DENUNCIADO, GENIVALDO APARECIDO DE SOUZA, com o prazo de quinze(15) dias.

A DOUTORA CARLA PEDALINO, MM. JUIZA DE DIREITO DA 4ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE LONDRINA, ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI, ETC...

FAZ SABER a todos quantos o presente edital, virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente a GENIVALDO APARECIDO DE SOUZA, conhecido "Negão", brasileiro, amasiado, pedreiro, nascido aos 21/04/80, natural de Londrina-Pr., filho de Antonio Aparecido de Souza e Maria Alécio de Souza. E, como encontra-se o denunciado em lugar incerto e não sabido, pelo presente CITA-O e INTIMA-O PARA COMPARECER PERANTE ESTE JUÍZO, EDIFÍCIO DO FÓRUM LOCAL, NO DIA 19/03/2.004, ÀS 08:30 HORAS a fim de ser QUALIFICADO E INTERROGADO NA PRESENÇA DE SEU DEFENSOR, CONSTITUÍDO OU NOMEADO, e acompanhar a todos os demais termos do PROCESSO CRIME nº. 255/99, onde foi denunciado pela prática delituosa, assim descrita: "Na noite do dia 08/07/98, por volta das 21:30 horas, em local indeterminado, nesta cidade, Genivaldo, acompanhado de um indivíduo até o presente momento não identificado, decididos a praticar delito contra o patrimônio, abordaram Valdecir Luiz da Silva e subtraíram para ambos a bicicleta de cor azul, com garupa niquelada, marca Sundow, 18 marchas, equipada com garrafa de tomar água, avaliada em R$ 150,00, que a vítima portava, dali saindo em seguida." Estando assim incurso no art. 155, § 4º, inc. IV, do CP. Dado e passado nesta cidade e 4ª Vara Criminal da Comarca de Londrina-Pr., aos 30/Dezembro /2.003. Eu, (Reginaldo Arcebispo de Sá), escrivão que digitei e subscrevi.

CARLA PEDALINO
Juíza de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO DO DENUNCIADO, VALDOMIRO RICARDO CAETANO AMÉRICO, com o prazo de quinze(15) dias.

A DOUTORA CARLA PEDALINO, MM. JUIZA DE DIREITO DA 4ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE LONDRINA, ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI, ETC...

FAZ SABER a todos quantos o presente edital, virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente a VALDOMIRO RICARDO CAETANAO AMÉRICO, brasileiro, solteiro, soldador, RG nº. 8.788.205-5-Pr., nascido aos 07/02/83, natural de Iguatemi-MS, filho de Antonio Américo Filho e Tereza Izaura Caetano Américo. E, como encontra-se o denunciado em lugar incerto e não sabido, pelo presente CITA-O e INTIMA-O PARA COMPARECER PERANTE ESTE JUÍZO, EDIFÍCIO DO FÓRUM LOCAL, NO DIA 15/03/2.004, ÀS 14:15 HORAS a fim de ser QUALIFICADO E INTERROGADO NA PRESENÇA DE SEU DEFENSOR, CONSTITUÍDO OU NOMEADO, e acompanhar a todos os demais termos do PROCESSO CRIME nº. 294/2002, onde foi denunciado pela prática delituosa, assim descrita: "Fato 01: Em data, local e circunstâncias não devidamente apuradas na denúncia, mas sendo certo que anteriormente ao fato imediatamente a seguir narrado, o denunciado Valdomiro, pretendendo utilizar o papel na prática de crimes contra o patrimônio e contra a fé pública, adquiriu, de terceiro ainda não identificado, uma carteira nacional de habilitação, contrafeita por este desconhecido, na medida em que, no documento público que o falsário obteve de maneira tampouco verificada até o momento, inseriu os dados pessoais do denunciado, atribuindo-lhe falsamente a qualidade de habilitado para dirigir. Fato 02: Na tarde de 16/11/2002, por volta das 15:40 horas, policiais militares rodoviários em exercício nesta circunscrição, ao realizarem operação de fiscalização de rotina na Rodovia BR 369, Km 156, nesta cidade, abordaram o denunciado que ali trafegava com uma motocicleta da marca Honda, modelo CG 125, placas AFE-5133/Londrina-Pr., ocasião em que acabaram por o flagrar – como habitualmente vinha agindo desde a aquisição do documento –a fazer uso, dolosamente e com plena consciência da natureza viciada do papel, da citada carteira de habilitação, falsificada por terceiro desconhecido na forma do art. 297, do CP, na medida em que, sem fazer qualquer menção à confrafação, apresentou-a, como verdadeira, aos funcionários públicos no exercício de suas funções." Estando assim incurso no art. 304, do CP. Dado e passado nesta cidade e 4ª Vara Criminal da Comarca de Londrina-Pr., aos 30/Dezembro /2.003. Eu, (Reginaldo Arcebispo de Sá), escrivão que digitei e subscrevi.

CARLA PEDALINO
Juíza de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO DO DENUNCIADO, LEONARDO MOREIRA LEME, com o prazo de quinze(15) dias.

A DOUTORA CARLA PEDALINO, MM. JUIZA DE DIREITO DA 4ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE LONDRINA, ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI, ETC...

FAZ SABER a todos quantos o presente edital, virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente a LEONARDO MOREIRA LEME, brasileiro, solteiro, servente de pedreiro, nascido aos 28/09/77, natural de Osasco-SP., filho de Nelson Leme e Elizabete Moreira. E, como encontra-se o denunciado em lugar incerto e não sabido, pelo presente CITA-O e INTIMA-O PARA COMPARECER PERANTE ESTE JUÍZO, EDIFÍCIO DO FÓRUM LOCAL, NO DIA 16/03/2.004, ÀS 14:45 HORAS a fim de ser QUALIFICADO E INTERROGADO NA PRESENÇA DE SEU DEFENSOR, CONSTITUÍDO OU NOMEADO, e acompanhar a todos os demais termos do PROCESSO CRIME nº. 92/2001, onde foi denunciado pela prática delituosa, assim descrita: "No dia 23/10/2000, por volta das 11:20 horas, das proximidades do nº.880, na Rua Serra da Esperança, Jardim Bandeirantes, nesta cidade, o ora denunciado Leonardo, agindo com animus furandi, tentou subtrair para si em prejuízo da vítima Rafael Pires uma bicicleta aro 26, 21v marchas, cromada, modelo mountain bike, apreendida, n1ao tendo o denunciado conseguido deter para si a posse mansa e pacifica da res furtiva, e, portanto, deixando de consumar o delito por circunstâncias alheias à sua vontade, ou seja, porque ao romper o cadeado que prendia a bicicleta à um suporte seus movimentos foram percebidos pelas testemunhas Fabio Rodrigo Schmidt e Ademir Assofra, este último policial Militar, tendo o denunciado sido então delito pelo referido policial militar." Estando assim incurso no art. 155, caput, c/c art. 14, II, ambos do CP. Dado e passado nesta cidade e 4ª Vara Criminal da Comarca de Londrina-Pr., aos 30/Dezembro /2.003. Eu, (Reginaldo Arcebispo de Sá), escrivão que digitei e subscrevi.

CARLA PEDALINO
Juíza de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO DO DENUNCIADO, MARCOS PIMENTA, com o prazo de quinze(15) dias.

A DOUTORA CARLA PEDALINO, MM. JUIZA DE DIREITO DA 4ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE LONDRINA, ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI, ETC...

FAZ SABER a todos quantos o presente edital, virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente a MARCOS PIMENTA, brasileiro, solteiro, operário, nascido aos 14/08/78, natural de Ivaiporã-Pr., filho de Pedro Barbosa da Silva e Cleusa Pimenta. E, como encontra-se o denunciado em lugar incerto e não sabido, pelo presente CITA-O e INTIMA-O PARA COMPARECER PERANTE ESTE JUÍZO, EDIFÍCIO DO FÓRUM LOCAL, NO DIA 16/03/2.004, ÀS 16:15 HORAS a fim de ser QUALIFICADO E INTERROGADO NA PRESENÇA DE SEU DEFENSOR, CONSTITUÍDO OU NOMEADO, e acompanhar a todos os demais termos do PROCESSO CRIME nº. 320/2001, onde foi denunciado pela prática delituosa, assim descrita: "Na madrugada de 08/02/2000, por volta das 00:00 horas, Marcos Pimenta e Valter Pereira, estavam reunidos com o conhecido Nelson Teixeira de Souza no interior do estabelecimento Dinda's Bar, sito na Av. José Ventura Pinto, 1182, nesta cidade, e, quando este dali saiu e dirigia-se à sua residência Marcos e Valter decidiram praticar delito contra o patrimônio. Assim, mancomunados, um em aderindo à vontade do outro, Marcos e Valter seguiram a vítima Nelson e alcançando-a agrediram-lhe fisicamente, segurando-a violentamente pelo colarinho e jogando-a ao chão, instante em que subtraíram para ambos a quantia aproximada de R$ 100,00. Ato contínuo, policiais militares acionados, lograram efetuar a detenção dos denunciados, encontrando em poder de Valter um demonstrativo semanal de lançamentos do Banco Banestado em nome da vítima e R$ 22,00 e em poder de Marcos R$ 5,30." Estando assim incurso no art. 157, § 2º, inc.II, do CP. Dado e passado nesta cidade e 4ª Vara Criminal da Comarca de Londrina-Pr., aos 30/Dezembro /2.003. Eu, (Reginaldo Arcebispo de Sá), escrivão que digitei e subscrevi.

CARLA PEDALINO
Juíza de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO DO DENUNCIADO, MARCOS ROBERTO APARECIDO DO CARMO, com o prazo de quinze(15) dias.

A DOUTORA CARLA PEDALINO, MM. JUIZA DE DIREITO DA 4ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE LONDRINA, ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI, ETC...

FAZ SABER a todos quantos o presente edital, virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente a MARCOS ROBERTO APARECIDO DO CARMO, brasileiro, solteiro, nascido aos 29/03/83, NATURAL DE Londrina-Pr., filho de Jair Agostinho do Carmo e Nazira Aparecida do Carmo. E, como encontra-se o denunciado em lugar incerto e não sabido, pelo presente CITA-O e INTIMA-O PARA COMPARECER PERANTE ESTE JUÍZO, EDIFÍCIO DO FÓRUM LOCAL, NO DIA 12/03/2.004, ÀS 14:45 HORAS a fim de ser QUALIFICADO E INTERROGADO NA PRESENÇA DE SEU DEFENSOR, CONSTITUÍDO OU NOMEADO, e acompanhar a todos os demais termos do PROCESSO CRIME nº. 244/2001, onde foi denunciado pela prática delituosa, assim descrita: "Na tarde de 17/09/2001, por volta das 15:15 horas, na Rua Adelina Scaramal Cruciol – 65, Jardim Monte Belo, nesta cidade, Marcos Roberto Aparecido do Carmo, agindo com dolo, subtraiu para si coisa alheia móvel, consubstanciada em um capacete, marca Arqui M.F., cor vermelha, avaliado em R$ 30,00, de propriedade da vítima Moacir Maria, objeto este que se encontrava sob o banco de uma motocicleta, estacionada no local dos fatos, evadindo-se na seqüência. No entanto, o acusado foi avistado pela testemunha Rosana Ribeiro da silva, que acionou a policia militar, culminando com a prisão de Marcos e a recuperação da res furtiva, após a realização de diligências nas proximidades do local." Estando assim incurso no art. 155, caput, do CP. Dado e passado nesta cidade e 4ª Vara Criminal da Comarca de Londrina-Pr., aos 30/Dezembro /2.003. Eu, (Reginaldo Arcebispo de Sá), escrivão que digitei e subscrevi.

CARLA PEDALINO
Juíza de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO DO DENUNCIADO, SERGIO LUIZ DA SILVA, com o prazo de quinze(15) dias.

A DOUTORA CARLA PEDALINO, MM. JUIZA DE DIREITO DA 4ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE LONDRINA, ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI, ETC...

FAZ SABER a todos quantos o presente edital, virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente a SERGIO LUIZ DA SILVA, vulgo Serginho, brasileiro, solteiro, servente de pedreiro, nascido aos 14/06/79, natural de Londrina-Pr., filho de Aparecido da Silva e Maria Cicera dos Santos. E, como encontra-se o denunciado em lugar incerto e não sabido, pelo presente CITA-O e INTIMA-O PARA COMPARECER PERANTE ESTE JUÍZO, EDIFÍCIO DO FÓRUM LOCAL, NO DIA 12/03/2.004, ÀS 16:15 HORAS a fim de ser QUALIFICADO E INTERROGADO NA PRESENÇA DE SEU DEFENSOR, CONSTITUÍDO OU NOMEADO, e acompanhar a todos os demais termos do PROCESSO CRIME nº. 178/2001, onde foi denunciado pela prática delituosa, assim descrita: "No dia 07/07/2001, por volta das 14:30 horas, nas dependências de Hipermuffato, situado na Avenida Duque de Caxias, 1.200, nesta cidade, o ora denunciado Sergio, procurou dolosamente subtrair para si dois cremes da marca Lóreal, um anti-rugas e outro redutor de rugas, avaliados cada um em R$ 8,50, que ali estavam expostos à venda, tendo, para tanto, colocado-os sob as vestes que trajava, ocasião em que, ao evadir-se do local, acabou sendo perseguido pelos funcionários do citado estabelecimento, os quais, por sua vez, prendendo-o em estado de flagrante delito e conseguindo recuperar a res furtiva, impediram a consumação de tal ilícito por circunstâncias alheias a sua vontade." Estando assim incurso no art. 155, Caput, c/c art. 14, inc. II, todos do CP. Dado e passado nesta cidade e 4ª Vara Criminal da Comarca de Londrina-Pr., aos 30/Dezembro /2.003. Eu, (Reginaldo Arcebispo de Sá), escrivão que digitei e subscrevi.

CARLA PEDALINO
Juíza de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO DOS DENUNCIADOS, GILBERTO PEREIRA GUEDES e JULIO CESAR DE SOUZA, com o prazo de quinze(15) dias.

A DOUTORA CARLA PEDALINO, MM. JUIZA DE DIREITO DA 4ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE LONDRINA, ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI, ETC...

FAZ SABER a todos quantos o presente edital, virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente a GILBERTO PEREIRA GUEDES, conhecido por "Caxanga", brasileiro, solteiro, nascido aos 06/11/61, natural de Londrina-Pr., filho de Manoel Pereira Guedes e Maria Helena de Jesus; e JULIO CESAR DE SOUZA, brasileiro, solteiro, nascido aos 18/03/65, natural de Londrina-Pr., filho de Julio Manoel de Souza e Antonia Aparecida de Souza. E, como encontram-se os denunciados em lugar incerto e não sabido, pelo presente CITA-OS e INTIMA-OS PARA COMPARECEREM PERANTE ESTE JUÍZO, EDIFÍCIO DO FÓRUM LOCAL, NO DIA 19/03/2.004, ÀS 09:15 HORAS a fim de serem QUALIFICADOS E INTERROGADOS NA PRESENÇA DE SEUS DEFENSORES, CONSTITUÍDOS OU NOMEADOS, e acompanharem a todos os demais termos do PROCESSO CRIME nº. 302/2000, onde foram denunciados pela prática delituosa, assim descrita: "Na tarde de 23/06/2000, por volta das 14:30 horas, Julio, Gilberto e Gilmar, em identidade de propósitos e um aderindo à vontade dos demais, decidiram praticar delito contra o patrimônio. Assim, dirigiram-se ao estabelecimento comercial de Armando Mendes Martins, situado na Rua Duque de Caxias, 2634, nesta cidade, enquanto um deles comprava uma garrafa de pinga, a fim de desviar a atenção da vítima, os outros dois, aproveitando-se de seu descuido, dolosamente subtraíram para todos dois pacotes de charques e uma faca inox marca Mundial, avaliados no total de R$ 8,60, sendo o trio detido por policiais militares, logo depois, com os objetos do delito." Estando assim incurso no art. 155, § 4º, inc. IV (concurso de agentes) do CP. Dado e passado nesta cidade e 4ª Vara Criminal da Comarca de Londrina-Pr., aos 30/Dezembro /2.003. Eu, (Reginaldo Arcebispo de Sá), escrivão que digitei e subscrevi.

CARLA PEDALINO
Juíza de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO DA DENUNCIADA, MICHELE PATRICIA CARLOS, com o prazo de quinze(15) dias.

A DOUTORA CARLA PEDALINO, MM. JUIZA DE DIREITO DA 4ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE LONDRINA, ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI, ETC...

FAZ SABER a todos quantos o presente edital, virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente a MICHELE PATRICIA CARLOS, brasileiro, solteira, nascida aos 05/10/82, natural de Londrina-Pr., filha de Ilson Faria Carlos e Deonice Maria Prado. E, como encontra-se a denunciada em lugar incerto e não sabido, pelo presente CITA-A e INTIMA-A PARA RESPONDER A ACUSAÇÃO POR ESCRITO, NO PRAZO DE DEZ (10) DIAS, E PARA COMPARECER PERANTE ESTE JUÍZO, EDIFÍCIO DO FÓRUM LOCAL, NO DIA 09/03/2.004, ÀS 14:15 HORAS a fim de ser QUALIFICADA E INTERROGADA NA PRESENÇA DE SEU DEFENSOR, CONSTITUÍDO OU NOMEADO, e acompanhar a todos os demais termos do PROCESSO CRIME nº. 206/2003, onde foi denunciado pela prática delituosa, assim descrita: "No dia 16/11/2002, na Rua Pernambuco, em estabelecimento comercial denominado Bar do Geraldo, nesta cidade, a denunciada Michele, ao ser abordada e revistada por autoridade policial, portava, sem autorização e em pleno desacordo com determinação legal, 7 gramas de substância entorpecente denominada cannabis sativa L, vulgarmente conhecida como maconha, substância esta capaz de causar dependência física e psíquica." Estando assim incurso no art. 16 da Lei 6368/76. Dado e passado nesta cidade e 4ª Vara Criminal da Comarca de Londrina-Pr., aos 30/Dezembro /2.003. Eu, (Reginaldo Arcebispo de Sá), escrivão que digitei e subscrevi.

CARLA PEDALINO
Juíza de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO DO DENUNCIADO, PAULINO DA SILVA PINTO, com o prazo de quinze(15) dias.

A DOUTORA CARLA PEDALINO, MM. JUIZA DE DIREITO DA 4ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE LONDRINA, ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI, ETC...

FAZ SABER a todos quantos o presente edital, virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente a PAULINO DA SILVA PINTO, vulgo "Pelé", brasileiro, casado, aposentado, RG nº. 3.822.353-4-Pr., nascido aos 28/06/57, natural de Maringá-Pr., filho de Antonio da Silva Pinto e Piedade da Cruz. E, como encontra-se o denunciado em lugar incerto e não sabido, pelo presente CITA-O e INTIMA-O PARA COMPARECER PERANTE ESTE JUÍZO, EDIFÍCIO DO FÓRUM LOCAL, NO DIA 05/04/2.004, ÀS 14:30 HORAS a fim de ser QUALIFICADO E INTERROGADO NA PRESENÇA DE SEU DEFENSOR, CONSTITUÍDO OU NOMEADO, e acompanhar a todos os demais termos do PROCESSO CRIME nº. 30/2001, onde foi denunciado pela prática delituosa, assim descrita: "No dia 01/04/96, por volta das 09:00 horas, na Av. Higienópolis, nas proximidades da sede do Iate Clube, nesta cidade, os ora denunciados Lauro, Roberto e Paulino, todos em igualdade de propósitos e mediante prévio acordo de vontades, agindo com animus furandi, e mediante grave ameaça, exercida com o emprego de armas de fogo, um revolver calibre 32, empunhado por Roberto, uma espingarda calibre 36, portada por Paulino e um revolver calibre 38 empunhado por Lauro, armas não apreendidas, depois de, dando voz de assalto às vítimas Durval Rosa do Nascimento e Valmir mariano, reduzindo-as, assim, à incapacidade de resistência, subtraíram para si da vítima Durval uma caminhonete D10, ano 1981, à diesel, e da vítima Valmir um relógio de pulso marca Orient e mais R$ 120,00 em espécie, tendo os denunciados conseguido deter para si a posse mansa e pacífica da res furtiva, já que os bens subtraídos de Valmir não foram recuperados e a caminhonete somente foi apreendida e recuperada em 06/11/96, em poder do procurador do denunciado Lauro, Osvaldo C. Ogasuko Chui, na cidade de Terra Rica-Pr." Estando assim incurso no art. 157, § 2º, inc. I e II, do CP. Dado e passado nesta cidade e 4ª Vara Criminal da Comarca de Londrina-Pr., aos 30/Dezembro /2.003. Eu, (Reginaldo Arcebispo de Sá), escrivão que digitei e subscrevi.

CARLA PEDALINO
Juíza de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO DO DENUNCIADO, DELMAR ROCIO DO ROSARIO, com o prazo de quinze(15) dias.

A DOUTORA CARLA PEDALINO, MM. JUIZA DE DIREITO DA 4ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE LONDRINA, ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI, ETC...

FAZ SABER a todos quantos o presente edital, virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente a DELMAR ROCIO DO ROSARIO, brasileiro, empresário, RG nº. 855.755-1-Pr., nascido aos 20/08/52, natural de Paranaguá-Pr., filho de Rubens do Rosário e Floriça Silveira do Rosário. E, como encontra-se o denunciado em lugar incerto e não sabido, pelo presente CITA-O e INTIMA-O PARA COMPARECER PERANTE ESTE JUÍZO, EDIFÍCIO DO FÓRUM LOCAL, NO DIA 05/04/2.004, ÀS 15:30 HORAS a fim de ser QUALIFICADO E INTERROGADO NA PRESENÇA DE SEU DEFENSOR, CONSTITUÍDO OU NOMEADO, e acompanhar a todos os demais termos do PROCESSO CRIME nº. 48/2000, onde foi denunciado pela prática delituosa, assim descrita: "Primeiro em data que não se pode determinar, no estabelecimento comercial denominado Araguaia do Brasil Indústria e Comércio de alumínios Ltda, na cidade de Cambe-Pr., e posteriormente no dia 12/02/97, em horário que não se pode determinar, no estabelecimento comercial denominado Copem Comércio de Peças e Motores Ltda, localizado à Av. Maritacas – 1010, nesta cidade, os ora denunciados, Antonio e Delmar, ambos em igualdade de propósitos e em prévio acordo de vontades, agindo com animus decipiendi, obtiveram para si vantagem ilícita, em prejuízo da vítima Genésio Lacerda de Campos, induzindo-a em erro, mediante fraude, da seguinte maneira: o denunciado Delmar entregou em pagamento de uma dívida o cheque nº. 3911730, sacável contra a conta corrente nº.004 do banco Banestado agência Guaporé, desta cidade, conta essa da qual é titular Araguaia Brasil Industria e Comércio de Alumínio Ltda(conta que encontrava-se encerrada) a fim de que o denunciado Antonio o preenchesse e assinasse, tendo o denunciado Antonio adquirido da vítima um motor de caminhão MB 1113, e preenchido em pagamento o referido cheque no valor de R$ 2.700,00, tendo os denunciados se locupletado com a vantagem ilícita, já que o bem foi deixado em consignação para ser vendido a terceiro." Estando assim incurso no art. 171, caput, c/c art. 29 ambos do CP. Dado e passado nesta cidade e 4ª Vara Criminal da Comarca de Londrina-Pr., aos 30/Dezembro /2.003. Eu, (Reginaldo Arcebispo de Sá), escrivão que digitei e subscrevi.

CARLA PEDALINO
Juíza de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA COM PRAZO DE QUINZE(15) DIAS, DOS RÉUS DULCINÉIA MARTINS DA SILVA, HELENO VICTOR DA SILVA, JOSÉ MAURO RIBEIRO e CARLOS ROBERTO FERREIRA, NA FORMA DA LEI.

Pelo presente, faz saber a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento virem, com o prazo de quinze (15) dias, que nos autos de Processo Crime nº. 147/93, em que é autor O Ministério Público e réus CARLOS ROBERTO FERREIRA, vulgarmente conhecido como Carlos da cola, natural de Londrina-Pr., nascido aos 07/09/68, filho de Ailton Ferreira e Esmerina Antonia de Oliveira; DULCINEIA MARTINS DA SILVA, vulgarmente conhecida como Nenê, brasileira, natural de Londrina-Pr., nascida aos 07/10/69, filha de Joaquim Francisco da Silva e Nair Martins; HELENO VICTOR DA SILVA, vulgarmente conhecido por Leninho, natural de Cafeara-Pr., nascido aos 25/02/67, filho de Antonio Victor da Silva e Maria Pulcina da conceição; e JOSÉ MAURO RIBEIRO, conhecido por Zé Mauro, natural de Ourinhos-SP., nascido aos 15/02/67, filho de Plácido Ribeiro e Terezinha Rodrigues de Jesus, atualmente em lugar incerto e não sabido; Sendo o 1º descrito incurso no art(s). 155, § 4º, inc. IV, c/c art. 69 e os demais no art. 180, todos do CP, foi EXTINTA A PUNIBILIDADE dos réus, quanto ao delito à eles imputado nos autos acima mencionados, pelo reconhecimento da prescrição da pretensão punitiva, nos termos do artigo 107, IV, c/c art. 109, IV, 114, II e 117, I, 119, todos do CP, conforme sentença proferida em 27/ 09/2002. Como não tenha sido possível intimá-los pessoalmente, pelo presente ficam intimados da mencionada decisão, da qual poderão interpor, dentro de cinco dias a contar do término do prazo em questão, o recurso cabível, sob pena de ver passar o julgado dita decisão. Para o conhecimento de todos foi lavrado o presente edital, que será publicado no Diário da Justiça e afixado no átrio deste Fórum, lugar de costume. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Londrina-Pr., 4ª Vara Criminal, aos 30/ Dezembro/ 2003. Eu, (Reginaldo Arcebispo de Sá), Escrivão, o digitei e subscrevi.

REGINALDO ARCEBISPO DE SÁ
Escrivão –p/autorização –original assinado

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA COM PRAZO DE QUINZE(15) DIAS, DO RÉU DEVANIR DE ANDRADE, NA FORMA DA LEI.

Pelo presente, faz saber a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento virem, com o prazo de quinze (15) dias, que nos autos de Processo Crime nº. 91/99, em que é autor O Ministério Público e réu DEVANIR DE ANDRADE, brasileiro, açougueiro, separado, nascido aos 16/05/74, natural de Ivaiporã-Pr., filho de José Casturino de Andrade e Neusa de Freita Andrade, atualmente em lugar incerto e não sabido; incurso no art(s). 307, do CP, foi EXTINTA A PUNIBILIDADE do réu, quanto ao delito à ele imputado nos autos acima mencionados, pelo reconhecimento da prescrição da pretensão punitiva, nos termos dos arts. 107, IV, 109, V, todos do CP, conforme sentença proferida em 20/06/2003. Como não tenha sido possível intimá-lo pessoalmente, pelo presente fica intimado da mencionada decisão, da qual poderá interpor, dentro de cinco dias a contar do término do prazo em questão, o recurso cabível, sob pena de ver passar o julgado dita decisão. Para o conhecimento de todos foi lavrado o presente edital, que será publicado no Diário da Justiça e afixado no átrio deste Fórum, lugar de costume. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Londrina-Pr., 4ª Vara Criminal, aos 30/ Dezembro/ 2003. Eu, (Reginaldo Arcebispo de Sá), Escrivão, o digitei e subscrevi.

REGINALDO ARCEBISPO DE SÁ
Escrivão –p/autorização –original assinado

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA COM PRAZO DE QUINZE(15) DIAS, DO RÉU MARCIO COSTA LIMA, NA FORMA DA LEI.

Pelo presente, faz saber a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento virem, com o prazo de quinze(15) dias, que nos autos de Processo Crime nº. 147/87, em que é autor O Ministério Público e réu MARCIO COSTA LIMA, vulgo "Marcio Telegrama", brasileiro, casado, motorista, natural de Buerarema-Ba, filho de José Magnobaldo Lima e Adélia Costa Lima, atualmente em lugar incerto e não sabido; incurso no art(s). 155, § 4º, inc. IV, c/c art. 29, foi EXTINTA A PUNIBILIDADE do réu, quanto ao delito à ele imputado nos autos acima mencionados, de acordo com o prescrito pelos artigos 61 do CPP e 107, IV, 109, III e IV, 117, I, do CP, conforme sentença proferida em 13/ Setembro/2000. Como não tenha sido possível intimá-lo pessoalmente, pelo presente fica intimado da mencionada decisão, da qual poderá interpor, dentro de cinco dias a contar do término do prazo em questão, o recurso cabível, sob pena de ver passar o julgado dita decisão. Para o conhecimento de todos foi lavrado o presente edital, que será publicado no Diário da Justiça e afixado no átrio deste Fórum, lugar de costume. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Londrina-Pr., 4ª Vara Criminal, aos 30/ Dezembro/ 2003. Eu, (Reginaldo Arcebispo de Sá), Escrivão, o digitei e subscrevi.

REGINALDO ARCEBISPO DE SÁ
Escrivão –p/autorização –original assinado

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA COM PRAZO DE QUINZE(15) DIAS, DOS RÉUS AGNALDO NEVES e EDINALDO DOS SANTOS, NA FORMA DA LEI.

Pelo presente, faz saber a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento virem, com o prazo de quinze (15) dias, que nos autos de Processo Crime nº. 35/97, em que é autor O Ministério Público e réus AGNALDO NEVES, brasileiro, casado, natural de Sertanópolis-Pr., nascido aos 19/10/68, filho de Juventino Baieta Neves e Aparecida Rodrigues Neves; e EDINALDO DOS SANTOS, brasileiro, casado, açougueiro, nascido aos 27/08/73, natural de Londrina-Pr., filho de José Safra e Minervina Severina dos Santos, atualmente em lugar incerto e não sabido; incurso no art(s). 180, § 1º do CP, foi EXTINTA A PUNIBILIDADE dos réus, quanto ao delito à eles imputado nos autos acima mencionados, devido ao cumprimento das condições propostas, conforme sentença proferida em 26/06/2001. Como não tenha sido possível intimá-los pessoalmente, pelo presente ficam intimados da mencionada decisão, da qual poderão interpor, dentro de cinco dias a contar do término do prazo em questão, o recurso cabível, sob pena de ver passar o julgado dita decisão. Para o conhecimento de todos foi lavrado o presente edital, que será publicado no Diário da Justiça e afixado no átrio deste Fórum, lugar de costume. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Londrina-Pr., 4ª Vara Criminal, aos 30/ Dezembro/ 2003. Eu, (Reginaldo Arcebispo de Sá), Escrivão, o digitei e subscrevi.

REGINALDO ARCEBISPO DE SÁ
Escrivão –p/autorização –original assinado

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA COM PRAZO DE QUINZE(15) DIAS, DO RÉU MARIO SERGIO AZENHA DE CASTRO, NA FORMA DA LEI.

Pelo presente, faz saber a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento virem, com o prazo de quinze (15) dias, que nos autos de Processo Crime nº. 81/92, em que é autor O Ministério Público e réu MARIO SERGIO AZENHA DE CASTRO, brasileiro, casado, médico, RG nº.3.159.335-Pr., nascido aos 23/01/58, natural de Curitiba-Pr., filho de Darci Gomes de Castro e Aparecida Azenha de Castro, atualmente em lugar incerto e não sabido; incurso no art(s). 121, § 3º, do CP, foi EXTINTA A PUNIBILIDADE do réu, quanto ao delito à ele imputado nos autos acima mencionados, pelo reconhecimento da prescrição da pretensão punitiva, nos termos dos arts. 107, IV, c/c art. 109, IV, todos do CP, conforme sentença proferida em 29/11/2002. Como não tenha sido possível intimá-lo pessoalmente, pelo presente fica intimado da mencionada decisão, da qual poderá interpor, dentro de cinco dias a contar do término do prazo em questão, o recurso cabível, sob pena de ver passar o julgado dita decisão. Para o conhecimento de todos foi lavrado o presente edital, que será publicado no Diário da Justiça e afixado no átrio deste Fórum, lugar de costume. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Londrina-Pr., 4ª Vara Criminal, aos 30/ Dezembro/ 2003. Eu, (Reginaldo Arcebispo de Sá), Escrivão, o digitei e subscrevi.

REGINALDO ARCEBISPO DE SÁ
Escrivão –p/autorização –original assinado

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA COM PRAZO DE DEZ(10) DIAS, DO RÉU EGNALDO DE JESUS SOUZA, NA FORMA DA LEI.

Pelo presente, faz saber a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento virem, com o prazo de dez (10) dias, que nos autos de Processo Crime nº. 138/93, em que é autor O Ministério Público e réu EGNALDO DE JESUS DE SOUZA, brasileiro, nascido aos 17/12/74, natural de São Sebastião da Amoreira-SP., filho de João Patrício de Souza e Isabel Mendes de Souza, atualmente em lugar incerto e não sabido; incurso no art(s). 157, caput c/c art. 14, inc. II, do CP, foi EXTINTA A PUNIBILIDADE do réu, quanto ao delito à ele imputado nos autos acima mencionados, com fulcro no artigo 82, do CP c/c art. 163, §§ 1º e 2º da Lei de Execução Penal, conforme sentença proferida em 19/03/2003. Como não tenha sido possível intimá-lo pessoalmente, pelo presente fica intimado da mencionada decisão, da qual poderá interpor, dentro de cinco dias a contar do término do prazo em questão, o recurso cabível, sob pena de ver passar o julgado dita decisão. Para o conhecimento de todos foi lavrado o presente edital, que será publicado no Diário da Justiça e afixado no átrio deste Fórum, lugar de costume. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Londrina-Pr., 4ª Vara Criminal, aos 30/ Dezembro/ 2003. Eu, (Reginaldo Arcebispo de Sá), Escrivão, o digitei e subscrevi.

REGINALDO ARCEBISPO DE SÁ
Escrivão –p/autorização –original assinado

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA COM PRAZO DE QUINZE(15) DIAS, DA RÉ RUTH ISABEL DOS SANTOS, NA FORMA DA LEI.

Pelo presente, faz saber a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento virem, com o prazo de quinze (15) dias, que nos autos de Inquérito Policial nº. 120/00, em que é autor O Ministério Público e ré RUTH ISABEL DOS SANTOS, brasileiro, solteira, nascida aos 15/09/66, natrual de Moçambique, RG nº.W040114-1, filha de José Armênio Góis e Maria Antonieta Ramos Santos Gois, atualmente em lugar incerto e não sabido; incurso no art(s). 184, foi EXTINTA A PUNIBILIDADE da ré, quanto ao delito à ela imputado nos autos acima mencionados, pelo reconhecimento da decadência do direito de queixa conforme o art. 107, IV, c/c art. 103, todos do CP, conforme sentença proferida em 19/09/2002. Como não tenha sido possível intimá-lo pessoalmente, pelo presente fica intimado da mencionada decisão, da qual poderá interpor, dentro de cinco dias a contar do término do prazo em questão, o recurso cabível, sob pena de ver passar o julgado dita decisão. Para o conhecimento de todos foi lavrado o presente edital, que será publicado no Diário da Justiça e afixado no átrio deste Fórum, lugar de costume. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Londrina-Pr., 4ª Vara Criminal, aos 30/ Dezembro/ 2003. Eu, (Reginaldo Arcebispo de Sá), Escrivão, o digitei e subscrevi.

REGINALDO ARCEBISPO DE SÁ
Escrivão –p/autorização –original assinado

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA COM PRAZO DE QUINZE(15) DIAS, DO RÉU EDUARDO NUNES DE AZEVEDO, NA FORMA DA LEI.

Pelo presente, faz saber a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento virem, com o prazo de quinze (15) dias, que nos autos de Inquérito Policial nº. 567/99, em que é autor O Ministério Público e réu EDUARDO NUNES DE AZEVEDO, brasileiro, casado, nascido aos 23/06/68, natural de Londrina-Pr., RG nº. 4.444.068-7-Pr., filho de Valdemiro Nunes de Azevedo e Maria Benicia Azevedo, atualmente em lugar incerto e não sabido; incurso no art(s). (abuso de autoridade), foi EXTINTA A PUNIBILIDADE do réu, quanto ao delito à ele imputado nos autos acima mencionados, pelo reconhecimento da prescrição da pretensão punitiva, nos termos dos arts. 107, IV, e 109, VI, todos do CP e art. 43, inc. II, do CPP, conforme sentença proferida em 03/ Junho /2003. Como não tenha sido possível intimá-lo pessoalmente, pelo presente fica intimado da mencionada decisão, da qual poderá interpor, dentro de cinco dias a contar do término do prazo em questão, o recurso cabível, sob pena de ver passar o julgado dita decisão. Para o conhecimento de todos foi lavrado o presente edital, que será publicado no Diário da Justiça e afixado no átrio deste Fórum, lugar de costume. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Londrina-Pr., 4ª Vara Criminal, aos 30/ Dezembro/ 2003. Eu, (Reginaldo Arcebispo de Sá), Escrivão, o digitei e subscrevi.

REGINALDO ARCEBISPO DE SÁ
Escrivão –p/autorização –original assinado

Mandaguaçu

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA PRAÇAS

Pelo presente se faz saber a todos, que será levado à arrematação em primeira e segunda praças, o bem de propriedade do devedor LUIZ ANTONIO NAZARIN, na seguinte forma:
PRIMEIRA PRAÇA: Dia 05/02/2004, às 14:30 horas, por preço não inferior ao da avaliação:
SEGUNDA PRAÇA: Dia 19/02/2004, às 14:30 horas, para venda a quem mais der, não sendo aceito preço vil.
Caso não haja expediente forense nas datas acima citadas, as licitações realizar-se-ão no primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário.
LOCAL: Átrio do Fórum local, situado na Rua Juventino Baraldi, 247, em Mandaguaçu.
PROCESSO: Autos nºs 01/2000, de EXECUÇÃO FISCAL, movida pela FAZENDA NACIONAL, também contra NAZARIN & NAZARIN LTDA.
BEM: 50% (cinqüenta por cento) da data de terras sob nº 09, da quadra nº 11, com área de 450,00 metros quadrados, situada no Jardim São Joaquim, na cidade de São Jorge do Ivaí, com as divisas, metragens e confrontações constantes da matrícula nº 6.650 do Cartório de Registro de Imóveis local;
DEPÓSITO: Em mãos do Depositário Público;
AVALIAÇÃO: R$ 20.000,00 (vinte mil reais), realizada em data de 13/outubro/2003.
VALOR DA DÍVIDA: R$ 1.180,45 (um mil, cento e oitenta reais e quarenta e cinco centavos), posição em 20/março/2002, acrescido das cominações legais;
ÔNUS: Penhora, sobre a parte ideal de 25% (vinte e cinco por cento), nos autos de Execução Fiscal sob nº 09/2000, em trâmite nesta Comarca, em que é credora FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ e executados NAZARIN E NAZARIN LTDA. e LUIZ ANTONIO NAZARIN, para garantia do débito no valor de R$ 1.079,42 (um mil, setenta e nove reais e quarenta e dois centavos); Débito junto à Fazenda Pública do Estado do Paraná perfazendo o total de R$ 11.468,69 (onze mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e sessenta e nove centavos);
RECURSO: não consta;
INTIMAÇÃO: ficam desde logo intimados os devedores acima nominados, caso não sejam encontrados para intimação pessoal;
Mandaguaçu, 29 de outubro de 2003. Eu, __(Carla S. B. Aquaroni), Empregada Juramentada.

Marisa de Freitas
JUÍZA DE DIREITO

EDITAL DE PRIMEIRO E SEGUNDO LEILÕES

Pelo presente se faz saber a todos, que será levado à arrematação em primeiro e segundo leilões, o bem de propriedade da devedora ES DUARTE CONFECÇÕES, na seguinte forma:
PRIMEIRO LEILÃO: Dia 05/02/2004, às 14:00 horas, por preço não inferior ao da avaliação:
SEGUNDO LEILÃO: Dia 19/02/2004, às 14:00 horas, para venda a quem mais der, não sendo aceito preço vil.
Caso não haja expediente forense nas datas acima citadas, as licitações realizar-se-ão no primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário.
LOCAL: Átrio do Fórum local, situado na Rua Juventino Baraldi, 247, em Mandaguaçu.
PROCESSO: Autos nº 73/2001, de EXECUÇÃO FISCAL, movida por INMETRO – INSTITUTO NACIONAL DE ME-

TROLOGIA, NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE;
BENS: a) 1 (uma) máquina para corte de tecidos, elétrica, marca Pluscort 38, nº 00-03-180, de cor azul e alumínio, fabricado pela Eduley Metalúrgica e Serviços Ltda., a qual se encontra em perfeito estado de conservação e funcionamento.
DEPÓSITO: Em mãos do depositário público;
AVALIAÇÃO: R$ 350,00 (trezentos e cinqüenta reais), realizada em data de 15 de maio de 2003;
VALOR DA DÍVIDA: R$ 652,24 (seiscentos e cinqüenta e dois reais e vinte e quatro centavos), posição em 16/maio/2003;
ÔNUS: não consta;
RECURSO: não consta;
INTIMAÇÃO: fica desde logo intimada a devedora acima nominada, caso não seja encontrada para intimação pessoal;
Mandaguaçu, 05 de novembro 2003. Eu, _(Carla S. B. Aquaroni), Empregada Juramentada.

Marisa de Freitas
JUÍZA DE DIREITO

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA PRAÇAS

Pelo presente se faz saber a todos, que será levado a arrematação em primeira e Segunda praças, o bem de propriedade do devedor PEDRO JOSÉ TIRADENTES, na seguinte forma:
PRIMEIRA PRAÇA: Dia 05/02/2004, às 14:45 horas, por preço não inferior ao da avaliação:
SEGUNDA PRAÇA: Dia 19/02/2004, às 14:45 horas, para venda a quem mais der, não sendo aceito preço vil.
Caso não haja expediente forense nas datas acima citadas, as licitações realizar-se-ão no primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário.
LOCAL: Átrio do Fórum local, situado na Rua Juventino Baraldi, 247, em Mandaguaçu.
PROCESSO: Autos nºs 17/98, de EXECUÇÃO FISCAL, movida pela FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ, movida também contra SANTANA E TIRADENTES LTDA., e GILBERTO SANTANA LIMA.
BEM: 50% (cinqüenta por cento) do lote de terras sob nº 61/A, localizado na Gleba Patrimônio Guadiana, com área de 1,00 alqueire paulista, com as divisas, metragens e confrontações constantes da matrícula nº 7.651 do Cartório de Registro de Imóveis local. Imóvel constituído de terras mistas, ocupado com pastagem, atualmente abandonadas. Está contido no imóvel um barracão, com área aproximada de 200,00 metros quadrados e uma casa medindo 80,00 m2, ambos em alvenaria, os quais se encontram sem a cobertura, inclusive sem madeiramento, portas e janelas.
DEPÓSITO: Em mãos do Depositário Público;
AVALIAÇÃO: R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), realizada em data de 13 de novembro de 2.003.
VALOR DA DÍVIDA: R$ 48.251,06 (quarenta e oito mil, duzentos e cinqüenta e um reais e seis centavos), apurada em data de 13/11/2003;
ÔNUS: Penhora nos autos de Carta Precatória 87/97, oriunda da 1ª Vara Cível da Comarca de Maringá, extraída dos autos de Execução nº 528/96, em que é credor BANCO DO ESTADO DO PARANÁ S/A.; Penhora nos autos de Execução Fiscal sob nº 012/96, movida pela FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ; Débito junto à Fazenda Pública do Estado do Paraná referente a ICMS, no valor de R$ 289.898,25;
RECURSO: não consta;
INTIMAÇÃO: ficam desde logo intimados os devedores acima nominados, caso não sejam encontrados para intimação pessoal;
Mandaguaçu, 13 de novembro de 2003. Eu, _ (Carla S. B. Aquaroni), Empregada Juramentada.

Marisa de Freitas
JUÍZA DE DIREITO

Marialva

EDITAL DE CITAÇÃO DE EDERVAL PIRES DE ALMEIDA, CPF nº.084.328.487-00 e LUIZ AUGUSTO P. DE ALMEIDA - CPF/MF nº.087.278.309-30, com o prazo de trinta (30) dias.

O DOUTOR IZAÍAS ROGÉRIO LORENZONI, MM.DR.JUIZ DE DIREITO DA VARA CÍVEL DA COMARCA DE MARIALVA,ESTADO DO PARANÁ. NA FORMA DA LEI.ETC...

F A Z S A B E R, aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, expedido nos autos de nº.109/1993, em que é exequente: FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ e executado: INAL COMÉRCIO E INDÚSTRIA S/A E OUTROS, em trâmite na Vara Cível da Comarca de Marialva, Estado do Paraná, sito à Praça Orlando Bornia, 187, Caixa Postal 12512, fone 0xx44-232-1652, CEP - 86990-000, e tendo em vista o constante dos autos de que os executados EDERVAL PIRES DE ALMEIDA e LUIZ AUGUSTO P. DE ALMEIDA, encontram-se em lugar ignorado, ficam os EXECUTADOS: EDERVAL PIRES DE ALMEIDA, CPF Nº.084.328.487-00 e LUIZ AUGUSTO P. DE ALMEIDA - CPF Nº.087.278.309-30, através deste edital, CITADOS de todos os termos do processo, para querendo no prazo de (5) dias, contados do término do prazo deste edital, pagar a importância referente as Certidões de Dívida Ativa nºs. 1908038-2 e 1908039-0 no valor de CR$.182,03 (cento e oitenta e dois cruzeiros e três centavos), em 03/09/1993, acrescidas das cominações legais, juros de mora e correção monetária, além de honorários advocatícios e custas processuais, ou indicar bens à penhora; FICANDO CIENTE DE QUE TEM O PRAZO DE 30(trinta) DIAS, CONTADOS DA DATA DA JUNTADA AOS AUTOS DA PROVA DA INTIMAÇÃO DA PENHORA, PARA QUERENDO, EMBARGAR A EXECUÇÃO. OBSERVANDO-SE QUE NÃO SENDO CONTESTADA A AÇÃO SE PRESUMIRÃO ACEITOS PELO RÉU COMO VERDADEIROS OS FATOS ARTICULADOS PELO AUTOR (ART. 285 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL).PUBLIQUE-SE NA FORMA DA LEI., AFIXANDO-SE NA SEDE DESTE JUÍZO E PUBLICADO NO DIÁRIO DA JUSTIÇA POR UMA SÓ VEZ, GRATUITAMENTE, COMO EXPEDIENTE JUDICIÁRIO. DADO E PASSADO, nesta cidade e comarca de Marialva, Estado do Paraná, aos dias 24 (vinte e quatro) do mês de novembro do ano dois mil e três (2003).Eu_____(Nara Belasque Zucolin Borges) Emp. Juramentada que digitei e subscrevi.

IZAÍS ROGÉRIO LORENZONI
JUIZ DE DIREITO

EDITAL DE CITAÇÃO JEFERSON CRUZ DE CAMARGO – CPF/MF nº.024.131.769-000, sócio responsável solidário tributário da executada J CRUZ DE CAMARGO & SANTANA LTDA, com o prazo de trinta (30) dias.

O DOUTOR IZAÍAS ROGÉRIO LORENZONI, MM.DR.JUIZ DE DIREITO DA VARA CÍVEL DA COMARCA DE MARIALVA,ESTADO DO PARANÁ. NA FORMA DA LEI.ETC...
F A Z S A B E R, aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem expedido nos autos de EXECUÇÃO FISCAL, registrado sob nº.092/2003, em que é exequente: FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ e executado: J CRUZ DE CAMARGO & SANTANA LTDA – CGC/MF 04198225/0001-55, e tendo em vista o constante dos autos de que o representante legal do executado J CRUZ DE CAMARGO & SANTANA LTDA, CGC/MF 04198225/0001-55, Sr. JEFERSON CRUZ DE CAMARGO – CPF/MF 024.131.769-00, encontra-se em lugar ignorado, fica o Representante Legal do EXECUTADO: J CRUZ DE CAMARGO & SANTANA LTDA – CGC/MF 04198225/0001-55, Sr. JEFERSON CRUZ DE CAMARGO – CPF/MF 024.131.769-00, através deste edital, CITADO de todos os termos do processo, para querendo no prazo de (5) dias, contados do término do prazo deste edital, pagar a importância referente as Certidões de Dívidas Ativas nºs. 02638784-1, 02646390-4, 02652877-1 e 02659694-7, datada de 15/05/2003, referente a ICMS, MULTA E JUROS, no valor de R$.1.142,73 (um mil, cento e quarenta e dois reais e setenta e três centavos), acrescidas das cominações legais, juros de mora e correção monetária, além de honorários advocatícios e custas processuais, ou indicar bens à penhora; FICANDO CIENTE DE QUE TEM O PRAZO DE 30(trinta) DIAS, CONTADOS DA DATA DA JUNTADA AOS AUTOS DA PROVA DA INTIMAÇÃO DA PENHORA, PARA QUERENDO, EMBARGAR A EXECUÇÃO. OBSERVANDO-SE QUE NÃO SENDO CONTESTADA A AÇÃO SE PRESUMIRÃO ACEITOS PELO RÉU COMO VERDADEIROS OS FATOS ARTICULADOS PELO AUTOR (ART. 285 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL).PUBLIQUE-SE NA FORMA DA LEI., AFIXANDO-SE NA SEDE DESTE JUÍZO E PUBLICADO NO DIÁRIO DA JUSTIÇA POR UMA SÓ VEZ, GRATUITAMENTE, COMO EXPEDIENTE JUDICIÁRIO. DADO E PASSADO, nesta cidade e comarca de Marialva, Estado do Paraná, aos dias 26 (vinte e seis) do mês de novembro do ano dois mil e três (2003).Eu_____(Nara Belasque Zucolin Borges) Emp. Juramentada que digitei e subscrevi.

IZAÍS ROGÉRIO LORENZONI
JUIZ DE DIREITO

EDITAL DE CITAÇÃO CBO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BRINQUEDOS LTDA – CGC/MF nº.04489624/0001-75, com o prazo de trinta (30) dias.

O DOUTOR IZAÍAS ROGÉRIO LORENZONI, MM.DR.JUIZ DE DIREITO DA VARA CÍVEL DA COMARCA DE MARIALVA,ESTADO DO PARANÁ. NA FORMA DA LEI.ETC...

F A Z S A B E R, aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, expedido nos autos de nº.26/1999, em que é exequente: FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ e executado: LINEAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA E OUTRO, em trâmite na Vara Cível da Comarca de Marialva, Estado do Paraná, sito à Praça Orlando Bornia, 187, Caixa Postal 12512, fone 0xx44-232-1652, CEP - 86990-000, e tendo em vista o constante dos autos de que o executado GERVÁZIO PAVAN, encontra-se em lugar ignorado, fica o EXECUTADO: GERVÁZIO PAVAN, CPF Nº.239.203.949-68, através deste edital, CITADO de todos os termos do processo, para querendo no prazo de (5) dias, contados do término do prazo deste edital, pagar a importância referente as Certidões de Dívida Ativa nºs. 02190246-2, 02226249-1 e 02322644-8 no valor de R$.973,80 (novecentos e setenta e três reais e oitenta centavos), acrescidas das cominações legais, juros de mora e correção monetária, além de honorários advocatícios e custas processuais, ou indicar bens à penhora; FICANDO CIENTE DE QUE TEM O PRAZO DE 30(trinta) DIAS, CONTADOS DA DATA DA JUNTADA AOS AUTOS DA PROVA DA INTIMAÇÃO DA PENHORA, PARA QUERENDO, EMBARGAR A EXECUÇÃO. OBSERVANDO-SE QUE NÃO SENDO CONTESTADA A AÇÃO SE PRESUMIRÃO ACEITOS PELO RÉU COMO VERDADEIROS OS FATOS ARTICULADOS PELO AUTOR (ART. 285 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL).PUBLIQUE-SE NA FORMA DA LEI., AFIXANDO-SE NA SEDE DESTE JUÍZO E PUBLICADO NO DIÁRIO DA JUSTIÇA POR UMA SÓ VEZ, GRATUITAMENTE, COMO EXPEDIENTE JUDICIÁRIO. DADO E PASSADO, nesta cidade e comarca de Marialva, Estado do Paraná, aos dias 24 (vinte e quatro) do mês de novembro do ano dois mil e três (2003).Eu_____(Nara Belasque Zucolin Borges) Emp. Juramentada que digitei e subscrevi.

IZAÍAS ROGÉRIO LORENZONI
JUIZ DE DIREITO

EDITAL DE CITAÇÃO JEFERSON CRUZ DE CAMARGO – CPF/MF nº.024.131.769-000, sócio responsável solidário tributário da executada J CRUZ DE CAMARGO & SANTANA LTDA, com o prazo de trinta (30) dias.

O DOUTOR IZAÍAS ROGÉRIO LORENZONI, MM.DR.JUIZ DE DIREITO DA VARA CÍVEL DA COMARCA DE MARIALVA,ESTADO DO PARANÁ. NA FORMA DA LEI.ETC...

F A Z S A B E R, aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem expedido nos autos de EXECUÇÃO FISCAL, registrado sob nº.099/2003, em que é exequente: FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ e executado: CBO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BRINQUEDOS LTDA – CGC/MF 04489624/0001-75, e tendo em vista o constante dos autos de que o representante legal do executado CBO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BRINQUEDOS LTDA, CGC/MF 04489624/0001-75, Sr. CICERO BATISTA DE OLIVEIRA– CPF/MF 623.237.929-20 e MARGARIDA AMORIM DE OLIVEIRA – CPF/MF 895.066.189-68, encontra-se em lugar ignorado, ficam os Representantes Legais do EXECUTADO: CBO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BRINQUEDOS LTDA – CGC/MF 04489624/0001-75, Srs. CICERO BATISTA DE OLIVEIRA – CPF/MF 623.237.929-20 e MARGARIDA AMORIM DE OLIVEIRA – CPF/M 895.066.189-68, através deste edital, CITADO de todos os termos do processo, para querendo no prazo de (5) dias, contados do término do prazo deste edital, pagar a importância referente as Certidões de Dívidas Ativas nºs. 02630172-6, 02639851-7, 02647261-0, 02653778-9, 02660607-1 e 02667138-8, datada de 15/05/2003, referente a ICMS, MULTA E JUROS, no valor de R$.1.464,65 (um mil, quatrocentos e sessenta e quatro reais e sessenta e cinco centavos), acrescidas das cominações legais, juros de mora e correção monetária, além de honorários advocatícios e custas processuais, ou indicar bens à penhora; FICANDO CIENTE DE QUE TEM O PRAZO DE 30(trinta) DIAS, CONTADOS DA DATA DA JUNTADA AOS AUTOS DA PROVA DA INTIMAÇÃO DA PENHORA, PARA QUERENDO, EMBARGAR A EXECUÇÃO. OBSERVANDO-SE QUE NÃO SENDO CONTESTADA A AÇÃO SE PRESUMIRÃO ACEITOS PELO RÉU COMO VERDADEIROS OS FATOS ARTICULADOS PELO AUTOR (ART. 285 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL).PUBLIQUE-SE NA FORMA DA LEI., AFIXANDO-SE NA SEDE DESTE JUÍZO E PUBLICADO NO DIÁRIO DA JUSTIÇA POR UMA SÓ VEZ, GRATUITAMENTE, COMO EXPEDIENTE JUDICIÁRIO. DADO E PASSADO, nesta cidade e comarca de Marialva, Estado do Paraná, aos dias 26 (vinte e seis) do mês de novembro do ano dois mil e três (2003).Eu_____(Nara Belasque Zucolin Borges) Emp. Juramentada que digitei e subscrevi.

IZAÍS ROGÉRIO LORENZONI
JUIZ DE DIREITO

EDITAL DE CITAÇÃO MAURO PLÁCIDO SCOLARI MARIN – CPF/MF nº.885.115.109-15 e GLAUBER ROCHA SOARES – CPF/MF nº.019.794.649-60, sócio responsável solidário tributário da executada LOTUS INDUSTRIA DE FARINHA LTDA, com o prazo de trinta (30) dias.

O DOUTOR IZAÍAS ROGÉRIO LORENZONI, MM.DR.JUIZ DE DIREITO DA VARA CÍVEL DA COMARCA DE MARIALVA,ESTADO DO PARANÁ. NA FORMA DA LEI.ETC...

F A Z S A B E R, aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem expedido nos autos de EXECUÇÃO FISCAL, registrado sob nº.003/1998, em que é exequente: FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ e executados: LOTUS INDUSTRIA DE FARINHA, CGC nº.01434719/0001-01, MAURO PLÁCIDO SCOLARIN MARIN, CPF Nº.885.115.109-15 e GLAUBER ROCHA SOARES, e tendo em vista o constante dos autos de que os executados MAURO PLÁCIDO SCOLARIN MARIN, CPF 885.115.109-15 e GLAUBER ROCHA SOARES – CPF 019.749.649-60-, encontram-se em lugar ignorado, ficam os EXECUTADOS: MAURO PLÁCIDO SCOLARIN MARIN – CPF 885.115.109-15 e GLAUBER ROCHA SOARES – CPF 019.749.649-60, através deste edital, CITADOS de todos os termos do processo, para querendo no prazo de (5) dias, contados do término do prazo deste edital, pagarem a importância referente a Certidão de Dívida Ativa nº. 02188841-9, datada de 24/03/1998, referente a ICMS, MULTA E JUROS, no valor de R$.8.158,16 (oito mil, cento e cinquenta e oito reais e dezesseis centavos), acrescidas das cominações legais, juros de mora e correção monetária, além de honorários advocatícios e custas processuais, ou indicar bens à penhora; FICANDO CIENTE DE QUE TEM O PRAZO DE 30(trinta) DIAS, CONTADOS DA DATA DA JUNTADA AOS AUTOS DA PROVA DA INTIMAÇÃO DA PENHORA, PARA QUERENDO, EMBARGAR A EXECUÇÃO. OBSERVANDO-SE QUE NÃO SENDO CONTESTADA A AÇÃO SE PRESUMIRÃO ACEITOS PELO RÉU COMO VERDADEIROS OS FATOS ARTICULADOS PELO AUTOR (ART. 285 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL).PUBLIQUE-SE NA FORMA DA LEI., AFIXANDO-SE NA SEDE DESTE JUÍZO E PUBLICADO NO DIÁRIO DA JUSTIÇA POR UMA SÓ VEZ, GRATUITAMENTE, COMO EXPEDIENTE JUDICIÁRIO. DADO E PASSADO, nesta cidade e comarca de Marialva, Estado do Paraná, aos dias 26 (vinte e seis) do mês de novembro do ano dois mil e três (2003).Eu_____(Nara Belasque Zucolin Borges) Emp. Juramentada que digitei e subscrevi.

IZAÍS ROGÉRIO LORENZONI
JUIZ DE DIREITO

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS COM O PRAZO DE TRINTA (30) DIAS.

O DOUTOR IZAÍAS ROGERÍO LORENZONI, MM. DR. JUIZ DE DIREITO DA VARA CÍVEL DA COMARCA DE MARIALVA, ESTADO DO PARANÁ. NA FORMA DA LEI,EC...

F A Z S A B E R, aos que o edital virem ou dele conhecimento tiverem e ainda a quem possa interessar, que por este Juízo e Cartório Cível, se processam os ***autos nº.251/2002, de INTERDIÇÃO***, em que é ***requerente MARCIA DAS DORES LIMA e requerido FLAVIO PIRES DE LIMA***, sendo que, por ***sentença proferida em 14/10/2003, foi decretada a INTERDIÇÃO de FLÁVIO PIRES DE LIMA,*** brasileiro, casado, incapaz, portador do CID. G40.9, ficando impossibilitado de reger sua pessoa e seus bens, em virtude de sua incapacidade relativa que lhe é acometida, ***sendo-lhe nomeado sua curadora a senhora MARCIA DAS DORES LIMA.*** E para que cheque ao conhecimento de todos os interessados e ninguém possa de futuro alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado e afixado na forma da lei. **ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA.** DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Marialva, Paraná, aos dias 26 (vinte e seis) do mês de novembro (11) do ano dois mil e três(2003). Eu,_____(NARA BELASQUE ZUCOLIN BORGES) Emp. Juramentada que datilografei e subscrevi.

IZAÍAS ROGÉRIO LORENZONI
UIZ DE DIREITO

EDITAL DE PRAÇA E ARREMATAÇÃO, COM O PRAZO DE CINCO(05) DIAS, DE BENS PERTENCENTES AOS DEVEDORES COMÉRCIO DE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE MADEIRAS BASSAN LTDA, ROSE MEYRE MAZZER BASSAN e MARIZETE DE MIRANDA BASSAN.

PROCESSO: AUTOS DE CARTA PRECATÓRIA, sob o nº.47/2000-P, extraída dos autos de **EXECUÇÃO FISCAL, nº.08/98, em que é EXEQUENTE: FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ e EXECUTADO: COMÉRCIO DE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE MADEIRAS BASSAN LTDA, ROSE MEYRE MAZZER BASSAN e MARIZETE DE MIRANDA BASSAN.**
PRIMEIRA PRAÇA: 11 DE FEVEREIRO DE 2004, ÀS 09:50 HORAS, pelo preço igual ou superior ao valor da avaliação.
SEGUNDA PRAÇA: DIA 26 DE FEVEREIRO DE 2004, ÀS 09:50 HORAS, pelo maior lanço oferecido, desde que não configure preço vil, a critério deste Juízo.
LOCAL DA ARREMATAÇÃO: ÁTRIO DO EDIFÍCIO DO FÓRUM, PRAÇA ORLANDO BORNIA, Nº.187, MARIALVA - PARANÁ
DESCRIÇÃO DE BENS: 1) 50,0%(cinqüenta por cento) da parte ideal pertencente a devedora ROSE MEYRE MAZZER BASSAN, na DATA DE TERRAS sob número 05-A(cinco-A), com a área de 270,00 metros quadrados, parte da data do mesmo número, que é subdivisão da data de terras nº.5, da QUADRA 21(vinte e um), situada na planta urbana deste Município e Comarca de Marialva, SEM BENFEITORIAS. Divisas e metragens: "Ao Norte com as datas nºs.7 e 8, no rumo Noroeste, com 22,50 metros; ao Oeste com a data nº5, no rumo Sudoeste, com 12,00 metros; ao Sul, com a data nº.5-A-1, no rumo Sudeste, com 22,50 metros; e, finalmente ao leste com a Praça Dr. F. S. de Bittencourt, no rumo Nordeste, com 12,00 metros", devidamente matriculada sob nº.8,622, no CRI de Marialva-PR, avaliado pelo valor de R$.17.635,00. 2) Imóvel pertencente ao devedor ONÉSSIMO APARECIDO BASSAN: DATA DE TERRAS sob número 06(seis), com a área de 242,00 metros quadrados, da QUADRA número 03(três), situada na planta do Loteamento denominado jardim paraíso, deste Município e Comarca. SEM BENFEITORIAS. DIVISAS E METRAGENS: "Ao NE com a data nº.5, numa distância dd 22,00 metros; ao SE com a data nº.20, numa extensão de 11,00 metros; ao SO com a data 7, numa distância de 22,00 metros; e, finalmente ao NO com a rua IX, numa frente de 11,00 metros. Todas as datas acima mencionadas pertencem 'a quadra nº.3 do Jardim paraíso, Marialva", devidamente matriculada sob nº.21.143, no CRI de Marialva-PR. Avaliado pelo valor de R$.9.034,65.
AVALIAÇÃO: Os imóveis supra foram avaliados, a parte a ser levado à praça, pelo valor de R$.26.669,65 (vinte e seis mil, seiscentos e sessenta e nove reais e sessenta e cinco centavos).
ÔNUS: A empresa Executada possui débitos junto a Prefeitura Municipal de Marialva-PR. O imóvel supra encontra-se penhorado nos autos de Execução Fiscal nº..21/99, em que é Exequente: Fazenda Pública do 'Estado do Paraná, nos autos de Execução nº.475/97, em que é Exequente: Banco do Estado do Paraná S/A.
DEPÓSITO: O BEM SUPRA ENCONTRA-SE EM PODER DE ROSE MEYRE MAZZER BASSAN - Depositária Fiel.
INTIMAÇÃO: FICAM os Executados COMÉRCIO DE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE MADEIRAS BASSAN LTDA, NA PESSOA DE SEU REPRESENTANTE LEGAL; ROSE MEYRE MAZZER BASSAN e MARIZETE MIRANDA BASSAN, devidamente intimados, via edital, caso não sejam encontrados via mandado.
Marialva - PR, em 05 de dezembro de 2003. Eu, __(Nara Belasque Zucolin Borges), Emp. Juramentada que digitei e subscrevi.

IZAÍAS ROGÉRIO LORENZONI
JUIZ DE DIREITO

Maringá

EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DO REQUERIDO: PEDRO ALVES DAMIÃO, com prazo de 45 dias.

FAZ SABER a todos quanto o presente edital, virem ou dele conhecimento tiverem que, processam-se perante este Juízo e Cartório os termos dos autos nº 99/2003 de Divórcio Direto Litigioso, em que é requerente Maria Izabel Damião, requerido Pedro Alves Damião, e como consta nos autos que o requerido encontra-se em lugar ignorado, é o presente edital para a sua CITAÇÃO E INTIMAÇÃO, nos termos da petição inicial, que segue transcrita em sua síntese. A Autora alega em síntese o seguinte: que o requerido está em lugar ignorado, que possuem um filho, que não possuem bens, que pretende a decretação do divórcio. E para que compareça em sala de audiências desta 1ª. Vara de Família, no dia03 DE MARÇO DE 2004, ÀS 13:45 HORAS, para audiência de conciliação. E no dia19 DE MARÇO DE 2004, ÁS 16:00 HORAS, para audiência de instrução e julgamento. Ficando a mesma ciente de que presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados na inicial que

não forem contestados no prazo de quinze (15) dias, contados a partir da audiência de conciliação. E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, expediu-se o presente edital com cópias de igual teor, que será publicado na forma da lei, e afixado neste Fórum no local de costume. Maringá, 24 de outubro de 2003. Eu,_____, (Jefferson Xavier dos Santos), Escrivão, o digitei e subscrevi.

JOSÉ CAMACHO SANTOS
Juiz de Direito

EDITAL DE INTERDIÇÃO DE =
= AKEMI HIRASHIMA =
= COM PRAZO DE 20 DIAS =

Edital de interdição para conhecimento de terceiros, e ainda aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que nos autos sob nº 201/2003, de INTERDIÇÃO, requerida por MITSUO HIRASHIMA, foi por sentença deste Juízo da 1ª Vara Cível decretada a interdição de AKEMI HIRASHIMA, brasileira, solteira, nascida em 08 de agosto de 1972, conforme certidão de nascimento nº 217.764, fls. 135vº, livro A-304 do Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais do 18º Subdistrito Ipiranga, Comarca de São Paulo - SP, residente e domiciliado nesta cidade e Comarca de Maringá – Pr., declarando-a incapacitada para exercer os atos da vida civil, tendo sido nomeado curador o requerente MITSUO HIRASHIMA.-
Nada mais. Maringá, 24 de Outubro de 2003. – Eu, _ (Bel. Waldemar Furlan), escrivão digitei e subscrevi.

MARIO SETO TAKEGUMA
Juiz de Direito

EDI TAL DE PRAÇA E INTIMAÇÃO

Pelo presente edital, faz saber a todos os interessados, que será levado à venda e arrematação em primeira e segunda praças os imóveis penhorados nos presentes autos de propriedade dos executados **MARITIMA BONOLI VIANA- CABINES**, na seguinte forma:
PRIMEIRA PRAÇA: **Dia 02/FEVEREIRO/2004,** às **16:30 horas**, por valor superior à importância da avaliação.
SEGUNDA PRAÇA: Dia 16/FEVEREIRO/2004, às **16:30 horas,** para a venda a quem mais der, não sendo aceito preço vil.
LOCAL: Átrio do Edifício do Fórum local, sito à Av. Tiradentes, 380.
PROCESSO Nº: 000501/2001, de **EXECUCAO FISCAL**
EXEQÜENTE: **FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANA**
EXECUTADOS: **MARITIMA BONOLI VIANA- CABINES**
DESCRIÇÃO DOS BENS: **“ *- Um compressor de ar, marca PRIMAX, 200 libras, 10 (dez) pés, com compressor de dois pistões elétrico trifásico marca SCHULZ, n. 3779989, 7,5 CV, 1410/1730 RPM; 220/380 V; P4;50/60 hz, usado e funcionando, avaliado em R$ 550,00; - Um aparelho de solda, contendo dois cilindros, sendo um de oxigênio e outro de acetileno (White Martins e AGA), com duas mangueiras, um bico e um carrinho de mão com duas rodas, avaliado em R$ 1.800,00.”*.**
AVALIAÇÃO TOTAL: **R$ 2.350,00 (dois mil, trezentos e cinquenta reais) em data de 23/05/2003.** Débito no valor de R$ 2.490,67, em data de 19/09/2003. **ÔNUS:** Além dos presentes autos nada consta. Nos termos do item 5.8.9, do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Paraná, eventuais arrematantes ou adjudicantes deverão juntar certidões negativas das Fazendas Públicas do Estado e do Município, a fim de que sejam expedidas as respectivas cartas.
INTIMAÇÃO: Ficam desde logo intimados os devedores **MARITIMA BONOLI VIANA- CABINES**, bem como seus representantes legais, se porventura não forem encontrados para sua intimação pessoal, por ocasião do cumprimento do mandado, para os efeitos do parágrafo 5º do art. 687 do CPC. Fica estabelecido que se por ventura ocorrer qualquer impedimento nos dias e horários acima mencionados, a realização do leilão ou praça será no primeiro dia útil seguinte, no mesmo horário. E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e ninguém no futuro alegue ignorância mandou expedir o presente edital que será afixado na sede deste Juízo, no local de costume e publicado na imprensa local, na forma da Lei. **DADO E PASSADO** nesta cidade e Comarca de **MARINGÁ,** em 17 de novembro de 2.003.- Eu, _____, BEL. MARLENE MARQUESINI, ESCRIVÃ, o digitei e subscrevi.

LIEJE A. S. GOUVEIA BONETTI
JUIZ DE DIREITO

EDI TAL DE PRAÇA E INTIMAÇÃO

Pelo presente edital, faz saber a todos os interessados, que será levado à venda e arrematação em primeira e segunda praças os imóveis penhorados nos presentes autos de propriedade dos executados **CENTRALIL INT. E EXP. LTDA.**, na seguinte forma:
PRIMEIRA PRAÇA: **Dia 02/FEVEREIRO/2004,** às **16:05 horas**, por valor superior à importância da avaliação.
SEGUNDA PRAÇA: Dia 16/FEVEREIRO/2004, às **16:05 horas,** para a venda a quem mais der, não sendo aceito preço vil.
LOCAL: Átrio do Edifício do Fórum local, sito à Av. Tiradentes, 380.
PROCESSO Nº: 000056/1996, de **EXECUCAO FISCAL**
EXEQÜENTE: **FAZENDA PUBLICA DO MUNICIPIO DE MARINGA**
EXECUTADOS: **CENTRALIL INT. E EXP. LTDA.**
DESCRIÇÃO DOS BENS: “ - Lote de terras 61/62/73/74/57/60/75, com área de 23.849,89 m2, situado no Jardim Nilza, nesta cidade, dentro das seguintes divisas, metragens e confrontações: Divide-se com a Rua João Cera rumo SE 33º 37´NO numa distância de 145,95 metros; com a Rodovia Osvaldo Pacheco de Lacerda no raio de 1.434,00 metros, num DS = 192,44 metros; com o Lote no. 54/55/56 no rumo NO 33º 32´SE numa distância de 104,66 metros, finalmente com a Rua João Cardoso de Lima no rumo NE 56º 53´SO numa distância de 184,90 metros. Todos os rumos acima mencionados referem-se ao Norte verdadeiro. Terreno cercado na frente com muro de arrimo e alambrado, laterais de alambrado e fundos com muro de alvenaria. Frente para a Rua João Cera, asfaltada; lateral da Rua João Cardoso de Lima sem asfalto e lateral da Rodovia, com asfalto; - contendo em seu interior duas edificações industriais, construídas nos lotes acima, com a área total de 21.525,38 m2, objeto da matrícula no. 36.471 do CRI 1º Ofício desta Comarca de Maringá - Paraná.”.
AVALIAÇÃO : **R$ 3.467.305,90 (três milhões, quatrocentos e sessenta e sete mil, trezentos e cinco reais e noventa centavos) em data de 11/12/2002.** Débito no valor de R$ 24.439,06, em data de 24/09/2003. **ÔNUS:** Além dos presentes autos encontra-se penhorado nos autos no. 749/1994 RT, da 1ª junta de Conciliação e Julgamento da Comarca de Maringá – Pr; - autos 062/1992 RT, da 1ª Junta de Conciliação e Julgamento da Comarca de Maringá – Paraná; - autos 1291/1992 RT, da 1ª Junta de Conciliação e Julgamento da Comarca de Maringá – Paraná; - 5233/1995 RT, da 1ª Junta de Conciliação e Julgamento da Comarca de Maringá – Paraná; - autos 4657/944 RT, da 2ª Junta de Conciliação e Julgamento da Comarca de Maringá – Paraná; - autos 3132/1995 RT, da 1ª Junta de Conciliação e Julgamento da Comarca de Maringá – Paraná; - autos 132/1993 RT, da 3ª Junta de Conciliação e Julgamento da Comarca de Maringá – Paraná; - autos 3920/1995 RT, da 1ª Junta de Conciliação e Julgamento da Comarca de Maringá – Paraná; - autos 4175/1995 RT, da 1ª Junta de Conciliação e Julgamento da Comarca de Maringá – Paraná.. Nos termos do item 5.8.9, do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Paraná, eventuais arrematantes ou adjudicantes deverão juntar certidões negativas das Fazendas Públicas do Estado e do Município, a fim de que sejam expedidas as respectivas cartas. **INTIMAÇÃO**: Ficam desde logo intimados os devedores **CENTRALIL INT. E EXP. LTDA.**, bem como seus representantes legais, se porventura não forem encontrados para sua intimação pessoal, por ocasião do cumprimento do mandado, para os efeitos do parágrafo 5º do art. 687 do CPC. Fica estabelecido que se por ventura ocorrer qualquer impedimento nos dias e horários acima mencionados, a realização do leilão ou praça será no primeiro dia útil seguinte, no mesmo horário. E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e ninguém no futuro alegue ignorância mandou expedir o presente edital que será afixado na sede deste Juízo, no local de costume e publicado na imprensa local, na forma da Lei. **DADO E PASSADO** nesta cidade e Comarca de **MARINGÁ,** em 29 de setembro de 2003.- Eu, _____, BEL. MARLENE MARQUESINI, ESCRIVÃ, o digitei e subscrevi.

LIÉJE A S. GOUVÊIA BONETTI
JUIZ DE DIREITO

EDITAL DE PRAÇA E INTIMAÇÃO

Pelo presente edital, faz saber a todos os interessados, que será levado à venda e arrematação em primeira e segunda praças os imóveis penhorados nos presentes autos de propriedade dos executados **AIRTON DE OLIVEIRA**, na seguinte forma:
PRIMEIRA PRAÇA: **Dia 02/FEVEREIRO/2004,** às **16:25 horas**, por valor superior à importância da avaliação.
SEGUNDA PRAÇA: Dia 16/FEVEREIRO/2004, às **16:25 horas,** para a venda a quem mais der, não sendo aceito preço vil.
LOCAL: Átrio do Edifício do Fórum local, sito à Av. Tiradentes, 380.
PROCESSO Nº: 000073/1996, de **EXECUCAO FISCAL**
EXEQÜENTE: **FAZENDA PUBLICA DO MUNICIPIO DE MARINGA**
EXECUTADOS: **AIRTON DE OLIVEIRA**
DESCRIÇÃO DOS BENS: “ – data de terras sob no. 10, parte da mesma, da quadra 55, situada na zona 05, desta cidade, com área de 304,34 m2, com as seguintes, divisas, metragens e confrontações: divide-se no raio de 670,00 metros com a Rua Santa Joaquina de Vedruna, numa distância de 22,45 metros; No rumo NO 47º 47´SE com a data no. 11, numa distância de 9,80 metros; No raio de 82,52 metros, com a data 10-A numa distância de 18,05 metros e finalmente, no rumo SE 60º 19´ NO com a data no. 09, numa distância de 19,92 metros. Todos os rumos acima mencionados referem-se ao Norte verdadeiro, contendo em seu interior uma construção residencial em alvenaria com área de 108,15 m2 e uma construção em alvenaria (área de serviço), com 19,66 m2, um aumento residencial, em alvenaria com área de 10,65 m2 objeto da matrícula no. 9259 do CRI 2º Ofício desta ”.
AVALIAÇÃO TOTAL: **R$ 49.832,00 (quarenta e nove mil, oitocentos e trinta e dois reais), em data de 09/05/2003**. Débito no valor de R$ 6.370,84, em 19/09/2003.
ÔNUS: Além dos presentes autos, encontra-se penhorado nos autos 396/89 Fiscal da 1ª Vara Cível; - autos 68587 Fiscal da 2ª Vara Cível; - 225/91 de Execução da 2ª Vara Cível; - autos 331/91 de Execução da 2ª Vara Cível; - 070/93 Fiscal da 6ª Vara Cível; - autos 118/94 Fiscal da 4ª Vara Cível; - autos 472/91 de Execução da 3ª Vara Cível; - autos 472/91 de Execução da 3ª Vara Cível; e consta hipotéca em primeiro grau em favor do BANCO BRADESCO SUL S/A – CREDITO IMOBILIÁRIO. Nos termos do item 5.8.9, do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Paraná, eventuais arrematantes ou adjudicantes deverão juntar certidões negativas das Fazendas Públicas do Estado e do Município, a fim de que sejam expedidas as respectivas cartas. **INTIMAÇÃO**: Ficam desde logo intimados os devedores **AIRTON DE OLIVEIRA**, bem como seus respectivos cônjuges, se casados forem, se porventura não forem encontrados para sua intimação pessoal, por ocasião do cumprimento do mandado, para os efeitos do parágrafo 5º do art. 687 do CPC. Fica estabelecido que se por ventura ocorrer qualquer impedimento nos dias e horários acima mencionados, a realização do leilão ou praça será no primeiro dia útil seguinte, no mesmo horário. E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e ninguém no futuro alegue ignorância mandou expedir o presente edital que será afixado na sede deste Juízo, no local de costume e publicado na imprensa local, na forma da Lei.
DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de **MARINGÁ,** em 26 de abril de 2002.- Eu, _____, BEL. MARLENE MARQUESINI, ESCRIVÃ, o digitei e subscrevi. Essa publicação trata-se de DILIGÊNCIA DO JUIZO.

LIÉJE A S. GOUVÊIA BONETTI
JUIZ DE DIREITO

EDI TAL DE PRAÇA E INTIMAÇÃO

Pelo presente edital, faz saber a todos os interessados, que será levado à venda e arrematação em primeira e segunda praças os imóveis penhorados nos presentes autos de propriedade dos executados **BOM BOLO BAR E PADARIA LTDA**, na seguinte forma:
PRIMEIRA PRAÇA: **Dia 02/FEVEREIRO/2004,** às **16:45 horas**, por valor superior à importância da avaliação.
SEGUNDA PRAÇA: Dia 16/FEVEREIRO/2004, às **16:45 horas,** para a venda a quem mais der, não sendo aceito preço vil.
LOCAL: Átrio do Edifício do Fórum local, sito à Av. Tiradentes, 380.
PROCESSO Nº: 000482/2001, de **EXECUCAO FISCAL**
EXEQÜENTE: **FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANA**
EXECUTADOS: **BOM BOLO BAR E PADARIA LTDA**
DESCRIÇÃO DOS BENS: **“ *- 01 modeladora PRIMOR, marca Ital – BRAS, para modelagem de pães de 10 a 1.500 Gr, tipo MP n. 2.055 (sendo que atualmente está sem a placa de identificação desses números), cor branca, elétrica, em funcionamento.”*.**
AVALIAÇÃO TOTAL: **R$ 900,00 (novecentos reais) em data de 03/10/2003.** Débito no valor de R$ 3.548,08, em data de 19/09/2003. **ÔNUS:** Além dos presentes autos nada consta. Nos termos do item 5.8.9, do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Paraná, eventuais arrematantes ou adjudicantes deverão juntar certidões negativas das Fazendas Públicas do Estado e do Município, a fim de que sejam expedidas as respectivas cartas.
INTIMAÇÃO: Ficam desde logo intimados os devedores **BOM BOLO BAR E PADARIA LTDA**, bem como seus respectivos representantes legais, se porventura não forem encontrados para sua intimação pessoal, por ocasião do cumprimento do mandado, para os efeitos do parágrafo 5º do art. 687 do CPC. Fica estabelecido que se por ventura ocorrer qualquer impedimento nos dias e horários acima mencionados, a realização do leilão ou praça será no primeiro dia útil seguinte, no mesmo horário. E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e ninguém no futuro alegue ignorância mandou expedir o presente edital que será afixado na sede deste Juízo, no local de costume e publicado na imprensa local, na forma da Lei. **DADO E PASSADO** nesta cidade e Comarca de **MARINGÁ,** em 08 de outubro de 2.003.- Eu, _____, BEL. MARLENE MARQUESINI, ESCRIVÃ, o digitei e subscrevi.

LIÉJE A. S. GOUVÊIA BONETTI
JUIZ DE DIREITO

EDI TAL DE PRAÇA E INTIMAÇÃO

Pelo presente edital, faz saber a todos os interessados, que será levado à venda e arrematação em primeira e segunda praças os imóveis penhorados nos presentes autos de propriedade dos executados **HOSINE SALEM**, na seguinte forma:
PRIMEIRA PRAÇA: **Dia 02/FEVEREIRO/2004,** às **16:35 horas**, por valor superior à importância da avaliação.
SEGUNDA PRAÇA: Dia 16/FEVEREIRO/2004, às **16:35 horas,** para a venda a quem mais der, não sendo aceito preço vil.
LOCAL: Átrio do Edifício do Fórum local, sito à Av. Tiradentes, 380.
PROCESSO Nº: 000655/2001, de **EXECUCAO FISCAL**
EXEQÜENTE: **FAZENDA PUBLICA DO MUNICIPIO DE MARINGA**
EXECUTADOS: **HOSINE SALEM**
DESCRIÇÃO DOS BENS: **“ *- Loja 13-B-1, do Edifício da estação rodoviária, desta cidade, subdivisão das lojas ns. 13-A e 13-B, com área de 22,027 m2 e fração ideal do terreno 18,963 m2, possuindo os seguintes limites e confrontações: 4,95 metros com a travessa Julio Mesquita; 4,45 metros com a Loja n. 14; 4,95 metros com a Loja n. 13-A-13-B; e finalmente, 4,45 metros com a loja 13-A-1. Piso cerâmico; com instalações de energia elétrica e água encanada e um mezanino de madeira, objeto da matrícula n. 13.160 do CRI 1º Ofício desta Comarca.”*.**
AVALIAÇÃO TOTAL: **R$ 11.013,50 (onze mil, treze reais e cinquenta centavos) em data de 24/03/2003.** Débito no valor de R$ 1.554,49, em data de 19/09/2003. **ÔNUS:** Além dos presentes autos nada consta. Nos termos do item 5.8.9, do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Paraná, eventuais arrematantes ou adjudicantes deverão juntar certidões negativas das Fazendas Públicas do Estado e do Município, a fim de que sejam expedidas as respectivas cartas.
INTIMAÇÃO: Ficam desde logo intimados os devedores **HOSINE SALEM**, bem como seus respectivos cônjuges, se casados forem, se porventura não forem encontrados para sua intimação pessoal, por ocasião do cumprimento do mandado, para os efeitos do parágrafo 5º do art. 687 do CPC. Fica estabelecido que se por ventura ocorrer qualquer impedimento nos dias e horários acima mencionados, a realização do leilão ou praça será no primeiro dia útil seguinte, no mesmo horário. E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e ninguém no futuro alegue ignorância mandou expedir o presente edital que será afixado na sede deste Juízo, no local de costume e publicado na imprensa local, na forma da Lei. **DADO E PASSADO** nesta cidade e Comarca de **MARINGÁ,** em 01 de outubro de 2.003.- Eu, _____, BEL. MARLENE MARQUESINI, ESCRIVÃ, o digitei e subscrevi.

LIÉJE A. S. GOUVÊIA BONETTI
JUIZ DE DIREITO

EDI TAL DE PRAÇA E INTIMAÇÃO

Pelo presente edital, faz saber a todos os interessados, que será levado à venda e arrematação em primeira e segunda praças os imóveis penhorados nos presentes autos de propriedade dos executados **SILVANA SANCHES**, na seguinte forma:
PRIMEIRA PRAÇA: **Dia 02/FEVEREIRO/2004,** às **16:15 horas**, por valor superior à importância da avaliação.
SEGUNDA PRAÇA: Dia 16/FEVEREIRO/2004, às **16:15 horas,** para a venda a quem mais der, não sendo aceito preço vil.
LOCAL: Átrio do Edifício do Fórum local, sito à Av. Tiradentes, 380.
PROCESSO Nº: 000783/2001, de **EXECUCAO FISCAL**
EXEQÜENTE: **FAZENDA PUBLICA DO MUNICIPIO DE MARINGA**
EXECUTADOS: **SILVANA SANCHES**
DESCRIÇÃO DOS BENS: **“ *- Data de terras 16 da quadra B, situada no Jardim Santa Rita, nesta cidade, com a área de 452,25 m2, com as seguintes divisas, metragens e confrontações: Divide-se com a Rua Guedner, numa frente de 13,50 metros; de um lado, com a data n. 17, numa distância de 33,50 metros; nos fundos, onde confina com a data n. 13, numa largura de 13,50 metros e, finalmente , de outro lado, com a data n. 15, numa extensão de 33,50 metros. Sem do todas as datas mencionadas pertencentes a quadra B, Jardim Santa Rita, desta cidade. Terreno vago, objeto da matrícula n. 2003 do CRI 2º Ofício desta Comarca.”*.**
AVALIAÇÃO TOTAL: **R$ 27.135,00 (vinte e sete mil, cento e trinta e cinco reais) em data de 13/06/2003.** Débito no valor de R$ 3.956,92, em data de 24/09/2003. **ÔNUS:** Além dos presentes autos nada consta. Nos termos do item 5.8.9, do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Paraná, eventuais arrematantes ou adjudicantes deverão juntar certidões negativas das Fazendas Públicas do Estado e do Município, a fim de que sejam expedidas as respectivas cartas.
INTIMAÇÃO: Ficam desde logo intimados os devedores **SILVANA SANCHES**, bem como seus respectivos cônjuges, se casados forem, se porventura não forem encontrados para sua intimação pessoal, por ocasião do cumprimento do mandado, para os efeitos do parágrafo 5º do art. 687 do CPC. Fica estabelecido que se por ventura ocorrer qualquer impedimento nos dias e horários acima mencionados, a realização do leilão ou praça será no primeiro dia útil seguinte, no mesmo horário. E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e ninguém no futuro alegue ignorância mandou expedir o presente edital que será afixado na sede deste Juízo, no local de costume e publicado na imprensa local, na forma da Lei. **DADO E PASSADO** nesta cidade e Comarca de **MARINGÁ,** em 02 de outubro de 2.003.- Eu, _____, BEL. MARLENE MARQUESINI, ESCRIVÃ, o digitei e subscrevi.

LIÉJE A. S. GOUVÊIA BONETTI
JUIZ DE DIREITO

EDI TAL DE PRAÇA E INTIMAÇÃO

Pelo presente edital, faz saber a todos os interessados, que será levado à venda e arrematação em primeira e segunda praças os imóveis penhorados nos presentes autos de propriedade dos executados **ROGERIO LIBERATO SOUZA**, na seguinte forma:
PRIMEIRA PRAÇA: **Dia 02/FEVEREIRO/2004,** às **16:00 horas**, por valor superior à importância da avaliação.
SEGUNDA PRAÇA: Dia 16/FEVEREIRO/2004, às **16:00 horas,** para a venda a quem mais der, não sendo aceito preço vil.
LOCAL: Átrio do Edifício do Fórum local, sito à Av. Tiradentes, 380.
PROCESSO Nº: 000035/1995, de **EXECUCAO FISCAL**
EXEQÜENTE: **FAZENDA PUBLICA DO MUNICIPIO DE MARINGA**
EXECUTADOS: **ROGERIO LIBERATO SOUZA**
DESCRIÇÃO DOS BENS: **“ *- Data de terras 19, da quadra 10, situada no Jardim Aclimação, desta cidade, com área de 420,00 m2, com as seguintes divisas, metragens e confrontações: Divide-se com a Rua Londrina, no rumo NO 63º 26´SE, numa distância de 12,00 metros; com a data n. 20 no rumo NE 26º 34´SO numa distância de35,00 metros; com a data n. 02 no rumo SE 63º 26´NO numa distância de 12,00 metros; e finalmente com a data 18 no rumo SO 26º 34´NE numa distância de 35,00 metros. Todos os rumos acima mencionados pertencem ao Norte verdadeiro. Terreno vago, com muro de alvenaria na frente; rua asfaltada e sem calçamento no passeio publico, objeto da matrícula n. 24.103 do CRI 2º Ofício desta Comarca.”*.**
AVALIAÇÃO TOTAL: **R$ 10.000,00 (dez mil reais) em data de 09/06/2003.** Débito no valor de R$ 240,78, em data de 24/09/2003. **ÔNUS:** Além dos presentes autos encontra-se penhorado nos autos 095/1994 de Execução da 4ª Vara Cível; - autos 115/1994 de Execução da 1ª Vara Cível. Nos termos do item 5.8.9, do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Paraná, eventuais arrematantes ou adjudicantes deverão juntar certidões negativas das Fazendas Públicas do Estado e do Município, a fim de que sejam expedidas as respectivas cartas.
INTIMAÇÃO: Ficam desde logo intimados os devedores **ROGERIO LIBERATO SOUZA**, bem como seus respectivos cônjuges, se casados forem, se porventura não forem encontrados para sua intimação pessoal, por ocasião do cumprimento do mandado, para os efeitos do parágrafo 5º do art. 687 do CPC. Fica estabelecido que se por ventura ocorrer qualquer impedimento nos dias e horários acima mencionados, a realização do leilão ou praça será no primeiro dia útil seguinte, no mesmo horário. E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e ninguém no futuro alegue ignorância mandou expedir o presente edital que será afixado na sede deste Juízo, no local de costume e publicado na imprensa local, na forma da Lei. **DADO E PASSADO** nesta cidade e Comarca de **MARINGÁ,** em 01 de outubro de 2.003.- Eu, _____, BEL. MARLENE MARQUESINI, ESCRIVÃ, o digitei e subscrevi.

LIÉJE A. S. GOUVÊIA BONETTI
JUIZ DE DIREITO

EDI TAL DE PRAÇA E INTIMAÇÃO

Pelo presente edital, faz saber a todos os interessados, que será levado à venda e arrematação em primeira e segunda praças os imóveis penhorados nos presentes autos de propriedade dos executados **MONSLEAN FABIANO MARIANO**, na seguinte forma:

PRIMEIRA PRAÇA: **Dia 02/FEVEREIRO/2004,** às **16:40 horas**, por valor superior à importância da avaliação.
SEGUNDA PRAÇA: Dia 16/FEVEREIRO/2004, às **16:40 horas,** para a venda a quem mais der, não sendo aceito preço vil.
LOCAL: Átrio do Edifício do Fórum local, sito à Av. Tiradentes, 380.
PROCESSO Nº: 000502/1996, de **EXECUCAO FISCAL**
EXEQÜENTE: **FAZENDA PUBLICA DO MUNICIPIO DE MARINGA**
EXECUTADOS: **MONSLEAN FABIANO MARIANO**
DESCRIÇÃO DOS BENS: " - Data de terras 33, da quadra no. 81, com área de 300,00 m2, situada no Parque das Laranjeiras, nesta cidade, dentro das seguintes divisas, metragens e confrontações: Divide-se com a Rua Orlândia no rumo Oeste-Leste, com uma distância de 12,00 metros, com a data no. 34 no rumo Norte Sul com uma distância de 25,00 metros; com a data no. 06 no rumo Este-Oeste com uma distância de 12,00 metros e finalmente com a data no. 32 no rumo Sul-Norte com uma distância de 25,00 metros. Todos os rumos acima mencionados referem-se ao Norte Verdadeiro. Terreno vago, objeto da matrícula no. 35.791 do CRI 1º Ofício desta Comarca.".
AVALIAÇÃO : **R$ 15.000,00 (quinze mil reais) em data de 03/10/2003.** Débito no valor de R$ 6.412,78, em data de 19/09/2003. **ÔNUS:** Nada consta além dos presentes autos. Nos termos do item 5.8.9, do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Paraná, eventuais arrematantes ou adjudicantes deverão juntar certidões negativas das Fazendas Públicas do Estado e do Município, a fim de que sejam expedidas as respectivas cartas.
INTIMAÇÃO: Ficam desde logo intimados os devedores **MONSLEAN FABIANO MARIANO**, bem como seus respectivos cônjuges, se casados forem, se porventura não forem encontrados para sua intimação pessoal, por ocasião do cumprimento do mandado, para os efeitos do parágrafo 5º do art. 687 do CPC. Fica estabelecido que se por ventura ocorrer qualquer impedimento nos dias e horários acima mencionados, a realização do leilão ou praça será no primeiro dia útil seguinte, no mesmo horário. E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e ninguém no futuro alegue ignorância mandou expedir o presente edital que será afixado na sede deste Juízo, no local de costume e publicado na imprensa local, na forma da Lei. **DADO E PASSADO** nesta cidade e Comarca de **MARINGÁ,** em 08 de outubro de 2003.- Eu, ____, BEL. MARLENE MARQUESINI, ESCRIVÃ, o digitei e subscrevi.

LIÉJE A. S. GOUVÊA BONETTI
JUIZ DE DIREITO

EDI TAL DE PRAÇA E INTIMAÇÃO

Pelo presente edital, faz saber a todos os interessados, que será levado à venda e arrematação em primeira e segunda praças os imóveis penhorados nos presentes autos de propriedade dos executados **GONCALO CABRAL DA COSTA**, na seguinte forma:
PRIMEIRA PRAÇA: **Dia 02/FEVEREIRO/2004,** às **16:20 horas**, por valor superior à importância da avaliação.
SEGUNDA PRAÇA: Dia 16/FEVEREIRO/2004, às **16:20 horas,** para a venda a quem mais der, não sendo aceito preço vil.
LOCAL: Átrio do Edifício do Fórum local, sito à Av. Tiradentes, 380.
PROCESSO Nº: 000059/1999, de **EXECUCAO FISCAL**
EXEQÜENTE: **FAZENDA PUBLICA DO MUNICIPIO**
EXECUTADOS: **GONCALO CABRAL DA COSTA**
DESCRIÇÃO DOS BENS: ***" - Data de terras 12 da quadra 110, com área de 530,09 m2, situada no Jardim Campos Elísios, nesta cidade, dentro das seguintes divisas, metragens e confrontações: Divide-se com a Avenida Guaiapó no rumo NE 57º 08" SO com uma distância de 15,00 metros; com a data 13 no rumo SE 58º 22´NO com uma distância de 35,92 metros; com parte da data 11 no rumo SO 31º 38´NE com uma distância de 13,54 metros; finalmente, com a Rua Rio Vermelho no rumo NO 58º 22´SE com uma distância de 42,38 metros. Todos os rumos acima mencionados referem-se ao Norte Verdadeiro, terreno vago, em declíve, rua e avenida asfaltadas e sem calçamento no passeio público, objeto da matrícula n. 21.988 do CRI 1º Ofício desta Comarca.".***
AVALIAÇÃO TOTAL: **R$ 10.601,80 (dez mil, seiscentos e um reais e oitenta centavos) em data de 10/04/2003.** Débito no valor de R$ 6.853,41, em data de 24/09/2003. **ÔNUS:** Além dos presentes autos nada consta. Nos termos do item 5.8.9, do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Paraná, eventuais arrematantes ou adjudicantes deverão juntar certidões negativas das Fazendas Públicas do Estado e do Município, a fim de que sejam expedidas as respectivas cartas.
INTIMAÇÃO: Ficam desde logo intimados os devedores **GONCALO CABRAL DA COSTA**, bem como seus respectivos cônjuges, se casados forem, se porventura não forem encontrados para sua intimação pessoal, por ocasião do cumprimento do mandado, para os efeitos do parágrafo 5º do art. 687 do CPC. Fica estabelecido que se por ventura ocorrer qualquer impedimento nos dias e horários acima mencionados, a realização do leilão ou praça será no primeiro dia útil seguinte, no mesmo horário. E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e ninguém no futuro alegue ignorância mandou expedir o presente edital que será afixado na sede deste Juízo, no local de costume e publicado na imprensa local, na forma da Lei. **DADO E PASSADO** nesta cidade e Comarca de **MARINGÁ,** em 01 de outubro de 2.003.- Eu, _____, BEL. MARLENE MARQUESINI, ESCRIVÃ, o digitei e subscrevi.

LIÉJE A. S. GOUVÊIA BONETTI
JUIZ DE DIREITO

Nova Esperança

EDITAL DE INTERDIÇÃO: Artigo 1.184, do C.P.C.
PROCESSO: INTERDIÇÃO nº 454/2003
REQUERENTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ
INTERDITADO: Osvaldo Soares, brasileiro, solteiro, nascido aos 13 de setembro de 1966, natural de Uniflor, Estado do Paraná, filho de Clemente Soares Sobrinho e Laudelina Maria Soares, portador da Certidão de Nascimento n. 6.588, lavrada às fs., 296, do livro n. A-6, do Cartório de Registro Civil do Município de Uniflor, nesta Comarca de Nova Esperança, Estado do Paraná, residente e domiciliado na Rua Bahia, nº 83, Conjunto Requião III, nesta cidade e Comarca de Nova Esperança, estado do Paraná.
DATA DA SENTENÇA: 12/11/2003.
CAUSA: Anomalia psíquica de caráter permanente.
CURADORA NOMEADA: **Cleide Maria Soares**, brasileira, amasiada, do lar, nascida aos 08 de novembro de 1964, natural de Uniflor, Estado do Paraná, filha de Clemente Soares Sobrinho e Laudelina Maria Soares, portadora da Cédula de Identidade RG. nº 6.399.605-0-SSP/PR, residente e domiciliada na Rua Bahia, nº 83, Conjunto Requião III, nesta cidade e Comarca de Nova Esperança, Estado do Paraná.
ENCERRAMENTO: E, para que chegue ao conhecimento dos interessados, é expedido o presente edital que será afixado na sede deste Juízo, no lugar de costume, na forma da lei, e publicado por três (03) vezes, com intervalo de dez (10) dias, no Diário da Justiça do Estado, gratuitamente, uma vez que a autora goza dos benefícios da justiça gratuita. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Nova Esperança, estado do Paraná, em 16 de dezembro de 2003. Eu, (Wanderley Manoel da Silva), Escrivão Designado, o fiz digitar, conferi e subscrevi.

AIRTON VARGAS DA SILVA, Juiz de Direito

Palmeira

Edital de citação do requerido RICARDO MARTINS
Com prazo de 20 (vinte) dias

EDITAL DE CITAÇÃO do requerido RICARDO MARTINS, brasileiro, separado judicialmente, vendedor, inscrito no CPF/MF sob n.º 202.268.889-91, encontrando-se atualmente em lugar incerto e desconhecido, para em querendo no prazo de 15 (quinze) dias, contestar o presente feito de Ação de Cobrança sob n.º 012/2003, em que o Banco Banestado S.A. move contra Ricardo Martins, que tramita nesta Vara Cível da Comarca de Palmeira - Paraná, sito na Rua XV de Novembro, 425 – Edifício do Fórum – Centro. **ADVERTÊNCIA:** a citação valerá para todos os atos do processo, seguindo à revelia dos que não contestarem no prazo legal, sendo certo de que presumir-se-ão verdadeiros os fatos articulados pelo autor na inicial (Art. 285 e 319 do CPC)". Palmeira, 11/09/2003. **Eu, ... /Vanessa Machado de Jesus/Auxiliar Juramentada, que o digitei e subscrevi.**

Luciane Pereira Ramos
Juíza de Direito

Palotina

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE LOURDE DA SILVA SIQUEIRA, REPRESENTANTE LEGAL DA REQUERENTE, COM O PRAZO DE VINTE (30) DIAS.

F A Z S A B E R, a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por este juízo e Cartório processam-se os termos dos autos nº158/2001 de Investigação de Paternidade c/c Alimentos, em que é requerente A.S.S, assistida por sua mãe C.S.S, repres. por sua mãe LOURDE DA SILVA SIQUEIRA e requeridos FLAVIO HENRIQUE PEREIRA. E como consta dos autos que a requerente, encontra-se em lugar incerto.
INTIME-SE a requerida: LOURDE DA SILVA, representante legal da requerente, através do presente edital, com prazo de trinta (30) dias, para que promova o andamento do feito em 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de extinção.

Dado e passado nesta cidade e comarca de Palotina, Estado do Paraná, aos quinze (15) dias do mês de dezembro do ano de dois mil e três (2003). Eu,_____ (Maria Lúcia Freitas de Oliveira), Escrivã, o digitei e subscrevi.

Fabiane Pieruccini
Juíza de Direito Designada

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA

Réu: SÉRGIO ALENCAR RECHI
Prazo: 60 dias
PC: 34/2001

A DRª. RAFAELA ZARPELON, MMª. Juíza Substituta da Vara Criminal e anexos da comarca de Palotina-Pr., na forma da Lei.

FAZ SABER, a todos quantos o presente edital com prazo de **60 dias** virem ou dele conhecimento tiverem, que nos autos de **Processo Criminal nº 34/2001,** a que responde neste Juízo o réu **SÉRGIO ALENCAR RECHI**, brasileiro, separado, nascido aos 23/10/1970, filho de Santim Rechi e de Alvaneve Brugnarotto, atualmente encontra-se em lugar incerto, **ficando pelo presente edital o réu supra, INTIMADO de que, por decisão datada de 11.02.2003, foi CONDENADO à pena de (03) meses de detenção, em regime ABERTO, como incurso nas sanções do art. 147, caput do CP.** Foi o presente Edital expedido para que chegue ao conhecimento do réu, com **prazo de 60 dias,** cuja uma cópia será afixada no átrio do Fórum local. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Palotina, Estado do Paraná, aos 14 dias do mês de janeiro de 2004. Eu,_____(Maria Lucia Freitas de Oliveira), Escrivã, digitei e subscrevi.

Rafaela Zarpelon
Juíza Substituta

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA

Réu: ROBSON BARBOSA VENTURA
PC: 38/94
Prazo 60 Dias

A DRª. RAFAELA ZARPELON, MMª. Juíza Substituta da Vara Criminal e Anexos da Comarca de Palotina-Pr., na forma da Lei.

FAZ SABER, a todos quantos o presente Edital com prazo de **60 dias** virem ou dele conhecimento tiverem, que nos autos de **Processo Criminal nº 38/94,** a que responde neste Juízo o réu **ROBSON BARBOSA VENTURA,** brasileiro, solteiro, nascido aos 29/02/1972, filho de Rubens Benjamin Ventura e de Maria Barbosa Ventura, natural de Maripá - PR, atualmente em lugar incerto, **fica pelo presente edital o réu supra citado, INTIMADO de que, por decisão datada de 27/08/2002, foi decretado a extinção da punibilidade do réu, pela ocorrência da prescrição da pena.** Foi o presente Edital expedido para que chegue ao conhecimento do réu, com **prazo de 60 dias,** cuja uma cópia será afixada no átrio do fórum local. Dado e passado nesta cidade e comarca de Palotina-Pr., aos 14 dias do mês de janeiro de 2004. Eu,_____(Maria Lucia Freitas de Oliveira), Escrivã, digitei e subscrevi.

Rafaela Zarpelon
Juíza Substituta

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA

Réu: RUBERVAL MENEZES GOMES DA SILVA
Prazo: 60 dias
PC: 01/2002

A DRª. FABIANE PIERUCCINI, MMª. Juíza de Direito Designada da Vara Criminal e anexos da comarca de Palotina-Pr., na forma da Lei.

FAZ SABER, a todos quantos o presente edital com prazo de **60 dias** virem ou dele conhecimento tiverem, que nos autos de **Processo Criminal nº 01/2002,** a que responde neste Juízo o réu **RUBERVAL MENEZES GOMES DA SILVA**, brasileiro, casado, nascido aos 18/02/1980, filho de Denival Gomes da Silva e de Elizabete Menezes Gomes da Silva, portador do RG: 8.792.143, atualmente encontra-se em lugar incerto, **ficando pelo presente edital o réu supra, INTIMADO de que, por decisão datada de 31.03.2003, foi julgada IMPROCEDENTE a denúncia, para o fim de absolvê-lo da imputação contida na denúncia, com base no artigo 386, IV do CP.** Foi o presente Edital expedido para que chegue ao conhecimento do réu, com **prazo de 60 dias,** cuja uma cópia será afixada no átrio do Fórum local. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Palotina, Estado do Paraná, aos 17 dias do mês de dezembro de 2003. Eu,_____(Maria Lucia Freitas de Oliveira),

Escrivã, digitei e subscrevi.
Fabiane Pieruccini

Paranacity

EDITAL de CITAÇÃO de JOSÉ FERNANDO DA SILVA, brasileiro, estando em lugar incerto e não sabido, de que perante este Juízo tem seus trâmites legais os autos de AÇÃO DE EXECUÇÃO DE PRESTAÇÃO ALIMENTÍCIA, autuada sob nº 431/2001, requerida por GILSON BARBOSA DA SILVA e FERNANDO BARBOSA DA SILVA representados por sua mãe Josinete Barbosa da Silva, requerendo que seja o executado citado para efetuar o pagamento das pensões alimentícias em atraso, no valor de R$ 199,98 (cento e noventa e nove reais e noventa e oito centavos), ficando, portanto, a partir da citação, contados o prazo de 03 (três) dias, para que o executado efetue o pagamento das pensões alimentícias em atraso, prove que já as pagou ou justifique a impossibilidade de pagá-las, sob pena de prisão.
Advertência: fica a parte requerida advertida de que se não efetuar o pagamento das pensões em atraso, poderá ser decretada sua prisão, pelo prazo de 03 (três) meses.

Obs: os requerentes fazem jus ao benefício da gratuidade processual.
Paranacity, 30 de dezembro de 2003. Eu_____ Cleber Alexandre da Silva, Empregado Juramentado, o subscrevo.

CARLOS EDUARDO MATTIOLI KOCKANNY
JUIZ DE DIREITO

EDITAL COM O PRAZO DE 30 DIAS PARA CITAÇÃO DE DOMINGOS PAES.

EDITAL de ***CITAÇÃO*** de ***DOMINGOS PAES***, brasileiro, estando em lugar incerto e não sabido, de que perante este Juízo tem seus trâmites legais os autos de **AÇÃO DE EXECUÇÃO DE PRESTAÇÃO ALIMENTÍCIA**, autuada sob nº **322/2003**, requerida por **TAILA ESTEFANI SANTOS PAES representada por sua mãe Rosenilda dos Santos de Matos**, requerendo que seja o executado citado para efetuar o pagamento das pensões alimentícias em atraso, no valor de R$ 243,76 (duzentos e quarenta e três reais e setenta e seis centavos), ficando, portanto, a partir da citação, contados o prazo de 03 (três) dias, para que o executado efetue o pagamento das pensões alimentícias em atraso, prove que já as pagou ou justifique a impossibilidade de pagá-las, sob pena de prisão.

Advertência: fica a parte requerida advertida de que se não efetuar o pagamento das pensões em atraso, poderá ser decretada sua prisão, pelo prazo de 03 (três) meses.

Obs: os requerentes fazem jus ao benefício da gratuidade processual.

Paranacity, 30 de dezembro de 2003. Eu_____ ***Cleber Alexandre da Silva***, Empregado Juramentado, o subscrevo.

CARLOS EDUARDO MATTIOLI KOCKANNY
JUIZ DE DIREITO

EDITAL COM O PRAZO DE 30 DIAS PARA CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DE VALMIR FERREIRA DA SILVA.

EDITAL de ***CITAÇÃO e INTIMAÇÃO*** de ***VALMIR FERREIRA DA SILVA***, brasileiro, casado, residente e domiciliado em lugar ignorado, de que perante este Juízo tem seus trâmites legais os autos n.º **531/2003** de **Ação de Separação Litigiosa**, requerida pôr **MARIA LÚCIA DA SILVA**, requerendo que a ação seja julgada procedente, nos termos da lei, ficando ciente de que poderá comparecer a audiência de tentativa de conciliação, designada para o dia 08 de março de 2004, às 13:00 horas, e, também, poderá, querendo, no prazo de quinze dias, poderá contestar a presente ação, cujo prazo começará a fluir a partir da data da audiência acima.
Advertência *- Fica a parte requerida advertida de que se não apresentar resposta no prazo de 15(quinze) dias, a presente ação,* ***presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos alegados na inicial.***
Paranacity, 20 de dezembro de 2003. Eu_____ ***Cleber Alexandre da Silva***, Funcionário Juramentado, o subscrevo.

CARLOS EDUARDO MATTIOLI KOCKANNY
JUIZ DE DIREITO

Paranavaí

EDITAL Nº 04/2004 DE CITAÇÃO DO EXECUTADO: NOEMIO DIAS, COM O PRAZO DE TRINTA DIAS.

O Doutor Abelar Baptista Pereira Filho, MM. Juiz Substituto da 1ª Vara Cível da Comarca de Paranavaí, Estado do Paraná, na forma da Lei, etc.

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Cartório da 1ª Vara Cível, com sede no Fórum da Comarca de Paranavaí, Estado do Paraná, à Av. Paraná, nº 1422, centro, se processam os autos nº 289/2002 de EXECUTIVO FISCAL, em que são partes: FAZENDA PUBLICA DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, exequente e NOEMIO DIAS, executado. Fica pelo presente edital CITADO o executado NOEMIO DIAS, para no prazo de cinco (05) dias, efetuar o pagamento da importância de R$ 2.497,11 (em 18/10/2002), referente a certidão de divida ativa sob nº 1462/2002, no valor de R$ 2.497,11, ou no mesmo prazo nomear bens à penhora em tantos bens quantos bastem para garantir o pagamento do principal e demais cominações legais. E, para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, mandou a MM. Juíza expedir o presente edital, com o prazo de trinta dias que será afixado por cópia no lugar de costume e publicado na forma da Lei. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Paranavaí, Estado do Paraná, aos 13 dias do mês de janeiro de dois mil e quatro.
EU, _____- Renato Augusto Platz Guimarães, escrivão o fiz digitar.

Renato Augusto Platz Guimarães
Escrivão

EDITAL Nº 07/2004 DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DO EXECUTADO: HERBERT MORA CASELLA e sua cônjuge, se casado for, com o prazo de trinta dias.

O DOUTOR ABELAR BAPTISTA PEREIRA FILHO, MM. Juiz Substituto da 1ª Vara Cível da Comarca de Paranavaí, Estado do Paraná, na forma da Lei, etc.

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Cartório da 1ª Vara Cível se processam os autos nº 355/2003 de EXECUTIVO FISCAL, em que são partes: FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, exequente e HERBERT MORA CASELLA, executado. Fica pelo presente edital CITADA o executado HERBERT MOURA CASELLA, para no prazo de cinco (05) dias efetuar o pagamento da importância de R$ 1.810,53 (Hum mil, oitocentos e dez reais e cinquenta e três centavos) – 18/08/2003, acrescidas das demais cominações legais ou no mesmo prazo nomear bens a penhora, sob pena de ser convertido em penhora os bens arrestados a saber: — Lote de terras nº 09/10-A, subdivisão do lote nº 09/10, este unificação dos lotes nºs 09 e 10, da quadra nº 02, situado no loteamento denominado Jardim Paraíso, perímetro urbano desta cidade, com área de 362,08 metros quadrados, com suas divisas e confrontações constantes na transcrição nº 2.008 do 2º Ofício de Registro de Imóveis desta comarca. No referido imóvel possui como benfeitoria 01 casa de alvenaria com aproximadamente 40,00 metros quadrados. Avaliado em R$ 25.000,00 (Vinte e cinco mil reais). Depositado em poder do Depositário Público desta Comarca. Ônus: o presente imóvel possui duas penhoras, uma nos autos nº 72/1995 de Ação Trabalhista ; e outro nos autos nº 2180/1995 de Ação Trabalhista. Bem como a intimação do executado HERBERT MORA CASELLA, bem como sua cônjuge,

se casado for, para, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias, oferecer Embargos à Execução proposta, por intermédio de advogado. E, para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, mandou o MM. Juiz expedir o presente edital, com o prazo de trinta dias que será afixado por cópia no lugar de costume e publicado na forma da Lei.
DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Paranavaí, Estado do Paraná, aos 13 dias de janeiro de dois mil e quatro.
EU_____- Renato Augusto Platz Guimarães, escrivão o fiz digitar.

RENATO AUGUSTO PLATZ GUIMARÃES
ESCRIVÃO

EDITAL Nº 08/2004 DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DO EXECUTADO: JAIR HENRIQUE DE SOUZA e sua cônjuge, se casado for, com o prazo de trinta dias.

O DOUTOR ABELAR BAPTISTA PEREIRA FILHO, MM. Juiz Substituto da 1ª Vara Cível da Comarca de Paranavaí, Estado do Paraná, na forma da Lei, etc.

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Cartório da 1ª Vara Cível se processam os autos nº 72/2003 de EXECUTIVO FISCAL, em que são partes: FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, exequente e JAIR HENRIQUE DE SOUZA, executado. Fica pelo presente edital CITADO o executado JAIR HENRIQUE DE SOUZA, para no prazo de cinco (05) dias efetuar o pagamento da importância de R$ 1.089,99 (Hum mil, oitenta e nove reais e noventa e nove centavos) – 18/12/2002, acrescidas das demais cominações legais ou no mesmo prazo nomear bens a penhora, sob pena de ser convertido em penhora os bens arrestados a saber: — Lote nº 20, da quadra nº 04, do CONJUNTO RESIDENCIAL FAZENDA BRASILEIRA, situado no perímetro urbano desta cidade, com a área de 319,54 metros quadrados, contendo uma residência em alvenaria, coberta com telhas de fibrocimento, com a área de 27,04 metros quadrados (tipo C-2). Com as divisas e confrontações, constantes da matricula nº 1.270 junto ao CRI do 2º Oficio desta cidade. Avaliado em R$ 6.000,00 (Seis mil reais). Depositado em poder do Depositário Público desta Comarca. Ônus: o presente imóvel possui hipoteca Convencional, à favor da Caixa Econômica Federal. Bem como a intimação do executado JAIR HENRIQUE DE SOUZA, bem como sua cônjuge, se casado for, para, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias, oferecer Embargos à Execução proposta, por intermédio de advogado. E, para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, mandou o MM. Juiz expedir o presente edital, com o prazo de trinta dias que será afixado por cópia no lugar de costume e publicado na forma da Lei.
DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Paranavaí, Estado do Paraná, aos 13 dias de janeiro de dois mil e quatro.
EU_____- Renato Augusto Platz Guimarães, escrivão o fiz digitar.

RENATO AUGUSTO PLATZ GUIMARÃES
ESCRIVÃO

EDITAL Nº 03/2004 DE INTIMAÇÃO DO EXECUTADO: JOÃO BATISTA DE OLIVEIRA PICANÇO e sua mulher LUIZA ERMIDA VIANI PICANÇO, com o prazo de trinta dias.

O DOUTOR ABELAR BAPTISTA PEREIRA FILHO, MM. Juiz Substituto da 1ª Vara Cível da Comarca de Paranavaí, Estado do Paraná, na forma da Lei, etc.

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Cartório da 1ª Vara Cível se processam os autos nº 145/1998 de EXECUTIVO FISCAL, em que são partes: FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, exequente e JOÃO BATISTA DE OLIVEIRA PICANÇO, executado. Fica pelo presente edital INTIMADO o executado JOÃO BATISTA DE OLIVEIRA PICANÇO e sua mulher LUIZA ERMIDA VIANI PICANÇO, de todo o teor do da penhora efetivada às fls. 38 a saber: — Lote nº 14-A, subdivisão do lote nº 14, da quadra nº 116, com área de 228,48 metros quadrados, situado no loteamento denominado Jardim Ouro Branco, nesta cidade. Confrontações: Com 14,28 metros de frente para a Rua Morrestes, lateralmente com 16,00 metros de um lado confrontando com a Rua Bahia, de outro lado em igual medida, confrontando com o lote nº 13, pelos fundos com 14,28 metros, confrontando com o lote nº 14-B, da mesma quadra. Contendo como benfeitoria no referido imóvel, um salão de alvenaria, coberta com fibrocimento, com aproximadamente 120,00 metros quadrados. O referido imóvel é objeto da matricula nº 11.252, junto ao Cartório de Registro de Imóveis do 1º Oficio desta comarca. Avaliado em R$ 12.000,00 (Doze mil reais). Depositado em poder do Depositário Público desta Comarca. Para, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias, oferecer Embargos à Execução proposta, por intermédio de advogado. E, para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, mandou o MM. Juiz expedir o presente edital, com o prazo de trinta dias que será afixado por cópia no lugar de costume e publicado na forma da Lei.
DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Paranavaí, Estado do Paraná, aos 13 dias de janeiro de dois mil e quatro.
EU_____- Renato Augusto Platz Guimarães, escrivão o fiz digitar.

RENATO AUGUSTO PLATZ GUIMARÃES
ESCRIVÃO

EDITAL Nº 05/2004 DE CITAÇÃO DO EXECUTADO: JOSÉ LOURENÇO CARNEIRO, COM O PRAZO DE TRINTA DIAS.

O Doutor Abelar Baptista Pereira Filho, MM. Juiz Substituto da 1ª Vara Cível da Comarca de Paranavaí, Estado do Paraná, na forma da Lei, etc.

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Cartório da 1ª Vara Cível, com sede no Fórum da Comarca de Paranavaí, Estado do Paraná, à Av. Paraná, nº 1422, centro, se processam os autos nº 262/2002 de EXECUTIVO FISCAL, em que são partes: FAZENDA PUBLICA DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, exequente e JOSÉ LOURENÇO CARNEIRO, executado. Fica pelo presente edital CITADO o executado JOSÉ LOURENÇO CARNEIRO, para no prazo de cinco (05) dias, efetuar o pagamento da importância de R$ 11.152,92 (em 03/10/2002), referente a certidão de divida ativa sob nº 1134/2002, no valor de R$ 507,52; Certidão de Dívida Ativa sob nº 1135/2002, no valor de R$ 876,02; Certidão de Dívida Ativa sob nº 1136/2002, no valor de R$ 3.560,84; Certidão de Dívida Ativa sob nº 1137/2002, no valor de R$ 4.054,15; Certidão de Dívida Ativa sob nº 1138/2002, no valor de R$ 2.154,39 ou no mesmo prazo nomear bens à penhora em tantos bens quantos bastem para garantir o pagamento do principal e demais cominações legais. E, para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, mandou a MM. Juíza expedir o presente edital, com o prazo de trinta dias que será afixado por cópia no lugar de costume e publicado na forma da Lei. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Paranavaí, Estado do Paraná, aos 13 dias do mês de janeiro de dois mil e quatro.
EU, _____- Renato Augusto Platz Guimarães, escrivão o fiz digitar.

Renato Augusto Platz Guimarães
Escrivão

EDITAL Nº 02/2004 DE INTIMAÇÃO DO EXECUTADO: LUIZ MICHELON e sua cônjuge, se casado for, com o prazo de trinta dias.

O DOUTOR ABELAR BAPTISTA PEREIRA FILHO, MM. Juiz Substituto da 1ª Vara Cível da Comarca de Paranavaí, Estado do Paraná, na forma da Lei, etc.

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Cartório da 1ª Vara Cível se processam os autos nº 13/2003 de EXECUTIVO FISCAL, em que são partes: FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, exequente e LUIZ MICHELON, executado. Fica pelo presente edital INTIMADO o executado LUIZ MICHELON, bem como sua cônjuge, se casado for, de todo o teor do da penhora efetivada às fls. 25 a saber: — Lote nº 06, da quadra nº 165, situado no loteamento denominado Jardim São Jorge, perímetro urbano desta cidade, com área de 568,00 metros quadrados. Confrontações: Com 14,69 metros para a Av. Carlos Gomes; de um lado com 30,64 metros, confronta com a rua Emílio de Menezes; com 20,17 metros, confronta com à Avenida Rossevelt; com 46,73 metros, confronta com os lotes nºs 05 e 07. Devidamente matriculado sob nº 4.7788 do 2º Oficio de Registro de Imóveis desta comarca. Avaliado em R$ 5.000,00 (Cinco mil reais). Depositado em poder do Depositário Público desta Comarca. Para, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias, oferecer Embargos à Execução proposta, por intermédio de advogado. E, para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, mandou o MM. Juiz expedir o presente edital, com o prazo de trinta dias que será afixado por cópia no lugar de costume e publicado na forma da Lei. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Paranavaí, Estado do Paraná, aos 13 dias de janeiro de dois mil e quatro.
EU_____- Renato Augusto Platz Guimarães, escrivão o fiz digitar.

RENATO AUGUSTO PLATZ GUIMARÃES
ESCRIVÃO

EDITAL Nº 06/2004 DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DA EXECUTADA: MARIA NICIPIERENCO e seu cônjuge, se casada for, com o prazo de trinta dias.

O DOUTOR ABELAR BAPTISTA PEREIRA FILHO, MM. Juiz Substituto da 1ª Vara Cível da Comarca de Paranavaí, Estado do Paraná, na forma da Lei, etc.

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Cartório da 1ª Vara Cível se processam os autos nº 352/2003 de EXECUTIVO FISCAL, em que são partes: FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, exequente e MARIA NICIPIERENCO, executada. Fica pelo presente edital CITADA a executada MARIA NICIPIERENCO, para no prazo de cinco (05) dias efetuar o pagamento da importância de R$ 1.671,38 (Hum mil, seiscentos e setenta e um reais e trinta e oito centavos) – 20/08/2003, acrescidas das demais cominações legais ou no mesmo prazo nomear bens a penhora, sob pena de ser convertido em penhora os bens arrestados a saber: — Lote nº 14, da quadra nº 22, situado no Quadro Urbano, desta cidade, com a área de 637,50 metros quadrados. Com as divisas e confrontações constantes da matricula nº 16.149, junto ao Cartório de Registro de Imóveis do 1º Oficio desta cidade. No referido imóvel não possui nenhuma edificação construída. Avaliado em R$ 15.000,00 (Quinze mil reais). Depositado em poder do Depositário Público desta Comarca. Bem como a intimação da executada MARIA NICIPIERENCO, bem como seu cônjuge, se casada for, para, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias, oferecer Embargos à Execução proposta, por intermédio de advogado. E, para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, mandou o MM. Juiz expedir o presente edital, com o prazo de trinta dias que será afixado por cópia no lugar de costume e publicado na forma da Lei.
DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Paranavaí, Estado do Paraná, aos 13 dias de janeiro de dois mil e quatro.
EU_____- Renato Augusto Platz Guimarães, escrivão o fiz digitar.

RENATO AUGUSTO PLATZ GUIMARÃES
ESCRIVÃO

Pato Branco

EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO COM O PRAZO DE VINTE (20) DIAS

CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DOS RÉUS
JOSÉ TADEU SILVESTRE e
RICARDO TADEU RODRIGUES SILVESTRE

O Excelentíssimo Senhor Doutor Geraldo Dutra de Andrade Neto, MM. Juiz Substituto da 35ª Seção Judiciária do Estado do Paraná, na forma da Lei, etc. ...

Faz Saber, a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, expedido nos autos nº 458/2002 de ação ordinária de indenização c/c danos materiais, danos morais e lucros cessantes, proposta por Vera Lúcia de Oliveira da Silva, Aparecido da Silva e Júnior Aparecido da Silva em face de Ricardo Tadeu Rodrigues Silvestre, José Tadeu Silvestre e Dibens Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil, que pelo presente edital, CITA e INTIMA os Réus RICARDO TADEU RODRIGUES SILVESTRE, brasileiro, solteiro, portador da Carteira de Identidade/RG nº 28.575.881-SSP/Sp, e JOSÉ TADEU SILVESTRE, brasileiro, casado, do comércio, portadora da Carteira de Identidade/RG nº 3.507.422-8, devidamente inscrito no CPF/MF nº 881.584.469-49, atualmente em lugares incertos e não sabidos, para que compareçam junto à 2ª Serventia Cível, localizada no Edifício do Fórum, sito a Travessa Goiás nº 55, nesta Cidade e Comarca de Pato Branco, Estado do Paraná, na audiência de conciliação e saneamento designada para o próximo DIA 08 DE MARÇO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS, pessoalmente ou por representantes com poderes para transigirem. Na audiência, não obtida a conciliação, poderão oferecer contestação, desde que a façam por intermédio de advogados, apresentando desde logo os documentos que entender adequados e rol de testemunhas. Se pretender a realização de perícia deverá formular quesitos e indicar assistente técnico no próprio ato. Fica ciente de que não sendo contestada a ação serão aceitos como verdadeiros os fatos alegados pelo Autor (Art. 319 do C.P.C.), tudo de conformidade com o resumo da inicial a seguir transcrita: "Os Requerentes ajuizaram contra os Requeridos perante este respeitável Juízo, ação indenizatória objetivando a condenação dos Requeridos ao pagamento de indenização por dano moral, danos materiais, danos estéticos e lucros cessantes, em virtude de acidente ocorrido em data de 21/12/2001 na BR-153, KM-72, sentido Bady Bassit a São José do Rio Preto – Sp, tendo em vista que o primeiro Requerido e condutor do veículo camionete Dodge/Dakota, ano 99, cor preta, placas CWC-5044, de São José do Rio Preto – Sp, de propriedade do segundo requerido, invadiu sua pista contrária de direção, vindo a colidir frontalmente com o veículo Gol, ano 96, cor branca, placa AGF-0626, de Pato Branco – Pr, conduzido pelo segundo Requerente e em companhia dos demais, lhes causando ferimentos graves. Diante do exposto, requerem a Vossa Excelência: A) a citação por edital dos Requeridos. Dá se a presente o valor, para os efeitos legais, o valor de R$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais). Pedem deferimento. Pato Branco, 13 de janeiro de 2004. Nilton Luiz Pacheco Loures e Arlindo Ferreira Freitas. Advogados." E que para chegue ao conhecimento de todos, mandou expedir o presente edital, que será afixado no lugar do costume, no Fórum local, e na forma da Lei. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Pato Branco, Estado do Paraná, aos treze dias do mês de janeiro do ano de dois mil e quatro (13/01/2004). Eu, _____, (Paulo César Caruso) Titular, que o digitei e subscrevi.

GERALDO DUTRA DE ANDRADE NETO
Juiz Substituto da 35ª Seção Judiciária

Edital de Citação e Intimação
Com o prazo de vinte (20) dias.

Citação e Intimação dos Requeridos:
SIDNEI LUIS BIEDACHA e GISLAINE REGINA PRESTES BIEDACHA
O Excelentíssimo Senhor Doutor Jederson Suzin, MM. Juiz de Direito da 2ª Serventia Cível desta Cidade e Comarca de Pato Branco, Estado do Paraná, na forma da Lei, etc. ...
Faz Saber, a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, expedido nos autos n.º 499/2002 de Ação de Rescisão Contratual Cumulada Com Reintegração de Posse em que é Requerente Companhia de Habitação do Paraná – COHAPAR e Requeridos, SIDNEI LUIS BIEDACHA e GISLAINE REGINA PRESTES BIEDACHA que pelo presente edital, CITA e INTIMA os Requeridos SIDNEI LUIS BIEDACHA, brasileiro, casado, comerciante, portador da Carteira de Identidade/RG. n.º 5.371.894-9-SSP/PR, devidamente inscrito no CPF/MF n.º 881.459.489-91, e GISLAINE REGINA PRESTES BIEDACHA, brasileira, casada, do lar, portadora da Carteira de Identidade/RG n.º 6.107.217-7-SSP/PR, atualmente em lugares incertos e não sabidos, para que compareça junto à 2ª Serventia Cível, localizada no Edifício do Fórum, sito a Travessa Goiás nº 55, nesta Cidade e Comarca de Pato Branco, Paraná, na audiência de conciliação e saneamento designada para o próximo DIA 12 DE FEVEREIRO DE 2004, ÀS 15:00 HORAS, pessoalmente ou por representante com poderes para transigir. Na audiência não obtida a conciliação, poderão oferecer contestação, desde que o façam por intermédio de advogado, apresentando desde logo os documentos que entender adequados e rol de testemunhas. Se pretendem a realização de perícia deverão formular quesitos e indicar assistente técnico no próprio ato. Ficam cientes de que não sendo contestada a ação serão aceitos como verdadeiros os fatos alegados pelo Autor (Artigo 319 do Código de Processo Civil), tudo de conformidade a cópia da inicial a seguir transcrita: "...A Autora é entidade incumbida da execução do Plano Estadual de Habitação e como tal construiu no Município de Bom Sucesso do Sul o Conjunto Residencial CR 1788. Conforme contrato, celebrado entre as partes, prometeu vender o imóvel representado pelo lote 19 da quadra 1159 do citado aos Réus, ficando convencionado no aludido contrato, em sua cláusula vigésima nona, que a falta ao pagamento de 03 (três) prestações mensais acarretaria a rescisão do contrato com a conseqüente retomada do imóvel. Os réus encontram-se com mais de 03 (três) em atraso. Ante o exposto requer-se a citação dos réus para contestarem a ação nos termos da lei, sob pena de revelia, e que a final seja declarada a rescisão contratual com a reintegração de posse, bem como a perda das prestações eventualmente pagas, a título de indenização pelo uso e gozo do imóvel e condenação dos réus no ônus de sucumbência. Valor da causa, R$ 7.039,09. Pede Deferimento. Curitiba, 15/10/2002. Cybele de Fátima Oliveira, OAB/Pr nº 12.764. Silvia Fátima Soares, OAB/Pr n.º 25.719." e de conformidade com o respeitável despacho de fl. 64, a seguir transcrito: "Autos n.º 499/2002. 1. Considerando que os réus Sidnei e Gislaine não foram devidamente citados para a audiência de conciliação (vide despacho de fls. 55), mister se faz seja esta renovada, frisando, porém, que sobre a ré Olinda, devidamente citada, já recaiu os efeitos da revelia. 2. Para a audiência de conciliação e saneamento designo o dia 12 de fevereiro de 2004, às 15:00 horas. 3. Quanto aos dois primeiros réus, a citação é por edital. Quanto à Terceira, como citada já foi, deverá ser intimada pelo diário, e, ad cautelam , também pelo correio. Intimem-se. Diligencie-se. Pato Branco, em 14 de novembro de 2003. JEDERSON SUZIN. Juiz de Direito." E que para chegue ao conhecimento de todos, mandou expedir o presente edital, que será afixado no lugar do costume, no Fórum local, na forma da Lei. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Pato Branco, Estado do Paraná, aos vinte um dias do mês de novembro do ano de dois mil e três (21/11/2003). Eu, _(Paulo Cesar Caruso) Titular, que o digitei e subscrevi.

Jederson Suzin
Juiz de Direito

RS 396,00

Piraquara

EDITAL DE PRAÇA COM PRAZO DE CINCO DIAS

Pelo presente se faz saber a todos, que será levado à arrematação em primeira e segunda praça, o imóvel de propriedade do devedor WALDOMIRO TEIXEIRA WEINERT, na seguinte forma;
Primeira praça: Dia 06/02/04, às 08:35 horas, por preço não inferior ao da avaliação;
Segunda praça: Dia 27/02/04, às 08:35 horas, para venda a quem mais der, não sendo aceito preço vil.
Local: Átrio do Fórum da Comarca de Piraquara – Vara Cível e Anexos, sito a Av. Getulio Vargas 1417, Edifício do Fórum, Piraquara/Pr.
Processo: 1570/98 - Execução Fiscal promovido pela PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAQUARA contra WALDOMIRO TEIXEIRA WEINERT.
BEM: Lote de terreno nº 14, da quadra 20, da plana Guarituba pequena, situado neste Município e Comarca, com demais características e confrontações constantes da transcrição das transcrições sob nº de ordem do Registro da 6ª Circunscrição Imobiliária de Curitiba.
Avaliação: R$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais), datada de 19/09/2001 (cuja avaliação será atualizada no ato).
Ônus: Dos autos consta imposto em atraso.
Intimação: Fica desde já intimado o devedor WALDOMIRO TEIXEIRA WEINERT, se por ventura não for encontrado para a intimação pessoal. Piraquara, 24 de novembro de 2003. Eu, _____ (Luiz Antonio Siqueira), Escrivão, o fiz digitar, subscrevo e assino por ordem, do MM. Juiz.

Luiz Antonio Siqueira
Escrivão

EDITAL DE PRAÇA COM PRAZO DE CINCO DIAS

Pelo presente se faz saber a todos, que será levado à arrematação em primeira e segunda praça, o imóvel de propriedade do devedor BRUNO KOSCHEL, na seguinte forma;
Primeira praça: Dia 06/02/04, às 08:30 horas, por preço não inferior ao da avaliação;
Segunda praça: Dia 27/02/04, às 08:30 horas, para venda a quem mais der, não sendo aceito preço vil.
Local: Átrio do Fórum da Comarca de Piraquara – Vara Cível e Anexos, sito a Av. Getulio Vargas 1417, Edifício do Fórum, Piraquara/Pr.
Processo: 1431/98 - Execução Fiscal promovido pela PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAQUARA contra BRUNO KOSCHEL.
BEM: Lote de terreno nº 92, DA PLANTA Jardim dos Eucaliptos, situado neste Município e Comarca, com demais características e confrontações constantes do livro 8-b, fls 144 do Registro da 6ª Circunscrição Imobiliária de Curitiba.
Avaliação: R$ 3.000,00 (três mil reais), datada de 12/09/2001 (cuja avaliação será atualizada no ato).
Ônus: Dos autos consta imposto em atraso.
Intimação: Fica desde já intimado o devedor BRUNO KOSCHEL, se por ventura não for encontrado para a intimação pessoal. Piraquara, 24 de novembro de 2004. Eu, _____ (Luiz Antonio Siqueira), Escrivão, o fiz digitar, subscrevo e assino por ordem, do MM. Juiz.

Luiz Antonio Siqueira
Escrivão

Ponta Grossa

EDITAL CITAÇÃO DE: NATALINA PRIMOR DO VALE e herdeiros do ESPÓLIO DE JOÃO EVANGELISTA DO VALE, bem como para CONHECIMENTO DE EVENTUAIS INTERESSADOS - PRAZO 20 DIAS.

LUIZ HENRIQUE MIRANDA, Juiz de Direito da Vara,
FAZ SABER aos acima nomeados, que tramitam os Autos nº 2405/2003 de AÇÃO DE USUCAPIÃO requerida por JOSÉ CARLOS GULMINI e MARLENE GULMINI, objetivando seja-lhe declarado o domínio do seguinte imóvel: "Lote de terreno, de forma irregular, sem número, da quadra 09, Vila Uvaranas, Bairro de Uvaranas, desta cidade, quadrante SE-J, medindo 07m de frente para a Rua Teixeira Mendes, confrontando para quem da Rua olha, do lado esquerdo com o lote "A" de propriedade de José Carlos Gulmini, medindo 38,00m, do lado direito faz esquina com a Rua Nicolau Florenzano, medindo 38,20m, e de fundo confronta com o lote "B", de propriedade de Izaura Primor, medindo 3,00m, lado ímpar, com área total e 190m²", e CITA-OS, ainda, para todos os atos do processo, advertindo-os, finalmente, que se não contestarem a ação em quinze (15) dias, reputar-se-ão verdadeiros os fatos afirmados pelo(s) requerente(s).
DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Ponta Grossa, Estado do Paraná, aos doze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e três. Eu, Darlene de F. Jaronski, Escrivã Designada, o subscrevi.

Luiz Henrique Miranda
Juiz de Direito

Quedas do Iguaçu

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA DO RÉU SIDNEI CÂNDIDO DE JESUS, COM PRAZO DE SESSENTA (60) DIAS.

O Doutor Rodrigo Luis Giacomin, MM. Juiz Substituto da Vara Criminal da Comarca de Quedas do Iguaçu, Estado do Paraná, na Forma Da Lei....

FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o réu SIDNEI CANDIDO DE JESUS, brasileiro, solteiro, ajudante de pedreiro, natural de Vera Cruz do Oeste-Pr, filho de Deusdedite Candido de Jesus e de Maria Zenaide Rodrigues, nascido aos 21-03-78, atualmente em lugar ignorado, que nos autos de Processo Crime n. 133/01, que o Ministério Público desta comarca lhe moveu, por sentença datada de 01-07-03, foi absolvido das imputações lhe impostas com fulcro nas sanções do 386, inc. IV do Código de Processo Penal. E constando dos autos que o réu supra encontra-se em lugar ignorado mandei expedir o presente edital com prazo de noventa (90) dias pelo qual fica o mesmo devidamente intimado da decisão supra e bem assim cientificado de que findo este prazo que ser contado a partir da data que será afixado no edifício do Fórum, terá o mesmo o prazo de 05 (cinco) dias, a partir da dilação editalícia, para, querendo, recorrer à superior instância. E para que chegue ao conhecimento do réu, mandei expedir o presente edital será publicado e afixado na forma da Lei. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Quedas do Iguaçu, Estado do Paraná, aos 19 dias do mês de janeiro (01) do ano de dois mil e quatro (2004). Eu _ Enilson Olmo da Silva, escrivão designado que o subscrevi.

Enilson Olmo da Silva
Escrivão designado

São Mateus do Sul

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA PRAÇAS- COM PRAZO DE CINCO DIAS.

A Doutora Inês Marchalek Zarpelon, MM, Juíza de Direito da Comarca de São Mateus do Sul, Estado do Paraná, na forma da lei , etc...
FAZ SABER que será levado à praça e arrematação o bem penhorado do executado GUIOVANE FERREIRA DE OLIVEIRA, nos autos n.º 224/2002 de Executivo Fiscal, em que exeqüente o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia- CREA, a saber: VENDA EM PRIMEIRA PRAÇA : dia 03/02/2004, às 09:50 horas, pelo maior preço oferecido, igual ou superior à avaliação. VENDA EM SEGUNDA PRAÇA: dia 17/02/2004, às 09:50 horas, pelo maior preço oferecido, ressalvada a hipótese de preço vil. LOCAL DA ARREMATAÇÃO: átrio do Fórum , localizado à rua 21 de Setembro, n.º 766. DESCRIÇÃO DO BEM: UM FORNO TURBO TEDESCO, INDUSTRIAL, COM CINCO BANDEJAS, EM ÓTIMO ESTADO DE CONSERVAÇÃO.VALOR DA AVALIAÇÃO: R$ 4.000,00. VALOR DA DÍVIDA: R$ 5.669,74. DEPÓSITO: em mãos do executado. ÔNUS: dos autos nada consta. OBSERVAÇÃO 1: sendo qualquer uma das datas feriado, ficam desde já transferidas para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário. OBSERVAÇÃO 2: É da responsabilidade do arrematante os tributos existentes, a teor do que dispõe o art. 130 e 131 do CTN. INTIMAÇÃO: pelo presente edital fica intimado o executado. E para que chegue ao conhecimento dos interessados , mandou expedir o presente edital que será publicado e afixado na forma da lei . Dado e passado nesta cidade e Comarca de São Mateus do Sul, Estado do Paraná, aos vinte e um dias do mês de novembro do ano de dois mil e três. Eu, (José Ernani Polak) escrevente juramentado que o digitei e subscrevi.

Célia Regina Rosa Zana
Escrivã designada, que assino
de ordem da M. M .Juíza.
Portaria n.º 17/2003.

Departamento de Imprensa Oficial

Imprensa Oficial

GOVERNO DO PARANÁ

Senhores Usuários

A Imprensa Oficial apresenta a lista de materiais utilizados pelas escolas, que são confeccionados em nosso parque Gráfico e estão disponíveis a venda em nosso setor de Expedição de Materiais, ou pelo telefone (41) 313-3265.

Lista de Materiais

Valor Unitário	Especificação	Formato
R$ 0,25	Pasta Individual do aluno	365 X 550
R$ 0,07	Ficha Individual de Enfermagem	220 X 325
R$ 1,55	Livro de chamada de Educ. Física - 16 folhas	215 X 305
R$ 0,10	Relatório Final Ensino Fundamental e Médio	298 X 420
R$ 0,10	Requerimento de matrícula	320 X 440
R$ 0,07	SERE - 4	310 X 295
R$ 1,55	Registro de classe ens. Fundamental de 1ª à 4ª Série	240 X 300
R$ 1,55	Registro de classe ens. Fundamental e Médio	240 X 300
R$ 0,07	Histórico Escolar - ens. Fundamental	220 X 320
R$ 0,19	Capas de processo de Registro de Diplomas	325 X 460
R$ 25,00	Livro de controle de entrega de diplomas/certificados	230 X 320
R$ 0,07	Ficha Individual do aluno ens. 2º Grau supletivo	215 X 305
R$ 0,07	Histórico Escolar ens. 1º Grau supletivo	215 X 305
R$ 0,07	Ficha Individual do aluno - Ens. 2º Grau supletivo	215 X 305
R$ 0,07	Histórico ens. 2º Grau supletivo	320 X 440
R$ 0,10	Relatório final - Ens. 1º Grau Supletivo	320 X 440
R$ 0,07	Ficha de acompanhamento semestral do aluno CBA	320 X 440
R$ 0,10	Parecer final Ciclo Básico CBA 04 Anos	320 X 440
R$ 0,10	Parecer Parcial Ciclo Básico CBA 04 anos-G. Transfer.	220 X 325
R$ 0,07	Histórico escolar - ens. Médio	292 X 410
R$ 0,10	Parecer final Ciclo Básico CBA 02 Anos	220 X 325
R$ 0,07	Ficha Individual do aluno Ens. Médio	292 X 410
R$ 0,10	Guia de Transf. Ficha de Acomp. Do CBA 02 Anos	220 X 320
R$ 0,07	Hist. Esc. - educ. Profissional de nível médio	220 X 320
R$ 0,10	Relatório Final - educ. Profissional de nível médio	315 X 400
R$ 0,10	Ficha Individual - educ. Profissional de nível médio	210 X 297
R$ 0,07	Hist. esc. educ. de jovens e adultos curso supl. de ens. Fun.	220 X 320
R$ 0,07	Hist. esc. educ. de jovens e adultos curso supl. de ens. Médio	220 X 320
R$ 0,10	Relatório Final estudos adicionais em nível	315 X 400
R$ 0,10	Relatório Final 2º Grau Supletivo Função Supl. Ed. Geral	320 X 440
R$ 0,10	Relatório Final 2º Grau Supletivo Função suplência	320 X 440
R$ 0,50	Diploma Padrão	230 X 320

Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná
Rua dos Funcionários, 1645 - Cabral
80.035-050 - Curtiba - Paraná - Brasil
Fone: 41-313-3200
www.pr.gov.br/dioe

Senhores Usuários

A Imprensa Oficial apresenta os títulos dos livros que reúnem autores Paranaenses, confeccionados em nosso parque gráfico para venda direta através do telefone (41) 313-3265 ou no setor de expedições.

Preço	Título do Livro	Autor(a)
R$	A voz dos Sinos	Walmor Macarini
R$	Acervo da Pinacoteca do Colégio Estadual do Paraná	
R$	Anita Philipovisk - A Princesa dos Campos	Luisa Cristina dos Santos
R$ 15,00	Antologia Poética	Foed Castro Chamma
R$ 15,00	As aventuras do Professor Thimpor	Luiz Antonio Solda
R$ 15,00	As Imagens do Ar	Roza de Oliveira
R$ 35,00	Bicicletas de Montreal	Carlos Dalla Stela
R$ 10,00	Biografia do Dr.José Cândido da Silva Murici	Candido M. Lopes
R$ 22,00	Breve-pós Humano	Jair Ferreira dos Santos
R$ 20,00	Café com Mistura	Maria Thereza B. Lacerda
R$ 40,00	Cifras de Música para Salterio	Antônio Vieira dos Santos
R$ 40,00	Como se vai a Curitiba	30 desenhos de Poty Lazarotto
R$ 10,00	Confabulário	Fábio Campana/Jamil Snege/José Castello R. Benitez/Walmor Marcelino/Wilson Bueno
R$	Congadas Paranaenses	José Loureiro Fernandes
R$ 12,00	Contos Reunidos	Newtom Sampaio
R$ 35,00	Crítica Literária vol. 1	Wilson Martins
R$ 35,00	Crítica Literária vol. 2	Wilson Martins
R$	Cultura do Feijão	Ademar Jorge Dressler/José Luiz Nardin Lara/Lari Maroli
R$ 20,00	Diário de um Crítico I	Temístocles Linhares
R$ 20,00	Diário de um Crítico II	Temístocles Linhares
R$ 20,00	Diário de um Crítico IV	Temístocles Linhares
R$ 20,00	Diário de um Crítico V	Temístocles Linhares
R$ 20,00	Diário de um Crítico VI	Temístocles Linhares
R$ 35,00	Dicionário Sociolinguistico Paranaense	Francisco Filipak
R$ 10,00	Dois Reportéres no Paraná	Rubem Braga e Arnaldo Pedroso d´Horta
R$	Entomologia Didática	Zundir José Buzzi
R$ 30,00	Evolução do Feminismo	Mariana Coelho
R$ 50,00	Ex. Libris	Coleção da Biblioteca Publica do Paraná
R$ 35,00	Geografia Física do Paraná	Reinhard Maack
R$ 30,00	História do Paraná	Ruy Wachowicz
R$	Histórias do Campo	Jota oliveira
R$ 15,00	Kamikase do Espanto	Luiz Antonio Solda
R$ 15,00	Mecânica dos Fluídos	Renato Bittencourt Gomes
R$	No Coração do Reporter	João Arruda
R$ 15,00	Notícias da Chácara	Domingos Pellegrini
R$ 20,00	Notícias do Paraná	Walmir Ayala
R$ 30,00	Novos Caminhos do Brasil Meridional	Thomas P. Bigg Wither
R$	O Equilibrista das Seis Cordas	Silvana Mariani
R$ 20,00	O Paraná Mental	Marianna Coelho
R$ 20,00	Os Rituais do Tombamento e a Escrita da História	Marcia Scholz de Andrade Kersten
R$	Para Onde Vão as Andorinhas	Adélia Maria Woellner
R$ 20,00	Paraná Vivo	Temístocles Linhares
R$ 30,00	Passagem	Vários Autores
R$ 10,00	Pensão Alto Paraná	Domingos Pellegrini
R$ 10,00	Pequena Casa de Jornal	Nilson Monteiro
R$ 20,00	Quando o Futebol Andava de Trem	Ernani Buchmann
R$ 20,00	Remorso	Newton Sampaio
R$	Ribeirão Claro	Patrimônio e Memória Coletiva/Ana Cleide Chiarotti Cesário
R$ 12,00	Seis Romances e uma Pintura	Otávio Duarte
R$	Un Mazzolino de Fiori I	Altiva Pilatti Balhana
R$	Un Mazzolino de Fiori II	Altiva Pilatti Balhana
R$	Un Mazzolino de Fiori III	Altiva Pilatti Balhana

Livros Jurídicos

R$ 15,00	Constituição Estadual/Federal
R$ 7,00	Estatuto dos Funcionários Civis do Paraná
R$ 1,30	Leis de Licitações e Contratos

GOVERNO DO PARANÁ
Imprensa Oficial

Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná
Rua dos Funcionários, 1645 - Cabral
80.035-050 - Curtiba - Paraná - Brasil
Fone: 41-313-3200
www.pr.gov.br/dioe